



Universidad de Valladolid

FACULTAD DE EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL

**DEPARTAMENTO DE DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS SOCIALES
Y EXPERIMENTALES**

TESIS DOCTORAL

O CONHECIMENTO MÚTUO DAS TRADIÇÕES ETNOGRÁFICAS

NA EDUCAÇÃO ESPANHOLA E PORTUGUESA

Mascaradas e pauliteiros em terras de Zamora e Bragança

ANTÓNIO ANDRÉ PINELO TIZA

2010



Universidad de Valladolid

FACULTAD DE EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL

**DEPARTAMENTO DE DIDÁCTICA DE LAS CIENCIAS SOCIALES
Y EXPERIMENTALES**

TESIS DOCTORAL

**O CONHECIMENTO MÚTUO DAS TRADIÇÕES ETNOGRÁFICAS
NA EDUCAÇÃO ESPANHOLA E PORTUGUESA**

Mascaradas e pauliteiros em terras de Zamora e Bragança

Presentada por **ANTÓNIO ANDRÉ PINELO TIZA** para optar al
grado de doctor por la **Universidad de Valladolid**

2010

Dirigida por

Dra María Sánchez Agustí

Agradecimentos

Este trabalho de investigação ficou a dever-se a um vasto conjunto de pessoas e instituições, as quais se disponibilizaram a prestar o seu apoio imprescindível à sua realização.

Em primeiro lugar, quero expressar o meu profundo agradecimento à minha directora de tese, a Professora Doutora María Sánchez Agustí, pela extrema dedicação com que se entregou às suas tarefas de orientação, tanto no âmbito científico como metodológico.

Aos centros educativos da província de Zamora e às escolas do distrito de Bragança, na pessoa dos seus directores e dos colegas, que me facultaram a aplicação dos questionários, ao ponto de considerarem este trabalho como uma actividade educativa.

Aos alunos de Zamora e de Bragança que, na sua sinceridade, deram resposta às perguntas inseridas no questionário.

Às personalidades entrevistadas que, com as valiosas informações prestadas, me permitiram obter uma completa visão da realidade actual, no que toca às tradições e às actividades educativas.

Ao Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo” de Zamora que, com a atribuição da bolsa de estudos, me incentivou a prosseguir este trabalho.

Aos dirigentes das associações culturais e dos grupos de *paloteo* e pauliteiros que me forneceram os elementos essenciais das tradições e das danças.

A todos os meus amigos e colegas que sempre manifestaram interesse pelo desenrolar do trabalho e me incentivaram com as suas sugestões oportunas.

Por último, à minha família, pela sua compreensão e incentivo, pelo apoio prestado na resolução de problemas informáticos e pelos momentos que lhes retirei ao seu convívio.

Muito obrigado a todos.

Resumen

La provincia de Zamora y el distrito de Bragança son dos regiones fronterizas con grandes afinidades naturales y también culturales, entre las que destacan las mascaradas de invierno y las danzas de palos. Además, existen hechos históricos ocurridos en una u otra de las dos áreas geográficas, con implicaciones profundas en la Historia de ambos países – España y Portugal.

A través del presente estudio, se pretende averiguar el tipo de percepción que los niños y los jóvenes estudiantes poseen sobre estos elementos de su propia cultura y sobre los correspondientes en el otro lado de la frontera, así como el nivel de aprovechamiento por los centros educativos y por los profesores de este recurso pedagógico. Por otra parte, el conocimiento de los hechos históricos locales y regionales y de la lengua del país vecino nos permite completar la visión sinóptica representativa de una situación histórica de dos pueblos hermanos y vecinos que, hasta la eliminación de las fronteras, se ignoraban mutuamente.

De los resultados globales del estudio se deduce que, si bien tras la integración de los dos países en la Unión Europea, las instituciones regionales dieron inicio a un camino de cooperación hacia un futuro más solidario, amparado por el concepto de euroregión, los centros escolares, con algunas excepciones, se han mantenido relegados. Así, los alumnos conocen bien sus propias idiosincrasias culturales, pero desconocen las de sus vecinos. Este desconocimiento se extiende también a los hechos históricos locales y regionales, sin embargo sobre este tema se detecta en ellos una gran apertura a la introducción de ciertos contenidos de la Historia de su región y de la vecina. Será, pues, un dato que los centros escolares deberán tener en cuenta a la hora de la elaboración de sus proyectos educativos y de esta manera dar cumplimiento a la obligación de proporcionar el conocimiento de las tradiciones, de la historia y de la lengua de la región vecina, como las instituciones regionales pretenden.

Abstract

The province of Zamora and the district of Bragança are two bordering regions with great natural and cultural affinities; of which are distinguished the masked of winter and the dance of woods. Moreover, there are historical facts, occurred either in one or in the other of the two geographic areas, with deep implications in the History of the two countries - Spain and Portugal.

The present study, it is intended to inquire the level of awareness that children and young students possess on these elements of their own culture and those who correspond to them on the other side of the border, as well as the level of exploitation of this educational/pedagogical resource by schools and teachers. On the other hand/Furthermore, the knowledge of the local and regional historical facts of the language of the neighboring country, allows us to complete the representative picture of a historical situation of two brothers and neighbors countries that, until an abolition of the borders, mutually ignored themselves.

Trough the overall results of the study it appears that, although, after the integration of the two countries in the European Union, the regional institutions had initiated one walked of given hands for a more cooperative future, as if it were a Euro-region, the schools that, in general, with a few exceptions, have remained far apart. Thus, students know enough about their own cultural idiosyncrasies, but are unaware of their neighbors. This ignorance also extends to local and regional historical facts, however, on this theme, we can detect in them a big opening for the introduction of certain contents of the history of their region and nearby. It will therefore be an aspect that schools may take into consideration when drawing up their educational projects and thereby give effect to their duty to make viable the knowledge of the traditions, history and language of the surrounding region, as regional institutions have done in their areas.

Sumário

A província de Zamora e o distrito de Bragança são duas regiões fronteiriças com grandes afinidades naturais e culturais; destas destacam-se as mascaradas de Inverno e as danças dos paus. Além disso, existem factos históricos, ocorridos quer numa, quer na outra das duas áreas geográficas, com implicações profundas na História dos dois países – Espanha e Portugal.

Pelo presente estudo, pretende-se averiguar o grau de consciencialização que as crianças e os jovens estudantes possuem sobre estes elementos da sua própria cultura e dos que lhes correspondem no outro lado da fronteira, bem como o nível de aproveitamento deste recurso pedagógico por parte das escolas e dos professores. Por outro lado, o conhecimento dos factos históricos locais e regionais e da língua do país vizinho permite-nos completar o quadro sinóptico representativo de uma situação histórica de dois povos irmãos e vizinhos que, até à abolição das fronteiras, mutuamente se ignoravam.

Dos resultados globais do estudo deduz-se que, se bem que, após a integração dos dois países na União Europeia, as instituições regionais deram início a uma caminhada de mãos dadas para um futuro mais solidário, como se de uma euroregião se tratasse, as escolas que, de um modo geral e com algumas excepções, se têm mantido afastadas. Assim, os alunos conhecem suficientemente as suas próprias idiossincrasias culturais, mas desconhecem as dos seus vizinhos. Este desconhecimento estende-se também aos factos históricos locais e regionais, não obstante, sobre este tema, se detecte neles uma grande abertura para a introdução de certos conteúdos da História da sua região e da vizinha. Será, pois, um dado que as escolas poderão tomar em apreço na elaboração dos seus projectos educativos e, desta maneira, dar seguimento ao seu dever de viabilizar o conhecimento das tradições, da história e da língua da região vizinha, tal como as instituições regionais o vêm fazendo nas suas áreas de intervenção.

ÍNDICE

Parte I – Finalidade e delineamento da investigação

Capítulo I. Justificação da investigação.

1. Zamora e Bragança: uma vivência comum.....	21
2. Aspectos comunitários.....	22
3. Elementos geográficos e históricos.....	24
4. Estudos etnográficos.....	27
5. Afinidades histórico-culturais – um recurso educativo?	31

Capítulo II. Tradições etnográficas e história comum em terras de Zamora e Bragança. Estado da questão.

1. Mascaradas de Inverno da província de Zamora e do distrito de Bragança.	35
1.1. Caracterização dos mascarados	36
1.2. O tempo e o espaço dos rituais de mascarados	40
1.3. Os ritos solsticiais	49
1.4. Os ritos da fertilidade.....	61
1.5. As funções profiláticas.....	69
1.6. O zoomorfismo nas máscaras	76
1.7. A luta dos opostos.....	81
1.8. O carácter sagrado da máscara.....	85
2. A dança dos paus nas tradições festivas da província de Zamora e do distrito de Bragança	89
2.1. A implantação da dança	89
2.2. As origens da dança	91

2.3. Os trajes dos dançarinos	94
2.4. A estrutura coreográfica da dança.....	98
2.5. A música tradicional da dança dos paus	101
2.6. O contexto festivo da dança dos paus	103
2.7. As personagens míticas da dança dos paus	106
2.8. Os laços – Danças comuns a Zamora e Bragança	108
3. A História Local – Factos relacionados com ambas as regiões: Zamora e Bragança	111
3.1. Os Zoelas	114
3.2. Os Celtiberos – Viriato.....	115
3.3. Os Vaceus	122
3.4. A Convenção de Zamora	123
3.5. A acção dos mosteiros	125
3.6. O Tratado de Alcañices	127
3.7. O Tratado de Babe	129
3.8. Bragança – cidade	130
3.9. Zamora – cidade.....	133
3.10. Zamora e Bragança – cidades irmanadas.....	135
3.11. A Fundação Rei Afonso Henriques.....	137
4. O conhecimento das línguas vizinhas às duas regiões	138
 Capítulo III. Perguntas, objectivos e hipóteses da investigação.	
1. Perguntas da investigação	143
2. Objectivos	145
3. Hipóteses	148
4. Variáveis de análise.....	156

4.1. Variáveis dependentes.....	156
4.2. Variáveis independentes.....	158

Capítulo IV. Metodologia

1. Tipo de investigação: estudo não experimental.....	165
2. A amostra de estudo.....	167
3. Os instrumentos da investigação.....	179
3.1. O questionário.....	179
3.1.1. Questões sobre a história local.....	180
3.1.2. Questões sobre o conhecimento da língua do país vizinho	182
3.1.3. A elaboração do questionário.....	183
3.2. As entrevistas	187

Parte II. Análise e interpretação dos resultados

Capítulo V. Cultura e tradições: mascaradas da província de Zamora e do distrito de Bragança.

1. Tipos de tradições conhecidas pelos alunos.....	191
2. Processos de aquisição do conhecimento das tradições.....	202
2.1. Formas de conhecimento, por níveis sociais	206
2.2. Participação dos pais nas celebrações	208
2.3. Assistência às celebrações no país vizinho	211
3. Valorização das tradições	213
3.1. Interesse que as tradições despertam.....	213
3.2. Importância das tradições para a cultura local.....	217

3.3. Assistência às celebrações festivas do país vizinho	221
3.4. Observação das reacções	225
4. Elementos constituintes dos rituais dos mascarados.....	232
5. A música tradicional nas celebrações festivas.....	236
6. O impacto social das festividades tradicionais	239
7. Organização das festas tradicionais.....	244

Capítulo VI. As danças tradicionais do paloteo ou pauliteiros

1. A existência dos grupos de pauliteiros/paloteo.	256
2. Elementos constituintes dos grupos de paloteo ou pauliteiros	262
2.1. A formação dos grupos	262
2.2. O acompanhamento musical da dança.....	266
2.3. Os trajes dos dançarinos	270
3. Ambientes de actuação dos pauliteiros/paloteo.....	272
3.1. Ambientes festivos.....	272
3.2. Âmbito geográfico das actuações do paloteo ou pauliteiros	280
4. Organização dos grupos.....	284
5. Importância da manutenção das danças do paloteo ou pauliteiros	288
5.1. Valorização das danças	288
5.2. Impacto social das danças.....	292
5.3. As opiniões segundo os sexos	305

Capítulo VII. A história local

1. Os factos da história local.	311
2. Importância do estudo da história local	359
3. Importância do estudo da história da região contígua do país vizinho.....	361

4. Os contactos com a região vizinha	365
4.1. Contactos segundo os níveis sociais	366
4.2. Contactos segundo as zonas populacionais.....	369
5. O conhecimento de localidades do outro lado da fronteira	373
6. Monumentos identificados durante as visitas	378

Capítulo VIII. O conhecimento da língua

1. Compreensão escrita	391
2. O ensino da língua espanhola nas escolas inquiridas.....	398
3. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente dos sexos	405
4. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente dos níveis sociais.....	408
5. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente dos meios urbanos/rurais	411
6. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente das escolas públicas/privadas.....	414
6.1. Escolas públicas/privadas de Bragança.....	416
6.2. Escolas públicas/privadas de Zamora	417
7. Síntese.....	418

Capítulo IX. Conclusões

1. Visão global das tradições de mascarados	421
2. A dança dos paus	422
3. O valor educativo da cultura local	425
4. A vivência das tradições.....	426
5. O valor educativo das danças dos paus	428
6. O incremento das danças dos paus	429

7. A História comum	431
8. O conhecimento mútuo das línguas	434
9. Síntese final.....	436

Bibliografia

Anexos

ÍNDICE DOS QUADROS

1. Tradições de mascarados – Localização no espaço e no tempo – Província de Zamora	44
2. Tradições de mascarados – Localização no espaço e no tempo – Distrito de Bragança	46
3. O ensino do Espanhol na Escola Paulo Quintela de Bragança.....	139
4. O ensino do Espanhol na Escola Miguel Torga de Bragança	140
5. O ensino do Espanhol na Escola de Macedo de Cavaleiros.....	140
6. Escolas/centros escolares da província de Zamora abrangidos pelo questionário.....	168
7. Escolas do distrito de Bragança abrangidas pelo questionário	169
8. Localização das mascaradas na província de Zamora e nos respectivos centros escolares	171
9. Localização das festas com máscaras no distrito de Bragança e nas escolas da sua área de influência	173
10. Centros escolares de Zamora com danças de paloteo	176
11. Grupos de pauliteiros do distrito de Bragança	177
12. Tipo de tradições e mascaradas conhecidas pelos alunos	194
13. Conhecimento das tradições – Quadro-síntese por sexos e regiões	197
14. Conhecimento das tradições – Quadro-síntese por meios rurais e urbanos....	201
15. Formas de conhecimento das tradições.....	203
16. Assistência às celebrações, por níveis sociais.....	206
17. Participação dos pais dos alunos nas celebrações	210
18. Interesse que as tradições despertam nos alunos	213

19. Quadro de indicadores do interesse das tradições, por escola/centro e nível de escolaridade.....	215
20. Importância das tradições manifestada pelos alunos	218
21. Quadro de indicadores da importância das tradições para a cultura local, por escola/centro e nível de escolaridade.....	219
22. Interesse pelas tradições do país vizinho	223
23. Observação da assistência às celebrações, pelos alunos	226
24. Observação da assistência às celebrações, por escola/centro escolar e nível de escolaridade.....	228
25. Observação da assistência às celebrações (desvio verificado).....	230
26. Taxonomia das festas referidas pelos alunos	231
27. Rituais constituintes das mascaradas	232
28. Grupos musicais nas celebrações festivas	238
29. Opiniões – Impacto social das tradições.....	240
30. Organização das celebrações festivas	245
31. Distribuição geográfica dos grupos de pauliteiros	258
32. Grupos de paloteo/pauliteiros – Existência, formação e música acompanhante	260
33. Existência de grupos declarada pelos alunos, segundo as localidades	261
34. Acompanhamento musical da dança dos paus	269
35. Trajes dos dançarinos do paloteo/pauliteiros	271
36. Festas com danças de paloteo/pauliteiros	275
37. Festas referenciadas no Planalto Mirandês.....	277
38. Festas referenciadas na província de Zamora	278
39. Âmbito geográfico das actuações dos pauliteiros	282
40. Direcção e orientação dos grupos de paloteo/pauliteiros	286
41. Opiniões – Impacto social das danças dos paus	292

42. Opiniões dos alunos de Zamora sobre as danças, por sexos, níveis sociais e zonas populacionais.....	298
43. Opiniões dos alunos de Bragança sobre as danças, por sexos, níveis sociais e zonas populacionais.....	300
44. Taxonomia das opiniões expressas.....	303
45. Opiniões dos alunos sobre as danças dos paus, por sexos.....	306
46. Alunos com referências à história local – Quadro-síntese por sexos.....	314
47. Listagem dos factos da história local – Distrito de Bragança – Alunos das escolas de Bragança.....	315
48. Factos históricos – Escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário de Macedo de Cavaleiros.....	321
49. Factos históricos – Escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário de Mogadouro	323
50. Factos históricos – Escola dos 2º e 3º ciclos do ensino Básico e Secundário de Miranda do Douro	325
51. Factos históricos – Escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Secundário de Vinhais.....	329
52. Factos históricos – Escola dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico de Torre de Dona Chama	331
53. Factos históricos – Escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico de Sendim.....	332
54. Província de Zamora – Factos históricos – Alunos das escolas públicas da cidade de Zamora	336
55. Factos históricos – Colegio Santísima Trinidad “Amor de Diós” de Zamora	343
56. Factos históricos – Alunos das escolas da comarca de Sanabria.....	346
57. Factos históricos – Alunos das escolas da vila de Alcañices	351
58. Factos históricos – Alunos das escolas de Almeida de Sayago e Villamor de los Escuderos	355
59. Factos históricos – Alunos das escolas da comarca de Aliste.....	356
60. Factos históricos – Alunos das escolas da comarca de Tierra de Pan	358
61. Factos históricos – Alunos da escola de Moraleja del Vino.....	358

62. Importância do estudo da história local, por sexos.....	361
63. Importância do estudo da história da região vizinha, por sexos.....	363
64. Conhecimento da região vizinha	365
65. Distribuição dos alunos por níveis sociais	366
66. Quadro geral das escolas – Conhecimento da região vizinha, por níveis sociais.....	367
67. Conhecimento da região de Zamora (por zonas populacionais) – Alunos de Bragança	369
68. Conhecimento da região de Bragança (por zonas populacionais) – Alunos de Zamora	371
69. Localidades visitadas + número de alunos que as visitaram – Distrito de Bragança	373
70. Localidades visitadas + número de alunos que as visitaram – Província de Zamora	375
71. Monumentos referenciados pelos alunos portugueses	378
72. Monumentos referenciados pelos alunos espanhóis.....	381
73. Lista das frases para a respectiva tradução	392
74. Conhecimento da língua da região vizinha – Resultados globais.....	394
75. As escolas inquiridas e o ensino do Espanhol.....	398
76. O ensino do Espanhol na Escola Paulo Quintela de Bragança.....	400
77. O ensino do Espanhol na Escola de Macedo de Cavaleiros.....	400
78. O ensino do Espanhol na Escola Miguel Torga de Bragança	400
79. As escolas de Bragança e o ensino do Espanhol – Resultados	401
80. Escola Secundária de Miranda do Douro – Comparação de dados	403
81. Escola Secundária de Vinhais – Comparação de dados.....	404
82. Conhecimento da língua da região vizinha (por sexos)	406
83. Conhecimento da língua da região vizinha (por níveis sociais)	409
84. Médias dos índices positivos/negativos (por níveis sociais)	410

85. Conhecimento da língua espanhola (por zonas urbanas/rurais) – Alunos de Bragança	412
86. Conhecimento da língua portuguesa (por zonas urbanas/rurais) – Alunos de Zamora	413
87. Conhecimento das línguas (por escolas públicas/privadas).....	415

ÍNDICE DOS GRÁFICOS

1. Distribuição dos alunos por níveis sociais	161
2. Distribuição dos alunos por sexos	162
3. Distribuição dos alunos por escolas do meio urbano/rural	163
4. Valorização da assistência às celebrações no país vizinho.....	221
5. Acompanhamento musical das celebrações	236
6. Valorização das danças do paloteo/pauliteiros.....	289
7. Distrito de Bragança – Alunos que indicaram factos históricos locais	313
8. Província de Zamora – Alunos que indicaram factos históricos locais.....	314
9. Importância do estudo da história local	360
10. Estudo da história da região contígua do país vizinho	362
11. Bragança – Conhecimento da região vizinha.....	370
12. Zamora – Conhecimento da região vizinha	372
13. Conhecimento da língua da região vizinha – Perspectiva sinóptica.....	394

ÍNDICE DOS MAPAS

1. Mascaradas de Inverno em Bragança e Zamora	175
2. Grupos de pauliteiros e paloteo em Bragança e Zamora	178

PARTE I. FINALIDADE E DELINEAMENTO DA INVESTIGAÇÃO

Capítulo I. Justificação da investigação

1. Zamora e Bragança: uma vivência comum

A província de Zamora e o distrito de Bragança são duas regiões limítrofes que, para além da proximidade geográfica, possuem uma memória histórica e uma cultura popular caracterizadas por grandes afinidades. Nem a passagem do tempo nem as vicissitudes políticas, que dividiram Espanha e Portugal e estas duas regiões, conseguiram apagar as características comuns da cultura destes dois povos irmãos. Por outra parte, a convivência entre ambas as populações sempre foi um facto, mantendo entre si estreitos laços de cooperação e de entreaajuda que os conflitos entre os dois reinos nunca apagaram.

As trocas comerciais, ao nível local, permitiram aos povos fronteiriços suavizar as dificuldades económicas e de sobrevivência, sobretudo nas épocas de crise e, mais recentemente, durante a vigência das duas ditaduras ibéricas. Digamos que os dois espaços geográficos sempre se mantiveram à margem das lutas entre os dois países, e nunca a solidariedade deixou de existir entre si. Por isso, a partilha dos laços históricos, que vem já dos tempos da ocupação celta e romana, se prolongou até à actualidade, de onde resultou uma cultura popular, que julgo ser partilhada. São dois elementos desta cultura – as mascaradas e as danças dos paus – que constituem o cerne desta investigação.

Desta história e desta cultura podemos destacar a ocupação dos Celtas, com a formação do povo Astur, “ao qual pertencia a gente Zoelae”¹, e a integração na província romana da Galécia e, mais tarde, no reino dos Visigodos e no de Leão e Castela, ao tempo da Reconquista Cristã. Desta unidade política e social resultou a partilha do que julgo ser uma mesma cultura que se constata hoje em certas formas de organização social, nas manifestações festivas de cariz mais arcaico, nos rituais, nos seus personagens, adereços e simbologia comuns, na música tradicional e nas danças mais primitivas, cuja origem se pensa ser pré-romana e celta. Estas formas de

¹ SILVA, João Belmiro e GOMES, Catarina Sofia (1999), *Bragança – Um Sabor a Gente e a Terra*, Anégia

expressão da cultura popular revelam um carácter identitário comum, acentuado pela circunstância de ambas as regiões deterem o mesmo afastamento em relação aos centros políticos de decisão do respectivo país. Esta situação foi, em parte, responsável pelo “esquecimento” a que ambas as regiões foram votadas, ao longo de séculos, por parte dos poderes centrais; a nível interno, reforçou os elos de solidariedade comunitários e de entreajuda.

Estas afinidades são reconhecidas por Juan Ignacio Plaza Gutiérrez e Luis Alfonso Hortelano Mínguez, do Departamento de Geografía da Universidade de Salamanca, na *Presentación* à reedição da obra de Don Santiago Méndez Plaza *Costumbres Comunes de Aliste*: “Igualmente señala extremos muy particulares que caracterizan la común situación marginal y periférica de dos espacios comarcales ibéricos como el Trás-os-Montes português y el Aliste español”². Resume o autor a situação económica e social, referente aos finais do século XIX: “Confina esta región com la parte más pobre de Portugal, de la que, lejos de aprender, a ella enseñan los alistanos, sobreponiéndose el tráfico e industrias de éstos al del país convecino, que aun teniendo mejor suelo y clima más templado, por el atraso de su agricultura necesita importar más productos españoles que nosotros de ellos”³. Estes condicionalismos, a par dos ancestrais laços históricos, terão determinado a vigência dos mesmos costumes que, em parte, ainda hoje permanecem.

2. Aspectos comunitários

O comunitarismo constitui um dos aspectos mais marcantes das afinidades entre os dois povos, sobretudo entre Aliste e a Terra Fria Bragançana, para além das celebrações festivas das mascaradas e das danças dos paus, que adiante analisaremos em maior profundidade.

A partilha de terrenos comunitários, sobretudo para “los aprovechamientos de pastos e leñas”⁴, é uma característica das comunidades rurais do Nordeste Transmontano e da província de Zamora, com “estructuras sociales y económicas atrasadas, signos que se reforzaban mucho más hacia el oeste fronterizo y alejado de la capital, al igual que en otros espacios relativamente cercanos como Sanabria, el Trás-os-Montes português, La Cabrera leonesa y el mismo Sayago”⁵. Estes autores

² PLAZA GUTIÉRREZ, Juan ignacio e HORTELANO MÍNGUEZ, Luis Alfonso (2002), *Presentación* à obra *Costumbres Comunes de Aliste*, de MÉNDEZ PLAZA, Santiago (1897), reedição do Ayuntamiento de Riofrío de Aliste e Semuret, Zamora, p. 32.

³ MÉNDEZ PLAZA, Santiago (1897), *Costumbres Comunes de Aliste*, reed. Ayuntamiento de Riofrío de Aliste e Semuret, Zamora, p. 53.

⁴ *Idem*: 59.

⁵ PLAZA GUTIÉRREZ e HORTELANO MÍNGUEZ, *Op. Cit*: 22.

acabam por definir, em termos socioeconómicos, a área geográfica que é objecto do presente estudo educativo e cultural.

Estes costumes comunitários foram estudados, em meados do século XX, pelo antropólogo Jorge Dias, nomeadamente em Trás-os-Montes e detalhadamente em Rio de Onor, freguesia do concelho de Bragança. Na introdução à sua obra *Rio de Onor – Comunitarismo Agro-pastoril*, refere: “Ainda hoje são frequentes no nosso país e no país vizinho traços de organização comunitária”⁶. O autor, ao realizar o trabalho de campo, tomou conhecimento das similitudes organizacionais, sem generalizar, entre as sociedades das duas regiões, referindo “as populações célticas, portadoras de economias pastoris e hortícola-pastoris”, que ocuparam o norte da Península, como estando na origem da “tradição comunitária”⁷.

Como elementos deste comunitarismo salientam-se: o conselho, “instituição comunitária por excelência”⁸, espaços e recursos que todos os vizinhos da localidade têm o direito de usufruir, os prados e pastos do povo, “rozadas periódicas”⁹ as estruturas de utilização pública, como os moinhos, a forja, o lagar e “o forno comum onde, à vez, as mulheres cozem o pão da família”¹⁰. É óbvio que a realidade difere de uma para a outra região, como é diferente de umas para outras localidades no seio de cada região. Mas o que se torna essencial é a coexistência, desde há séculos, do mesmo tipo de organização comunitária nas comarcas zamoranas e nos concelhos bragançanos fronteiriços.

Esta partilha de elementos comuns de organização social, abordados aqui ao de leve, em conjunto com a pesquisa em profundidade dos elementos culturais, constante no corpo do trabalho, são os suficientes para que possamos falar no conceito e na possibilidade de formação “de una región histórica”¹¹, baseada em “una historia y cultura comum”¹², ou seja, no mesmo património imaterial. A identidade de um povo, “que é colectiva, formada pelos costumes, os hábitos, os processos...”¹³, consolida-se “en el terreno antropológico, según sus dos modalidades principales a

⁶ DIAS, Jorge (1953), *Rio de Onor – Comunitarismo Agro-pastoril*, Editorial Presença, Lisboa, p. 13.

⁷ *Idem*: 22.

⁸ TIZA, António A. Pinelo (1998), *Formas de inter-ajuda e de gestão de bens comunitários*, in *Tellus, Revista de Cultura Trasmontana e Duriense*, nº 29, Outubro 98, Vila Real, p. 79.

⁹ MÉNDEZ PLAZA, *Op. Cit.*: 59.

¹⁰ DIAS, Jorge, *Op. Cit.*: 13.

¹¹ BAYLINA, Mireia (1999), *Los conceptos clave. Un ejemplo: el concepto de región*, in *Íber – Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 21, año VI, julio 1999, Ed. Graó Educación de Serveis Pedagògics, Barcelona, p. 64.

¹² *Ibidem*.

¹³ DURAND, Gilbert (1979), *A Imaginação Simbólica*, Editora Arcádia, SARL, Lisboa, p. 71.

través precisamente de la cultura y de la personalidad”¹⁴; são, justamente, estes dois conceitos que constituem o cerne do problema deste trabalho de investigação.

3. Elementos geográficos e históricos

Em todo o caso, entre as duas regiões limítrofes (Braganaça e Zamora) existem ainda consideráveis afinidades geográficas. Assim, os elementos naturais associados aos culturais, sociais e económicos poderão constituir os ingredientes necessários à definição de uma euroregião.

Grande parte do território zamorano “se halla situado dentro de la meseta central, esa enorme altiplanicie que constituye el núcleo de España y que a esas alturas se há convertido ya en submeseta septentrional”¹⁵. Para este, o território planáltico estende-se por Tierras del Vino, Toro e Tierra de Campos e, a norte, Benavente. A esta zona da provincia de Zamora corresponde o Planalto Mirandês, no distrito de Bragança. A anatomia destes dois espaços é semelhante; se a Terra de Miranda se apresenta plana, a comarca de Sayago é “una tierra relativamente llana, cuya uniformidad se rompe con las enormes aglomeraciones de pañascales graníticos que surgen por doquier en caprichosas masas”¹⁶. O planalto ibérico é apenas cortado pelo “profundo tajo excavado por el Duero, inmediatamente disuelto en la perspectiva inmensa de la penillanura”¹⁷. No rebordo do planalto, de uma e outra margem, “o declive começa a ser muito forte e começam a encaixar-se de forma rápida e precipitada as Arribas do Douro Internacional”¹⁸. O rio passa entre as terras de Sayago, Aliste e o Planalto Mirandês que se entende até Mogadouro e Freixo de Espada à Cinta. Para completar a similitude, temos o Parque Natural do Douro Internacional, na margem direita do rio, e o Parque Natural de Arribes del Duero, na margem esquerda: a mesma “penillanura, formada sobre materiales graníticos y pizarrosos”¹⁹, a mesma cultura cerealífera, as mesmas actividades agrícolas e pastoris tradicionais, as mesmas “masas arboladas constituídas por querquíneas”²⁰; o aspecto da paisagem apresenta a mesma configuração: “mistura o castanho dos solos xistosos e trabalhados e varridos de ervas, com o verde azul desmaiado da oliveira, o verde eléctrico ou conforme a

¹⁴ BUENO MARTÍNEZ, Gustavo (2001), *Identidades y educación: la perspectiva de un filósofo*, in *Identidades y Territorios – Un Reto para la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de Profesores de las Ciencias Sociales, Oviedo, p. 6.

¹⁵ ALBA, Juan Carlos (1986), *Zamora, Guía de la Provincia*, Diputación de Zamora, p. 9.

¹⁶ *Ibidem*.

¹⁷ VAZ, Ernesto Albino (2006), *Ruta de los castros mirandeses de las Arribes del Duero*, in SER QUIJANO, Gregorio del (coord.), *Ruta de Castros y Verracos de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro, Mogadouro y Penafiel*, Institución “Gran Duque de Alba”, Diputación de Ávila, p. 143.

¹⁸ FERREIRA, Carlos do Nascimento (2003), *Toponímia, Paisagem e Ambiente – Uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda* (tese de mestrado), Universidad de Salamanca, p. 123.

¹⁹ PALACIOS ALBERTI, Jesús y otros (1998), *El Parque Natural de Arribes del Duero*, in *Entre Dos Margens – Douro Internacional*, João Azevedo Editor, Mirandela, p. 179.

²⁰ *Idem*: 182.

estação, os ocres dos vinhedos; pequenas manchas de figueiras e amendoeiras misturam-se aos verdes escuros dos matorrais, que no início da Primavera se desmultiplicam em todas as cores belas e luxuriantes da terra”²¹.

A arquitectura popular teve, forçosamente, que se adaptar ao rigor do clima e às actividades desenvolvidas: as casas de pedra, com amplos espaços para o gado, alfaias agrícolas e, mesmo entre muros, pequenas hortas, de modo que podemos afirmar, com Arsenio Dacosta: “La casa popular [sayaguesa] es el núcleo material de una unidad de producción, la de la familia campesina”²², ou como constata Juan Panero, “totalmente irregular en el trazado y hecha caprichosa y anárquicamente en función de las necesidades, economía y gusto de cada familia”²³. Transitando de um ao outro lado do rio ou percorrendo o planalto em direcção a Aliste, as semelhanças são tais que, não havendo outra qualquer indicação, não daríamos conta da passagem de um a outro país.

Historicamente falando e segundo a investigação efectuada por José Marques, professor catedrático da Faculdade de Letras do Porto, a comarca de Aliste terá pertencido à diocese de Braga, no século VI. Citando o texto da *Divisio Theodomiri*, refere que lhe atribui, entre outras, “dezoito paróquias de *vici* e doze de *pagi*, estas últimas com larga representação actual representação na actual região transmontana de *Pannonias*, *Laetera* e *Brigantia*, a que posteriormente foram acrescentados os territórios de *Alliste* e *Villariza*”²⁴; ou seja, Bragança e Aliste pertenciam à mesma diocese e constituíam uma mesma região caracterizada por um “elevado índice de despovoamento”²⁵, situação que, com excepção de curtos períodos históricos, se manteve até aos nossos dias.

A comarca de Sanábria diferencia-se claramente da meseta por ser “la más accidentada de la provincia, con alturas que superan los 2.000 metros”²⁶ – a vasta e imponente serra de Sanábria; o paralelismo desta anatomia encontra-se agora em terras de Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros, zona montanhosa de menor altitude – as serras de Montesinho, Nogueira e Bornes. Terá sido este conjunto montanhoso a definir os limites do território do antigo povo Zoela?

Seja como for, os espaços naturais não conhecem fronteiras; a área do Parque Natural del Lago de Sanabria “tiene su correspondiente réplica en Montesinho al outro

²¹ FERREIRA, *Op. Cit.*: 125.

²² DACOSTA, Arsenio (2000), *Arquitectura Popular Sayaguesa*, ADOBE, Gestión de Patrimonio Histórico, Salamanca, p. 55.

²³ PANERO, Juan Antonio (2005), *Sayago – Costumbres, Creencias y Tradiciones*, 2ª ed., ADERISA, Zamora, p. 17.

²⁴ MARQUES, José (2004), *Estruturação administrativa e social do Nordeste Transmontano, no período medieval. Alguns aspectos*, in *Brigantia*, vol. XXIV, nº 3/4, Bragança, p. 5.

²⁵ *Ibidem*.

²⁶ ALBA, *Op. Cit.*: 10.

lado de la raya”²⁷ – o Parque Natural de Montesinho. Na verdade, são iguais as suas características naturais; o Nordeste Transmontano, constituído pela área administrativa do distrito de Bragança, situa-se no maciço antigo e as rochas que entram na sua composição de modo mais determinante são granitos e xistos”²⁸; na flora, bosques de teixos, castanheiros, carvalhos, freixos... e na fauna, o lobo ibérico, o javali, o veado, a raposa, a truta...; de resto, em ambos os lados a paisagem apresenta-se “con planícies de entre 700 y 800 metros de altitud que encierran valles estrechos y profundos [...]. Si la morfología obedece en su mayoría a cuestiones naturales, la intervención del hombre en las construcciones tradicionales de estas zonas generan una faceta integrada en el contexto con sabiduría y el aprovechamiento de los materiales que el propio entorno ofrece”²⁹: a pedra (granito e xisto), materia-prima da casa, a ardósia como cobertura natural, a madeira para as portas, janelas e varandas; a estrutura tradicional arquitectada em função do clima rigoroso, com dois pisos, ficando a parte térrea para os animais, servindo, ao mesmo tempo de aquecimento do piso superior; “son elementos arquitectónicos tradicionales que nos encontramos a ambos lados de la raya”³⁰. Mais para o interior desta área, a paisagem arquitectónica tradicional mantém-se no essencial, com a diferença da cobertura que muda da ardósia para a telha cerâmica, sendo esta fabricada na própria região – a olaria artesanal. De resto, em termos demográficos, deparamos com a mesma realidade: a desertificação humana dos meios rurais, acentuada com a emigração, a partir dos anos sesenta do século passado.

O distrito de Bragança é constituído ainda por uma outra área geográfica que não tem correspondência na província de Zamora: a Terra Quente Transmontana. Situa-se esta ao sul do distrito e possui a mesma formação geológica, com montanhas de baixa altitude e planícies, como o vale da Vilariga; por se situar junto ao rio Douro e na foz dos rios Sabor e Tua, goza de um clima ameno que lhe proporciona o cultivo de hortícolas e de produtos mediterrânicos, como o azeite, o vinho, a laranja e a amêndoa. Sendo esta zona diferenciada da chamada Terra Fria, mais a norte, também o é da província de Zamora, tanto em termos culturais como históricos; talvez por isso, a organização comunitária, as festas com máscaras e as danças dos pauliteiros não façam parte das tradições da Terra Quente Transmontana.

²⁷ *Guía de Carreteras e Información Turística – Bragança/Zamora*, Diputación de Zamora, s/p.

²⁸ REIS, António Carmo (2005), *Nova História de Portugal*, 4ª. edição actualizada, Casa das Letras, Cruz Quebrada, p. 18.

²⁹ *Guía de Bragança/Zamora*.

³⁰ *Ibidem*.

4. Estudos etnográficos

Apesar de todas estas afinidades naturais e culturais entre as duas áreas geográficas e suas gentes, prevalece ainda um grande desconhecimento mútuo entre zamoranos e bragançinos. O fenómeno verifica-se sobretudo ao nível da população em geral; a sua aproximação mútua tem-se vindo a efectuar, paulatinamente, após a abolição das fronteiras, determinada pela aplicação das medidas do Tratado da União Europeia; de facto, a possibilidade de circular e permanecer em todo o território da União teve um efeito mais imediato e benéfico nos povos vizinhos, como é o caso de Zamora e Bragança. Contudo, há muito caminho ainda a percorrer.

Este desconhecimento manifesta-se ao nível dos costumes, da cultura, da História local e nacional e da língua (apesar das semelhanças dos dois principais idiomas ibéricos, que resultam da proximidade física dos seus falantes e da sua origem comum). Este sintoma – o do desconhecimento da língua, de parte a parte – constitui o sinal mais claro do desconhecimento das idiosincrasias do vizinho povo irmão.

A minha experiência como investigador da Etnografia dos meios rurais de um lado e do outro da fronteira permite-me tecer estas considerações. Na verdade, são já vinte anos de trabalho de campo e de estudo das tradições bragançanas e de mais de seis anos dedicados também e em simultâneo às zamoranas, sobretudo das comarcas de Aliste, Sanábria, Sayago e Tierra del Pan. Nas festividades tradicionais, eventos etnográficos, encontros ou congressos realizados na província de Zamora sempre encontrei alguém da minha região; porém, eram poucos e ali se deslocavam com igual intuito investigativo. Da mesma forma, encontrei, nas terras bragançanas, estudiosos, jornalistas, fotógrafos e produtores audiovisuais de Zamora e de Espanha, em geral, que eram quase sempre os mesmos, com quem, aliás, fiz grandes amizades. Contudo, nunca eram pessoas do povo que ali se deslocassem para conhecer esta ou aquela festividade tradicional, mesmo que esta se realizasse em localidades muito próximas da fronteira. Não se incluem nesta constatação as grandes romarias internacionais, que essas sim, são participadas e a elas acorrem multidões de zamoranos e bragançanos.

O estudo das tradições festivas de Inverno, com ou sem o uso das máscaras envolveu, naturalmente, o trabalho de campo e a pesquisa documental e bibliográfica, quer do ponto de vista etnográfico, que antropológico.

O trabalho de campo tem-se desenvolvido, no que se refere à área geográfica de Bragança, ao longo de mais de vinte anos; no que concerne à província de Zamora, este trabalho começou há cinco anos e dele resultaram duas obras, em co-autoria, referidas no capítulo do Estado da Questão. É oportuno referir a dificuldade temporal que este trabalho de campo das mascaradas envolve: celebrando-se a maioria delas nos mesmos ciclos festivos, o Natal, Ano Novo e Reis e o Carnaval, quer isto dizer que

são várias as que coincidem nas mesmas datas e que não é possível num só ano assistir a todas elas; foram necessários três ou quatro anos para que todas fossem observadas e estudadas com o rigor adequado que a investigação exige. Esta mesma dificuldade é aplicada às festividades cíclicas com pauliteiros e *paloteo*.

O estudo etnográfico de campo realizou-se basicamente com o recurso às seguintes técnicas:

- a observação directa intensiva, tentando “penetrar até às pequenas comunidades e aos comportamentos individuais, procurando a visão em profundidade”³¹ restringida aos rituais com mascarados das festas de Inverno e à dança dos pauliteiros/*paloteo*, nos diversos momentos de exibição, sobretudo nos rituais festivos;

- entrevistas aos intérpretes dos rituais de mascarados, dirigentes de associações locais neles envolvidos, directores dos grupos de pauliteiros/*paloteo*, formadores ou animadores de projectos relacionados com a música e as danças, professores de escolas que contemplam, nos seus projectos educativos, actividades centradas na máscara tradicional, estudiosos locais que fazem investigação sobre estas duas temáticas;

- registos fotográficos e videográficos das actuações dos mascarados no seu contexto festivo;

- registos fotográficos e videográficos das actuações dos bailarinos de pauliteiros/*paloteo*, nos seus diferentes contextos: festas, peditórios, procissões, espectáculos populares de diversão ou entretenimento, ensaios, encontros de grupos de bailarinos, etc.;

- recolha e registo escrito e fotográfico, no terreno, de todos os elementos e adereços afectos aos rituais dos mascarados (máscaras, trajes, varas, cajados, tenazes, chocalhos, materiais usados na sua construção...), bem como da dança dos pauliteiros e do *paloteo* (música e letra dos laços, instrumentos musicais, trajes, chapéus, coroas, enfeites...).

A consulta bibliográfica e documental foi um recurso imprescindível para o aprofundamento dos dados adquiridos no terreno, quer relativamente às mascaradas, quer à dança dos pauliteiros ou *paloteo*; se, por um lado, a consulta de obras e de trabalhos permitiu confirmar e complementar os factos observados, por outro lado, a observação *in loco* possibilitou a actualização dos elementos constituintes dos rituais festivos e das danças. Na verdade, algumas destas obras monográficas foram escritas há um certo tempo, o suficiente para que, nesta época de mudanças constantes, algumas alterações, mais ou menos profundas, se tivessem verificado nos dois

³¹ BARATA, Óscar Soares (1989), *Introdução às Ciências Sociais*, Bertrand Editora, Lisboa, p. 149.

aspectos da cultura popular que são objecto da investigação. Podemos apontar alguns exemplos bem significativos:

1. A transferência de datas da celebração de mascaradas, na comarca de Aliste, do solstício de Inverno para o período festivo do Verão; todas as obras com mais de duas décadas ignoram este facto, porque assim era ao tempo em que foram escritas;
2. A menção de festividades com máscaras já desaparecidas na actualidade e a ausência de tratamento de outras que, nos últimos anos, foram revitalizadas;
3. As festas dos rapazes, na região de Bragança, Vinhais e Miranda do Douro, eram participadas apenas por rapazes solteiros e assim vem descrito pelos autores do século passado; contudo, hoje em dia, algumas delas deixaram cair este procedimento tradicional, aceitando no seu seio homens casados; também o papel dos “caretos” só podia ser desempenhado por rapazes, sendo que agora, em algumas localidades, a ele podem aceder também as moças;
4. A constituição exclusivamente masculina dos grupos de *paloteo*, na província de Zamora, referida pelos autores da primeira metade do século passado, não corresponde à realidade actual; hoje todos os grupos são mistos ou exclusivamente femininos, consoante a disponibilidade do momento;
5. Na Terra de Miranda, quase todos os autores referem a dança dos pauliteiros como sendo executada só por rapazes; a verdade é que, nestes últimos quatro ou cinco anos, apareceram grupos de pauliteiras e de “pauliteiricos”, constituídos exclusivamente por moças e por crianças, respectivamente.

Assim, se o recurso à consulta bibliográfica e documental nos permite assegurar a antiguidade destas tradições, a observação e os contactos efectuados no terreno dão-nos a possibilidade de verificar os casos em que elas se mantêm intactas e aqueles em que se verificou alguma evolução e o sentido em que elas se verificaram. Ou seja, aquelas dão conta do quadro da situação das tradições ao tempo em que foram escritas e estes informam-nos do quadro actual. Ambos os recursos são essenciais e complementam-se mutuamente.

A bibliografia consultada para o desenvolvimento dos capítulos das mascaradas e da dança dos pauliteiros, que fazem parte do Estado da Questão, é constituída por obras que podemos classificar da seguinte forma:

1. Obras e trabalhos de carácter etnográfico que tratam das festividades com máscaras e das danças dos pauliteiros de Miranda do Douro e do *paloteo* da província de Zamora;

2. Obras de cariz antropológico sobre os diferentes elementos constituintes dos mascarados e da dança dos paus, localizados nas duas regiões em estudo ou em qualquer outro espaço geográfico em que eles subsistem e que ajudam à compreensão destes factos culturais; em geral, são de autores consagrados no campo da antropologia;
3. Trabalhos e obras históricas, sobretudo as que se referem aos povos antigos e medievais que habitaram esta área da Península Ibérica, cujos costumes, organização social, actividades económicas, religião, etc. nos ajudam a compreender os actuais ritos de mascarados e das danças dos pauliteiros/*paloteo*;
4. Documentos referentes a estas tradições, guardados no Arquivo Distrital de Bragança, nos arquivos paroquiais e nas confrarias dos santos; órgãos da imprensa local e regional: jornais e revistas de cultura popular periodicamente publicados nas duas regiões; enciclopédias e alguma literatura de ficção, sobretudo, a histórica;
5. Dados recolhidos em conferências e palestras, apresentados por estudiosos destas matérias em congressos, encontros etnográficos específicos e em outros eventos culturais;
6. Documentos escritos produzidos pelos actores de certas festividades, no âmbito dos seus rituais, por exemplo, as quadras satíricas da crítica social das festas dos rapazes, que nos ajudam a compreender a envolvimento do ritual no desenrolar da festa, desde a época em que foram escritos até à actualidade;
7. Documentação fotográfica, videográfica e fonética; filmes e documentários em vídeo das mascaradas e dos pauliteiros.

Da investigação por mim efectuada em Bragança resultaram trabalhos escritos que foram já publicados em livro, nomeadamente: *Cancioneiro Popular do Parque Natural do Alvão* (1995), *Inverno Mágico – Ritos e Mistérios Transmontanos* (2004), *Máscaras em Portugal* (2003), *Máscara Ibérica* (2006, coord.) e *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses* (2003), com um artigo sobre a história e as tradições do concelho de Bragança; outros trabalhos foram publicados em revistas da especialidade: *Brigantia* de Bragança e *Tellus* de Vila Real. Foram também produzidos vários documentários em DVD, sob a minha direcção, cada um versando uma festividade tradicional; actualmente dirijo a realização de um programa cultural sobre estas temáticas para a televisão local de Bragança, difundido via internet e disponível no sítio: www.localvisao.tv.

Dos trabalhos efectuados em Zamora, saliento a coordenação dos textos de *Máscara Ibérica* (2006), já referido, a coordenação, a redacção parcial do conteúdo das

festividades do distrito de Bragança e a tradução do texto sobre as de Zamora para a língua portuguesa da obra *Máscaras da Província de Zamora, do Nordeste Transmontano e Douro* (2009), um projecto da Diputación Provincial de Zamora e da Câmara Municipal de Bragança co-financiado pelo programa comunitário Interreg III A, e o *Catálogo* do Museu Ibérico da Máscara e do Traje de Bragança, criado no âmbito do mesmo projecto.

Como etnólogo, procurei estudar o terreno, através da “experiência pessoal da sociedade estudada”³², sempre na busca “da alteridade e das formas identificativas”³³ dos nossos povos irmãos. Além deste estudo do terreno, baseado em fontes orais, foi necessário construir o próprio fundo documental e bibliográfico, tendo em vista a definição e confirmação da informação.

5. Afinidades histórico-culturais – um recurso educativo?

Como professor em exercício das disciplinas de História e Geografia de Portugal e de Área de Integração (que inclui temáticas de cultura e ambiente regional), sinto um particular interesse em investigar a História e a Cultura da região de Bragança e da vizinha Zamora e de sensibilizar os alunos para a importância do seu conhecimento, motivando-os à sua aprendizagem, como processo de afirmação da nossa identidade comum; por isso, julgo ser do maior interesse, para mim e para os colegas que regem as disciplinas das Ciências Sociais e Humanas, investigar e saber o grau de conhecimento ou desconhecimento dos alunos espanhóis e portugueses destas regiões acerca da história local e das tradições comuns, bem como do veículo de comunicação de que cada povo se serve para as expressar, isto é, a língua do povo vizinho.

A problemática da investigação a realizar reside justamente nestas constatações: existe uma História comum das duas regiões, partilhada, sobretudo, até à formação das nacionalidades ibéricas e, conseqüentemente, até à separação política destes dois povos que, até então, teriam sido um só povo; a prová-lo, estão as manifestações tradicionais comuns que serão o objecto da investigação – as mascaradas e as danças dos paus – e outras que, por serem menos relevantes, como as formas de organização comunitária, estarão fora deste estudo. O problema reside no facto de as populações, mesmo ao nível dos mais instruídos, ignorarem mutuamente a pertença comum desta cultura e desta história. Existe um património comum, por questionável que pareça esta afirmação; património imaterial, entenda-se, do qual fazem parte “les vieilles chansons, les contes et les legendes que nos

³² COPANS, Jean (1999), *Introdução à Etnologia e à Antropologia*, Publicações Europa-América, Lisboa, p. 22.

³³ *Ibidem*.

ancêtres se racontaient autrefois à la veillée”³⁴ e, obviamente, as facetas deste trabalho, as festividades, as danças, a música, a memória colectiva... Será, portanto, “una visión restrictiva del concepto de patrimonio”³⁵, e inaceitável a todos os títulos, aquela que “lo asimila casi exclusivamente a los elementos monumentales, no valorandose o considerandose de segundo orden el patrimonio etnológico”³⁶. Assim, podemos entender que o conceito de património “es múltiple”³⁷, sendo que o cultural engloba “el conjunto de bienes tangibles e intangibles”³⁸, estando nestes “las distintas producciones e imaginários simbólicos”³⁹; ou seja, os processos e os fenómenos culturais que vêm de outrora e se reflectem na actualidade: “o ambiente do presente está enquadrado no ambiente definido pelo passado”⁴⁰. Pode-se partir do princípio de que as mascaradas e as danças, integram as “fiestas en las que los personajes responden a leyendas vinculadas a los lugares de celebración”⁴¹; se as festas e as personagens são idênticas em ambas as áreas geográficas, as lendas, que estão na sua génese, sê-lo-ão também; haverá, portanto, um conjunto de lendas e de histórias comuns. É desta abrangência espacio-temporal e do que ela representa na existência das comunidades locais que lhe advém a sua grande importância em qualquer trabalho de investigação em Ciências Sociais. O problema reside mais no escasso aproveitamento que se faz da memória colectiva local e, conseqüentemente, no nível baixo de conhecimento que dela poderão os alunos deter.

No contexto desta investigação, exige-se, portanto, apurar até que ponto e em que grau os mais jovens conhecem e ignoram os elementos sensíveis e notórios deste património comum e desta identidade partilhada, sendo certo que o grau de conhecimento ou desconhecimento foi determinado pelos seus maiores, os pais, os professores, a comunidade, a família e a escola. Falamos de desconhecimento para apurar o grau de conhecimento, sendo este essencial para a aproximação das duas regiões: “le patrimoine est donc essentiel, car il réunit les traces de l’évolution de notre société”⁴²; será partindo desta compreensão que poderemos projectar um futuro mais partilhado.

³⁴ IRVOAS-DANTEC, Dominique et MOREL, Fabienne (2004), *C’est quoi le Patrimoine?*, coédité par les Éditions Autrement et le CNDP, Paris, p. 10.

³⁵ ESTEPA GIMÉNEZ, Jesús y JIMÉNEZ PÉREZ, Roque (2001), *El patrimonio de Huelva: el placer de descubrir*, in *Museo y Patrimonio en la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Universidad de Huelva - Publicaciones, p. 123.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ FONTAL MERILLAS, Olaia (2003), *La Educación Patrimonial – Teoría y Práctica en el Aula, el Museo e Internet*, Ediciones Trea, S.L., Gijón, p. 30.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ TELMO, Isabel Cottinelli (1991), *O Património e a Escola – Do Passado ao Futuro*, Texto Editora, Lisboa, p. 7.

⁴¹ BERGER, Hermann (2008), *Mascarada austríaca*, in *Fiestacultura*, nº 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre S.L., Vila-Real, p. 26.

⁴² IRVOAS-DANTEC et MOREL, *Op. Cit.*: 15.

O presente trabalho poderá fornecer algum subsídio ao reforço da identidade dos dois povos, fazendo sobressair o seu património comum, sobretudo o imaterial. O Prof. Estepa Giménez confere-lhe essa capacidade: “las razones implícitas que sirven para seleccionar un determinado repertorio patrimonial están dominadas, casi siempre, por la función de legitimar simbólicamente los discursos de identidad”⁴³. Pela pertença de algo de comum é que os povos se identificam. Estando este património suficientemente estudado, a verdade é que tais estudos são localizados e compartimentados, não existindo entre eles qualquer preocupação de aproximar os elementos patrimoniais destas áreas geográficas; faltam ainda “estrategias fundamentadas, coherentes y rigurosas para la difusión u divulgación del conocimiento del patrimonio, así como para su utilización como recurso didáctico en la enseñanza”⁴⁴; também a pesquisa relacionada com a presença do património nas actividades lectivas constitui um sério elemento justificativo da investigação.

Os resultados da investigação poderão ter interesse para todos os que, directa ou indirectamente, participam no acto educativo e que podem contribuir para este conhecimento mútuo que vá para além das actividades comerciais, dos passeios turísticos ou dos passa-tempos de fim-de-semana. O conhecimento mútuo exigirá também, e sobretudo, estudo e compreensão dos factos históricos, culturais, patrimoniais e linguísticos. Exige ainda uma educação intercultural que, se não começar pelos que estão ao nosso lado, dificilmente abarcará culturas e povos longínquos.

⁴³ ESTEPA GIMÉNEZ y JIMÉNEZ PÉREZ, *Op. Cit.*: 125.

⁴⁴ *Idem*: 131.

Capítulo II. TRADIÇÕES ETNOGRÁFICAS E HISTÓRIA COMUM EM TERRAS DE ZAMORA E BRAGANÇA. ESTADO DA QUESTÃO

1. Mascaradas de Inverno da província de Zamora e do distrito de Bragança

O presente capítulo do Estado da Questão tem como tema genérico uma abordagem sintética das tradições festivas cujos rituais envolvem o uso da máscara ou disfarces faciais, que também se podem considerar como tal, e todo o conjunto de adereços que completam a figura dos mascarados, nas regiões limítrofes de Zamora e Bragança. Mais especificamente, trata-se de identificar, situar no tempo e localizar no espaço as tradições vigentes na actualidade, definir os seus traços mais marcantes, detectar as semelhanças e as divergências de realização entre as várias localidades que as mantêm, independentemente das fronteiras políticas, compreender as formas de organização e liderança dos actos festivos, os seus actores e as respectivas personagens, os rituais e as funções que desempenham e ainda o seu enquadramento no universo da simbologia que, presumivelmente, tenha estado presente na sua origem. Tudo isto em ordem a uma explanação o mais completa possível da permanência actual deste tipo de celebrações e a uma compreensão sócio-cultural do fenómeno.

A abordagem resulta, por um lado, de um trabalho de campo, com observação *in loco* de todas as festas que os povos de Zamora e Bragança mantêm (algumas foram mesmo recuperadas) e recolha de dados junto de autoridades, dirigentes associativos, líderes e participantes em geral; por outro lado, todo este trabalho foi complementado com uma pesquisa bibliográfica de cariz histórico, etnográfico e antropológico, efectuada com a finalidade de confirmar os dados recolhidos e de compreender os actos observados no terreno. Enriquecedora foi também a participação activa em congressos dedicados a este tema, em encontros etnográficos e em projectos culturais de âmbito regional, nacional e internacional.

As tradições festivas das mascaradas na província de Zamora e as suas similares no distrito de Bragança celebram-se no chamado ciclo do Inverno. Segundo os etnólogos, marca o início deste ciclo a festividade de Todos os Santos, no primeiro dia do mês de Novembro, “o fim do Outono, princípio do Inverno, com os Fiéis Defuntos e

o São Martinho”⁴⁵. O período do Carnaval, com o conjunto das suas celebrações tradicionais, ou seja, aquelas que mantêm o seu carácter original e se realizam sem quaisquer influências exógenas, encerra o ciclo festivo. Há, contudo, a registar dois desvios de origem muito recente: a Obisparra de Pobladura de Aliste foi trasladada do dia 26 de Dezembro para o 15 de Agosto, por dificuldades de congregar, naquela data, o número suficiente de actores, o que já não acontece na época do Verão. Idêntico fenómeno se deu com a Ovisparra de San Cristóbal de Aliste que, ao ser recuperada, foi colocada nas festas “patronales” dedicadas a Santiago, a 24 de Julho.

De resto, este período de mascaradas não é exclusivo da Península Ibérica; em várias regiões da Europa se conserva este tipo de festividades: “Os mascarados europeus, como personagens tradicionais típicas e próprias de certas figurações de natureza ritualística, são próprios sobretudo do ciclo dos doze dias, do Natal à Epifania, e do Carnaval”⁴⁶. Mas é neste espaço ibérico de Zamora e Bragança que elas possuem maior implantação do que em qualquer outra das restantes regiões. Distribuem-se pelo território em pequenos núcleos de povoações ou em certas comarcas; neste caso, apresentam características semelhantes e específicas, em observância às tradições, tanto quanto os tempos actuais o permitem. Noutros casos, mantêm-se em aldeias isoladas, já que as que existiam nas vizinhas povoações se perderam no tempo. Desde logo, para aquelas que apresentam as mesmas características, e são muitas independentemente das fronteiras, defendemos, como hipótese, uma origem comum. Na verdade, se recuarmos no tempo e apontarmos a Antiguidade para a maior parte delas, como tendo sido o “tempo sagrado, mítico que funda a sua origem histórica”⁴⁷, as fronteiras nestas duas regiões não existiam e as gentes que aqui viviam formavam parte do mesmo povo ou dos mesmos sucessivos povos. Poderemos, assim, falar de uma mesma religião, cultura, formas de organização social, económica...

1.1. Caracterização dos mascarados

Sabemos que a presença da máscara e outros elementos afins e complementares é uma constante em todas as culturas e civilizações. Desde o teatro grego, passando pelas celebrações festivas celtas e romanas, pelos rituais dos antigos povos europeus, africanos ou índios até aos actuais cursos carnavalescos, sempre a máscara desempenhou primordial função, em momentos especiais, solenes ou críticos, formalmente instituídos na vida de uma comunidade. Momentos que integram a

⁴⁵ DIAS, *Op. Cit.*: 190.

⁴⁶ PEREIRA, Benjamim (1973), *Máscaras Portuguesas*, edição da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, p. 16.

⁴⁷ ELIADE, Mircea (2002), *O Sagrado e o Profano – A Essência das Religiões*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, p. 102.

cultura, as crenças, o *modus vivendi* dessa comunidade; a máscara reflecte este património imaterial e o mascarado encarna-o e personifica-o.

O mascarado assume um papel central no desenrolar das celebrações rituais. É, portanto, o seu protagonista. A máscara surge como adereço indispensável ao exercício de actos mágicos, socialmente aceite como elemento essencial das vestes paramentais dos protagonistas de tais actos: ritos de ligação entre os vivos e os mortos, entre o homem e a divindade, rituais profilácticos e propiciatórios. As antigas sociedades secretas masculinas usavam-nas nos seus ritos de iniciação e os povos arcaicos nos ritos de passagem e de puberdade “graças aos quais os jovens acedem ao sagrado, ao conhecimento e à sexualidade, em suma, se tornam verdadeiramente seres humanos”⁴⁸.

O mascarado assume-se como um ser superior, que se coloca acima de todas as normas sociais instituídas, senhor de praticar uma série de actos extravagantes, considerados mesmo obscenos, entrando em total anomia e criando o caos à sua volta. Mas, logo em seguida, impõe a sua ordem, valendo-se das armas que possui: a sua força física, o seu aspecto horrendo (força psicológica) e os objectos ameaçadores que ostenta e usa: a vara, o bastão, o chicote, a tenaz articulada; além disso, lança sobre os presentes água, cinza, farinha, fumo, barro e lama, elementos considerados fecundantes nos ritos agrários, como veremos.

A antiguidade celta e romana será o tempo *ab origine* que hoje todos os anos se recria, por acção destas personagens enigmáticas dos mascarados; os rituais com máscaras terão, portanto, uma origem remota nos povos primitivos: “they variously held that masking and other folk practices were to be considered ‘servivals’ of pré-Christian, ‘primitive’ and ‘pagan’ cultural systems”⁴⁹; Sebastião Pessanha, etnógrafo dos princípios do século passado, concordando com Santos Júnior, anterior a ele, reputava a tradição dos mascarados de “pré-românica”, com “um indício evidente da sua posterior cristianização”⁵⁰; José Manuel Matellán contradiz a hipótese da origem medieval das maascaradas: “los zaharrones medievales no originaron las mascaradas, pues antes que aparecieran las condenas a éstos ya habían aparecido condenas a fiestas ancestrales... (constituídas por elementos que han persistido en las mascaradas de invierno actuales)”⁵¹; este será, pois, o pensamento dominante dos etnólogos; o início da cristianização terá sido o tempo provatório da consistência dos fundamentos

⁴⁸ ELIADE, Mircea (2004), *Ritos de Iniciação e Sociedades Secretas*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa, p. 195.

⁴⁹ POPPI, Cesare (1994), *The other within: masks and masquerades in Europe*, in *Masks – The Art of Expression*, The British Museum Press, London, p. 190.

⁵⁰ PESSANHA, Sebastião (1960), *Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes*, Livraria Ferin, Lisboa, p. 23.

⁵¹ MATELLÁN, José Manuel (2004), *Zangarrones – Notícias, denominaciones, mascaradas, danzas*, in *El Filandar/O Fiadeiro*, UTAD (Miranda do Douro) e Asociación Etnográfica Bajo Duero (Zamora), nº 15, p. 39.

das celebrações, com a sua insistente interdição, por parte das autoridades eclesiásticas; o período medieval veio consagrar a convivência pacífica entre os ritos cristãos e os cristãos, com o enquadramento dos primeiros em benefício dos segundos. Hoje estamos em condições de sustentar a sacralidade de ambas as liturgias, a cristã e a pagã; uma e outra se realizam no mesmo tempo, em espaços contíguos e, por vezes, no mesmo espaço; uma e outra se complementam. Na verdade, ambas são ritos sagrados: “só são “profanas” as actividades que não têm significado mítico”⁵² e estes personagens celebram rituais profundamente impregnados de esoterismo para o mundo rural em que, ciclicamente, acontecem.

Solstício de Inverno, entrada do Ano Novo, Epifania, Carnaval ou passagem para a nova estação da Primavera, são momentos cíclicos de festa ou de crise na sociedade ou na natureza. É então que o mascarado, gozando do seu estatuto de personagem mítica e superior, dotada de uma força e liberdade sem paralelo, entra no desempenho das suas funções de propiciar pelo ressurgimento benfazejo do sol, no momento em que ele parece extinguir-se, e dos seus favores de fertilidade para a Mãe-Natureza; de expurgar a terra e as culturas de toda a sorte de pragas e maleitas; de purificar a comunidade das enfermidades passadas, preparando-a para a nova vida que começa; é também o momento de o mascarado realizar a festa, ciclicamente, através da “reactualização de um acontecimento primordial, de uma história sagrada”⁵³. Só uma personagem mascarada, mítica, poderá fazer a reactualização deste acontecimento, por intermédio de um acto sagrado.

Os mascarados assumem diversas designações consoante as festas, as personagens e as localidades em que actuam. Na região de Bragança têm as seguintes designações: caretos (o nome mais comum), máscaros, carochos, velhas, chocalheiros, farandulos, sécias, fachuqueiros, diabos, filandorras, galdrapas...; na província de Zamora: zangarrones, zamarrones, tafarrones, cerrones, cencerrones, diabos, filandorras, molacillos, vacas e toros, birrias... Assumem funções meramente profanas, bem distintas daquelas que estão na sua origem. Sendo na Antiguidade (ao tempo da ocupação da Península Ibérica pelo povo celta e romano) um elemento de ligação entre os vivos e os mortos, entre o homem e a divindade, o mascarado parece desempenhar hoje, de forma inconsciente, as mesmas funções mas, aos olhos do povo, representa o diabo e conscientemente se assume como tal nos gestos e atitudes que toma. Coloca-se acima de todas as normas sociais e como se se tratasse de um ente sagrado, mas possuído pelo diabo, se liberta de todos os entraves e dá largas às suas faculdades de destruir e de castigar, de criticar, de troçar e de acariciar, de saltar, dançar e gritar; são actos que ele executa, aparentemente espontaneamente e a seu bel-prazer, mas que estão previamente e por tradição estabelecidos, como inerentes à condição da personagem que encarna.

⁵² ELIADE, Mircea (2000), *O Mito do Eterno Retorno*, Edições 70, Lisboa, p. 42.

⁵³ ELIADE (2002), *Op. Cit.*: 117.

As máscaras caracterizam-se pela simplicidade e alguma arte popular nos seus contornos, desenhos e pinturas, no caso das festas em que os mascarados são em grande número e não existe a necessidade de individualizar as personagens; contudo, quando há que caracterizar uma certa personagem, que é única, os elementos que a máscara ostenta são específicos da sua identidade. Outras são decoradas com elementos simbólicos, animais domésticos ou de espécies cinegéticas, frutos da terra, figuras demoníacas com chifres... destinados a identificar as funções que as personagens desempenham nos ritos da festa de que são protagonistas. Neste sentido, os etnólogos consideram autênticas as máscaras enquadradas na cultura de onde emergiram; por seu intermédio se realizavam celebrações não acessórias, desenquadradas ou lúdicas, mas essenciais ao sentir dos povos agro-pastoris; cada tipo de máscara é considerado em função das mensagens que transmite e do simbolismo que a comunidade lhe atribui. Por isso, os modelos tanto podem reproduzir um rosto humano, como formas ou figuras zoomórficas, os animais selvagens, as serpentes, as salamandras, como ainda figuras diabólicas, ou simplesmente reproduzirem animais do quotidiano dos grupos sociais em que se enquadram.

Tradicionalmente, as máscaras são trabalhadas com as matérias-primas existentes em cada uma das localidades onde se desenrolam rituais com mascarados: a madeira, a cortiça, o couro, o latão (que não sendo um produto natural da localidade, sempre foi utilizado no fabrico dos utensílios domésticos e das alfaias agrícolas). Mais recentemente, estão sendo utilizados outros materiais como a palha (com o recurso à técnica do fabrico dos chapéus), o vime (com a mesma técnica do fabrico dos cestos), o 'escrinho'⁵⁴ que é uma textura elaborada com palha envolvida com caule de silva descascada. Em princípio e pelo conhecimento obtido nos trabalhos de campo, sabemos que as máscaras são produzidas por artesãos locais que conhecem as tradições da terra e as elaboram nesta conformidade. Não deixam, contudo, de lhe conferir um cunho pessoal; são raros os artistas que fogem à tradição; os que o fazem, recorrem a outros materiais, conferem-lhe formas extravagantes e acrescentam-lhes elementos novos, ao seu gosto pessoal. Ocorre ainda serem os próprios actores – os rapazes – a construírem a sua máscara que utilizam quando chega o momento de participarem nas festas.

⁵⁴ Escrinho é a designação genérica dada à cestaria feita com as matérias-primas do colmo e da casca da silva. “É com estes materiais e técnicas que se fazem os celebrados “escrinhos”, nas suas várias dimensões e versões que podem, ou não, ter tampa ou asa de braço. Primitivamente, usavam-se para guardar farelos, farinha e fermento, servindo também de medida: “o maior levava um saco de farinha ou seis alqueires” [medidas antigas para o cereal], demorando três dias a ser construído. A sua leveza e beleza, bem como a textura fechada que caracteriza este tipo de cestaria, acabou por alargar-lhe a utilização servindo, actualmente, não só como elemento de mera decoração mas também para a mulher os destinar a cesto de costura e, os mais pequenos, a guardar objectos que lhe são caros” (LIMA, Rui, 1999, *Artesanato Tradicional Português – Trás-os-Montes e Douro*, p. 69, edição do autor). Esta técnica foi recentemente aproveitada por uma artista popular de Baçal (Bragança) para a construção de máscaras, de que resultam peças de uma originalidade e beleza singulares.

Tendo em vista o reforço do poder mágico da máscara, o homem foi alterando as suas feições estéticas, personalizou a sua elaboração, em conformidade com as funções a que se destinava. Assim, a máscara enquadra-se na cultura do grupo social; só assim produzia o impacto pretendido; adaptava-se ao imaginário das divindades, demónios e mitos; desta forma foi surgindo uma morfologia distinta de povo para povo.

Pelo que nos foi dado observar e pelas informações obtidas junto das populações locais, os trajes dos mascarados diferem bastante de terra para terra, de um aglomerado de povoações para outro e de uma a outra das duas regiões em estudo. Tratando-se da mesma localidade e saindo o mascarados em grande número, a uniformidade nos trajes é a norma; obedecem à mesma forma de confecção, à utilização do mesmo tipo de materiais, cores predominantes... Sendo personagens claramente identificados e únicos na festa, os elementos que constituem as suas vestimentas também são diferentes e estão conformes com essas personagens, de forma a poderem ser facilmente referenciados. Quando se trata de representar uma figura feminina, o actor que a personifica é sempre um homem, devendo, por isso, travestir-se com roupas e calçado de mulher, pinturas nos lábios, nos olhos, no rosto..., aumentando o volume dos seios e usando todos os adereços que pertencem a esta sua metamorfoseada condição. Qualquer um destes procedimentos se verifica tanto de um lado como do outro da fronteira.

Os rituais dos mascarados acontecem no Nordeste Transmontano no período festivo compreendido entre o Natal e os Reis (6 de Janeiro), o chamado ciclo dos doze dias.

Saindo do espaço peninsular e europeu, encontrámos no Nordeste Brasileiro o mesmo tipo de máscaras, de mascarados e de rituais. No ciclo festivo do Natal, Ano Novo e Reis celebram-se rituais e folguedos, com a participação de figuras mascaradas envergando vestimentas que caracterizam as diferentes personagens encenadas, figuras cómicas e burlescas tais como os palhaços barbados. Estes folguedos remontam, na Europa, à era pagã⁵⁵; tendo sido introduzidos no Brasil pelos portugueses, também podemos reivindicar acerca para eles a mesma origem pagã.

1. 2. O tempo e o espaço dos rituais de mascarados

O tempo das celebrações dos rituais festivos dos mascarados é o ciclo agrário do Inverno, repartido em dois momentos fundamentais:

⁵⁵ ELIADE (2002), *Op. Cit.*: 104.

- a) O solstício de Inverno que se inicia a 24 de Dezembro e se prolonga até ao fim da primeira semana de Janeiro, o ciclo dos doze dias, segundo os etnólogos; uns identificam-no assim mesmo, como escreve Paula Godinho: “A festa dos rapazes [...] ocorre em várias aldeias concentradas num rectângulo que tem como canto inferior esquerdo a cidade de Bragança, durante o denominado Ciclo dos Doze Dias que vai do Natal aos Reis”⁵⁶; outros referem o período em questão sem lhe atribuírem uma designação específica: “Las mascaradas de invierno en la provincia de Zamora se circunscribían en el tiempo exclusivamente a la segunda quincena de diciembre y primeros dias de enero. Sin embargo, ante las condenas de la Iglesia algunas subsistieron trasladando su celebración al domingo y al martes de Carnaval”⁵⁷; compreende as celebrações cristãs do Nascimento de Cristo, o Natal, de Santo Estêvão, de São João Evangelista, do Ano Novo ou do Menino Jesus e dos Reis ou Epifania.
- b) A época do Carnaval que começa no sábado para terminar na Quarta-feira de Cinzas; marca o fim do Inverno, prenuncia a chegada da Primavera e, em alguns lugares, celebra o início da Quaresma, o longo período de 40 dias de jejum e abstinência, conforme o estabelecido pelo hagiológico cristão. Como é sabido, o grande dia festivo é a Terça-feira de Carnaval, popularmente designado *Entrudo* na região de Trás-os-Montes e em outros lugares, *Antruejo* em Castilla y León, “la vaca Bayona salía el domingo y el martes de carnaval o antruejo”⁵⁸ e *Entroido* na Galiza: “En Galicia, Carnaval y Entroido son términos sinónimos, que sirven para referirnos a esta fiesta de final del invierno”⁵⁹. Todos estes termos acabam por se referir ao mesmo ciclo festivo que é a celebração da fertilidade e a expulsão das trevas que o Inverno representa.
- c) Actualmente, a obisparra de Pobladura de Aliste, que “se celebraba tradicionalmente el día vientiséis de diciembre”, foi trasladada “a época veraniega”⁶⁰, a 15 de Agosto, festa de Nossa Senhora da Assunção.
- d) No corrente ano, foram recuperadas mais três obisparras na comarca de Aliste, cuja realização apresenta algumas peculiaridades comuns e outras que são específicas de cada uma delas; relativamente à sua localização no tempo, existem duas circunstâncias que as envolvem a todas de igual modo;

⁵⁶ GODINHO, Paula (1995) *Ser rapaz, ir à festa*, in *A Festa Popular em Trás-os-Montes – Actas do Congresso*, Edições do Nordeste, Lda., Bragança, p. 81-82.

⁵⁷ CALVO BRIOSO, Bernardo (2006) *Mascaradas Zamoranas*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António, *Máscara Ibérica*, Ed. Caixotim, Porto, p. 102.

⁵⁸ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1991) *La Otra Historia de Sayago*, vol. 2, Ed. José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 130.

⁵⁹ FIDALGO SANTAMARIÑA, José Antonio (2006), *Las Caras del Carnaval*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António, *Máscara Ibérica*, Ed. Caixotim, Porto, p. 142.

⁶⁰ NUNEZ GUTIÉRREZ, Jesús (2009), *Máscaras de la Provincia de Zamora, del Nordeste Transmontano y Duero*, Ed. Diputación Provincial de Zamora, p. 275.

a primeira é, justamente, a sua recuperação levada a bom termo no presente ano; a segunda é a sua transferência temporal, do ciclo do Inverno para o do Verão. As obisparras recuperadas este ano são as seguintes:

- a “ovisparra” de San Cristóbal de Aliste (consultar cartaz, anexo 4.1), por tradição era celebrada no dia de Santo Estêvão, a 26 de Dezembro; contudo, actualmente, “debido a las sequelas que la despoblación imprime a las localidades rurales de la provincia de Zamora”, foi trasladada “a época estival, y concretamente a la celebración de las fiestas patronales de Santiago Apóstol, el día 25 de Júlio”⁶¹; esta mudança da data foi confirmada pela observação efectuada nos trabalhos de campo, no presente ano;
 - a obisparra de Palazuelo de las Cuevas (consultar programa, anexo 4.1.), localidade da mesma comarca de Aliste, igualmente se celebrava no dia de Santo Estêvão; pelas razões expostas, foi trasladada para as festas “patronales” do Verão, realizadas no primeiro fim de semana de Agosto;
 - a obisparra de La Torre de Aliste realizava-se outrora no ciclo do Inverno, concretamente, no dia de Natal; a tradição perdeu-se há mais de vinte anos; foi recuperada este ano e integrada na semana das festividades da “Virgen de las Nieves”, a 9 de Agosto (ver foto 22). Esta informação foi obtida pessoalmente no trabalho de campo.
- e) Não será por esta circunstância que podemos considerar o Verão como um momento fundamental das mascaradas: primeiro, porque tradicionalmente esta celebração pertencia ao solstício de Inverno, até há bem poucos anos, segundo, porque foram razões de ordem pragmática que conduziram a esta localização da festa no tempo estival.
- f) Já no passado, outro tipo de transferências de datas se tinha verificado: do período do solstício de Inverno para o Carnaval...
- g) Não existindo qualquer texto escrito sobre esta tradição, foi necessário recorrer às informações recolhidas *in loco*; desta forma, ficámos a saber da existência de uma celebração com um mascarado em Cidões, no concelho de Vinhais, realizada a 31 de Outubro. Trata-se da festa da cabra e do canhoto. Neste caso, embora não se situando ela no solstício, a verdade é que o fim de Outubro, princípios de Novembro, época de festa de Todos os Santos, é já considerado Inverno pelo povo. Poderemos acrescentar que é a festa que marca o início desta estação.

Estão, assim, reunidos todos os elementos que permitem afirmar que o Inverno é a estação propícia à celebração das mascaradas, na província de Zamora e no distrito

⁶¹ *Idem*: 281.

de Bragança. Roger Caillois confirma esta afirmação: “l’hiver est la saison dès fêtes, des danses où les jeunes gens incarnent les esprits, pour acquérir les dons qu’ils dispensent et s’approprient les pouvoirs qu’ils possèdent en s’identifiant à eux”⁶². Assim se compreende que os jovens de hoje continuem a metamorfosear-se, dando seguimento à antiga tradição; o solstício de Inverno é um momento crítico no ciclo agrário; surgem os mascarados como que a apropriar-se do poder dos espíritos, irradiando cores vivas nas suas máscaras e nos seus trajes extravagantes e movimento nos seus gestos e danças. Podem ser considerados actos rituais de culto ao sol, como que a propiciar que se erga do seu entorpecimento e fecunde a natureza com o seu esplendor de luz e calor. Para além destas razões de carácter mitológico, existem outras mais objectivas e funcionais: “As festas de qualquer comunidade agro-pastoril integram-se precisamente neste ciclo. O tempo mais próprio, com espaço para o lazer, é precisamente o período de Inverno. A vida agrícola quase paralisa, ou então reduz-se ao mínimo indispensável”⁶³. E é justamente para afastar a carga pesada do Inverno que a festa acontece; faz todo o sentido que assim seja.

Nos primórdios da Primavera, de novo há que executar rituais profilácticos e propiciatórios: a expulsão dos maus espíritos das trevas e o anúncio do renascer da natureza; de novo se torna necessária a intervenção ritual dos mascarados. São as festas agrárias do segundo momento marcante do ciclo do Inverno; consideramo-las autênticas porque não foram adulteradas por influências exógenas, muito embora possam ter sido influenciadas, e até mesmo aproveitadas, pelo Cristianismo, ao longo de vinte séculos, e pela evolução das sociedades até à modernidade dos tempos actuais; contudo, mantêm ainda o seu significado e finalidade que julgamos estarem na sua origem.

⁶² CAILLOIS, Roger (1950), *L’Homme et le Sacré*, Éditions Gallimard, Paris, p. 148.

⁶³ AFONSO, Belarmino (1987), *Tradição e cultura nas festas dos rapazes na Lombada*, in *Brigantia*, vol. VII, nº 3/4, Jul./Dez. 87, Bragança, p. 340.

Quadro nº 1 - Tradições de mascarados

Localização no tempo e no espaço – Província de Zamora

Tradições	Datas	Localidades
Fiesta de San Esteban	25 y 26 diciembre	Sanzoles
Navidad y San Esteban	25, 26 y 27 diciembre	Pozuelo de Tábara
Fiesta de San esteban	26 diciembre	Villarino tras la Sierra
Fiesta de San Esteban	26 diciembre	Ferreras de Arriba
Año Nuevo – “Los Diablos”	1 enero	Sarracín de Aliste
Año Nuevo	1 enero	Abejera
“Los Carochos”	1 enero	Riofrío de Aliste
Año Nuevo y Reyes	1 y 6 enero	Montamarta
“Los Reinados”	4, 5 y 6 enero	Hermisende
“La Visparra” o “Talanqueira”	5 enero	San Martín de Castañeda
“La Ovisparra”	25 julio	San Cristóbal de Aliste
“La Obisparra”	15 agosto	Pobladura de Aliste
“La Obisparra”	1º fin de semana de agosto	Palazuelo de las Cuevas
“La Obisparra”	2º fin de semana de agosto	La Torre de Aliste
Carnaval – “Los Diablos”	De sábado a martes de Carnaval	Villanueva de Valrojo
Carnaval – “La Vaca Bayona”	Domingo y martes de Carnaval	Almeida de Sayago
Carnaval – “La Vaquilla y los Cencerros”	Domingo de Carnaval	Palacios del Pan
“La Vaca Antrueja”	Domingo de Carnaval	Pereruela de Sayago

Conforme se pode constatar no quadro (nº 1), as mascaradas do ciclo dos doze dias em Zamora concentram-se nas datas das três grandes festas cristãs: o Natal e Santo Estêvão, o Ano Novo e os Reis. Há duas *obisparras* que sofreram uma

transferência temporal do Inverno para o Verão; este facto não altera o que acaba de ser constatado, já que ambas têm a data de 26 de Dezembro como o seu tempo original e Santo Estêvão como a entidade sagrada que continua a galvanizar para a festa os jovens e toda a comunidade.

Há a acrescentar, para estes dois casos de transferência de épocas festivas, o despovoamento destas aldeias afastadas dos grandes centros urbanos, conforme o testemunho de uma habitante de San Cristóbal de Aliste: “vivo en San Sebastian con mi marido, ya jubilado, mi hija y mis nietos. Tengo más dos hijos, uno que está en Zamora y el otro en Madrid. Aquí en el pueblo todos estan fuera y solo vienen pasar unos dias a San Cristóbal en el verano, en estas fechas de las fiestas de Santiago. La fiesta está organizada por los que estan a vivir fuera, solteros y casados, para que los más jóvenes no se olviden de las tradiciones de nuestra tierra”⁶⁴. Como se verifica, sentimento de perda, se a festa desaparecesse, é muito forte, ao ponto de serem os de fora a assegurar a permanência da tradição.

As celebrações do Carnaval realizam-se também em três dias: o sábado, o domingo e a terça-feira. Não há nestas datas nada que mereça especial referência; o que merece menção são os ritos, com toda a sua singularidade, tanto forma como na simbologia que encerram. Mas este é um tema que será tratado no momento oportuno.

⁶⁴ Informação prestada, em 24-07-2009, por Elvira Alonso Rodríguez, natural de San Cristóbal de Aliste e residente em San Sebastian.

Quadro nº 2 - Tradições de mascarados

Localização no tempo e no espaço – Distrito de Bragança

Tradições	Datas	Localidades
Festa da cabra e do canhoto	31 de Outubro	Cidões
Festa dos rapazes	25 e 26 Dezembro	Aveleda
Festa dos rapazes	25 e 26 Dezembro	Varge
Festa de Santo Estêvão	26 a 30 Dezembro	Parada de Infanções
Festa de Santo Estêvão	26 e 27 Dezembro	Grijó de Parada
Festa de Santo Estêvão	25 e 26 Dezembro	Torre de Dona Chama
Festa de Santo Estêvão	31 Dezembro 1 Janeiro	Vale das Fontes
Festa de Santo Estêvão	26 Dezembro (1)	Rebordãos
Festa de Santo Estêvão	25 e 26 Dezembro	Ousilhão
Festa de Santo Estêvão	26 Dezembro	Rebordelo
Festa de S. João Evangelista	27 e 28 Dezembro	Constantim
Natal e Ano Novo – Festa do “Velho”	25 Dezembro e 1 Janeiro	Vale de Porco
Natal – Festa dos “velhos”	25 Dezembro	Bruçó
Festa de Santo Estêvão e do Menino – “Chocalheiro”	26 Dezembro 1 Janeiro	Bemposta
Festa do Santo Menino	1 Janeiro	Tó
Ano Novo – Festa da “Velha”	1 Janeiro	Vila Chã de Braciosa
Festa dos rapazes ou dos Reis	5 e 6 Janeiro (+/-)	Baçal
Festa dos Rapazes ou dos Reis	6 Janeiro (+/-)	Rio de Onor
Festa dos Reis	1 a 6 Janeiro	Salsas
Festa dos Reis	6 Janeiro	Rebordainhos
Carnaval	Domingo a terça-feira	Podence
Carnaval	Terça-feira	Santulhão
Carnaval	Terça-feira	Vila Boa de Ousilhão
Enterro do Entrudo	Terça-feira	Freixo de Espada à Cinta
Dia da Morte e dos diabos	Quarta-feira de Cinzas	Vinhais
Morte, diabo e Censura	Quarta-feira de Cinzas	Bragança

Desde logo, salienta-se um facto comum às duas regiões, Zamora e Bragança: as mascaradas celebram-se no âmbito das mesmas festas (Natal, Santo Estêvão, Ano Novo, Reis e Carnaval) e, conseqüentemente, nas mesmas datas. Em Bragança, apenas a festa da cabra e do canhoto se realiza fora destes dois períodos, na festa católica de

Todos os Santos e dos Fiéis Defuntos com a qual, aliás, se dá início à estação do Inverno, como acima ficou explicado. Contrariamente à província de Zamora, nenhuma mascarada foi transferida no distrito de Bragança para o ciclo agrário do Verão. Ou elas se mantiveram nas datas originais ou simplesmente se perderam, por vicissitudes várias.

As mudanças de datas ocorrem, tanto num como no outro espaço geográfico e para além da que foi referida, dentro do ciclo dos doze dias. Com base nas observações efectuadas no terreno, podemos formular a seguinte regra geral: nos anos em que a festa cai num dia laboral, passa a realizar-se no fim-de-semana imediatamente a seguir; citemos o exemplo da festa dos rapazes ou dos Reis de Baçal, de Rio de Onor e de Salsas e do Santo Estêvão de Rebordãos, todas no concelho de Bragança. Esta regra não se aplica à província de Zamora pela simples razão de o dia 6 de Janeiro continuar a ser feriado nacional em Espanha, contrariamente ao que se verifica em Portugal onde o dia de Reis deixou de ser festivo, sendo agora um dia de trabalho normal. Contudo, foi encontrado um caso, o da tradição dos “Reinados” de Hermisende, em que o tempo festivo foi reduzido de vários dias para três: “Dependendo del día de la semana que coincida, por ejemplo si encaja com un fin de semana, puede prolongarse algún día más”⁶⁵. Estas mudanças pontuais de datas são perfeitamente compreensíveis: sendo os jovens os principais actores da festa e estando eles ocupados nas suas actividades profissionais ou lectivas, seria impossível que se reunissem para a celebração; as mudanças temporais, nestes casos, são a única forma de viabilizar a tradição.

Relacionadas com estas festividades, também o Nordeste Brasileiro continua a celebrar no ciclo das *doze noites* o Natal, distinguindo o antigo, o pagão e o novo, o cristão; celebra também os Reis, conservando algumas de suas características originais, com as chamadas Folias de Reis ou Reisadas em que os grupos de foliões visitam as casas dos amigos cantando modas alusivas a estas celebrações. Alguns destes rituais são constituídos por representações cénicas em que aparecem figuras mascaradas, o que denuncia a sua origem ibérica: “A origem portuguesa embasou as acções dos primeiros povoadores e embasou as festas do Brasil colónia. As tradições religiosas existentes na pátria-mãe foram transplantadas para a colónia que desabrochava e lentamente foram adquirindo nova roupagem”⁶⁶. É certo que em qualquer parte do Brasil se encontram “mascaradas” de origem ibérica.

⁶⁵ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 263.

⁶⁶ RIBEIRO, Paula Simon (2009), *Presença Luso-Açoreana na Identidade Brasileira – Festas religiosas e outras tradições*, in *Catálogo da Mascararte – 3ª Bienal da Máscara, 2007*, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 80.

O Boi-de-Reis aparece na Paraíba, no dia 6 de Janeiro, é representado por um personagem que, para o efeito, veste roupas já muito usadas e máscara de papel onde vem pintado o animal. O Bumba-meu-boi é o protagonista do Carnaval de algumas cidades do Nordeste Brasileiro. O Boi-de-mamão, personagem do Carnaval de Florianópolis (Estado de Santa Catarina), tem como “tema épico a morte e a ressurreição do boi”⁶⁷, um pouco à semelhança das “vacas bayonas” da comarca de Almeida. A personagem do boi está enraizada um pouco por todo o Brasil: “encontra congêneres espalhados pelo país: bumba-meu-boi, boi-bumbá, boi-de-reis, boizinho, boi-de-cara-preta, boi-pintadinho, boi-calemba, entre outros”⁶⁸. Também o ciclo natalino apresenta as mesmas “reminiscências do culto ao boi vindo da Europa, bem aproveitado pela Igreja em sua missão evangelizadora, que soube tirar proveito e até incentivar a ‘folgança’ para doutrinar o gentio”⁶⁹. Estas figuras serão equiparadas às chamadas “talanqueiras” que saem (integradas no conjunto das restantes personagens) em São Martinho da Castanheda, nas encostas da serra de Sanábria, no dia de Reis; também podemos pensar na Vaca Vayona ou Antrueja cujo ritual se celebra no Carnaval, na comarca de Almeida, província de Zamora, e às vacas que saem à rua nos festejos do Carnaval de Santulhão, no distrito de Bragança. Este animal doméstico, “como produtora de leite, é o símbolo da terra fértil”⁷⁰. Também nestas personagens zoomórficas se percebe a sua influência ibérica nas tradições festivas dos povos latino-americanos.

As festas dos rapazes ou dos “quintos” identificam-se com as do Natal, de Santo Estêvão, São João Evangelista, Ano Novo e Reis, sempre que estas são protagonizadas pelos jovens no que toca aos actos meramente profanos (e alguns mesmo religiosos). Na verdade, conforme as informações recolhidas no trabalho de campo, as designações de índole cristã (Natal, Santo Estêvão, São João Evangelista, Menino Jesus, Epifania, Reis Magos...) conformes com o hagiolégio, são usadas popularmente à mistura com as designações de “festa dos rapazes”, da “mocidade”, “de los mozos”, “de los quintos” e outras, no decorrer das quais os seus protagonistas fazem uso da máscara ou de quaisquer outros disfarces (por exemplo, as roupas e a maquilhagem de mulher). A introdução das festividades cristãs neste período do solstício de Inverno terá sido feita com a intenção de fazer substituir, paulatinamente, as pagãs pelas cristãs. Bernardo Calvo confirma: “La elección de la festividad de San Esteban realmente está encubriendo el solsticio de invierno”⁷¹. Na verdade, continuam a ser os rapazes a realizar a festa, passando este santo a ser o seu padroeiro: “É de notar que

⁶⁷ RADUNZ, Dennis (2008), *Roteiro das Manifestações Culturais do Município de Florianópolis*, Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes, Florianópolis, p. 13.

⁶⁸ *Idem*: 14.

⁶⁹ RIBEIRO, *Op. Cit.*: 82.

⁷⁰ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 136.

⁷¹ *Idem*: 102.

muitas vezes a festa de Santo Estêvão coincide ou confunde-se com a festa dos Rapazes; e não sabemos se, considerando-se aquele santo como o patrono dos rapazes jovens⁷². O santo é considerado pelos rapazes como o seu patrono⁷³. Daqui o uso das duas designações de uma forma indiscriminada e aleatória para estas festividades, tendo ou não a presença e a actuação dos mascarados.

Neste trabalho limitar-nos-emos àquelas celebrações festivas em que a presença e a acção do mascarado se tornam essenciais e sem as quais não seria possível realizar os rituais. Por isso se justifica esta análise sobre as diferentes funções dos mascarados; serão apresentados as diferentes facetas das festividades de Zamora e de Bragança, segundo o que julgamos serem as funções que nelas desempenham os seus protagonistas – os mascarados.

1. 3. Os ritos solsticiais

Sabemos que os povos celtas atribuíam grande simbolismo aos solstícios, tanto de Inverno, como de Verão: “Eram panteístas, adoravam o Sol – que sempre foi considerado o símbolo mais perfeito do espírito para a generalidade dos povos antigos -, os bosques, a Terra, e, em geral, todas as forças e fenómenos da Natureza”⁷⁴. Neste contexto, prestavam culto ao Sol, festa do fogo, como sinal de vida e de fecundidade para a Natureza, e celebravam as colheitas, em honra do deus Lug⁷⁵. Os seus mitos sobreviveram, “quer adaptando-se a formas aceitáveis pelo cristianismo (manutenção de datas e locais de culto apesar da mudança dos ritos, fusão das personagens mitológicas e dos santos), quer transformando-se em lendas populares que escapavam às censuras teológicas”⁷⁶; assim se mantiveram.

Os romanos celebravam abundantemente este momento crítico do ciclo agrário: eram rituais em honra do sol: “Anteriormente ao cristianismo celebrava-se exactamente neste dia [25 de Dezembro] o nascimento do Sol Invencível (o deus-Sol que revigora. Se levanta, neste solstício do Inverno). Esse era o Natal pagão. Hoje já

⁷² PEREIRA, Benjamim (1985) *Máscaras Transmontanas*, in *Briangtia*, vol. V, n.os 2 – 3 – 4,, Abril – Dez. 85, Bragança, p. 505.

⁷³ Na festa dos rapazes de Varge, os mordomos transportam solenemente a imagem de Santo Estêvão, depois da missa de Natal, no percurso entre a igreja e o largo onde se vai desenrolar o acto mais solene e formal, a declamação das loas ou crítica social protagonizada pelos mascarados. No dia seguinte, 26 de Dezembro, celebra-se uma missa em honra do santo, encomendada pelos jovens e à qual todos devem, obrigatoriamente, assistir.

⁷⁴ LOUÇÃO, Paulo Alexandre (2001), *Os Templários na Formação de Portugal*, 5ª ed., Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda. Lisboa, p. 26.

⁷⁵ PLAZY, Gilles (2001), *ABCedário dos Celtas*, Ed. Reborn, Jornal Público, Lisboa, p. 47.

⁷⁶ *Idem*: 19.

ninguém celebra o deus-Sol”⁷⁷. Estas palavras do sociólogo das religiões confirmam, por um lado, a existência destas celebrações na Antiguidade; contudo, e por outro lado, revelam o desconhecimento das celebrações, que ainda hoje se fazem nesta região de Bragança e Zamora, que remontam justamente aos antigos ritos solsticiais. Na verdade, contrariamente ao que pensa Moisés Espírito Santo, nestas terras celebra-se o deus-Sol, mesmo que seja de uma forma não assumida.

Rodríguez Pascual, no que toca ao “ciclo de Navidad en Tierras de Zamora”, confirma: “las fiestas de Navidad fueron, antes que cristianas, paganas: celebraciones del culto al sol durante el solsticio hiemal o de invierno”⁷⁸; o atraso da celebração do Natal, segundo Rodríguez Pascual, justifica-se: “aunque el solsticio se produce entre el 21 y el 22, es el día 25 cuando el sol comienza a ganar minutos a la noche y a elevarse en el horizonte; el pueblo se entregaba frenético y sin control a mascaradas, cantares y danzas alrededor de hogueras”⁷⁹. Estas festas “rituais pagãs foram cristianizadas desde muito cedo, porque no seu ritual havia desbragamentos e cheiro a dionisíacas, lupercais e bacanais”⁸⁰; envolvem anomias, críticas, representações das vivências dos grupos e “inversões da ordem social e cósmica”⁸¹, tal como no seu tempo *ab origine*. São estas mesmas mascaradas e fogueiras que subsistem ainda na actualidade nas terras de Zamora e Bragança.

Também as Saturnais se celebravam nesta altura, a partir de 17 de Dezembro, dedicadas a Saturno, o divino agricultor, o deus da abundância de toda a classe de bens e as *Juvenalia*, a 24 de Dezembro, festas licenciosas protagonizadas pelos jovens, que o filósofo Séneca chegou a condenar duramente pelos excessos que então se cometiam. *Mutatis mutandis*, serão as actuais festas dos rapazes (Bragança) e dos *quintos* (Zamora).

Daqui, todo um conjunto de festas de Inverno que se celebravam por esta altura, a partir de 24 de Dezembro (as festas dos rapazes ou dos *quintos*), no dia de Natal e de Santo Estêvão; na verdade, “este joven mártir, nominalmente el primero de la Historia, murió lapidado en Jerusalem en el siglo I; en esencia, las mascaradas que se celebran en su honor recogen lo esencial del relato hagiográfico, a saber, carácter procesional, juventud de los protagonistas y el elemento clave del castigo público y ejemplar”⁸²; é assim que, com a cristianização, Santo Estêvão passou a ser considerado

⁷⁷ ESPÍRITO SANTO, Moisés (2009) entrevista concedida ao Jornal de Notícias de 19 de Dezembro de 2009, Porto, p. 72.

⁷⁸ RODRÍGUEZ PASCUAL, Francisco (1985), *El ciclo de Navidad en Tierras de Zamora*, in *Brigantia*, vol. V, nº 1, Jan.-Mar./85, Bragança, p. 63.

⁷⁹ RODRÍGUEZ PASCUAL, *Ibidem*.

⁸⁰ MOURINHO, António Rodrigues (2000), *Cultura e museologia na Terra de Miranda*, in MEIRINHOS, José Francisco (coord.), *Estudos Mirandeses – Balanço e Orientações*, Granito, Editores e Livreiros, Lda., Porto, p. 231.

⁸¹ *Ibidem*.

⁸² DACOSTA MARTÍNEZ, Arsenio (2001), *Máscaras de “El Caballico”, mascarada de invierno*, in *Remembranza – Las Edades del Hombre*, Zamora, p. 359.

o patrono dos rapazes, por ele próprio ser um santo jovem, o proto-mártir do cristianismo; e é assim que as *Juvenalia* dão lugar às actuais festas dos rapazes ou dos *quintos*.

Talvez possamos afirmar que as refeições comunitárias, celebradas no âmbito da festa de Santo Estêvão de várias localidades da região de Bragança, terão a sua origem na acção das confrarias medievais que, já então as organizavam como uma oportunidade de suprir as carências alimentares dos mais pobres: “de nombreux auteurs interprètent ce mouvement de solidarité comme étant provoqué par la notion chrétienne de la charité”⁸³; por sua vez, estes costumes seriam de origem pagã que a Igreja acabou por integrar nas suas práticas: “si elles sont placées sous la protection des saints, n’en gardent pas moins des mœurs fort suspectes de paganisme”⁸⁴. A verdade é que, com mais ou menos interdições, ditadas pelos excessos na comida e nas “libations”, tidas como “les liens d’une solidarité mystique”⁸⁵ e colectiva, elas chegaram até nós.

As festas tradicionais do Ano Novo até aos Reis, embora possuindo características semelhantes, podem ser enquadradas nas festas romanas das Calendas de Janeiro. São celebrações agrárias, as Bacanais, em honra de Baco, deus do vinho que, igualmente, presidia à plantação e frutificação. Que são celebrações pagãs é o que se pode deduzir das proibições do 2º Concílio de Braga (no ano 572) “quando declara no ser lícito que los eclesiásticos realicen las observancias inicuas de las calendas y otras diversiones de los gentiles”⁸⁶.

Dos ritos integrantes das festas dos rapazes ou dos quintos podemos referir algumas características comuns:

- a organização e dinamização exclusiva dos jovens, no que toca aos rituais mais significativos e diferenciadores;
- os ritos sagrados cristãos que integram a festa numa convivência pacífica com os ritos de origem paganizante;
- os elementos simbólicos e mágicos, de diversa índole e significado, materializados em objectos iconográficos e gestos rituais, ambos de vários tipos;
- os emblemas da autoridade que os jovens líderes fazem questão de ostentar, de forma bem visível (roupa, varas, bastões, tridentes...), como afirmação do seu poder organizativo perante a comunidade e a sua autoridade perante os demais participantes nas festividades;

⁸³ DESCHAMPS, Jeanne (1955), *Les Confréries au Moyen Age (Thèse pour le Doctorat en Droit)*, Faculté de Droit de Bordeaux, p. 23.

⁸⁴ *Ibidem*.

⁸⁵ *Idem*: 19

⁸⁶ MATELLÁN, *Op. Cit.*: 39.

- as rondas pela aldeia e as visitas protocolares a todos os moradores da terra;
- as refeições comunitárias, sendo umas de participação restrita ao grupo social participante e outras abertas a toda a comunidade;
- a música tradicional (gaita-de-foles, flauta, tamboril, castanholas...), como elemento imprescindível para conferir solenidade aos actos profanos e, em algumas localidades, também às cerimónias litúrgicas;
- a diversão sempre associada ao uso e abuso da comida e da bebida, à música e à dança.

Uma outra série de ritos e personagens, a dos que são específicos de algumas festividades, podemos salientar:

- a presença dos mascarados que constituem as figuras centrais, em torno dos quais toda a acção festiva se desenrola, ao assumir os mais variados papéis, os quais são essenciais na animação e conferem uma significação específica à própria festa; o misticismo das cerimónias de certas sociedades secretas exige o uso das máscaras, o que confere às festas dos rapazes ou dos quintos um esoterismo iniciático que está muito para além da compreensão de qualquer estranho;
- a crítica social, como ritual profano ao trazer à praça pública os factos ridículos ocorridos na aldeia e, ao mesmo tempo, sagrado por implicar uma espécie de confissão pública dos males da comunidade, a fim de que a divindade, por esta via, os possa eliminar;
- os peditórios de porta a porta, formalmente organizados como se de um rito sagrado se tratasse, cujo benefício reverte a favor dos santos que se homenageiam com a celebração festiva;
- as lutas entre os jovens, os castigos infligidos aos presentes e as provas de resistência física, como uma demonstração a fazer pelos jovens iniciados no grupo etário dos adultos;
- o carácter disciplinar imposto pela tradição e executado pelos líderes da festa aos jovens participantes, com a mesma simbologia dos ritos iniciáticos ou dos ritos de passagem.

Pelo grande protagonismo que os jovens detêm nos actuais festejos de Inverno, os ritos de passagem, excluindo deles uma visão monolítica e admitindo outras hipóteses, estarão na génese de todo o actual contexto festivo. “Paralelamente a este grupo de ritos que sobreviveram, é preciso citar um certo número de costumes populares que derivam muito provavelmente dos cenários iniciáticos pré-cristãos, mas

cuja significação original se perdeu ao longo do tempo e que, para além disso, sofreram uma forte pressão eclesiástica ordenada para a sua cristianização. Entre estes costumes populares de aspecto um tanto misterioso, é preciso classificar em primeiro lugar as mascaradas e as cerimónias dramáticas que acompanham as festas cristãs de Inverno e que decorrem entre o Natal e o Carnaval”⁸⁷.

É nesta hipótese defendida por Mircea Eliade e partilhada por tantos outros historiadores de religiões e antropólogos que devemos situar os ritos festivos sobreviventes dos mascarados da província de Zamora e do Nordeste Transmontano; “de forma global se viene suponiendo para estas celebraciones invernales [zamoranas] un origen romano”⁸⁸. Bernardo Calvo cita Jean Bayet que confirma que as festas deste solstício coincidem nas suas datas com as das Saturnais. Pelas suas afinidades, também defendemos o mesmo para as festas do Nordeste Transmontano. Incluímos ambas as regiões no mesmo contexto explicativo. Antes da romanização, constituíam uma unidade geográfica e, provavelmente, socioeconómica, o Nordeste da Lusitânia. E mesmo na época medieval, até à formação das nacionalidades ibéricas, continuaram formando uma unidade territorial mais ou menos alargada. Talvez por isso, se compreenda esta afinidade nas suas tradições mais ancestrais que o longo período “de costas voltadas” não conseguiu destruir.

Nos rituais executados pelos mascarados no decorrer das festas do ciclo do Inverno do Nordeste Transmontano e de Zamora sempre os dois aspectos (aparentemente antagónicos), o sagrado e o profano, o cristão e o pagão, se tocam, se misturam e, por vezes, se confundem.

O mascarado constitui, em muitas destas festividades, a figura central, em torno da qual toda a acção festiva se desenrola e desempenha os mais variados papéis, os que são essenciais na animação e organização e que conferem sentido e significação à própria festa. Os mascarados transformam-se em seres mágicos e proféticos, assumindo simultaneamente funções de sacerdote e diabo, lembrando os mortos e criticando os vivos, impondo aos outros o respeito pela ordem e fugindo eles às normas sociais instituídas e tomando para si todas as liberdades próprias de quem está acima de tudo e de todos. “As personificações que o cristianismo tornou diabólicas exprimem-se, especialmente, nas máscaras fecundantes e demoníacas e nas atitudes de desordem que todos partilham”⁸⁹. A fórmula deste caos insere-se nos “paradigmas de comportamentos subversivos”⁹⁰ e corresponde à ordem que os mascarados pretendem implantar por meio dos seus gritos, saltos, atitudes licenciosas, lutas simuladas, roubos rituais, jogos e brincadeiras de vária espécie.

⁸⁷ ELIADE, Mircea (2004), *Op. Cit.*: 188.

⁸⁸ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 103.

⁸⁹ LOPES, Aurélio (2000), *A Face do Caos – Ritos de Subversão na Tradição Portuguesa*, Garrido – Artes Gráficas, Alpiarça, p. 94.

⁹⁰ *Idem*: 91.

Assim, o estabelecimento e a manutenção da ordem, nos momentos mais solenes da festa, são outras das funções primordiais dos mascarados; em alguns casos, ou quase sempre, estas funções revestem-se de um carácter meramente simbólico, para cumprir a tradição. É assim na festa de Santo Estêvão de Parada de Infanções e de Grijó de Parada (município de Bragança) em que os “caretos” acompanham todos os rituais profanos da festa, sendo-lhes vedada a participação nos actos de culto religioso e mesmo a entrada no espaço considerado sagrado, a igreja e o adro. Desempenham o papel de árbitro na corrida da rosca, prova desportiva tradicional da festa, colaborando na sua organização e mantendo a assistência em ordem para lá do espaço destinado aos participantes na prova. Para além destas funções, os mascarados executam toda a espécie de brincadeiras no sentido de animar os presentes e fazem um peditório para seu proveito, durante a ronda que os mordomos efectuam a todas as casas da aldeia, recolhendo fumeiro e dinheiro em moedas que vão espetando numa maçã; toda a gente se sente com uma certa “obrigação” de contribuir com algum donativo, como se se tratasse de reconhecer os serviços prestados pelo “careto” no bom andamento da festa, apesar de ser popularmente conotado com o diabo.

A mesma função organizativa é atribuída aos “caretas” (mascarados) da festa de Santo Estêvão, também chamada “festa do bacalhau”, de Rebordãos (Bragança): representam a autoridade e a ordem. Os “caretas” assumem funções profundamente simbólicas: permitem fazer o enquadramento da vertente pagã nas festividades cristãs, representam a ordem, após momentos de caos que eles próprios provocam, como convém a um mascarado, pedem esmola para o santo, “controlam” a entrada dos convivas para o grande salão do almoço comunitário, proclamam os novos mordomos logo no início da refeição, identificando-os nessa qualidade e conduzindo-os para a cabeceira da mesa. Neste lugar de honra permanecem e tomam a refeição, ao lado do santo e dos mordomos velhos; no final, são aclamados pelo povo, sob as orientações dos “caretas”.

Na festa de Santo Estêvão de Ousilhão (município de Vinhais), os “máscaros” (designação local dos mascarados) mantêm uma presença constante e activa no sentido de animar a festa (ver fotos 11 e 12); trata-se de um papel pouco estabelecido, uma vez que a organização efectiva pertence aos mordomos e a simbólica ao “rei” e aos “vassais”⁹¹. No entanto, os “máscaros” acompanham sempre os líderes da festa e,

⁹¹ O termo “vassais”, plural de “vassal”, corresponde à evolução popular da palavra “vassalo”, ou seja, uma espécie de pajens que acompanham o rei. Segundo Núñez Gutiérrez, na festa dos Reinados de Hermisende, aldeia zamorana junto à fronteira do concelho de Vinhais, não muito longe de Ousilhão, aparecem as personagens do “rey” e dos “virreyes”, equivalentes às do “rei” e dos “vassais” da festa de Santo Estêvão. Esta semelhança advém, por outro lado, do facto de todas as localidades pertencentes ao “ayuntamiento” de Hermisende terem sido portuguesas até ao ano de 1640; a própria língua que aqui se fala é, segundo o eminente filólogo Luis Cortés Vásquez, professor da Universidade de Salamanca, essencialmente portuguesa, com algumas influências galegas e castelhanas.

no momento em que estes se dirigem para a igreja, para a missa, são eles que os transportam num carro de bois devidamente engalanado para o efeito. Acompanham também os quatro “moços” (outro grupo de personagens da festa) no ritual da ronda das Boas Festas: “no dia 25 de Dezembro à tarde inicia-se a ronda: quatro moços enfeitados com chapéus torneados na copa por uma fita de seda com as pontas pendentes sobre as costas [...] acompanhados pelo gaiteiro e por um numeroso grupo de mascarados, dão a volta às casas do povoado, entram, cantam e dançam”⁹². Cantam quadras em honra dos moradores da casa e de Santo Estêvão⁹³. Após a saída dos “moços”, entram os “máscaros” que, à sua maneira, dão também as Boas festas: saltando, dançando e fazendo soar os seus chocalhos.

Os ritos solsticiais estão bem presentes, ainda hoje, nas festas dos rapazes celebradas em algumas aldeias do município de Bragança. Desde logo, por se realizarem no período do solstício de Inverno; depois, a própria essência da festa implica o protagonismo dos rapazes, o que nos faz pensar que se trata de reminiscência das antigas *Juvenalia*, as festas romanas protagonizadas pelos jovens e

⁹² MACIEL, Sofia Adriana (1998), *A Máscara de Ousilhão – Uma leitura antropológica e metafísica*, Edição da Câmara Municipal de Vinhais, p. 84.

⁹³ Os moços cantam e dançam as Boas Festas à volta da mesa, posta com as iguarias próprias do Natal, vinho do Porto e outras bebidas; acompanham o canto com castanholas. As quadras do Natal são as seguintes:

*Estas casas são caiadas
Cá por dentro, lá por fora;
Muitos anos vivam nelas
Os senhores que nelas moram.*

*Estas casas são caiadas
E o soalho é de vidro;
Muitos anos vivam nelas
As mulheres com seus maridos.*

Na visita realizada no dia seguinte, festa de Santo Estêvão:

*Alvoradas, alvoradas!
Pela manhã, muito cedo.
Vamos dar as alvoradas
Ao milagroso Santo Estêvão.*

*Alevantem-se os senhores
Desses escanos dourados,
Dar a esmola ao Santo Estêvão
Que esse vos dará o pago.*

(Informador: Carlos Vaz)

celebradas a 24 de Dezembro; também o facto de se tratar de festas de culto agrário, as mesmas que na Antiguidade eram dedicadas ao deus Saturno; e ainda porque as festas dos rapazes coincidem no tempo com a celebração da Natividade de Cristo, passando esta a designar-se do *Natale Solis Invicti*, em oposição ao culto do Sol que antes se realizava: “no dia 25 de Dezembro era a festa solsticial consagrada ao deus Sol, cuja luz prevalece sobre a noite. Pois, a Igreja procurou cristianizar a festa, para não privar os cristãos recém-convertidos de tal festividade, fê-la sua, referindo-se não ao sol, dom de Deus, mas a Jesus Cristo, o “Novo Sol”. Aquele que é a “Verdadeira Luz do Mundo”. A fogueira do solstício de Inverno passou a fazer-se na Vigília do Natal (ver foto 9) e a do Verão na Vigília de São João Baptista”⁹⁴. Tanto na província de Zamora, como no distrito de Bragança, as celebrações do Natal e dos santos desta quadra festiva contêm elementos espúrios do paganismo.

Na festa da mocidade de Constantim, Miranda do Douro, celebrada a 27 de Dezembro, os mascarados formam um casal: o “carocho” e a “velha”. Como todas as personagens da sua espécie, gozam de um poder e liberdade quase sem limites, nomeadamente, de fugir às normas sociais instituídas e de criar o caos. O “carocho” mostra virilidade nos seus gestos e atitudes grotescos, no seu aspecto horripilante (a máscara de couro negro, o fato de peno grosseiro, o cordão feito de carrinhos de linhas cingindo seu corpo, as grandes tenazes articuláveis com que corta as chouriças das cozinhas, onde entra sem pedir licença); afugenta os animais, amedronta as crianças, acaricia as velhinhas e provoca o riso em todos os presentes. Tudo isto se desenrola durante o ritual do peditório, localmente designado de *convite*. A “velha” (papel encarnado por um rapaz) assume o seu estatuto de mulher e acompanha o “carocho” nas suas diatribes. “Havia nestes dias os ritos de iniciação e de passagem para a mocidade entre os rapazes, a partir dos catorze anos”⁹⁵, ritos apropriados, desde a Antiguidade, ao solstício de Inverno.

O “Farandulo” é o protagonista da festa do Menino, realizada em Tó, Mogadouro, no primeiro dia de ano, enquadrada já nas antigas Calendas de Janeiro, mas ainda dentro do ciclo dos doze dias. Popularmente, representa o diabo e toda a sua aparência exterior contribui para reforçar esta ideia: “veste fatos velhos: umas calças, um casaco velho vestido do avesso e uma saia preta por cima ou cruzada pelo corpo. Calça botas com polainas e leva um ou mais chocalhos presos às pernas. Cruzado pelo corpo (a tiracolo) leva um cordão grande em forma de terço, feito de carros de linhas ou bogalhos de carvalho, terminando com uma cruz ou um boneco de cortiça pintado de negro de carvão. Usa um chapéu feito de papelão ou cartolina em forma de cartola, decorado a seu gosto (p. ex., o desenho de uma caveira, o ano a que

⁹⁴ AFONSO, Francisco José (1995), *Os dias santos do Natal e as galhofas em Terras de Vinhais*, in *A Festa Popular em Trás-os-Montes – Actas do Congresso*, Ed. Nordeste, Lda., Bragança, p. 154.

⁹⁵ MOURINHO, António Rodrigues (2003) *Festas Solsticiais na Terra de Miranda*, in *Dicionário dos mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Ed. Cidade Berço, Guimarães, p. 288.

diz respeito, sátiras, etc.). Leva um surrão ao ombro, onde guarda as esmolas que lhe dão ou “rouba”, nomeadamente peças de fumeiro, fruta, cebolas, pão, etc. Nas mãos leva ainda uma estaca, um pau de um metro e meio de altura, bifurcado numa das extremidades. Com ela faz algumas diabruras e brincadeiras, quer com os outros figurantes, quer com as outras pessoas. Pinta a cara e as mãos de negro de carvão”⁹⁶. A institucionalização do caos e da ordem são uma constante desta personagem, como convém a uma figura diabólica.

A entrada dos jovens para o grupo das quatro personagens da celebração está rigorosa e previamente determinada: “os papéis que cabem a cada um são rotativos, por esta ordem: no primeiro ano faz de moço, no segundo, de “sécia”, no terceiro, de mordomo e no quarto, de “farandulo”. No quadriénio seguinte, outros quatro jovens assumem a responsabilidade da festa, desde que tenham uma idade que ronde os dezasseis anos”⁹⁷. Este rigor com que os rapazes observam a tradição denuncia um rito de iniciação que eles impõem a si mesmos.

Fica aqui patente o carácter iniciático destas festividades que, aliás, se revela em todas as festas dos rapazes e dos “quintos”; no caso da festa de Tó, os jovens são iniciados no “grau” mais baixo, como em qualquer sociedade iniciática; ano a ano, vão subindo na escala hierárquica, até atingirem o grau mais elevado que é o de “farandulo”. Em outras festas (v.g., a do “velho” de Vale de Porco, no concelho de Mogadouro), os jovens devem “pagar a patente”⁹⁸ para poderem integrar o grupo social dos rapazes; só assim podem permanecer na rua até tarde e pela noite fora, que é como quem diz, só então são considerados adultos.

A festa de Santa Luzia, é celebrada em São Pedro da Silva, município de Miranda do Douro, a 13 de Dezembro. Apesar desta data ser anterior ao solstício de Inverno, não deixaremos de a enquadrar neste ciclo, por duas razões: a primeira é a grande semelhança com as restantes festas deste tipo que se celebram no Planalto Mirandês, com idênticos rituais e personagens mascarados, o “Velho” e a “Galdrapa”; a segunda relaciona-se com o próprio tempo da celebração; nas terras frias do Nordeste Transmontano, o mês de Dezembro é já Inverno para todos os efeitos, facto confirmado por António Rodrigues Mourinho, em língua mirandesa: “la festa de la Galdrapa celebra-se na San Pedro de la Silba, no die 13 de Dezembro, die de Santa Luzie, porque diç l pobo l die de Santa Luzie mingua la nuite e crece el dia”⁹⁹; ou seja,

⁹⁶ MANSO, António Augusto e MANSO, Francisco Joaquim (1989), *A Festa dos Reis de Tó*, in *Brigantia*, vol. X, nº 2, Abril- Junho/89, Bragança, p. 198.

⁹⁷ TIZA, António Pinelo (2004), *Inverno Mágico – Ritos e Mistérios Transmontanos*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda. Lisboa, p. 195.

⁹⁸ Informação prestada por Dulcínio Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia de Vale de Porco, em 25-12-2008.

⁹⁹ MOURINHO, António Rodrigues (s/d), *O Culto Sagrado na Terra de Miranda*, Ed. Instituto Português de Museus, Miranda do Douro, p. 31.

o dia em que as noites diminuem e os dias aumentam é, precisamente, o solstício de Inverno.

A festa da Cabra e do Canhoto celebra-se em Cidões, no município de Vinhais, a 31 de Outubro, como no terreno foi constatado. Não se trata, portanto, de uma festa solsticial, mas das colheitas. Contudo, por ela se introduz a estação do Inverno, através dos rituais em honra dos produtos da terra, pelo acender da enorme fogueira e pela acção mágica do mascarado. A abundância das colheitas fica assinalada pela ingestão de comida e de bebida em grandes quantidades e, até mesmo, em excesso: comem-se castanhas, pão e outros produtos, bebe-se do vinho novo; e a carne, em abundância, a famosa cabra, sacrificada para este ritual profano. O “Canhoto” (mascarado), popularmente, representa o Diabo. A Cabra é a sua companheira que acaba de ser sacrificada e consumida em comunhão por todos os habitantes da terra e forasteiros. Só assim o ritual se pode cumprir. Contudo, o “Canhoto” e os seus companheiros, os rapazes, vão manifestar a sua fúria por este acto – a matança da cabra. Por isso, vão vingar-se, virando todo o povo de pernas para o ar. Vão instituir a desordem e o caos em toda a comunidade, para que uma nova ordem possa emergir e, assim, a comunidade possa atravessar tranquilamente a longa estação do Inverno, que então se inicia.

Os mascarados da província de Zamora assumem, por vezes, estas mesmas funções: criar o caos e instituir a sua ordem.

Será o caso do par constituído pela “filandorra” e pelo “diabo”, que saem à rua na festa de Santo Estêvão em Ferreras de Arriba. São os feios e os maus da fita. A “filandorra” apresenta-se como “una ajada mujer, sucia y con la cara tiznada por el pecado y el mal. Atiza con el látigo que porta en su mano, que se interpreta como símbolo del mal e instrumento de poder con el cual ejerce sumisión y con el cual doblega haciendo uso de su fuerza y amenazas a todos cuantos le salen al paso hasta obtener el tributo. [...] El “diablo”, una vez más es interpretado como símbolo del mal. Se presenta con careta o carocha de piel, con la boca en color rojo y dientes de hojalata”¹⁰⁰. A acção desta dupla de personagens malfazejas resume-se a submeter as pessoas à sua vontade, por meio de um poder que só o estatuto de superioridade dos mascarados confere.

As celebrações de Santo Estêvão em Pozuelo de Tábara, com a figura principal do “Tafarrón”, assumem facetas próprias dos ritos de passagem ou de iniciação que, aliás, se denotam em outras festas do solstício de Inverno. “Geralmente entende-se por iniciação um conjunto de ritos e ensinamentos orais que visa a modificação radical

¹⁰⁰ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 195.

do estatuto religioso e social do sujeito a iniciar”¹⁰¹. Assim parece acontecer na festa de Santo Estêvão de Pozuelo de Tábara: “La fiesta de invierno cuenta con la participación de doce jóvenes, varones, que se reparten en tres grupos diferentes: el primer año son “Entrantes”, el segundo pasan a “Mayordomos” y el tercero y último, dependiendo de la diosa fortuna, darán vida al Tafarrón, Madama, Alcalde Mayor y Alcalde Menor. Cada mozo participa así durante tres años consecutivos”¹⁰². Assim, todos os anos entram quatro jovens para o grupo dos organizadores da festa, uma responsabilidade concedida aos iniciados; são os chamados “entrantes”; outros tantos saem para dar lugar aos que entram. Estes começam por desempenhar as funções de mordomos, que são os que se encarregam de toda a logística da festa, com uma responsabilidade efectiva na organização das celebrações. No ano seguinte, assumirão as funções de “tafarrón”, “madama” e de “alcaldes”; estas são de carácter mais mediático e simbólico e, portanto, mais apetecíveis. Contudo, a ascensão hierárquica dos jovens deve seguir este processo, assim definido pela tradição e em tudo semelhante ao das sociedades iniciáticas¹⁰³. O “tafarrón” e a “madama” são as personagens mascaradas e em torno delas se desenrolam todos os rituais.

Vejamos um procedimento que aqui se segue à risca e que aponta para os ritos de iniciação, descrito por Chany Sebastián: “Los Entrantes tienen la obligación de pasar en vela, sin dormir, la noche de 25 al 26 ya que serán ellos los encargados al amanecer de acudir a las casas para despertar al Tafarrón, a la Madama y a los Alcaldes, así como al Dulzainero y al Tamborilero que les acompañarán... Se inicia así la visita a todos los vecinos, casa por casa, para darle los “Buenos Dias...”, primero los Alcaldes, los cuales no pueden coincidir en la misma vivienda con el Tafarrón y la Madama que van tras de ellos. Si así sucediese los castigarían”¹⁰⁴. Temos, assim, como elementos iniciáticos: a vigília dos “Entrantes” (na realidade, estes são os “iniciados”), durante toda a noite e sem dormir; a atribuição de determinadas funções de grande responsabilidade, como seja, acordar os restantes membros da organização, para um acto da maior solenidade, a visita oficial aos moradores da terra; os “castigos” a que ficam sujeitos, caso não cumpram à risca as normas dos ritos da festa.

Por tudo isto, para os jovens, “la festividad de San Esteban, Patrono de los Mozos, el 26 de diciembre, es el Día Grande y la fecha más emblemática y esperada por los hijos de Pozuelo”¹⁰⁵. O santo é, assim, sentidamente glorificado com um hino composto em sua honra:

“Gloria Esteban amor de Pozuelo,

¹⁰¹ ELIADE (2004), *Op. Cit.*: 14.

¹⁰² SEBASTIÁN, Chany (2004), *Mascaradas – Antrujos de Zamora y Trás-os-Montes*, Ed. Federación Comarcal de Asociaciones Culturales, Zamora, p. 39.

¹⁰³ A aclamação dos “entrantes”, um dos momentos finais da festa, mostra a importância social que é conferida pela comunidade local e por todos os intervenientes nestes rituais.

¹⁰⁴ SEBASTIÁN, Chany, *Op. Cit.*: 47.

¹⁰⁵ *Ibidem*.

Gloria al mártir de la fe el primero,
 Gloria, gloria al Santo de nuestra alma,
 Gloria, gloria a quien nos ama.

Hoy los nobles hijos de Pozuelo
 Todos cantan con alegría,
 Si esta fiesta quitarse intentara
 Ni uno sólo con vida quedara

[...]” (Hino recolhido na localidade).

Esta mesma carga simbólica pode ser detectada na festa do “Zangarrón” ou de Santo Estêvão de Sanzoles, na comarca de Tierra del Vino. Muito embora os procedimentos rituais sejam diferentes, as finalidades pretendidas no tempo *ab origine* acabarão por ser as mesmas. Segundo Núñez, “el día 25 de Diciembre por la tarde, los quintos ensayan, al son de las castañuelas y la flauta, el baile que deberán realizar al día siguiente. Los cencerros suenan sin cesar toda la noche hasta el amanecer y los quintos deben hacer guardia, como si de protectores miliatres se tratara, hasta la alborada, momento en el que el “zangarrón” inicia su función durante todo el día 26 de Diciembre”¹⁰⁶. Ou seja, o protagonista da festa é, sem dúvida, o mascarado “Zangarrón” e os iniciados são os “quintos”. Nesta qualidade, estes devem submeter-se a um conjunto de provas para que possam transitar de um a outro estatuto social: os ensaios intensivos, as danças rituais (o “baile del Niño” executado num local determinado, “las cuatro calles”), a vigília nocturna e a recepção ao grande líder da festa, que é o “Zangarrón”, logo ao raiar do sol. Só então, isto é, “no final das provas, o neófito goza de toda uma nova existência face à que tinha antes da iniciação”¹⁰⁷. Outros actos rituais específicos e convergentes neste mesmo sentido se realizam ao longo de todo o dia da festa: “los quintos se van a celebrar la “comida del mutis”, llamada así porque no pueden hablar, recibiendo quien contraviene la norma un vergajazo por parte del Tamborilero o imponiendosele una multa. El Zangarrón come separado del resto de sus compañeros”¹⁰⁸. É, por assim dizer, um almoço só para iniciados – os “quintos”.

A presença do mascarado nestes rituais está associada aos ritos de passagem. São usos que pertencem a todas as culturas: “It is very common for some form of masking to be associated with rites of passage or other ritual marking change”¹⁰⁹; no

¹⁰⁶ NÚÑEZ, *Op. Cit.*: 211.

¹⁰⁷ ELIADE (2004), *Op. Cit.*: 14.

¹⁰⁸ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 109.

¹⁰⁹ MACK, John (1998), *Masks – The Art of Expression*, The British Museum Press, London, p. 20.

caso presente, trata-se da passagem dos “quintos” à maturidade por intermédio de uma “liturgia” protagonizada pelo “Zangarrón”; noutras celebrações, são os próprios rapazes que se mascaram como condição indispensável para que a integração na vida adulta seja oficializada.

As mascaradas tanto podem acontecer por alturas do solstício de Inverno, como no início de Janeiro, como no prenúncio da Primavera; contudo, as “obisparras” celebravam-se todas na quadra do Natal, ou seja, todas teriam uma origem romana ou pré-romana; eram, portanto, ritos solsticiais no seu tempo *ab origine*. Como acima foi referido, algumas delas perderam-se e foram agora reconstituídas e implantadas no ciclo do Verão. O factor que determinou esta mudança é de ordem existencial e não essencial; considera-se que a sua essência se mantém e é isso que deve ser tido em conta para a sua compreensão.

1. 4. Os ritos da fertilidade

Associados às festas agrárias do Solstício de Inverno estão naturalmente os ritos da fertilidade que podemos ainda hoje constatar, de um e do outro lado da fronteira.

São várias as personagens mascaradas que ostentam ícones relacionados com o antigo culto da fertilidade:

- as varas das oferendas que são, naturalmente, produtos da terra, e que integram a ronda das Boas Festas, na festa dos rapazes de Varge, Bragança (ver foto 14) e na obisparra de San Martín de Castañeda, Sanábria (foto 15).

- os grandes cestos de vime e os ramos adornados com pão em forma de estrela, o sol, e de animais domésticos, como o boi e o cavalo, animais considerados imprescindíveis no processo do amanho da terra e da produção agrária: Varge, Parada, Grijó de Parada, Vila Chã de Braciosa, Bruçó, Vale de Porco, Pozuelo de Tábara, Ferreras de Arriba e outras;

- as próprias máscaras zoomórficas, representativas dos mesmos animais: os bois de La Torre de Aliste e de Pobladura de Aliste (ver fotos 18 e 22), a “vaca bayona” de Almeida e de Pereruela de Sayago, a “vaquilla” de Palacios del Pan, “el pajarico y el caballico” de Villarino Tras la Sierra”, “el toro y la vaca” de San Martín de Castañeda (fotos 18, 22, 33, 34, 35, 36, 37), os elementos zoomórficos de algumas máscaras de Ousilhão, o “chocalheiro de Bemposta e as “vacas” e outros animais domésticos de Santulhão (foto 38);

- o uso de bexigas de porco cheias de ar que os mascarados fazem, para com elas produzirem um som ritual de homenagem à divindade, à natureza e aos próprios seres

humanos: o “Zangarrón” de Sanzoles, os “caretos” de Aveleda, os “velhos” de Bruçó, a “velha” de Vila Chã de Braciosa e em outras tantas festividades em que este adereço faz parte da indumentária destas mágicas personagens;

- o acto de chocalhar as mulheres executado pelos mascarados, como se pretendessem fecundá-las: é este o acto mais característico dos “caretos” do Carnaval de Podence e de Vila Boa de Ousilhão (fotos 25 e 27) e da festa dos Reis de Salsas;

- o princípio iniciático das festas dos rapazes e dos quintos (que se mascaram e executam ritos de passagem da adolescência à idade adulta e, portanto, à sexualidade que viabiliza a reprodução;

- os actos representativos de cenas da vida agrária, como a lavoura, a fertilização da terra e as sementeiras: nas obisparras de Pobladura de Aliste, La Torre de Aliste, Palazuelo de las Cuevas, San Cristóbal de Aliste, na festa dos rapazes de Varge, no Carnaval de Almeida de Sayago, Pereruela e Santulhão;

- a recolha dos produtos da terra para serem ofertados aos santos (à divindade) ou para prestar homenagem aos mortos e consumidos em sacrifício por todo o povo: os peditórios, os “aguinaldos”, as “cuestaciones”, os “convites”... rituais que integram quase todas as festividades do solstício de Inverno;

- os actos mágicos que o “Zangarrón de Montamarta realiza em torno do pão (justamente na comarca denominada Tierra del Pan), no espaço sagrado da igreja e nas ruas do povo (foto 16) e a sua repartição solene por todo o povo, logo após a sua bênção pelo sacerdote durante a liturgia da missa;

- as refeições comunitárias para todo o povo, chamadas “mesas de Santo Estêvão”, as dos rapazes e as de “los quintos” (exclusivas deste grupo social de participantes), e outros tantos elementos que, com uma forte probabilidade, nos remetem para uma substancial presença da cultura pagã, nos nossos dias.

Vejamos algumas destas celebrações que manifestam ritos da fertilidade.

- O “Zangarrón” de Sanzoles (foto 10), em conjunto com os dançantes e ao ritmo do tamborileiro, realiza o peditório (designado de *cuestación*) pelas ruas da aldeia. Neste ritual, o “Zangarrón” deve fazer a visita e pedir a esmola sem pronunciar uma só palavra. Quer isto dizer que se trata de uma personagem única, que actua sozinho e que, portanto, só pode propiciar o bem da comunidade. “Su aspecto demoníaco no significa ‘encarnación del mal’, sino ser ajeno a los hombres y a los dioses, propiciador de la magia y de la prosperidad de su pueblo”. Os povos criam os seus entes superiores para que estes os protejam.

- Idêntico ritual é executado pelo “Carocho” e pela “Belha” (que formam um casal), em Constantim, acompanhados pelo grupo de pauliteiros. É o peditório (designado de *convite*) por todas as casas da aldeia. Em cada uma, os mascarados saúdam os moradores e recebem os donativos, produtos da terra e dinheiro, enquanto os pauliteiros dançam um *lhaço*, a pedido dos donos da casa. Para reforçar a simbologia da fertilidade, o par de mascarados vai simulando um conjunto de jogos amorosos, incluindo o acto sexual, reproduzido por excelência, ao longo de todo o percurso do peditório.

- O “Zangarrón” de Montamarta, sendo um mascarado e, portanto, conotado com o diabo, na verdade era e continua a ser um ser benéfico para a comunidade. Ele participa nas cerimónias litúrgicas e saúda as autoridades oficiais, civis e religiosas. No final da missa e após ter recebido a bênção do sacerdote, crava três vezes o seu tridente nos pães que previamente haviam sido colocados pelas *quintas* junto ao altar e benzidos pelo celebrante. Este acto pode simbolizar a expulsão das moléstias da natureza e da comunidade, para que, uma vez livres dos males, possam ser mais férteis no novo ciclo agrário acabado de começar com a entrada do novo ano. A partilha do pão por todo o povo representa a distribuição de comida aos pobres e a liturgia do sacrifício dos produtos da terra em honra da divindade, para que esta permita que a necessária fertilidade aconteça.

- Com a mesma finalidade, o Chocalheiro de Bemposta realiza o ritual do peditório; o culto da fertilidade é aqui ainda mais notório, pelo facto de se celebrar a 26 de Dezembro (mais próximo do Solstício) e a 1 de Janeiro (no início do novo ano e, simbolicamente, de um novo ciclo agrário). Por outro lado, devemos centrar a nossa atenção na máscara e nos restantes adereços do mascarado, todos com uma carga simbólica extremamente rica: os chifres de bode ou de touro; nas pontas, duas laranjas espetadas; barbicha de bode no queixo; pendendo da nuca, uma bexiga de porco cheia de ar; na testa, uma laranja em baixo relevo; num dos lados da face, uma serpente e no outro, uma salamandra (foto 13); todo o seu corpo é envolvido por uma outra serpente, de grande porte; na mão segura uma tenaz, objecto utilizado para fazer avivar o fogo. Embora o povo lhe atribua uma carga diabólica, estes elementos simbólicos remetem-nos para a simbologia da Terra-Mãe, ou seja, para as funções originais deste mascarado.

- Em Vila Chã de Braciosa, o primeiro dia do ano é o tempo de celebrar a festa do Menino ou festa da Velha. Um trio de personagens (que podemos considerar mascarados, não pela máscara que não usam, mas pelas pinturas que fazem na face e pela indumentária) desenvolve o ritual do peditório por a aldeia, dançando pelas ruas ao som da gaita-de-foles e do tambor (foto 21). Dançam também em cada casa, desejando aos seus moradores um ano próspero. Os dois grupos de personagens, a velha e os bailadores e os músicos, vão integrar as cerimónias litúrgicas da missa e da

procissão, uma clara manifestação de convivência harmoniosa entre o sagrado pagão e o sagrado cristão. Júlio Caro Baroja detectou certos ritos celebrados na região Vasco-Navarra de características semelhantes a estes e, salvo melhor opinião, com as mesmas finalidades: “Numa data especial do ano saem no povo uns dançantes vestidos bizarramente, com paus nas mãos, que fazem uma característica dança de luta de ar marcial em parte, de ar típico agrícola em parte também (...). Terminada a dança, e a concluir a festa, os dançantes têm um banquete ou ceia”¹¹⁰. Estaremos perante um ritual sagrado de uma festividade agrária dos tempos primitivos ou pagãos. “São rituais gentílicos que aqui permanecem. São rituais de fertilidade e fecundidade (...) mitos do eterno retorno”¹¹¹.

- Por altura dos Reis, em San Martín de Castañeda, celebra-se a Visparra ou Talanqueira, um peditório (*aguinaldo*) protagonizado por duas personagens zoomórficas, um touro e uma vaca (foto 34), acompanhadas por um numeroso séquito de outros mascarados (máscaras designadas na aldeia de “calantroñas”); são os “visparros”, a dama, o cego, a “cernada” e “los del varal”. O percurso é acompanhado pelo som dos chocalhos (“chucallos” ou “talanqueiras”); os “visparros” investem contra quem apanham, a “cernada” lança cinza a toda a gente e a dama e o cego vão dançando. “Los del varal” recolhem os donativos (chouriços, carne de porco curada... que dependuram na vara. Elementos relacionados com a fertilidade da terra: os produtos da terra, os enchidos, os produtos confeccionados com carne de porco, o pão, o vinho... e a cinza que se lança sobre as pessoas e que é considerada como um fertilizante da terra.

- Na festa de Santo Estêvão de Villarino tras la Sierra, na comarca de Aliste, “los Caballicos” embebem as suas “caudas” em água e barro para assim perseguirem a todos quantos encontram pela frente, molhando-os e sujando-os com esse barro (foto 35); após este acto e sem qualquer cerimónia, exige àqueles que foram atingidos o pagamento de uma “multa”, destinada, segundo eles, “a comprar alimento para o cavalo”¹¹²; na verdade, o resultado da colecta destina-se à festa, concretamente, para a grande refeição comunitária que os mordomos organizam no largo da aldeia, para todo o povo e também para os visitantes. Todo este ritual indicia um rito de fertilidade. Segundo Cavo Brioso, “el caballo era animal sagrado en época prerromana entre los pueblos del norte [...] por su abundancia y la importancia de estos caballos para la economía y la guerra [...]. Además, aquí [a celebração] conlleva un aspecto fertilizador, pues por una parte se reciben fuertes golpes de los Caballicos dados con la cola, impregnados de los dos elementos más fertilizadores, agua y barro”¹¹³. Como é óbvio, a importância do cavalo na vida das populações era muito maior no passado do

¹¹⁰ CARO BAROJA, Julio (1957), *España Primitiva y Romana*, Ed. Seix Barral, Barcelona, p. 143.

¹¹¹ MOURINHO, A. Rodrigues, *Op. Cit.*: 290.

¹¹² Experiência vivida pelo investigador, no dia da festa de Santo Estêvão, 26 de Dezembro de 2008, em Villarino tras la Sierra.

¹¹³ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 133.

que actualmente; Fray Antonio de Fuentelapeña (século XVII), na sua obra *El Ente Dilucidado*, considera o cavalo “animal belicoso, nobilísimo entre todos los animales, y provechoso de muchas maneras para la vida humana” e reconhece “su generosidad”¹¹⁴ e outros atributos que, neste contexto, seria fastidioso enumerar.

A origem de “los Caballicos”, segundo Chany Sebastián, pode ter reminiscências das mascaradas de Trás-os-Montes: “No debemos olvidar que los vaivenes y guerras entre los gobiernos de los reinos de España (Castilla) y Portugal llevó a variar en muchas ocasiones la frontera. De hecho, al pueblo alistiano en alguna época lejana se le conoció también como Villarino de Tras Os Montes”¹¹⁵. Existiram, de facto, no passado, algumas mascaradas deste tipo no outro lado da fronteira, no concelho de Vimioso; contudo, há muito tempo que elas se perderam, à exceção dos mascarados de animais domésticos de Carnaval de Santulhão; felizmente, Villarino soube preservá-la até aos nossos dias.

- Emblemáticos da fertilidade são também os “casais” de mascarados que integram outras festas, tanto de um lado como do outro da fronteira, e que representam cenas da vida quotidiana da vida das suas comunidades.

“El Galán” e “la Madama” (com um boneco representando um menino ao colo), em Riofrío de Aliste, formam um casal jovem e acompanham o cortejo de personagens, por toda a aldeia, enquanto outros fazem o peditório e saúdam os vizinhos da comunidade. Logo no início do percurso, o “casal” dirige-se a casa do pároco para aí procederem ao baptizado do filho da “Madama”.

O casal de mascarados integra o grupo de personagens genericamente chamados “los Guapos” o “los Novios”, do qual fazem parte ainda “el del Tamboril y el del Cerrón”. Os quatro funcionam em conjunto, contudo, “de entre ellos destaca una pareja de jovenes, hombre y mujer, ambos interpretados por dos varones, en un caso típico de inversión próprio de los tiempos de Carnestolendas. [...] Los novios son símbolo de la vida, son los jóvenes poseedores de fuerza generatriz, los depositarios de la fertilidad”¹¹⁶. É o culto da fertilidade bem presente nestes ritos agrários das mascaradas de Aliste. Convém também recordar que a própria “Madama” traz ao colo a representação de uma criança, isto é, o fruto da união matrimonial.

Também a vara do “Galán” estará relacionada com a mesma simbologia. “Según los estudiosos de la etnografía, este mástil de cintas es la representación

¹¹⁴ FUENTELAPEÑA, Fray Antonio de (1676, 1ª edición), *El Ente Dilucidado – Discurso único novísimo que muestra hay en naturaleza animales irracionales invisibles y cuales sean*, edição de 2007 coordenada por Arsenio Dacosta, Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo” e Diputación Provincial de Zamora, p. 361.

¹¹⁵ SEBASTIÁN, Chany, *Op. Cit.*: 57.

¹¹⁶ BLANCO GONZÁLEZ, Juan Francisco (2004), *Los Carochos – Rito y tradición en Aliste*, Editorial Semuret, Zamora, p. 81.

simbólica de un árbol¹¹⁷. A árvore será, por sua vez, o símbolo da fecundidade da Natureza.

Terminada a primeira parte do ritual, que é uma espécie de teatro de rua, com cenas da vida de uma qualquer aldeia, a “Filandorra” passa por uma metamorfose: “con el traje de papeles, va arrojando ceniza a las mozas y los niños [e a todos os presentes, segundo constatámos *in loco*], almacenándola en una especie de *vantal* construida con un saco al que se ata por un extremo de la boca y el cornejal, que cuelga al cuello, al modo de sembrador en la sementera”¹¹⁸ (foto 17). No passado e antes da introdução dos adubos químicos, a cinza era utilizada como fertilizante das sementeiras. Uma vez mais, a fertilidade marca a sua presença simbólica.

Em Sarracín de Aliste são dois os “casais” de mascarados: um que é formado pela “Filandorra” e pelo “Rullón” e o outro pela “Madama” e o pelo “Galán”. A “Filandorra” (cujo nome provém do termo português *fiar*, e que significa *hilandera*) vai lançando cinza sobre a assistência. Todos vão pedindo donativos pelas casas. Um dos momentos mais simbólicos da festa é o enterro do filho da Filandorra, que havia sido raptado e morto pelos “Diabos”. Representará o acto de lançar a semente à terra para que possa frutificar. “Finalizado el entierro del niño de la “filandorra”, la fiesta se da por concluida”¹¹⁹; quererá isto dizer este acto culminante se reveste da maior solenidade e simbologia.

Os casais de Abejera são constituídos pela “Filandorra” e o “Cencerrón” e pela “Madama” e o “Galán”. O primeiro representa um casal de fracas posses e vai mal vestido; ela revela não ser uma boa mãe (o que pode ser entendido como uma crítica àquelas mães que não assumem convenientemente o seu papel); contrariamente, o segundo que saiu de cena, actualmente, ia vestido com elegância; nele se reviam todos os casais da comunidade local.

Em Pozuelo de Tábara, na festa de Santo Estêvão, “el dia más insigne y grande de Pozuelo”¹²⁰, “el Tafarrón y la Madama” formam igualmente um casal de jovens. “El Tafarrón es el personaje alma mater de la celebración y el que utiliza el traje más espectacular, de dos piezas, con clara similitud en el diseño a las techumbres y cubiertas de las Payozas Gallegas, de las cuales puede derivar, ya que su objetivo original sería evitar en ambos el paso el agua”¹²¹. Trata-se, de facto, de uma capa usada pelos pastores nas terras serranas de Trás-os-Montes; ao ser usada em cerimónias festivas agrárias, integra nelas toda a carga simbólica da actividade pastoril.

¹¹⁷ BLANCO GONZÁLEZ, *Op. Cit.*: 87.

¹¹⁸ *Idem*: 151.

¹¹⁹ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 255.

¹²⁰ SEBASTIÁN, *Op. Cit.*: 2004.

¹²¹ *Idem*: 39.

“La pareja y compañera inseparable del Tafarrón es la Madama. Como en todas las mascaradas zamoranas e trasmontanas la Madama es un hombre vestido de mujer”. [...] En la espalda sobresale una “M” de grandes dimensiones sobre la cual va sujeta una pequeña muñeca, cubierta de infinidad de alfileres”...¹²². Por esta descrição de Chany Sebastián, podemos deduzir todos os elementos necessários ao culto da fertilidade.

Em Pobladura de Aliste, a “Filandorra” e o “Soldado” formam um casal burlesco. Ela é uma mulher descuidada que deixa o filho, representado por um boneco, em qualquer sítio ou permite que lho arrebatam dos braços. Neste caso, o companheiro terá que fazer todos os esforços para o recuperar e evitar que lhe façam mal. Ambos encenam momentos jocosos, através de diálogos “amorosos” e atitudes brejeiras, que provocam o riso geral entre os presentes (foto 30).

O amanho da terra e a sementeira são amplamente encenados ao longo de todo o ritual da obisparra que percorre todas as ruas da aldeia. As personagens intervenientes são “el Arador y el Gañán” e uma parelha de bois jungidos (dois jovens que se mascaram desta maneira) puxando um arado para lavrar a terra (foto 18). Esta encenação reveste-se do maior simbolismo: “es de todas la celebraciones de la provincia la que manifiesta de modo más claro el sentido agrario de la fiesta. Es que asistimos a la siembra y cubrimiento de la simiente, dejando bien claros el origen y finalidad de la fiesta. Los diablos se convierten así, otra vez, en algo positivo y necesario, en bueyes, la fuerza necesaria para que la tierra dé el fruto; su maldad se limita a no dejarse domeñar por el Arador ni por los rezos”¹²³. Estes “rezos” são as orações que o “Arador” dirige à divindade, quando os bois escapam ao seu controle, para que voltem ao seu trabalho. São também preces, justamente no acto da sementeira, para que as colheitas sejam abundantes. Os bois acabam por voltar para que a fertilidade aconteça.

Também no Carnaval estas representações agrárias acontecem. É o caso de Pererueta de Sayago: no desfile pelas ruas da localidade, “el Arador” que acompanha a “Vaca Antrueja” vai semeando palha, como que a repretar a semente que se lança à terra para germine e frutifique. Estas representações que agora se fazem no Carnaval são as reminiscências da mascarada de Santo Estêvão, a 26 de Dezembro, que foi trasladada para esta altura devido às proibições de que foi alvo; no meio da folia do Carnaval, era mais fácil a estas personagens passarem despercebidas e, assim, evitarem ser interditas.

Já no lado português, em Bruçó, os protagonistas da festa dos Velhos são dois pares de mascarados (foto 20). O “casal dos Velhos” (o velho e a velha), pela sua pretensa maturidade, tem como função zelar para que o ritual do peditório seja

¹²² *Idem*: 41.

¹²³ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 129.

executado com o máximo rigor que a tradição exige. O segundo é formado pela “Sécia” e pelo “Soldado”. A “Sécia” representa uma personagem de uma mulher de vida fácil; no entanto, vai muito bem pintada nas maçãs do rosto e nos lábios e leva um filho ao colo (como sempre, representado por um boneco). Os jovens que se encontram entre a multidão tentam raptar a criança, ao que o Soldado se opõe, recorrendo, por vezes, à sua agilidade e força física. O próprio “casal” vai encenando toda uma farsa de jogos amorosos e gestos sensuais para divertimento do povo. Dirigem palavras carinhosas um ao outro, misturadas com brejeirices, simulam beijos... Os mais jovens e atrevidos metem-se com ela, dirigem-lhe piropos e levantam-lhe as saias. Na origem da tradição, seriam mais do que meros actos de divertimento; talvez, ritos mágicos dirigidos à fertilidade; a actual festa dos Velhos, celebrando-se justamente num momento crítico da Natureza, será “um ritual que vem paganismos e que celebra o solstício de Inverno”¹²⁴; celebra-se no próprio dia de Natal.

Por outro lado, todas estas encenações se passam durante o ritual do peditório, por toda a aldeia; a generosidade das pessoas e das famílias, em produtos da terra ou em dinheiro, deverá converter-se em abundância nas colheitas, por parte dos santos a quem as esmolas se destinam, segundo os princípios da religiosidade popular ou funcional. Globalmente falando, os peditórios têm como finalidade a manutenção da festa: “se utilizan para aumentar los ingresos con subasta de algo que pertenecía al pueblo por derecho próprio; pero gracias a este sistema, esse pueblo seguia conservando su herencia ancestral”¹²⁵.

A “Galdrapa” e o “Velho” fazem par na festa da Velha em São Pedro da Silva. Encenam também certos actos relacionados com a fertilidade. Podemos ainda referir os adereços da “Galdrapa” que convergem no sentido: “La Galdrapa yê un home bestido de mulhier. Trai saia feita de lhenços antigos i xambre branco i nas cuôstas un lhenço i na cinta ua gibeira para meter las smolas que le dan ou bai roubando. Na outra mano trai un palo cun dues ou três bexigas de cochino, chenas de aire, i bai dando cun eilhas a la garotada que ancontra”¹²⁶. São vários os adereços relacionados com a fertilidade: na mão esquerda, um ramo onde coloca as chouriças e, na direita, um pau com bexigas de porco (*cochino*, em mirandês) cheias de ar, para com elas bater na garotada que encontra. O próprio porco era, nas sociedades agrárias, o animal que mais contribuía para a alimentação da casa e, ainda hoje, o símbolo das poupanças em dinheiro.

¹²⁴ CASTRO, António Pimenta de (2003), *Mogadouro*, in *Dicionário dos mais Ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, vol. III, Ed. Cidade Berço, Guimarães, p. 372.

¹²⁵ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1993), *El Baile de la Bandera y Otros Bailes Solsticiales en la Provincia de Zamora*, edita: José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 35.

¹²⁶ Extracto de um trabalho efectuado por uma aluna da Escola Secundária de Miranda do Douro (não identificada) de São Pedro da Silva, em língua mirandesa, com o título *La Fiesta de la Biêlha an San Pedro de la Silba*.

O acto de lançar cinza, farinha, palha, água e barro sobre as pessoas, pelos mascarados, pode ser considerado como culto da fertilidade. Trata-se de elementos necessários à produtividade da terra ou que são o seu produto – o cereal; a cinza, no passado, era utilizada como fertilizante; a palha misturada com excrementos dos animais transforma-se em estrume, um fertilizante natural utilizado ainda hoje, sobretudo na chamada agricultura biológica; a água é o elemento sem o qual a terra se torna estéril; a farinha é um produto da terra e o barro é a própria terra embebida em água. A cinza é lançada sobre as pessoas pela Filandorra de Riofrio de Aliste, de Abejera e de Sarracín de Aliste, na festa dos “Carochos”, e pela “Cernada” da Visparra de San Martín de Castañeda, na época das festas dos Reis; a água e a farinha são elementos que os mascarados de Santulhão atiram, no Carnaval, sobre todos os assistentes ao “julgamento do Entrudo”, e em muitas outras terras de Trás-os-Montes, nestas mesmas celebrações; o barro é o elemento utilizado pelos “Caballicos” de Villarino trás la Sierra para sujar os assistentes, com as suas caudas arrastadas pelo chão, na festa de Santo Estêvão, cuja celebração se mantém no próprio dia consagrado ao santo, a 26 de Dezembro.

1. 5. As funções profiláticas

Os ritos da fertilidade que acabámos de abordar podem ser inscritos nas funções propiciatórias dos mascarados. A generosidade do povo está patente na abundância das ofertas dos peditórios. Simbolicamente e dentro do espírito da religiosidade popular ou paganismo funcional, as dádivas contêm um acto propiciatório: dar para que a divindade retribua a oferta, no novo ciclo da natureza, em muito maior prodigalidade.

A categoria das funções purificadoras e profiláticas dos mascarados manifesta-se na crítica social dos actos reprováveis de alguns membros ou grupos das suas comunidades. O seu papel aqui é o de profeta que levanta a voz perante todo o povo e aponta o dedo àqueles que, pelos seus actos, se desviaram dos valores instituídos na sociedade. Estes rituais que ocorrem nas festas dos rapazes em aldeias do concelho de Bragança repetem-se, *mutatis mutandis*, em localidades da comarca de Aliste: as quadras que certas personagens recitam “en las que antiguamente se pasaba repaso a la actualidad del año en el pueblo, sacando a la luz las debilidades de los aldeanos, especialmente en materia sexual”, a que se atribui o mesmo “carácter protector y purificador que lo hacian los lupercales”¹²⁷.

Caro Baroja enquadra esta acção nas funções primordiais dos mascarados: “o elemento satírico é fundamental”, baseando-se na comédia aristofânica que surgiu de “uma necessidade imperiosa de tipo colectivo, de dizer todo o mal que havia ocorrido

¹²⁷ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 120.

na povoação ultimamente, para a deixar purificada”¹²⁸. O solstício de Inverno é um momento crítico no ciclo agrário; o sol quase se extingue no seu esplendor de luz e calor; é a altura propícia para a purificação da comunidade; purificada, fica preparada para o novo ciclo da Natureza.

Podemos referir alguns destes ritos. Nas aldeias da Baixa Lombada no concelho de Bragança (Aveleda, Varge, Baçal...) a crítica social é uma das funções dos mascarados e constitui o momento mais solene das festas dos rapazes (fotos 3, 4 e 5). Por isso, todo o povo deve assistir porque a ele diz respeito. É a função expurgatória: “a expulsão dos males fora de termos, expressa pela acção de determinadas personagens”¹²⁹. Os “caretos” entram em acção. Num dos largos da aldeia, um espaço amplo, desenrola-se o ritual da crítica social, as loas, comédias ou colóquios (designação que varia de aldeia para aldeia), perante todo o povo ali reunido. Os mascarados relatam, então, em verso (quadras), vários factos ocorridos durante o ano, cujos intervenientes são criticados e ridicularizados. No final de cada quadra, a turba de “caretos” aplaude ruidosamente com gritos “hi! hu! hu!” (que fazem lembrar o uivar dos lobos), com saltos e com o som dos chocalhos que trazem à cintura.

Em Varge, localidade do concelho de Bragança, a saída da missa de Natal é o momento solene, quase litúrgico, da crítica social. Os “caretos” já estão “paramentados”, os actores colocados nos seus esconderijos estratégicos, o palco montado (dois carros de bois encaixados um no outro e palha no chão para amortecer as cambalhotas) e todos os utensílios nos seus lugares. O povo vai descendo a rua da igreja até ao largo da encenação, embalado pela música do gaiteiro. O que se segue é o desfiar das “loas”¹³⁰ e a representação teatral de algumas delas. Cada um dos mascarados relata, em verso (quadras) e de memória, o facto local que escolheu e que tenha ocorrido durante o ano que agora finda; comenta “em tom facecioso, burlesco ou sarcástico, os acontecimentos mais disfarçáveis ou atentatórios da moral corrente da aldeia, secundados por manifestações ruidosas dos demais”¹³¹. O jovem “careto” mantém a máscara na cara e distorce a voz, numa espécie de falsete, para não ser identificado. Os factos, embora reais, são aqui tratados de uma forma exagerada e tomados pelo seu lado mais ridicularizante¹³².

¹²⁸ CARO BAROJA, Julio (1963) *Mascaradas de Invierno en España y otras partes*, in *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. XIX, Madrid, p. 270.

¹²⁹ *Idem*: 288.

¹³⁰ A palavra *loa*, em português significa *louvor* e é mais frequente o seu uso em poesia; em espanhol significa *alabanza*; contudo, no contexto da festa dos rapazes de Varge, quer dizer exactamente o oposto, isto é, *crítica maldizente*.

¹³¹ PEREIRA, Benjamim (1985), *Máscaras Transmontanas*, in *Brigantia*, vol. V, n.os 2-3-4, Abril-Dez./85, Bragança, p. 502.

¹³² A título de amostra se apresenta um facto escrito em verso para a festa dos rapazes de Varge.

Tema: A burra no poço

Desculpai, ó pessoal,

Alguns destes factos são representados ao vivo, tal como numa peça de teatro de rua. Os actores são os próprios rapazes que assumem o papel das personagens intervenientes no caso: de mulher, de velho, de guarda, de bombeiro ou mesmo de animais, com o equipamento que lhes pertence.

Bem sabeis o que isto é,
Tenho um caso p'ra contar
Da Prazeres do Nazaré.

Da Prazeres do Nazaré
Com dores de calcanhares,
Este caso foi passado
Na terra de Vale de Linhares.

Na terra de Vale de Linhares
Com vontade de cagar,
Caiu-lhe a burra ao poço
Quando andava a regar.

Quando andava a regar
(Ela é mulher muito fina)
Quem lhe havia d acudir?
Sua cunhada Leopoldina.

Sua cunhada Leopoldina
Com pescoço de peru:
"Ajuda-me a tirar a burra,
Que se afoga pelo cu.

Que se afoga pelo cu,
Ela já se está a afogar.
Ainda deixa um macheco
Por acabar de criar.

Sabes que uma burra
Agora vale muito dinheiro".
Leopoldina veio p'ra casa
P'ra matar um torradeiro.

P'ra matar um torradeiro,
Não sabia como fazer:
Meteu três vezes a navalha
E não acabava de morrer.

Não acabava de morrer
E não lhe fazia mal;
Deixou-o ao fundo das escadas
E fugiu-lhe p'rò curral.

[...]

(Loas da festa dos rapazes de Varge de 1983, recolhidas pelo investigador no próprio dia da festa, 25 de Dezembro.

O Abade de Baçal, nas suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, já no princípio do século passado dava notícia dos factos e da temática tratada e que podiam vir a lume: “as tranzes do vizinho para sacar a burra do lamaçal onde se lhe enterrou; a morte desta e respectivo testamento, em que se contemplam os vizinhos com deixas; as aflições da dona de casa a quem o cão ou o gato escapou com um bocado de salsicheira; aquele, porque ao matar o porco o deixou, ainda vivo, fugir do banco; este, porque um cigano lhe enfiou, em troca da cavalgadura boa, chaguenta azémola, são outros tantos motes de versalhada, que bastas vezes pulsa também a nota realista, causticando as leviandades femininas em pontos de castidade”¹³³. Em geral, a temática mantém-se e o tom jocoso com que tratada também; contudo, os factos abordados correspondem à época actual e, concretamente, ao ano a que se referem; inevitavelmente, os factos da vida política local e municipal acabaram por ser incluídos e satirizados nos reportórios da crítica social.

Em Aveleda, o ritual é semelhante, embora com algumas diferenças no seu *modus faciendi*: não inclui representações teatrais e as quadras são lidas (não declamadas) por um só dos mascarados. Além disso, o jovem proclamador das comédias retira a máscara da cara, permitindo, assim, que seja identificado por todos. Quererá isto significar que o conteúdo e a forma da crítica serão menos acutilantes do que na vizinha aldeia de Varge. Para melhor exposição, citamos mais longamente o estudioso Paulo Caetano: “O som da gaita-de-foles e do tambor chama o povo e impõe um silêncio pesado. Apesar de todos saberem o que vai acontecer, a expectativa envolve os presentes. Então, de um inesperado recanto da aldeia, surgem os caretos. Quase duas dúzias de rapazes solteiros envergam um felpudo fato cheio de tiras coloridas e uma simbólica máscara de lata. Vêm em alegre correria, fazendo balançar os chocalhos das vacas que trazem pendurados na cintura ou a tiracolo. Chegados ao largo, logo se perfilam formando um corredor e, no meio, surge um rapaz de cara descoberta. É a ele que cabe a leitura das comédias ou das loas, umas quadras satíricas sobre os casos do último ano da vida da aldeia e que constituem o ponto alto das festas”¹³⁴.

As comédias da festa dos rapazes de Aveleda são escritas por um só dos rapazes, geralmente um dos mais velhos, mais experimentado na matéria e com veia para o verso popular. Os temas e os acontecimentos sucedem-se à medida que se fala das pessoas, ou vice-versa, e sem qualquer elemento separador. A leitura é feita em tom solene e pausado. O proclamador é acolitado por outros dois “caretos” com a máscara posta, colocando-se um de cada lado. O trio assim formado preside ao cerimonial e desloca-se de uma à outra extremidade das filas paralelas formadas pelos

¹³³ ALVES, Francisco Manuel (1975), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo IX, reedição do Museu do Abade de Baçal, Bragança, p. 291.

¹³⁴ CAETANO, Paulo e VASCO, Rui (2000), *Portugal Ainda*, Ed. Bisâncio, Lisboa, p. 28.

restantes “caretos”, no final da leitura de cada quadra. Entretanto, no tempo das paragens na leitura, os “caretos” aplaudem ruidosamente com gritos, dando saltos, fazendo soar os chocalhos e batendo com as bexigas de porco infladas nas pernas ou nos paus com que cada um vem armado.

Na festa dos Reis ou dos rapazes de Baçal, o ritual mais simbólico e mais característico é a apresentação dos “colóquios” na praça pública. Trata-se de um momento único no ciclo anual da comunidade – a crítica social – que corresponderá aos actos expurgatórios das antigas festas saturnais para purificação, expulsão dos males e preparação da Natureza para o ciclo agrário que então vai começar. “L’élimination des scories que le fonctionnement de tout organisme accumule, la liquidation annuelle des péchés, l’expulsion du vieux temps ne suffisent pas. Elles ne servent qu’à enterrer un passe croulant et encrassé, *qui a fait son temps*, et qui doit ceder la place à un monde vierge dont la fête est destinée à forcer l’avènement”¹³⁵. Em boa verdade, o tempo dos factos aqui relatados já passou; urge eliminá-los para que, desta forma, a comunidade possa encarar os novos tempos já purificada desses pecados. Por isso, os visados são os vizinhos da terra, claramente identificados para que não restem dúvidas.

Os colóquios são recitados no largo do fontanário de pedra, perante todo o povo. Relatam em quadras e num tom ridicularizante os acontecimentos seleccionados como tendo sido os mais notórios e dignos de registo. “Um conjunto impressionante de quadras exorciza com seu maldizer os ‘rumores’ da aldeia, trazem à luz do dia aquilo que vive na ‘obscuridade’”¹³⁶, factos supostamente reais, vividos por personagens reais e de todos conhecidos. Estas funções competem aos mascarados que, neste caso, dão a cara e assumem este papel perante aqueles que são atingidos por esta forçada confissão pública e perante o povo.

Pelo Carnaval, a crítica social acontece também em Podence, no município de Macedo de Cavaleiros. Nesta altura vêm a público os “contratos de casamento”, feitos em ritual apropriado e de uma forma perspicaz, subtil e acutilante (foto 31). São os “casamentos do Entrudo, onde há bastante do burlesco das *matronalia* pagãs; [...] “casamentos” fingidos, de escárnio ou chacota, que lembram a antiga canção satírica e as pantominas báquicas”¹³⁷, que o Padre Firmino Martins referencia como tendo existido na região de Vinhais e que permanece vigente em Podence e em outras terras. Aqui os anunciantes assumem o papel de sacerdotes que, acompanhados de numerosa turba de acólitos, se colocam num ponto elevado da aldeia, o portão do adro da igreja, para serem claramente entendidos e, ao mesmo tempo, encobertos pela escuridão da

¹³⁵ CAILLOIS, *Op. Cit.*: 136.

¹³⁶ LOUÇÃO, Paulo (2002), *A Alma Secreta de Portugal*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa, p. 345.

¹³⁷ MARTINS, Firmino (1959), *O Casamento na Região Vinhaense*, edição da Câmara Municipal de Vinhais, pp.19-20.

noite, para não serem identificados. Estão, assim, criadas as condições para anunciarem os “casamentos” de todos os solteiros da terra. São estes os visados pela censura. A voz é amplificada pelos embudes que, ao mesmo tempo, a distorcem para impedir a identidade dos proclamadores. Esta acção satírica assume características de natureza social, onde o casamento funciona mais como um pretexto para se poder dar livre curso à crítica do que como um fim a alcançar com a encenação, isto é, a aproximação dos noivos. Esta nunca se verifica pelo ridículo que o “casal” anunciado envolve¹³⁸. O importante é que se possa falar de tudo e de todos, num ambiente de permissiva licenciosidade. Estaremos perante um momento de escape e de purificação social que a comunidade consente como absolutamente necessária ao seu bem-estar colectivo.

Embora sem a pompa e a solenidade que são conferidas a estes rituais em terras de Bragança, também as mascaradas da comarca de Aliste envolvem, em determinados momentos, a crítica social.

A mascarada de Riofrío de Aliste contempla uma representação cénica, sobre a vida quotidiana do povo, que se pode considerar uma autêntica peça de teatro popular de rua (foto 28). Os diálogos estabelecidos entre os actores e o público assistente envolvem, de alguma maneira, pelo que nos foi dado observar no terreno, alguma crítica, dirigida, por exemplo, aos agentes da autoridade e da ordem pública, pela sua maneira menos correcta de lidar com o povo; noutros casos, critica-se a incúria das pessoas no cumprimento de certas obrigações legais.

A personagem do “Ciego”, sempre acompanhado pelo seu guia, “el Molacillo”, desde sempre foi tida como um animador popular, através da sua música e das suas histórias; neste ritual vai desenvolver, pois, a sua vocação, cantando “unas coplas picarescas y divertidas”¹³⁹; cantando, assim, para divertimento do povo, as suas “coplas” humorísticas não deixam de envolver uma certa envolvimento crítica, à mistura com algum toque laudatório, que também pode acontecer. Porém, “las coplas que cantan el Ciego, el Molacillo y el Gitano, en las que antiguamente se pasaba repaso a la actualidad del año en el pueblo, sacando a la luz las debilidades de los aldeanos, especialmente en materia sexual, para que aireándolas, quedaran libres de la culpa”¹⁴⁰. Induzimos, pois, que o fundamental desta componente do rito será a eliminação dos males sociais.

Chany Sebastián acaba por confirmar estes elementos de “Los Carochos de Riofrío de Aliste”, confirmação que passamos a citar: “El Ciego tiene su propia copla

¹³⁸ Num passado não muito distante, acontecia um momento em que o anunciado “casal de noivos” se encontrava: era a obrigatoriedade que a “noiva” tinha de oferecer o pequeno-almoço ao “noivo”, na manhã do dia seguinte. Hoje, este procedimento da tradição perdeu-se e a aproximação dos proclamados noivos deixou de acontecer.

¹³⁹ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 118.

¹⁴⁰ *Idem*: 120.

que canta, aporreando una colmena, una vez que tras perderse vuelve con sus compañeros, los cuales le sientan en el tronco de roble, que llaman garrote, y le atan a una pared: “Estos ciegos no son ciegos / que tienen la vista clara / la boca llena de dientes / la boca llena de dientes / para comer la tajada”. El extribillo desde luego resultaba muy picante, quizás buscando las gracias.

“Por tus patas arriba subió un lagarto
Si no quieres que fume cierra el estanco,
Cierra el estanco niña, cierra el estanco
Por tus patas arriba subió un lagarto”.

En otro caso, se hace referencia en tono gracioso a las siempre queridas abuelas.

Cuando se murió mi abuela,
Cuando se morió mi abuela,
A mi no me dejó nada
Y a mi hermano le dejó
Y a mi hermano le dejó
Mirando por la ventana”¹⁴¹.

Na festa dos “Cencerrones de Abejera de Tábara”, as mesmas personagens, “el Ciego” e “el Molacillo” vestem-se com roupas velhas e remendadas, delas pendendo abundantemente tiras de pano coloridas, como convém à sua condição social (vestes muito semelhantes às dos “caretos” de Varge). “Las cintas de colores cubren todo su cuerpo y tras ellas ocultan sus rostros. Cantan un repertorio de coplas que aluden a la actualidad del pueblo; son muy cómicas y provocan la risa de todos los asistentes”¹⁴²; sem margem para dúvida, a crítica social, já que *ridendo castigat mores*, segundo o ditado latino.

Em Sarracín, na festa de “los Diablos”, “el Ciego” e “el Molacillo” dão início aos actos rituais da celebração recitando estrofes cómicas na praça da fonte. “Encarnan la versión cómica de toda la representación, que en ocasiones llegan hasta al punto de ser ridículos y patéticos, convirtiendose en dos ejemplos de quien se mofa del resto de los espectadores. El gusto y el deleite por el vino les une como dos siameses, generandose una complicitad entre ambos que se complementa con gustos comunes,

¹⁴¹ SEBASTIÁN, *Op. Cit.*: 35.

¹⁴² NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 245.

como puede ser el que manifiestan por las mujeres. Son dos personajes cómicos que gozan del cariño de los espectadores, que les premian con un derroche de risas por su especial visión irónica de la vida y la realidad”¹⁴³. Parece que os vícios que demonstram possuir envolvem uma autocrítica extensível a todos os membros da comunidade. Mais tarde, na visita às casas, declamam também umas quantas quadras alusivas a cada família, sendo que estas não implicam necessariamente uma crítica, mas sim um elogio dirigido aos chefes da família.

Também na Obisparra de Pobladura de Aliste, “el Ciego” y el “Mendigo” recitan quadras, à porta de cada casa, em louvor dos respectivos donos: “entonan una copla apropiada para ella [casa], siempre en tono humorístico; es la hora de pedirle “la voluntad” cuando se produce entre donante y receptor diálogos siempre ingeniosos y divertidos”¹⁴⁴; neste contexto, o carácter crítico e maldizente dá lugar ao elogio, com vista a um donativo generoso.

1. 6. O zoomorfismo nas máscaras

São várias as mascaradas de Zamora cujos protagonistas se apresentam sob a figura de animais, como forma de lhes prestar veneração, dada a especial relevância que assumiram e ainda assumem na subsistência dos povos. São inúmeras as representações pré-históricas de animais domésticos ou selvagens, na área geográfica de Zamora / Bragança, nomeadamente em esculturas em pedra de berrões (porcos), touros, cavalos..., gravuras rupestres de espécies cinegéticas e pinturas várias. Estes animais acabariam por ser venerados em rituais específicos, em honra dos quais se celebravam certas festas agrárias ou, pelo menos, alguns dos seus ritos. Em outras circunstâncias festivas, estes animais eram sacrificados em honra de certas divindades, prática corrente do povo dos Celtas: “Na cultura dos Celtas destacam-se o culto dos mortos, o politeísmo da sua crença, os sacrifícios, as danças rituais e, sobretudo, o culto de fecundidade, que se representa no touro e no porco varrão”¹⁴⁵. Os Lusitanos, na senda dos seus antepassados Celtas, tinham também esta prática dos sacrifícios: “A veces, sacaban prediciones del examen de las vísceras palpitantes de aquéllos y refrendaban las paces inmolando a un hombre y a un caballo. Tales sacrificios fueron prohibidos por la autoridad romana...”¹⁴⁶. Em geral, todos os povos do Norte da Península Ibérica “a una divinidad semejante a Marte en ciertos aspectos sacrificaban machos cabrios, caballos e incluso hombres y con motivo de ciertos hechos

¹⁴³ *Idem*: 251.

¹⁴⁴ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 128.

¹⁴⁵ REIS, António do Carmo (2005), *Nova História de Portugal*, 4ª ed., Casa das Letras, Cruz Quebrada, p. 25.

¹⁴⁶ CARO BAROJA, Julio (1957), *España Primitiva y Romana*, Editorial Seix Barral, S. A., Barcelona, p. 71.

extraordinarios el número de víctimas aumentaba en número”¹⁴⁷. Entrando no domínio da mitologia, segundo Mauricio Pastor Muñoz que se apoia em Estrabão, parece que os Lusitanos atribuíam algum carácter sagrado ao cavalo: “há que mencionar o mito dos amores de Zéfiro que fecundava as éguas lusitanas. Bermejo afirma que este mito tem nítidas raízes indo-europeias e que é comparável a certos mitos gregos”¹⁴⁸.

Dos rituais possivelmente relacionados com estas práticas, podemos salientar alguns actos executados e as respectivas personagens, nas festas do Inverno (Natal, Ano Novo, Reis e Carnaval): “El Pajarico y el Caballico de Villarino trás la Sierra”, a “Visparra de San Martín de Castañeda”, a “Obisparra de Pobladura de Aliste”, a “obisparra de La Torre de Aliste”, o “Chocalheiro de Bemposta”, as “Vacas Bayonas” do Carnaval de Almeida e de Pereruela (comarca de Sayago) e de Santulhão, no concelho de Vimioso (fotos 33, 34, 35, 36, 37 e 38). Todas estas personagens têm em comum o uso de máscaras zoomórficas ou a inserção de algumas representações dos animais que, em princípio e na sua origem primitiva, se pretendiam venerar.

Os “Caballicos” de Villarino actuam na festa de Santo Estêvão; uma festa de rapazes e agrária. Representam, como o nome indica, dois cavalos que acabam por se tornar as personagens centrais da festa. Os gestos do seu ritual resumem-se a perseguir toda a gente da aldeia e forasteiros a fim de os marcar com o selo do barro; “su objetivo es manchar – “zumbar”, “entoñar” – a los vecinos con barro”¹⁴⁹; para isso usam as suas caudas embebidas em lama e água, com as quais atingem os visados, fazendo uma meia volta muito rápida. Tratar-se-á de marcar os presentes com o sinal da Terra-Mãe simbolizada na água e no barro.

A presença dos cavalos no ritual poderá, em si mesma, significar o culto a um animal tão valioso no trabalho agrícola e na guerra. Lembremo-nos das gravuras rupestres pré-históricas nas quais o cavalo aparece abundantemente representado, por exemplo, o famoso “cavalo” de Mazouco, no concelho de Freixo de Espada à Cinta, e as esculturas em pedra que se encontram no Museu de Mogadouro: “encontramos um curiosíssimo conjunto de peças, gravadas e esculpidas num tipo de pedra semelhante a ‘pedra de sabão’, das quais duas esculturas representam cavalos”¹⁵⁰. Assim, o cavalo poderá ser o elemento totémico dos povos pré-históricos que povoaram esta região.

“El Pajarico” é outra personagem zoomórfica desta mesma festa (foto 24). Tem a função de pedir a esmola para o santo, indicando o percurso aos restantes

¹⁴⁷ *Idem*: 77.

¹⁴⁸ PASTOR MUÑOZ, Mauricio (2003), *Viriato – A Luta pela Liberdade*, 3ª ed., Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda. Lisboa, p. 53.

¹⁴⁹ DACOSTA MARTÍNEZ, Arsenio, *Op. Cit.*: 360.

¹⁵⁰ CUNHA, Rui e cunha, Maria João (2001), *Mogadouro, mais do que imagina*, edição da Câmara Municipal de Mogadouro, p. 27.

intervenientes. Mas, como explicar a presença de tão estranha personagem? Será o facto de os pássaros serem considerados um elemento benéfico para as culturas, ao eliminarem toda a sorte de insectos e outra bicharada ou, pelo contrário, serem eles próprios os devoradores das colheitas? Levando em conta a segunda parte da pergunta, “el pajarico” aparece no ritual como uma forma de “hacer el pago a los mozos por quitar los gorriones que comían los trigos de los campos y las uvas de las viñas”¹⁵¹. Qualquer das interpretações, ou ambas, podem ajudar a compreender a presença desta personagem num ritual da fertilidade, do qual, à primeira impressão, parece estar completamente deslocado.

A “Visparra” de San Martín de Castañeda apresenta duas figuras zoomórficas: um touro e uma vaca. Podem ser consideradas mesmo os protagonistas do acto do peditório: um rito de fertilidade, a avaliar pela presença destes dois animais “sagrados” que, além disso, são um macho e uma fêmea, de uma importância fundamental numa comunidade de montanha, essencialmente pastoril, encravada na serra de Sanábria. De qualquer forma, a importância destes animais nas comunidades pastoris justifica o seu aparecimento nas festas, ainda que não propriamente com o sentido de veneração, pelo menos devido ao facto de eles fazerem parte de sua vida quotidiana.

Também os gestos da “Cernada”, uma personagem feminina que lança sobre as pessoas a cinza fertilizante, podem ser entendidos com idêntica significação. O numeroso conjunto das restantes personagens, sobretudo “los del varal”, colaboram na recolha dos donativos que os vizinhos atribuem à festa e contribuem para tornar o acto mais solene, saudando formalmente as famílias que os recebem à porta de sua casa¹⁵²

A “Obisparra” de Pobladura de Aliste será, porventura, a mais rica das mascaradas, enquanto rito da fertilidade. Todos os seus intervenientes, nas suas diferentes actuações, convergem nesse sentido. Convém aqui lembrar que a festa de Santo Estêvão, situando-se, originariamente e como todas as restantes deste tipo, no Inverno, acabou por ser transferida para 15 de Agosto, em pleno Verão.

¹⁵¹ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 219.

¹⁵² Foi recolhida no próprio dia da festa, 5 de Janeiro, a fórmula tradicional da saudação, declamada num tom cantante:

*“Hoy es víspera de Reyes, primera fiesta del año;
Entre chiquillos y grandes todos piden el aguinaldo;
Aguinaldo que ha de ser el de la mano.
La señora con tristeza ya se puede ir llevando,
Desatando el pañuelizo para darnos el aguinaldo.
¿Qué es aquello que reluce encima de la cocina?
Es el pañuelo de ... (nombre de la señora)
Que por muchos años viva”.*

(Visparra de San Martín de Castañeda, 2007)

Contudo, tendo sido acima referido o papel do “casal” da Filandorra, com o seu filho ao colo, e o “Soldado”, cumpre agora salientar todo o trabalho simbólico de “los Bueyes” (mascarados zoomórficos) e do completo conjunto de personagens relacionados com a actividade agrícola: “los dos sembradores”, “el Gañan” e “el Arador”. Durante o desfile ritual, por toda a aldeia, cada um deles desenvolve a competente função, utilizando as adequadas alfaias agrícolas. Todas estas tarefas são alternadas com momentos hilariantes, como convém a qualquer acto festivo, não faltando a recitação de quadras jocosas (a cargo do “Ciego”, el “Mendigo” e el “Piojoso”), os diálogos expressivos da vida quotidiana do povo, a música da gaita-de-foles e as danças tradicionais.

A este propósito, não posso deixar de citar Caro Baroja quando refere as finalidades primordiais das mascaradas: “a reprodução dos trabalhos fundamentais para o grupo e representação de animais (...) de maior interesse económico e a execução de vários actos que se consideram úteis para assegurar as expulsões dos males, a saúde, o trabalho normal...”¹⁵³; trabalho esse pelo qual se viabiliza a fertilidade da terra.

Pelo Carnaval, sai também à rua a “Vaca Bayona”, em Almeida de Sayago e em Pereruela, mascarados zoomórficos que conferem ao momento o seu autêntico significado – o culto da fertilidade (fotos 36 e 37). A par deste culto, também o próprio animal, a vaca, era, *ab origine*, objecto de adoração, como refere Bernardo Calvo Brioso: “La vaca, como productora de leche, es símbolo de la tierra nutricia (...). Es símbolo de la fertilidad, ligada al ciclo agrario más que ganadero, pues como en el folklore germánico ‘es la nube hinchada de lluvia fertilizadora que cae sobre la tierra’”¹⁵⁴.

As actuações da “Vaca Bayona” em Almeida incluem corridas de perseguição aos presentes e, para finalizar, a sua morte à estocada. Será necessário morrer para que a natureza possa renascer.

Em Pereruela, “la Vaca así de llana y sencillamente llamamos los naturales a nuestro engendro carnalero que en la noche del martes de carnaval entraba en el baile, armaba de marimorena, crría, levantaba faldas, era toreada y muerta a estoque... El animal, un tanto extraño, se forma con tres personas, una detrás de otra agachada y agarrada a la de adelante y cubiertas con una manta, los cuernos los lleva agarrados el primero; el resultado es un animal de seis patas”¹⁵⁵. Outras personagens acompanham “la Vaca” nas suas actuações: “el Sembrador”, que vai lançando palha e cinza, elementos fertilizantes da terra, e “el Torero” que tem como função toureá-la e dar-lhe a morte inevitável.

¹⁵³ CARO BAROJA, (1963), *Op. Cit.*: 290.

¹⁵⁴ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 136.

¹⁵⁵ CARNERO FELIPE (1991), *Op. Cit.*: 226.

Em Palazuelo, da mesma comarca de Sayago, segundo Carnero Felipe, eram três as “vacas” que saíam no Carnaval, no domingo e na terça-feira à tarde, havendo necessidade de construir três armações de madeira em forma de T para colocar os chifres, chocalhos e uma tira de pele de ovelha sobre as hastes para simular a cabeça do animal. Eram acompanhadas por três vaqueiros, munidos de paus para afugentar as pessoas. Saía também outro figurante “com un cesto de mimbre cubriendo el cuerpo para que lo embistieran las vacas. Esto me recuerda a las imágenes de cestería rellenas con hombres vivos que eran ejecutados por los druidas que estarían emparentadas con rituales de fertilidad”¹⁵⁶. Como sempre, as máscaras zoomórficas seriam usadas nestas celebrações agrárias para propiciar a fertilidade.

No distrito de Bragança, os elementos zoomórficos nos rituais dos mascarados das festas de Inverno são menos frequentes do que na província de Zamora. Alguns modelos de máscaras da festa de Santo Estêvão de Ousilhão levam esculpidas na madeira figuras de animais (sobretudo de espécies cinegéticas, raposas, javalis, veados...); o “Chocalheiro” de Bemposta leva uma serpente e uma salamandra inseridas na máscara e uma outra serpente à volta do corpo; também a máscara do “Velho” de Vale de Porco é decorada com uma serpente e com cornos de um vitelo.

Também a serpente está relacionada com o mesmo culto da fertilidade e é considerada como símbolo da sabedoria em vários povos e civilizações. Do outro lado do rio Douro, em La Tuda, não muito distante de Bemposta, existe uma lenda relacionada com uma serpente, assim descrita por Carnero Felipe: “A unos trescientos o cuatrocientos metros del pueblo hacia la dehesa de Amor hay una peña que se denomina la casa o peña de la Sierpe. Este nombre le fue puesto porque en ella vivía una enorme serpiente. Era tan larga, que cuando tenía sed, se deslizaba hasta el pueblo para beber en el pozo del Concejo, junto a la carretera de Ledesma, y su cuerpo ocupaba todo este trayecto desde la peña al pozo; cuya agua era compartida por los humanos sin que el reptil se interpusiera y respectándose mutuamente. Claro que no había interposición, porque los hombres al beber la misma agua que el animal sagrado guardador de saberes ocultos, adquirirían o trataban de adquirir o asimilar sus conocimientos que emanaban de las entrañas mismas de la tierra”¹⁵⁷. A serpente é considerada, assim, um animal sagrado que simboliza a sabedoria, a fertilidade e a imortalidade. Já na Sagrada Escritura era tida como “o mais astuto de todos os animais dos campos que o Senhor Deus tinha formado” (Gen. 3, 1); aquando da tentação, estabeleceu-se este esclarecedor diálogo: “Oh, não! – tornou a serpente – vós não morrereis! Mas Deus bem sabe que no dia em que dele [fruto] comerdes, vossos olhos se abrirão e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal” (Gen. 3, 4). A serpente indicava a Adão e Eva a via para a sabedoria e a deificação, se comessem do fruto da

¹⁵⁶ *Idem*: 221.

¹⁵⁷ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1996), *Sayago... al otro lado de la Leyenda*, Ed. José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 129.

árvore proibida. “Além disso, havia um mito arcaico que dizia que a serpente guardava a fonte sagrada da imortalidade”¹⁵⁸. Neste sentido e segundo o Dicionário dos Símbolos, “a serpente visível é uma hierofania do sagrado natural”¹⁵⁹. A antropóloga Ruth Benedict, na sua conhecida obra *Padrões de Cultura*, refere o culto da serpente nos índios da América do Norte: “as serpentes não são muitas vezes consideradas pelos ameríndios coisas horríveis. São, antes, veneradas, e por vezes o carácter sagrado torna-as perigosas. [...] A atitude dos dançarinos perante as serpentes na dança da serpente não é uma atitude de terror profano ou de repulsão, mas sim a que é própria de membros de um culto de que o animal é patrono”¹⁶⁰. Este culto só pode ser da sabedoria e da fertilidade.

Sendo escassos os elementos zoomórficos em mascarados em terras de Bragança, acontece, no entanto, um ritual que, neste âmbito, merece especial referência: o julgamento e condenação do Entrudo na localidade de Santulhão, na Terça-feira de Carnaval (foto 38). Para o efeito, num dos largos da aldeia, constitui-se um tribunal onde estão presentes o juiz, os advogados e os réus – o Entrudo, a mulher e os filhos. A preceder este acto, organiza-se um cortejo que percorre grande parte das ruas da localidade onde participam os personagens que formam o tribunal, mascarados indiscriminados e uns quantos zoomórficos: uma enorme vaca e vários animais domésticos, de menor porte, que cobrem o rosto com caveiras dos próprios animais. A razão da presença destas figuras zoomórficas no cortejo e no julgamento é discutível; pela proximidade geográfica, podem ter alguma afinidade com “los caballicos” de Santo Estêvão de Villarino tras la Sierra; do que não há dúvida é a importância deles (as vacas, as ovelhas, as cabras...) na economia local. Acrescentemos, desde já, que a simbologia do julgamento estará relacionada com a eliminação dos males da comunidade e da natureza, representados nos “crimes” do Entrudo, uma purificação efectuada pelo fogo a que toda a sua família foi condenada. Ora, a presença dos animais é importante porque, estando presentes, também eles ficarão livres das suas moléstias, pelo menos pelo período de um ciclo agrário.

1. 7. A luta dos opostos

A luta dos opostos, das forças do bem e do mal, é outra faceta a considerar nas rituais funções dos mascarados, em vigor nas celebrações de localidades de um lado e do outro da raia. São personagens mascarados que se confrontam, sendo um deles conotado com o bem e o outro com o mal. Em nome da boa marcha da comunidade,

¹⁵⁸ MOURINHO, António Rodrigues (1981), *O Património Cultural do Concelho de Mogadouro*, ed Projecto de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Mogadouro, Gráfica Transmontana, Bragança, p. 12.

¹⁵⁹ CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain (1994), *Dicionário dos Símbolos*, Editorial Teorema, Lda., Lisboa, p. 595.

¹⁶⁰ BENEDICT, Ruth (1934), *Padrões de Cultura*, Ed. Livros do Brasil, Lisboa, p. 111.

simbolizada no triunfo do personagem benéfico, o bem há-de sair sempre vencedor; caso contrário, o ritual não teria justificação; qualquer ritual celebra-se sempre em benefício das pessoas, dos grupos, dos povos... Desta forma se expulsam os males, pelo período de um ciclo anual porque, entretanto e tal como a hidra de sete cabeças, há-de voltar; novo ritual haverá que cumprir para o vencer, de novo, e assim se fundamenta e enraíza a tradição.

Na localidade de Tó, do município de Mogadouro, na festa do Santo Menino celebrada no Ano Novo, desenrola-se uma celebração que se pode enquadrar neste conceito.

Durante o peditório, o “Farandulo”, personagem demoníaca, entra em luta constante com o “Moço”, um jovem corajoso, pela posse da “Sécia”, personagem feminina, frágil e delicada (como todas as figuras femininas, é representada por um rapaz – foto 40). À medida que o peditório se desenrola, os actores vão encenando a luta, ao som da tradicional música da gaita-de-foles. Inesperadamente, o “Farandulo” interrompe o peditório para fazer uma investida traiçoeira sobre a “Sécia”, procurando roubar-lhe o ramo ou alguma das suas peças. Contudo, os seus intentos são logo contrariados pelo “Moço”, que está sempre atento aos seus movimentos, interpondo-se para defender a sua dama e evitando que o diabrete lhe faça algum dano. O fim do peditório determina também o termo da luta entre os dois personagens antagónicos. Numa festividade agrária e num tempo de passagem de um a outro ciclo, toda a acção simbólica se concentra na expulsão do mal, vencendo-o e expulsando-o da comunidade, e no triunfo do bem, como prenúncio e condição necessária para a fertilidade da terra.

Idêntica luta se dá na festa dos Velhos de Bruçó, no município de Mogadouro, a vinte e cinco de Dezembro. Um dos “casais” de personagens é formado pelo “Soldado” e pela “Sécia”.

A “Sécia” representa uma mulher de má vida. Vai mascarada, pintada nas maçãs do rosto e nos lábios com cores exageradas; está bem arranjada com seios postiços, saia de roda e combinação rendada; na cabeça leva um chapéu e um lenço no pescoço. O “Soldado” vai vestido como quem é: farda de militar com botas de cano alto; máscara idêntica à dos restantes figurantes e boné na cabeça. Usa um cinturão na mão direita para se defender e uma espingarda de pressão a tiracolo. Há quem refira que na sua origem está o soldado romano, uma informação a ter em conta por denunciar a consciência popular de que se trata de uma personagem integrante de um ritual que vem já dos tempos da Antiguidade pagã. Outros, no entanto, preferem ver no soldado o cavaleiro medieval que sai em defesa da sua dama.

Nesta luta, é o “Soldado” que entra em combate com o conjunto dos rapazes, pelas ruas da aldeia e durante o ritual do peditório. O intento dos rapazes é

aproximarem-se da “Sécia”, a companheira do “Soldado”, a fim de lhe roubarem o “menino” que traz ao colo; com o recurso a alguma violência, o “Soldado” defende-a dos ataques dos rapazes que, por sua vez, se organizam em grupos para este efeito. A luta só termina com o fim do ritual do peditório, com a vitória do “Soldado” sobre os seus perseguidores.

Na festa de Santo Estêvão, em Torre de Dona Chama (município de Mirandela), trava-se a histórica luta entre cristãos e mouros (foto 39). Da riqueza de todo o conjunto dos seus rituais, salientamos a crítica social, o acto que localmente é designado de “botar os jogos à praça”, que é como quem diz atribuir a cada vizinho uma alcunha adequada ao seu mau feito, defeitos de todos conhecidos, aspirações frustradas... A batalha, designada “correr a mourisca” é o último dos rituais da festa. Os dois grupos de contendores entram em acção: do lado dos “cristãos” colocam-se os mordomos e os caçadores; em oposição, do lado dos “mouros”, os “caretos” (mascarados) e as mouriscas. Cada grupo de personagens sabe muito bem qual o papel que lhe está reservado. Toda a contenda se reduz a um cortejo estrategicamente organizado de forma a que, no fim, os “cristãos” saiam sempre vencedores. A tradição determina que a batalha só deve terminar quando atingirem o castelo do “rei mouro” (estrutura construída em cartão e madeira) colocado na outra extremidade do largo onde todas as manobras bélicas se desenrolam. Ao fim de algum tempo de conflito, os cristãos arremetem contra o castelo, disparando os últimos tiros e ateiam-lhe fogo. “Confraterniza-se dentro e fora do enchamejado castelo da mourama. Para o caso de alguém não saber o que se passou em tão gloriosa conjuntura, saem grupos de caçadores pelas ruas, disparando ou acoçando restos inimigos, com o que todos se alegram e dão graças a Deus”¹⁶¹.

A festa de “Los Carochos” de Riofrío de Aliste, segundo Chany Sebastián, é a mascarada que mais representa a cultura tradicional desta comarca: “tragicomedia o ritual, bodevil o puro teatro de calle, estamos, sin lugar a dudas, ante una de las maneras más singulares y ancestrales de recibir el Año Nuevo con una representación enmarcada dentro de la eterna lucha entre el bien y el mal, no exenta de algún pequeño tinte religioso, compaginada sabiamente con los buenos deseos al incluirse las felicitaciones a todos los vecinos y la entrega por parte de estos de los típicos aguinaldos”¹⁶². De facto, é tudo isto e mais os ritos da fertilidade de que já acima falámos, ainda que sucintamente. Salientamos apenas a luta permanente estabelecida entre “los Diablos”, munidos das suas tenazes articuladas e assustadoras, com o grupo dos “Filandorros” (fotos 2 e 42). Luta que assume o seu próprio simbolismo e que se desenrola à margem do teatro de rua, representando este “a reprodução normal da

¹⁶¹ RODRIGUES, Ernesto (1994), *Torre de Dona Chama*, Ed. Notícias, Lisboa. P. 267.

¹⁶² SEBASTIÁN, *Op. Cit.*: 23.

vida humana, animal e vegetal, nas suas fases fundamentais de nascimento, desenvolvimento e morte, sempre encadeadas¹⁶³.

Semelhante ritual de luta ocorre na mascarada de Sarracín de Aliste, realizada também a um de Janeiro. Tudo se passa durante o percurso do peditório: os diabos com as suas tenazes extensíveis atacam o Cego; em seu auxílio corre o Molacillo que os repele com a cruz de madeira: “Súbitamente irrumpen los Diablos en escena atacando al Ciego con las tenazas (el Carochó grande) y el pequeño intentando marcarlo com el hollín de las corchas. El Ciego exhibe una cruz de gamón para defenderse de los Carrochos”¹⁶⁴. Este jogo bélico vai-se repetindo ao longo de todo o peditório.

Em Abejera, conforme as recolhas efectuadas durante os trabalhos de campo, as lutas vão acontecendo à mistura com corridas e perseguições desenvolvidas pelos vários grupos de personagens; são assim descritas por Jesús Nuñez: “Vuelven las carreras, unos por aqui, otros por allá, el “Cencerrón” agarra el “Molacillo” con las tenazas por uno de sus pies, este se resiste, pero de entre la multitud aparece la “Filandorra” que se tira al cuerpo del “Molacillo”, ¡cuerpo a tierra!, viene el “Ciego” que trata de ayudar a su par. Primero los tres, luego los cuatro, un revoltijo de cuerpos que ruedan por el suelo, es en este momento la gran atracción. ¡No pasa nada! Aquí llega el “Gitano” al rescate de su látigo, ¡zis, zás, zis, zás! Nadie se resiste a los chasquidos y la algarabía se disuelve. El “Ciego” y el “Molacillo” maltrechos por el ataque feroz de “Filandorra” y “Cencerrón” se van a una esquina y como atemorizados, vuelven a recuperar su canción”¹⁶⁵ (fotos 7 e 41). As tenazes articuladas do “Cencerrón” são um utensílio aparatoso e altamente ameaçador; a personagem utiliza-as, como ficou claro, como instrumento maléfico contra os que parecem ser mais indefesos; parece ser uma luta desigual, na qual os representantes do mal são mais fortes; apesar disso, os que representam o bem não-de prevalecer. Outras lutas e outras corridas virão até ao final do peditório, do qual as personagens não se esquecem, ritual que terminará em confraternização geral.

Na Obisparra de La Torre de Aliste, conforme nos foi dado observar, “los Diablos” vão actuando também durante todo o percurso do peditório; com seus grossos bastões (instrumento, apesar de tudo, menos assustador do que as tenazes extensíveis) procuram atingir “la Filandorra”, acto a que se opõe “el Soldado”, defendendo-a. Contudo, no final, os mafarricos logram alcançar o seu intento, roubando-lhe o “menino” e matando-o. O ritual do peditório termina com a cerimónia do enterro, por entre as lágrimas de sua “mãe” e os saltos de regozijo dos diabos. O povo assiste até ao fim, o momento em que a cruz é colocada sobre a sepultura; tudo

¹⁶³ CARO BAROJA (1963), *Op. Cit.*: 290.

¹⁶⁴ BLANCO GONZÁLEZ, *Op. Cit.*: 185.

¹⁶⁵ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 247.

está consumado; foi salvaguardada a boa marcha da comunidade com o cumprimento de uma tradição renascida.

A luta entre personagens das mascaradas, as corridas persecutórias, sobretudo aos mais jovens, é uma constante de outras mascaradas: “El Tafarrón” de Pozuelo de Tábara, “La Filandorra” de Ferreras de Arriba, “los Diablos” de Palazuelo de las Cuevas que correm atrás das moças e das crianças, fazendo soar os chocalhos. Tudo em representação da luta que, tanto na vida do homem, como das comunidades, se estabelece entre o bem e o mal.

1. 8. O carácter sagrado da máscara

Finalmente, com base nas observações realizadas no terreno e nas leituras efectuadas a este propósito, consideramos o carácter sagrado que a máscara confere ao mascarado, sempre que este a use no estrito âmbito das suas funções rituais. Na verdade, o povo que preserva estas celebrações fá-lo na estrita manutenção de “um diálogo especial entre o mundo do profano e do sagrado” que se pode presenciar na “sacralização dos ritos, do campo e do próprio tempo”¹⁶⁶. Por outro lado, a dicotomia entre o sagrado e o profano escapa, muitas vezes, ao homem rural: “a relação entre o natural, o religioso e o mágico é vivida por aquele que participa no ritual e acredita nele”¹⁶⁷. O mascarado pode não estar consciente das suas funções originais, mas tem consciência de que os seus actos se revestem de algo muito transcendente, sagrado mesmo, para a sua comunidade.

É interessante verificar a conotação que o povo estabelece entre o mascarado e o diabo; apesar disso, o mesmo povo não prescinde dos rituais em que o mascarado é figura central, protagonista, uma espécie de “sacerdote”; rituais enquadrados nas festividades agrárias, necessários à boa marcha da comunidade e à propiciação da fertilidade na natureza; ou seja, o mascarado não será uma entidade diabólica, no sentido de malfazeja, mas “daimónica, iniciática e religiosa; a chave do enigma religioso ou da iniciação na vida adulta em comunidade com assunção das responsabilidades conubiais”¹⁶⁸. O mascarado era, no seu tempo *ab origine*, e é, ainda hoje, uma entidade benfazeja que executa ritos mágicos em benefício da comunidade. Vejamos algumas destas celebrações em que o seu carácter sagrado se torna mais notório.

¹⁶⁶ AFONSO, Belarmino (1993), *Ritos de delimitação e sacralização do espaço no Nordeste Transmontano*, in *Brigantia*, vol. XIII, nº 3/4, Julho/Dezembro, 1993, Bragança, p. 90.

¹⁶⁷ MACIEL, *Op. Cit.*: 73.

¹⁶⁸ GOMES, Pinharanda (2006), *Ensaios Etiológicos sobre a Máscara*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António, *Máscara Ibérica*, Edições Caixotim, Porto, p. 16.

Conforme pudemos constatar no terreno, o chocalheiro de Bemposta é tido pelo povo como diabo; durante o percurso do peditório pela aldeia não entra na igreja nem se aproxima da cruz, um cruzeiro que existe no centro da povoação, o que confirma a sua reputação popular de diabo. No entanto, é por seu intermédio, personagem principal, que o peditório se realiza a favor dos santos: no dia de Santo Estêvão, para o altar de Nossa Senhora das Neves e no Ano Novo para o Menino Jesus. Desta forma se transforma numa entidade benfazeja para o povo. O desempenho do papel de chocalheiro é atribuído, num leilão envolto no mais profundo secretismo, para cumprimento de promessas feitas pelos interessados. O próprio facto de a máscara ficar à guarda do pároco, no interior da igreja, durante o resto do ano, confirma tratar-se o chocalheiro de de uma entidade profundamente ligada ao sagrado.

Na festa de Santo Estêvão de Ousilhão, município de Vinhais, está interdita a entrada dos “máscaros” (mascarados) na igreja e na liturgia; contudo, são eles que organizam o cortejo que conduz para a missa o “rei” e os “vassais”, os quatro “moços” dançantes e os mordomos; já dentro da igreja, “o “rei” ocupa um lugar central, junto do altar-mor ladeado pelos dois “vassais”; um dos moços tem a função de levar alguns pães de trigo, cozidos para serem benzidos durante a missa”¹⁶⁹. Da mesma forma, os gaiteiros entram na igreja e acompanham, com a sua música dita profana, alguns momentos da missa e toda a procissão.

Na mesa de Santo Estêvão o elemento sagrado volta a interagir com o profano. À cabeceira coloca-se o padre ladeado pelo “rei” e pelos “vassais”. Os moços distribuem o pão (que havia sido benzido na missa) e o vinho. Após a “refeição”, o padre procede à cerimónia da transmissão de poderes do “rei” cessante para o novo, colocando-lhe na cabeça a coroa e entregando-lhe o “ceptro”; procede de igual modo com os “vassais”. O povo, acompanhado pelos “máscaros”, saúda os novos líderes com palmas e vivas. Fica, assim, garantida a continuidade de uma festa profana pelas mãos do sacerdote.

Em Constantim, Miranda do Douro, os intervenientes nos rituais do sagrado pagão (o “carocho”, a “velha” e os pauliteiros) intersectam também no sagrado cristão. Os pauliteiros executam as suas danças no decorrer da missa e transportam o andor do santo durante a procissão. O par de mascarados, formado pelo “carocho” e pela “velha”, desenvolve, no final da procissão, os jogos amorosos que lhe são característicos no espaço sagrado do adro da igreja. São “ritos da liturgia oficial atravessados por simbologias e práticas ditas mágicas ou pagãs [...]”; este sincretismo que marca as relações do grupo celebrante com o sagrado é um fenómeno intimamente relacionado com a virtual elisão, no mesmo grupo, da função expressiva

¹⁶⁹ MACIEL, *Op. Cit.*: 88.

ou representacional da festa”¹⁷⁰ que nos remete para o seu significado de reactualização do tempo primordial.

Pelo que nos foi dado observar no terreno, na festa do Ano Novo em Vila Chã de Braciosa, Miranda do Douro, as personagens centrais – a “velha”, o “bailador” e a “bailadeira” – sendo os elementos “femininos” dois rapazes mascarados de mulher, assumem esta condição em toda a sua plenitude, ao ponto de se integrarem nos actos litúrgicos, a missa e a procissão, junto do grupo social das mulheres. Neste caso, os mascarados têm pleno direito de entrada no espaço sagrado cristão e nos actos religiosos. Também os gaiteiros, tal como acontece nas localidades do Planalto Mirandês, acompanham os actos litúrgicos da festa.

A identificação entre o sagrado e o profano parece ser uma constante em muitas das festas do ciclo do Inverno no Nordeste Transmontano e da província de Zamora.

O “zangarrón” de Montamarta encena um conjunto de rituais que bem podemos considerar sagrados. Vejamos: nos dias da festa (1 e 6 de Janeiro) entra na igreja, após a bênção que o sacerdote lhe dá. Lá dentro, faz três vénias diante do altar; crava três vezes o seu tridente nos pães que estão depositados no altar; sai de costas, repetindo as mesmas três vénias; no seu percurso que faz pelo povo, dá três pancadas nas pessoas que consegue apanhar (foto 16). Os gestos em triplicado que executa estarão relacionados com o ritual da expulsão dos males da comunidade, no início do novo ciclo agrário. Deste modo, o “zangarrón”, apesar de estar com o diabo, talvez por força de sua máscara negra, a verdade é que todos os actos que executa são em benefício do povo. “Representa, en efecto, un démone, un demónio en sentido clásico, situado entre los dioses y los hombres; se convierte así en un ser sobrenatural, que encarna los antepasados de la comunidad y que aprovecha el caos del solsticio de invierno para volver a la tierra”¹⁷¹. Um ente sagrado que acaba por estabelecer a ligação entre os mortos e os vivos, fazendo a reactualização cíclica do tempo primordial.

Em Sanzoles, Tierra del Vino, enquanto decorre a “cuestación del aguinaldo”, o “zangarrón” deambula pelo povo, como se de um ente sagrado se tratasse, executando gestos mágicos, “carreras fustigadoras”¹⁷² que podem muito bem ser entendidos como ritos de purificação do povo (foto 10).

“El tafarrón” de Pozuelo de Tábara e a sua companheira, “la madama”, têm proibida a entrada na igreja, por estarem conotados com o diabo; contudo, esta conotação deve ter sido forçada ou imposta pelas autoridades eclesiásticas, na medida em que, quando o andor de Santo Estêvão sai na procissão, o “casal” de mascarados

¹⁷⁰ PINTO, José (1990), *Elementos de Análise Sociológica da Festa*, in *Vértice*, II série, Junho de 1990, Coimbra, p. 15.

¹⁷¹ CALVO BRIOSO, *Op. Cit.*: 108.

¹⁷² *Idem*: 110.

faz a vénia ao santo, num claro sinal de veneração; “los habitantes del pueblo consideran este momento como mágico”¹⁷³. Por outro lado, é o próprio “tafarrón” que, acabada a missa, dá vivas ao santo, às autoridades, aos “entrantes” e “alcaldes” da festa e a todo o povo. Trata-se, pois, de entidades mágicas que, pelos seus actos rituais, propiciam o bem-estar para o povo e a fertilidade para a natureza.

Em síntese, os mascarados do ciclo solsticial do Inverno de um e do outro lado da fronteira adquiriram um carácter diabólico, por força das proibições eclesiásticas; contudo, os actos que desenvolvem no decorrer das celebrações acabam por mostrar as funções para as quais foram instituídos: os ritos sagrados de purificação e de propiciação da fertilidade.

¹⁷³ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 207.

2. A dança dos paus nas tradições festivas da província de Zamora e do distrito de Bragança

2. 1. A implantação da dança

Neste sub-capítulo do Estado da Questão foi seguido o mesmo procedimento de investigação do anterior: por um lado, o trabalho de campo, com a visualização das danças nos momentos rituais e festivos da sua apresentação pública e em outros momentos de carácter lúdico e a audição das peças musicais que as acompanham; por outro lado, a pesquisa bibliográfica e documental, na tentativa da compreensão dos seus elementos coreográficos e musicais. A participação em eventos (conferências, encontros... regionais ou ibéricos) facultou uma compreensão mais aprofundada do tema.

Em Portugal, a dança dos paulitos ou dos pauliteiros está associada a Miranda do Douro e ao seu município. Contudo, ela subsiste como elemento da cultura popular em outras localidades do distrito de Bragança, nomeadamente, nos municípios de Vimioso, Mogadouro, Bragança e Macedo de Cavaleiros.

Em Espanha, a mesma dança, denominada de *paloteo*, mantém-se vigente um pouco por toda a vizinha província de Zamora, facto que interessa ao presente estudo por denunciar um aspecto comum das tradições a ambas as regiões e, por conseguinte, uma unidade cultural dos dois povos.

Podemos afirmar que a dança dos paulitos faz parte de um género de dança popular chamada “dança das espadas” (foto 54) que existe um pouco por toda a Europa e em outros países que foram colonizados pelos europeus (por exemplo, a dança das espadas no Brasil). É curioso referir o caso de Vila Nova de Anços, distrito de Coimbra, onde em 1935 um antigo emigrante no Brasil fundou o Grupo Desportivo dos Pauliteiros, à semelhança dos mirandeses, com a diferença de a música não ser de gaita-de-foles mas de clarinete, saxofone, trompete, trompa, acordeão e os bombos. Neste caso, a dança terá efectuado uma viagem de ida para as Américas e outra viagem de regresso à terra da sua origem.

A introdução da dança em terras americanas é também confirmada por António Maria Mourinho, ao afirmar: “Daqui irradiaram componentes que foram animar grupos de pauliteiros de Miranda, entre emigrantes transmontanos em Buenos Aires, Argentina, em São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil e em Toronto, no Canadá, onde actualmente fazem parte do Grupo de Pauliteiros do Clube Transmontano de

Toronto quatro elementos que pertenceram a este Grupo de Duas Igrejas, os quais acabámos de visitar com alegria e saudade”¹⁷⁴.

Também, recentemente, foram criados grupos de pauliteiros em outras regiões portuguesas, nas tunas académicas e nas comunidades portuguesas da Europa.

Nos países da antiga América Espanhola existem igualmente grupos de danças do *paloteo*. Refira-se o grupo de dança “El Paloteo Mixto” de Barranquilla, no norte da Colômbia, “con influencias mestizas (indio-español) y mulatas (blanco-español)”¹⁷⁵. Segundo Carlos Franco Medina, professor da Universidade del Norte de Barranquilla, “el paloteo, en sus inicios, fuera una danza de Corpus Christi, festividad que perdió vigencia al haber perdido con su misión evangelizadora; esto condujo a que danzas que se celebraron en él, como el paloteo, quedaron sueltas y se integraran posteriormente a los carnavales de la región”¹⁷⁶. Sendo certo que a evangelização foi levada a cabo por missionários espanhóis, também a dança do *paloteo* só pode ter sido levado de Espanha para as suas colónias americanas.

Em Espanha, para além da província de Zamora e de outras localidades de toda a Castilla y León, estas danças mantêm-se com pequenas variantes em outras regiões como Cantábria, Catalunha, Comunidade Valenciana, Baleares, Castilla la Mancha, País Basco (na versão da dança das espadas), Galiza, e outras regiões. Se bem que, ao longo do século XX, tenham estado em risco de se perderem, em vários povos, mantêm-se agora bem arraigadas um pouco por todo o território, sob denominações diferentes, como danza de palos, danza de paloteo, troqueo, palilleo, paleo, ou palitroque, consoante as terras. Isto mesmo é confirmado por Elías Martínez Muñiz que refere a actualidade da “danza de palos” como estando “latente a través de los siglos y constable como poços testimonios coreográficos en los documentos, sino por el apego y gran fuerza que siguen manteniendo en las localidades donde se conserva con plena vigencia y actualidade en su función”¹⁷⁷.

Na província de Zamora, subsiste apenas em quatro localidades: Cañizal, comarca de La Guareña, Tábara, Muelas del Pan e Almaraz de Duero; nesta última, a dança foi recuperada no corrente ano de 2009, após um período de cerca de vinte anos de inactividade. Nas restantes localidades onde a dança foi referenciada, ela perdeu-se definitivamente: Fuentesauco, Villamor de los Escuderos, Villaseco, San Miguel de la Ribera, Toro; a memória das danças permanece ainda nas populações

¹⁷⁴ MOURINHO, António Maria, Discurso proferido em Hamburgo, em 12 de Julho de 1981, no acto de entrega do prémio europeu de arte popular ao Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas, in *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda)*, edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro, p. 54.

¹⁷⁵ FRANCO MEDINA, Carlos (2008), *La danza en el Carnaval de Barranquilla*, in *Revista de la Universidad del Norte*, vol. quíntuplo, nº 71, 72, 73, 74 y 75, Barranquilla, p. 169.

¹⁷⁶ *Idem*: 169.

¹⁷⁷ MARTÍNEZ MUÑIZ, Elías y PORRO FERNÁNDEZ, Carlos A. (1998), *La Danza de Palos*, in *Revista de Folklore*, nº 207, Fundación Joaquín Díaz, Valladolid, p. 75.

mais idosas de algumas localidades alistanas (Nuez e Sejas de Aliste), sayaguesas (Muga e Almeida de Sayago) e sanabresas (Lobeznos, Calabor, Ungilde e San Martín de Castañeda).

Em Portugal, é sem dúvida chamado Planalto Mirandês que a dança se encontra mais implantada, constituindo um dos mais divulgados 'ex libris' e o mais considerável tópicos identificadores da região, a par da língua mirandesa. Sendo certo que esta tem uma ligação íntima com o antigo leonês, supõe-se que a dança terá também raízes no Reino de León, ao qual, aliás, Miranda do Douro pertencia, com uma dependência mais vincada do que o resto do território portugalense, antes da fundação da nacionalidade portuguesa. De qualquer modo, não foi nem é, na actualidade, exclusiva desta zona geográfica. Deste facto nos dá conta, em meados do século passado, António Maria Mourinho: "Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro, talvez desde Rio de Onor até aos limites do concelho de Mogadouro, confrontando com os de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo"¹⁷⁸; o padre Francisco Manuel Alves dá conta que a "dança dos palitos [...] se usava em terras de Bragança, como temos ouvido a pessoas velhas"¹⁷⁹; tratava-se, até ao século XIX, de uma dança partilhada praticamente pelas populações de todo o distrito de Bragança.

2. 2. As origens da dança

Dada a escassez de documentos, torna-se difícil determinar com exactidão a origem da dança dos paulitos. Por isso, os estudiosos não conseguiram chegar a um entendimento conclusivo sobre esta matéria.

Contudo, existem referências em autores antigos que abordam a existência de um certo tipo de dança de características semelhantes à dos actuais pauliteiros. Também, por outra parte, são conhecidos costumes dos povos antigos, tais como certas festividades agrárias, de culto à fertilidade, no decorrer das quais se executavam danças com paus. Neste contexto, ganha alguma consistência a hipótese da sua execução em ritos agrários ancestrais, ritos propiciatórios e de apelo à fertilidade. Assim, parece coerente a hipótese de Josep Crivillé segundo a qual os paus representariam as alfaias com as quais o homem começou a desenvolver os trabalhos agrícolas nas comunidades agro-pastoris. Neste sentido, a dança assumiu, na sua origem, um carácter cultural. Ainda hoje, a crença de que a dança favorece a germinação das colheitas está vigente; é o facto da sua actuação nas festas das colheitas do fim do Verão; em alguns dos laços da dança, os bailadores curvam-se em

¹⁷⁸ MOURINHO, António Maria (1984), *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, 1º vol., edição do autor, Bragança, p. 454.

¹⁷⁹ ALVES, *Op. Cit.*, vol. IX, p. 241.

direcção à terra, colocam verticalmente os paus no chão e dançam à volta de uma medida popular de cereal (alqueire), simbolizando o agradecimento à divindade pelas colheitas recebidas, no ciclo agrário que terminou, e, ao mesmo tempo, lançando já a actividade agrária da sementeira, do ciclo que vai começar no fim do Verão e princípios do Outono. Os paus dos dançarinos continuarão a representar as alfaias utilizadas nas actividades agrícolas.

A integração da dança dos paus nas antigas celebrações de culto agrário haveria de ter continuidade, mais tarde, em algumas festividades cristãs, apesar das várias interdições por parte da hierarquia da Igreja, nomeadamente, em disposições saídas dos concílios de Toledo. Será o que podemos depreender da opinião de António Mourinho, segundo a qual “todas as danças populares, rurais, existentes ao passar-se da Idade Antiga para a Baixa Idade Média transitaram para esta, porque os costumes romanos e gentílicos continuaram também”¹⁸⁰. Elas continuaram já na Alta Idade Média, conforme ficaram registadas em documentos da época, sendo que, a partir do século X, segundo Luis de Hoyos, “as danças de espadas e de paus, sendo só geralmente executadas por homens, a Igreja permitiu-as nas suas solenidades”¹⁸¹. Aliás, o professor Rolf Brendnich, etnógrafo alemão, faz radicar “a dança dos paulitos nas danças de espadas de origem indoeuropeia, que existiu em toda a Europa Ocidental, desde a Escócia à Península Ibérica e desde a Alemanha à Jugoslávia”¹⁸². Mourinho refere que foi a partir da actuação dos pauliteiros de Cércio no Albert Hall de Londres que os estudiosos europeus “passam a olhar para a dança dos paulitos como sucessora de danças indoeuropeias de espadas; folcloristas e etnógrafos britânicos, franceses e alemães passam a considerar a dança dos paus como sucedânea de danças indoeuropeias de espadas, que haviam substituído as espadas por paus para facilitar a dança”¹⁸³. Esta hipótese vai ao encontro dos historiadores que atribuem à dança um carácter guerreiro.

Sabemos que desde a instauração e expansão da festa do Corpus Christi a toda a cristandade, pela bula papal de Urbano IV *Transiturus de hoc Mundo*, de 1264, a dança dos paulitos passou a integrar a procissão, o que ainda hoje se verifica em muitas localidades de Zamora e de Bragança. O mesmo se verifica em outras festas patronais, do fim das colheitas e do ciclo do Inverno, nas quais os pauliteiros actuam durante a missa solene do santo e no decorrer da procissão. Ainda a respeito da citada bula de Urbano IV, alguns historiadores tentam vislumbrar nela a origem da dança, à qual teria sido conferido um carácter processional. Neste contexto, as expressões constantes na bula *cante a fé, dance a esperança e salte de gozo a caridade* foram interpretadas à letra pelo povo, sem que a Igreja tivesse colocado qualquer

¹⁸⁰ *Idem*: 391.

¹⁸¹ *Idem*: 421.

¹⁸² MOURINHO, António Maria (1983), *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas – Pauliteiros de Miranda*, Câmara Municipal de Miranda do Douro, p. 64.

¹⁸³ *Idem*: 8.

impedimento. Mais tarde, o Concílio de Trento reforça a celebração e a importância da festa pelo que, a partir de então, as referências à dança se tornam mais frequentes em vários arquivos.

Contudo, outros estudiosos, como o padre João Manuel Pessanha, em finais do século XIX, tentaram fazer crer que a dança dos paus era exclusivamente de origem guerreira, associando-a à dança pírrica greco-romana. Esta tese gerou alguma polémica nessa altura, vindo a ser contestada pelo eminente etnólogo José Leite de Vasconcelos, com base numa série de investigações que então levou a cabo. Na verdade, há que ter em conta que a dança existiu e subsiste ainda hoje em outros povos e civilizações (por exemplo, no antigo Egipto); por outro lado, quando se dá a romanização, segundo a qual, supostamente, haveria de ser introduzida a dança na Península Ibérica, ela já aqui se praticava pelos povos celtas e iberos em certos rituais de fecundidade agrária ou como simples exercício físico, de preparação ou não para a guerra. Acontece ainda que a dança pírrica possui características bem distintas da dança dos paus ou das espadas: é uma dança estritamente guerreira, praticada com espadas e a cavalo e nada tem de cultural.

Assim, outros sustentam que a dança tem uma origem mais antiga, nos Celtas que a terão introduzido na Península Ibérica. Teve um arraigo mais profundo nas tribos dos Vaceos, dos Zoelas e dos Galaicos que as executavam como danças de culto, em momentos tidos como vitais dentro do ciclo agrário. Esta hipótese poderia ser confirmada pela existência de grupos actuais que dançam os paulitos na Escócia (o grupo de Westbury, por exemplo).

Garcia Matos, etnólogo espanhol, tende para a origem greco-romana; contudo, outro espanhol, Ramon Mélida, citando Estrabão, refere que os Celtiberos da região da bacia do Douro praticavam “jogos hoplíticos e ginásticos”¹⁸⁴, que serviam de treino para os combates e, portanto, possuíam um carácter guerreiro.

Por último, o padre António Maria Mourinho, etnólogo mirandês, é de opinião que a dança dos pauliteiros “é algo de romano com tradições gregas, algo de ibérico e de outras proveniências e os séculos cristãos posteriores completaram o que hoje encontramos vivo entre nós, na Península, uma dança perfeita de paus, na letra, na música, na expressão coreográfica, mesmo com inúmeras variantes”. No fundo, nada disto parece contraditório e tudo se encontrará interligado: as danças pírricas terão chegado à Península com os Celtas, ter-se-ão disseminado pelas várias tribos de Celtiberos, intensificado com a chegada dos Romanos e terão sido cristianizadas, por força do seu arraigo no povo, com as primeiras procissões do Corpo de Deus, onde os bailarinos aparecem com os seus vestidos brancos, matizados com outros adereços de cores claras e alegres.

¹⁸⁴ MÉLIDA, Ramón, *Arqueología Española*, Ed. Labor, Madrid, p. 157, citado por António Maria Mourinho, in *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, edição do autor, Bragança, p. 462.

Podemos, assim, referir os elementos religiosos, festivos e guerreiros como estando associados à dança dos pauliteiros, podendo alguns deles coincidirem em determinados momentos da sua execução. Por isso, torna-se impossível estabelecer quais deles determinaram a sua génese histórica, “sobretudo por causa da constante modificação e adaptação desta dança às circunstâncias históricas” (Alge, 2004: 217). O que é possível determinar, pelas citações que a referem, é a sua representação na Idade Média. Contudo, somos levados a crer, pelas citações de Estrabão, geógrafo romano, que a sua origem é muito mais antiga, situando-a na Antiguidade, ao tempo da ocupação celta da Península Ibérica.

As referências a esta dança encontram-se desde a Idade Média até ao século XIX, sobretudo nos livros das confrarias dos santos, no tocante à organização das suas festas. Aqui encontramos notas referentes aos pagamentos aos gaiteiros e tamborileiros que acompanhavam a dança dos paus.

No final do século XIX e princípios do séc. XX, os pauliteiros destas regiões (Bragança e Zamora), que até então tinham confinado a sua actuação a um âmbito local e restrito, começam a dar-se a conhecer ao País e, mais tarde, ao Mundo.

2. 3. Os trajés dos dançarinos

Por tradição, em Miranda do Douro e em toda a zona de implantação dos pauliteiros, a dança é executada só por homens, jovens e solteiros. Contudo, recentemente têm vindo a surgir grupos de moças que, tal como os rapazes, se dedicam à dança dos paulitos. A formação dançante é sempre constituída por oito elementos.

Na região de Zamora existe uma maior variedade na formação dos grupos do paloteo: podem ser constituídos só por rapazes, só por moças ou mistos, independentemente de serem ou não solteiros. Também aqui é de oito o número de bailarinos de cada quadrilha. Alguns destes grupos incorporam mais um elemento mascarado (chamado *birria*, em Tábara, *zarrón* ou *zarragón* em Aranda de Duero, *chiborra*, *zorra*...) de cujas funções falaremos mais tarde.

Hoje, na região de Miranda do Douro, todos os bailarinos da dança dos paulitos usam três enéguas ou saias brancas de linho e, por baixo, um saiote para fazer roda; sobre elas, quatro lenços garridos de seda, dobrados, que pendem da cintura. Camisa branca de linho ou de pano cru curado, de corte antigo, com colarinho de cantos redondos; por cima, um colete enfeitado com lenços e fitas na frente e, nas costas com fitas multicores. Calçam meias de lã brancas (cor natural), com ramos pretos e botas grossas de couro na sua cor natural. Sobre os ombros colocam um lenço garrido

estampado de franja. Na cabeça levam um chapéu com fita colorida e quatro palmitos de confecção artesanal.

Em São Martinho de Angueira, freguesia do município de Miranda do Douro, os bailarinos dos paus vestem calças tradicionais da região, confeccionadas com tecido de pardo de cor preta (foto 51). Contudo, nas actuações que fazem fora da terra, usam saias iguais às dos pauliteiros das restantes aldeias do concelho. Julgo que esta opção se prende com a preservação da imagem dos pauliteiros vestidos com saias, pela qual são tradicionalmente conhecidos em todo o mundo.

Os adereços do pauliteiro são complementados por dois paus, um em cada mão, essenciais para a execução da maior parte dos 'laços' da dança. Na verdade, existem coreografias da dança em que os paus são substituídos por castanholas, como veremos.

Dentro da cultura popular portuguesa, "esta indumentária masculina composta por saio, saio de acelourado, blusa e colete, só existe na zona cultural mirandesa"¹⁸⁵ e constitui uma marca identitária da dança.

Nas suas actuações 'folclóricas', em festivais, encontros e eventos similares, o grupo de pauliteiros é acompanhado pelo porta-bandeira, que ostenta as insígnias da terra. Este elemento enverga a capa de honras, a peça mais tradicional dos trajes mirandeses.

Nas restantes localidades do distrito de Bragança onde ainda se executa a dança dos pauliteiros, a indumentária dos bailarinos é semelhante, por tradição ou, talvez, por se encontrarem dentro da área de influência da cultura mirandesa.

A capa de honras seria, outrora, a peça que servia de resguardo aos pastores. Hoje é o símbolo da cultura mirandesa (foto 43). É confeccionada em tecido de burel e composta por três partes principais. A capa propriamente dita que cobre todo o corpo do figurante, até quase aos pés. A sobrecapa que cai dos ombros até à linha dos cotovelos. O capuz que cobre a cabeça e pende até ao meio das costas. Todas as partes da capa são decoradas de uma forma muito peculiar, com vários desenhos de tecido de cores variadas sobre o pano de fundo, numa espécie de bordado: "termina com franjas largas e irregulares, criando uma zona de transição de efeitos rítmicos entre as ombreiras e o resto da capa. O capuz inteiramente bordado termina numa larga faixa denominada Honra. Esta também é toda bordada e prespontada, rematada por franjas do mesmo burel"¹⁸⁶. Hoje o burel já não se fabrica nos teares artesanais e, por isso, foi substituído por um tecido de lã, da mesma cor castanha, fabricado industrialmente.

¹⁸⁵ CRAVO, António (2000), *Os Pauliteiros de Salselas, edição da Associação "Os Amigos do Museu Rural de Salselas*, Bragança, p. 20.

¹⁸⁶ Folheto do Museu Nacional do Traje, Lisboa.

Inicialmente, esta capa mirandesa tinha uma função laboral (sobretudo pastoril), destinada a fazer face aos rigores do Inverno. Hoje em dia, é um traje festivo e cerimonial que as autoridades usam em actos oficiais e simboliza o dever e a honra daqueles que a usam, os detentores de cargos públicos.

Na província de Zamora existe uma maior variedade nos trajes dos dançarinos do paloteo. Cada grupo, consoante a localidade, possui o seu próprio traje o que, só por si, constitui o seu elemento indentificador.

Em Tábara, a quadrilha é formada por rapazes e moças, num total de oito dançarinos. Os rapazes vestem camisa branca de linho, com fitas verdes que pendem do ombro ao longo do braço. Colocam à cintura uma faixa larga, cada qual de sua cor. Vestem calças pretas a meia perna, confeccionados com bombazina, “pegadita a la pierna y atada por el bajo de la rodilla com hebillas, ligas o botones”¹⁸⁷. As meninas vestem uma camisa branca também de linho e, por cima, um mandil bordado, cruzado sobre o peito e as costas; uma saia rodada e um avental, ambos de cores diversas (seguindo a tradição dos trajes regionais). Rapazes e raparigas calçam meias brancas trabalhadas à mão. Como calçado, sapatos simples ou sapatilhas “en claro recuerdo al pago que recibían estos bailadores: un corto salario por su ejercicio y unas zapatillas”¹⁸⁸. Na cabeça usam uma espécie de coroas enfeitadas com flores naturais: “muchos de estos elementos naturales (...) fueron condicionando el indumento sirviendo de diferenciación local, social, civil o económica, entendiéndose poço a poço como punto de distinción en virtud de las propiedades mágicas que se suponían por su luz, color, belleza”¹⁸⁹. Estas coroas são usadas apenas durante o percurso da procissão; na hora de dançar retiram-nas da cabeça e entregam-nas à pessoa mais próxima, à mãe ou a algum familiar, para que possam executar a dança, não aconteça que lhes caiam ao chão por causa dos movimentos rápidos que têm que fazer. Um pau em cada mão, pintado de vermelho na extremidade, com que executam as danças (foto 45).

“El birria” é uma personagem estranha. A forma como vai vestido faz lembrar a figura do diabo. Cobre-lhe a cara uma máscara de velho e a cabeça uma pele de raposa completa que pende sobre as costas até aos quadris; no tronco do corpo usa uma espécie de jaleco, (*chupa*, termo castelhano) dividido na vertical em duas cores, sendo uma parte vermelha e a outra verde, terminando com folhos nos punhos; à volta do pescoço e sobre os ombros, uma espécie de babero de cor branca; as calças compridas, até quase aos tornozelos, são também de duas cores: uma perna de cor vermelha e a outra verde, em oposição às cores do jaleco; calça meias de lã (uma de cada cor) e sapatilhas igualmente de duas cores. À volta da cintura, uma faixa de cor branca. Na mão direita segura uma corda com uma bola verde e vermelha presa na

¹⁸⁷ PORRO, Carlos A. (2009) *Bailes y Danzas*, Edilesa, Diario de León, p. 61.

¹⁸⁸ *Idem*: 48.

¹⁸⁹ *Idem*: 15.

extremidade; na mão esquerda, umas castanholas de grandes dimensões, trabalhada em madeira de espinheiro.

De todos os grupos de *paloteo* da província de Zamora, apenas o de Tábara integra a personagem do *birria*; aqui veste-se com um fato-macaco colorido, coloca uma máscara na cara e um capuz de pele de raposa que pende até ao fundo das costas; toda esta indumentária lhe confere o mesmo aspecto diabólico. Segundo Carlos Fresno, director do grupo¹⁹⁰, este elemento interage com os dançantes, sem perturbar os passos e os movimentos que eles devem executar; isto só é possível porque o *birria* conhece perfeitamente todos os laços da dança, sabendo bem quando e onde deve intervir; ele próprio foi ou ainda é um dançante, de resto, ele tem toda a liberdade de encenar todas as pantominas que entender e, inclusivamente, de fazer algumas surpresas. Segundo a observação obtida no terreno, há ainda um laço que exige obrigatoriamente a sua actuação; no decorrer da sua execução, o *birria* persegue individualmente cada um dos dançantes, ou é perseguido por eles; nesta altura, o grupo suspende a actuação, já que há um elemento que se encontra em perseguição do *birria*; tudo previamente ensaiado.

Em Muelas del Pan (comarca de Tierra del Pan) vestem calças pretas e curtas, confeccionadas de veludo (*terciopelo*), com lantejoulas. Calçam meias de fio de cor branca e sapatos de cor preta (se não forem já sapatilhas). A camisa tanto pode ser de cor branca como marfim. Usam fitas cruzadas no peito, passando pelos ombros para as costas onde formam um laço. À cintura, um pequeno xaile (*mantón*) preso a um dos lados onde penduram vistosas franjas (*flecós*). Na cabeça, chapéus confeccionados com flores de papel, que se retiram no momento de executar as danças (foto 46).

Creio que será interessante confrontar esta descrição dos trajes, baseada apenas na observação dos bailarinos, com a de alguém que é conhecedor mais profundo destas preciosidades, um dirigente da Asociación Cultural “Grupo de Danzas Tierras del Pan”, e que citamos: “La camisa blanca, adornada com cintas de color azul en los laterales de las mangas, en los puños y cuello una puntilla blanca, el pantalón negro de media caña, adornado com ricos bordados de lantejuelas y una fina puntilla a modo de remate en el borde inferior, a la cintura un pañuelo bordado de encajes o estampados, y rematando el traje dos bandas cruzadas, prendidas a la cintura del pantalón. Llegando a los tobillos, un par de medias gruesas rematan el traje, dando una airosa y graciosa presentación a la figura”¹⁹¹. Podemos dizer, *grosso modo*, que este é o modelo dos trajes tradicionais dos *danzantes* de *paloteo* da província de Zamora.

¹⁹⁰ FRESNO, Carlos, director do grupo de paloteo de Tábara, entrevista concedida em 19 de Setembro de 2009.

¹⁹¹ Asociación Cultural “Grupo de Danzas Tierra del Pan”, in www.danzamuelas.blogspot.com, em 15-07-2009.

Os paus são de madeira de espinheiro, por ser rijo, têm pinturas variadas, ao gosto de cada dançante.

Em Cañizal (comarca de La Guareña, ao sul da província), como nos restantes lugares, a dança do paloteo era um exclusivo dos rapazes. Contudo, hoje em dia, praticamente só é dançada por mulheres, com um outro elemento masculino pelo meio (foto 48).

Os rapazes vestem camisa branca de algodão, calças curtas, meias brancas enfeitadas e polainas nas pernas decoradas com laços brancos. Levam também laços nos pulsos e nos colarinhos.

As moças vestem cançã enfeitada com laços brancos; a saia principal é sobreposta com enfeites multicores, vermelho, branco, verde, amarelo...; são distintivos que marcam os pares de dançarinos. Da mesma cor da saia levam uma faixa cruzada e sobreposta sobre o ombro direito. Calçam sapatilhas brancas, enfeitadas com laços da mesma cor da saia e meias brancas de tricô muito trabalhadas à mão. Castanholas nas mãos, que alternam com os paus, consoante as danças, que fazem soar para marcar o ritmo.

O mascarado do paloteo de Cañizal era designado de *el bobo*. Ia todo vestido de branco. Nas últimas aparições, *el bobo* não usava máscara, se bem que no passado a tivesse usado, à semelhança do *birria*. Envergava na mão uma vara com uma cuíca, *zambomba* (termo tipicamente castelhano), bexiga de porco cheia de ar, com a qual executava as suas pantominas. Hoje em dia, caiu em desuso e deixou de aparecer nas actuações do grupo.

2. 4. A estrutura coreográfica da dança

Podemos falar de uma considerável uniformidade coreográfica entre os vários grupos de pauliteiros que existem na Terra de Miranda, no resto do distrito de Bragança e nos restantes locais do País e do estrangeiro. Este facto ter-se-á ficado a dever ao trabalho de recuperação da dança do padre António Maria Mourinho, realizado na primeira metade do século XX, com base em informações fornecidas por outros estudiosos que sobre ela começaram a escrever a partir dos finais do século XIX (Ferreira Deusdado, José Leite de Vasconcelos, João Pessanha, José Maria Neto, entre outros). Mourinho conhecia também as similares danças do paloteo e das espadas de Espanha, quer através do estudo de etnógrafos espanhóis (Garcia Matos, Luis de Hoyos Sain, Nieves de Hoyos Sancho e Ramón Mélida), quer pela própria observação da dança em encontro internacionais, onde participou acompanhando os “seus” pauliteiros.

Por tradição, em Terras de Miranda a dança sempre foram executados por rapazes, sendo em número de oito, nem mais nem menos. Chocam entre si os paus com toda a força que podem, procurando mostrar a sua virilidade, como se uma dança guerreira se tratasse. Contudo, recentemente foram constituídos grupos de raparigas que fazem a mesma coreografia, usando mais suavidade no toque dos paus.

Embora a estrutura coreográfica dos pauliteiros seja a mesma em toda a Terra de Miranda, cada um dos grupos que foram recriados em todas as freguesias do concelho procura estabelecer e fazer valer os seus elementos identitários, numa espécie de competição com todos os restantes. Estes elementos de afirmação consistem em executar determinadas figuras coreográficas no fim de cada *lhaço*, a força e a virilidade com que outro grupo choca os paus, certos passes de pés próprios de alguns grupos, a abolição do uso de castanholas por parte de outros e o uso de calças em vez de saias, como o caso do grupo de São Martinho de Angueira, nas actuações “internas”. Por outro lado, cada grupo foi criando os seus próprios *lhaços* com o suporte musical de canções populares actuais, como é o caso de um *lhaço* denominado *Fado*, com uma melodia de âmbito nacional.

Na língua mirandesa o termo *lhaço* compreende a coreografia, a música e o texto que “constituem os elementos artísticos da dança dos paus”¹⁹². Cada um dos elementos do grupo ocupa a sua posição, formando quatro pares. Um deles comanda a dança, o que no início se posiciona mais perto dos tocadores.

Cada *lhaço* é constituído por quatro partes ou passes:

1. A entrada: o gaiteiro toca a música de introdução, a solo, servindo, ao mesmo tempo, para afinar a gaita e preparar o início da dança; é igual em todos os *lhaços*;
2. O anúncio do *lhaço*, também a solo; o gaiteiro toca os primeiros compassos da melodia da dança que vai ser executada, ficando os dançantes a saber, formalmente, de qual se trata;
3. O *lhaço* propriamente dito; cada um tem a sua melodia (geralmente só tocada), bem como os seus passos e toques de paus; cada um é repetido quatro vezes; os tocadores da caixa rítmica e do bombo entram só nesta altura, ao mesmo tempo em que os dançantes entram em acção;
4. A ‘bicha’, isto é, a conclusão, a dança com que termina o *lhaço*, que é quase sempre igual, tanto na dança como na música; os pauliteiros seguram os paus debaixo dos braços a fim de poderem tocar as castanholas com as mãos.

Os passes são conhecidos por certas designações populares, nomeadamente, *quatrada*, *passagens cruzadas*, *corrida*, *desvolta por dentro* ou *desvolta por fora* e

¹⁹² TOPA, Abílio (2004), *Lhaços de Freixenosa*, Apenas Livros, Lda. Lisboa, p. 15.

passes específicos de alguns *lhaços*. Em cada passe a forma de bater com os paus assume características diversas: “o pau picado por baixo e pau picado por cima, o pau simples, os paus juntos, os paus em cruz, o pau de corrida e o pau simples em cima e em baixo”¹⁹³. Quaisquer que sejam, os passes caracterizam-se pela extraordinária rapidez de movimentos, pela violência e precisão do toque dos paus dos dançadores com os respectivos parceiros e pela perfeita sincronia do som dos paus ou das castanholas com a melodia do gaiteiro ou tamborileiro.

Em Castilla y León, a dança do *paloteo* assume características muito semelhantes às dos pauliteiros de Trás-os-Montes. Os dançantes são também em número de oito. Originalmente, eram rapazes os executantes da dança, os chamados ‘quintos’; contudo, hoje em dia, a constituição das quadrilhas é muito variada; podem ser mistas ou formadas só por moças de diversas idades, podendo verificar-se uma mistura de meninas com jovens e senhoras com mais idade. A definição da dança é a mesma que já foi dada: “los paloteos o paleos son danzas en las que los ejecutantes realizan diferentes coreografias, al son de una melodia, entrechocando a ritmo dos palos que portan en sus manos y que golpean con su pareja o con el resto de los danzantes en un sinfín de mudanzas y variaciones coreográficas”¹⁹⁴. As diferentes coreografias, em conjunto com a melodia e a letra das canções, designam-se com o termo popular ‘lazos’. O acompanhamento musical é, geralmente, feito por um duo constituído pelo tamborileiro (flauta e tamboril) e pelo tocador do bombo. Em algumas localidades este instrumental foi substituído pela dulzaina que, aliás, é considerado um instrumento tradicional de Castilla. Também a gaita-de-foles pode acompanhar alguns lazos do paloteo em algumas terras de Zamora (Tábara e Muelas del Pan), alternando com a flauta pastoril. A música é só instrumental, se bem que todas as melodias tenham letra. Os dançantes trauteiam e cantam para si próprios as canções enquanto dançam com a finalidade mnemotécnica de os ajudar a executar a dança sem correr o risco de se enganarem, lembrando-lhes os passos concretos que devem efectuar e que constituem as suas partes: os cruzamentos, as ‘cabañuelas’, as quadradas, as ‘calles’ e as diferentes formas de golpear com os paus. Este procedimento de cada dançante cantar as letras à sua maneira acaba, muitas vezes, por torná-las ininteligíveis ou sem sentido, alterando o texto original de peças populares que estavam convenientemente estabelecidas na literatura oral.

No *paloteo*, os dançantes posicionam-se alinhados em duas filas, uma em frente da outra. Nas mudanças de passe, têm que efectuar evoluções diversas, avanços, cruzamentos, serpenteados, mudanças de lugar dos dois grupos de quatro, que formam as duas filas. Os guias são os bailarinos dos extremos das filas e ‘panzas’ os do meio. Os toques de paus também têm as suas designações: ‘de frente’ (toque com o que está à sua frente), ‘de revés’ (toque à altura do joelho), moje de palos’

¹⁹³ MOURINHO (1984), *Op. Cit.*: 480.

¹⁹⁴ PORRO, *Op. Cit.*: 139.

(toque dos seus próprios paus à altura do peito) ou ‘em cruz’ (quando paloteiam guias com ‘panzas’ e vice-versa). Estabelecendo um paralelo com a descrição dos passes dos pauliteiros, verifica-se que existe uma grande afinidade com estes, tanto nas designações como no seu significado.

Tal como na tradição mirandesa, também na província de Zamora existem laços nos quais os paus são substituídos por castanholas. Aliás, este adereço está mais em consonância com o folclore espanhol e a sua apropriação por parte dos pauliteiros deve-se justamente à influência da cultura raiana e à convivência que sempre existiu, apesar das fronteiras, entre os dois povos.

Contudo, há um elemento que na dança mirandesa se perdeu e que em Zamora (Tábara e Muelas del Pan) continua bem presente e actuante – *el birria*. Trata-se de uma personagem cujas funções não estão perfeitamente definidas. O seu papel é desempenhado por um dançante experimentado e conhecedor dos diferentes passos da dança. Carlos Porro considera o ‘birria’ ou o ‘chiborra’ como o director de dança: “Es un intermediario entre la tradición antigua y los tiempos actuales com lo que es en un principio muy respetuoso com esta tradición para hacerla llegar a las generaciones siguientes com la mínima distorción”¹⁹⁵. Na minha opinião e pelo que observei, poderá deter funções mágicas de que adiante se falará.

2. 5. A música tradicional da dança dos paus

No distrito de Bragança, acompanham a dança dos pauliteiros dois tipos de grupos musicais: um deles (o mais frequente) é constituído pelo gaitero, o da caixa de percussão e o do bombo; o outro é formado pelo tamborileiro (flauta pastoril e tambor) e o do bombo; este género de música é só usado em Terras de Miranda.

Na província de Zamora, o paloteo é acompanhado só pelo tamborileiro (flauta pastoril e tambor) e pela gaita-de-foles tocada alternadamente pelo mesmo instrumentista, consoante os *lazos* da dança; em outras partes da província (Cañizal) e no resto do País utiliza-se, de preferência, a dulzaina.

A gaita-de-foles mirandesa é idêntica à galega ou alistana (da vizinha comarca de Aliste); é muito trabalhada à navalha, nas peças de madeira, e tinha, até há pouco tempo, a afinação que cada construtor lhe dava; não existia uniformidade de afinação nas gaitas mirandesas, por muitas que houvesse, e havia, no concelho de Miranda. Hoje há um grupo de construtores e tocadores que estão a trabalhar no processo de construção de gaitas com afinação uniformizada, o que já foi conseguido. Em resultado deste trabalho, foi possível constituir grupos de gaiteros com vários tocadores.

¹⁹⁵ *Idem*: 134.

A gaita mirandesa é constituída por um odre de pele de cordeiro ou cabrito que é colocado debaixo do braço esquerdo do tocador – o fole. Este enche-se de ar, por meio do tubo soprador, a fim de o manter o mais cheio possível, para dar continuidade à melodia. Segue-se o tubo principal, a ponteira, ligado ao fole de sentido para baixo, com uma série de orifícios, segundo uma escala diatónica (popular) onde o gaiteiro executa a própria música. Ligado ainda ao fole, está ainda outro tubo mais comprido e grosso que pousa em cima do ombro do tocador, no sentido ascendente e oblíquo, o bordão ou ronco, que emite um som grave e monótono. Os dois tubos são providos de linguetas ou palhetas de cana nas extremidades ligadas ao fole.

A flauta pastoril é o outro instrumento de acompanhamento da dança; dele deriva o nome do instrumentista: “tamborileiro”, em Português, e “tamborilero” ou “tamboritero”, em Espanhol. Segundo António Maria Mourinho, “é a velha tibia greco-romana com origem no Paleolítico europeu, feita dos ossos de tíbias de animais, sempre aqui usada pelos pastores”¹⁹⁶.

Sobre a flauta pastoril, usada num lado e no outro da fronteira, com as mesmas características, cito um estudo de Luís Martín Negro e Vitoriano Santiago Comisaña “Anico”: “La música para flauta y tamboril no es especificamente para un percusionista, pero el flautista tiene también que serlo. El tamborilero tiene, en principio, más trabajo que los demás instrumentistas, pues debe aprender y perfeccionarse en dos disciplinas distintas (ou seja, nos dois instrumentos). Pero manejar varios instrumentos no es el gran problema. La mayor dificultad surge al manejarlos a la vez, uno con cada mano. Podría pensarse que esto va en perjuicio de ambas ejecuciones, que tanto la flauta como el tamboril ven mermados sus resultados que mejorarían notablemente si se tocaran por separado. Pero no es cierto. Existen intérpretes que han alcanzado tal maestría que difícilmente podemos imaginar qué más puede hacerse con una flauta de tres agujeros y qué más puede hacerse con un tambor tocado a una sola mano”¹⁹⁷. De facto, a flauta pastoril (no idioma mirandês, *fraita*) é um instrumento de sopro monotubular, de três orifícios apenas, feita ao torno manual, de madeira de buxo ou de freixo; “esta frauta sostense e tócase coa man esquerda, ao mesmo tempo que coa dereita se percute, cun único pau, nun tambor de dimensións variables pendurado do brazo esquerdo do músico”¹⁹⁸; este acompanha a melodia fazendo o ritmo com o referido tambor ou tamboril (daqui o nome de tamborileiro, em Português e *tamborilero* ou, mais popularmente, *tamboritero*, em Espanhol). Embora sobrevivam alguns tamborileiros em Portugal, a sua prevalência pertence a Espanha, sobretudo na região de Zamora.

¹⁹⁶ MOURINHO (1984), *Op. Cit.*: 72.

¹⁹⁷ MARTÍN NEGRO, Luis María y SANTIAGO COMISAÑA (2002), *Rítmica de las Tierras de Aliste, Tábara, Alba y Tras-os-Montes*, ed. Asociación para el Desarrollo de Aliste, Tábara y Alba – ADATA -, Zamora, p. 156.

¹⁹⁸ CARPINTERO ARIAS, Pablo (2009), *Os Instrumentos Musicais na Tradição Galega*, coedição de Proxecto Ronsel e Difusora de Letras, Artes e Ideas, S.L., Ourense, p. 293.

O tambor ou tamboril é um membranofone de percussão. Fabricado por artesãos locais, por vezes, o próprio tocador, é constituído por um cilindro de madeira fechado por duas peles, uma em cada base. Para esticar as peles utilizam-se cordas cruzadas que vão de uma base à outra do cilindro. Com umas tiras de couro apertam-se as cordas de maneira a obter a tensão adequada das peles para que se produza convenientemente o som da percussão.

A caixa rítmica ou caixa de guerra é um dos instrumentos que acompanha a gaita-de-foles. É confeccionada com peles de animais e bordões de tripa de cabra. Emite um som de timbre agudo. O bombo é o outro membranofone que, em conjunto com a caixa rítmica, sempre acompanha a gaita-de-foles. Possui dimensões bastantes grandes, sem que, contudo, impeçam o tocador de o transportar, ao mesmo tempo que toca e caminha. É confeccionado com madeira, peles de vaca e cordas para que as peles fiquem devidamente esticadas, seguindo o mesmo processo do tamboril. As suas dimensões fazem com que produza sons graves.

Os paus dos dançadores são feitos de madeiras rijas, para evitar que se quebrem com a violência dos toques, facto que, mesmo assim, acontece com relativa frequência. Têm o comprimento aproximado de 40 centímetros e são ornamentados com fitas. Podemos considerá-los como idiofones, não sendo, embora um instrumento musical, mas de dança. As castanholas são usadas na dança como instrumentos musicais rítmicos. Têm a forma de concha e produzem um timbre suave. São trabalhadas à navalha e enfeitadas com desenhos, ao gosto de quem a constrói. Ambos os idiofones são idênticos na forma e na finalidade - a dança dos pauliteiros/*paloteo*.

2. 6. O contexto festivo da dança dos paus

A hipótese da origem longínqua dos pauliteiros e da música que lhe serve de acompanhamento pode ser confirmada pelo facto de, tanto a música como a dança, integrarem rituais sagrados. Referimo-nos, neste contexto, à liturgia católica da missa solene em honra do santo que se celebra e da procissão. O padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) considera-a uma antiga “dança sacra, que fazia parte do culto”¹⁹⁹ da festa do Santíssimo Sacramento e no domingo da Santíssima Trindade. Ainda hoje este carácter sagrado se mantém nas Terras de Miranda.

Em S. Martinho de Angueira, podemos considerar como sagrados todos os rituais da festa, os que se celebram dentro da igreja ou pelas ruas da aldeia. Tanto uns como outros contemplam a actuação dos pauliteiros. A dupla designação, festa de Nossa Senhora do Rosário ou festa dos Moços (solteiros), celebrada no último

¹⁹⁹ ALVES, *Op. Cit.*, vol. IX: 241.

domingo de Agosto (festa das colheitas), nos remete para o duplo carácter do sagrado cristão e do pagão (fotos 51 e 53). Dito de outra forma, a original festa pagã terá sido adoptada pelo cristianismo, tendo ambas as facetas permanecido até aos nossos dias. A dança dos paus teria pertencido, na Antiguidade, a um ritual pagão, passando, mais tarde, a integrar rituais cristãos.

Rituais da festa:

- Peditório por toda a aldeia, que começa de madrugada para terminar antes da missa, no qual os pauliteiros dançam em frente de cada casa e de todas as casas um *lhaço* a pedido dos respectivos donos.

- Missa festiva com a presença dos pauliteiros, devidamente formados e ladeando o andor da padroeira da festa.

- Procissão, com acompanhamento musical da gaita-de-foles e a incorporação dos pauliteiros, caminhando ao lado do andor da padroeira, que se destaca no conjunto de mais de uma dezena de andores de outros santos.

- Actuação dos pauliteiros logo após a procissão, em frente à igreja, perante todo o povo, com o reportório completo. Alguns *lhaços* assumem um carácter manifestamente simbólico, ao serem executados em redor de uma medida de cereal (alqueire), o que nos permite afirmar que se trata de um ritual agrário de agradecimento à divindade pelas colheitas obtidas no ciclo que se completa e de propiciação para o novo ciclo que se inicia justamente nessa altura do ano, o fim do Verão e o começo do Outono.

Em Constantim, na festa de São João Evangelista ou festa da Mocidade ou ainda festa das Morcelas, a 27 e 28 de Dezembro, a presença dos pauliteiros nos rituais do sagrado cristão é ainda mais notória, para além da sua imprescindível actuação nos actos profanos.

Rituais da festa:

- Peditório ou *convite* (designação local) realizado de maneira idêntica à de São Martinho, com a diferença de que, para além dos pauliteiros, intervém um par de mascarados, o “carocho” e a “velha”. Os pauliteiros acompanham todo o peditório, detendo-se em cada casa em frente da qual dançam um *lhaço*, a pedido dos donos, enquanto os mordomos recolhem as oferendas. Tratar-se-á de um rito de fertilidade, como tantos outros que acontecem um pouco por todo o Nordeste Transmontano, no ciclo do Inverno.

- A actuação dos pauliteiros a meio da celebração da missa, no momento do ofertório, é bem clarificadora da aceitação de uma dança tida como profana, por parte da Igreja, na sua liturgia mais solene.

- Também a música profana da gaita-de-foles e da flauta pastoril se faz ouvir no decorrer da missa, a conferir solenidade à liturgia sagrada que a festividade exige.

- Da mesma forma, a procissão acompanhada pela música da gaita-de-foles, não actuando nela os pauliteiros porque, na circunstância, lhes compete transportar o andor do santo padroeiro.

- A presença do par de mascarados, o ‘carocho’ e a ‘velha’ verifica-se apenas na procissão, com a execução dos seus habituais jogos amorosos e brincadeiras, no espaço sagrado do adro, já depois de ter terminado todo o ritual litúrgico. De novo se nota o carácter ritual da fertilidade.

Em Muelas del Pan, a actuação solene do *paloteo* acontece no “Domingo del Señor”, que é o domingo imediatamente seguinte à festa do Corpo de Deus, por este festividade não se celebrar já, em Espanha, na própria quinta-feira de *Corpus*. Em Portugal é ainda mantido este dia festivo como feriado nacional. Tal como em Terras de Miranda, também aqui a interacção sagrado-profano se mantém. Os denominados laços ‘religiosos’ (dedicados aos santos) são executados à volta da igreja e os ‘paganos’ (cujos temas são os ofícios tradicionais, a caça, os animais, o amor e o divertimento em geral) em outros momentos que não estão relacionados com a liturgia católica da festa.

- O primeiro laço, “la contradanza”, é dançado quando a procissão sai da igreja, em que os bailarinos, sempre voltados para a imagem de Nossa Senhora, vão dançando e saindo de costas para a porta.

- Ao longo da procissão, fazem-se paragens em locais estrategicamente escolhidos, pelo espaço disponível, em largos e praças, para que os bailarinos possam executar os laços de carácter religioso, um de cada vez.

- Os laços ditos ‘paganos’ são apresentados ao povo, durante a tarde desse dia, na praça principal. Tal como em Portugal, as peças musicais da dança não são cantadas. Para não se enganarem nos passos e nos movimentos, os bailarinos costumam cantá-las só para si.

Em Tábara, os rituais são muito semelhantes aos de Muelas del Pan: o dia da celebração, também a festa do Corpo de Deus (que passa para o domingo seguinte pelo motivo já apresentado), a integração do *paloteo* na missa solene e na procissão, que o grupo integra, caminhando mesmo à frente do pálido do Santíssimo Sacramento, as paragens para a dança durante a procissão, nas praças e nos largos mais espaçosos (laços religiosos) e a exibição de carácter profano, perante todo o povo, na praça principal da vila, com o reportório completo dos ‘lazos paganos’, cuja temática foi acima referida. Aliás, muitos dos laços e das peças musicais que os acompanham são comuns à província de Zamora e ao distrito de Bragança.

Em conformidade com realidade actual e com as referências esporádicas constantes nos documentos das confrarias medievais, poderemos afirmar que a integração da dança do *paloteo* nos rituais cristãos ter-se-á verificado na época da criação da festividade do *Corpus Christi*, pelo Papa Urbano IV, no século XIII. A tradição teve continuidade, como podemos constatar na seguinte citação do Livro de Contas da Cofradía del Santísimo Sacramento de Castrodeza, Valladolid, no ano de 1709: “Y para que en esta festividad haya regocijo y alegría además de lo dicho ordenamos a nuestro alcalde y mayordomo un mês antes de esta festividad concierte una danza entre algunos cofrades de esta cofradía y no otros pagando los costes de los vestidos de los danzadores en la conformidad que en el nuestro cabildo ordenemos...”²⁰⁰. Outras referências podiam ser citadas.

Esta tradição sofreu, contudo, nos finais do século XVIII, um revés, que não foi decisivo em muitas das localidades que continuaram a segui-la. Trata-se da Real Cédula de Carlos III, promulgada em 1777, que proíbe a exibição das danças no interior das igrejas, ficando estas limitadas às ruas por onde passava a procissão. No mesmo sentido outros decretos saíram, por parte da hierarquia da Igreja Católica. Apesar disso, a tradição “sigue viva, pese a todas las prohibiciones, la costumbre de bailar dentro del templo”²⁰¹. Como constatámos, tanto no distrito de Bragança como na província de Zamora, a dança dos paus ou *paloteo* continua a acontecer no espaço sagrado e no âmbito dos ritos católicos.

2. 7. Personagens míticas da dança dos paus

“*El birria*” é uma personagem mítica e misteriosa. Corresponde ao “*el bobo*” de Cañizal, ao “*zorra*” de Escarabajosa, na província de Segóvia (já desaparecido), ao “*zarragón*” de Aranda de Duero, ao “*zorra*” de Gallegos de la Sierra, na província de Segovia. Pode receber outros nomes, consoante os lugares: *zorra*, *zancarrón*, *chiborra*, *botarda*... e *birria*, na província de Zamora (foto 45). Em Portugal, tem muitas afinidades mas também funções mágicas diferentes. É o “*carocho*” de Constantim, o “*farandulo*” de Tó, o “*velho*” de São Pedro da Silva...

Consoante as localidades, esta personagem mascarada assume variadas funções. Em geral e simbolicamente, é o “director” de dança que “decide” quais os laços que serão executados e os novos que vão sendo introduzidos; na verdade, os grupos têm um director que, de facto, orienta os ensaios e decide quais os laços que devem ser executados nas mais diversas situações.

²⁰⁰ PORRO, *Op. Cit.*: 14.

²⁰¹ DIAS, Jorge, *Op. Cit.*: 4.

A vara com chicote (*zambomba*) que o *birria* ostenta, uma espécie de bastão de comando, é o símbolo da sua autoridade. Com ela castiga simbolicamente os dançadores que se enganam na execução do *paloteo* ou os próprios espectadores que se aproximam demasiado dos dançantes, a fim de criar um espaço por entre os assistentes para que o grupo possa executar a dança sem qualquer empecilho. Interage com os bailadores como alguém que conhece perfeitamente os movimentos de todos os laços do *paloteo*, o que nos permite, por outro lado, considerá-lo, como acima foi referido, o maestro da dança. A sua autoridade é reconhecida por todos. Também tem a missão de entregar os paus aos dançantes e de proceder à sua recolha, no final. Noutras circunstâncias ainda é o responsável pela recolha de donativos junto dos espectadores, que revertem a favor da festa.

Estas são as funções visíveis do “*birria*”. Contudo, por trás delas poderemos discernir outras de carácter simbólico, como hipótese. Recuando ao tempo *ab origine*, ao momento da sua criação que, não sabendo com rigor qual foi, sabemos que houve razões que determinaram o seu aparecimento e estas só podem ser de ordem mitológica. Assim, a personagem de “*el birria*”, dado o contexto festivo em que actualmente se insere, parece ser (ou teria sido) o elo de ligação entre o profano e o sagrado. Não obstante ser considerado uma figura diabólica (como qualquer mascarado), à luz da religião cristã, na verdade ele teria sido uma figura mágica que, à luz das religiões da antiguidade, estabeleceria a ligação entre o mundo terreno e o sobrenatural, entre o ser humano e a divindade. Esta hipótese é também partilhada por Joaquín Días: “El birria es un personaje al que se le han atribuido diferentes simbolismos que van desde el demoníaco hasta el bufonesco pasando por el taumáturgico o por el escuetamente hierático” (Días, 2008: 6).

Algo de semelhante, por um lado, e de diferente, por outro, se passa com as figuras do “*carocho*”, do “*farandulo*” e do “*velho*”, em Terras de Miranda.

Sem interferir na dança dos pauliteiros, o “*carocho*”, no essencial, desempenha determinadas funções que, no seu conjunto, podemos considerar como um rito da fertilidade. Desde logo, faz par com uma personagem feminina, a “*velha*”. O “*carocho*” e a “*velha*” formam a dualidade indispensável, complementar e necessária para que a desejada fertilidade aconteça. Este par vai simulando jogos amorosos, ao longo do peditório (o “*convite*”) por todas as casas da aldeia, o que indicia um apelo claro à fertilidade. O próprio peditório constitui em si mesmo um apelo à abundância que se dirige à divindade a favor da comunidade e da natureza, através da recolha de produtos da terra oferecidos ao santo e consumidos por todos os moradores, numa espécie de refeição comunitária. Será aquilo que J. Caro Baroja define como *paganismo funcional*.

A simulação do acto reprodutor entre o “*carocho*” e a “*velha*” pode acontecer ao longo do ritual do peditório. No final da procissão e dentro do espaço sagrado do

adro da igreja, uma vez mais a simulação do acto sexual volta a ser encenada pelo par de mascarados. Isto pode significar o enquadramento deste acto num ritual sacralizante, como seria considerado nas civilizações pré-cristãs.

2. 8. Os laços - Danças comuns a Zamora e Bragança

Apesar da separação política, desde a formação do reino de Portugal, as duas regiões fronteiriças mantiveram até aos nossos dias uma unidade cultural e social bem expressiva. Estas afinidades revelam-se nas festas tradicionais, como já foi acima explanado, nas formas de vida e organização social e económica, o comunitarismo, nos antigos romances, nos trajes típicos, decorrentes das mesmas actividades desenvolvidas em semelhantes condições físicas e climatéricas, a capa de honras mirandesa e alistana, na música e até na língua, o mirandês que decorre do leonês, outrora falado em toda esta região e ainda vigente na Terra de Miranda. Mas, em termos culturais, são sobretudo as danças dos paus que mais denotam hoje esta proximidade: “junto a su valor lingüístico está el no menos interesante de mostrarnos una larga y profunda relación de convivencia entre la Terra de Miranda y la vecina Provincia de Zamora”²⁰². Não admira, pois, que a coreografia dos laços seja idêntica em ambas as áreas geográficas; contudo, em Miranda, sendo a maior parte dos grupos de pauliteiros formada por rapazes, a força, a agilidade e o carácter guerreiro vêm ao de cima, contrariamente ao que acontece com os grupos femininos ou mistos (como os de Zamora) em que se salienta sobretudo a graciosidade dos passos e dos movimentos da coreografia. A partilha deste elemento etnográfico entre as duas regiões nota-se sobretudo na letra e na música dos laços.

As canções populares acompanham as danças dos pauliteiros/*paloteo* e, em conjunto com a respectiva coreografia, formam os laços. No trabalho de campo, foi possível encontrar muitas delas comuns às danças de Tábara, Muelas del Pan, Almaraz de Duero e Cañizal, da província de Zamora, e do concelho de Miranda do Douro e de Mogadouro e das localidades de São Pedro dos Sarracenos, Bragança, e de Salselas, Macedo de Cavaleiros. Os títulos são os que se seguem, cuja letra será inserida nos anexos do trabalho:

La verde

La pimienta

Acto de contrição

²⁰² GONZÁLEZ MATELLÁN, José Manuel (2000), *Los lazos en la danza de palos. Una literatura popular que nos une*, in *El Filandar – O Fiadeiro*, nº 12, Asociación Etnográfica Bajo Duero, Zamora, p. 45.

Palombitas
La bicha
O vinte e cinco
La mulher
Joanica
Las rosas
El pisón
La lhiebre
Las calles de Roma
La pousada
Mirandum, em Miranda, que corresponde a Mambrú, em Zamora;
Senhor mio Jesucristo;
Belhano de Çamora;
La Carmelita;
Enramada;
Canário;
D. Rodrigo;
Çaramontaina;
Oufícios.

Com base nas observações efectuadas no terreno e nos trabalhos de estudiosos, nomeadamente, António Maria Mourinho, podemos estabelecer uma classificação dos laços, segundo os temas das canções que os acompanham: religiosos, amorosos, pastoris, agrícolas, venatórios, guerreiros, laborais, toponímicos, sarcásticos e de temáticas medievais. De um modo geral, esta classificação pode aplicar-se a ambas as áreas geográficas em estudo, uma vez que os temas e as próprias letras são comuns, em grande parte dos laços.

Existem, contudo, outros tantos laços dos pauliteiros e do *paloteo* que são exclusivos de alguns grupos ou de algumas zonas geográficas; outros ainda que são executados apenas por grupos de Miranda do Douro ou da província de Zamora. Ocorre também a circunstância de alguns grupos portugueses terem adaptado,

recentemente, certas melodias tradicionais ao toque da gaita-de-foles, com a finalidade de as integrarem no seu repertório, passando a executá-las nas suas danças, criando assim novos laços de pauliteiros.

De entre os laços exclusivos de Miranda do Douro, destaca-se o *Salto do Castelo* pela sua espectacularidade e grande entusiasmo que desperta na assistência que, segundo António Maria Mourinho, “outra coisa não é do que uma verdadeira torre humana, em que dois homens fazem de suporte e outros dois cavalgam sobre os seus ombros; desenvolvendo a dança, outro se coloca de burro entre os quatro, um outro à rectaguarda e um outro dançante à frente, os quais têm por missão lançar e receber o que vai pular o “castelo”, dando um salto mortal verdadeiramente espectacular por cima de todo o grupo”²⁰³. O laço está nitidamente marcado por um cunho guerreiro, o que Mourinho confirma: “o *Salto do Castelo* é um bailado pelos pauliteiros, em que os dançadores simulam o assalto a uma fortaleza e a dominam e terminam com o baile da vitória”²⁰⁴. Trata-se de um laço que não existe no repertório actual dos grupos de *paloteo* da província de Zamora; sendo estes grupos constituídos por dançantes femininos, por vezes, em conjunto com os masculinos, torna-se para eles inexequível; a própria violência e agilidade com que tem que ser dançado impedem a sua execução por parte das dançarinas. Contudo, poderia ter sido dançado em tempos passados, quando os grupos do *paloteo* seguiam a tradição da formação exclusivamente masculina. Sobre esta possibilidade não foram encontradas quaisquer referências, pelo que será abusivo afirmar que o laço foi praticado ou não, em algum momento, em terras zamoranas.

Devemos ainda referir “*Ls Oufícios*” (designação mirandesa) ou “*Los Oficios*” (designação espanhola) por ser um laço característico das áreas geográficas (foto 44). Trata-se de um dos “lazos fundamentales, de carácter gremial, donde aparecen representados el labrador, el herrero, el esquilador, el cardador, el tejedor, el sacristan, el zapatero, el molinero, el barbero, etc. En esta danza los danzante imitan con gestos y con los palos cada uno de los movimientos más característico de estos oficios, fácilmente reconocidos por el público”²⁰⁵. A dança, neste laço, assume a faceta de uma dramatização, na qual os dançarinos representam gestualmente as profissões referidas na letra da melodia.

²⁰³ MOURINHO (1984), *Op. Cit.*: 65.

²⁰⁴ *Idem.*: 72.

²⁰⁵ PORRO, *Op. Cit.*: 148.

3. A História Local – Factos relacionados com ambas as regiões: Zamora e Bragança

A investigação histórica, de um modo geral, não se tem preocupado muito com a história local. Há, contudo, algumas excepções que são dignas do maior apreço – as monografias que investigadores locais foram elaborando sobre determinados concelhos, *ayuntamientos* e localidades; contudo, por se tratar de estudos cujo objecto são todos os aspectos relevantes da vida dessas terras, procurando abordá-los a todos com o destaque que merecem, a abordagem histórica nem sempre é aprofundada em todas as suas vertentes que um trabalho científico exige. Normalmente, uma monografia discorre e regista os factos da história, da geografia, da arte, do património, das tradições, das festas, das lendas, da música, das actividades e das personalidades notáveis dessa terra. Por isso, uma monografia é sempre uma obra limitada, embora valiosa, para a história local, sobretudo “devido ao interesse da investigação histórica actual pelo estudo das comunidades locais”²⁰⁶. As monografias existentes cobrem determinadas localidades, não existindo nenhuma sobre as regiões no seu conjunto.

Existem também outros trabalhos, levados a cabo por estudiosos do mais alto nível, nos vários ramos das Ciências Sociais e Humanas, cujo enfoque são determinados factos históricos ou elementos do património local, arquitectónico ou imaterial; resultam de uma investigação apurada e rigorosa, pelo que merecem todo o nosso respeito e elevado apreço. Por serem trabalhos que coincidem com esta investigação, passamos a elencar os mais relevantes por aquilo que nos diz respeito, indicando a ciência ou a vertente da ciência em que se enquadram, os autores, os títulos das obras e, em alguns casos, os temas específicos de que tratam.

Obras das Ciências Sociais e Humanas que coincidem com o tema desta investigação:

- Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 tomos: fontes documentais, relatos de acontecimentos da vida política e religiosa, opiniões críticas através de “toda a formulação possível dos problemas sociais, políticos, económicos, religiosos, artísticos e ideológicos desta região”²⁰⁷, descrições sobre achados arqueológicos, etc. Na recolha documental, o Abade de Baçal vasculhou todos os arquivos existentes no distrito e o Arquivo de Simancas, ao qual dedicou o tomo VIII da sua obra.

²⁰⁶ PROENÇA, Maria Cândida (1990), *Ensinar / Aprender História – Questões de Didáctica Aplicada*, Livros Horizonte, Lisboa, p. 139.

²⁰⁷ SANTOS, Maria Alcina Afonso dos (1982), *Introdução*, in *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, tomo I, reedição do Museu do Abade de Baçal, Bragança, s/p.

- Barroso da Fonte, *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Duriense*, 3 tomos: o terceiro tomo desta obra é dedicado aos 12 concelhos do distrito de Bragança, nomeadamente, à sua história, área geográfica e morfológica, economia, artesanato e gastronomia, cultura, demografia, património, figuras ilustres, festas, feiras e romarias, etc. Cada concelho foi tratado por um estudioso natural e residente no respectivo nesse concelho.

- Fernando Regueras Grande y Hermenegildo García-Arárez Ferrer, *Scriptorium – Tábara Visigoda y Mozárabe*: a obra aborda sucintamente o repovoamento de Tábara no século IX, a acção dos mosteiros de Tábara e Moreruela, os Beatos, manuscritos iluminados da Alta Idade Média e o famoso Beato de Tábara.

- Luís Benito del Rey, Hermínio Augusto Bernardo y Marciano Sánchez Rodríguez, *Santuarios Rupestres Prehistóricos en Miranda do Douro (Portugal), Zamora y Salamanca (España)*, 2 tomos; esta obra é um exemplo de cooperação investigativa entre estudiosos de Bragança, Zamora e Salamanca; os historiadores desenvolvem o tema dos vestígios arqueológicos destas áreas geográficas e as chaves para a interpretação dos signos rupestres nos santuários.

- Miguel Fernández de Prada, *El Real Monasterio de San Martín de Castañeda*; os períodos históricos do mosteiro, suevo, moçárabe e beneditino e a acção dos seus abades no período compreendido entre os séculos X e XIII.

- Armando Fernandes (coordenador), *Bragança marca a História – A História marca Bragança*; vários estudiosos brigantinos abordam os períodos da História de Bragança até à actualidade, bem como outros temas, como a economia, a arquitectura, o património, a demografia, a educação, etc.

- Armando Fernandes e Luís Alexandre Rodrigues, *Monografia das freguesias do Concelho de Bragança: a história, a economia, o património, etc. das 49 freguesias que integram o município e um importante apoio bibliográfico para os professores que desejam introduzir nas suas aulas os temas da história local.*

- Ramón Manuel Carnero Felipe, *Sayago... al otro lado de la Leyenda e La Otra Historia de Sayago*: a história, as lendas, os vestígios arqueológicos, os monumentos, as festas, etc. de todas as localidades da comarca de Sayago; duas obras indispensáveis para a abordagem escolar da história local destas terras.

- Isabel Beceiro Pita, *El Condado de Benavente en el Siglo XV*: a história de Benavente ao tempo do conde João Afonso Pimentel, senhor de Bragança, que abraçou a causa castelhana e que, por isso, se viu obrigado a refugiar-se em Castela e que, feito conde, recebeu de Henrique III o governo destas terras.

- Monografias várias sobre os 12 concelhos que formam parte do distrito de Bragança que, de igual modo, constituem o necessário suporte para a história local.

É indiscutível o valor histórico de todas estas obras para a história local de Bragança e Zamora e nacional dos dois países ibéricos. Contudo, são estudos que tratam temas parcelares, alguns com muita profundidade, cingindo-se a um determinado espaço geográfico ou a um período histórico; outros são investigações arqueológicas, de referência imprescindível para a compreensão do passado pré-histórico destas regiões; porém, não existe nenhum trabalho estritamente orientado para a história comum deste espaço compreendido pela província de Zamora e pelo distrito de Bragança. Por isso, faz todo o sentido e justifica-se plenamente a reflexão breve, que a seguir se faz, sobre alguns dos factos históricos partilhados por estas regiões; uma reflexão que será completada, ainda que não aprofundada, no capítulo dedicado à história local, na sequência dos resultados fornecidos pelos alunos inquiridos nas escolas de ambos os lados da fronteira.

A perspectiva pedagógica da história local reveste-se de um valor da maior relevância, pelo que deverá ser tida em consideração no estudo das Ciências Sociais. Dado que estes conteúdos, em geral, não são incluídos nos compêndios, como é compreensível, a sua abordagem obriga à procura dos factos relacionados com a “sua” história e geografia, por parte dos alunos, desenvolvendo neles o método da investigação científica. Esta posição é compartilhada por diversos historiadores e pedagogos; escreve Joaquim Prats que estes estudos do meio local permitem “situar al alumno en una posición apta para la ‘investigación’ y, por lo tanto, en la línea del aprendizaje por descubrimiento”²⁰⁸. Tenho a noção clara de que os factos mencionados nas epígrafes seguintes são apenas alguns dos que se relacionam com a história local de cada região; os que, pela amplitude que encerram, reúnem “los requisitos mínimos para serem considerados como tales”²⁰⁹; outros, por certo, serão trazidos à colação pelos alunos; distinguindo claramente as “lendas” dos “factos históricos”, todos estes poderão ser objecto de estudo e aprendizagem, com o intuito do desenvolvimento do espírito de investigação e do conhecimento das raízes das suas comunidades: “introducir a los alumnos en el método de investigación, y en la pedagogía del descubrimiento”²¹⁰. Assim, a história local poderá tornar-se num excelente meio de aquisição destas competências pelos alunos.

²⁰⁸ PRATS CUEVAS, Joaquim (1996), *El estudio de la historia local como opción didáctica ¿destruir o explicar la historia?*, in *ÍBER Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 8, abril 1996, Barcelona, p. 93.

²⁰⁹ *Idem*, 98.

²¹⁰ *Idem*, 97.

3. 1. Os Zoelas

Dos vários povos celtas que viviam na Península Ibérica antes da ocupação romana, destaca-se uma tribo pertencente aos Astures, os Zoelas. Situavam-se no “eje vertebrador entre los *populi* de los *Astures Cismontanos*, de los *Callaeci*, de los *Lusitani*, de los *Vaccei* y de los *Vettones*”²¹¹; segundo Caro Baroja, baseado nos autores antigos, os Astures constituíam uma gens, os Zoelas, uma fracção e os Desoncos e Tridiavos, uma subfracção dos primeiros, “hasta llegar a la familia en el sentido estricto de la palabra”²¹². A sua história não tem sido muito estudada e, por isso, é insuficientemente conhecida. Contudo, o seu conhecimento revela-se fundamental para a compreensão da história e da cultura do Nordeste Transmontano e da comarca de Aliste, sobre as quais incide grande parte desta investigação.

Segundo Jorge de Alarcão, os Zoelas ocupavam um território compreendido entre as serras de Sanábria e Culebra, na actual província de Zamora, e as serras de Nogueira, Santa Comba e Mogadouro, na zona norte do distrito de Bragança, entre os rios Douro e Sabor. O historiador Olivares Odreño confirma e especifica melhor o território: “Según la mayoría de los investigadores que han llevado a cabo su labor en las últimas décadas, el área habitada por este pueblo estaría en la región de Bragança, extendiéndose hacia el este hasta la Tierra de Aliste, en la provincia de Zamora, y hasta el área de Miranda do Douro”²¹³. Assim, nem os bragançanos de hoje nem os zamoranos são descendentes dos Lusitanos da Antiguidade; uns e outros formavam parte do mesmo povo, o que, em parte, ajuda a compreender a grande afinidade cultural, descrita nos capítulos anteriores, que hoje, mesmo passados quase nove séculos de separação política, estes dois povos fronteiriços apresentam. Daqui a pertinência desta abordagem.

São escassos os vestígios encontrados; contudo, são os suficientes e não deixam dúvidas aos historiadores sobre a presença dos Zoelas nesta área geográfica: estelas funerárias decoradas com círculos solares, representações de animais (touro, porcos, veados...), locais de culto, castros, a denominação de localidades e inscrições epigráficas: “Aparecen en toda el área que se extiende desde Trás-os-Montes oriental hasta la región occidental de la provincia española de Zamora; [...] este tipo de epígrafes es uno de los elementos culturales del pueblo zoela”²¹⁴; porém, o documento mais notável é uma inscrição gravada em bronze, conservada no Museu de Berlim, e que encerra um pacto de hospitalidade e clientela, estabelecido entre si e com os ocupantes romanos e que ficou conhecida como *Tábua de Astorga ou dos*

²¹¹ GARCÍA MARTÍNEZ, Sonia María (1999), *Los Zoelas: sociedad y antroponímia*, in *Brigantia*, vol. XIX, nº 1/2, Janeiro/Maio/ 1999, Bragança, p. 18.

²¹² CARO BAROJA (1957), *Op. Cit.*: 75.

²¹³ OLIVARES PEDREÑO, Juan Carlos, *El Dios Aernus y los Zoelas*, Universidad de Alicante, sítio da internet: www.dialnet.unirioja.es, em 10-10-2009, p. 68.

²¹⁴ OLIVARES PEDREÑO, *Op. Cit.*: 71.

Zoelas. Também os geógrafos clássicos Plínio e Estrabão fizeram detalhadas descrições acerca das suas peculiaridades: os modos de vida, as actividades predominantes, os costumes, a religião... Em Portugal, o historiador Jorge de Alarcão dedicou especial atenção ao estudo deste povo.

Segundo a opinião deste historiador, a área geográfica acima delimitada era povoada por várias “gentilidades” que, entre si, assinaram, no ano 27 da nossa era, um pacto de hospitalidade e clientela. Os pactos eram “frequentes, ao que se sabe, na cultura dos povos indo-europeus que regulavam os termos em que se concretizava a amizade, a colaboração e a solidariedade entre duas pessoas ou entre dois povos”²¹⁵. Quando a sua abrangência se estendia a dois povos, resultado seria que cada um dos contraentes passasse a pertencer também ao outro povo, gozando dos mesmos direitos e estando sujeito aos mesmos deveres. Ambas as partes se comprometiam a prestarem apoio mútuo; nos casos em que um dos contraentes se apresentava como elemento mais forte, a outra devia-lhe obediência, em troca de protecção e apoio. Assim foi o pacto assinado entre os Zoelas e os Romanos: “En la Corunda zoela se firmo un pacto entre romanos zoelas y otros pueblos en el año 27, que era la ratificación de otro que venía de antiguo y que se renovó en Asturica Augusta (Astorga) en el 152”²¹⁶. Foi o pacto *Hospitium et Clientelae*, pelo qual os Zoelas demonstraram ser um povo pacífico; desta maneira se foram facilmente romanizando, contrariamente aos seus irmãos Astures e aos Lusitanos que ofereceram forte resistência à ocupação romana.

Pacto de Astorga

“Siendo cónsules Marco Licinio Craso y Lucio Calpurnio Pisón, y en el cuarto día antes de las kalendas de mayo (27 de Abril), la parentela de los Desoncos, perteneciente al pueblo de los Zoelas, y la parentela de los Tridiavos, integrada también en la misma etnia, renovaron un pacto ancestral, y todos ellos se recibieron mutuamente en fidelidad y clientela, haciéndola extensiva a sus hijos y sucesores. Intervenieron Arauso, hijo de Blecaeno y Turayo, hijo de Clouto, Docio, hijo de Elaeso, Magilón, hijo de Clouto, Bodecio, hijo de Burreal, Elaeso, hijo de Clutamo a través de Abierno, hijo de Pentilo, magistrado de los Zoelas. Se firmó en Curunda.

²¹⁵ SILVA e GOMES, *Op. Cit.*: 20.

²¹⁶ BARROS MARTÍN, Jesús, *História de Aliste y de Alcañices*, in www.aliste.info, em 10-10-2009.

Siendo cónsules Glabbión y Humullo, y en el día quinto de los idus de Julio, esa misma parentela de los Desoncos, a la vez que la de los Tridiavos, hicieron extensivos la misma clientela y los mismos pactos a Sempronio Perpetuo, perteneciente a la parentela de los Avolgicos, del pueblo de los Orníacos, así como a Antonio Arquio y a Flavio Frontón, de la parentela de los Visáligos y Cabruénigos, respectivamente, ambas integradas en el pueblo de los Zoelas. Dieron fé de ello en Asturica Lucio Domicio Silón y Lucio Flavio Severo”.²¹⁷

Para lograrem os seus objectivos de ocupação, os Romanos assinaram outros pactos, que reconheceram como uma estratégia eficaz para melhor alcançarem a obediência dos povos que os aceitaram.

Sendo Curunda citada como a cidade na qual foi assinado o pacto entre as duas “gentilidades” dos Zoelas, os Desencoros e os Tridiavoros, em 27 d. C., é esta localidade considerada a capital da região, circunstância que não oferece qualquer discussão. Acresce que na primeira parte do documento se refere claramente a presença de um magistrado, “responsable de esta pequeña república, nientras que en el 152 son los magistrados astorganos, posiblemente, los que intervienen como notários”²¹⁸. Após a ocupação romana, adquire um novo elemento no seu topónimo, passando a designar-se Curunda Caesara, em homenagem ao imperador romano. Desconhece-se, contudo, a sua localização exacta.

Sobre esta questão, são duas as teses que os historiadores defendem. Segundo Jorge de Alarcão e José Leite de Vasconcelos o seu centro administrativo estaria situado em Castro de Avelãs, nos arredores de Bragança. Fundamentam esta hipótese num conjunto de achados, entre os quais se encontra, segundo o arqueólogo Sande Lemos, “uma ara dedicada pela *ordo zoelaram* [instituição considerada como o Senado dos Zoelas] ao deus Aerno, que permite que a generalidade dos investigadores considerem que a zona de Bragança estava no *conventus* de Asturica, pois Plínio inclui os Zoelae entre os Astures”²¹⁹. Outras duas inscrições epigráficas apareceram na referida localidade, dedicadas ao deus Aerno, entidade superior a quem todos os Zoelas prestavam culto. Por isso, estes historiadores e outros, como Pastor Muñoz, “consideram como possível a existência de um município romano em Castro de Avelãs,

²¹⁷ Traduzido do latim.

Prospecciones Arqueológicas, *Rabanales de Aliste, Curunda Caesara?*, (s/d), Diputación Provincial de Zamora, p. 36.

²¹⁸ *Ibidem*.

²¹⁹ LEMOS, Francisco Sande (2009), *Da Proto-História à Romanização*, in *Bragança marca a História, a História marca Bragança*, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 107.

o que confirmaria a sua categoria de sede administrativa dos Zoelae²²⁰. O historiador e etnólogo zamorano Bernardo Calvo, contactado pessoalmente, confirma também esta hipótese.

Recentemente, o grupo *Prospecciones Arqueológicas* efectuou um estudo, cuja entidade promotora foi a Excm. Diputación Provincial de Zamora, no âmbito do Proyecto Interreg IIIA: Vías Augustas, pelo qual se reafirma a segunda hipótese: “las grandes unidades tribales de *Zoelae*, con capital en Curunda, posiblemente Rabanales de Aliste²²¹; este é o nome actual da localidade, situada a oito quilómetros de Alcañices. O citado estudo encontra várias “dificultades de bulto” em “integrar en el convento astur el ámbito de Bragança, incluído el castro de Avelãs²²². A identificação de Rabanales com Curunda seria ainda reforçada, segundo o mesmo estudo, pela “existencia de una temprana dedicatoria a Augusto existente en Rabanales²²³”.

O estudioso mirandês Amadeu Ferreira sintetiza estas duas hipóteses, acrescentando mais duas localidades, uma em Terras de Miranda e outra em Aliste: “*Los Zoelas yá nesse tiempo tenien ua buena ourganizaçon i la sue autoridade era repersentada pils magistrados. Curunda serie la capital de ls Zoelas i nun se sabe bien adonde quedarie. Podie ser an Castro de Avelhanas, que quedaba mais ou menos ne l centro de l Território Zoela, podie ser na Rabanales, tierra pertico de Alacaniças, podie ser na Picote ou na Villacampo de Aliste*”²²⁴

Após este breve confronto de hipóteses sobre a localidade actual correspondente à misteriosa Curunda, num facto todos os estudiosos estão indubitavelmente de acordo; apesar das referidas dificuldades que alguns apresentam, o facto não é recusado e isso é o que mais interessa ao presente estudo: Bragança e Aliste faziam parte, em finais do primeiro milénio a. C., de um mesmo território e de um mesmo povo: os Zoelas.

A inscrição dedicada ao deus Aerno, encontrada em Castro de Avelãs, permite-nos saber que esta divindade era adorada neste local, um castro situado num ponto elevado, “al oeste de dicho município, donde han aparecido numerosos restos arqueológicos de época antigua²²⁵. Este deus foi, pois, o protector desta população; aparece citado como Deus Aernus nesta inscrição e em mais duas, uma encontrada também nesta povoação e outra na localidade de Malta, concelho de Macedo de

²²⁰ SILVA, *Op. Cit.*: 21.

²²¹ *Prospecciones Arqueológicas, Op. Cit.*: 9.

²²² *Idem*: 37.

²²³ *Idem*: 40.

²²⁴ DOMINGUES, Francisco, Palhestras de Mirandês, in sítio da internet: www.nialdelaboubielha.org, em 10-10-2009.

O autor sintetiza, em língua mirandesa, o conteúdo da palestra proferida por Amadeu Ferreira, integrada no curso de Língua e Cultura Mirandesas, que teve lugar no dia 21 de Junho de 2008, em Corroios.

²²⁵ OLIVARES PEDREÑO, *Op. Cit.*: 67.

Cavaleiros (Bragança), dentro da área geográfica habitada pelos Zoelas. A confirmar a hipótese de que nem os bragançanos nem os alistanos pertenciam ao povo lusitano vem a circunstância de que “en el territorio donde *Aernus* era venerado desaparece la práctica totalidad de testimonios de los dioses más representados epigráficamente en la región de los *lusitani*, como son *Reue*, *Nabia* o *Brandua*”²²⁶. O conjunto de teónimos é também muito específico desta área do Nordeste Transmontano e diferente da teonímia lusitana.

Contudo, os Zoelas veneravam também outros deuses. Aparecem outras referências epigráficas relacionadas, inclusive com as divindades romanas, o que “atesta bem o cruzamento do *Conventus Asturum* entre a população indígena-romana e o facto de os Romanos terem feito da capital dos Zoelae um centro administrativo importante”²²⁷. Esta aculturação romana terá sido ainda mais profunda nesta pequena região peninsular, talvez devido ao facto de a ocupação ter sido pacífica logo desde o princípio; mesmo assim, as comunidades locais não romperam totalmente com o seu passado e com as suas tradições; e será assim que, tanto os resquícios de certas festividades romanas, como dos costumes dos povos anteriores, os Astures e os Vaceos, situados mais a oeste, se manifestam ainda hoje mais acentuadas e identificadores destes povos no distrito de Bragança e na província de Zamora do que em quaisquer outras partes da Península Ibérica.

Das suas actividades agrícolas, salienta-se o cultivo do linho: “Su nombre aparece asociado al cultivo de una planta, el lino, ya que así nos lo transmite el naturalista Plinio, el cual sabemos que era utilizado en la realización de redes para las artes de caza y pesca, así como para la confección de vestidos”²²⁸. Estes tecidos de linho eram enviados para Roma, onde gozavam de grande fama.

3. 2. Os Celtiberos – Viriato

O tema dos Celtiberos, mais precisamente de Viriato, tem lugar neste trabalho pelo facto de este herói ser partilhado pelos zamoranos e pelos portugueses que assumem ter nos Lusitanos os seus ancestrais antepassados (fotos 56 e 57).

Ensina-se nas escolas portuguesas que as primeiras comunidades agro-pastoris que habitaram a Península Ibérica eram os Iberos; estes povos só conheciam o cobre e o bronze, metais pouco resistentes. Com a chegada dos Celtas, vindos do Centro da Europa, as condições de vida melhoraram consideravelmente, sobretudo devido à introdução da arte de trabalhar o ouro e do uso do ferro na fabricação das armas e dos utensílios agrícolas, que os tornou mais resistentes e eficazes.

²²⁶ *Idem*: 68.

²²⁷ SILVA, *Op. Cit.*: 21.

²²⁸ GARCÍA MARTÍNEZ, *Op. Cit.*: 19.

Com o passar do tempo, os Celtas e os Iberos acabaram por se misturar, dando origem a um grande povo – os Celtiberos – que dominava praticamente toda a Península. Contudo, cada tribo de Celtiberos tinha as suas especificidades e entravam com frequência em guerra entre si. Para uma mais fácil defesa, habitavam no cimo das montanhas, onde construía as suas povoações, fortificadas com muros de pedra, a que hoje se chamam castros, os pequenos povoados, e citânias, os de maiores dimensões.

Apesar da grande diversidade de povos existentes na Península, antes da romanização, parece que todos eles descendiam dos Celtiberos. Relativamente aos Lusitanos, “Plínio afirma, num dos mais célebres e controversos passos da sua História Natural, que estes Célticos meridionais descendiam dos Celtiberos e tinham vindo da Lusitânia. [...] Os Lusitanos e os Celtiberos são as duas grandes nações ibéricas de origem continental”²²⁹. Observando o mapa da Península referente a este período, designado “segunda Idade do Ferro, correspondente à instalação na Península Ibérica das comunidades de origem continental”²³⁰, verificamos que os Celtiberos ocupavam, de facto, uma extensa área, “ubicados en los valles del Jabón y Jiloca, márgenes derechas del Ebro, altas cuencas del Duero y la llanura hasta al Tajo”²³¹. Existindo, é certo, outros povos com menor implantação geográfica, o domínio pertencia àqueles dois povos, como se verificou na luta de resistência à ocupação romana. Entre aqueles, estavam os Vacceos, situados no vale do rio Douro, ocupando a parte mais oriental da actual província de Zamora, e os Astures (a que pertenciam os Zoelas, como se viu) que povoavam uma faixa de território desde o Cantábrico até ao rio Douro, ocupando a parte mais ocidental da mesma província.

Segundo os autores clássicos, os Celtiberos eram um povo essencialmente pastoril; eram grandes criadores de ovelhas, cabras e vacas e possuíam também grande número de cavalos. Estes animais serviam sobretudo para a arte da guerra, sendo certo que havia lutas mais ou menos constantes entre si: “El celtibero era un pastor guerrero en competencia constante con otros vecinos y parientes”.²³² Caro Baroja adianta algumas das suas instituições. Nas cidades havia “una serie de linajes aristocráticos, poseedores de mayor cantidad de rezes y con bastantes ciervos y clientes repartidos aquí y allí”²³³. Estes poderiam ser considerados “príncipes” de uma tribo ou cidade e, funcionando a seu lado, existia muitas vezes o “senado” que era constituído pelos homens mais distintos da cidade; pode-se falar, assim, de uma sociedade politicamente organizada segundo os padrões republicanos; na verdade, as

²²⁹ BRITO, Raquel Soeiro de (1992), *Introdução Geográfica*, in *História de Portugal*, (Direcção de José Mattoso) primeiro volume, Círculo de Leitores, Lda., Lisboa, p. 169.

²³⁰ *Idem*: 167.

²³¹ Autor não identificado, in <http://doncos.iespana.es/pacto.htm>, em 10-10-2009.

²³² CARO BAROJA, (1957), *Op. Cit.*: 66.

²³³ *Ibidem*.

decisões mais importantes e difíceis eram tomadas por uma assembleia de todo o povo.

Neste contexto, Viriato emerge como o grande herói da resistência peninsular à ocupação romana. Uma personagem romântica do povo lusitano que acaba por ser reivindicado pela cidade e pela província de Zamora.

A ligação de Viriato à província de Zamora fundamenta-se na tradição e “posteriormente el estudio realizado por varios historiadores dan a Viriato nacido en tierras sayaguesas, más concretamente en Torrefrades”²³⁴. A tradição é suportada pela existência de vários lugares: “son muchos los habitantes de la zona que pueden señalar con exactitud dónde el famoso guerrero tenía la cueva que le servía de vivienda en el teso de Várate; o en el cerro de las Espadas, donde ganó una de sus batallas; o la ermita del Castillo, donde se llevaron a cabo varias de sus hazañas”²³⁵. Apesar de, na generalidade, os autores zamoranos afirmarem que ninguém põe em causa o nascimento do herói em Terras Zamoranas, são vários os que não se atrevem a indicar uma localidade em concreto e outros põem mesmo sérias reservas à credibilidade histórica deste facto, como Juan Carlos Alba, que a ele se refere como “el supuesto nacimiento en Zamora de Viriato, poço o nada probado”²³⁶. Seja como for, a personagem foi imortalizada pela obra escultórica de Eduardo Barrón como “el más popular héroe zamorano” e a sua estátua “ocupa una de las más bellas plazas de la ciudad, incorporándose definitivamente a la memoria colectiva de la única ciudad que desde siempre le ha dedicado su recuerdo”²³⁷.

No ensino da História de Portugal, Viriato é apresentado como o chefe dos Lusitanos que resistiram à ocupação dos Romanos. O historiador inglês Martin Page confirma: “there rose among the Lusitanians a new leader, a shepherd named Viriatus, who called his people again to rise against the Romans”²³⁸. A ele se deve a preparação dos guerreiros que, “for eight years”²³⁹, foram travando longas e duras lutas, com o recurso à tática de guerrilha, única forma de fazer frente às poderosas, bem armadas e treinadas legiões romanas.

Julio Caro Baroja confirma a historicidade deste conteúdo do ensino da História de Portugal, ao escrever sobre o problema da repartição da terra que se colocava na Lusitânia, no século II a. C., afirmando que “el representante de la juventud pobre que aspiraba a una repartición más equitativa es Viriato, que, si por un lado posee todo el

²³⁴ BELTRÁN, Mónica, *Viriato*, in sítio da internet: www.conocerzamora.com, em 10-10-2009.

²³⁵ *Idem*: 1.

²³⁶ ALBA, Juan Carlos (1986), *Zamora – Guía de la Provincia*, Patronato de Turismo, Diputación de Zamora, p. 16.

²³⁷ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, Concha (1986), *Zamora – Guía de la Provincia*, Diputación Provincial de Zamora, p. 156.

²³⁸ PAGE, Martin (2007), *The First Global Village – How Portugal Changed the World*, 9ª ed., Casa das Letras, Cruz Quebrada, p. 36.

²³⁹ *Ibidem*.

perfil de um héroe político, por outro apresenta el del clásico bandido generoso, que coge en rehenes a los ricos, impone tributos, etc. El prestigio popular era enorme en torno al bandolero, poblador de los bosques, símbolo de la juventud, aun en plena dominación romana que, sin duda, suavizó en parte las condiciones de vida de la Lusitania”²⁴⁰.

Também Mauricio Pastor Muñoz segue a mesma linha de pensamento. Cita Schulten que “fundamenta as suas afirmações em Diodoro de Sicília que atribui a Viriato uma origem lusitana”²⁴¹, como tendo nascido na parte ocidental da Lusitânia. E acrescenta: “Na realidade, todas as fontes antigas aceitam o carácter lusitano de Viriato. Mas nem todos admitiam que Viriato fosse de origem lusitana. Alguns historiadores tentaram provar que era originário de outras regiões e inspirados por ideais nacionalistas, reivindicavam para a sua pátria a figura do herói”²⁴². Outras polémicas, que não vêm ao caso, se instalaram entre outros historiadores. São referidas por Pastor Muñoz que acaba por concluir que tudo indica que Viriato era originário da Lusitânia, algures na Serra da Estrela, entre os rios Tejo e Douro; os Lusitanos refugiavam-se, como escreve Page, “in the hills and mountains of the Serra da Estrela, from which they launched sudden, devastating attacks”²⁴³; autores antigos referem que grande parte das suas campanhas militares ocorreu em território lusitano: “Aproveitando as vantagens do terreno natal, o chefe lusitano furtar-se-ia à luta em campo aberto, iria flagelar as legiões e frustraria os planos estratégicos do inimigo, infligindo-lhe pesadas derrotas”²⁴⁴. Carmo Reis refere, portanto, que a grande maioria das batalhas se deram na área geográfica de que Viriato era oriundo; sem excluir as que se deram na Bética que, em conjunto com a Lusitânia e a Tarraconense, constituía uma das três “grandes áreas administrativas”²⁴⁵ da Península romanizada.

Sendo certo, e nisso todos estão de acordo, que Viriato possuía carácter lusitano, é de somenos importância saber o local onde ele nasceu, nem a região; contudo, parece ser uma mais-valia educativa a sua apresentação às crianças e jovens de Zamora e de Bragança, como um exemplo a seguir, fazendo ressaltar as suas virtudes e os seus actos heróicos. O seu retrato poderia ser assim resumido: jovem simples e humilde de linhagem, contido na comida e na bebida e amante da natureza, no seio da qual sempre viveu; cioso da liberdade do seu povo, à qual dedicou toda a sua vida; líder dos jovens guerreiros dos quais se rodeou e que tão bem soube instruir na arte da guerra; espírito elevado que encarava com optimismo todas as situações e não se lamentava com as contrariedades; personalidade forte, coerente consigo

²⁴⁰ CARO BAROJA (1957), *Op. Cit.*: 70.

²⁴¹ PASTOR MUÑOZ, Mauricio (2003), *Viriato, a Luta pela Liberdade*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa, p. 81

²⁴² *Ibidem*.

²⁴³ PAGE, *Op. Cit.*: 35.

²⁴⁴ REIS, *Op. Cit.*: 26.

²⁴⁵ *Ibidem*.

mesmo, sem arrogância nem falsa modéstia, fazendo-se obedecer e obedecendo, sempre que as circunstâncias o exigiam; lutador da causa dos mais desfavorecidos; guerreiro, não pelo prazer da guerra, mas como única forma de lutar pela liberdade, a do seu povo e a sua, e mártir desta nobre causa; disponível para dialogar com o inimigo, com o qual se encontrou, levando consigo o seu povo que, traiçoeiramente, foi massacrado; enfim, um símbolo da juventude.

Ficou célebre e tristemente conhecido o massacre de Galba, assim descrito por Pastor Muñoz: “Galba conhecia o problema da falta de terras entre os Lusitanos, e fez correr o boato de que estava disposto a oferecer lotes de terra a quem os solicitasse, exigindo-se em troca que depusessem as armas e abandonassem as incursões contra os Romanos e seus aliados. Mas quando mais de 30000 homens se reuniram, dispostos a viver em paz com Roma, encerrou-os em três acampamentos e, depois de terem entregue as armas, ordenou que os chacinassem. Cerca de 9000 foram assassinados e 20000 foram feitos prisioneiros para serem vendidos como escravos na Gália; apenas 1000 conseguiram escapar e, entre eles, Viriato”²⁴⁶. Foi a partir deste acto vergonhoso dos Romanos que Viriato se vai tornar no grande general da guerra entre o seu povo e o exército invasor. Por isso, a ocupação da Lusitânia pelos exércitos de Roma só se deu por terminada “após o assassinio (à traição) de Viriato”

3. 3. Os Vaceus

Na mesma época, os Vaceus ocupavam o vale intermédio do rio Douro e, portanto, a parte sul e este da província de Zamora: “Todos sabemos hoy en día que nuestros antepasados en Tierra de Campos fueron los Vacceos. [...] La región Vaccea ocupó un territorio muy extenso que abarcaba parte de la totalidad de las actuales provincias de la Comunidad Autónoma de Castilla y León, exceptuando Soria”²⁴⁷. Caro Baroja confirma: “Ocupaban los vacceos una parte considerable de Castilla la Vieja y el antiguo reino de León. [...] Se extendían por los campos de Valladolid y Palencia, por la parte más triguera de España, llamada hoy “Tierra de Campos” y que siglos después fue mansión preferida de los visigodos”²⁴⁸. Cabe, por isso, aqui uma referência, ainda que breve, a este povo, já que também ele poderá ser incluído no estudo da história local de Zamora.

Os Vaceus tinham uma organização social e política semelhante aos Celtiberos e diferente dos Vetões, situados estes mais a sul. Assim, os Vaceus estavam agrupados em grandes e pequenas cidades, castros e povoados. Dedicavam-se à pastorícia e ao

²⁴⁶ PASTOR MUÑOZ, *Op. Cit.*: 72.

²⁴⁷ DECIMA VILLA, J. Carlos, *Nuestros Antepasados: Los Vacceos*, in *Norte de Castilla*, sítio da internet: <http://blogs.nortecastilla.es>, em 10-10-2009.

²⁴⁸ CARO BAROJA, Julio (1946), *Los Pueblos de España – Ensayo de Etnología*, Editorial Barna, S. A., Barcelona, p. 186.

cultivo do cereal; possuíam um sistema de exploração comunitário: “Dice Diodoro que entre los vacceos existía la costumbre de dividir el campo por suertes cada año, que luego se trabajaban las parcelas según el sorteo, y que lo cosechado se ponía en común, dándose por último la parte necesaria para el sustento a cada cual y castigándose com pena de muerte al que ocultara algo”²⁴⁹. Também Jorge de Alarcão sugere a prática do coletivismo, por parte deste povo: “Parece-nos mais provável que também a propriedade dos campos fosse colectiva; assim sucedia entre os Vaceus, que tinham o seu solar a nordeste dos Lusitanos”²⁵⁰. Contudo, estabeleciam também “entre ellos clases y diferencias sociales y económicas”²⁵¹ que favoreceram a implantação de uma estrutura política, no cume da qual se encontravam o “príncipe” local, o senado e a assembleia popular.

Também este povo se opôs à dominação romana, mais por culpa dos invasores do que dos indígenas. Na verdade, não tendo o cônsul romano Lúcio Licínio Lúculo conseguido tomar a cidade de Cauca, assinou um tratado de paz, cujas condições se revelariam muito prejudiciais para os Vaceus. Mesmo assim, “o vil Lúculo não cumpriu o acordado e ordenou às suas tropas que matassem toda a população, cobrindo Roma de vergonha e provocando o ódio aos romanos por toda a meseta”²⁵². A revolta instalou-se, assim, num povo que, em princípio, não desejava a guerra mas que a ela se via forçado a recorrer. Lúculo atacou então outras cidades, como Intercátia (identificada por alguns como a actual Villapando, na província de Zamora) e Pallantia (Palenzuela, na província de Palência) que também não conseguiu conquistar: “a cavalaria dos Vaceus carregou sobre as legiões e a cavalaria romana, e Lúculo teve de renunciar ao cerco da cidade. Além do mais, ao retirar para a Turdetânia foi repetidamente atacado pelas tropas indígenas que lhe causaram numerosas perdas”²⁵³. São actos heróicos de um povo em defesa da sua liberdade.

Devem, pois, os zamoranos orgulhar-se destes seus antepassados remotos e considerá-los no estudo da sua história local.

3. 4. A Convenção de Zamora

O facto mais importante da história de qualquer país é, talvez, aquele que marca a sua independência, isto é, o seu reconhecimento enquanto tal, quer seja pelo estado do qual, até então, dependia, quer pela restante comunidade internacional. Acontece que o facto que determinou a independência de Portugal teve lugar, justamente, na cidade de Zamora.

²⁴⁹ *Ibidem*.

²⁵⁰ ALARCÃO, Jorge de (1983), *Portugal Romano*, 3ª ed., Ed. Verbo, Lisboa, p. 22.

²⁵¹ CARO BAROJA (1957), *Op. Cit.*: 69.

²⁵² PASTOR MUÑOZ, *Op. Cit.*: 71.

²⁵³ *Ibidem*.

Assim, o acto político que ficou conhecido como o Tratado ou “Conferência” de Zamora, sendo um facto histórico de âmbito nacional para Portugal, não deixa de ser também um facto notável para esta cidade. Como refere o professor José Marques, a evolução do Condado Portucalense para reino independente é “um processo a que está ligada a cidade de Zamora”²⁵⁴. Por isso, também os actores políticos que nele intervieram, Afonso VII de Leão e Castela e seu primo, Afonso Henriques, acabam por se tornar personalidades importantes da história de Zamora.

À morte do conde D. Henrique, em 1112, seu filho Afonso Henriques tinha apenas 4 anos de idade. Por isso, é sua mãe, D. Teresa, quem lhe sucede no governo do Condado Portucalense. A ligação que esta mantém com os fidalgos galegos leva os nobres portucalenses, companheiros de Henrique, a unirem-se à volta de Afonso que, com 16 anos de idade, se armou cavaleiro a si próprio, na catedral de Zamora, como se de um príncipe se tratasse.

Após a batalha de São Mamede, em Guimarães, na qual D. Teresa foi derrotada, Afonso Henriques assume o governo do Condado. Os seus desejos independentistas começam, então, a ganhar corpo. Desenvolve um conjunto de acções militares e diplomáticas que vêm a culminar na assinatura de um acordo: “Afonso VII reconheceu a sua realeza na Conferência de Zamora, na presença do cardeal Guido de Vico”²⁵⁵, enviado do Papa; “a paz [...] veio a ser formalmente negociada e concluída em Zamora – cidade leonesa, próxima de Bragança –, em 4 e 5 de Outubro de 1143”²⁵⁶, resolvendo, assim, “amigavelmente as controvérsias que os tinham obrigado a demorar a conclusão da paz”²⁵⁷. As circunstâncias históricas do momento favoreceram o encontro, entre os dois primos desavindos, que havia de enterrar o machado de guerra e conduzir à paz. Realizara-se, em Valladolid, o concílio provincial dos bispos hispânicos, “sob a presidência do cardeal romano Guido de Vico, legado do Papa Inocêncio II”²⁵⁸. O cardeal serviu de mediano na conferência que se havia de saldar “por um acordo amigável concluído entre as duas partes, que para sempre prometeram reciprocamente paz e concórdia”²⁵⁹. Do facto não chegou até nós nenhum documento escrito. Existem, contudo, outros documentos que referem: “o título de rei dado a Afonso Henriques surge em dois documentos da chancelaria régia leonesa redigidos em 1143, por ocasião da chamada ‘Conferência de Zamora’, entre o infante português e o rei seu primo, durante a visita a Portugal do legado papal Guido de Vico”²⁶⁰.

²⁵⁴ MARQUES, José, *Op. Cit.*: 5.

²⁵⁵ REIS, *Op. Cit.*: 42.

²⁵⁶ AMARAL, Diogo Freitas do (2000), *D. Afonso Henriques – Biografia*, 7ª ed., Bertrand editora, Lda., Lisboa, p. 94.

²⁵⁷ HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal*, tomo I, Livraria Bertrand, Lisboa, p. 451.

²⁵⁸ AMARAL, *Op. Cit.*: 95.

²⁵⁹ *Ibidem*.

²⁶⁰ BRITO, *Op. Cit.*: 62.

Na perspectiva educativa para os alunos de ambas as cidades e áreas geográficas, o facto histórico deve ser salientado como “o primeiro tratado estabelecido entre duas entidades distintas que se assumem como dirigentes dos povos que representam”²⁶¹, resolvendo, assim, pela via da concórdia, um prolongado conflito bélico e possibilitando “uma sã convivência entre os dois reinos”²⁶². Tanto mais que se trata de um facto de âmbito nacional que valoriza a história local.

A cidade de Zamora ficará para sempre associada à independência de Portugal e ao rei Afonso Henriques, como personalidade da sua história. O facto é assinalado com a criação de uma Fundação que leva o seu nome, como acima será exposto (foto 61).

3. 5. A acção dos mosteiros

O tema dos mosteiros é trazido a este capítulo da história local de Zamora e Bragança por uma multiplicidade de razões, a saber:

1. Os mosteiros, em geral, deram um grande impulso ao desenvolvimento nas regiões da sua implantação: “uma real influência na vida das comunidades rurais formadas à sua volta, na organização social, no repovoamento e na agricultura”²⁶³; além disso, esta influência estendeu-se ao ensino, à cultura, à assistência social, ao apoio aos peregrinos...
2. Os mosteiros destas duas regiões, Zamora e Bragança, souberam promover o intercâmbio das populações de ambos os lados da fronteira, pelo facto de em ambas possuírem propriedades, o que impulsionava a mobilidade das pessoas.
3. Os mosteiros entre si mantinham relações de irmandade ou de dependência.
4. A história local destas regiões adquire mais pontos em comum por via da acção dos mosteiros.

É sabido que os mosteiros beneditinos de Castro de Avelãs e de San Martín de Castañeda mantinham entre si um relacionamento amistoso.

O Mosteiro Beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs (foto 63), “segundo a tradição aceite por alguns autores, teria sido fundado por São Frutuoso no ano de

²⁶¹ BASÍLIO, João Bernardo (2002), *A existência de currículos explícitos e ocultos na transmissão de conhecimentos que os Portugueses e Espanhóis evidenciam uns sobre os outros – Tese de Doutoramento*, Facultad de Educación, Universidad de Valladolid, p. 162.

²⁶² *Ibidem*.

²⁶³ OLIVEIRA, Carlos Prada de (1991), *O Mosteiro Beneditino de São Salvador de Castro de Avelãs no povoamento da Região Bragançana*, in *Brigantia*, vol. XI, nº 1/2, Jan./Junho, Bragança, p. 35.

667”²⁶⁴. Esta data é, contudo, contestada por outros historiadores, que defendem “que a sua fundação deve ser posterior a 1050, durante o governo do conde D. Henrique [...] admitindo que antes de 1050 poderia ter havido algum pequeno cenóbio em Castro de Avelãs, ainda que não beneditino”²⁶⁵. Na verdade, nessa data já o santo tinha morrido. De qualquer modo, existe uma carta de doação e couto ao mosteiro, datada de 1144, que é o mais antigo documento que a ele se refere.

Foi um mosteiro rico, poderoso e influente em toda a província de Trás-os-Montes, onde possuía propriedades rústicas de todo o tipo, um pouco por todas as localidades; beneficiou de inúmeras doações régias, o que lhe permitiu ampliar o seu património; por tudo isto, veio a ser “um centro difusor de novas técnicas agrárias e de atração de cultivadores”²⁶⁶.

O Real Monasterio de San Martín de Castañeda (foto 62) terá também a data da sua fundação por esta época, possivelmente, em data anterior, já que “este Monasterio se restauró el año de novecientos diez y seis; y supuesto que fue restauración, en tiempos atrás estuvo la casa destruida, y primero hubo monasterio y monjes en ella”²⁶⁷. Não se sabe os anos em que esteve destruído: “En la casa se cree, y hay muchos indicios, que su primera fundación fue en tiempos de los Godos, y que los Moros, cuando entraron en España, y destruyeron otros monasterios, echaron por el suelo éste...”²⁶⁸. Situado num lugar sobranceiro ao lago de Sanábria, a sua influência exercia-se por toda a diocese de Astorga e por terras de Zamora, Miranda do Douro e Bragança e Vinhais. “Muchas de las propiedades que el monasterio poseía en Portugal se encontraban en el área comprendida entre la frontera de Calabor e Braganza”²⁶⁹, em varias localidades; “Pero ante todo serían los lugares de Aveleda y la propia Braganza donde el monasterio de San Martín tenía más propiedades, conclusión avalada por los libros y demás documentos”²⁷⁰, sobretudo nos séculos XII e XIII.

A influência deste mosteiro em terras de Bragança alarga-se também ao domínio eclesiástico, ao ponto de o próprio mosteiro de Castro de Avelãs se colocar sob a sua dependência. A “carta de filiação do mosteiro de Castro de Avelãs ao de S. Martinho da Castanheira, outrora da ordem de S. Bento e depois da de Cister”, datada de 1199, encontra inserta nas Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança, do Abade de Baçal: “[...] *Damus et concedimus Ecclesiam ipsum videlicet Sancti Salvatoris de Castro in filiam Sancti Martini Monasterium cognomento*

²⁶⁴ *Idem*: 33.

²⁶⁵ *Idem*: 34.

²⁶⁶ SILVA, *Op. Cit.*: 27.

²⁶⁷ FERNÁNDEZ DE PRADA, Miguel (1998), *El Real Monasterio de San Martín de Castañeda*, San Pablo, Madrid, p. 20.

²⁶⁸ PRADA, *Op. Cit.*: 21.

²⁶⁹ VIDAL RODRÍGUEZ, Arsenio (2004), *El Libro Tumbo de Braganza – El monasterio de San Martín de Castañeda y la venta de los bienes de Portugal*, Gráficas Cervantes, S. A., Salamanca, p. 14.

²⁷⁰ *Ibidem*.

Castanaria [...]”²⁷¹. Parece que o motivo que levou o abade do mosteiro de Castro de Avelãs a colocar-se sob a jurisdição de San Martín de Castañeda se relaciona com as desavenças que este manteve com o arcebispo de Braga “por causa de dioceses sufragâneas, que os arcebispos de Braga diziam ter em Espanha e os de Compostela diziam ter em Portugal”²⁷². Eram contendas que tinham começado já havia alguns anos e que se acentuaram entre os anos de 1189 e 1209, durante o episcopado de D. Martinho Pires, arcebispo de Braga.

O que é importante reter deste episódio é o bom relacionamento e a colaboração mútua existentes entre os dois mosteiros; é também a prova de que as divisões políticas ou eclesiásticas eram, no passado, ultrapassadas pelos detentores do poder local e pela população em geral, sempre que estavam em causa os seus legítimos interesses.

3. 6. O Tratado de Alcañices

Durante os séculos XII e XIII, as linhas de fronteira entre Portugal e Castela e Leão não estavam totalmente definidas, havendo vilas que eram disputadas por ambos os reinos. Os conflitos viriam, no entanto, a ficar resolvidos com as conversações levadas a cabo em 1297 e com os acordos “assinados pessoalmente pelos dois reis em Alcañices, perto da fronteira leonesa, em 12 de Setembro do mesmo ano”²⁷³. Os dois reis eram Dinis de Portugal e Fernando IV de Castela; este, por ser de menoridade, estava representado pela rainha Maria de Molina, sua mãe.

Em resumo, ficaram reconhecidos a Portugal os direitos de posse das praças de Terras de Riba-Côa, situadas entre as cidades da Guarda/Ciudad Rodrigo e o rio Douro; além disso, eram também reconhecidos os mesmos direitos em relação a outras terras mais a sul: Campo Maior, Olivença (actualmente administrada por Espanha), Ouguela e São Félix dos Galegos (hoje na posse de Espanha). Em troca, Portugal reconhecia a Espanha a posse de Aroche e Aracena, “além de outras povoações em litígio, como Valença de Alcântara, Ferreira de Alcântara, Esparregal e Aiamonte. O pacto era ratificado “com nova promessa de casamento de Fernando IV com D. Constança, conforme fora já estabelecido, e com o de D. Beatriz, irmã do pequeno rei castelhano, com o príncipe Afonso, herdeiro da coroa portuguesa”²⁷⁴. O rei português

²⁷¹ ALVES, *Op. Cit.*, tomo III: 266.

²⁷² CORREIA, Maria Josefa de Lemos (1965), *Subsídios para uma Monografia sobre o Mosteiro de Castro de Avelãs*, dissertação de licenciatura apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, s/p.

²⁷³ MATTOSO, José (1992), *Dois Séculos de Vicissitudes Políticas*, in *História de Portugal*, II vol., Círculo de Leitores, Lisboa, p. 151.

²⁷⁴ *Ibidem*.

comprometeu-se a ajudar o de Castela com 300 cavaleiros que vieram, de facto, a colaborar “nos combates contra o infante D. João durante os meses seguintes”²⁷⁵.

A nova fronteira teve o mérito de acabar de vez com os pequenos conflitos que junto a ela eram frequentes, nessa época, e delimitou as áreas de influência de cada reino, bem como “la consolidación de Portugal como reino independiente, el cual, habiendo concluido su particular proceso de reconquista casi dos siglos antes que los castellanos, tras consolidar y reforzar sus posiciones defensivas en la frontera, y ante la imposibilidad de expandirse más hacia el este, se orientó hacia el ancho mar, iniciando su peculiar aventura ultramarina”²⁷⁶. Em parte, estas constantes escaramuças terão agravado as condições de vida das populações fronteiriças e transformaram estas áreas geográficas em desertos demográficos, de que ainda hoje sofremos as consequências.

Por conseguinte, convém assinalar o Tratado de Alcañices, no que concerne à história local, e dela extrair e apresentar aos alunos as seguintes lições:

1. A via diplomática e o diálogo entre as nações prevaleceram em Alcañices sobre a força das armas.
2. A aproximação e o conhecimento mútuo dos dois povos peninsulares foram iniciados em Alcañices, embora nem sempre convenientemente prosseguidos, como seria desejável.
3. O pacto de Alcañices, para além de ser um facto da história local, foi muito mais de âmbito nacional, marcando definitivamente a história dos dois países.
4. O reconhecimento dos direitos dos povos, de que Alcañices é um bom exemplo, continua a ser hoje em dia um tema da maior actualidade.

A relevância do Tratado de Alcañices foi assinalada no septingentésimo aniversário da sua assinatura. As celebrações, realizadas de 8 a 12 de Setembro de 1997, em Zamora e Alcañices, contaram com a presença do Rei de Espanha e do Presidente da República Portuguesa (anexo História local e regional). Nessa altura realizou-se também o Congresso comemorativo do 7º Centenário do Tratado, cujas intervenções foram reunidas em livro²⁷⁷ por Manuel Braga da Cruz, reitor da Universidade Católica Portuguesa.

²⁷⁵ *Idem*: 152.

²⁷⁶ MEDINA GARCÍA, Eusebio (2006), *Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa*, sítio da internet: www.dip-badajoz.es, em 12-10-2009, p. 715.

²⁷⁷ BRAGA DA CRUZ, Manuel (1998), *O Tratado de Alcañices e a Importância Histórica das Terras de Riba Côa*, Universidade Católica Editora, Porto, s/p.

3. 7. O Tratado de Babe

O facto da história local de Bragança que, sucintamente, passamos a expor relaciona-se, tal como os anteriores, com a história nacional dos dois reinos, Castela e Portugal.

Em finais do século XIV, o duque de Lencastre, João de Gaudi, filho do rei Duarte III de Inglaterra, estava casado com D. Constança, filha de Pedro, o Cruel e mantinha, certas pretensões ao reino de Leão e Castela, por parte de sua mulher. Nessa mesma altura, o duque negociava o casamento de sua filha Filipa com João I, rei de Portugal.

Foram estes os motivos que levaram o duque a deslocar-se a Portugal, julgando ter o apoio do rei português, que entretanto tinha já casado com sua filha, nas suas pretensões em Castela. Marcou-se, assim, um encontro num local junto à fronteira, na povoação de Babe, distante duas léguas de Bragança. O inglês adiantou-se, partindo do Porto e chegando, “em vinte dias de jornada, por meados de Março de 1387, hospedando-se no mosteiro de Castro de Avelãs”²⁷⁸. Aqui esperou pelo rei português que demorou alguns dias a chegar. As tropas inglesas e portuguesas acamparam então no planalto de Babe, “que desde então ficou célebre pelo tratado aí celebrado, em 26 de Março de 1387, entre o nosso rei e o duque, conhecido pelo nome de Tratado de Babe, no qual este desistiu de todos os direitos que pudesse vir a ter à coroa portuguesa”²⁷⁹; o duque e sua mulher entregaram, assim, a D. João I todos os direitos que afirmavam deter sobre Portugal e o Algarve: “Dom João pella graça de Deos e Dona Constança sua molher Rey e Raynha de Castella e de Leom e Duque e Duquesa dalém Castre. A quantos esta carta virem fazer saber [...] damos e doamos e outorgamos a vos sabredito Senhor Rey de Portugal e do Algarve todo o derecho que nos ou cada hum de nos he devido ou nos avemos nos ditos Regnos de Portugal e do Algarve [...]. A qual Doaçam fazemos a vos de nossa livre vontade [...]”²⁸⁰. Com este pacto, o rei português tinha conseguido os seus objectivos, pelo que tentou demover o duque de qualquer acção militar em Castela; na verdade, o rei não estava interessado em abrir mais frentes de conflito do que aquelas que já tinha com o reino vizinho. Mesmo assim, “o exército aliado transpôz a fronteira, entrando em Hespanha por Alcaniças. Mas, afinal, esta campanha não deu resultado algum. O inglez conseguiu apenas entregar as filhas: uma, como já vimos, ao nosso rei, e outra, D. Catharina, ao rei de Castella, e assim acabou esta guerra, como as comédias, em casamento”²⁸¹. O fim desta campanha e, conseqüentemente, a paz daí resultante permitiu o casamento

²⁷⁸ ALVES, *Op. Cit.*, tomo I, 71.

²⁷⁹ *Ibidem*.

²⁸⁰ *Idem*, tomo III, 283 (Tratado de Babe, 26 de Março de 1383).

²⁸¹ *Idem*: 72. A citação foi transcrita por Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal, nas suas *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, segundo a ortografia da língua portuguesa do primeiro quartel do século XX.

de D. Catarina com Henrique, filho primogénito de João de Trastâmara e de Beatriz, infanta portuguesa.

Do casamento de João I e de D. Filipa de Lencastre vem a nascer Henrique, o Navegador, que lançou Portugal na aventura dos descobrimentos marítimos.

Para Bragança, a vinda do rei e do duque de Lencastre teve resultados muito positivos: por um lado, o rei constatou a necessidade da construção de uma sólida fortaleza nesta cidade, o que veio a concretizar-se com a ajuda dos arquitectos militares ingleses: “No acampamento do Duque de Lencastre não faltavam arquitectos militares”²⁸²; é notória a influência inglesa na arquitectura do castelo. Assim, a passagem por Bragança destas personalidades reais ficará para sempre assinalada pela Torre de Menagem do Castelo. Por outro lado, a vila de Bragança começa a afirmar-se a partir deste facto, vindo alguns anos mais tarde, em 1464, a subir à categoria de cidade. Poderemos também afirmar que se lançaram então os fundamentos da Casa de Bragança, uma vez que, com o afastamento de João Afonso Pimentel, senhor destas terras, para Benavente, é a cidade doada, anos mais tarde, ao conde de Barcelos, filho ilegítimo de D. João I²⁸³, juntamente com o título de duque de Bragança.

Estamos, mais uma vez, perante um facto da história local que é, ao mesmo tempo, da história nacional dos dois reinos ibéricos; e de novo podemos sugerir o seu aproveitamento educativo: o fracasso das armas e o triunfo do diálogo e da diplomacia na resolução dos conflitos entre povos e nações.

3. 8. Bragança cidade

A localização geográfica, junto à raia com Castela, aliada às suas condições orográficas, conferia a Bragança, no início da nacionalidade portuguesa, uma importância estratégica militar; por isso, D. Sancho I e os monarcas seguintes a fortaleceram, de forma a torná-la “atalaia ou forte baluarte na fronteira nordeste do nascente reino”²⁸⁴. No cimo de uma colina. Limitada pelas suas encostas e protegida por dois rios, a vila poderia desenvolver-se, com garantias de defesa natural. Os vales eram férteis, formando pequenas zonas de microclima que permitiam a subsistência de todos quantos aqui quisessem ou fossem forçados a radicar-se.

Assim, não admira que, logo no início da formação de Portugal, os nossos primeiros reis se apressassem a conceder à vila forais e privilégios que se destinavam

²⁸² SILVA, *Op. Cit.*: 43.

²⁸³ JACOB, João (1997), *Bragança*, Ed. Presença, Lisboa, p. 20.

²⁸⁴ LOPO, Albino Pereira (1983), *Bragança e Benquerença*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa, p. 9.

ao seu povoamento e à criação do concelho²⁸⁵ (fotos 58, 59 e 60). O rei Sancho I concedeu-lhe carta de foral em 1253, vindo a ser intensificado por Afonso III, em 1253; já na segunda dinastia, o rei Manuel I reforçou-lhe também o foral; sempre com o mesmo objectivo de lhe conferir cada vez mais operacionalidade militar e recorrendo às mesmas medidas de incentivo ao povoamento, a concessão de privilégios a quem nela se quisesse radicar ou o desterro de homiziados²⁸⁶. A dinamização das actividades económicas determinou a aplicação de medidas como a criação de feiras e de uma feira franca anual, prolongada pelo período de um mês.

Por força destas medidas, Bragança mantinha, nos princípios do século XV, um índice populacional e um nível de desenvolvimento idêntico ao da maioria das restantes cidades. Por essa razão, o rei concede-lhe a categoria de ducado com a criação da Casa de Bragança, sendo atribuída a D. Afonso, filho natural de D. João I, vindo a ser o primeiro duque de Bragança. D. Fernando, o segundo duque, consegue, pelos seus feitos heróicos e funções que desempenhou no Norte de África, que o rei Afonso V, em 1464, concedesse a elevação da vila de Bragança à categoria de cidade: “Dom Affonso por graça de Ds. Rey de Portugal e do Algarve senhor de Cepta e dalcacere em Africa; [...] que considerando nos os muitos serviços, e obras de grandes merecimentos que a nos, e a el Rey D. Duarte nosso padre, e a nossos Reynos tem feito dom Fernando segundo duque de Bragança meu muito amado, e prezado primo, e querendo-lhe galardoar como a nós cabe, e pollo ele Requerer a nos praz daqui por diante a sua Villa de Bragança se chamar cidade, e aver todollos privilegios, liberdades que ham, e devem as outras cidades de nossos Reynos [...]”²⁸⁷.

Desde então e até aos finais do século XVIII, o crescimento da cidade continuou, tanto em população, como em urbanismo, como em actividades comerciais e industriais, sobretudo as que se relacionavam com a indústria dos veludos e da seda; “noutro tempo foi notável pelas suas afamadas manufacturas de veludo e sedas, chegando a ter centenas de teares; [...] a manufactura das sedas em Bragança data desde há muito tempo, pois já em 1531 se pedia às cortes que as sedas que se criassem [...] na cidade pudessem ir livremente pelo reino vender-se, sem pagarem nenhuns direitos de alfândega”²⁸⁸. Este crescimento deveu-se, em grande parte, à chegada a toda esta região de grande número de judeus que haviam sido expulsos de Espanha.

José Saramago visitou Bragança para recolher impressões que havia de deixar escritas na sua obra *Viagem a Portugal*. Este facto não mereceria qualquer destaque

²⁸⁵ A criação dos concelhos foi uma medida benéfica para as localidades do interior do País, na medida em que veio incentivar o aumento da sua população e o incremento das actividades económicas. A existência de pelourinhos em muitas destas localidades demonstra a sua importância no passado; os pelourinhos são apresentados como símbolos do poder municipal.

²⁸⁶ JACOB, *Op. Cit.*: 17.

²⁸⁷ ALVES, *Op. Cit.* tomo III, 189.

²⁸⁸ LOPO, *Op. Cit.*: 18.

neste trabalho se não fosse a circunstância de citar um facto da história local que, esse sim, merece algum destaque neste contexto da investigação. Trata-se de uma das últimas condenações à morte em Portugal – a condenação de José Jorge à forca.

História do soldado José Jorge²⁸⁹

“AQUI JAZ JOSÉ JORGE. FOI SENTENCIADO À MORTE EM 3 DE ABRIL DE 1843”. O caso era intrigante. Que morto célebre era este, com lugar marcado e ocupado há quase cento e quarenta anos, posto aqui ao pé do muro, mas não ao abandono, como se vê pelas letras pintadas de fresco, nítido branco sobre preto retinto? Alguém há-de saber. Mesmo ali ao lado estava a barraca do coveiro, e o coveiro lá dentro. Diz o viajante: “Boas tardes. Pode dar-me uma informação?” O coveiro, que estivera conversando com uma mulher naquele suave tom transmontano, levanta-se do banco e põe-se às ordens: “Se eu sober.” Sabe, com certeza, é pergunta do ofício, parecia mal que não respondesse: “Aquele José Jorge ali, quem era?” O coveiro encolhe os ombros, sorri: “Ah, isso é uma história muito antiga.” Que o seja, não é novidade para o viajante, que bem viu a data. Prossegue o cavador desta vinha: “Conta-se que era um soldado que viveu naquela época. Um dia um amigo pediu-lhe a farda emprestada, sem dizer para quê, mas eram amigos, e o soldado nem perguntou, o caso é que mais tarde apareceu uma rapariga morta e toda a gente começou a dizer que a tinha morto um soldado e que esse soldado era o José Jorge. Parece que o fardamento tinha ficado sujo de sangue, o José Jorge, não conseguia explicar, ou não queria, por que tinha emprestado a farda.” “Mas se dissesse que a tinha emprestado, salvava a vida”, diz o viajante, que se gaba de espírito lógico. Respondeu o coveiro: “Isso não sei. Só sei o que me contaram, é uma história do meu avô, e do avô dele. Calou-se o José Jorge, o amigo não se apresentou, ruim amigo era, e o José Jorge foi enforcado e depois enterrado naquele sítio. Aqui há muitos anos quiseram levantar a tampa, mas deram com o corpo em perfeito estado, tornaram a tapar, e nunca mais se lhe mexeu.” Perguntou o viajante: “E quem é que lhe vai pintando aquelas letras tão bem-feitinhas?” “Isso sou eu”, respondeu o coveiro.

José Saramago, *Viagem a Portugal*

A história é algo triste, mas pode ter algum aproveitamento educativo, no âmbito do estudo da história local: a fidelidade a um amigo, mesmo perante a sua traição, a desumanidade que caracteriza a pena de morte e a irreversibilidade da condenação de um inocente. Terá sido, por certo, a condenação deste e de outros

²⁸⁹ SARAMAGO, José (1995), *Viagem a Portugal*, Editorial Caminho, O Campo da Palavra, Lisboa, pp. 33-34.

inocentes que despoletou todo um debate na sociedade portuguesa sobre este tema que conduziu à abolição da pena de morte em Portugal, em 1852 para os crimes políticos e em 1867 para os crimes civis.

3. 9. Zamora cidade

A cidade traz consigo um passado histórico romano, do qual não chegaram até nós muitos vestígios, “tan solo una lápida con inscripción que hoy se halla incrustada en la fachada principal del viejo consistorio y que fue hallada en 1.504”²⁹⁰. Dessa época, a memória colectiva e a tradição dão conta do herói zamorano Viriato, mais do que qualquer documento histórico, cujo “supuesto nacimiento en Zamora está poco o nada probado”²⁹¹. A memória do herói e das suas vitórias sobre os Romanos encontra-se reflectida na bandeira da cidade: “Quando Viriato alcançou a primeira das suas grandes vitórias, colocou numa lança a faixa vermelha que tomara ao inimigo, fazendo deste pequeno troféu a sua insígnia”²⁹². Ao todo são oito faixas vermelhas, mais uma de cor verde; esta foi concedida pelos Reis Católicos “por terem sido os terços zamoranos os que venceram os Portugueses e os seus aliados na célebre batalha de Toro”²⁹³. Para além do Tratado de Zamora, em 1143, este é mais um facto histórico que liga a cidade a Portugal, facto que é da maior importância para Espanha: “La batalla de Toro (1476) es el punto de partida de la unidad política de España [...]. La derrota de los portugueses trajo consigo una unión dinástica entre Castilla y Aragón que sin lugar a dudas forjó el futuro estado español”²⁹⁴. Assim, Zamora foi o palco de dois acontecimentos fundamentais para os dois estados ibéricos: o Tratado de Zamora, para a independência de Portugal, e a batalha de Toro, para a união política de Espanha.

A cidade de Zamora terá consolidado a sua importância estratégica no período da Reconquista, com a concessão de um “fuero extenso municipal característico de las zonas de repoblación antigua en las que el rey confirma el Derecho de la tierra”²⁹⁵; o *fuero* foi confirmado por Alfonso IX em 1208; era constituído por “las normas por las que se regia el Consejo de Zamora durante los siglos XII y XIII”²⁹⁶. Ao referir “confirmar”, Pilar Carrasco encontra um *fuero* anterior “que debió de ser Fernando I (1037-1065), preocupado de la repoblación y reconstrucción de la ciudad, asolada tras

²⁹⁰ *Historia de la ciudad*, in sítio da internet dedicado à História da cidade de Zamora: www.ayto-zamora.org, em 27-10-2009.

²⁹¹ ALBA, *Op. Cit.*: 16.

²⁹² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37, p. 201.

²⁹³ *Ibidem*.

²⁹⁴ ALBA, *Op. Cit.*: 17.

²⁹⁵ CARRASCO CANTOS, Pilar (1987), *Fuero de Zamora – Estudio Lingüístico*, Universidad de Málaga, Universidad de Salamanca e Colegio Universitario de Zamora, p. 27.

²⁹⁶ *Idem*: 28.

las campañas de Almanzor, quien otorga fueros y privilegios a Zamora”²⁹⁷. Tanto a existencia do *Consejo* como dos *fueros* denunciam uma certa autonomía do povo perante os nobres, que certamente interessava aos reis.

El motim de la trucha confirma o exposto. Trata-se de um facto que uma referência especial na história da cidade de Zamora e que pode ser apresentado aos alunos como um acto de luta pela liberdade e igualdade do povo, face aos abusos de poder perpetrados pela classe dos nobres. O episódio é descrito por Miguel Fernández de Prada, que passamos a transcrever.

El motín de la trucha²⁹⁸

El despensero de un noble llamado don Gómez Álvarez de Vizcaya quiso abusar del privilegio que tenían los nobles de comprar en el mercado antes que la plebe. Cuando un zapatero ya había cerrado el trato con el mercader, el despensero del noble intenta llevarse la trucha. Se formó un gran alboroto pero el despensero no lo consiguió. El noble amenazó con hacer ahorcar al zapatero y lo hizo prender. El pueblo entero salió en su defensa y, cuando los nobles están reunidos en el templo de ‘Santa María la Nueva’ para deliberar, la plebe cerró por fuera las puertas y prendió fuego al templo, cuya techumbre de madera ardió y se desplomó, muriendo dentro los nobles.

Perdonó el rey a los vecinos de Zamora, que para huir del castigo de los nobles iban a camino de Portugal con todos sus enseres con el fin de repoblar allí. El rey les impone sólo la reconstrucción del templo a su costa y que obtengan la absolución del Papa. De la otra parte anuló las concesiones y señoríos concedidos a don Ponce, a su yerno don Vela y a otros personajes, los cuales ofendidos, “se extrañan del reino de León para darse por vasallos del rey don Sancho III, rey de Castilla y hermano de Fernando II. La cosa tuvo arreglo, regresando los nobles y Fernando II les restituye sus tierras bien ganadas en las campañas contra los árabes.

Este facto da história local de Zamora, parecendo, à primeira vista, sem qualquer relevância, “a la luz de las últimas reflexiones historiográficas se nos presenta como un conflicto de alto contenido social y un exponente de la problemática existente

²⁹⁷ *Ibidem.*

²⁹⁸ FERNÁNDEZ DE PRADA, Miguel (1998), *El Real Monasterio de San Martín de Castañeda*, Ed. San Pablo, Madrid, p. 192.

en una sociedad como la feudal plena de contradicciones y larvadas tensiones”²⁹⁹. Uma verdadeira lição de luta pela dignidade do povo que a história de Zamora concede, plena de actualidade.

Outros factos podem ser referidos na história local da cidade: os senhorios medievais, o desenvolvimento da indústria têxtil (tal como a de Bragança, a partir do século XVI), os mosteiros (Morerueta, Tábara, San Martín de Castañeda...), os condes de Benavente (com ligação à história de Bragança), entre outros.

3. 10. Zamora e Bragança – cidades irmanadas

Em 22 de Junho de 1984, foi formalizada a geminação entre Bragança e Zamora. Foi o primeiro passo para o desenvolvimento das relações de cooperação entre as duas cidades, nos mais diversos domínios de actividades: na cultura, na educação, no desporto, na ocupação dos tempos livres para idosos, no relacionamento comercial, etc.

O Acordo de Geminação previa a o desenvolvimento de projectos comuns às duas cidades e regiões, nomeadamente através da apresentação de candidaturas aos programas europeus (anexo 5. História local e regional).

Assim, a 19 de Janeiro de 2000, foi assinado em Bragança o Acordo Constitutivo da Comunidade de Trabalho Região Norte de Portugal/Castilla y León, à qual pertencem as duas cidades geminadas. “Esta comunidade pretende oferecer um enquadramento mais adequado à crescente cooperação entre entidades do Norte de Portugal e de Castela e Leão, em áreas de relevo como as infra-estruturas de comunicação, universidades, ambiente e parques naturais, cultura, dinamização económica e, em especial, o relacionamento das autoridades locais e municipais próximas da fronteira”³⁰⁰.

A Comunidade de Trabalho Bragança-Zamora foi criada em Zamora, no dia 12 de Setembro de 2000. Trata-se de uma associação de carácter transfronteiriço que integra todos os municípios que se situam junto à raia; de Espanha: Diputación Provincial de Zamora, e *ayuntamientos* de Zamora, Pedralba de la Pradería, Puebla de Sanabria, Alcañices e Fermoselle; de Portugal: câmaras municipais de Bragança, Miranda do Douro, Mogadouro, Vimioso e Vinhais. “A comunidade tem por objecto a promoção do desenvolvimento sustentado e harmonioso do seu âmbito territorial através do estabelecimento de uma dinâmica de cooperação... com o objectivo de

²⁹⁹ ALBA, *Op. Cit.*: 16.

³⁰⁰ Boletim Municipal de Bragança, (Junho de 2000), nº 7, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 21.

solucionar problemas comuns através de soluções comuns aos dois países”³⁰¹. Assim, logo na reunião do ano seguinte, foram discutidos e aprovados vários “projectos transfronteiriços a candidatar ao Programa *Interreg III A*”³⁰². Eram projectos de temas diversos: estradas, educação, património arquitectónico, histórico e cultural, museus temáticos (“Rede de Museus Multifuncionais Transfronteiriços”) e um projecto de cooperação transfronteiriça denominado “*Viasaugustas*”, cuja finalidade era a valorização, promoção e conservação das antigas vias romanas – Astorga – Braga.

Outras acções desenvolvidas no âmbito da Comunidade de Trabalho:

- Seminário internacional - *O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, 21 e 22 de Junho de 2004, em Bragança; a segunda edição realizou-se nos dias 23 e 24 de Novembro de 2006;
- Feira de Cooperação Empresarial Luso-Espanhola, 20 e 21 de Agosto; a 1ª edição decorreu em Zamora e a 2ª em Bragança;
- Encontros de jogos populares de ambas as regiões, realizados em Bragança e Zamora;
- Encontro de Vizinhos, para um grupo de jubilados de Zamora, a 20 de Maio de 2006, em Bragança;
- Encontro Transfronteiriço de Magistrados, organizado pelo Conselho Superior da Magistratura (Portugal) e pelo Consejo General del Poder Judicial (Espanha), a 25 e 26 de Outubro, em Bragança.

No dia 10 de Março de 2008, em Zamora, foi aprovada a proposta de convénio e os estatutos para a criação do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial, tendo como missão “facilitar e promover a cooperação transfronteiriça, a cooperação transnacional e a cooperação inter-regional entre os seus membros, exclusivamente no intuito de reforçar a coesão económica e social no território da União Europeia”, bem como “a execução de projectos ou acções de cooperação territorial co-financiadas pela União Europeia”³⁰³.

Todas estas acções, projectos e associações, entre outras, mostram e reforçam a ligação histórica entre a região de Bragança e de Zamora e constituem um exemplo a seguir na cooperação entre duas regiões fronteiriças.

³⁰¹ Boletim Municipal de Bragança, (Junho de 2001), nº 8, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 25.

³⁰² Boletim Municipal de Bragança, (Dezembro 2002), nº 10, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 55.

³⁰³ Boletim Municipal de Bragança (Junho 2008), nº 21, edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 61.

3. 11. A Fundação Rei Afonso Henriques

A Fundação Hispano-Portuguesa Rei Afonso Henriques, com sede em Zamora, é uma instituição privada com participação pública. Criada em 7 de Fevereiro de 1994, foi reconhecida com o Alto Patrocínio do Presidente da República de Portugal, a 25 de Julho de 1995; foi ainda reconhecida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, a 4 de Fevereiro de 1999.

Tem como metas e objectivos: “contribuir para o bem-estar das pessoas em toda a Bacia Hidrográfica do Douro, bem como aprofundar as relações culturais, sociais e económicas entre o Norte de Portugal e a Comunidade de Castela e Leão. Para isso, irão desenvolver-se uma série de iniciativas e projectos que terão como objectivo permeabilizar o espaço fronteiriço e aproximar, mediante o conhecimento mútuo, as realidades das zonas geográficas mencionadas”³⁰⁴.

Como âmbito de actuação, “la Fundación Rei Afonso Henriques desarrolla sus actividades en el ámbito de los países que integran la Unión Europea e Iberoamérica, con especial y singular incidencia en la República de Portugal y en el Estado Español y muy especialmente en la Comunidad Autónoma de Castilla y León y el Norte de Portugal. La Cuenca del Duero y los territorios transfronterizos de ambos países, sobre todo aquellos vinculados a Zamora y Trás-os-Montes y Alto Douro, constituyen el área geográfica de principal intervención”³⁰⁵.

Ao longo dos 15 anos da sua existência, tem desenvolvido um leque diversificado de actividades, de âmbito transfronteiriço, nos domínios da cultura, educação, agricultura, turismo, história, arqueologia, arquitectura, economia, política..., bem como a publicação de obras sobre os temas das actividades referidas.

Em Junho do corrente ano foi inaugurada a sede portuguesa da Fundação, em Bragança, tendo já dado início às suas actividades.

Mais uma vez, as cidades irmãs de Bragança e Zamora se uniram para a criação de uma instituição que visa a aproximação, o conhecimento e o desenvolvimento das relações entre os dois países ibéricos.

³⁰⁴ Sítio da Fundação: www.frah.es/pt/, em 15-10-2009.

³⁰⁵ Brochura informativa de la Fundación Rei Afonso Henriques.

4. O conhecimento das línguas vizinhas às duas regiões

O último capítulo deste trabalho incidirá sobre o tema do conhecimento que os alunos de Zamora possuem acerca da língua portuguesa e o que os alunos de Bragança detêm acerca da língua espanhola.

Desde logo, convém deixar claro que, após uma procura bibliográfica exaustiva, não foi encontrada nenhuma obra nem nenhum trabalho de investigação que tivesse abordado o assunto que é o objecto deste capítulo. Assim sendo, tratar-se-á de um tema inédito que alguma vez foi objecto ou tenha feito parte de uma investigação científica. É esta a nossa convicção que, a comprovar-se, confere a este trabalho um interesse acrescido e traz uma mais-valia apreciável para o ensino das Ciências Sociais e Humanas e das matérias escolares com elas relacionadas, sobretudo as línguas estrangeiras, em regiões fronteiriças como são a província de Zamora e o distrito de Bragança.

Antes de mais, será necessário fazer um ponto da situação sobre a realidade do ensino do Espanhol no conjunto das escolas inquiridas do distrito de Bragança, já que, segundo fontes contactadas nos diferentes locais, o ensino do Português não se administra nos centros educativos inquiridos na província de Zamora. Estes dados poderão ajudar a compreender os resultados que os alunos mostraram relativamente à questão do conhecimento das línguas, que serão apresentados e analisados no respectivo capítulo.

A panorâmica que se pode apresentar sobre o ensino da língua espanhola nas escolas do distrito de Bragança (somente aquelas onde foi aplicado o questionário) é o seguinte:

1. A disciplina de Espanhol, como segunda língua estrangeira, aparece nos currículos do 3º ciclo do Ensino Básico (correspondente aos primeiro, segundo e terceiro cursos de ESO, em Espanha); as escolas que dispuserem de recursos humanos (professores legalmente habilitados) oferecem aos alunos essa opção, a par do Francês e do Alemão.
2. A realidade encontrada nas escolas da região diz-nos que algumas têm conseguido encontrar os competentes professores e, dessa forma, dar resposta à procura por parte dos alunos; contudo, outras não têm conseguido solucionar o problema da falta de docentes legalmente

qualificados e, por isso, a possibilidade de escolha da segunda língua estrangeira tem-se restringido ao Francês e, em algumas escolas, também ao Alemão.

3. Pelo conhecimento obtido no exercício da minha actividade de docente e pelos contactos estabelecidos com as escolas para este efeito, constata-se uma procura cada vez maior do Espanhol, por parte dos alunos, desde há meia dúzia de anos, tendo os órgãos directivos das escolas sido obrigados a um esforço maior na contratação de docentes para esta disciplina. Como consequência, a procura do ensino do Francês tem vindo a diminuir consideravelmente.

Das escolas que aplicaram o questionário, a primeira oferecer aos alunos o ensino da língua espanhola, no 3º ciclo do Ensino Básico, foi a Paulo Quintela de Bragança, no ano lectivo de 2004-2005. Em 2007-08, foram a Escola Secundária Miguel Torga de Bragança e a Secundária de Macedo de Cavaleiros que iniciaram o ensino desta disciplina.

Na escola Paulo Quintela de Bragança os alunos e os pais receberam bem esta oferta: mais de meia centena deles se matricularam, tendo concluído o 9º ano com esta opção para a segunda língua estrangeira. No corrente ano, o quadro, constituído pelo número de turmas e de alunos e os respectivos anos de escolaridade, é o seguinte:

Quadro nº 3

O ensino do Espanhol na escola Paulo Quintela de Bragança

Anos de escolaridade	Nº turmas com Espanhol	Nº de alunos
7º ano (1º E.S.O.)	4 turmas	87
8º ano (2º E.S.O.)	4 turmas	82
9º ano (3º E.S.O.)	3 turmas	49
Total	3 anos de escolaridade	218

Na Escola Secundária Miguel Torga de Bragança, o quadro referente ao corrente ano lectivo é o seguinte:

Quadro nº 4

O ensino do Espanhol na escola Miguel Torga de Bragança

Anos de escolaridade	Nº turmas com Espanhol	Nº de alunos
7º ano (1º E.S.O.)	3 turmas incompletas	28
8º ano (2º E.S.O.)	2 turmas incompletas	15
9º ano (3º E.S.O.)	2 turmas incompletas	16
Total	3 anos de escolaridade	59

Nesta escola, além do 3º ciclo do Ensino Básico, o Espanhol é ensinado no Ensino Secundário (10º e 11º anos de escolaridade), num total de 8 turmas incompletas e de 49 alunos. Dado que os alunos estão dispersos por outras turmas, para as restantes disciplinas, agrupam-se apenas para receberem as lições de Espanhol; desta maneira, um só professor é suficiente para a regência desta cadeira.

Como ficou referido, a escola de Macedo de Cavaleiros iniciou o ensino do Espanhol há três anos. No corrente ano lectivo, são 130 os alunos que frequentam esta disciplina, leccionados por dois professores, habilitados com a adequada licenciatura.

Quadro nº 5

O ensino do Espanhol na escola de Macedo de Cavaleiros

Anos de escolaridade	Nº turmas com Espanhol	Nº de alunos
7º ano (1º E.S.O.)	3 turmas	53
8º ano (2º E.S.O.)	2 turmas	31
9º ano (3º E.S.O.)	4 turmas incompletas	46
Total	3 anos de escolaridade	130

O panorama do ensino da língua espanhola nas escolas em que o questionário foi aplicado é, actualmente, mais vasto, segundo as mesmas fontes. Foi já introduzido na escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Secundário de Vinhais; contudo, isto deu-se numa data posterior à aplicação do questionário, pelo que estes elementos não tidos em conta na investigação; segundo informação obtida junto dos órgãos

directivos, está em vias de ser oferecido aos alunos da Escola do Ensino Básico e Secundário de Mogadouro, o que deverá acontecer já no próximo ano lectivo; tal não foi ainda possível por falta de um docente devidamente habilitado.

O ensino desta língua nas escolas de Bragança é bastante recente; contudo, o acolhimento que os pais e os alunos lhe têm demonstrado é excelente, ultrapassando mesmo as expectativas inicialmente previstas pelos órgãos directivos que tomaram a iniciativa a fim de darem resposta às solicitações manifestadas pela sociedade. Estas têm vindo a aumentar de ano para ano, exigindo, por isso, a contratação de cada vez mais professores; é cada vez maior o número de alunos inscritos e o ensino do Francês, como segunda língua estrangeira tradicionalmente adoptada, vem perdendo cada vez mais importância no currículo escolar do Ensino Básico e Secundário.

Contudo, o mesmo tratamento não é dado, há que afirmá-lo, à língua portuguesa nos centros educativos da província de Zamora. Em nenhuma escola se ensina, dentro do currículo normal. Existe, é verdade, este ensino para adultos que voluntariamente se dispõem a aprender esta língua, quer seja por necessidade de estabelecerem algum tipo de contacto com Portugal, quer simplesmente pelo gosto que sentem em ler, falar e escrever este idioma tão próximo e, ao mesmo tempo, tão distante. São várias as instituições que oferecem cursos permanentes ou temporários de Português: a Fundação Rei Afonso Henriques, a Associação dos Amigos de Portugal em Zamora, a Coordenação da Educação de Adultos ou do Ensino Recorrente.

Voltando ao ensino em Portugal, a procura crescente do ensino da língua espanhola, levou o Ministério de Educação, através de uma portaria publicada em 11 de Março de 2009, a lançar “medidas excepcionais destinadas a suprir a carência de pessoal docente com habilitação profissional legalmente exigida para o grupo de recrutamento de Espanhol e necessárias à execução do processo de ensino-aprendizagem”³⁰⁶ desta língua. Estas medidas excepcionais e, portanto, transitórias, consistem em alargar as habilitações, no concurso de pessoal docente do presente ano, “aos docentes com formação profissional na língua materna ou noutra língua estrangeira”, desde que se encontrem numa das seguintes situações: que sejam portadores do diploma de Espanhol como língua estrangeira (DELE), outorgado pelo Instituto Cervantes, correspondente ao nível C2 (Superior) do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, ou que possuam a variante de Espanhol na componente científica da sua formação. Desta forma se espera o aumento de professores habilitados para esta disciplina, de maneira a que todas as escolas que desejem oferecer o seu ensino o possam fazer já no próximo ano lectivo (anexo 6. O ensino da língua espanhola em Portugal).

³⁰⁶ Portaria nº 303/2009, de 23 de Março, do Ministério da Educação.

De facto, o Instituto Cervantes confere Diplomas de Espanhol como Língua Estrangeira como “títulos oficiales, acreditativos del grado de competencia y dominio del idioma español, en nombre del Ministerio de Educación de España”, sendo que o DELE de nível C2 (Superior) “acredita la competencia lingüística necesaria para desenvolverse en situaciones que requieran un uso elevado de la lengua y un conocimiento de los hábitos culturales que a través de ella se manifiestan”³⁰⁷. Assim, os docentes portugueses portadores deste diploma possuem um conhecimento que lhes permite enfrentar uma situação “de uso elevado de la lengua”, como é o caso do ensino nas escolas públicas.

O ensino e a aprendizagem de uma língua estrangeira desempenham um papel fulcral para o conhecimento dos povos que a possuem como língua materna. Uma correcta metodologia das línguas desenvolve nos alunos as formas de comunicação oral e escrita, a compreensão e a expressão, em conformidade com as regras do seu código linguístico; contudo, não se deve limitar a estes parâmetros, podendo ser mais ambiciosa e avançar para a abordagem e aprofundamento da cultura destes povos, das actividades predominantes, da organização social, das instituições e seu funcionamento, enfim, do seu modo de ser e estar. A aprendizagem da língua pode e deve proporcionar estas abordagens; será com base nelas que a metodologia se deverá desenvolver. Assim, o conhecimento da língua dará um contributo essencial para a aproximação dos povos e para o tão desejado multiculturalismo.

A proximidade física, cultural e afectiva das duas regiões ibéricas, de Bragança e Zamora, e a abolição das fronteiras estão a viabilizar já e paulatinamente a aproximação dos seus povos e o estabelecimento de contactos. Deles resulta que, pelo menos, seja normal e frequente ouvir e compreender os cidadãos falantes da língua vizinha. Para as crianças e os jovens, não deixa de ser motivante o contacto com pessoas falantes de outra língua; a sua perspicácia e curiosidade levam-nos a prestarem atenção às palavras e expressões idiomáticas que, naturalmente, vão ouvindo e a procurarem saber o seu significado. Por isso, julgo tratar-se de um tema de investigação necessário e oportuno.

³⁰⁷ Sítio do Instituto Cervantes: <http://diplomas.cervantes.es>, em 14-10-2009.

Capítulo III. PERGUNTAS, OBJECTIVOS E HIPÓTESES DA INVESTIGAÇÃO

1. Perguntas da investigação

Como ficou demonstrado no capítulo anterior, a província de Zamora e o distrito de Bragança mantêm entre si alguns traços fortes de uma cultura comum. A sua permanência através de um longo período de quase nove séculos de separação política, denuncia uma origem comum muito anterior ao período desta divisão dos dois povos, a época medieval. Esta identidade cultural terá, portanto, os seus fundamentos na Época Antiga, ao tempo em que este território foi ocupado por gentes que se identificavam como um só povo. Este seria a “gente” Zoela, que pertencia ao povo Astur, ao tempo dos Celtas e antes, portanto, da própria romanização da Península Ibérica.

Os aspectos culturais condicionantes desta investigação são as mascaradas, que ocorrem em ambas as regiões no período compreendido entre o solstício de Inverno e o Carnaval, e a prática da típica dança dos paus, os pauliteiros, assim designada em Português, ou o *paloteo*, segundo a designação em Castelhana. É certo que nem as mascaradas nem os pauliteiros são elementos culturais exclusivos desta eurrégião de Zamora-Bragança (não constituída formalmente, mas que assim a poderemos considerar); ambos os elementos existem em outras partes da Península e fora dela. Contudo, o contexto social em que se desenrolam, os ciclos festivos que os integram, as suas peculiaridades, a sua concentração numa área territorial formada por localidades e comarcas fronteiriças dos dois países vizinhos, transformam estas tradições num facto cultural e identitário, partilhado por estas populações, que merece uma atenção reflexiva e se torna merecedora de uma apurada e mais que justificada investigação.

De facto, as mascaradas ou *obisparras* zamoranas correspondem às festas dos “caretos” bragançanas, assim como as festividades dos *quintos* são as mesmas festas dos rapazes: os mesmos participantes e protagonistas (os mascarados e os jovens solteiros), os mesmos rituais (rondas, corridas, peditórios, refeições restringidas aos participantes, crítica social, representações de teatro de rua, representações das actividades agrárias fundamentais, lutas simbólicas...), os mesmos contextos festivos (Natal, Santo Estêvão, Ano Novo, Reis e Carnaval), o mesmo tipo de liderança e de organização e, globalmente, a mesma simbologia.

Caberá, portanto, colocar as perguntas que estão na origem do todo o processo de investigação.

Até que ponto a história local será suficientemente conhecida pelos alunos, tendo em conta que os currículos escolares incidem predominantemente na história nacional do respectivo país, ou na história universal, não atribuindo a devido relevo aos factos históricos locais e regionais?

Existem factos de âmbito nacional que ocorreram nestas áreas territoriais e que determinaram o curso da história, quer de um quer do outro país, e mesmo de ambos. Neste caso, será pedagogicamente vantajoso ao professor explorá-los, de forma a valorizar a localização geográfica das cidades ou vilas em que ocorreram, valorizando, ao mesmo tempo, a história local e conjunta? Julgo que, à partida, tal aproveitamento não deverá ter acontecido. Eventualmente, alguns professores terão dedicado algum tempo a estes temas, mas será que a generalidade se limita a uma abordagem de âmbito nacional?

Terão os alunos algum interesse pelo conhecimento da história da região vizinha, considerando que as questões nacionais absorvem todo o tempo (sempre escasso) de ensino e aprendizagem? Terão eles alguma noção de que existe uma história comum a ambas as regiões (anterior à formação das nacionalidades), sendo certo que está muito afastada no tempo e que os factos recentes são mais estudados e sobrepõem-se aos da dita Antiguidade comum? Poderemos nós apresentar esses factos comuns, os que pertencem aos antepassados Zoelas, como a base ancestral desta eurorregião, em termos culturais e sociais?

As diferenças entre as duas línguas, o Espanhol e o Português, ter-se-ão acentuado progressivamente, ao longo de séculos de história, a partir do referido facto histórico-político – a formação das nacionalidades. Cabe, pois, levantar a questão pertinente: que grau de conhecimento possuirão os alunos acerca da língua do país vizinho? Também é sabido que as populações raianas sempre se mantiveram em contacto, e hoje ainda com maior facilidade e frequência, sobretudo para o estabelecimento de trocas comerciais; contudo, tratando-se de contactos relativamente fugazes, serão eles suficientes para gerarem um aprofundamento razoável do conhecimento da outra língua, sobretudo dos mais jovens? Ou será que, pelo facto de bragançanos e zamoranos se expressarem cada qual na sua língua e assim conseguirem estabelecer uma comunicação pragmática, a que permite resolver os assuntos que interessam a ambas as partes, impede esse conhecimento mútuo? A língua do outro, sendo compreensível, não chega a aprofundar-se. Contudo, ao nível das crianças e jovens que ainda não passaram tanto por estas experiências como os adultos, o conhecimento chegará ao nível da compreensão escrita?

Na sequência dos factos expostos, podem colocar-se algumas questões às quais a investigação deverá dar resposta.

Assim, no tema da cultura e das tradições, torna-se necessário averiguar: qual o grau de conhecimento que os alunos possuem sobre as próprias celebrações festivas com mascarados e pauliteiros/*paloteo*? Quais as formas que permitiram obter esse conhecimento e o interesse de que as tradições se revestem para os alunos inquiridos? Torna-se também indispensável determinar o índice de alunos que conhecem as festas equivalentes no país e região vizinha e quantos a elas assistiram; em que medida tal se verifica? Que percepção crítica terão eles sobre o grau de influência das celebrações festivas na vida das comunidades em que se desenrolam? Terão eles observado as reacções e as formas de participação das pessoas ao assistirem aos actos festivos? Que opinião demonstrarão acerca da influência que as tradições exercem na vida das comunidades? A complementar esta questão, torna-se necessário verificar se os alunos detectaram o tipo de organização da festa que a tradição estabelece, ou que a situação actual determina, na sua localidade. Em que medida? Saberão eles identificar essas formas de organização tradicional?

No capítulo das danças tradicionais dos pauliteiros/*paloteo*, aos alunos que responderem que existem grupos de danças na sua terra, levanta-se a pergunta: qual a formação desse ou desses grupos e a entidade que lhes dá apoio e orientação? Quais os grupos de música tradicional que acompanham as danças, os trajes dos dançarinos, as festas e os ambientes em que participam? Tal como nas questões relacionadas com as tradições, também nas questões relativas às danças dos paus devem os alunos ser inquiridos: que importância lhes atribuem para a cultura local? Que opiniões críticas manifestam acerca da apreciação valorativa que observaram nas pessoas que pertencem às comunidades que preservam as danças?

O processo da investigação deverá ter em consideração, como é normal, os dados fornecidos pelas variáveis independentes os quais permitirão responder à pergunta genérica: que influência poderão ter as condições socioeconómicas dos alunos e o seu ambiente familiar nas questões das variáveis dependentes? São dados que nos ajudarão a fazer uma análise mais exaustiva de toda esta problemática.

2. Objectivos

“O objectivo de um estudo constitui um enunciado declarativo que quecisa as variáveis-chave, a população alvo e a orientação da investigação”³⁰⁸. Os objectivos

³⁰⁸ VAZ FREIXO, Manuel João (2009), *Metodologia Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 164.

definem e concretizam o objecto da investigação e determinam a formulação das hipóteses e variáveis contidas no estudo.

Assim, podemos enunciá-los em termos de objectivos:

1. Apurar o grau de conhecimento que os alunos possuem acerca das festividades tradicionais com máscaras e pauliteiros ou *paloteo*, existentes na sua localidade, comarca ou concelho, província ou distrito, dos rituais integrantes e das formas de aquisição desses conhecimentos;
2. Verificar, de uma forma geral, o mesmo grau de conhecimento por parte dos alunos zamoranos em relação às similares tradições da região vizinha de Bragança e vice-versa;
3. Conhecer a opinião que os alunos interiorizaram sobre o interesse das mesmas tradições para a cultura local e para a boa marcha das comunidades que as preservam;
4. Apurar o nível de conhecimento que eles revelam sobre as danças tradicionais dos pauliteiros ou *paloteo*;
5. Conhecer a opinião predominante dos alunos sobre o valor cultural que eles conferem a estas danças tradicionais e o seu sentido crítico perante as manifestações valorativas das populações locais;
6. Detectar os factos da história local que são conhecidos pelos alunos e o interesse que eles lhes despertam, no âmbito do estudo das Ciências Sociais, a História e a Geografia;
7. Determinar o grau de sensibilidade e interesse recíproco pelo estudo da história da região vizinha, nos factos que estejam relacionados com a própria região;
8. Averiguar o conhecimento recíproco que eles revelam sobre a região vizinha, do outro lado da fronteira, obtido através dos contactos pessoais efectuados;
9. Determinar o grau de conhecimento que os alunos possuem acerca do idioma escrito do país vizinho.

A inclusão das referências culturais da vida das comunidades de ambas as regiões no ensino das Ciências Sociais, a História e a Geografia, implica “el reconocimiento de los valores, de los modos de vida, de las representaciones simbólicas”³⁰⁹ destas populações; o conhecimento histórico é “indispensável na construção da identidade”³¹⁰, como também o é, sob o ponto de vista didáctico-pedagógico, o conhecimento da história local, tendo em conta “o tratamento da

³⁰⁹ CAMILLERI, Carmel (1985), *Antropología Cultural y Educación*, UNESCO, Suiza, p. 158.

³¹⁰ MANIQUE, António Pedro, e PROENÇA, Maria Cândida (1994), *Didáctica da História – Património e História Local*, Texto Editora, Lisboa, p. 24.

memória longa das populações, o estudo da memória colectiva dos diferentes grupos de pertença³¹¹; por outro lado, parece-me extremamente motivadora para os alunos dos 5º e 6º cursos de Educación Primária e dos 1º, 2º e 3º cursos de Educación Secundaria Obligatoria (Sistema Educativo de Espanha) e seus correspondentes níveis de ensino em Portugal, os 2º e 3º ciclos do Ensino Básico: “uma história local que visa tirar partido das novas metodologias, utilizando novas fontes quantitativas ou qualitativas e cujos temas poderão ter um aproveitamento didáctico motivador e estimulante³¹². Por um lado, pode despertar o interesse para o estudo do meio envolvente mais próximo para, de seguida, partir para a abordagem dos restantes conteúdos curriculares; na verdade, só se pode obter uma visão universal partindo do conhecimento do meio local. Por outro, a valorização da cultura e da história que são suas vai reforçar a sua auto-estima e a afirmação da identidade cultural dos alunos e das comunidades de que são oriundos e a que pertencem. Nesse sentido, a investigação deverá incidir no conhecimento das tradições etnográficas das mascaradas e dos pauliteiros/*paloteo*, na importância de que elas se revestem para a escola e para a comunidade, “no conhecimento dos modos de vida, pensamento e história da região em que a escola está inserida³¹³ e no conhecimento mútuo das línguas dos dois países.

Por outra parte, parece-me de extrema importância o contributo da História e da Cultura local para o ensino das Ciências Sociais; são “valores essenciais a um crescimento harmonioso³¹⁴ e a uma educação integral “intrinsecamente cultural e situada³¹⁵ dos cidadãos. A educação é mais do que uma ciência; é sobretudo uma prática; o saber académico e o saber educativo devem andar de mãos dadas: “ambos saberes se pueden organizar siempre en una estructura disciplinar, en un programa, o en un curriculum³¹⁶. Assim, uma educação cultural, aquela que forma pessoas humanas e não robôs, integrará “el saber científico referencial y el saber científico educativo³¹⁷. Estudar os elementos culturais dos povos significa aprofundar o conhecimento do meio em que as escolas actuam; significa igualmente colocar estas referências à disposição dos agentes educativos para que possam viabilizar a educação de pessoas “sábias”, na acepção clássica do termo, de que fala o Professor Isidoro González Gallego. Assim, torna-se de todo conveniente integrar “el patrimonio cultural

³¹¹ *Ibidem*.

³¹² PROENÇA, *Op. Cit.*: 139.

³¹³ DUARTE, Ana (1993), *Educação Patrimonial – Guia para Professores, Educadores e Monitores de Museus e Tempos Livres*, Texto Editora, Lisboa, p. 14.

³¹⁴ *Ibidem*.

³¹⁵ PATRÍCIO, Manuel (1995), *Educação e meios rurais*, in *Educação e Meios Rurais, Problemas e Caminhos do Desenvolvimento – Actas do Seminário*, Conselho Nacional de Educação, realizado em Évora em 19 de Junho de 1995, Ministério da Educação, Lisboa, p. 45.

³¹⁶ GONZÁLEZ GALLEGO, Isidoro (2002), *El conocimiento geográfico e histórico educativos: la construcción de un saber científico*, in *La Geografía y la Historia, Elementos del Medio*, Instituto Superior de Formación del Profesorado, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Madrid, p. 84.

³¹⁷ *Idem*: 82.

en el campo de la enseñanza, sobre todo después de entender que el entorno cultural que rodea al niño es quizás su mejor fuente de desarrollo socio-económico”³¹⁸ e, porventura, educativo. O desconhecimento da história de uma região condiciona a prática lectiva do professor que pretende orientar os alunos para o seu estudo; “a investigação é, regra geral, o único caminho a percorrer pelos docentes que desejem conhecer melhor o meio envolvente da escola”³¹⁹. O presente trabalho servirá de apoio a essa investigação e a esse conhecimento.

Assim, pretende-se levar a efeito esta investigação, partindo das seguintes hipóteses de trabalho.

3. Hipóteses

3.1. Hipótese 1. Justificação

A celebração dos rituais das mascaradas, que acontece no ciclo do Inverno, tanto na província de Zamora como no distrito de Bragança, constitui um momento essencial e necessário para a boa marcha da vida das comunidades rurais que as preservam; a partir da instauração da democracia (um facto histórico quase simultâneo na Espanha e em Portugal) têm vindo a ganhar uma dinâmica cada vez mais envolvente por parte das populações, o que me permite inferir que estas têm vindo, progressivamente, a tomar consciência do seu valor cultural. Estas populações, impulsionadas pelas respectivas autoridades locais e municipais, pelas associações culturais que recentemente se têm vindo a criar e pelos grandes meios de comunicação social, de difusão regional e nacional, estão valorizando cada vez mais o seu património imaterial; por outro lado, os competentes organismos estatais têm vindo ao encontro das aspirações destas populações. Refira-se, a título de exemplo, a declaração de “festa de interesse turístico regional ou nacional” que algumas destas celebrações já beneficiaram. Outro exemplo é a recuperação, por iniciativa das autoridades municipais, de festas que há alguns anos haviam deixado de se realizar e que, actualmente, se encontram numa fase de plena afirmação e pujança. Esta revitalização contou também com o contributo que os etnólogos, os antropólogos e os professores têm prestado, ao efectuarem estudos de campo que vieram a ser publicados em livros, artigos de revistas da especialidade, conferências, congressos e em documentários audiovisuais.

Também as escolas têm vindo a despertar para o valor formativo das tradições e, em casos pontuais, a desenvolver iniciativas e projectos integradores dos rituais com

³¹⁸ BUESA CONDE, Domingo J. (2001), *Patrimonio cultural y ciencias sociales. Aspectos didáctico-prácticos para la enseñanza secundaria*, in *Educación Abierta 156 – Aspectos Didácticos de Ciencias Sociales*, Universidad de Zaragoza, p. 173.

³¹⁹ MANIQUE e PROENÇA, *Op. Cit.*: 5.

máscaras no processo educativo dos seus alunos. Contudo, não se trata do necessário trabalho sistemático, seguido por todos os estabelecimentos de ensino que envolvem alunos oriundos das localidades que mantêm as tradições.

O aproveitamento didáctico do património imaterial, que estas tradições encerram, exige que também os professores tomem consciência do seu valor, como “una fuente básica del conocimiento sociohistórico y recurso clave básica para la comprensión de procesos sociales que requieran un alto nivel de abstracción”³²⁰; os dados que os alunos fornecerem vão permitir determinar, ainda que seja de um modo implícito, o grau de inclusão destes conteúdos nos projectos educativos das escolas abrangidas pela investigação. É desejável que esta inclusão se verifique, como linha orientadora de certas actividades educativas, sobretudo nas Ciências Sociais, com a “transposición didáctica de los contenidos patrimoniales desde su integración en la práctica educativa”³²¹, que contribua para a aproximação da escola ao meio envolvente. Contudo, existem obstáculos institucionais: “la identificación de los profesores con las disciplinas que imparten, y no con la tarea didáctica propiamente dicha, ofrece una realidad que obstaculiza, cuando no impide completamente, la transmisión de contenidos patrimoniales”³²². Assim sendo, caberá aos professores e à escola desenvolver uma acção tendente a vencer este obscáculo através da valorização de toda a riqueza deste património.

O conhecimento que os alunos possuem apresenta-se, conseqüentemente, reduzido e parece limitar-se às tradições que se passam na sua própria localidade ou, quando muito, na sua comarca ou concelho; desconhece-se praticamente tudo o que se passa no outro lado da fronteira. Estamos, pois, em condições de formular a primeira hipótese.

Hipótese: ***As tradições das mascaradas, sendo comuns às áreas geográficas de Zamora e Bragança, são insuficientemente valorizadas pelas escolas e não são mutuamente conhecidas pelos dois conjuntos de alunos.***

³²⁰ CUENCA LÓPEZ, José Maria (2003), *Análisis de concepciones sobre la enseñanza del patrimonio en la educación obligatoria*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de Investigación*, nº 2, Marzo de 2003, Universitat de Barcelona, p. 37.

³²¹ *Ibidem*.

³²² FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor (2003), *Escenarios para el aprendizaje del patrimonio*, in *El Patrimonio y la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca, pp. 287-288.

3.2. Hipótese 2. Justificação

A dança dos paus, pauliteiros e *paloteo*, subsiste nas zonas fronteiriças de Miranda do Douro e de Zamora e tem vindo a ganhar cada vez mais adeptos, com a formação recente de vários grupos de dança, se bem que, em algumas localidades da província de Zamora, tenham desaparecido. A hipótese que coloco é que, por um lado, existem grandes semelhanças entre o *modus faciendi* das danças dos paus de um e do outro lado da fronteira, nomeadamente, o número de bailarinos que formam os grupos, os passos que as integram, as melodias, os músicos e os instrumentos que as acompanham, os trajes tradicionais e os adereços. Por outro lado, os contextos festivos em que, por tradição, as danças estão integradas, são idênticos, bem como o acolhimento que delas se faz nos rituais religiosos, quer por parte da hierarquia da Igreja, quer por parte das populações. A participação dos grupos de pauliteiros em eventos culturais e festivos exógenos será também idêntica e, por conseguinte, também a sua divulgação no exterior nacional.

Salvo algumas iniciativas muito localizadas, as danças dos paus encontram-se pedagogicamente pouco rentabilizadas pelas escolas. Actualmente, existem no concelho de Miranda do Douro alguns grupos infantis de pauliteiros, criados com fins de treinamento dos mais pequenos, mas nem sempre são escolares; recentemente, foi formado o grupo infantil de paloteo de Tábara que surgiu por iniciativa da direcção do grupo de seniores e não da escola.

Os alunos dos concelhos ou comarcas desprovidos destas danças apenas sabem que elas existem pela visualização que tiveram através dos meios de comunicação (televisão) mas desconhecem por completo os seus elementos constituintes; pelo contrário, os alunos oriundos das localidades com grupos de danças conhecem-nas detalhadamente, sendo que alguns participam nelas.

Hipótese: ***As danças dos pauliteiros ou paloteo, são muito idênticas nas zonas fronteiriças de Zamora e Miranda do Douro e desenvolvem-se quase sempre à margem da escola.***

3.3. Hipótese 3. Justificação

Como corolário das duas hipóteses anteriores, a presente envolve o problema didáctico-pedagógico. Em nenhum dos sistemas educativos se contempla directamente o aproveitamento educativo das tradições locais, mas também nenhum deles o impede. Em geral, os currícula das Ciências Sociais contemplam apenas conteúdos globais, desprezando as culturais regionais. A cultura dominante no ensino é a que corresponde à visão global do país e nos programas e nos manuais escolares poucas vezes aparecem referências à cultura popular de uma determinada região.

Atidos a estes condicionalismos, os docentes pouca atenção prestam à realidade cultural do meio em que as escolas estão inseridas. Acresce ainda que, no caso de não serem oriundos desse meio, os próprios professores desconhecem essa realidade, tornando-se, assim, de todo impossível o recurso a este valioso instrumento educativo. O estudo das culturas locais e regionais pode, pois, fornecer subsídios importantes para que se possa lançar a ponte entre o global e o local, entre o passado e o presente, por meio de uma investigação cuidadosa que forneça aos agentes do ensino os elementos de que, para o efeito, necessitam.

A referência ao desconhecimento dos elementos da cultura local, que são objecto desta investigação – as mascaradas e as danças dos paus, não pretende culpabilizar os docentes. Pode acontecer simplesmente porque, na maior parte dos casos, a celebração dessas festividades ocorre em períodos de interrupção das actividades lectivas (o ciclo dos doze dias, entre o Natal e os Reis, o Carnaval, a Semana Santa e o Verão) ou aos fins-de-semana, períodos em que os docentes, não sendo naturais dessas localidades, se ausentam da escola.

A escola implica a construção de vários saberes. Contudo, é minha convicção que alguns desses saberes, como é o caso das culturas locais, têm estado arredados da escola, apesar da importância e significado que elas representam para as populações e as comunidades que as vivem e fazem questão de preservar. No espaço territorial e nas celebrações que são objecto desta investigação, esta preservação ocorre desde há séculos e milénios, se considerarmos que a sua origem reside nos povos que na Antiguidade habitaram a Península Ibérica. Isto constitui um facto digno da maior relevância histórico-cultural e que contribui, mais do que qualquer outro factor, para a afirmação da identidade de ambos os povos fronteiriços.

Hipótese: ***Estas tradições etnográficas, por não estarem previstas nos currículos escolares, não são devidamente aproveitadas sob o ponto de vista pedagógico.***

3.4. Hipótese 4.1. Justificação

Uma outra hipótese que se me oferece apresentar é referente ao conhecimento que os alunos possuem das tradições em estudo. Julgo vir a encontrar no terreno situações diferentes relativas ao seu conhecimento, consoante se trate das celebrações das mascaradas ou das danças dos paus.

4.1. Os alunos naturais e residentes nas localidades onde os rituais das mascaradas se realizam regular e ciclicamente, isto é, onde elas nunca sofreram qualquer interrupção temporária, conhecem bem e valorizam essas tradições,

apreciam-nas positivamente e gostam de participar nelas, na medida em que tal lhes for possível. Esta participação varia de umas para outras terras, de uns para outros rituais, de uns para outros momentos da festa, estando estabelecida pela própria tradição local.

4.2. Neste caso, os alunos adquiriram conhecimento destas práticas tradicionais desde muito cedo, porque a elas assistiram e, à sua maneira, nelas se foram embrenhando. A participação formal, por via de regra, só se verifica no período da adolescência e da juventude, até porque as próprias mascaradas funcionam, em princípio, como ritos informais de iniciação ou de passagem.

4.3. Ao contrário, os alunos nunca assistiram às celebrações desta natureza existentes no resto da província ou distrito, ainda que se desenrolem em localidades vizinhas ou próximas. Quando muito, podem ter delas conhecimento através de algum tipo de reportagem televisiva ou por delas terem ouvido falar a colegas da mesma escola ou a professores que sejam oriundos desse concelho ou comarca. Este desconhecimento *in situ* deve-se ao facto de algumas das festividades se realizarem no mesmo ciclo anual e nos mesmos dias; por outro lado, a valorização do que é seu, por via de um certo bairrismo, leva as pessoas a desinteressarem-se pelo que se passa ao lado, ainda que relativamente próximo.

Hipótese: ***Podemos afirmar que, embora tendo conhecimento da celebração de determinadas festas tradicionais nas aldeias vizinhas, existe uma maioria de alunos que não conhece verdadeiramente os diferentes rituais, personagens, trajes... que as integram.***

3.4.Hipótese 4.2. Justificação

Na província de Zamora, o estado da questão poderá ser significativamente diferente. Muitos grupos de *paloteo* desapareceram. Os que existem são em número reduzido e encontram-se dispersos por uma área geográfica mais extensa. É provável que muitos alunos não saibam da sua existência e, conseqüentemente, não os valorizem da mesma forma. Por outro lado, a província não é a única detentora desta dança; existem grupos de *paloteo* (ou o seu equivalente, a dança das espadas) um pouco por toda a Espanha. Por isso, não poderão os cidadãos zamoranos, alunos incluídos, sentir o orgulho de apresentar este património imaterial como seu na condição de exclusividade. Não quero com isto afirmar que não o valorizem. Pelo contrário, a sua participação nos ritos mais sagrados da religião católica, a liturgia da

missa e da procissão, implica necessariamente uma valorização ao mais alto nível; algo muito precioso herdado dos mais remotos antepassados, ao ponto de se tornar imprescindível nos momentos e nos actos mais solenes da vida da comunidade, facto que não passa despercebido mesmo aos mais jovens.

Hipótese: ***Na zona espanhola o paloteo, por ser mais raro, é menos valorizado e conhecido pelos alunos do que na zona portuguesa de forte implantação da dança.***

3.5. Hipótese 5. Justificação

Poderemos constatar que a valorização que os alunos fazem das mascaradas e das danças dos paus é, em ambas as tradições, muito positiva. No primeiro caso, trata-se de rituais que, só por si, constituem a essência das festas, que só elas as justificam e que, sem elas, elas festas não teriam razão de ser e, portanto, não se realizariam. A valorização que delas fazem passa pela consciência que possuem de que são celebrações únicas, que não realizam em outros lugares ou que, pelo menos, são diferentes do que se passa ao lado, nas terras vizinhas ou relativamente próximas. Têm consciência, porque o constatarem, de que a sua realização cíclica atrai forasteiros, jornalistas, fotógrafos, televisões, rádios..., facto que dá projecção à terra no espaço regional e nacional.

A valorização das danças poderá ser ainda superior, mesmo que a sua prática esteja afastada da escola. O fenómeno do bairrismo acentua ainda mais a valorização que fazem do grupo da sua própria terra, com tendência a minimizar a que fazem acerca dos grupos das aldeias vizinhas.

Hipótese: ***Não obstante, tanto em Espanha como em Portugal, o conhecimento e a difusão destas tradições fazem com que tenha vindo a crescer a sua estima no mundo adolescente e juvenil, independentemente da sua inclusão nas actividades escolares.***

3.6. Hipótese 6. Justificação

Sobre o tema da integração dos dois elementos culturais em estudo nas actividades escolares, situações diferentes podemos encontrar.

6.1. O seu estudo, no âmbito das actividades curriculares, praticamente não se realiza; quando muito, poder-se-ão fazer referências de passagem, a propósito da abordagem de algum tema de carácter histórico-cultural.

6.2. A sua abordagem poderá acontecer mais fácil e frequentemente no âmbito das actividades extra-curriculares. Por exemplo, existindo na escola um Clube de Música ou de Dança é quase certo que aconteça uma iniciação à aprendizagem da execução da gaita-de-foles e da dança dos paus.

6.3. A construção de máscaras tradicionais, com a utilização dos mais diversos materiais, realiza-se frequentemente, inserida nas actividades curriculares, na disciplina de Educação Visual, na unidade de “O Carnaval”, onde os alunos trabalham a máscara em geral, podendo este trabalho ser orientado para a máscara tradicional da região. Uma vez elaborados estes trabalhos, organizam-se exposições dentro do espaço da escola, podendo, assim, ser apreciados por toda a comunidade escolar.

Hipótese: ***Quando estas actividades se realizam na escola, têm lugar, quase sempre, fora das actividades curriculares.***

3.7. Hipótese 7. Justificação

O conhecimento que os alunos possuem da História e do Património (sobretudo o imaterial) do país vizinho (na circunstância, da província de Zamora e do distrito de Bragança) é residual. Os intercâmbios culturais, os projectos comuns já existem ao nível do mundo dos professores e das autoridades locais, municipais e regionais. Contudo, essas actividades dificilmente se fazem sentir ao nível dos alunos. As referências à história e às tradições de Zamora podem acontecer pontualmente e quando tal se justifica para a abordagem de algum tema da História de Portugal. Ao invés, é minha convicção que o mesmo pode acontecer.

É de esperar que muitos alunos do distrito de Bragança tenham visitado Zamora e algumas vilas da província, com os pais, em passeio ou às compras. O mesmo se pode afirmar acerca dos alunos de Zamora. Algumas imagens terão retido na sua memória, de monumentos, ruas comerciais ou outros lugares que, de alguma maneira, os terão marcado. Contudo, considero serem estes contactos insuficientes para a aquisição de conhecimentos mínimos da História e da Cultura pelos alunos da respectiva vizinha região.

Hipótese: ***O conhecimento da História e da Cultura comuns a ambos os países é muito deficiente.***

3.8. Hipótese 8. Justificação

Uma outra circunstância a salientar é o estudo da Língua Espanhola, que por ela optaram em detrimento do Francês e do Alemão, pelos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico (7º, 8º e 9º anos de escolaridade), em algumas escolas do distrito de Bragança. Sendo este um facto que favorece os alunos portugueses no conhecimento de Espanha, o mesmo não se verifica em relação ao conhecimento que estes podem alcançar em relação à província de Zamora, em particular. O ensino que se ministra limita-se apenas à Língua e, por afinidade, à Cultura Espanhola, em geral, relegando para um plano insignificante o estudo das realidades regionais, mesmo que estas se encontrem muito próximas, como é o caso de Zamora.

Esta variável não pode ser comparável, uma vez que a Língua Portuguesa não é estudada, a este nível etário, nas escolas da província de Zamora.

Hipótese: ***O conhecimento da língua do país vizinho é, igualmente, muito deficiente, mas muito mais no caso espanhol.***

3.9. Proposta que se estima que poderá deduzir-se das conclusões desta investigação.

A proposta que quero definir e que se justifica plenamente, tendente à aproximação destes dois povos com grandes afinidades culturais, consiste na elaboração de um currículo para ser desenvolvido no âmbito da “História Local”, integrado nas disciplinas de História e de Geografia.

A sua justificação reside nas hipóteses expressas que se resumem no afastamento dos alunos de ambas as regiões em estudo, no desconhecimento mútuo, por parte dos alunos, no que respeita à História e ao Património comuns e na ausência de um currículo escolar que contemple os conteúdos supracitados.

A investigação deve aportar todos os elementos representativos da história e da cultura comuns a ambas as regiões. O questionário foi elaborado de maneira a fornecer-nos a informação correcta e fidedigna da situação do ensino destas matérias nas escolas inquiridas; serão, pois, os alunos a dar-nos essa indicação; as referências mais representativas serão desenvolvidas por meio de uma investigação apurada dos elementos da etnografia indicados, dos factos da história local e do conhecimento das

línguas dos dois países. O conjunto destes dados da investigação passarão a constituir um acervo importante para os agentes de ensino que a eles se disponham tratar nas suas actividades lectivas; obviamente, cada um deles saberá enquadrá-los no âmbito da disciplina que orienta e explorá-los na perspectiva da educação dos alunos para a formação da sua personalidade, em conformidade com os valores da abertura a outras culturas – o multiculturalismo.

Assim, as conclusões desta investigação deverão colmatar esta lacuna e viabilizar a elaboração de uma proposta de currículo nesse sentido, que cada escola poderá elaborar e incluir no seu projecto educativo. Seria vantajoso que tais projectos fossem planificados e realizados em acções de intercâmbio de escolas de ambas as áreas geográficas. Os conteúdos tocariam aspectos comuns da História, das tradições relacionadas com as mascaradas e as danças de paus e da aprendizagem do idioma do país irmão.

Com estas propostas pretende-se aprofundar o conhecimento mútuo dos referidos valores históricos e culturais, provar a convivência pacífica que sempre existiu entre os dois povos, estreitar os laços que os unem, ainda mais agora em que os dois países se encontram inseridos no mesmo espaço europeu, demonstrar que, de facto, a existência de fronteiras deixou de fazer sentido, por via da educação liberta de preconceitos históricos; enfim, contribuir a construção de uma eurorregião, a partir das crianças e dos jovens, em que todos sintam que partilham, nestes e noutros aspectos, a mesma cultura.

4. Variáveis de análise

4.1. Variáveis dependentes

A situação a que o estado da questão se refere e que é objecto deste trabalho de investigação envolve, assim, os elementos culturais partilhados pelos povos de ambas as regiões, o conhecimento da história local, da língua do país vizinho e o enquadramento de todos estes elementos nos projectos educativos das escolas. Trata-se, pois, das variáveis dependentes que, em síntese, se passa a descrever.

- **Cultura e tradições:** o grau de conhecimento que os alunos inquiridos revelam acerca das festividades tradicionais com mascarados e pauliteiros ou *paloteo*, realizadas na própria região e suas similares da região vizinha; processos utilizados pelos alunos na obtenção desse conhecimento; interesse que as tradições despertam nos alunos e sua valorização por parte das comunidades, segundo a observação por

eles efectuada; elementos fundamentais dos rituais dos mascarados; música tradicional que acompanha as celebrações; influência das tradições na vida das comunidades, segundo a sua opinião; pessoas ou entidades que organizam as festividades.

- Danças tradicionais dos pauliteiros ou *paloteo*: conhecimento que os alunos revelam sobre: a existência dos grupos de danças na sua localidade; sua formação, os trajes dos dançarinos e a música acompanhante; ambientes festivos e culturais da actuação dos grupos; formas de organização e de orientação dos grupos; valorização que atribuem às danças tradicionais, bem como a que é conferida pelas comunidades locais, segundo o seu modo de observação.

- História local: identificação de factos históricos locais, por parte dos alunos; valorização que os alunos atribuem à história local; importância que conferem ao estudo da História da região limítrofe do país vizinho, nos factos relacionados com a própria região; conhecimento *in loco* de localidades da região vizinha, por parte dos alunos.

- Conhecimento mútuo da língua do país vizinho: tradução escrita de frases da respectiva língua vizinha.

A definição destas variáveis dependentes fundamenta-se nos factos culturais, etnográficos e educativos devidamente apresentados no capítulo do Estado da Questão, assim sintetizados:

- a) as tradições festivas do ciclo do Inverno, cujos protagonistas se disfarçam de mascarados e assumem os mais variados papéis, apresentam grandes semelhanças em ambas as áreas geográficas e estão diferenciados mais por força da localidade, do concelho ou da comarca onde desenvolvem os rituais do que do país a que pertencem;
- b) as danças dos pauliteiros (Bragança) ou *paloteo* (Zamora), um elemento da cultura popular que une profundamente estes dois povos, principalmente na zona geográfica formada pelo Planalto Mirandês e pelas comarcas zamoranas confinantes;
- c) o conhecimento *in situ* destes dois elementos culturais, mascaradas e pauliteiros, e de toda a sua envolvência, por parte da população alvo do estudo – os alunos – por serem oriundos dos locais em que se realizam;
- d) o grau elevado de desconhecimento dos factos da história da respectiva localidade, comarca, concelho e província, por parte da mesma população alvo do estudo e, sobretudo, da região vizinha;
- e) o apreciável número de contactos pessoais efectuados *in loco* na respectiva região vizinha do outro lado da fronteira, pela população alvo do estudo;

- f) o elevado grau de desconhecimento que os alunos revelam em relação à língua do respectivo país vizinho;
- g) a escassa relevância atribuída às tradições de mascaradas e pauliteiros/*paloteo* nos projectos educativos das escolas e, conseqüentemente, nas actividades escolares.

Todos estes elementos que constituem as variáveis dependentes serão convenientemente analisados com base nos resultados obtidos pela aplicação dos questionários, os quais, por sua vez, serão objecto da confirmação fornecida pelas informações das personalidades entrevistadas. Os dados recolhidos, com recurso aos instrumentos da investigação - os questionários e as entrevistas - “incluem os elementos necessários para pensar de forma adequada e profunda acerca dos aspectos da vida que pretendemos explorar”³²³ e deles extrair as ajustadas inferências. Concomitantemente, os dados serão analisados, classificados e conjugados tendo em conta as variáveis independentes.

4.2. Variáveis independentes

Podemos definir variável como o atributo, particularidade, dimensão ou conceito, revelados pela população seleccionada como amostra representativa e sobre a qual recai a observação e a análise; “es una propiedad a la que se atribuyen valores numéricos”³²⁴. Neste estudo, por ser do tipo descritivo/comparativo, as variáveis mais relevantes são: a pertença dos alunos a uma ou a outra das áreas geográficas em estudo (Zamora e Bragança), a sua procedência e o seu nível sociocultural. Podem incluir-se num conceito operacional e classificatório relativamente a um determinado objecto de conhecimento ou vivências pessoais considerados determinantes na investigação; assim, “qualquer variável opera nesse objecto uma partição em classes de equivalência mais ou menos ampla”³²⁵. Os elementos da questão que o objecto do conhecimento contém ficam classificados em relação ao âmbito criado pela variável, dentro da categoria em que se incluiu e à qual pertence. Os elementos da investigação propriamente dita constituem as variáveis dependentes, que já foram tratadas anteriormente.

As variáveis independentes situam-se fora da problemática da investigação propriamente dita, ou seja, não estão incluídas no seu objecto. Contudo, não deixam de ser relevantes no processo de apuramento dos resultados. Por outro lado, a

³²³ BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari Knopp (1994), *Investigação Qualitativa em Educação – Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*, Porto Editora, Porto, p. 149.

³²⁴ RODRIGUES, Aroldo (1977), *Investigación Experimental en Psicología y Educación*, Editorial Trillas, México, p. 30.

³²⁵ ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira (1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa, p. 116.

relevância atribuída às variáveis independentes advém do facto de poderem “influir en la variabilidad de los resultados obtenidos, o sea, pueden influir en los valores asumidos por la variable dependiente”³²⁶. Por isso, as variáveis independentes devem ser consideradas logo na planificação da investigação e na elaboração do questionário, como efectivamente foram.

Na presente investigação, considerou-se o enquadramento dos alunos inquiridos em determinados níveis ou classes; com a introdução desta variável independente pretendemos estabelecer uma “correlação” entre certos resultados “com a origem social dos alunos”³²⁷ que os produziram. Fizemos questão de excluir o que nos parece ser um preconceito segundo o qual “quando o nível do estatuto social da família se eleva, o êxito dos filhos aumenta igualmente”³²⁸ e deixar que os dados falem por si.

Uma vez realizada esta tarefa, isto é, estabelecidos os níveis, poder-se-á verificar a incidência dos resultados obtidos nas variáveis dependentes, o objecto da investigação, consoante as categorias dos dois conjuntos de variáveis. Torna-se, assim, mais abrangente e mais profunda a compreensão dos factos da investigação. Por isso, o estabelecimento de variáveis independentes é um elemento essencial ao trabalho.

Segundo Cherkaoui, a origem social é medida em geral pela profissão do pai, pelo seu nível cultural ou diploma, que se relaciona com o rendimento”³²⁹. Segundo Nisbet, os dados relativos à definição do nível social são vários, sendo o mais relevante a ocupação dos pais do aluno: “La ocupación del padre se ha utilizado ampliamente como la indicación de la clase social”³³⁰; hoje em dia, considera-se que a ocupação da mãe é tão representativa quanto a do pai; por isso, foi também incluída nesta variável. Todos os elementos relativos à variável independente são solicitados no primeiro capítulo do questionário, “la identificación” do colégio ou instituto de ensino secundário e do aluno. Em relação ao estabelecimento de ensino, é pedida a sua identificação, o tipo de público ou privado, o grau de ensino que frequenta o aluno e a localidade.

Quanto ao aluno, em parte alguma é pedida a sua identificação pessoal; o questionário é, pois, anónimo, a fim de facilitar ao inquirido as respostas às perguntas do questionário, tanto as das variáveis independentes como das dependentes, sem qualquer tipo de constrangimento, “sin la hostilidad que podrían provocar las preguntas más personales”³³¹. Estes dados constituem a base aceitavelmente

³²⁶ RODRIGUES, *Op. Cit.*: 30.

³²⁷ CHERKAOUI, Mohamed (1994), *Sociologia da Educação*, Publicações Europa-América, Mem Martins, p. 43.

³²⁸ *Ibidem*.

³²⁹ *Ibidem*.

³³⁰ NISBET, *Op. Cit.*: 82.

³³¹ *Idem*: 83.

adequada à classificação das suas condições económicas e sociais. Os dados solicitados são os seguintes:

1. Profesión del padre, profesión de la madre;
2. Tiene casa propia;
3. Tiene coche; mas do que uno;
4. Nivel de escolaridad del padre; de la madre;
5. Van de vacaciones en el verano; todos los años; a veces; a dónde; cuantos días, más o menos;
6. El padre sale al extranjero; la madre sale al extranjero; a dónde;
7. El alumno acompañe los padres al extranjero, mucho, poco.

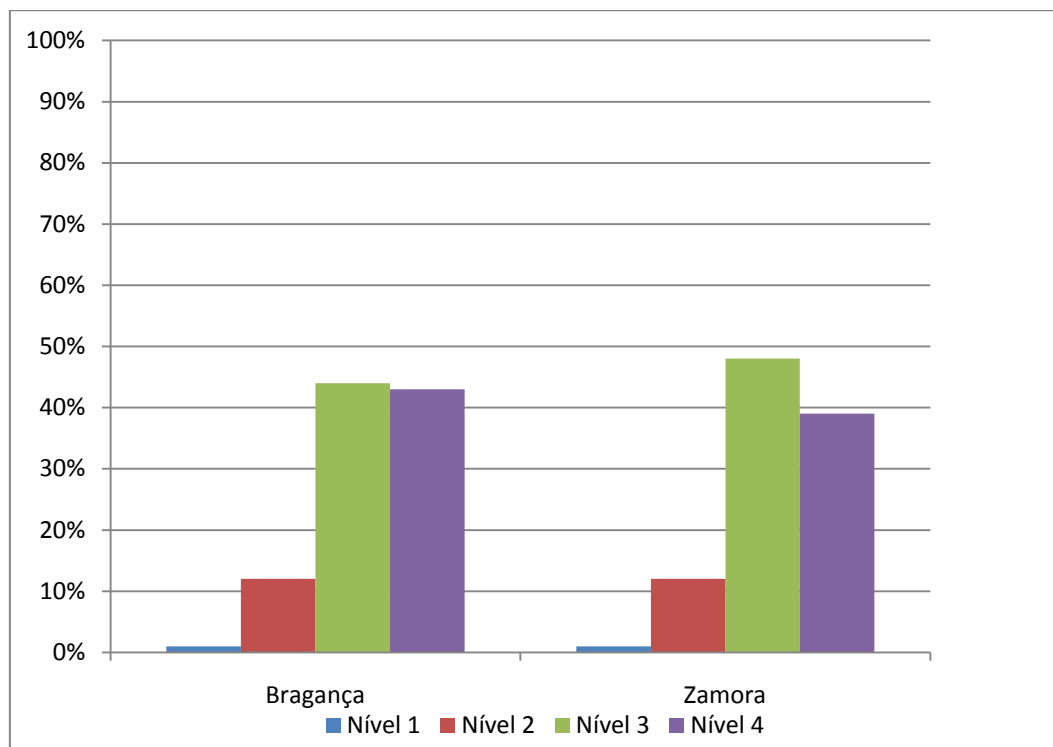
Através destas perguntas concretas sobre o ambiente familiar, as suas condições económicas e sociais, indirectamente obtemos a informação necessária à classificação da família do aluno, em níveis; podemos, a partir destes dados, construir a variável independente, necessária à compreensão dos elementos que vão ser fornecidos pela variável dependente – o objecto do estudo estritamente dito.

Os níveis sociais foram estabelecidos segundo a seguinte taxonomia:

1. Nível social 1 – empresários, quadros dirigentes da administração pública, administradores de empresas públicas e privadas, professores do ensino superior (doutorados), alcaldes e presidentes de câmaras municipais.
2. Nível social 2 – técnicos superiores da administração pública, directores de empresas privadas, professores, médicos, advogados, engenheiros, arquitectos, enfermeiros, licenciados em geral, quadros e profissões liberais.
3. Nível social 3 – funcionários da administração pública, técnicos administrativos de empresas públicas e privadas, empregados de serviços privados, comerciantes, proprietários agrícolas, elementos das forças de segurança...
4. Nível social 4 – operários, pequenos agricultores, assalariados, trabalhadores não qualificados e com baixas habilitações académicas...

O resultado da análise fica expresso, em termos quantitativos, no seguinte gráfico geral, distribuindo os alunos por regiões e por níveis sociais.

Gráfico nº 1

Distribuição dos alunos por níveis sociais

Ao atribuir a cada aluno um determinado nível social, isto é, a sua classificação em conformidade com as classes definidas, foram analisados, individualmente, os elementos que eles mesmos indicaram.

Nesta análise, foram determinantes os dados relativos aos pais dos alunos: a profissão e o grau de escolaridade. Na verdade, a actividade exercida constitui o elemento que define o nível social de quem a exerce, a par com o grau de escolaridade que possui; aliás, quase sempre o primeiro elemento, a ocupação, decorre do segundo; isto é, os cargos de direcção e as profissões social e economicamente altas estão, hoje em dia e cada vez mais, entregues a quem possui um elevado grau de conhecimento; vivemos numa sociedade do conhecimento, em que este é cada vez mais valorizado. Em princípio, ao verificar as profissões dos dois membros do casal, considera-se aquela que for socialmente mais elevada, independentemente de ser exercida pelo marido ou pela mulher.

Os restantes elementos que foram solicitados têm a utilidade de colmatar as falhas de indicação dos dados anteriores, os da ocupação e da escolaridade dos pais. Ou seja, quando estes não são conclusivos, é necessário recorrer a outras informações complementares, tais como: a propriedade da casa em que a família vive, a posse de carro, o habitual gozo de férias, dentro ou fora do país, as viagens ao estrangeiro, do

pai, da mãe e do aluno; todos estes indicadores nos remetem para uma situação económica, social, laboral..., que pode ser mais ou menos elevada consoante a incidência dos dados for maior ou menor; por outro lado, é frequente o aparecimento de famílias de alunos em que as delimitações entre um e outro nível social são muito ténues, por exemplo, quando as habilitações académicas do pai são do grau superior e as da mãe são as da escolaridade obrigatória (ESO, no sistema educativo espanhol) ou as do terceiro ciclo do ensino básico (no sistema educativo português); nestes casos, há que recorrer a outras informações; por isso, elas foram solicitadas, de maneira a que, por uma via indirecta, possamos completar o quadro geral da família e situá-la adequadamente dentro do seu nível económico e social.

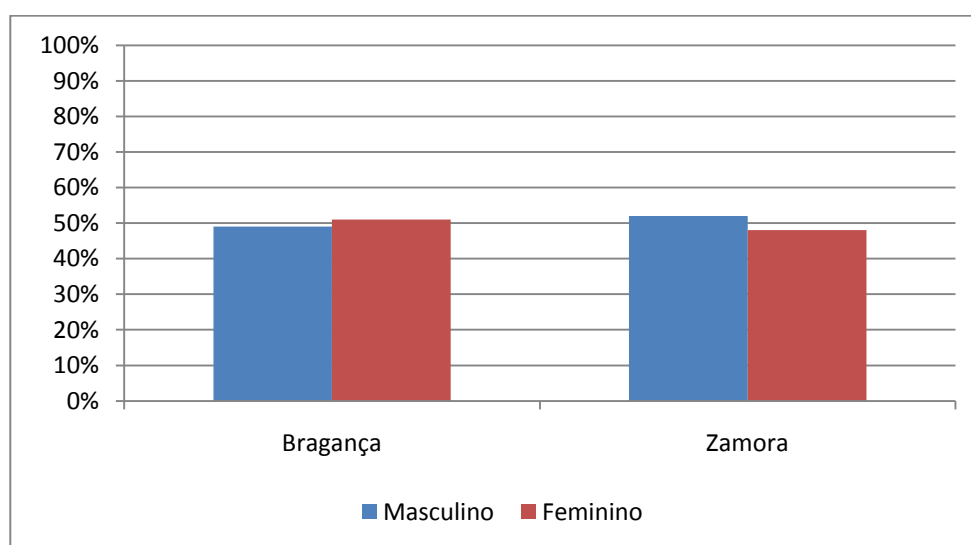
Este enquadramento social das famílias dos alunos inquiridos será tido em consideração na análise dos resultados das variáveis dependentes. Estes serão apresentados, em primeiro lugar, em termos absolutos, isto é, sem ter em conta nenhuma das variáveis independentes. De seguida, serão analisados em termos relativos, quer dizer, verificando as incidências dos dados em relação aos vários dados das variáveis independentes.

Para além desta, foram consideradas no questionário e, portanto, também na investigação, outros factores que formam parte de outras tantas variáveis independentes, nomeadamente:

- a análise dos dados tendo em consideração o sexo dos alunos; o gráfico seguinte mostra a realidade desta variável independente;

Gráfico nº 2

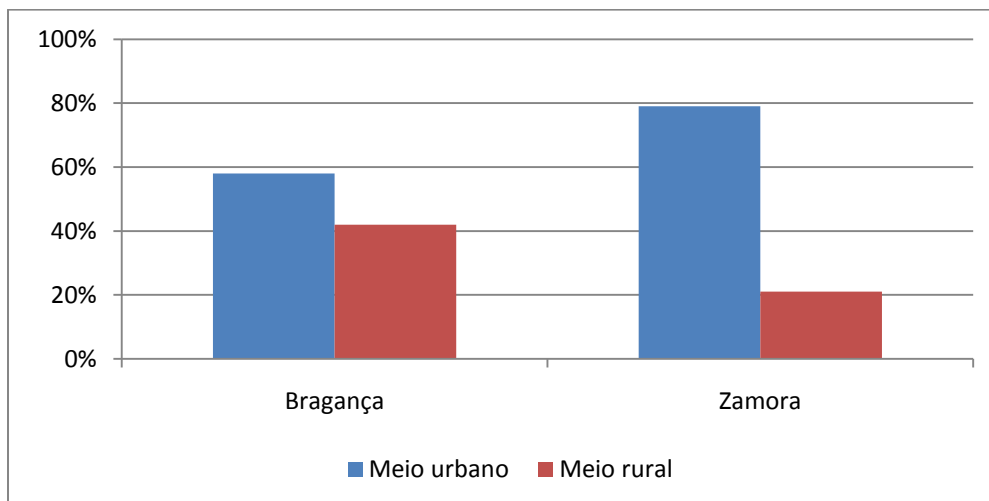
Distribuição dos alunos por sexos



- o mesmo para os alunos que frequentam estabelecimentos de ensino públicos e privados.

Foi ainda considerada a mesma análise segundo os alunos das escolas do meio urbano e as do meio rural. No distrito de Bragança, foram considerados urbanos os alunos que frequentam escolas situadas em cidades e rurais os das escolas das localidades com o estatuto de vila. Na província de Zamora procedeu-se de forma idêntica. O resultado pode observar-se no gráfico seguinte.

Gráfico nº 3

Distribuição dos alunos por escolas do meio urbano/rural

No caso das escolas do meio urbano, em princípio, estes alunos formam os chamados “grupos de contraste”, na medida em que nas cidades e nas grandes vilas não existem os elementos constitutivos das variáveis dependentes – as tradições etnográficas; contudo, estes resultados não são para serem lidos à letra; há que pensar que alguns alunos dos meios rurais com este tipo de tradições frequentam as escolas dos meios urbanos, deslocando-se diariamente; estes conhecem as tradições, têm interesse nelas e poderão mesmo participar nelas. Apesar disso, sempre poderemos comparar a tendência geral dos alunos dos meios rurais com a correspondente tendência dos do meio urbano. Assim, fica satisfeita esta necessidade do estabelecimento dos “grupos de contraste”.

Capítulo IV. METODOLOGIA

1. Tipo de investigação: estudo não experimental

A presente investigação tem como objecto o conhecimento que os alunos detêm sobre determinadas facetas da sua cultura e da sua história perante o seu processo de ensino e aprendizagem. Está fora de questão a inclusão da observação e do registo de “acções e reacções entre os participantes, processo que uma equipa de observadores postada do lado de fora pode seguir e registar”³³²; neste caso, seria aceitável a aplicação do método experimental. Seria mesmo o único processo cientificamente válido: “en lo que se refiere al estudio del comportamiento de las personas en el ambiente escolar, el método científico, por medio de su modelo más representativo y eficaz, que es el método experimental, puede contribuir a este campo de la investigación”³³³. Não sendo o comportamento humano o objecto da investigação e não existindo condições favoráveis à experimentação das hipóteses formuladas, só nos resta o método de estudo não experimental.

Na verdade, trata-se de “seguir os acontecimentos em cuja génese o investigador teve pouca ou nenhuma intervenção como se fossem verdadeiras experiências”³³⁴, ou seja, detectar simplesmente os conhecimentos, as formas de aquisição, as opiniões... dos alunos inquiridos, por meio de um questionário escrito, aplicado no seu ambiente escolar³³⁵. Além disso, os alunos não foram confrontados por nenhuma situação artificial que lhes permitisse a aquisição dos conhecimentos; assim sendo, ao expressarem os elementos cognitivos que lhes eram solicitados, só lhes restava o recurso à memória das vivências sociais e educativas, mais ou menos próximas, obtidas, sendo este o caso, no palco das celebrações e das acções culturais em que elas se desenrolaram. Nestas circunstâncias, tornava-se impossível repetir os fenómenos tantas vezes quanto se desejaria para identificar o papel das diferentes variáveis no desenrolar dos factos em estudo. Só por meio destas repetições sistematizadas se conseguiria aplicar o método experimental, em que se atribui às variáveis dependentes “la propiedad manipulada por el experimentador y que se

³³² BARATA, Óscar Soares (1989), *Introdução às Ciências Sociais*, Bertrand Editora, Lisboa, p. 182.

³³³ RODRIGUES, *Op. Cit.*: p. 27.

³³⁴ BARATA, *Op. Cit.*: 183.

³³⁵ MCMILLAN, James e SCHUMACHER, Shally (2005), *Investigación Educativa. Una aproximación conceptual*, Ed. Pearson, Madrid, p. 292.

supone que será responsable de las modificaciones de la propiedad observada mediante la investigación experimental”³³⁶. Na perspectiva funcionalista, trata-se de recolher e interpretar “elementos, todos interdependentes, que desempenham funções correspondentes às necessidades fundamentais do grupo”³³⁷. Por isso, tais modificações estão completamente arredadas do estudo não experimental seguido neste trabalho de investigação.

O estudo não experimental, apoiado na chamada *field research*, aplicada também hoje em dia na sociologia da educação, estuda “as situações concretas no seu contexto real”³³⁸, sem nelas interferir nem as alterar para, desta forma, tentar comprovar as hipóteses formuladas; procura combinar “a observação participante, as entrevistas semi-directivas e a análise secundária”³³⁹ dos dados recolhidos, debruçando-se sobre grupos específicos, captando as suas interações, valores culturais e competências e efectuando em seguida uma reflexão tendente a elaborar a sua construção científica. O pragmatismo metodológico, “cujo fulcro é a iniciativa do próprio investigador e cuja lema é a flexibilidade”³⁴⁰, permite o recurso aos diferentes métodos de investigação em Ciências Sociais e Humanas; contudo, “a experimentação deve ser excluída”³⁴¹ como método; por um lado, “a manipulação dos acontecimentos necessária à criação das condições experimentais é severamente limitada pelos problemas éticos”³⁴² que levanta; por outro lado, nas Ciências Sociais e Humanas não é possível o recurso indiscriminado à experimentação, como se verifica nas Ciências Naturais; nestas, o objecto da investigação são os fenómenos da natureza, manipuláveis tanto quanto for possível; naquelas, é o próprio ser humano, pelo que o investigador tem que se sujeitar aos valores éticos que orientam as relações sociais; o investigador que estuda a sociedade é ele próprio um membro da sociedade que estuda e esta coincidência poderá exercer constrangimentos sobre a sua leitura da realidade; por isso, deverá ele deixar que os factos decorram sem qualquer interferência sua, o que o impede de proceder à verificação resultados através da experimentação.

Assim, para o estudo não experimental, a matéria-prima são “os factos puros”³⁴³, não manipulados. O que a investigação faz é unicamente questionar a realidade manifesta nesses factos para obter respostas e construir “conhecimentos

³³⁶ RODRIGUES, *Op. Cit.*: 30.

³³⁷ FERNANDES, António José (1993), *Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*, Porto Editora, Porto, p. 151.

³³⁸ QUIVY, Raymond (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 5ª. Ed., Gradiva – Publicações, S.A., p. 234.

³³⁹ *Ibidem*.

³⁴⁰ *Ibidem*.

³⁴¹ BARATA, *Op. Cit.*: 181.

³⁴² *Ibidem*.

³⁴³ ALMEIDA, João Ferreira de e PINTO, José Madureira (1990), *A Investigação nas Ciências Sociais*, 4ª ed., Editorial Presença, Lisboa, p. 9.

científicos novos”³⁴⁴ a partir da reflexão e da sistematização sólida e metodicamente suportada na análise dos factos.

2. A amostra de estudo

Pretende-se apurar o grau de conhecimento que um determinado conjunto de alunos possui acerca de determinadas práticas tradicionais vigentes.

Como primeiro elemento destas tradições estão as festividades do ciclo do Inverno, realizadas na sua localidade, concelho ou comarca, província ou distrito; além disso, verificar se até eles terá chegado, de alguma maneira, alguma notícia das mesmas festas realizadas no outro lado da fronteira. Logo, a constituição da amostra há-de incidir sobre os alunos que frequentam escolas sediadas nas áreas geográficas que mantêm as referidas tradições. A mesma amostra foi formada em relação às danças dos pauliteiros e do *paloteo*, o segundo elemento das tradições, sendo que, em grande parte, coincide com a das festividades tradicionais.

Trata-se de um âmbito geográfico extenso e, conseqüentemente, de um significativo número de alunos e de estabelecimentos escolares. Considero, por isso, ser este o “tamaño apropiado de la muestra, suficientemente grande para dar resultados significativos”³⁴⁵. Além disso, creio ter ficado abrangida nesta amostra todas as escolas ou centros escolares e, conseqüentemente, a maior parte dos alunos que dispõem, nas suas localidades, das tradições que são objecto do estudo, tanto da província de Zamora como do distrito de Bragança. Tratar-se-á, portanto, “de una muestra de carácter intencional en donde los sujetos se seleccionan según se estima que son representativos o típicos”³⁴⁶ desta população.

No quadro seguinte (nº 6) apresentam-se as escolas ou centros escolares da província de Zamora que recebem alunos oriundos das terras com tradições de mascaradas ou/e de pauliteiros e que, por isso, foram abrangidos pela aplicação do questionário; os alunos inquiridos situam-se no nível etário dos 10 aos 15 anos, frequentando os 5º e 6º cursos da Educación Primaria e os 1º, 2º e 3º cursos da Educación Secundaria Obligatoria; excluíram-se os alunos dos quatro primeiros cursos da Educación Primaria por duas razões: primeiro, considera-se que não possuem o desenvolvimento intelectual e cognitivo suficiente para poderem dar resposta às

³⁴⁴ *Ibidem*.

³⁴⁵ NISBET, *Op. Cit.*: p. 25.

³⁴⁶ ALBERT GÓMEZ, María José (2006), *La Investigación educativa. Claves teóricas*, Ed. McGraw Hill, Madrid, p. 62.

questões colocadas; segundo, para obedecer ao mesmo nível etário dos alunos inquiridos nas escolas de Bragança.

Quadro nº 6

Escolas/centros escolares da província de Zamora abrangidos pelo questionário

Localidade	Comarca	Colégio/centro escolar	Cursos	Nº de alunos
Alcañices	Aliste	CEIP Virgen de la Salud	5º/6º Primaria	30
Alcañices	Aliste	IES Aliste	1º/2º/3º ESO	52
Ferreras de Abajo	Aliste	CRA Ferreras de Abajo	5º/6º Primaria	14
Riofrío de Aliste	Aliste	CRA Riofrío de Aliste	5º/6º Primaria	4
El Puente de Sanabria	Sanabria	CEIP Monte Gándara	5º/6º Primaria	16
Puebla de Sanabria	Sanabria	IES Valverde de Lucerna	1º/2º/3º ESO	76
Muelas del Pan	Tierra del Pan	CEIP Viriato	5º/6º Primaria	7
Montamarta	Tierra del Pan	CRA Tierra del Pan	5º/6º Primaria	7
Almeida de Sayago	Sayago	CEIP Matilde Ledesma	5º/6º Primaria	16
Villamor de los Escuderos	La Guareña	CRA de Villamor de los Escuderos	5º/6º Primaria	4
Moraleja del Vino	Tierra del Vino	CRA de Moraleja del Vino	5º/6º Primaria	16
Zamora	Zamora	CEIP Obispo Nieto	5º/6º Primaria	33
Zamora	Zamora	IES Universidad Laboral	1º/2º/3º ESO	68
Zamora	Zamora	CC Santísima Trinidad	1º/2º/3º ESO	63
Total de alunos de Primaria				147
Total de alunos de ESO				259
Total de alunos inquiridos				406

O quadro que se segue (nº 7) refere-se às escolas do distrito de Bragança que foram objecto da aplicação do questionário; a sua escolha ficou a dever-se ao facto de se situarem em concelhos nos quais algumas localidades mantêm vigentes festividades com mascarados e danças de pauliteiros; obviamente, nem todos os alunos inquiridos são provenientes dessas localidades, facto que não contraria a prossecução dos objectivos do trabalho, uma vez que também se torna necessário avaliar o seu grau de conhecimento e que este também pode ser adquirido com o recurso a formas não presenciais; quanto às questões relacionadas com a História local e com o conhecimento da língua do país vizinho, é completamente irrelevante possuírem ou não mascaradas nas suas localidades.

Quadro nº 7

Escolas do distrito de Bragança abrangidas pelo questionário

Localidade	Concelho	Escola	Anos de escolaridade	Nº de alunos
Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	E.B.2,3 e Sec. de Macedo de Cavaleiros	2º ciclo 3º ciclo	42 62
Mogadouro	Mogadouro	E.B. 2,3 e Secundária de Mogadouro	2º ciclo 3º ciclo	44 53
Miranda do Douro	Miranda do Douro	E.B. 2,3 e Sec. de Miranda do Douro	2º ciclo 3º ciclo	41 49
Vinhais	Vinhais	E.B. 2,3 e Secundária de Vinhais	2º ciclo 3º ciclo	29 60
Torre de D. Chama	Mirandela	E.B. 1,2 de Torre de D. Chama	2º ciclo	54
Sendim	Miranda do Douro	E.B. 2,3 de Sendim	2º ciclo 3º ciclo	22 61
Bragança	Bragança	E.B. 2,3 Paulo Quintela	2º ciclo 3º ciclo	74 60
Bragança	Bragança	Secundária Miguel Torga	3º ciclo	95
Bragança	Bragança	Escola Profissional Prática Universal	Sec.	25
Total de alunos do 2º ciclo do Ensino Básico				306
Total de alunos do 3º ciclo do Ensino Básico				465
Total de alunos inquiridos				771

O nível etário (entre os 10 e os 15 anos) é o mesmo dos alunos inquiridos na província de Zamora, assim como os anos de escolaridade em que se situam. Dizemos

que foram abrangidos nesta amostra os alunos dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico; segundo o Sistema Educativo Português, o 2º ciclo compreende os 5º e 6º anos de escolaridade, que corresponde, no Sistema Educativo Espanhol, aos 5º e 6º cursos da Educación Primaria; por sua vez, o 3º ciclo do Ensino Básico compreende os 7º, 8º e 9º anos de escolaridade e corresponde, em Espanha, aos 1º, 2º e 3º cursos da Educación Secundaria Obligatoria. Confrontando os quadros de Zamora (nº 6) e de Bragança (nº 7), constatamos uma correspondência cabal entre os anos de escolaridade dos dois conjuntos de alunos. Como é óbvio, tratando-se faixas etárias com estádios de desenvolvimento muito específicos (crianças e adolescentes), havia que ser rigoroso em manter equiparados os alunos de ambos os conjuntos; só assim se pode efectuar um estudo comparativo credível entre as duas regiões. De igual modo e pelas razões já aduzidas, não foram incluídos no conjunto dos alunos inquiridos as crianças do chamado 1º ciclo do Ensino Básico, correspondente aos quatro primeiros cursos de Educación Primaria, segundo o Sistema Educativo Espanhol.

Para compreendermos a opção tomada em relação aos concelhos de implantação destas escolas, necessário se torna acrescentar alguns dados esclarecedores, a saber:

- a) A área geográfica com maior incidência de tradições festivas com mascarados é constituída pelos concelhos de Bragança, Vinhais e Macedo de Cavaleiros;
- b) A hegemonia da dança dos pauliteiros, em Portugal, pertence ao Planalto Mirandês, “incluindo os concelhos de Miranda, Mogadouro e Vimioso, mas também em todas as terras de Miranda, até ao concelho de Macedo de Cavaleiros”³⁴⁷; segundo o conhecimento obtido no terreno, confirmado pelos serviços culturais do Município, actualmente não existem grupos de pauliteiros no concelho de Vimioso, se bem que tenham existido no passado não muito longínquo;
- c) O tratamento dos dados destes dois elementos da cultura popular (mascaradas e pauliteiros) será feito em capítulos separados: um dedicado à cultura e às tradições e outro às danças dos paus.

Para uma mais esclarecedora justificação da amostra, julgo que será necessário ter em conta a localização das mascaradas e a identificação dos centros escolares da sua área de influência. Assim, o quadro que se segue (nº 8) apresenta as celebrações da província de Zamora, as respectivas localidades e os centros escolares que os alunos frequentam, a quem foi aplicado o questionário. Exigia-se que todos os alunos oriundos dessas localidades fossem enquadrados na amostra e, portanto, inquiridos como, de facto, veio a acontecer. Nesse sentido, foi efectuado um trabalho prévio à

³⁴⁷ ALGE, Bárbara (2005), *Os Pauliteiros de Miranda e os “Lhaços”*: entre a Literatura Popular, a Dança e a Música, Apenas Livros, Lda., Lisboa, p. 3.

aplicação do questionário, com a finalidade de localizar os centros escolares onde se encontram os alunos das referidas localidades³⁴⁸. Com esta metodologia foi possível inquirir todos os alunos que, por suposição, deviam conhecer as festas das mascaradas, bem como os restantes que habitam nas comarcas de implantação das tradições.

Quadro nº 8

Localização das mascaradas na província de Zamora e dos respectivos centros escolares

Mascaradas	Localidades	Centro escolar
Fiesta de San Esteban	Sanzoles	CRA de Moraleja del Vino
Navidad y San Esteban	Pozuelo de Tábara	CRA de Tábara
Fiesta de San Esteban	Villarino tras la Sierra	CEIP Virgen de la Salud - Alcañices IES Aliste -Alcañices
Fiesta de San Esteban	Ferreras de Arriba	CRA Ferreras de Abajo
Año Nuevo – “Los Diablos”	Sarracín de Aliste	CRA de Riofrío de Aliste
Año Nuevo	Abejera	CRA de Riofrío de Aliste
“Los Carochos”	Riofrío de Aliste	CRA de Riofrío de Aliste
Año Nuevo y Reyes	Montamarta	CRA Tierra del Pan - Montamarta
“La Visparra” o “Talanqueira”	San Martín de Castañeda	CEIP Monte Gándara – El Puente de Sanabria IES Valverde de Lucerna – Puebla de sanabria
“La Ovisparra”	San Cristóbal de Aliste	CEIP Virgen de la Salud – Alcañices IES Aliste - Alcañices
“La Obisparra”	Pobladura de Aliste	CRA Ferreras de Abajo

³⁴⁸ Esta pesquisa só foi possível efectuarla com a ajuda pessoal do Inspector Bernardo Calvo Brioso que forneceu todas as informações acerca da distribuição geográfica dos centros escolares, áreas de influência e a devida localização em relação às festividades com mascaradas. A brochura *Guía del Estudiante – Oferta educativa, Curso 07-08 – Zamora*, da Dirección Provincial de Educación de Zamora, Junta de Castilla y León, foi também um precioso instrumento de trabalho, no que se refere à mesma questão, aos contactos que foi necessário estabelecer com as direcções dos centros escolares e à sua distribuição relativamente à existência de mascaradas e danças dos paus.

“La Obisparra”	Palazuelo de las Cuevas	CRA Ferreras de Abajo
“La Obisparra”	La Torre de Aliste	CRA Ferreras de Abajo
Carnaval – “Los Diablos”	Villanueva de Valrojo	CRA Ferreras de Abajo
Carnaval – “La Vaca Bayona”	Almeida de Sayago	CEIP Matilde Ledesma – Almeida de Sayago
Carnaval – “La Vaquilla y los Cencerros”	Palacios del Pan	CRA Tierra del Pan - Montamarta
“La Vaca Antrueja”	Pereruela de Sayago	CEIP Matilde Ledesma - Montamarta

O mesmo trabalho foi efectuado em relação ao distrito de Bragança: a localização das escolas frequentadas pelos alunos oriundos das aldeias que mantêm a tradição das máscaras; além disso, por solicitação do investigador e com a disponibilidade e a abertura dos órgãos directivos, foram ainda identificadas as turmas (grupos de alunos) em que esses alunos, maioritariamente, se encontravam inseridos. Contudo, ao aplicar o questionário às turmas assim identificadas, o que aconteceu foi que todos os alunos acabaram por responder ao questionário, independentemente de serem ou não naturais e oriundos dessas localidades. Ainda assim, esta inevitabilidade resultou benéfica para a investigação, uma vez que uma boa parte deles pertencem a aldeias vizinhas das que mantêm as tradições dos mascarados, ou seja, culturalmente pertencem à mesma área de influência; a proximidade permite o conhecimento delas, por vias que, não sendo a presencial (ainda que esta não esteja de todo afastada), pode ser uma das restantes que também são consideradas como válidas: ouvindo os colegas falar delas, observando fotografias, vendo documentários em vídeo ou notícias nos meios de comunicação social, lendo trabalhos e reportagens em jornais e revistas, etc. O quadro seguinte (nº 9) apresenta os resultados procurados e obtidos.

Quadro nº 9

Localização das festas com máscaras no distrito de Bragança e das escolas da sua área de influência

Tradições	Localidades	Escolas
Festa dos rapazes	Aveleda (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa dos rapazes	Varge (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa de Santo Estêvão	Parada (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa de Santo Estêvão	Grijó de Parada (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa de Santo Estêvão	Rebordãos (Bragança)	E.B. 2,3 Paulo Quintela Bragança
Festa de Santo Estêvão	Torre de D. Chama (Mirandela)	E.B. 1,2 Torre de D. Chama
Festa de Santo Estêvão	Ousilhão (Vinhais)	E.B. 2,3, Secundária Vinhais
Festa de Santo Estêvão	Rebordelo (Vinhais)	E.B. 2,3, Secundária Vinhais
Festa de Santo Estêvão	Vale das Fontes (Vinhais)	E.B. 2,3, Secundária Vinhais
Festa de S. João Evangelista	Constantim (Miranda do Douro)	E.B. 2,3, Secundária Miranda do Douro
Natal e Ano Novo – Festa do “Velho”	Vale de Porco (Mogadouro)	E.B. 2,3, Secundária Mogadouro
Natal – Festa dos “velhos”	Bruçó (Mogadouro)	E.B. 2,3, Sec. Mogadouro
Festa de Santo Estêvão e do Menino – “Chocalheiro”	Bemposta (Mogadouro)	E.B. 2,3 Se c. Mogadouro
Festa do Santo Menino	Tó (Mogadouro)	E.B. 2,3 Sec. Mogadouro
Ano Novo – Festa da “Velha”	Vila Chã de Braciosa (Miranda do Douro)	E.B. 2,3 Secundária Miranda do Douro
Festa dos rapazes ou dos Reis	Baçal (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa dos Rapazes ou dos Reis	Rio de Onor (Bragança)	Secund. Miguel Torga Bragança
Festa dos Reis	Salsas (Bragança)	E.B. 2,3 Paulo Quintela Bragança
Festa dos Reis	Rebordainhos (Bragança)	E.B. 2,3 Paulo Quintela Bragança
Carnaval	Podence (Macedo de	E.B. 2,3 Secundária

	Cavaleiros)	Macedo de Cavaleiros
Carnaval	Vila Boa de Ousilhão (Vinhais)	E.B. 2,3 Secundária Vinhais
Dia da Morte e dos diabos	Vinhais	E.B. 2,3 Secund. Vinhais
Morte, Diabo e Censura	Bragança	Secundária Miguel Torga Bragança

Conseguiu-se assim, pela escolha criteriosa das escolas, chegar ao contacto com todos os alunos (ou quase) que têm nas suas localidades algum tipo de festas com rituais de mascaradas; foi possível, assim, recolher os dados, as opiniões e as observações de cada um deles sobre estas tradições.

Fundamentalmente, as mascaradas situam-se numa faixa territorial que se estende ao longo dos dois lados da fronteira, desde a comarca da Sanábria e o concelho de Vinhais até à comarca de Sayago e, do outro lado do rio Douro, o concelho de Mogadouro. A fim de podermos visualizar esta realidade, apresentamos o respectivo mapa conjunto da província de Zamora e do distrito de Bragança, assinalando as celebrações realizadas no solstício de Inverno, Ano Novo e Reis e as do Carnaval.

Mapa nº 1

Mascaradas de Inverno em Bragança e Zamora



Mapa elaborado por Luís Canotilho para este trabalho de investigação

Em relação às danças dos pauliteiros e do *paloteo*, o âmbito geográfico é mais reduzido. No distrito de Bragança, a sua grande incidência reside na zona do Planalto Mirandês e coincide com uma parte do espaço das mascaradas; as outras duas localidades (de Bragança e Macedo de Cavaleiros), onde há ainda este tipo de danças, coincidem também com uma forte incidência de tradições com máscaras, pelo que, por via destas, já estavam abrangidas no questionário.

Na provincia de Zamora, esta coincidência territorial não se verifica; por isso, foi necessário alargar o questionário aos centros educativos frequentados pelos alunos oriundos das localidades que mantêm as danças do *paloteo*, conforme o quadro seguinte (nº 10).

Quadro nº 10

Centros escolares de Zamora com danças de paloteo

Localidades	Centros escolares
Tábara	CRA de Tábara
Muelas del Pan	CEIP Viriato de Muelas del Pan
Almaraz de Duero	CEIP Viriato de Muelas del Pan
Cañizal	CRA de Villamor de los Escuderos

No ano transacto, foi recuperada a dança do *paloteo* em Almaraz de Duero (Tierra del Pan); contudo, à data da aplicação do questionário, o grupo da dança estava desactivado, pelo que esta localidade não foi contemplada neste trabalho de investigação, nem os seus alunos puderam ser incluídos na amostra de estudo.

Para que se possa comparar a existência destas danças em ambas as áreas geográficas, constatar e justificar a existência de uma certa discrepância, neste particular, de alunos incluídos na amostra, se apresenta no quadro nº 11 a relação dos grupos de pauliteiros do distrito de Bragança, bem como a sua localidade e o concelho a que pertence.

Quadro nº 11

Grupos de pauliteiros do distrito de Bragança

Grupos de pauliteiros	Concelho
Grupo de pauliteiros de Palaçoulo	Miranda do Douro
Grupo de pauliteiros de Palaçoulo (infantil)	“
Mirandações – Grupo de Pauliteiros de Miranda do Douro	“
Grupo de pauliteiras de Miranda	“
Pauliteiras de Miranda do Douro	“
Grupo de pauliteiros de Constantim	“
Grupo de pauliteiros de Miranda (infantil)	“
Grupo de pauliteiros de Sendim	“
Grupo de pauliteiros de Duas Igrejas	“
Grupo de pauliteiros de Malhadas	“
Grupo de pauliteiros dos professores do Planalto Mirandês	“
Grupo de pauliteiros de Fonte Aldeia	“
Grupo de pauliteiros de Cércio	“
Grupo de pauliteiros de São Martinho	“
Grupo de pauliteiros da Granja	“
Grupo de pauliteiros de Picote	“
Grupo de pauliteiros de Bemposta	Mogadouro
Grupo de pauliteiras de Bemposta	“
Grupo de pauliteiras de Valcerto	“
Pauliteiros de Vila de Ala	“
Grupo de pauliteiros de Sanhoane	“
Grupo de pauliteiros de Saldanha	“
Pauliteiros dos Bombeiros Voluntários de Mogadouro	“
Grupo de pauliteiros de Azinhoso	“
Grupo de pauliteiros de São Pedro	Bragança
Grupo de pauliteiros de Salselas	Macedo de Cavaleiros

Circunstância idêntica à das mascaradas ocorre em relação às danças dos pauliteiros ou *paloteo*; sensivelmente, os grupos que executam estas danças localizam-se na mesma faixa territorial que, no caso português, se limita à zona do Planalto Mirandês que compreende os concelhos raianos de Miranda do Douro e de Mogadouro, como se pode observar no mapa seguinte. Os grupos de Zamora, em menor número, localizam-se (à excepção de Cañizal) também junto à linha fronteira de Miranda.

- a) As comarcas de Zamora com grande predominância de tradições de mascaradas são todas rurais, com um índice elevado de despovoamento e, portanto, com escolas dispersas e de baixa frequência, como se pode verificar pelo quadro nº 6; ainda assim, foram aplicados bastantes questionários em escolas de meios urbanos que, não possuindo estas tradições, recebem alunos de localidades que as mantêm;
- b) Realidade diferente é a que encontramos no distrito de Bragança: por um lado, os alunos destes níveis etários (2º e 3º ciclos do Ensino Básico) não frequentam já as escolas rurais; isso só acontece nos primeiros quatro anos de escolaridade (1º ciclo); aqueles, que são os que nos interessam, concentram-se em grandes escolas situadas em meios urbanos ou nos meios rurais mais populosos; assim, ao aplicar o questionário a uma turma (grupo de alunos), o resultado é sempre de 20 ou mais alunos que respondem; se considerarmos que numa escola aplicámos o questionário a uma só turma de cada um dos cinco anos de escolaridade, obtemos o número que ronda a centena de alunos inquiridos; isso mesmo pode ser constatado ao consultar o quadro nº 7, referente ao distrito de Bragança;
- c) No tocante às danças do *paloteo* da província de Zamora, as localidades que possuem esta tradição são em número reduzido, apenas quatro, e pouco populosas; logo, as escolas seleccionadas para a amostra de estudo, por força desta variável dependente, são também em número reduzido;
- d) Contrariamente, no distrito de Bragança, são em elevado número as localidades que possuem grupos de danças de pauliteiros, ou seja, todas as do concelho de Miranda do Douro, algumas de Mogadouro, uma em Bragança e outra em Macedo de Cavaleiros (dados referidos no capítulo do Estado da Questão); assim, forçosamente, o número de alunos incluídos na amostra de estudo, por força desta variável dependente, resulta elevado; para confirmação destes dados, deve consultar-se o mapa dos grupos de pauliteiros e de *paloteo* (nº 2).

3. Os instrumentos da investigação

3.1. O questionário

Em primeiro lugar, torna-se necessário delimitar o âmbito territorial sobre o qual incide o presente trabalho de investigação: a província de Zamora e o distrito de Bragança, mais concretamente, as escolas das comarcas e dos concelhos onde permanecem vigentes as tradições festivas de mascarados e das danças dos

pauliteiros/*paloteo*; foram ainda incluídas as cidades, vilas e aldeias onde existem escolas e centros escolares frequentados por alunos oriundos de localidades das referidas comarcas e concelhos.

As questões da cultura e das tradições, já foram suficientemente desenvolvidas, pelo que nos abstermos de mais considerações. Convém, no entanto, prestar algumas informações metodológicas acerca da situação do universo educativo das Ciências Sociais e do conhecimento das línguas, sobre a qual incidirá o questionário.

3.1. 1. Questões sobre a história local

Neste capítulo do trabalho, necessitamos saber qual a sensibilidade que os alunos manifestam em relação ao estudo da História da sua localidade, comarca ou concelho e província ou distrito, bem como o interesse pelos factos que se passaram na vizinha região, desde que tenham alguma repercussão na sua.

A distribuição geográfica do questionário é a que corresponde à incidência das tradições de mascarados e *paloteo*/*pauliteiros*; por ser abrangente, permite obter uma amostragem fiel do pensamento generalizado e predominante dos alunos de uma e outra região, partindo do pressuposto de que “los contenidos de historia están presentes de dos maneras: en los programas y manuales escolares, y en una serie de prácticas homogéneas que realizan tanto profesores como alumnos: las pruebas, los deberes, los trabajos en grupo o las investigaciones”³⁴⁹; estarão presentes também na transmissão oral. Vejamos:

- a) Fundamentalmente, as escolas e centros escolares em que o questionário foi aplicado situam-se numa faixa que se estende ao longo da fronteira, tanto do lado de Zamora, como no de Bragança;
- b) Nessa mesma faixa, existe uma distribuição equitativa e harmoniosa, quer no que toca aos questionários aplicados, quer aos níveis etários e escolares dos inquiridos;
- c) Existe também uma proporcionalidade adequada em relação aos alunos do meio rural e urbano; se nos meios rurais há um menor número de alunos, também os inquiridos são menos; se nos meios urbanos o número de alunos é muito maior, o dos inquiridos acompanha essa mesma tendência;
- d) Nos centros urbanos, o questionário foi aplicado equitativamente no lado português e espanhol.

³⁴⁹ SCHMIDT, Maria Auxiliadora (brasileira, 2005), *Jóvenes brasileños y europeos: identidad, cultura y enseñanza de la historia*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, nº 4, 2005, Universitat Autònoma de Barcelona, p. 55.

Assim, no respeitante a esta questão da história local, a amostra da população estudantil que a ela se submeteu expressa o pensamento de toda a população; “los resultados obtenidos con la muestra serán, dentro de ciertos limites, los mismos que habríamos obtenido con toda la población”³⁵⁰. Seguindo a norma de que “las muestras deben seleccionarse de forma que sean representativas de una población”³⁵¹, o espaço geográfico das escolas foi criteriosamente definido, procurando-se abranger toda a faixa raiana, sendo esta zona considerada a mais significativa para o estudo, e estabelecendo um equilíbrio entre os meios rurais e urbanos.

As perguntas incluídas neste capítulo são em número estritamente necessário, a fim de evitar que o questionário se tornasse demasiado extenso e fastidioso de responder; há que pensar também no baixo nível etário dos inquiridos, situado entre os 10 e os 15 anos, que não permite uma concentração muito prolongada. Nesse sentido, foram incluídas apenas três perguntas fechadas, de resposta “sim” e “não” e outras três de resposta aberta. Estas “no deben ser demasiado generales, pues de lo contrario serían inclasificables”³⁵²; assim é realmente: os temas das perguntas são bastante directos, como seja, a indicação de factos da história local de que se lembrem por terem sido estudados na escola ou de que tenham ouvido falar ou qualquer outra forma de aprendizagem; a indicação das localidades que visitaram do outro lado da fronteira e dos monumentos de que se lembram de ter visto nessas cidades, vilas e aldeias que visitaram.

Todas as restantes precauções, aplicadas aos conjuntos das questões das mascaradas e das danças dos paus, foram tidas em consideração neste grupo de questões da história local, nomeadamente: o uso de uma linguagem adequada ao nível etário dos alunos inquiridos, os termos usados e os conceitos expressos, a clareza na formulação das perguntas e as informações solicitadas em conformidade com as suas experiências e os seus conhecimentos. Na verdade, os alunos que frequentam estes anos de escolaridade deram já início ao estudo da História e da Geografia, pelo que não estranham que se lhe coloquem perguntas relacionadas com estas matérias; também se considera normal que, numa região fronteiriça, alguém os questione se alguma vez visitaram localidades situadas no outro lado da fronteira; é normal e previsível que grande parte deles o tenha feito.

³⁵⁰ NISBET, *Op. Cit.*: 31.

³⁵¹ *Idem*: 38.

³⁵² *Idem*: 57.

3.1.2. Questões sobre o conhecimento da língua do país vizinho

Na procura de elementos de aproximação entre as populações das duas regiões, através dos mais jovens, foi formulada esta questão que envolve o conhecimento da língua espanhola, por parte dos alunos bragançanos, e da língua portuguesa, por parte dos alunos espanhóis. O assunto enquadra-se por esta via e com toda a propriedade no conjunto da problemática do questionário que, por sua vez, faz todo o sentido na temática da investigação. A língua constitui um elemento de referência para o conhecimento de um povo, das suas tradições, da sua história, do seu modo de viver e de sentir e de ser; um veículo essencial para o conhecimento dos povos que nela foram socializados.

No caso vertente, o conhecimento das tradições festivas e da história da província de Zamora torna-se mais acessível aos alunos do distrito de Bragança na medida em que estes mais conhecem a língua espanhola; o inverso é igualmente válido: a compreensão da língua portuguesa facilita o conhecimento das tradições e da história de Bragança.

Os objectivos gerais deste ponto do questionário podem resumir-se a dois, a saber:

1. Verificar o grau de conhecimento que os alunos de Zamora possuem em relação à língua portuguesa e o mesmo dos alunos da Bragança em relação à língua espanhola.
2. Compreender as circunstâncias que determinaram os níveis de conhecimento revelado por um e pelo outro dos dois conjuntos de alunos inquiridos.

Para o efeito, a quinta e última questão colocada aos alunos é constituída por cinco frases apresentadas em Português aos alunos de Zamora e em espanhol aos alunos de Bragança. As frases escritas em Português são a tradução rigorosa das que foram apresentadas em Espanhol; com este procedimento fica garantido o mesmo grau de dificuldade com que os alunos de ambos os conjuntos são confrontados.

Na questão colocada aos alunos espanhóis, solicitava-se que traduzissem as cinco frases em Português para a língua espanhola; de igual modo, as mesmas frases em Espanhol era pedido aos alunos portugueses que as traduzissem para a língua portuguesa. Além da tradução, foi inserida uma frase que contém uma pergunta para a qual se pede também a devida resposta.

O conteúdo das frases incide sobre o ambiente em que os alunos vivem, a escola e o convívio com os seus colegas, a família, os passatempos e as férias e ainda os seus

gostos alimentares; são, portanto, temas do seu quotidiano e que fazem parte das suas conversas habituais.

A composição das frases foi determinada, por outro lado, pela necessidade de testar os alunos sobre a compreensão escrita de uma língua que não é a sua. Contudo, não é um idioma distante e totalmente desconhecido; existe uma proximidade, tanto para um conjunto de inquiridos, como para o outro, a saber:

- proximidade física: as duas regiões são limítrofes; dentro de cada região, as zonas fronteiriças são os espaços em que as escolas estão implantadas, o que as torna ainda mais próximas;
- proximidade linguística: ambos os idiomas integram o conjunto de línguas ibéricas de origem latina; assim, alguns termos são comuns, embora, por vezes, com significações diferentes;
- proximidade social e humana: desde sempre se estabeleceram contactos entre estas comunidades raianas, em termos comerciais, laborais e festivos, não sendo estranho ouvir falar pessoas na língua vizinha.

O nível de conhecimento que se pretende verificar limita-se à compreensão escrita da outra língua; de fora fica a expressão escrita, uma vez que esta exigia já alguma forma de estudo; ficam também excluída a compreensão e a expressão orais, uma vez que a técnica utilizada é o inquérito por questionário; para testar estas competências seria necessário realizar entrevistas a todos os alunos, o que é de todo inexequível e desnecessário. Na verdade, o inquérito por questionário, para esta investigação, é suficiente e constitui a única técnica de aplicação possível. Além disso, o objecto da investigação não é a linguística, mas sim a Etnografia e a Educação; a questão linguística foi introduzida como mais um elemento destinado a completar a construção de uma sinopse sobre o conhecimento da cultura da região vizinha, por parte dos alunos inquiridos, e sobre a incidência no acto educativo.

3.1.3. A elaboração do questionário

Foi, pois, o questionário, “instrumento de recogida de información más idóneo”³⁵³, o instrumento utilizado para a recolha dos dados necessários ao desenvolvimento da investigação (consultar anexo 2). Foi aplicado a todos os alunos da amostra seleccionada, em conformidade com os critérios descritos no capítulo anterior – a amostra de estudo. Neste trabalho, foi utilizado o tipo de questionário designado

³⁵³ ESTEPA GIMÉNEZ, Jesús, ÁVILA RUIZ, Rosa y RUIZ FERNÁNDEZ, Rocío (2007), *Concepciones sobre la enseñanza y difusión del Patrimonio en las instituciones educativas y los centros de interpretación. Estudio descriptivo*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de Investigación*, nº 6, Marzo de 2007, Universitat de Barcelona, p. 77.

de “inquérito extensivo”, que consiste em confrontar, por escrito, “o maior número possível de elementos numa determinada área e num determinado número de tempo”³⁵⁴. Estes elementos inquiridos constam da epígrafe anterior – a amostra de estudo.

A elaboração do questionário regeu-se pelos critérios que sempre devem estar presentes nesta técnica de recolha de informação, “desterrando la imagen habitual que reduce la elaboración del cuestionario a la mera redacción, intuitiva y apresurada de las preguntas”³⁵⁵: a fidelidade que contempla a capacidade de provocar a expressão correcta de opiniões, por parte dos interrogados, e a coerência manifestada “na constância das respostas dadas pelas mesmas pessoas às mesmas perguntas em momentos diferentes”³⁵⁶ e segundo outras formulações; a validade, como capacidade de que as perguntas se devem revestir para permitirem provocar respostas significativas acerca dos factos e dos comportamentos; e a representatividade da amostra que a observação extensiva deve possuir; neste caso, o número dos inquiridos é suficientemente expressivo e a pertinência da sua selecção também, já que se encontram distribuídos geograficamente por todas as zonas de incidência dos factos em estudo.

As perguntas incluídas no questionário são rigorosamente as necessárias para a obtenção das informações pretendidas e que vão ao encontro dos objectivos definidos. Para tal, todos os inquiridos deviam “responder a todos os temas considerados importantes”³⁵⁷; a omissão de resposta podia justificar-se no caso de uma pergunta ou um grupo de perguntas estar condicionada pela resposta positiva imediatamente anterior; em qualquer caso, a falta de respostas devia ser devidamente registada.

Quanto à forma, foram seguidas os mesmos critérios da elaboração de testes de avaliação e aprendizagem: “se pone de manifiesto que a lo largo del proceso de elaboración se pueden plantear preguntas de diversos tipos”³⁵⁸; esta forma de apresentação do questionário, segundo os procedimentos pedagógicos, poderá facilitar o seu preenchimento e manter os alunos sempre motivados e interessados nessa tarefa; foram, como acima ficou expresso, feitas perguntas de vários tipos: perguntas fechadas, com respostas de “sim” ou “não”; perguntas de respostas

³⁵⁴ LIMA, Augusto Mesquitela, MARTÍNEZ, Benito e FILHO, João Lopes (1991), *Introdução à Antropologia Cultural*, Editorial Presença, Lisboa, p. 29.

³⁵⁵ PADILLA, José Luis, GONZÁLEZ, Andrés y PÉREZ, Cristino (1998), *Elaboración del cuestionario*, in ROJAS TEJADA, Antonio (ed.), *Investigar mediante Encuestas*, Síntesis, Madrid, p. 115.

³⁵⁶ BARATA, *Op. Cit.*: 161.

³⁵⁷ ECO, Umberto (2009), *Como se faz uma Tese em Ciências Sociais*, 15ª ed., Editorial Presença, Lisboa, p. 63.

³⁵⁸ SANS MARTÍN, Antoni y TREPAT I CARBONELL, Cristòfol A. (2002), *La evaluación de la historia en el Bachillerato*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de Investigación*, Universitat de Barcelona, p. 79.

múltiplas, sendo admissível assinalar várias delas; contudo, se é o próprio investigador que classifica todas as respostas, “es posible que no sea necesario que todas las preguntas sean de elección múltiple”³⁵⁹, para evitar que o questionário seja fastidioso de preencher; assim, foram também inseridas perguntas abertas em que é concedida ao interrogado a possibilidade de expressar livremente os seus conhecimentos sobre a questão colocada ou a sua opinião, quando ela lhe é solicitada; uma estrutura de escolha múltipla contempla, no fim de cada grupo de perguntas, a opção “outros”; assim aconteceu algumas vezes, poucas; noutras perguntas solicita-se ao interrogado que assinale a intensidade da sua opinião, desde o “muito” até ao “nada”; “un questionário no debe limitarse a las preguntas: en él pueden incluirse escalas de actitud, siempre que sean breves y directas y las instrucciones sean sencillas”³⁶⁰. É óbvio que o sentido daquilo que se pede ao inquirido deve ser simples, claro e explícito; isto relaciona-se directamente com a redacção das perguntas que, por um lado, deve usar uma linguagem adequada ao nível etário e cognitivo dos inquiridos e, por outro lado, a formulação das perguntas deve estar isenta de qualquer “influência positiva ou negativa”³⁶¹ provocada pela simpatia ou antipatia dos factos que estão em apreciação. Sendo certo que “es casi imposible formular preguntas totalmente neutras”³⁶², é absolutamente necessário evitar que elas conduzam claramente a uma determinada resposta, o que, nesta investigação se conseguiu, sobretudo porque não se trata de avaliar atitudes e comportamentos mas conhecimentos e opiniões sobre factos reais.

Os conteúdos do questionário distribuem por cinco partes. A primeira refere-se aos dados que permitem estabelecer as variáveis independentes; incide sobre os elementos de identificação do aluno inquirido, com excepção do nome; esta opção de aplicar um questionário anónimo prende-se com a necessidade de deixar o inquirido completamente desinibido e facilitar a veracidade das respostas. Nesta parte foram colocadas perguntas indirectas acerca da sua situação familiar, cujas respostas, no seu conjunto, permitem formular os elementos das variáveis independentes.

No segundo conjunto de perguntas, são os inquiridos solicitados a manifestarem-se sobre os conhecimentos que possuem das tradições da sua área de residência e da região limítrofe do país vizinho, sobre os factos que observaram e a opinião pessoal sobre os mesmos.

O terceiro grupo de perguntas incide sobre outro aspecto da cultura popular dos alunos ou que, não sendo dele detentores, existe na sua província ou distrito – as danças dos paus. Pretende-se que manifestem também o conhecimento que possuem sobre os grupos de danças: a sua existência, formação, música acompanhante, trajes,

³⁵⁹ NISBET, *Op. Cit.*: 57.

³⁶⁰ *Idem*: 58.

³⁶¹ BARATA, *Op. Cit.*: 163.

³⁶² NISBET, *Op. Cit.*: 62.

direcção, ambientes de actuação e a sua opinião acerca da valoração concedida por eles próprios e pela comunidade a que pertencem.

A história local, o conhecimento de factos históricos, o seu interesse pelo seu estudo e os contactos pessoais efectuados com a região vizinha constituem o objecto da quarta parte do questionário. Igualmente se incluem diferentes tipos de perguntas: as cognitivas, as opinativas e as vivenciais.

O último grupo é dirigido ao conhecimento da língua do país vizinho, mediante a apresentação de frases escritas na língua que se pretende testar, com o pedido de que as traduzam para a sua língua materna.

Julgamos tratar-se de um questionário bastante abrangente, facto que se deve à abrangência dos problemas a investigar e das “hipóteses conducentes à resolução dos mesmos”³⁶³; incide sobre o meio cultural, sobre “sectores da acção educativa”³⁶⁴ da escola e sobre aspectos pertinentes do conhecimento dos alunos.

O questionário é relativamente extenso; contudo, consideramos que isso não constitui motivo para alguma desmotivação e desencorajamento à sua resolução. Isto porque, ao ser distribuído no ambiente de aula, os alunos são levados a considerar a tarefa como fazendo parte das suas actividades lectivas; por outro lado, o conjunto das perguntas é bastante diversificado e os temas fazem parte das suas vivências, o que o torna interessante de responder. Além disso, houve o cuidado de elaborar as perguntas de uma forma adequada ao nível etário dos inquiridos, nomeadamente, usando palavras e conceitos de fácil compreensão, expressando factos que são do seu conhecimento e situações do seu quotidiano, como é o ambiente escolar, familiar e festivo.

O questionário foi aplicado aos alunos das escolas e centros escolares situados nas localidades, comarcas ou concelhos que mantêm festividades com mascarados e pauliteiros/*paloteo* e nos centros urbanos cujas escolas recebem alunos de aldeias com as referidas tradições. Foi apresentado directamente aos alunos, sempre que possível no decorrer de uma aula de História e Geografia, pelo respectivo professor; o investigador contactou pessoalmente o professor em causa a quem foram explicadas as finalidades a que o questionário se destinava e todas as instruções necessárias ao seu preenchimento; noutros casos, estas informações foram transmitidas pessoalmente ao director do estabelecimento de ensino, juntamente com o pedido

³⁶³ CARVALHO, Adalberto Dias de, e AFONSO, Manuela (1993), *Projecto de escola*, in CARVALHO, Adalberto (coord.), *A Construção do Projecto de Escola*, Porto Editora, Porto, p. 35.

³⁶⁴ *Ibidem*.

escrito de autorização para a sua aplicação aos alunos (consultar anexo 1); este é a chamada carta de apresentação que acompanha o questionário e na qual se explicam as finalidades do mesmo; por sua vez, o director transmitiu as informações ao professor(a) responsável pela sua entrega directa aos alunos. O acolhimento do pedido de colaboração com este trabalho de investigação foi o melhor possível em todos os estabelecimentos escolares.

As respostas às perguntas do questionário foram dadas imediatamente por todos os alunos no decorrer de uma aula da disciplina de História ou de Geografia; é a chamada forma de administração directa, “quando é o próprio inquirido que o preenche; o questionário é-lhe entregue em mão por um inquiridor encarregado de dar todas as explicações úteis”³⁶⁵; assim, os alunos não tiveram oportunidade de consultar os pais, familiares ou amigos, garantindo-se, desta forma, a espontaneidade e a sinceridade dos inquiridos e a validade das informações que prestaram. Por outro lado, o anonimato do questionário contribui para que não haja razões para a falta de sinceridade na hora de responder às perguntas formuladas.

3.2. As entrevistas

As entrevistas constituem o segundo instrumento fundamental de investigação para a recolha de informações; a comunicação oral e pessoal é a forma de contacto utilizada; as informações recolhidas têm como finalidade a confirmação das teses formuladas nas hipóteses; por isso, o investigador há-de centrar-se na “troca de questões em torno das suas hipóteses de trabalho, sem por isso excluir os desenvolvimentos paralelos susceptíveis de as matizarem ou de as corrigirem”³⁶⁶; além disso, os temas abordados nas entrevistas foram objecto de uma análise sistemática, destinada a testar as hipóteses formuladas para o trabalho.

O método da entrevista caracteriza-se pela aplicação dos processos fundamentais de interacção humana. “O termo entrevista é construído a partir de duas palavras *entre* e *vista*, onde “*vista*” se refere ao acto de ver, ter preocupação de algo, “*entre*” indica a relação de lugar ou estado no espaço que separa duas pessoas ou coisas”³⁶⁷. Permite retirar dos entrevistados informações valiosas e elementos de reflexão ricos e úteis para a confirmação das hipóteses formuladas e dos fornecidos pelos inquiridos no método do questionário. Ao contrário deste, o método de entrevista exige necessariamente “um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores e uma fraca directividade por parte daquele”³⁶⁸. Estas exigências foram devidamente consideradas na sua aplicação. Os entrevistados exprimiram as suas

³⁶⁵ QUIVY, *Op. Cit.*: 189.

³⁶⁶ *Idem*: 192.

³⁶⁷ VAZ FREIXO, *Op. Cit.*: 191.

³⁶⁸ *Ibidem*.

percepções acerca dos factos sociais e culturais que lhes foram apresentados pelo investigador, as suas interpretações e as suas experiências que eles próprios viveram, no desenrolar das tradições que são o objecto do estudo. A atenção do investigador centrou-se na facilitação dessa expressão, evitando que ela se afastasse dos objectivos da investigação e viabilizando que o interlocutor atingisse e a direcção certa e a profundidade necessária.

A variante utilizada foi a entrevista semidirectiva ou semidirigida, a mais utilizada na investigação em Ciências Sociais e Humanas; considera-se semidirectiva na medida em que não foi totalmente aberta nem totalmente dirigida por um elevado número de perguntas rígidas; “é evidente que uma estratégia-chave para o entrevistador consiste em evitar perguntas que possam ser espondidas “sim” e “não”³⁶⁹; deve, portanto, levantar questões “que exigem exploração”³⁷⁰; assim, segundo este tipo de entrevista, o investigador apenas “facilita a expressão, evita que ela se afaste dos objectivos da investigação”³⁷¹, de maneira a obter do interlocutor o grau máximo de profundidade.

Os entrevistados foram seleccionados nos dois lados da fronteira, no mesmo espaço geográfico em que foram inquiridos por questionário os alunos das escolas. Por outro lado, procurava-se formar um leque variado de pessoas que estivessem ligadas ao estudo da Etnografia e de História destas regiões, ao ensino em escolas das mesmas áreas geográficas e ao associativismo local. Alguns deles, quase todos os que são professores, desenvolveram projectos educativos no âmbito do aproveitamento das tradições locais dos mascarados e das danças dos paus e da música tradicional. A lista dos entrevistados é a seguinte:

- Antonio Veja Fernández, professor do Ensino Secundário e dirigente da Asociación Cultural “Aires de Aliste”, Pobladura de Aliste;
- Ramón Manuel Carnero Felipe, historiador e investigador em Etnografia da comarca de Sayago;
- Bernardo Calvo Brioso, inspector de educação, historiador e investigador em Etnografia da província de Zamora;
- Bárbara Ludovina Fonseca Silva Dias, professora do 2º ciclo do Ensino Básico e investigadora em Etnografia no concelho de Bragança;
- Juan Antonio Panero, ex-director do C.E.I.P. “Matilde Ledesma” de Almeida de Sayago, historiador e investigador em Etnografia na comarca de Sayago e no concelho de Miranda do Douro;

³⁶⁹ BOGDAN e BIKLEN, *Op. Cit.*: 136.

³⁷⁰ *Ibidem*.

³⁷¹ QUIVY, *Op. Cit.*: 192.

- Paulo Firmino Ventura Meirinhos, músico e professor de Educação Musical, estudioso da cultura mirandesa e animador cultural em Miranda do Douro;
- Hermínio Augusto Bernardo, professor do Ensino Secundário, historiador e investigador em Etnografia no concelho de Miranda do Douro;
- Fortunato Preto, dirigente do Grupo de Pauliteiros de São Martinho de Angueira, no concelho de Miranda do Douro;
- Agustín Ponte Velayos, director do C.E.I.P. “Matilde Ledesma” de Almeida de Sayago e professor;
- Manuel Blanco Isidro, professor e director do C.E.I.P. “Obispo Nieto” de Zamora;
- Francisco Javier Pérez Corchero, professor do Instituto de Educación Secundaria Universidad Laboral de Zamora;
- Jesús Romero Pérez, professor e director (jubilado) del Colegio de Educación Primaria de Alcañices, licenciado em Geografia e História.
- Carlos Fresno, professor e director do Grupo de Danzantes de Paloteo de Tábara.

As entrevistas tinham como finalidade a recolha de informações sobre dados dos factos históricos e culturais em estudo e a auscultação das opiniões dos entrevistados sobre a incidência dos mesmos na educação praticada nas escolas da área geográfica que constitui o alvo da investigação. Por isso, foram seleccionadas as personalidades eminentes acima referidas, com uma forte ligação à educação, à história, à etnografia e ao associativismo local.

Os conteúdos das entrevistas foram assim orientados para os seguintes aspectos que interessavam à investigação:

1. Informações acerca da sobrevivência das tradições de mascarados e pauliteiros ou *paloteo* na região/comarca do entrevistado ou naquelas de que tem conhecimento;
2. Perda e recuperação das tradições nas mesmas áreas geográficas;
3. Incidência das celebrações festivas e das danças nas actividades e projectos educativos das escolas em estudo; acções educativas desenvolvidas pelos entrevistados, que tenham como objecto estes elementos da cultura envolvente;
4. Opinião sobre o valor pedagógico do estudo da história local da sua e da região vizinha;
5. Importância das mesmas tradições para a cultura local;

6. Opinião sobre a participação das populações nas celebrações com mascarados e pauliteiros ou *paloteo*;
7. Opinião sobre a influência das tradições na vida das comunidades que as mantêm;
8. Interesse da partilha destes elementos da cultura, e dos respectivos modos de actuação, entre as duas regiões fronteiriças; a necessidade de intercâmbios entre escolas de ambos os lados;
9. Informação sobre o estado da situação em relação ao aproveitamento educativo que se faz nas escolas da região;
10. Opinião sobre o seu valor pedagógico e educativo;
11. Opinião sobre o conhecimento da língua do país vizinho, por parte dos alunos.

Foi total a disponibilidade manifestada por todos entrevistados em aceitar conceder as entrevistas e responder às perguntas, prestando as necessárias informações, bem como as suas preciosas opiniões; constituem um contributo essencial para confirmar ou corrigir as hipóteses de trabalho formuladas para a investigação. Para além das informações sobre os factos culturais e educativos em apreço, foram vários os entrevistados que expressaram factos e experiências da sua vida profissional, relacionados com os temas que o investigador ia sugerindo ao longo da entrevista, trabalhos e estudos que realizaram e que facultaram para consulta, observações no terreno, projectos e actividades desenvolvidos nas suas escolas e materiais produzidos e utilizados – elementos de grande interesse para a investigação.

Parte II. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Capítulo V

CULTURA E TRADIÇÕES: MASCARADAS DA PROVÍNCIA DE ZAMORA E DO DISTRITO DE BRAGANÇA

Formuladas que foram as hipóteses sobre o estado da situação do enquadramento da Etnografia no ensino nas regiões limítrofes de Zamora e de Bragança, nomeadamente, no que se refere às manifestações da cultura popular das mascaradas e da dança dos pauliteiros/paloteo, passamos à análise dos resultados obtidos nos questionários aplicados aos alunos. Através dessa análise, poderemos comprovar ou rejeitar as hipóteses formuladas, tentando interpretar as percentagens de respostas dadas às questões que lhes foram colocadas.

Em termos mais qualitativos, comprovaremos as mesmas hipóteses pelas informações prestadas nas entrevistas efectuadas aos agentes, directa e indirectamente envolvidos no acto educativo, em ambas as regiões, a saber: professores, historiadores, etnógrafos e inspectores do ensino.

1. Tipos de tradições conhecidas pelos alunos

De um modo geral, podemos afirmar que todos os alunos identificam as tradições festivas de mascaradas que se mantêm vigentes na localidade onde residem ou da qual são oriundos. Este facto compreende-se e nada surpreende, considerando os condicionalismos sociais e culturais em que ocorrem.

a) Todas as terras onde as tradições se mantêm são rurais e, portanto, de reduzidas dimensões populacionais, de ancestrais vivências comunitárias, de partilha dos momentos de trabalho e de festa onde tudo o que acontece, sobretudo os eventos cíclicos festivos, são de todos conhecidos. Até mesmo dos mais jovens, por via de certos rituais de passagem e de entrada no mundo dos adultos. Estas vivências comunitárias foram devidamente estudadas por Santiago Méndez Plaza na sua obra *Costumbres Comunales de Aliste* onde refere, a este propósito, “el carácter eminentemente comunal y cooperativo de los habitantes de este país (...) en las fiestas y recreos”, nos quais se nota sempre “la misma solidaridad de afectos que hemos observado en sus intereses”³⁷². *Mutatis mutandis*, estas características mantêm-se na ruralidade actual de Aliste e Trás-os-Montes.

b) As festividades em análise fogem ao padrão habitual deste tipo de manifestações; por um lado, realizam-se no período do Inverno e, por outro, limitam-se ao espaço antropológico e geográfico da comunidade que as celebra; talvez por isso, se revestem de facetas muito peculiares, distinguindo-se daquelas que acontecem na época estival, as festas de ano ou do santo padroeiro, “patronales”, ou ainda as romarias para grandes multidões, e que em pouco se distinguem de uma terra para outra. Trata-se de um padrão ancestral, mais remoto no tempo, indiciado no facto da sua permanência até à actualidade e no seu profundo arraigamento nos povos vizinhos de ambos os lados da fronteira. A especificidade da festa acaba por lhe conferir uma notoriedade que leva os jovens a identificá-la como um elemento diferenciador da sua comunidade de origem.

c) O tempo da sua realização é o chamado ciclo dos doze dias que vai do Natal à Epifania, um período de interrupção lectiva que facilita a assistência, e mesmo a participação dos jovens, aos rituais festivos; os alunos oriundos destas localidades, a residir nas cidades ou outros centros populacionais, podem também assistir à festa pelo facto de, por via de regra, virem passar o período de férias do Natal, Ano Novo e Reis à terra dos pais, avós ou de outros familiares. Alguns destes jovens deslocam-se propositadamente à terra dos pais (por vezes, dos avós) para participarem activamente nestas festividades, quando a sua presença se torna imprescindível, como é o caso das chamadas festas dos rapazes ou dos ‘quintos’. A antropóloga Paula Godinho constata este fenómeno: “afastados pela emigração, os “moços” são cada vez em menor número ao longo do ano nas aldeias; voltam, todavia, para celebrar a sua masculinidade, como conjunto de qualidades que a comunidade premeia”³⁷³. Este arraigo às tradições locais, ainda que alguns dos seus protagonistas se encontrem habitualmente longe, acaba por resolver o problema do despovoamento destes meios

³⁷² MÉNDEZ PLAZA, Santiago (2002), *Costumbres Comunales de Aliste*, 3ª reimpressão, Ed. Semuret, Zamora, p. 91.

³⁷³ GODINHO, Paula (1995), *Ser rapaz, ir à festa*, in *A Festa Popular em Trás-os-Montes – Actas do Congresso*, Ed. Nordeste, Lda., Bragança, p. 88.

rurais e garantir a sobrevivência das festas, numa estação do ano pouco favorável à sua celebração.

Instados os alunos a responder à questão do conhecimento que detêm sobre as mascaradas, constatamos que apenas cerca de metade deles assinalam conhecê-las, o que parece contradizer o que acima foi afirmado. Apesar disso, penso que podemos manter a asserção, na medida em que os alunos que não reconhecem estas tradições são oriundos de localidades onde elas não existem ou de meios urbanos, onde o mesmo se verifica. Poderíamos pensar que, tendo estas festividades, actualmente, uma certa notoriedade, todos as deveriam conhecer, o que não corresponde à verdade em relação a este último grupo de alunos. Existe uma justificação para este desconhecimento no facto de o tempo da celebração destas tradições ser festivo em qualquer parte do mundo cristão. Todas as localidades e todas as famílias ficam absorvidas com o “seu” próprio Natal ou Ano Novo, por exemplo, o que, em grande parte, limita a possibilidade de os alunos se deslocarem a outras terras e, conseqüentemente, de conhecerem as tradições diferentes das cristãs que nesses dias consagrados se acontecem.

A festa de Todos os Santos é marcada por uma tradição protagonizada pelos rapazes que consiste na recolha de lenha para ser leiloada perante todo o povo, revertendo o benefício obtido para sufrágio das Almas do Purgatório. Esta função é exercida pelo grupo de rapazes da aldeia, formando para o efeito, digamos, uma espécie de ‘confraria’ não institucionalizada. A festa é identificada por uma elevada percentagem de alunos espanhóis, contrariamente aos portugueses, que revelam um baixo nível de conhecimento sobre a realização desta festividade. O mesmo é dizer que a tradição se perdeu em muitas localidades bragançanas, fenómeno menos acentuado, apesar de tudo, nas localidades de Zamora. Contudo, apenas numa pequena localidade portuguesa, no município de Vinhais³⁷⁴, se faz uso da máscara e se celebram os tradicionais ritos de mascarados nesta festividade. Daqui deduzimos que nenhum dos alunos que a referenciou estivesse associando a festa à máscara, uma referência compreensível pela relevância religiosa que a festa deve assumir nessas localidades e que, de alguma maneira, deixa uma marca inesquecível nas suas

³⁷⁴ A festa da Cabra e do Canhoto realiza-se em Cidões, concelho de Vinhais, no dia 31 de Outubro. Não foi contemplada neste estudo por se situar num tempo exterior ao ciclo do Inverno.

É uma festa que se realiza nesta aldeia desde tempos muito antigos. Poderemos considerá-la uma festa do fim das colheitas que marca o início do Inverno nesta região do Nordeste Transmontano.

O Canhoto, popularmente, representa o Diabo. A Cabra é sua companheira, que acaba de ser sacrificada e consumida em comunhão por todos os habitantes da terra e forasteiros. Contudo, o Diabo e os seus companheiros, os rapazes, que são os organizadores da festa, vão manifestar a sua fúria por este acto – o abate da cabra. Por isso, vão vingar-se, virando o povo de pernas para o ar, tudo o que encontram à sua passagem. Vão instituir a desordem e o caos em toda a povoação.

O Canhoto ou Diabo, entidade superior, mítica, cria o caos nesta noite, para que uma nova ordem possa surgir e, assim, a comunidade possa atravessar tranquilamente a longa estação do Inverno que, simbolicamente, se inicia nessa noite.

memórias. Uma marca que poderá estar intimamente ligada ao culto dos mortos, os seus familiares mais próximos, que nesses se manifesta.

Quadro nº 12

Tipo de tradições e mascaradas conhecidas pelos alunos

Indicadores	Bragança		Zamora	
	Nº alunos	%	Nº alunos	%
1.Festividad de los Santos (1 noviembre)	71	9%	168	41%
2.Hoguera de Navidad o Año Nuevo	402	52%	91	22%
3.Fiesta de los mozos	200	26%	127	31%
4.Fiesta de San Esteban	107	14%	20	5%
5.Mascaradas de Navidad, Año Nuevo y Reyes	388	50%	168	41%
6.Cantar de los Reyes	389	50%	78	19%
7.Carnaval y miercoles de Cenizas	438	57%	277	68%
8.Otras fiestas con mascaradas o paloteo	207	27%	60	15%
9.Fiestas fronterizas com paloteo.	113	15%	20	5%
10.Alumnos que saben que estas mismas Fiestas se celebran en el país vecino.	138	18%	57	14%

O mesmo se pode afirmar em relação à Fogueira do Natal. A máscara não aparece neste ritual. Contudo, é identificado por muitos alunos pela mesma razão: a fogueira constitui um elemento fundamental na celebração do Natal e do Ano Novo em muitas terras (aldeias, vilas e pequenas cidades desta região), sendo que, em algumas o acender da fogueira acontece na véspera do dia da mascarada. Por outro lado, os seus dinamizadores são, justamente, os rapazes que, no dia seguinte, se vêm a mascarar e a assumir todo o protagonismo das celebrações. Há, portanto, uma ligação muito íntima entre o ritual da fogueira e as mascaradas que, de forma inconsciente, é apontada por este elevado número de alunos.

As festas dos rapazes ou dos 'quintos' são conhecidas por mais de um quarto das crianças e jovens estudantes das escolas de Zamora e de Bragança. É seguramente uma percentagem bem expressiva; podemos mesmo reconhecer que se trata de um conhecimento revelado por muitos mais alunos do que aqueles que são oriundos das localidades onde estas festas se celebram. Elas detêm, ao nível da população em geral, uma notoriedade regional, sem falar já naquela notoriedade nacional, extensiva apenas aos estudiosos destas matérias: jornalistas, fotógrafos, etnólogos, antropólogos, produtores de documentários... Significa isto que, apesar das dificuldades acima apontadas, muitos alunos obtiveram conhecimento da sua celebração por meios que vão para além da mera assistência presencial (em princípio,

apenas acessível aos da própria terra), podendo mesmo o tema ter sido tratado pelos professores durante as actividades lectivas.

Citemos alguns exemplos que parecem ser bem esclarecedores.

No Centro Rural Agrupado (CRA) de Moraleja del Vino, 14 dos 16 alunos inquiridos responderam conhecer a festa dos 'quintos' e do Zangarrón que se celebra em Sanzoles, uma localidade pertencente ao mesmo ayuntamiento. Além disso, 10 deles referiram conhecer também o Zangarrón de Coreses, uma localidade próxima mas pertencente a outro ayuntamiento. Convém ainda referir que os alunos desta localidade frequentam o seu próprio CRA e não o de Moraleja. Mais à frente veremos qual foi o processo pelo qual adquiriram esse conhecimento.

Idêntico resultado foi obtido no CRA de Ferreras de Abajo em que 12 de um total de 14 alunos referenciaram a celebração da "fiesta de los mozos". A verdade é que, sendo os alunos deste centro provenientes de quatro localidades, apenas em uma delas, Ferreras de Arriba, se realiza esta festividade. Uma vez mais somos levados a crer que todos tiveram oportunidade de conhecê-la através de informações prestadas durante as actividades escolares.

Nos centros educativos do meio urbano, no qual não se realizam festividades deste tipo, constatámos uma situação idêntica. Referimos os resultados da Universidade Laboral, uma escola de formação profissional. Mais de metade dos alunos responderam conhecer a "fiesta de los mozos". No colégio Obispo Nieto (CEIP) também de Zamora, o número de alunos conhecedores é menor, mas, mesmo assim, não deixa de ser significativo. Em qualquer destes casos, supomos que estes alunos ou são oriundos de comarcas onde existem estas tradições ou obtiveram esse conhecimento em ambiente escolar: nas actividades lectivas e nas conversas com colegas conhecedores das festas. Isto mesmo foi confirmado nas entrevistas que alguns professores concederam.

No distrito de Bragança, todas as escolas para os alunos deste nível etário se situam em centros urbanos, concentrando, por isso, alunos do meio rural e das cidades e vilas. A situação é, pois, mais semelhante à dos centros educativos da cidade de Zamora, acima exposta, do que à dos centros rurais agrupados. Nas escolas que recebem alunos das freguesias onde existem festas dos rapazes, cerca de metade deles afirmaram conhecê-las, por serem oriundos dessas terras ou por delas terem tido informações em conversas com professores, colegas, meios de comunicação social, documentários... Os restantes serão do meio urbano onde este tipo de celebrações não existe. A título de exemplo, referimos a Escola Secundária Miguel Torga de Bragança em que, de um total de 95 alunos inquiridos, 44 indicaram conhecer a festa dos rapazes. Resultados muito aproximados foram obtidos na Escola Secundária de Miranda do Douro: dos 90 alunos a quem foi aplicado o questionário, 39

assinaram conhecer este tipo de festividades. Note-se que esta escola, tal como a de Bragança acima referida, se encontra implantada num concelho de arraigadas tradições de festas dos moços ou da mocidade; também este estabelecimento de ensino recebe alunos do meio urbano e rural; em geral, são deste as referências ao seu conhecimento e daquele o seu desconhecimento.

Situação diametralmente oposta é apresentada por uma outra escola localizada num concelho onde as festas dinamizadas por jovens não existem, a Escola Secundária de Macedo de Cavaleiros: apenas 4 dos 104 alunos inquiridos assinalaram o seu conhecimento – um resultado óbvio e esperado. A aplicação do questionário a estes alunos foi decidida em função da tradição das mascaradas, realizadas no período do Carnaval, um contexto festivo desligado das tradições agora em análise.

As festas de Santo Estêvão não têm expressão significativa na província de Zamora. Assim se compreendem as nulas ou baixíssimas referências por parte dos alunos inquiridos.

Já no distrito de Bragança, as referências assumem alguma expressão, mas apenas nos concelhos e localidades onde esta tradição está vigente. Isto é detectado no concelho de Vinhais que celebra uma das mais importantes festas de Santo Estêvão com mascarados, na freguesia de Ousilhão. O mesmo se passa no concelho de Bragança, onde várias aldeias celebram este santo, a 26 de Dezembro, com ou sem mascarados, cuja festa é conhecida por “Mesa de Santo Estêvão”, uma refeição comunitária na qual todo o povo participa.

As mascaradas do Natal, Ano Novo e Reis são identificadas por todos os alunos das escolas localizadas nas comarcas de Zamora onde esta tradição se encontra fortemente enraizada. Esta é a constatação registada no CRA de Riofrío de Aliste (onde a festa de “Los Carochos”, celebrada no dia de Ano Novo, foi já declarada de “Interés Turístico Regional”) e de Montamarta, com a conhecida tradição do “Zangarrón” que começa no dia primeiro de Janeiro e continua no dia de Reis, “hecho que no se repite en ninguna otra fiesta de la provincia de Zamora”³⁷⁵. Em centros de outras comarcas que concentram várias localidades, possuindo esta tradição apenas algumas delas, as referências ao seu conhecimento rondam a metade dos alunos. Um resultado compreensível e aceitável. Por último, os centros que recebem alunos de localidades que não têm esta tradição e os da própria cidade de Zamora registam índices de conhecimento bastante mais baixos.

No distrito de Bragança, as referências às mascaradas do Natal, Ano Novo e Reis são idênticas, se tivermos em conta a inexistência de pequenos agrupamentos escolares rurais. Assim, nas escolas frequentadas por alunos provenientes de aldeias com estas tradições, são de 50%, ligeiramente e em média, as respostas positivas.

³⁷⁵ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 257.

Incluem-se neste grupo as escolas Miguel Torga e Paulo Quintela de Bragança, a Escola Secundária de Mogadouro e de Miranda do Douro. As restantes escolas apresentam dados inferiores de conhecimento, o que se explica pelo facto de apenas existirem estas tradições em uma ou duas das aldeias da sua área de implantação. É significativo notar ainda que, apesar de não haver mascaradas de Natal no concelho de Macedo de Cavaleiros, uma boa parte dos alunos deste agrupamento escolar indicou saber da sua existência. Por outras vias que não a presencial, como a seguir se constatará.

Quadro nº 13

Conhecimento das tradições - Quadro-síntese por sexos e regiões

Tradições	Bragança		Zamora	
	Masc.	Femin.	Masc.	Femin.
	381 = 49%	390 = 51%	212 = 52%	194 = 48%
1. Alunos que conhecem as festas com mascarados e pauliteiros.	247 = 32%	223 = 29%	156 = 39%	148 = 36%
2. Alunos que desconhecem as festas com mascarados e pauliteiros.	134 = 17%	167 = 22%	56 = 14%	46 = 11%
3. Conhecem as tradições pela assistência às celebrações festivas.	141 = 18%	143 = 19%	99 = 24%	99 = 24%
4. Conhecem as tradições pelas aulas, leituras, notícias, reportagens, fotografias...	189 = 25%	181 = 23%	102 = 25%	114 = 28%
5. Acham interessante que as pessoas assistam às celebrações no país vizinho.	318 = 41%	335 = 44%	130 = 32%	143 = 35%
6. Não acham interessante que as pessoas assistam às celebrações no país vizinho.	63 = 8%	55 = 7%	82 = 20%	51 = 13%
7. Alunos que referem os rituais das festas de mascarados.	240 = 31%	221 = 29%	147 = 36%	142 = 35%
8. Alunos que não referem os rituais das festas de mascarados.	141 = 18%	169 = 22%	65 = 16%	52 = 13%
9. Alunos com opiniões favoráveis acerca destas tradições.	351 = 45%	378 = 49%	186 = 46%	182 = 45%
10. Alunos com opiniões negativas acerca destas tradições.	30 = 4%	12 = 2%	26 = 6%	12 = 3%

Relativamente à variável independente “sexo” (gráfico nº 2), verifica-se um maior conhecimento das tradições por parte dos rapazes em relação às raparigas,

tanto numa como na outra região. A diferença de índices de conhecimento, não sendo de elevada expressão, é perfeitamente compreensível: trata-se de celebrações em que os rapazes um protagonismo determinante, do qual eles estão perfeitamente conscientes, e que constitui uma motivação acrescida para aqueles que são oriundos das localidades onde se realizam, sendo certo que mais cedo ou mais tarde serão chamados a participar nelas; para os que não são oriundos dessas terras, existe uma certa curiosidade natural em saber de que festas se trata, mesmo estando conscientes de nunca nelas poderão participar. Na verdade, se até mesmo os bailes são “momentos interditos a todos os que não pertençam à aldeia e destinados, principalmente quando são nocturnos, exclusivamente aos solteiros”³⁷⁶, muito mais rigor se aplica nos rituais propriamente ditos e marcantes em relação à exclusão de todos os que são de fora da aldeia.

Apesar de as moças não participarem activamente nos rituais fundamentais (nos bailes, é óbvio que participam e sem elas não se realizariam, mas estes são já momentos que podemos considerar profanos), a curiosidade feminina também se faz notar, ao revelarem as moças um índice bastante próximo do conhecimento dos rapazes.

O cantar dos Reis tem uma expressão mínima na província de Zamora. Contudo, no distrito de Bragança, tendo estado quase perdida, assiste-se actualmente ao seu renascimento, o que se reflecte nos índices relativamente elevados (metade dos alunos inquiridos) de referências. Para o presente estudo, este fenómeno não assume grande relevância, pelo facto de o *modus faciendi* deste ritual não implicar, na maior parte dos casos, a actuação de mascarados.

O período do Carnaval é bastante rico, tanto em Zamora como em Bragança, por conservar as formas tradicionais de celebrar este momento de transição no ciclo agrário: o fim do Inverno e o anúncio da Primavera. Falar em “formas tradicionais” implica eliminar na sua celebração influências de carnavais muito mediáticos, de outras partes do País e do estrangeiro, para considerar e valorizar aquelas que desde sempre foram utilizadas e que mantêm a simbologia original: a expurgação dos malefícios do Inverno na natureza e os ritos da fertilidade.

Em Almeida, comarca de Sayago, o ritual da “Vaca Bayona” é a forma mais autêntica de celebrar o Carnaval. Em Pereruela, da mesma comarca, a figura da vaca continua a ser o centro destas celebrações, sendo aqui designada de “Vaca Antrueja”. Se, até um passado recente, todas as localidades desta comarca celebravam este mesmo ritual, numa espécie de culto a esta animal “sagrado”, hoje em dia apenas as duas localidades referidas o mantêm vigente. Dizemos animal “sagrado” no sentido de que foi, até há bem pouco tempo, fundamental para a sobrevivência destas

³⁷⁶ GODINHO, *Op. Cit.*: 82.

populações. A sua preservação deve-se projectos educativos de centros escolares locais, projectos esses continuados por associações culturais que neles muito se estão empenhando. Isto mesmo nos foi confidenciado pelo Prof. Juan Antonio Panero, investigador e um grande dinamizador da cultura popular em Sayago. “O que é curioso é que foi uma instituição educativa a fazer todo o trabalho de recuperação, por intermédio e acção do director (o próprio Juan Panero). Foram os próprios alunos os agentes activos deste trabalho de viabilização desta espécie de pantomina. Na verdade, não eram apenas os de Almeida, mas os alunos de 14 localidades à volta, que para aqui se deslocam à escola. Algumas destas aldeias também tinham a mesma tradição da Vaca Bayona ou da sua correspondente, a Vaca Antrueja e, por isso, também esta actividade agradou muito aos seus moradores”³⁷⁷.

O desconhecimento do conjunto das tradições afins do outro lado da fronteira, por parte dos alunos espanhóis e portugueses, é recíproco. Apesar de tudo, os níveis são superiores àqueles que, à partida, se poderiam esperar: 18% por parte dos alunos brigantinos e 14% por parte dos zamoranos.

É facilmente compreensível a justificação que podemos apresentar para este mútuo alheamento. As tradições, por serem as mesmas em ambas as regiões, celebram-se justamente nas mesmas datas, o que impede qualquer cidadão de se deslocar ao outro lado da fronteira para assistir ao que lá se passa, ocupado que está com as celebrações que acontecem na sua própria terra. Além disso, esta quadra festiva é especialmente dedicada ao convívio familiar. Na verdade, só alguém com muito interesse ou por obrigações profissionais é que abandona a família, por exemplo, no dia de Natal ou de Ano Novo, para assistir a qualquer evento festivo fora da terra. Mesmo que seja ali ao lado, dentro do próprio país, quanto mais ao estrangeiro, sendo certo que Espanha para os portugueses e Portugal para os espanhóis não seja, hoje em dia, ‘estrangeiro’ como o é outro país qualquer, longínquo e com culturas mais diferenciadas.

No total, é de 18% a percentagem de alunos portugueses e de 14% de espanhóis que assinalaram ter conhecimento que estas festividades se celebram no país vizinho. Um nível pouco expressivo mas aceitável, dados os condicionalismos acima expostos.

Ainda assim, verificam-se diferenças significativas entre as escolas localizadas mais próximo da fronteira e as que se situam em zonas mais interiores.

Na comarca de Aliste, E.S.O. de Alcañices (21%) e em Puebla de Sanábria, E.S.O. Valverde de Lucerna (15%), o nível de conhecimento é aceitável, o que explica mais pela convivência das populações fronteiriças do que pela proximidade geográfica. Esta

³⁷⁷ PANERO, Juan Antonio, ex-director do CEIP “Matilde Ledesma” de Almeida de Sayago, entrevista concedida em 10-07-2008.

asserção pode ser confirmada pelo que os resultados do questionário revelam em Almeida, segundo os quais nenhum dos alunos revelou conhecer o que se passa mesmo ao lado, em Miranda do Douro. O rio Douro com suas arribas profundas tem sido, ao longo dos séculos, um obstáculo à convivência entre os dois povos. Nos centros mais afastados da fronteira e na capital, o nível de conhecimento das festas portuguesas é mesmo muito baixo.

O mesmo se constata nas escolas portuguesas de Bragança. Na região do Planalto Mirandês, os resultados apontam para uma percentagem de 50% de alunos conhecedores das tradições de Zamora, enquanto no concelho de Bragança, os valores baixam para cerca 15%, nas escolas Miguel Torga e Paulo Quintela, bem como na Escola Secundária de Vinhais. O resultado da Secundária de Mogadouro, por se encontrar nas mesmas condições geográficas, do outro lado da fronteira, apresenta-se idêntico ao de Almeida de Sayago. Nas restantes escolas, pelas referidas razões de afastamento, os dados são reveladores do mesmo alheamento detectado nas localidades do interior da província de Zamora.

Na abordagem da variável independente dos alunos oriundos dos meios urbanos e rurais, os primeiros foram considerados:

- a cidade de Zamora, Puebla de Sanábria e Alcañices, por ser uma cidade e as duas vilas de maiores dimensões;
- Bragança, Miranda do Douro e Macedo de Cavaleiros, por serem as três localidades com o estatuto de cidade e também as de maiores dimensões;
- todas as restantes localidades em estudo da província de Zamora são de pequenas dimensões e, conseqüentemente, consideradas como meios rurais;
- no distrito de Bragança, Mogadouro e Vinhais, foram incluídos nos meios rurais, embora se possam considerar de média dimensão, considerando os padrões demográficos das duas regiões em estudo, e detendo o estatuto de vila e de sede de município; as restantes duas localidades, Sendim e Torre de Dona Chama, com o estatuto de vila, são de pequena dimensão e também foram incluídos nos meios rurais.

Quanto à variável independente “meios rurais e urbanos”, (gráfico nº 3) no distrito de Bragança não se nota grande variação do nível de conhecimento entre os alunos provenientes de um e do outro meio social. Uma variação mais expressiva é detectada na província de Zamora, em que os alunos do meio rural demonstram conhecer melhor estas tradições. Este facto é perfeitamente compreensível: todas estas tradições se celebram em ambientes rurais.

Por outro lado, as formas de aquisição desse conhecimento confirmam:

- a) Os alunos do meio rural, em ambas as regiões, revelam uma assistência maior às celebrações; contudo, não se pode considerar menosprezável o conhecimento que estes alunos obtiveram ou aprofundaram através de leituras e dos meios de comunicação social, uma vez que também é referido por cerca de metade dos alunos.
- b) Também os alunos das escolas urbanas revelam uma assistência menor às tradições do que os das rurais. A explicação é a mesma que acima foi apresentada. Neste aspecto, o resultado é concordante em ambas as regiões, com índices mais divergentes no tocante às assistências do que no conhecimento obtido por vias indirectas.

Quadro nº 14 - Conhecimento das tradições

Quadro-síntese por meios rurais e urbanos

Tradições	Bragança		Zamora	
	Meio rural	Meio urbano	Meio rural	Meio urbano
	323 = 42%	448 = 58%	84 = 21%	322 = 79%
1. Alunos que conhecem as festas com mascarados e pauliteiros.	197 61%	283 63%	76 90%	228 71%
2. Alunos que desconhecem as festas com mascarados e pauliteiros.	126 39%	165 37%	8 10%	94 29%
3. Conhecem as tradições pela assistência às celebrações festivas.	133 41%	161 36%	47 56%	141 44%
4. Conhecem as tradições pelas aulas, leituras, notícias, reportagens, fotografias...	145 45%	235 52%	43 51%	173 54%
5. Acham interessante que as pessoas assistam às celebrações no país vizinho.	276 85%	377 84%	77 92%	196 61%
6. Não acham interessante que as pessoas assistam às celebrações no país vizinho.	47 15%	71 16%	7 8%	126 39%
7. Alunos que referem os rituais das festas de mascarados.	192 59%	269 60%	81 96%	208 65%
8. Alunos que não referem os rituais das festas de mascarados.	131 41%	179 40%	3 4%	114 35%
9. Alunos com opiniões favoráveis acerca destas tradições.	315 98%	414 92%	80 95%	295 92%
10. Alunos com opiniões negativas acerca destas tradições.	8 2%	34 8%	4 5%	27 8%

As festas fronteiriças, compartilhadas pelas populações de ambos os lados da raia, são referidas pelos alunos dessas localidades. Uma das mais emblemáticas, com uma arraigada tradição que nunca deixou de se cumprir, é a romaria de Nossa Senhora da Luz. A data da sua celebração é o último domingo de Abril, no cume de uma colina, em cima da linha de fronteira, entre as aldeias de Moveros (espanhola) e Constantim (portuguesa); é mencionada pelos alunos de Alcañices, de Zamora e do concelho de Miranda do Douro, que a conhecem por nela terem participado. Também a romaria da senhora da Ribeira, conhecida em Espanha por “Ribeiriña”, constitui um momento especial de convívio entre as populações raianas; celebra-se no último domingo de Maio, num local ermo, mas aprazível, dentro do termo da aldeia de Quintanilha (Portugal), a cerca de um quilómetro da fronteira. Mesmo nos tempos de fronteiras bem fechadas não deixou de se celebrar, permitindo as guardas (Fiscal portuguesa e Civil espanhola) que as pessoas, nesse dia, transitassem livremente e atravessassem a fronteira. Esta romaria, apesar de se realizar em território português, é referida por um número não muito elevado de alunos espanhóis, mas não conta com qualquer referência por parte dos alunos portugueses.

Recentemente têm vindo a organizar-se encontros de pauliteiros, de *paloteo* e da dança das espadas, na cidade de Miranda do Douro. Contam com a participação de grande número de grupos de mirandeses e de várias regiões de Espanha. Acontece no Verão, sem data fixa. Também em Tábara, comarca com forte tradição de *paloteo*, se começaram a organizar estes encontros que, para além da exibição dos grupos com suas danças, incluem também conferências proferidas por especialistas convidados, espanhóis e portugueses. Estes eventos são mencionados já pelos alunos, uns e outros, o que demonstra o interesse que estas danças vêm suscitando nos jovens e consolida o fenómeno do seu ressurgimento.

2. Processo de aquisição do conhecimento das tradições

Nesta questão do questionário, os alunos foram confrontados, em síntese, por duas formas pelas quais chegaram ao conhecimento das tradições que envolvem mascarados: uma forma presencial, pela assistência aos rituais das festividades e outra indirecta, as explicações dos professores e dos colegas, as leituras que eventualmente tenham feito e as notícias e reportagens que tenham visto ou ouvido na televisão e na

rádio. A primeira forma envolve uma só pergunta, enquanto a segunda contém várias possibilidades de resposta; contudo, elas não são exclusivas, podendo os alunos inquiridos assinalar simultaneamente vários tipos de aquisição de conhecimento, o que, de facto, veio a acontecer.

Os resultados são muito aproximados em ambas as regiões, podendo considerar as oscilações pouco significativas.

No respeitante à forma presencial, a assistência e mesmo a participação nos actos festivos, cerca de metade dos alunos assinalaram ser esta a forma pela qual chegaram ao conhecimento da tradição: um pouco mais por parte dos alunos espanhóis, um pouco menos por parte dos portugueses. Não deixamos, por isso, de considerar que, tanto uns como os outros, detêm um nível considerável de participação mais ou menos activa nos rituais de mascarados. Obviamente, trata-se de uma participação limitada, na generalidade dos casos, às celebrações das suas terras de origem.

Quadro nº 16 - Formas de conhecimento das tradições

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1. Assistindo às representações	347	45%	215	53%
2. Ouvindo professor	108	14%	103	25%
3. Ouvindo colegas	170	22%	115	28%
4. Lendo textos, cartas, mails,sms	124	16%	28	7%
5. Lendo livros, jornais, revistas	171	22%	119	29%
6. Vendo fotografias	173	22%	131	32%
7. Notícias/reportagens rádio e TV	247	32%	130	32%
8. Pais participantes nos rituais	181	23%	175	43%
9. Alunos assistentes no país vizinho	90	12%	69	17%
10. Assistências (nº tradições+nº alunos)	80	10%	80	20%

As explicações dos professores dentro da sala de aula acerca destas tradições são reduzidas: são referenciadas por um quarto dos alunos de Zamora e bastante menos por parte dos alunos de Bragança. A justificação para esta ausência das

tradições locais no ensino escolar é dada por alguns dos professores entrevistados. Apesar de todos lhes atribuírem um grande valor pedagógico, reconhecem que este recurso não está a ser devidamente aproveitado.

Como razão de fundo desta situação, Bernardo Calvo Briosso refere: “La tradición cultural es la gran asignatura pendiente del currículo de la escuela española. Se há considerado, por parte de las autoridades educativas, la tradición cultural como algo arcaico y atrasado y cuesta romper esta tendencia. Es ahora cuando empieza en la escuela la recuperación de juegos y bailes antiguos, así como a tocar instrumentos tradicionales como gaita, flauta y tamboril. También la Administración empieza a potenciar los museos etnográficos como fuente para conocer el pasado” (Calvo, entrevista). Outras razões de ordem funcional são apresentadas por outros professores, nomeadamente, o facto de a maior parte dos professores vir de fora da terra para leccionar. Francisco Javier Pérez confirma: “Hoy, desgraciadamente, los profesores no son de la zona y el peso recae en las asociaciones culturales”³⁷⁸. Acresce dizer que estas tradições se celebram em períodos de interrupção lectiva (do Natal aos Reis e no Carnaval), o que naturalmente impede estes professores de tomarem conhecimento delas *in loco e in tempore opportuno*, como seria desejável para a sua valorização educativa.

As mascaradas do Carnaval estão, contudo, mais presentes nas actividades das escolas, tanto no distrito de Bragança como na província de Zamora, com a construção de máscaras pelos alunos e a organização de cortejos alusivos a este momento festivo. Isso mesmo é confirmado pelo professor Jesús Romero Pérez, de Alcañices: “En las escuelas se ha participado en las mascaradas de Carnaval”³⁷⁹. Existem, apesar de tudo, projectos educativos de maior dimensão, relacionados com as festas de máscaras e com a dança dos pauliteiros, em ambas as regiões, que oportunamente serão apresentados.

As conversas entre alunos sobre este tema revelam um índice ligeiramente superior ao das explicações ou informações prestadas pelos professores. Não estando inserido em nenhum conteúdo programático de nenhuma disciplina, o tema só é abordado pelos professores, durante as aulas, que o desejarem e se dele tiverem o conhecimento suficiente que o permita, o que muitas vezes não acontece. Por outro lado, os alunos provenientes das localidades que preservam estas tradições poderão sentir-se motivados em falar delas aos das terras que não as mantêm. Talvez pelo facto de se tratar de celebrações de características, de certa forma, “carnavalescas” realizadas na quadra natalícia, uma época de celebrações profundamente cristãs. Para

³⁷⁸ ROMERO PÉREZ, Jesús, ex-director do CEIP “Virgen de la Salud” de Alcañices, e entrevista concedida em 12-08-2008.

³⁷⁹ *Idem*.

quem não conheça, é uma tradição que pode provocar alguma surpresa, que motivará os alunos a falarem sobre o tema.

As leituras que os alunos fazem, tanto de um lado como do outro da fronteira, assentam bastante mais em livros, jornais e revistas do que em trocas de mensagens por sms ou correio electrónico. Será este facto compreensível. A verdade é que se torna mais estimulante ler uma notícia que fala de uma tradição ou uma festa da “nossa” terra do que escrever esse tipo de informação através do correio electrónico ou sms para que o colega a possa ler. Talvez possamos afirmar mais propriamente: os alunos lêem menos porque escrevem menos com o recurso a esta espécie de suporte escrito. O que podem ler é, justamente, a notícia ou o trabalho que os estudiosos ou os profissionais da comunicação escrevem nos livros, jornais ou revistas, que estão à sua disposição na biblioteca da escola ou nas suas casas.

A visualização de fotografias é, por certo, agradável quando elas mostram eventos festivos que se realizam na área da naturalidade dos jovens. Nelas se podem rever pela identificação de amigos, familiares ou, simplesmente, pessoas conhecidas. Constituem uma excelente forma de aquisição de conhecimento, já que uma ‘imagem vale mil palavras’, segundo uma expressão correntemente utilizada. Por isso, não é de admirar que esta resposta tenha sido assinalada mais do que qualquer outra das formas indirectas de conhecimento das tradições.

As notícias e reportagens na rádio e na televisão sobressaem como a forma não presencial mais assinalada de conhecimento (cerca de um terço dos inquiridos). O seu índice de referências é exactamente o mesmo para os alunos da província de Zamora e do distrito de Bragança. À semelhança da visualização fotográfica, podemos também afirmar que eles se revêem nas imagens que passam e nos comentários que, simultaneamente, são produzidos. Uma notícia que é dada na televisão e, ainda mais, um documentário sobre a terra a que pertencem, é sempre motivante. É a valorização de um elemento da sua cultura, que os distingue e identifica e que é mostrado ao mundo. A estes meios audiovisuais podemos acrescentar as novas tecnologia da informação e da comunicação – a internet. Esta temática foi amplamente desenvolvida pela Prof^a Olaia Fontal Merillas, da Universidad de Oviedo: “cada vez son más los portales temáticos que tratan del tema del patrimonio cultural en Internet; en estos portales encontramos una estructuración mucho más tradicional, pero también sistematizada, del conocimiento”³⁸⁰. É, por isso, também uma fonte de aprendizagem, à qual os alunos poderão ter acedido.

³⁸⁰ FONTAL MERILLAS, Olaia (2003), *La enseñanza – Aprendizaje del patrimonio cultural en Internet*, in *El Patrimonio y la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, Universidad de Castilla – La Mancha, Cuenca, p. 371.

2. 1. Formas de conhecimento das tradições, por níveis sociais

Torna-se oportuno fazer esta análise no sentido de apurar o grau de assistência às celebrações que incluem mascarados e pauliteiros/*paloteo*, segundo os níveis sociais dos alunos. Para o efeito, foi elaborado um quadro sinóptico (nº 16) que inclui os alunos de ambas as regiões.

Quadro nº 16

Assistência às celebrações, por níveis sociais

Indicadores	Bragança				Zamora			
	Níveis				Níveis			
	1	2	3	4	1	2	3	4
1.Assistência às celebrações	4 57%	37 39%	136 40%	117 36%	0 0%	25 49%	93 47%	70 45%
2. Formas indirectas de conhecimento	3 43%	39 40%	90 27%	54 16%	2 100%	11 22%	71 36%	32 20%
3.Desconhecimento das tradições	0 0%	20 21%	113 33%	158 48%	0 0%	15 29%	32 17%	55 35%

Quadro geral dos alunos por níveis sociais

Regiões	Níveis sociais			
	1	2	3	4
Bragança 771 alunos	7 1%	96 12%	339 44%	329 43%
Zamora 406 alunos	2 1%	51 12%	196 48%	157 39%

Na leitura do quadro, devem ser tomados em consideração os procedimentos que presidiram à sua elaboração.

- a) Em primeiro lugar, foram contabilizados os alunos que afirmaram conhecer as tradições “asistiendo a celebraciones colectivas”, consoante o seu nível social;
- b) O segundo indicador é constituído pelos alunos que tiveram conhecimento das tradições por vias indirectas, não presenciais, portanto, como as leituras, as informações prestadas pelos professores, em ambiente lectivo, pelos colegas, por meios audiovisuais, pelos meios de comunicação social e internet; foram excluídos deste conjunto os alunos do primeiro indicador que, além do conhecimento presencial, também revelaram ter acedido às informações pelas vias indirectas;
- c) O conjunto de alunos do terceiro indicador corresponde aos que não assinalaram nenhuma das formas de conhecimento e, portanto, desconhecem-nas por completo;
- d) O cálculo das percentagens foi indexado ao total dos alunos de cada nível social; estes totais podem consultar-se na tabela “quadro geral dos alunos por níveis sociais”.

Colocados que foram os pressupostos da leitura do quadro, passamos à análise dos seus resultados.

Relativamente ao primeiro indicador, constatamos que, de um modo genérico, tanto em Zamora como em Bragança, os alunos oriundos de estratos sociais ditos mais “elevados” apresentam índices de assistência às celebrações superiores aos dos alunos dos níveis ditos mais “baixos”. Querirá esta constatação significar que o conhecimento dos alunos dos primeiros níveis é mais sólido e consistente, já que se fundamenta mais na vivência que eles próprios tiveram do que nas informações que outros lhes transmitiram ou a que eles acederam pela via da leitura ou do visionamento de imagens. Contudo, salta à vista uma excepção a esta inferência: a dos alunos do primeiro nível social de Zamora que apresentam um índice zero de assistência às celebrações; devemos, no entanto, compreender que facilmente este resultado se poderia obter, pelo número muito reduzido de inquiridos que nele se enquadra.

Conforme acima foi referido (alínea b) dos procedimentos da elaboração do quadro), a maioria dos alunos que assinalou ter assistido às celebrações também indicou ter acedido a elas pelas vias indirectas; desta forma, o conhecimento baseado nas vivências foi aprofundado pelas leituras que fizeram e pelos restantes processos de aprendizagem. Este é um dado a acrescentar ao indicador seguinte; só não foi inserido no quadro por uma questão de facilitação da análise dos resultados desta variável independente.

O indicador das formas indirectas de conhecimento revela a mesma tendência do da assistência às celebrações: quanto mais “elevado” for o nível social dos alunos, maior é o índice de referências a este recurso de aprendizagem das tradições. Esta tendência manifesta-se em ambas as regiões, embora com valores percentuais diferentes. Na verdade, pelas mesmas razões acima expostas, os alunos do primeiro nível social de Zamora, sendo em número reduzido, todos assinalaram o recurso às formas indirectas de conhecimento; este resultado (100%) contribui decididamente para o agravamento do diferencial entre as duas as regiões. Contudo, repito, a tendência decrescente do uso deste processo de aprendizagem é idêntica; exceptuam-se os resultados percentuais expressos pelos alunos de Zamora nos segundo e terceiro níveis, onde a tendência se inverte.

O terceiro indicador apresenta os resultados dos alunos que não assinalaram nenhuma das formas de conhecimento, ou seja, os que desconhecem por completo as celebrações que incluem mascarados e pauliteiros/*paloteo*. Os resultados deste item confirmam os dos dois anteriores: quanto mais “baixo” for o nível social dos alunos, maior é o seu desconhecimento das tradições; conseqüentemente, a relação inversa dos factores impõe-se por si mesma.

De um modo geral, o espectro das formas de conhecimento das tradições e do seu desconhecimento afigura-se idêntico em ambas as regiões, no que diz respeito a esta variável independente. Poderemos inferir que as condições sociais e culturais dos alunos de ambas as regiões são também muito semelhantes, uma vez que foi por elas que se obtiveram estes resultados.

2. 2. Participação dos pais nas celebrações

Ao abordar a participação dos pais nos actos festivos, referimo-nos ao passado não muito longínquo, o tempo da sua juventude, a idade em que todos os jovens da terra deviam tomar parte activa neles. Ciclicamente todos deviam representar determinados papéis e assumir certas funções, como já acima foi explicado. Em algumas terras, esta participação reveste-se de um carácter obrigatório e indispensável para que o jovem iniciado viesse a ser considerado ‘membro de pleno direito’ da comunidade, cabalmente integrado no grupo social dos adultos. Caso não aceitasse este desempenho, corria o risco de ser considerado um estranho, pelo menos, temporariamente, isto é, enquanto os homens da sua geração não dessem o facto por esquecido. Nas funções de liderança “todos os rapazes acabam por ser chamados a desempenhar estas funções”³⁸¹, podendo alguns ser eleitos líderes mais do que uma vez, contrariamente ao que acontece em aldeias maiores onde, dado o elevado número de jovens solteiros, só o podem ser uma vez na vida. O desempenho de outros

³⁸¹ TIZA, *Op. Cit.*: 61.

papéis ou personagens dos rituais: “os papéis que cabem a cada um são rotativos, por esta ordem: no primeiro ano faz de ‘moço’, no segundo de ‘sécia’, no terceiro de ‘mordomo’ e no quarto de ‘farandulo’”³⁸². Esta citação refere-se à festa do Santo Menino realizada em Tó do município de Mogadouro, no Planalto Mirandês.

Este carácter iniciático das festas dos rapazes é reforçado por Paula Godinho. Segundo ela, marca-se a entrada no grupo social dos jovens não apenas pelos factos biológicos, mas “a assumpção da passagem a partir de uma construção em torno do que deve ser um rapaz é, assim, fundada sobre a cultura e reenvia-nos para o carácter iniciático do momento festivo”³⁸³. Desta forma, a participação do jovem na festa assume um carácter eminentemente social: o reconhecimento público, por parte da mocidade da sua condição de membro deste grupo social e, conseqüentemente, da comunidade.

Encontramos idêntico costume nas mascaradas da comarca de Aliste, Zamora: “Cada año entran a formar parte de la fiesta cuatro personas que son los llamados entrantes y salen otros cuatro: “tafarrón”, “madama” y los dos alcaldes. Los entrantes se convierten al año siguiente en mayordomos, y en el siguiente, según sorteo, serán los alcaldes, el “tafarrón” o la “madama”. Por tradición, todos aspiren a ser “tafarrón”, pero todos llevan con orgullo el papel que les ha tocado desempeñar en la función”³⁸⁴. O orgulho de participar na festa e ascender ao estatuto de membro de pleno direito da comunidade.

Por estas razões, consideramos a participação dos pais nas festas como motivadora da formação da identidade cultural dos alunos e do interesse pelo conhecimento das suas tradições. Por outro lado, ao constatarem a intervenção dos seus maiores nos ritos tradicionais, são levados a seguirem o seu exemplo, garantindo a continuidade das festas. Por outro lado, começam a ganhar a consciência do valor de que os actos se revestem para a comunidade. Esta faceta revela-se bastante mais notória na província de Zamora, com um nível de respostas favoráveis acima dos 40% dos alunos. Os restantes que não assinalaram esta circunstância serão alunos exógenos das localidades que mantêm a tradição. A mesma hipótese se aplica aos alunos do distrito de Bragança, embora o índice de respostas positivas seja consideravelmente menor, como se pode constatar no quadro das formas de conhecimento das tradições.

Pelo facto de os rituais festivos se desenrolarem todos em meios rurais, considera-se oportuno fazer uma análise ao indicador “participação dos pais” nestes rituais, segundo a variável do meio rural/meio urbano.

³⁸² *Idem*: 195.

³⁸³ GODINHO, *Op. Cit.*: 83.

³⁸⁴ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 203.

Os resultados constam do quadro seguinte.

Quadro nº 17

Participação dos pais dos alunos nas celebrações

Indicadores	Bragança		Zamora	
	Meios		Meios	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
1.Pais participantes nas celebrações.	94 21%	87 27%	142 44%	33 39%
2.Pais não participantes nas celebrações.	354 79%	236 73%	180 56%	51 61%

Quadro geral dos alunos por meios populacionais

Regiões	Meios populacionais	
	Urbano	Rural
Bragança	448 58%	323 42%
Zamora	322 79%	84 21%

Sobre os resultados obtidos neste indicador passamos a apresentar as reflexões que se tornam oportunas:

- a) Denotam-se tendências opostas entre as respostas dos alunos do distrito de Bragança e os da província de Zamora: uma maior incidência de participação dos pais dos alunos das escolas rurais do primeiro conjunto e menor do segundo conjunto; ou seja, em Bragança participam mais nas festas os pais dos alunos das escolas rurais e em Zamora são mais participantes os pais dos alunos das escolas urbanas;

- b) O inverso é óbvio e consequente: em Bragança, os não participantes do meio rural apresentam um índice mais baixo no meio rural do que os de Zamora;
- c) Pelo exposto, torna-se impossível extrair uma conclusão geral, isto é, que compreenda uma tendência comum às duas regiões.

2. 3. Assistência às celebrações no país vizinho

O conhecimento obtido presencialmente, através da assistência dos alunos de Zamora às festividades de Bragança e vice-versa, é reduzido, como facilmente se podia antever. Os índices revelados não coincidem rigorosamente com os do item do conhecimento das tradições do país vizinho (acima analisado) mas são muito aproximados.

Haverá, além disso, algum desvio nas percentagens reveladas, pecando por excesso, porquanto os alunos indicaram ter assistido a festas de todo o tipo e não especificamente às de mascaradas e pauliteiros. É pouco credível que 10% dos alunos portugueses inquiridos tenham assistido a estas festividades da província de Zamora, tal como é que 17% dos alunos espanhóis o tenham feito em relação às mesmas no distrito de Bragança.

Comprovamos isso mesmo ao detectarmos quais foram, concretamente, as festividades a que assistiram: uns indicaram ter assistido a festas no país vizinho, sem especificar nenhuma em concreto e outros referiram-nas pelas suas designações. São as seguintes, por ordem decrescente de número de referências:

Festividades que os alunos de Zamora conheceram, por a elas terem assistido:

- Romaria internacional de Nossa Senhora da Luz (18);
- Encontro Ibérico de Pauliteiros em Miranda do Douro (8)
- Mascaradas de Carnaval (5);
- Desfile ibérico de mascaradas em Bragança (4);
- Romaria de Nossa Senhora do Naso em Póvoa, Miranda (4);
- Festa medieval “Festa da História” em Bragança (3);
- Mascaradas de Natal e Ano Novo (2);
- Romaria de Nossa Senhora da Ribeira “Ribeiriña” (2)
- Outras festas e feiras de produtos regionais.

Festividades que os alunos de Bragança conheceram da mesma forma:

- Celebração dos Reis (14);
- Carnaval (13);
- Semana Santa (8);
- Festas do Verão, “patronales” (5);
- Romaria da “Virgen del Castillo” (4);
- Romaria de Nossa Senhora da Luz (3);
- Encontro Ibérico de Pauliteiros (3);
- Outras festas.

Nota: os algarismos escritos entre parêntesis depois dos eventos festivos indicam o número de referências que os alunos fizeram a essa festa; não correspondem ao número de alunos que as fizeram, uma vez que alguns referiram mais do que uma.

Uma vez mais, são os alunos residentes mais próximo da fronteira, quer de um lado, quer do outro, que mais assinalaram ter assistido às festividades da região vizinha. Destas só algumas dizem respeito ao tema específico sobre o qual a pergunta foi formulada: as que incluem rituais de mascaradas (Carnaval, desfiles de mascarados, Natal, Ano Novo e Reis) e danças de pauliteiros/*paloteo*, o que acontece nas romarias das Terras de Miranda, Mogadouro, Aliste, Tábara e Tierra del Pan, em algumas das festas dos santos patronos e, por excelência, nos encontros internacionais de grupos destas danças. Um pouco mais para o interior do distrito, em Salselas, no município de Macedo de Cavaleiros, também o grupo de pauliteiros ali existente é, pontualmente, convidado a actuar em determinadas festas, feiras e romarias mas não com carácter de continuidade, de maneira a que se possa falar em tradição. Este facto, aliado à própria localização de afastamento da fronteira, pode ajudar a compreender a ausência de qualquer referência a esses eventos festivos.

Concluindo, as festas tradicionais estão bem presentes no universo local e envolvente dos jovens de cada uma das regiões. Contudo, ainda é grande o desconhecimento do que se passa para lá de fronteira política e administrativa, mesmo que se situe ali mesmo ao lado e sejam muitas as afinidades culturais. Citando Calvo Brioso, “queda mucho por hacer en este tema”³⁸⁵.

³⁸⁵ CALVO BRIOSO, Bernardo, Inspector do Ministerio de Educación, Zamora, entrevista concedida em 12-08-2008.

3. Valorização das tradições

3.1. Interesse que as tradições despertam

Na primeira componente da questão da valorização das tradições festivas colocámos aos alunos uma pergunta directa sobre o interesse que elas lhes despertam. A pergunta incide sobre um facto de âmbito pessoal que não entra na esfera da indisciplina e, portanto, não inibe os alunos de responderem sem qualquer embaraço. São quatro os indicadores da pergunta: as tradições são muito interessantes, interessantes, pouco e nada. Cada um dos alunos assinalou apenas um destes indicadores e o resultado foi o que o quadro seguinte mostra.

Quadro nº 18

Interesse que as tradições despertam nos alunos

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1.Consideran estas tradiciones muy interesantes.	248	32%	90	22%
2. Interesantes	415	54%	219	54%
3.Poco interesantes	62	8%	56	14%
4.Nada interesantes	46	6%	41	10%

Como se pode verificar no quadro nº 18, uma significativa percentagem de alunos portugueses considerou “estas tradiciones muy interesantes”, cerca de um terço; os espanhóis revelaram-se menos valorizadores deste indicador que, apesar disso, é bastante demonstrativo da valorização positiva que fazem das suas tradições. Há que pensar que este é o indicador mais elevado da questão. Por outro lado, pelo seu nível etário (crianças e adolescentes) estes alunos tenderiam a desvalorizar as coisas ditas “antigas”, próprias dos mais velhos, perante a parafernália de divertimentos, actividades desportivas, passa-tempos, jogos informáticos... que estão diariamente ao seu dispor.

O indicador “interessantes” é, sem dúvida, o mais cotado. Mais de metade dos alunos o referenciaram, obtendo-se exactamente o mesmo índice de referência em ambas as regiões. O resultado deste indicador comprova e conduz-nos aos seguintes corolários:

- os jovens oriundos dos meios rurais tendem a valorizar os elementos constitutivos da identidade cultural das suas comunidades; (elaborar quadro)

- a valorização destes elementos culturais pelos mais jovens é possível se as comunidades a que pertencem os mantêm vigentes;

- em algumas localidades estas tradições haviam-se perdido e são agora os jovens os grandes dinamizadores do seu ressurgimento;

- não existe qualquer constrangimento ou incompatibilidade entre a tradição e a modernidade; pelo contrário, são os jovens que colocam os seus saberes da área das novas tecnologias da comunicação e da informação ao serviço da divulgação e da promoção das suas mais ancestrais tradições; basta fazer uma simples busca na internet para encontrarmos inúmeros ‘sítios’ e ‘blogs’ com textos, comentários, fotografias e vídeos sobre as tradições locais.

Os indicadores “pouco interessantes” e “nada interessantes” revelam índices baixos e residuais de respostas, respectivamente, sobretudo por parte dos alunos portugueses. Por isso, podemos considerá-los de pouco significado, inócuos, para a consolidação da hipótese apresentada. A verdade é que, somados os dois primeiros indicadores, os favoráveis “interessantes” e “muito interessantes”, obtemos índices muito confortáveis, superiores a 75% dos inquiridos, tanto em Bragança como em Zamora (consultar quadro nº 5, acima inserido).

A propósito dos resultados menos favoráveis, necessário se torna fazer os seguintes comentários, para a sua compreensão:

- os mais elevados índices de respostas negativas encontram-se nas escolas das cidades; este facto é perfeitamente compreensível se pensarmos que estas escolas recebem muitos alunos da própria cidade e de meios rurais que nada têm a ver com as tradições em análise; não assistindo a elas, conhecendo-as apenas por meios indirectos ou desconhecendo-as mesmo, de modo algum as podem valorizar (consultar quadro do meio rural/urbano);

- o mesmo podemos afirmar a respeito dos centros educativos onde acorrem estudantes de aldeias que não mantêm as tradições: desconhecendo-as, não as podem valorizar; esta afirmação tem como base os contactos efectuados com os respectivos directores e professores em geral;

- chama a atenção o resultado de escolas de pequenas localidades em que aparecem taxas elevadas de índices negativos; este fenómeno é o que podemos chamar o ‘equivoco das percentagens’. Na verdade, em Riofrío de Aliste, sendo apenas quatro os alunos inquiridos, a resposta de “pouco interessante” dada por um só aluno foi suficiente para que o índice disparasse para os 25%, tão elevado quanto enganador.

A mesma observação se aplica ao Centro Rural Agrupado de Villamor de los Escuderos, igualmente com quatro alunos deste nível etário, e que obteve um resultado negativo ainda mais elevado.

**Quadro nº 19 - Quadro de indicadores do interesse das tradições,
por escola/centro e nível de escolaridade**

Escola/centro	Município/comarca	Nível de escolar. ³⁸⁶	Indicadores			
			Muito	Interessante	Pouco	Nada
Miguel Torga	Bragança	3	27%	53%	13%	7%
Paulo Quintela	Bragança	3	47%	37%	13%	3%
Paulo Quintela	Bragança	2	35%	62%	3%	0%
E. Profissional	Bragança	Sec.	40%	52%	8%	0%
Macedo C.	Macedo	2	33%	53%	14%	0%
Macedo C.	Macedo	3	24%	55%	10%	11%
Mogadouro	Mogadouro	2	23%	57%	11%	9%
Mogadouro	Mogadouro	3	26%	55%	8%	11%
Miranda Douro	Miranda Douro	2	59%	34%	3%	4%
Miranda Douro	Miranda Douro	3	35%	59%	6%	0%
Vinhais	Vinhais	2	28%	72%	0%	0%
Vinhais	Vinhais	3	27%	58%	8%	7%
Torre D. Chama	Mirandela	2	32%	47%	7%	14%
Sendim	Miranda Douro	3	30%	62%	3%	5%
Sendim	Miranda Douro	2	23%	55%	9%	13%
Moraleja	Tierra del Vino	2	13%	81%	6%	0%
Univ. Laboral	Zamora	3	34%	46%	12%	9%
El Puente	Sanábria	2	38%	56%	6%	0%
Valverde L.	Sanábria (Puebla)	3	20%	55%	20%	5%
Virgen Salud	Alcañices	2	33%	60%	7%	0%
Aliste	Alcañices	3	19%	63%	8%	10%
Riofrío	Aliste	2	50%	25%	25%	0%
Ferreras Abajo	Aliste	2	14%	72%	0%	14%
Muelas del Pan	Tierras del Pan	2	0%	100%	0%	0%
Montamarta	Tierras del Pan	2	86%	14%	0%	0%
Villamor E.	Guareña	2	25%	0%	75%	0%
Almeida	Sayago	2	6%	56%	13%	25%
Obispo Nieto	Zamora	2	28%	36%	18%	18%
SS. Trinidad	Zamora	Sec.	5%	50%	25%	20%
SS. Trinidad	Zamora	3	5%	50%	25%	20%

³⁸⁶ Nível de escolaridade:

2 – 2º ciclo do Ensino Básico (5º e 6º anos de escolaridade) em Portugal; 5º e 6º cursos de Educación Primaria, em Espanha;

3 – 3º ciclo do Ensino Básico, (7º, 8º e 9º anos de escolaridade) em Portugal; 1º, 2º e 3º cursos de E. S. O., em Espanha;

Sec. – Ensino Secundário, em Portugal e Bachillerato, em Espanha.

Já quanto a Villamor de los Escuderos, a situação é ligeiramente distinta; por um lado, o número de alunos é o mesmo, quatro no total. Contudo, Segundo informação da Directora do Centro, nenhum destes alunos provém de Cañizal, a única localidade que, na comarca de La Guareña, mantém vigente a tradição da dança dos paus ou *paloteo*. É desta tradição que aqui se trata e foi ela que determinou a aplicação do questionário aos alunos deste centro educativo, partindo da constatação de que Cañizal pertence à área de circunscrição educativa de Villamor de los Escuderos, para este grau de ensino. O elevado índice menos favorável obtido corresponde a respostas de alunos que mal conhecem a dança do *paloteo*, por não serem oriundos da localidade onde ela se mantém em vigor; mesmo que a conheçam por terem assistido a alguma das suas actuações, a tendência será para a valorizarem de modo insuficiente, por não a considerarem verdadeiramente como “sua”, como elemento da cultura da sua terra.

Por estas razões, devemos considerar irrelevantes os resultados de valorização menos positiva das tradições por parte dos alunos que, por circunstâncias diversas, não tiveram contactos com elas e as desconhecem. Reafirmamos que a esmagadora maioria dos alunos as considera “interessantes” e “muito interessantes” porque, de verdade, fazem parte da vida da sua comunidade que as valoriza ao ponto de as recuperar, se tal for possível. Opiniões de alguns entrevistados corroboram esta ideia; citamos a opinião do professor Francisco Javier Pérez Corchero: “siempre han sido fiestas y tradiciones del pueblo y en los últimos años se han visto reforzadas y se han rescatado del olvido muchas, con la introducción de matices actuales”³⁸⁷. É isto que nos permite induzir este dado novo apresentado na hipótese.

Confrontando esta mesma variável com a independente “interesse dos alunos por meio rural/urbano” (quadro nº 6, acima inserido), podemos confirmar as mesmas conclusões. A maior parte dos alunos que revelaram “pouco interesse” são de escolas do meio urbano, das cidades de Bragança e, sobretudo, de Zamora; parece óbvio que, estando longe das tradições e não as conhecendo bem, pouco interesse se lhes pode atribuir.

O indicador negativo ainda mais acentuado de “nada interessante”, ou seja, a rejeição total de atribuição de interesse a estas tradições, obtém os mesmos resultados referenciais do indicador “pouco interessante” (quadro nº. 6). Embora com níveis ligeiramente inferiores, são os alunos das mesmas cidades de Bragança e Zamora – os meios urbanos propriamente ditos - que mais manifestam o desinteresse total pelas tradições em estudo.

Passemos agora à análise dos indicadores de interesse e de muito interesse que os alunos mostraram referindo-se às tradições, por meio demográfico.

³⁸⁷ PÉREZ CORCHERO, Francisco Javier, professor do IES Universidad Laboral de Zamora, entrevista concedida em 10-11-2008.

Os mais elevados índices de “interessante” situam-se nos meios rurais, quer num lado quer no outro da fronteira:

- na província de Zamora salientam-se os alunos dos centros educativos de Moraleja del Vino, Muelas del Pan, Alcañices, Ferreras de Abajo, El Puente de Sanabria, Almeida... todas localidades ou comarcas cujos moradores sentem de perto a vivência das tradições;

- se notamos em outros meios semelhantes a estes um baixo índice de “interesantes”, é porque o interesse concedido pelos alunos foi ainda mais elevado, “las considerando muy interesantes”; sobressai nesta situação o Centro de Montamarta, em Tierras de Pan, e o de Riofrío de Aliste; esta circunstância acaba por reforçar o corolário do maior interesse dos alunos do meio rural pelas tradições;

- no distrito de Bragança, os resultados são idênticos: os meios rurais em que a vivência das tradições é sentida por parte dos habitantes, também os alunos revelam interesse, maioritariamente nalguns casos ou, quando não, muito interesse;

- existem, contudo, outros factores que é necessário ter em conta e referi-los sem subterfúgios; é que, muitas vezes, aquilo que podemos designar de arraigamento da tradição supera o factor meio social e demográfico; este raciocínio é válido, por exemplo, para Miranda do Douro que, sendo um meio urbano de pequenas dimensões, mantém de uma maneira muito consistente as suas tradições; o índice resultante é muito claro: os alunos, numa percentagem superior a 90%, consideram de interesse e de muito interesse as suas tradições, resultado obtido pelo somatório destes dois índices.

3.2. Importância das tradições para a cultura local

Na segunda componente da valorização das tradições festivas, foram os alunos questionados directamente sobre a importância que conferiam à sua manutenção para a cultura local e regional. Tanto em Zamora como em Bragança, o indicador de “muito importante” superou o de simplesmente “importante”, reforçando a hipótese da sua valorização. Os valores da cultura popular revelam-se, assim, mais importantes do que interessantes, indício claro da consciência que estes jovens possuem da manutenção das suas tradições e de que elas que os identificam como povo.

Quadro nº 20

Importância das tradições manifestada pelos alunos

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1. Consideran estas tradiciones muy importantes.	403	52%	185	46%
2. Importantes.	311	40%	176	43%
3. Poco importantes.	34	4%	29	7%
4. Sin importancia alguna.	23	3%	16	4%

Os dados dos indicadores são bem explícitos e não deixam qualquer margem para dúvidas. No distrito de Bragança, a soma dos positivos “muy importantes” e “importantes” para a cultura local ultrapassa os 90% de respostas; na província de Zamora são, igualmente muito elevados, atingindo, praticamente os mesmos índices. As respostas negativas “poco importantes” e “sin importancia alguna” são meramente residuais, não chegando a beliscar a tendência do pensamento da generalidade dos alunos.

Quadro nº 21

**Quadro de indicadores da importância das tradições para a cultura local,
por escola/centro e nível de escolaridade**

Escola/centro	Município/comarca	Nível de escolar. ³⁸⁸	Indicadores			
			Muito	Importante	Pouco	Nada
Miguel Torga	Bragança	3	40%	52%	5%	3%
Paulo Quintela	Bragança	3	47%	43%	7%	3%
Paulo Quintela	Bragança	2	61%	38%	1%	0%
E. Profissional	Bragança	Sec.	52%	48%	0%	0%
Macedo C.	Macedo	2	55%	38%	7%	0%
Macedo C.	Macedo	3	48%	44%	3%	5%
Mogadouro	Mogadouro	2	46%	43%	9%	2%
Mogadouro	Mogadouro	3	47%	40%	6%	7%
Miranda Douro	Miranda Douro	2	68%	32%	0%	0%
Miranda Douro	Miranda Douro	3	55%	41%	2%	2%
Vinhais	Vinhais	2	66%	31%	3%	0%
Vinhais	Vinhais	3	57%	35%	3%	5%
Torre D. Chama	Mirandela	2	53%	35%	6%	6%
Sendim	Miranda Douro	3	56%	39%	2%	3%
Sendim	Miranda Douro	2	45%	32%	18%	5%
Moraleja	Tierra del Vino	2	38%	62%	0%	0%
Univ. Laboral	Zamora	3	50%	44%	6%	0%
El Puente	Sanábria	2	63%	31%	6%	0%
Valverde L.	Sanábria (Puebla)	3	45%	46%	6%	3%
Virgen Salud	Alcañices	2	63%	30%	7%	0%
Aliste	Alcañices	3	42%	46%	8%	4%
Riofrío	Aliste	2	50%	50%	0%	0%
Ferreras Abajo	Aliste	2	50%	50%	0%	0%
Muelas del Pan	Tierras del Pan	2	29%	71%	0%	0%
Montamarta	Tierras del Pan	2	100%	0%	0%	0%
Villamor E.	Guareña	2	100%	0%	0%	0%
Almeida	Sayago	2	13%	63%	6%	18%
Obispo Nieto	Zamora	2	48%	37%	9%	6%
SS. Trinidad	Zamora	Sec.	53%	32%	5%	10%
SS. Trinidad	Zamora	3	23%	48%	18%	11%

Observando os dados apresentados no quadro, constatamos que:

- a) Os índices mais elevados de respostas positivas foram obtidos em localidades rurais com grande arraigamento das tradições, como Montamarta, Moraleja del Vino, Riofrío de Aliste, Ferreras de Abajo, Muelas

³⁸⁸ Consultar os níveis de escolaridade do quadro nº 19.

del Pan e outras, da parte zamorana e Miranda do Douro, Vinhais, Sendim, do lado bragançano;

- b) Algumas escolas do meio urbano de Bragança e Zamora apresentam também índices elevados, pelo facto de serem frequentadas por alunos provenientes do meio rural com forte implantação tradicional;
- c) Os índices mais baixos verificaram-se em escolas urbanas, com alunos desconhecedores das tradições, sendo que estas estão todas vigentes no mundo rural.

Reforça-se, assim, a hipótese formulada, uma vez que os alunos são o reflexo da comunidade em que vivem; se estes dão importância às tradições, isso é devido à manutenção e revitalização que delas fazem as populações. Escrevendo sobre a recuperação da mascarada, a “Filandorra” de Ferreras de Arriba, na comarca de Aliste, Jesús Núñez refere: “en la época de la dictadura, estas fiestas fueron suprimidas, pero estaban presentes en la conciencia colectiva de los habitantes de la comarca, formando parte de su cultura más tradicional. Cuando pudieron, recuperaron esta fiesta y a los personajes, no dejando de realizarse en las últimas décadas”³⁸⁹. Outras festividades foram também recuperadas recentemente.

É justamente esta cultura tradicional que está presente na consciência colectiva de um povo que deve ser potenciada em termos educativos, tanto no âmbito das Ciências Sociais, como no da Educação Visual e Tecnológica ou Formação Artística. A comunidade já deu o seu contributo ao fazer tudo o que estava ao seu alcance para a recuperação desta tradição, tendo logrado alcançá-la. Agora, cabe á escola cumprir o seu papel, tendo presente que “não são apenas os conteúdos que o educando vai assumindo ao longo do processo de aprendizagem que têm influência sobre sua formação moral, mas também o comportamento dos educadores, sejam pais ou professores”³⁹⁰. Obviamente, valorizamos tanto o esforço da recuperação das tradições como o da sua manutenção. Fundamental mesmo é que elas estejam bem presentes na consciência colectiva da comunidade para que possam ser integradas no acto educativo, no seu sentido mais lato “como um modo de praxis social que, mediante a comunicação, promova a assunção de convicções e práticas comprometidas com a superação da desumanidade”³⁹¹ e de valores simbólicos representativos para a formação da personalidade.

A introdução de actividades culturais no ensino é, no mundo actual, cada vez mais necessária. Na verdade, a par da transmissão de conhecimentos, “estas actividades com sentido lúdico, cultural e de entretenimento, dão aos alunos um

³⁸⁹ NÚÑEZ, *Op. Cit.*: 199.

³⁹⁰ GOERGEN, Pedro (2005), *Educação e valores no mundo contemporâneo*, in *Educação e Sociedade*, vol. 26, nº 92, Universidade Estadual de Campinas, p. 1001.

³⁹¹ *Ibidem*.

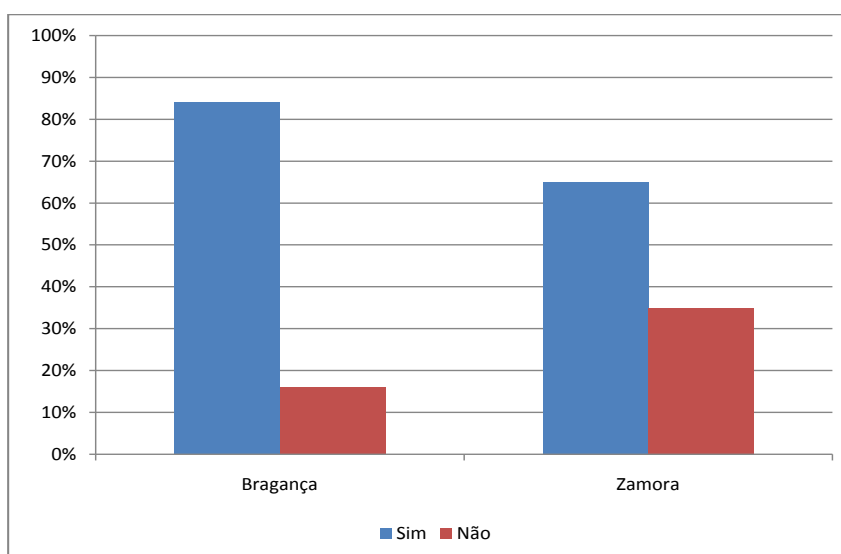
sentido de partilha no grupo, de entreajuda e de solidariedade”³⁹², segundo a opinião de Hermínio Bernardo, professor em Miranda do Douro. A formação integral da pessoa exige esta praxis social que é proporcionada pela participação nos rituais das festas dos jovens.

3.3. Assistência às celebrações festivas no país vizinho

Nesta componente da valorização das tradições, foram os alunos questionados sobre se “creen de interés que los españoles (o portugueses) asistieran a su celebración en el país vecino”. O resultado mostra que os alunos portugueses valorizam mais este intercâmbio de participação e de partilha do que os espanhóis. O desvio verificado entre uns e outros é de quase 20%, não se vislumbrando, à partida, nenhuma razão que o suporte. Será que a mentalidade dos portugueses está mais aberta à aceitação de culturas diferentes da sua? Possivelmente, mas também os espanhóis se expandiram pelo mundo à procura de novos povos e civilizações. Nisso não encontramos grandes diferenças. Será que os portugueses, por serem um povo de dimensões mais reduzidas, tendem a valorizar mais as culturas dos outros povos? Talvez, mas esta não é uma afirmação, é apenas uma interrogação. Seja qual for a justificação, o que é importante salientar é que a valorização do conhecimento mútuo das tradições é, em ambos os grupos de alunos, muito superior à sua desvalorização. Isso ficou inquestionavelmente demonstrado.

Gráfico nº 4

Valorização da assistência às celebrações no país vizinho



³⁹² BERNARDO, Hermínio Augusto, professor da Escola Secundária de Miranda do Douro, entrevista concedida em 10-08-2008.

Os resultados desta componente do questionário estão expressos neste simples gráfico. Mais de 80% dos alunos portugueses e quase 70% dos espanhóis pronunciavam-se favoravelmente ao intercâmbio de culturas e tradições e, conseqüentemente, ao seu conhecimento mútuo. António Vega Fernández, professor e dirigente associativo em Pobladura de Aliste, na sua entrevista fala em “enriquecimento mútuo”, em “momentos de reflexão para dentro e para fora”³⁹³ e num contributo para o estabelecimento do valor e das referências das tradições.

No âmbito da investigação, para a qual os alunos devem ser motivados e orientados, Bernardo Calvo salienta: “El aspecto principal del conocimiento e intercambio mútuos es que hay puntos en común entre las dos zonas de la Raya, lo que nos habla de un origen cultural común por encima de fronteras. También es importante porque, a través de un estudio comparativo de todas estas fiestas podemos llegar a depurar los elementos originales de aquellos que se han ido añadiendo a lo largo de su evolución. Así será factible conocer los rituales originales e intuir los mitos de los que formaban parte”³⁹⁴. Por este intercâmbio se podem incentivar os alunos à investigação das várias componentes das duas culturas, dos elementos que são comuns, o que passa, necessariamente, pelo conhecimento profundo do que é seu; um processo formativo de abertura ao mundo que os rodeia, do próximo para o mais afastado, de dentro para fora.

³⁹³ VEGA FERNÁNDEZ, Antonio, professor e dirigente da Asociación Cultural “Aires de Aliste”, entrevista concedida em 14-08-2008.

³⁹⁴ CALVO BRIOSO, entrevista.

Quadro nº 22

Interesse pelas tradições do país vizinho

Escola/centro	Município/comarca	Nível de escolaridade ³⁹⁵	Indicadores	
			Sim	Não
Miguel Torga	Bragança	3	79%	21%
Paulo Quintela	Bragança	3	82%	18%
Paulo Quintela	Bragança	2	92%	8%
Escola Profissional	Bragança	Secundário	88%	12%
Macedo de Cavaleiros	Macedo de C.	2	90%	10%
Macedo de Cavaleiros	Macedo de C.	3	82%	18%
Mogadouro	Mogadouro	2	82%	18%
Mogadouro	Mogadouro	3	91%	9%
Miranda do Douro	Miranda do Douro	2	100%	0%
Miranda do Douro	Miranda do Douro	3	65%	35%
Vinhais	Vinhais	2	93%	7%
Vinhais	Vinhais	3	78%	22%
Torre de D. Chama	Mirandela	2	76%	24%
Sendim	Miranda do Douro	3	89%	11%
Sendim	Miranda do Douro	2	73%	27%
Moraleja	Tierra del Vino	2	94%	6%
Universidad Laboral	Zamora	3	47%	53%
El Puente	Sanábria	2	94%	6%
Valverde de Lucerna	Sanábria (Puebla)	3	63%	37%
Virgen de la Salud	Alcañices	2	57%	43%
Aliste	Alcañices	3	73%	27%
Riofrío	Aliste	2	100%	0%
Ferrerías Abajo	Aliste	2	71%	29%
Muelas del Pan	Tierras del Pan	2	100%	0%
Montamarta	Tierras del Pan	2	100%	0%
Villamor de los Escuderos	Guareña	2	100%	0%
Almeida de Sayago	Sayago	2	88%	12%
Obispo Nieto	Zamora	2	70%	30%
Santísima Trinidad	Zamora	Secundário	58%	42%
Santísima Trinidad	Zamora	3	41%	59%

Os resultados obtidos são apresentados, no quadro acima (nº 22), por escola/centro educativo e nível de escolaridade. Isto permite-nos fazer uma análise centrada no nível etário dos alunos e na localização da escola/centro; nesta variável consideramos o meio urbano e rural e a existência mais ou menos predominante de tradições festivas nas localidades e nas comarcas/concelhos.

³⁹⁵ Consultar os níveis de escolaridade no quadro nº 19.

Na variável “nível etário”, é interessante constatar que:

- a) São os alunos mais jovens que mais favoravelmente apreciam o intercâmbio de tradições com o país vizinho: os do 2º Ciclo do Ensino Básico (Portugal) e dos 5º e 6º cursos de Educación Primaria (Espanha); reparemos no caso flagrante de Miranda do Douro: os alunos do 2º ciclo, os mais jovens, na sua totalidade, pronunciaram-se favoravelmente, enquanto os mais velhos, os do 3º ciclo, mais da terça parte se manifestou desfavorável;
- b) Ao contrário, os mais elevados índices de respostas negativas aparecem nos alunos do 3º Ciclo do Ensino Básico (Portugal) e dos 1º, 2º e 3º anos da E.S.O. (Espanha);
- c) Os alunos ainda mais velhos, os do Ensino Secundário (Portugal) e do Bachillerato (Espanha) apresentam igualmente índices elevados de respostas negativas;
- d) As excepções são poucas e insuficientes para contrariar o corolário formulado nas alíneas anteriores; pelo contrário, podemos mesmo afirmar que “a excepção confirma a regra”.

Cabe aqui levantar algumas interrogações: estarão os mais jovens mais abertos à multiculturalidade do que os mais velhos? Terá a escola vindo a desenvolver um trabalho mais sério nesta matéria? Em que medida as orientações da União Europeia em matéria de educação e cultura têm produzido os seus frutos? As respostas não são objecto deste trabalho. Será desejável que outros o façam.

Na outra variável, a incidência de respostas do meio onde as escolas se localizam, de um modo geral, constatamos:

- a) Os alunos das escolas do meio rural, por conseguinte, mais próximos dos locais onde as tradições acontecem, manifestam-se mais favoráveis ao intercâmbio e ao contacto com as similares do outro país;
- b) Ao contrário, os alunos de escolas dos centros urbanos de maiores dimensões, logo, mais desenquadrados das tradições, manifestam uma considerável indiferença às celebrações existentes no país irmão;
- c) Uma ou outra excepção a esta constatação poderá ser explicada por outros motivos, como a fraca consistência das tradições ou o elevado número de alunos provenientes de localidades desprovidas delas.
- d) Os resultados obtidos nesta variável confirmam a tendência já detectada nas componentes do “interesse” e da “importância” da manutenção das tradições para a cultura local.

As possíveis explicações para este fenómeno estão contidas nas três alíneas anteriores. Parece claro que quanto mais se conhecem e se vivem as tradições mais se valorizam e mais se aviva a apetência para o contacto com outras idênticas, sendo elas

do próprio país, região, província ou comarca ou de terras mais ou menos longínquas. No mínimo e quanto mais não seja, pela curiosidade de comparar a sua com as outras tradições. Será, pois, necessário que os sistemas educativos incentivem integração da cultura local, a partir da qual se caminhará para a multiculturalidade e que as escolas viabilizem esta praxis, desenvolvendo com os alunos este conceito nos seus projectos educativos. A multiculturalidade estimulará “el desarrollo de sentimientos de tolerância y comprensión hacia distintas a la propia, algo que es sin duda clave en estos momentos de la historia europea”³⁹⁶. Poderão as escolas implementar, com estes objectivos, simples actividades de intercâmbio ou projectos mais abrangentes. O programa comunitário Sócrates/Comenius contempla este tipo de projectos; a este propósito, podemos referir o que foi desenvolvido entre a Escola E.B. 2/3 Paulo Quintela de Bragança, o CEIP Obispo Nieto de Zamora e outras escolas europeias, subordinado ao tema “Integração de alunos imigrantes e oriundos de minorias étnicas, de cujos objectivos gerais destacamos “a integração na comunidade escolar dos filhos de imigrantes, facilitar-lhes a aquisição de saberes e competências em igualdade de condições com os restantes alunos, planificando e realizando acções interculturais que promovam o intercâmbio e a cooperação entre as diferentes culturas”³⁹⁷. Segundo os professores Isidoro González e María Sánchez, dos países da chamada “periferia europeia” Portugal é o que mais empenho tem demonstrado “en adecuar sus estructuras” sociais e educativas para conseguir “la aceptación de la variedad étnica y cultural de la sociedad portuguesa tras siglos de relación com el mundo africano”³⁹⁸. Creio que Espanha prossegue os mesmos valores e práticas; a prová-lo está patente o projecto mencionado, no qual duas escolas, uma de Zamora e outra de Bragança, se uniram para a prossecução dos objectivos nele propostos.

3. 4. Observação das reacções

Nesta componente do trabalho, colocam-se os alunos na situação de observadores, solicitando-lhes que nos dêem conta das reacções que detectaram no público assistente aos rituais das celebrações. De alguma maneira, são-lhes atribuídas as funções de “investigadores”, se bem que apenas com o recurso à sua memória recente dos factos; na verdade, tendo em conta a data da aplicação do questionário, os factos sobre os quais a questão incide ocorreram com a antecedência de 3 a 5 meses (os questionários foram aplicados nos meses de Abril e Maio).

³⁹⁶ GONZÁLEZ GALLEGO, Isidoro y SÁNCHEZ AGUSTÍ, María (2001), *La educación de la ciudadanía europea en el siglo. Un proyecto Comenius de la investigación en Ciencias Sociales*, in *Identidades y Territorios – Un Reto para la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, Oviedo, p. 280.

³⁹⁷ TIZA, António A. (2005), *Projectos educativos europeos: una aposta da escola no interculturalismo europeu*, in *Memória – Revista Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento de Paulo Quintela*, Escola Paulo Quintela, Bragança, p. 42.

³⁹⁸ GONZÁLEZ GALLEGO y SÁNCHEZ AGUSTÍ, *Op. Cit.*: 283.

Esta questão é dirigida, como é óbvio, somente aos alunos que assistiram às celebrações; ao mesmo tempo que presenciavam os rituais, davam-se conta das diferentes formas de reagir dos assistentes, perante o desenrolar dos actos. Nesta fase, trata-se de lhes fazer avivar a sua memória, com a ajuda da apresentação de quatro tipos de reacções possíveis de observação. Para mais fácil compreensão, transcrevemos literalmente as previsíveis observações:

- a) La gente se manifestaba entusiasmada com las actuaciones.
- b) La gente participaba en la forma que podía.
- c) A los asistentes les gustaba la celebración.
- d) Las personas no estaban muy atentas a lo que pasaba.

Antes de referenciarem o tipo de reacções que observaram nas pessoas presentes, deviam os inquiridos indicar qual a celebração de carácter tradicional a que se referem.

As mesmas quatro propostas de reacções foram apresentadas uma segunda vez, solicitando aos inquiridos que respondessem novamente; a finalidade é confirmar o que antes haviam assinalado; por outro lado, tratava-se também de testar a sua sinceridade ao confirmarem ou não as respostas dadas. Também nesta referênciação deveriam repetir a denominação da festividade ou indicar outra com idênticas características.

Quadro nº 23 - Observação da assistência às celebrações, pelos alunos

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1 – Pessoas entusiasmadas com as actuações	325	42%	85	21%
2 – Participantes nas actuações, segundo o estatuto de cada pessoa	238	31%	84	21%
3 – Pessoas satisfeitas com celebrações	220	29%	118	29%
4 – Pessoas presentes mas sem ligarem aos actos rituais.	19	2%	6	1%

As percentagens apresentadas no quadro referem-se aos índices de alunos que responderam, no âmbito de cada um dos quatro indicadores.

A observação feita pelos alunos de Bragança registou um entusiasmo nas pessoas assistentes consideravelmente superior aos dos alunos de Zamora (percentualmente, o dobro dos registos). Contudo, há que considerar que os índices apresentados estão relacionados com o total dos alunos inquiridos, o que não está, de todo, correcto. O que parece mais ajustado é indexar as percentagens ao número de alunos que, tendo efectuado a observação, deram resposta a esta questão. É com este

total parcial que devemos lidar, uma vez que aqueles que não observaram se abstiveram de responder e, portanto, não devem ser tidos em conta.

Por isso e como complemento, foi elaborado o quadro que se segue que apresenta dois indicadores: o primeiro corresponde ao número de alunos que assistiram às celebrações, observaram as reacções dos presentes e assinalaram uma ou mais das quatro opções relacionadas com o que constataram; o segundo refere-se ao número de alunos que não responderam, independentemente de terem ou não assistido às celebrações e de terem ou não observado as reacções do público. Simplesmente, não assinalaram qualquer resposta. As três primeiras proposições podiam ser assinaladas em simultâneo, sem entrar em contradição, uma vez que são complementares. Contudo, a quarta opção é eliminatória, já que o seu conteúdo rejeita o de qualquer uma das três primeiras, parcialmente ou no seu todo.

Quadro nº 24

Observação da assistência, por escola/centro escolar e nível de escolaridade

Escola/centro	Município/comarca	Nível de escol. ³⁹⁹	Indicadores	
			Observaram	Não observar.
Miguel Torga	Bragança	3	41	54
Paulo Quintela	Bragança	3	35	25
Paulo Quintela	Bragança	2	38	36
Escola Profissional	Bragança	Secundário	10	15
Macedo de Cavaleiros	Macedo de C.	2	20	22
Macedo de Cavaleiros	Macedo de C.	3	24	38
Mogadouro	Mogadouro	2	24	20
Mogadouro	Mogadouro	3	18	35
Miranda do Douro	Miranda do Douro	2	24	17
Miranda do Douro	Miranda do Douro	3	30	19
Vinhais	Vinhais	2	17	12
Vinhais	Vinhais	3	36	24
Torre de D. Chama	Mirandela	2	29	25
Sendim	Miranda do Douro	3	10	12
Sendim	Miranda do Douro	2	25	36
		Total	381 = 49%	390 = 51%
Moraleja	Tierra del Vino	2	0	16
Universidad Laboral	Zamora	3	36	32
El Puente	Sanábria	2	11	5
Valverde de Lucerna	Sanábria (Puebla)	3	25	51
Virgen de la Salud	Alcañices	2	3	27
Aliste	Alcañices	3	12	40
Riofrío	Aliste	2	4	0
Ferreras Abajo	Aliste	2	5	9
Muelas del Pan	Tierras del Pan	2	3	4
Montamarta	Tierras del Pan	2	4	3
Villamor de los Escuderos	Guareña	2	1	3
Almeida de Sayago	Sayago	2	12	4
Obispo Nieto	Zamora	2	9	24
Santísima Trinidad	Zamora	Secundário	8	11
Santísima Trinidad	Zamora	3	21	23
		Total	154 = 38%	252 = 62%

O quadro anterior permite-nos extrair alguns dados que se afiguram bastante significativos:

³⁹⁹ Consultar os níveis de escolaridade no quadro nº 19.

- a) Tanto em Bragança como em Zamora, o índice de alunos que observaram e responderam é menor do que o daqueles que, não tendo assistido às celebrações, também não puderam responder;
- b) O diferencial entre estes dois grupos de alunos é mínimo no distrito de Bragança ou praticamente o mesmo, enquanto na província de Zamora se acentua consideravelmente;
- c) Em si mesmos, estes dados podem não significar nada de extraordinário; por exemplo, uma boa parte dos que responderam poderão tê-lo feito pensando numa festividade que não a tradicional, como se pedia; ao contrário, muitos dos que não responderam não o fizeram por julgar que as perguntas não se dirigiam a eles, por não terem festas tradicionais na sua terra ou por outros motivos.

O confronto das duas tabelas permite-nos rectificar os resultados dos indicadores da primeira, a “observação da assistência às tradições”; no distrito de Bragança a percentagem duplica, aproximadamente, ao subtrairmos os 51% dos alunos que se abstiveram; na província de Zamora, ao aplicarmos a mesma fórmula, aumenta ainda mais o índice dos indicadores.

Assim, constatamos que a quase totalidade dos alunos observaram e registaram as reacções positivas das pessoas que assistiam às actuações: o entusiasmo, a participação que lhes era permitida e exigida (ambos os tipos de participação são possíveis) e o prazer que denotavam ao presenciarem os diferentes actos das celebrações.

O índice de registos negativos é insignificante e residual; a relevância que lhe deve ser atribuída vai no sentido de confirmar, sem margem para dúvidas, os indicadores positivos; assim, segundo as observações efectuadas, todas as pessoas das comunidades a que pertencem estes alunos apreciam os rituais das suas celebrações tradicionais.

O quadro que se segue apresenta os resultados das respostas que os alunos deram, pela segunda vez, às mesmas perguntas. Tal como ficou dito, a repetição serve para validar o que já havia sido declarado.

Quadro nº 25

Observação da assistência às celebrações (desvio verificado)

Indicadores	Bragança	Zamora
1 – Pessoas entusiasmadas com as actuações	286 = 37% (desvio 5%)	82 = 20% (desvio 1%)
2 – Participantes nas actuações, segundo o estatuto	216 = 28% (desvio 3%)	73 = 18% (desvio 3%)
3 – Pessoas satisfeitas com as celebrações	190 = 25 % (desvio 4%)	105 = 26%(desvio 3%)
4 – Pessoas presentes, mas sem ligarem aos actos rituais	18 = 2% (desvio 0%)	4 = 1% (desvio 0%)

O índice do desvio verificado é mínimo e naturalmente compreensível. Se não vejamos:

- a) Ao pedir aos alunos que respondam novamente às mesmas perguntas, muitos poderão não ter compreendido a razão de ser desta repetição: se já tinham dado aquelas respostas, por que motivo haviam de as dar uma segunda vez? E assim passaram à frente.
- b) Sendo-lhes solicitado que indicassem também, pela segunda vez, o nome da celebração sobre a qual incidia a observação, os que responderam fizeram-no, na grande maioria, indicando uma outra festividade. Como corolário, os resultados da observação podem ter sido e foram ligeiramente diferentes.
- c) Os pequenos desvios verificaram-se nas três primeiras asserções, as de carácter valorativo, que tinham sido, e continuaram a ser, largamente referidas;
- d) A última afirmação, que remetia para a subestimação e o desinteresse das pessoas, obteve um índice tão baixo de referências que não permitiu que se verificasse qualquer desvio.

Em síntese, podemos afirmar que foi alcançada uma dupla validação dos resultados relativos às asserções positivas: a que resultou da rejeição do indicador desvalorizante das tradições, por uma margem muito próxima da unanimidade, e a do desvio mínimo verificado entre os dois grupos de perguntas; as respostas às segundas acabam por confirmar as primeiras. Digamos que, não só as populações se envolvem totalmente nos actos das suas celebrações tradicionais, como os próprios alunos, os filhos mais novos destas terras, se deram conta do fenómeno e o registaram ao serem questionados sobre o tema.

Existe um segundo desvio que não é facilmente quantificável nos índices de referências nem tão pouco é necessário: o das festas que foram identificadas pelos alunos e às quais assistiram. É que nem todas se enquadram na taxonomia que nos interessa investigar, as mascaradas e os pauliteiros. A tabela que se segue apresenta os totais de referências de ambas as regiões, em quatro categorias, revestindo-se de interesse para o estudo apenas as três primeiras categorias.

Quadro nº 26

Taxonomia das festas referidas pelos alunos

Categoria das festas	Zamora	%	Bragança	%
1.Mascaradas, festas de rapazes, quintos... com máscaras	38	20%	84	25%
2.Antruejos, carnaval tradicional	58	30%	67	20%
3.Festas com pauliteiros	23	12%	79	24%
TOTAL	119		230	
Outras festas sem mascarados e sem pauliteiros.	73	38%	104	31%

Os índices obtidos são diferenciados de uma região para a outra, consoante a categoria das festas. Sobressai a das “festas com pauliteiros” em que o índice de Bragança atinge o dobro de Zamora. Compreende-se este desfasamento, considerando que na região portuguesa o número de grupos de pauliteiros e de localidades que os possuem é significativamente maior em relação ao da região vizinha espanhola. Sobressaem, pela razão inversa, as citações dos “antruejos”, significativamente mais elevadas em Zamora, o que indicia um maior arraigamento desta tradição na província. O elevado índice do desvio, as referências a “outras festas” que nada têm a ver com as tradições poderá explicar-se pela falta de assistência e, conseqüentemente, pelo desconhecimento das festas tradicionais em estudo, as que estão incluídas nas três primeiras categorias.

4. Elementos constituintes dos rituais de mascarados

Na variável dos rituais que integram as celebrações tradicionais de mascarados, foram os alunos colocados perante uma listagem de actos e elementos que integram estas tradições, como é sabido pelos trabalhos de campo efectuados e pela investigação bibliográfica. Sendo normal que vários destes elementos estejam presentes na mesma festividade, facilmente se compreende que, nas suas respostas, os inquiridos os refiram também. Acontece, no entanto, que alguns indicadores são exclusivos e eliminatórios de outros, por envolverem uma contradição entre si.

A razão da inclusão desta questão no questionário tem a ver com a verificação do conhecimento que os alunos afirmaram possuir, *in loco* ou por outras vias, acerca das tradições. O resultado é apresentado na tabela que se segue.

Quadro nº 27

Rituais constituintes das mascaradas

Indicadores	Bragança	Orden.	Zamora	Orden.
1 – Petición de aguinaldo por las casas	323 = 42%	3º	210 = 52%	3º
2 – Juegos y bromas entre los participantes	366 = 47%	1º	215 = 53%	2º
3 – Algún tipo de representaciones teatrales	148 = 19%	6º	108 = 27%	6º
4 – Salida en pandas, “peñas” o grupos por las calles	231 = 30%	4º	207 = 51%	4º
5 – Comidas y bebidas para todas las personas presentes	226 = 29%	5º	177 = 44%	5º
6 – Meriendas o refrescos solo para los principales actuantes	68 = 9%	8º	79 = 19%	7º
7 – No incluyen comidas ni bebidas	84 = 11%	7º	7 = 2%	8º
8 – Disfraces libres o con determinados vestidos o con objectos.	356 = 46%	2º	241 = 59%	1º

Expostos assim os índices reveladores do conhecimento que os alunos inquiridos possuem acerca dos rituais integrantes das mascaradas, parece oportuno tecer algumas considerações.

- a) Fica claro que existe uma grande afinidade nos elementos que constituem as festas de mascarados de ambos os lados da fronteira; os níveis de

conhecimento dos alunos são muito próximos, o que confirma esta afinidade.

- b) Os três primeiros rituais mais referidos são os disfarces, os jogos e os peditórios (fotos 1, 2, 10, 14, 15, 17, 20, 21, 23, 28 e 29); pelo conhecimento obtido no trabalho de campo, sabemos que são elementos comuns a praticamente todas as celebrações que José-Manuel Carretero descreve relativamente à festa de Santo Estêvão de Pozuelo de Tábara: “los protagonistas son el tafarrón y la madama [...]”; danzas delante de San Esteban, sonido de cencerros, saltos, recorridos emblemáticos, concentraciones, petición de propina, golpes, felicitación popular, comida conjunta, exaltaciones, vénias, vivas...⁴⁰⁰; sendo actos que se realizam um pouco por todas as mascaradas, acabam quase todos por serem mencionados pela grande maioria dos alunos que conhece as festas.
- c) Este conhecimento foi obtido, globalmente, pelas mesmas vias, conforme ficou demonstrado no ponto 2, o processo de aquisição do conhecimento das tradições, e confirmado neste ponto. Embora as percentagens sejam diferentes, ligeiramente para mais ou para menos, de uma para a outra região, se atendermos à seriação que é apresentada na coluna da “ordenação”, vários indicadores detêm a mesma posição: a petição do “aguinaldo” (3º lugar), as corridas em grupos pelas ruas (4º), as comidas e bebidas para todas as pessoas presentes nas actuações (5º) e as representações teatrais (6º); contudo, estas atingem uma percentagem consideravelmente superior em Zamora, por força dos teatros de rua das obisparras de Aliste, nomeadamente das de Riofrío, La Torre, Palazuelo de las Cuevas e Pobladura; sobre esta refere Antonio Vega Fernández: “se trata de una ‘preteatrazilación’ popular arcaica, por las calles y con una multitud de personajes que desarrollan diferentes acciones y escenas”⁴⁰¹; idêntica é a acção nas restantes obisparras.
- d) Existe, naturalmente, maior incidência de algumas componentes numa região do que na outra; a hipótese formulada neste trabalho refere afinidade, conceito distinto de uniformidade. Só o facto de todas as componentes existirem, em índices significativos e aproximados, comprova, só por si esta afinidade.
- e) Os dados relativos a rituais considerados pelos alunos como sendo pouco frequentes (as representações teatrais e as refeições só para os principais participantes), bem como a ausência deles (as festas que não incluem comidas nem bebidas) são também muito próximos em ambas as regiões.

⁴⁰⁰ CARRETERO, José-Manuel (2008), *El tafarrón de Pozuelo de la Tábara*, in *Fiestacultura*, nº 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre S.L., Vila-Real, p. 58.

⁴⁰¹ VEGA FERNÁNDEZ, Antonio (2008), *La Obisparra en Pobladura de Aliste*, in *Fiestacultura*, nº 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre, S.L., Vila-Real, p. 56.

- f) Convém ainda referir que esta é a percepção que os alunos obtiveram, que tanto pode ser correcta, como pode estar mais ou menos desfasada da realidade. Atendendo a este factor, é de toda a conveniência expor algumas opiniões de alguns professores e investigadores entrevistados.

O professor Jesús Romero Pérez, profundo conhecedor da cultura e tradições de Aliste, por ser natural da comarca e pelas funções de Director do Colégio de Educação Primária de Alcañices que desempenhou, considera os seguintes rituais como uma constante de todas as festividades: o peditório do “aguinaldo”, as corridas em grupos pelas ruas (fotos 40, 41 e 42), as comidas e bebidas para todos os presentes e, como é normal em rituais de mascarados, os disfarces e utensílios específicos para cada personagem. Além disso, reconhece grandes afinidades entre estas tradições nos dois lados da fronteira.

Um outro professor, investigador, dirigente associativo e grande dinamizador da celebração da “obisparra” de Pobladura de Aliste, Antonio Vega Fernández, vai mais longe ao considerar todos os rituais referidos no questionário como vigentes na generalidade das festas da comarca. Nestes rituais, Vega Fernández detecta uma “relación dialéctica” entre as duplas de personagens que interagem entre si: filandorra e soldado, ciego e piojoso, lavrador e bois, gañan e bois... (fotos 17, 18, 19, 22, 24, 28, 29, 30, 32 e 35), sendo que cada par actua no estrito âmbito das suas peculiaridades e no sentido da representação da vida da comunidade.

Outros colegas professores, sem ignorar as componentes rituais comuns a todas as festividades, especificam os disfarces, concretamente o da “vaca bayona” ou “antrueja” (fotos 36, 37 e 38), por serem oriundos ou exercerem funções docentes na comarca onde esta tradição está ainda vigente, por via da sua recuperação. Estes disfarces diferem de umas para outras terras da comarca de Sayago, conforme esclarece Ramón Carnero: “su figura pintoresca y grotesca a la vez presenta algunas variantes en cuanto a la forma de componer el animal, de unos a otros pueblos, lo que da como resultado animales de dos, cuatro y seis patas”⁴⁰². Também os respectivos rituais que a personagem desenvolve se revestem de muitas semelhanças e algumas divergências; são sempre mais aquelas do que estas. Outro elemento referido foi a crítica social ou “escárnio”, segundo o termo utilizado pelo professor Pérez Corchero, que não foi incluído no questionário e que é um ritual ao qual se atribui grande simbologia no contexto das festas dos dois ciclos agrários, o do solstício de Inverno e o do anúncio da Primavera. Em Pereruela de Sayago, a crítica leva a designação de

⁴⁰² CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1988), *La Otra Historia de Sayago*, Ed. José López Villa, Zamora, p. 35.

“predicación del obispillo”, em “coplas” compostas e recitadas pelo “sacerdote”⁴⁰³ (fotos 6 e 8) .

Do lado português, Hermínio Augusto Bernardo, professor em Miranda do Douro e historiador, reconhece a permanência dos mesmos rituais nas festas tradicionais do ciclo do Inverno do concelho onde trabalha e nos limítrofes; “estas festas estão dotadas de um sentido dinâmico; adaptam-se ao tempo (...) à disponibilidade das pessoas e, sobretudo, à diminuição da população rural”⁴⁰⁴. Esta redução da população foi também referida por alguns autores citados no trabalho. Por isso, os rituais foram evoluindo ao longo do tempo, em conformidade com os condicionalismos históricos, económicos e sociais. A título de exemplo, vejamos o caso do peditério ou “aguinaldo” no qual os donativos eram, outrora, constituídos por produtos da terra, e hoje são convertidos em dinheiro, não deixando de se manter, por isso, a sua simbologia original, a fertilidade manifesta no dar para receber; a disponibilidade das pessoas, ou a falta dela, forçou a transferência da data de alguns rituais de um dia laboral para o fim-de-semana mais próximo, para permitir que todos os vizinhos neles pudessem participar, por exemplo, as refeições comunitárias, em que todo o povo deve marcar presença, ou os disfarces (máscaras e trajes) que evoluíram no tempo, havendo necessidade de deixar de utilizar certos materiais, porque deixaram de estar disponíveis no mercado, e foram substituídos por outros de utilização mais actual.

As opiniões expressas por estes e outros entrevistados acabam por confirmar a indicação fornecida pelos alunos e o sentido da hipótese formulada.

⁴⁰³ Observação efectuada no terreno, Pereruela, no Carnaval de 2010, sendo “sacerdote” o investigador Ramón M. Carnero Felipe, natural desta localidade, a quem se deve a recuperação da celebração.

*Hermanos:
Veo por vuestros faldramentos
Que estais todos muy contentos.
!Bendita sea la alegría!
Y que os dure todo el día.*

*Pero tened gran cuidado,
Que entre tanto disfrazado
Anda el diablo entre vosotros
Enredando a unas con otros.
[...]*

⁴⁰⁴ BERNARDO, Hermínio, entrevista.

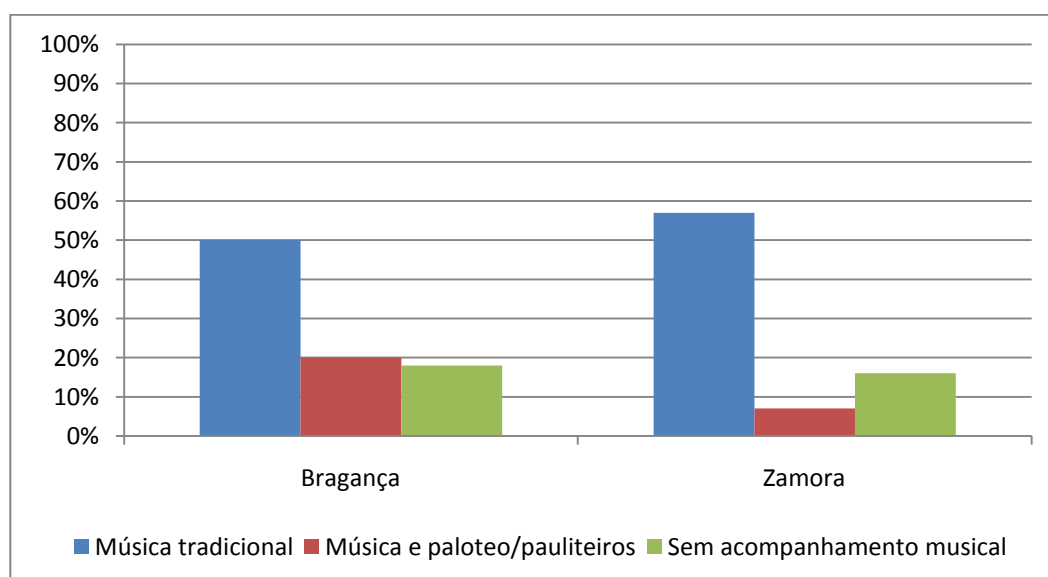
5. A música tradicional nas celebrações festivas

Regra geral, todas as actuações de mascarados são acompanhadas pela música tradicional das regiões que são objecto deste estudo; trata-se de melodias só executadas por instrumentistas populares que utilizam os instrumentos tradicionais, a gaita-de-foles, a flauta pastoril, a dulzaina, o tamboril, a caixa rítmica e o bombo. Ao afirmar que se trata de peças instrumentais não queremos, de modo algum, insinuar que as regiões não detenham na sua cultura peças cantadas. Ambas as regiões são muito ricas em cantigas tradicionais; no caso das Terras de Miranda (Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso), estas canções são em mirandês, a segunda língua oficial de Portugal, o que lhes confere uma enorme riqueza poética e melódica. Contudo, estas preciosidades musicais são interpretadas para outros fins e em outros ambientes, festivos, religiosos, laborais... mas não nas festas de mascarados do ciclo do Inverno. O mesmo ocorre nas restantes localidades do distrito de Bragança e da província de Zamora.

Pretende-se, ao colocar esta questão, que os alunos identifiquem as celebrações que são acompanhadas por grupos de música tradicional, bem como as que são acompanhadas com música e danças de pauliteiros/paloteo. Pede-se ainda que assinalem os casos em que não levam qualquer acompanhamento musical, que também existem, embora em número reduzido. São, sobretudo as celebrações do Carnaval.

Gráfico nº 5

Acompanhamento musical das celebrações



Confrontando o índice de respostas a esta questão com o da forma de aquisição de conhecimentos das celebrações (Cap. V. 2), verificamos que os alunos que afirmaram conhecer as tradições pela via da assistência (e poucos mais dos que adquiriram esse conhecimento por vias indirectas) foram os que deram resposta às perguntas do acompanhamento musical.

Segundo a percepção dos alunos, é mais elevado o número de mascaradas de Zamora que são apoiadas na música tradicional. Contudo, esse número de festas é sempre maioritário e são muito poucas as que, tanto numa como na outra região, dispensam este elemento, como forma de abrilhantar e de conferir a solenidade que os rituais festivos exigem. Trata-se, pois, de confirmar o que todos os estudiosos afirmam: “De jadis ou d’aujourd’hui, la fête se définit toujours par la danse, le chant, l’ingestion de nourriture, la beuverie”⁴⁰⁵. A música e a dança são elementos essenciais da festa.

A ausência da música que se constata em algumas mascaradas refere-se apenas ao desenrolar dos rituais que, por serem tão ruidosos (chocalhadas, movimentação, gritaria, lutas entre personagens...) tornam insustentável qualquer som musical. Terminados estes rituais, a festa prossegue já com a dança, para a qual a música se torna indispensável. Também em certos rituais do Carnaval se dispensa o suporte musical, põe envolverem os mesmos actos ruidosos ou por se revestirem das características de uma celebração religiosa; na circunstância, referimo-nos aos ritos da Quarta-feira de Cinzas que acontecem em Vinhais (Bragança).

O acompanhamento das celebrações com a dança dos pauliteiros e a respectiva música tradicional constata-se em festas de mascarados (foto 52), na zona de Miranda do Douro (como ficou exposto no capítulo das Festas Tradicionais de mascarados); os pauliteiros exibem-se durante todo o peditório e actuam mesmo durante a liturgia da missa em honra do santo. Na província de Zamora, o grupo do *paloteo* abrilhanta com os seus *lazos* a procissão da festa do Corpus Christi (fotos 45 e 46), na qual um personagem mascarado (*birria*) interage com os próprios bailarinos. As respostas dos alunos a este indicador referem-se justamente aos dois conjuntos de festividades.

⁴⁰⁵ CAILLOIS, *Op. Cit.*: 130.

Quadro nº 28

Grupos musicais nas celebrações festivas

Grupos	Zamora	%	Bragança	%
Gaiteiros	69	30%	289	75%
Tamborileiros	56	24%	0	
Gaiteiros e tamborileiros	39	17%	24	6%
Dulzaineros	53	23%	0	
Bandas de música	12	5%	8	2%
Bombos e instrumentos de percussão	5	2%	18	5%
Música medieval	8	3%	0	

Neste quadro, os números referem-se às respostas dos alunos que indicaram expressamente os grupos musicais; as percentagens estão indexadas ao total dos que detectaram a existência de “grupos de música tradicional” a acompanhar as actuações dos mascarados e que consta do quadro anterior. Verifica-se um ligeiro desvio que corresponde àqueles que, tendo afirmado a existência de grupos musicais, não os identificaram ou indicaram a existência de mais de um grupo, por se referirem a várias actuações.

Face aos índices aqui revelados acerca da observação que os alunos efectuaram no terreno ou do conhecimento que obtiveram por outros meios, podemos formular os seguintes corolários:

- a) A música da gaita-de-foles é um elemento comum às festas tradicionais de mascarados (e outras) das regiões de Zamora e Bragança e, conseqüentemente, à sua cultura popular. Contudo, nota-se uma maior incidência deste tipo de música na área geográfica portuguesa.
- b) Pelo contrário, a música dos tamborileiros prevalece na área de Zamora; na parte portuguesa continua a ser utilizada, mas em menor escala; o indicador denominado “gaiteiros e tamborileiros” significa que o uso da flauta e do tamboril alterna com o da gaita-de-foles, que são executados pelo mesmo instrumentista e podem acompanhar, tal como em Zamora, tanto os rituais festivos dos mascarados, como a dança dos pauliteiros (fotos 45 e 49).

- c) A música da dulzaina é específica da cultura castelhana. A província de Zamora não é, pois, exceção, sendo várias as festas tradicionais onde esta música “forma parte inseparable (...) de la tradición zamorana”⁴⁰⁶. Não foi identificada pelos alunos portugueses por ser completamente desconhecida deles, como é desconhecida da generalidade da população desta área geográfica e de todo o País.
- d) Os membranofones, popularmente designados de “bombos”, constituem-se num tipo de bandas onde entram todos os tipos de instrumentos de percussão, sem mais nenhum de outro tipo. Aparecem mais na região de Bragança para abrilhantar e conferir solenidade às rondas de “caretos”, como é o caso da festa de Santo Estêvão em Torre de D. Chama (município de Mirandela).
- e) Ao referirem as bandas de música, os alunos que as indicaram estavam a pensar em outros tipos de festas, as festas de ano ou “patronales”, porque elas nunca aparecem nas celebrações de mascarados. Ter-se-á verificado alguma desconcentração ou esquecimento do tema em causa, por parte dos alunos que as referiram.

Podemos, assim, afirmar que os grupos musicais comuns às duas regiões são os gaiteiros e os tamborileiros. Os “dulzaineros” são grupos exclusivos de Zamora e de toda a comunidade de Castilla y León; os grupos de bombos, ainda que em reduzida escala, são próprios só de Bragança. Estes dados podem ser confirmados pelos etnógrafos.

6. O impacto social das festividades tradicionais

Pretendemos, nesta questão, recolher as opiniões dos alunos acerca da influência das celebrações das festas do ciclo do Inverno na vida das comunidades que as mantêm.

Para facilitar as respostas, foi apresentado um conjunto de propostas de opiniões, devendo os alunos escolher uma ou mais de entre elas; optando por mais do que uma opinião, as respostas não podem conter qualquer contradição entre si. Salvaguardada esta condição, todas foram consideradas válidas.

⁴⁰⁶ MARTÍN NEGRO, Luís M. y COMISAÑA, Victoriano S. (2002), *Rítmica de las Tierras de Aliste, Tábara, Alba y Trás-os-Montes*, ADATA, Alcañices, Zamora, p. 138.

As opiniões propostas incidem nas seguintes ocorrências: a celebração das tradições contribui para o fortalecimento da amizade entre as pessoas, constitui um momento para o convívio saudável ou, pelo contrário, são uma ocasião para acirrar ainda mais a conflitualidade no seio das comunidades ou, ainda, não se nota nenhuma influência no relacionamento entre os vizinhos da povoação. Quanto à notoriedade que as celebrações podem proporcionar às povoações onde se realizam, foram propostas as opiniões: as celebrações são meritórias porque dão a conhecer as terras ao resto do país, partindo do facto da presença de diversos órgãos de comunicação social, fotógrafos, estudiosos que sobre elas vão escrever artigos, livros..., são benéficas ao atraírem gente de fora e ao transmitirem às pessoas da terra um sentimento de satisfação por nelas participarem ou simplesmente por assistirem a elas, ou tudo isto não tem nenhuma importância para a terra.

O resultado, não sendo surpreendente, demonstra o grande apreço que os alunos detêm acerca deste aspecto da sua cultura, como podemos verificar no quadro seguinte.

Quadro nº 29

OPINIÕES – Impacto social das tradições

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1. Estas tradiciones favorecen la amistad entre las personas de los lugares donde se realizan.	502	65%	226	56%
2. Son una buena oportunidad para que las personas convivan unas com las otras.	451	58%	263	65%
3. Por el contrario, son una ocasión para que se aviven rivalidades entre las personas.	19	2%	15	4%
4.No tienen ninguna influencia en las relaciones entre la gente.	21	3%	8	2%
5. Son buenas, porque dan a conocer estas tierras al resto del país.	411	53%	210	52%
6. Son buenas porque traen a gente de fuera para asistir a las actuaciones.	394	51%	201	50%
7. Son buenas porque las personas se sienten satisfechas al realizarlas o al asistir a ellas.	404	52%	189	47%
8. No tienen ya ninguna importância.	7	1%	10	2%

Os dois primeiros indicadores convergem no mesmo sentido; as celebrações contribuem para a boa marcha da comunidade, em dois momentos vitais do ciclo agrário, nos quais elas acontecem: o primeiro é o solstício de Inverno e a entrada do novo ano, o segundo, o Carnaval, o momento em que se prenuncia o renascer da Natureza. Os alunos, de um lado e do outro da fronteira, quase por unanimidade, deram a indicação de que estas tradições fortalecem a amizade e o convívio saudável entre todos os membros das comunidades. Podemos falar em “unanimidade” na medida em que os dois indicadores seguintes, que são negativos, apresentam uma expressão mínima e residual; provém, provavelmente, daqueles não desconhecem as celebrações e, portanto, a sua influência benéfica na vida das populações que as vivem e ciosamente as mantêm.

O segundo grupo de indicadores incide no orgulho que as populações têm nestas tradições e na satisfação que revelam ao realizá-las. Nesta questão as indicações favoráveis ficam ainda mais próximas da unanimidade. Os alunos incidem num ou noutra ou até mesmo nos três indicadores. Grande parte deles refere os três aspectos, tal como o fez em relação aos dois primeiros, os da amizade e do convívio. Por outras palavras, há sempre, pelo menos, um motivo de brio por este elemento da cultura que é sua e de contentamento pelo facto de, desde tempos que se perdem na sua memória colectiva, continuar vigente como celebração colectiva. As indicações contrárias são claramente irrelevantes e, por isso, não merecem quaisquer considerações.

Apraz verificar a sintonia quase perfeita no modo de pensar dos alunos, tanto no sentido positivo como negativo, dos alunos destas regiões vizinhas de Zamora e Bragança. Talvez a semelhança da sua localização geográfica, um tanto periférica face ao resto do respectivo país, e as suas afinidades rurais acabem por conferir-lhes uma sólida identidade cultural.

Citemos alguns entrevistados para confirmar as opiniões que os alunos expressaram.

Alguns falam em “signo de identidad”, como o professor Francisco Pérez Corchero, difícil de inventar, pelo que só pode ser pertença da memória colectiva de um povo.

O professor Romero Pérez, conhecedor destas celebrações na comarca de Aliste e participante “alguna vez, como gaitero en danzas tradicionales”, concorda plenamente com os alunos nos aspectos positivos que apontam para o favorecimento da amizade e da convivência entre os povos; quanto à possibilidade de constituírem uma ocasião para se acentuarem rivalidades, concede que “en algún caso” tal possa acontecer “por excesivo deseo de protagonismo” por parte de alguns vizinhos da terra. No tocante aos benefícios das celebrações afirma: “ponen en valor las tradiciones que

formaron parte de la vida de los pueblos durante veinte o más siglos”⁴⁰⁷. A vivência comunitária exige a celebração das tradições.

O investigador em Etnografía Ramón Carnero Felipe insiste igualmente no valor que as tradições têm para as populações: “el conocimiento de sus raíces para las nuevas generaciones, como medio o vehículo que los vincule a la tierra, aún cuando algunos se tengan que ir fuera a trabajar”. Relativamente a uma importância mais imediata (contida no segundo grupo de opiniões colocadas aos alunos), admite a necessidade de dá-las a conhecer ao exterior: “es lo que ahora se hace llevando la “vaca” a Bragança (foto 33), a Lisboa..., de forma que se convertiera en un atractivo para el turismo, aunque que sea puntual por las fechas de la celebración, como única fórmula de supervivencia tanto para cualquier tradición como para el pueblo que há conseguido mantenerla”⁴⁰⁸. Esta divulgação terá como efeito a valorização da tradição pelos agentes externos, inclusive as autoridades, e consequentemente um efeito de retorno, nas próprias populações que se sentirão mais motivadas pela sua manutenção.

Na sua apreciação, Bernardo Calvo vai mais longe: “Las tradiciones, especialmente en gentes de mediana y elevada edad, siguen formando parte de sus formas de vida, incluso de forma inconsciente, más en la zona rural que en la urbana”⁴⁰⁹. Como tal, para estes povos, ainda marcados pelo modo de vida comunitário, a celebração das tradições assume um carácter existencial; sem elas a marcha da comunidade correria sérios riscos.

O sentimento de posse de um valor essencial destas comunidades é igualmente expresso pelas pessoas do povo; por isso, tudo fazem para que a tradição não se perca e seja transmitida aos seus filhos: “La fiesta [Obisparra de San Cristóbal de Aliste] está organizada por los que estan a vivir fuera, solteros y casados, para que los más jóvenes no se olviden de las tradiciones de nuestra tierra”⁴¹⁰ (consultar anexo 4.1.). Como um valor identitário que é, a sua perda seria como que uma amputação do património comunitário.

Da parte dos bragançanos, a tónica é concordante com a dos zamoranos. Bárbara Fonseca Silva Dias, professora na Escola Paulo Quintela de Bragança, tem em curso um projecto pedagógico que vem desenvolvendo com os seus alunos, na área da Educação Visual e Artística. Fez trabalho de campo e investigação bibliográfica e conhece com profundidade as celebrações de mascarados no concelho de Bragança.

⁴⁰⁷ ROMERO PÉREZ, entrevista.

⁴⁰⁸ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel, investigador e autor de obras sobre a História e a Etnografía de Sayago, entrevista concedida em 08-06-2009.

⁴⁰⁹ CALVO BRIOSO, entrevista.

⁴¹⁰ Declaração de Elvira Alonso Rodríguez, natural de San Cristóbal de Aliste, a residir em San Sebastian, que, por alturas da festividade de Santiago, se desloca à terra natal, contribuindo assim para a organização da obisparra.

Para ela, “um povo sem tradições é um povo sem rumo, que nem sabe de onde vem nem para onde vai e são as tradições que fazem com que a vida na comunidade avance, se mantenha activa e se renove”⁴¹¹.

O professor Hermínio Bernardo confirma também os aspectos positivos expressos pelos alunos, excluindo qualquer um dos negativos. Apesar de considerar que é benéfica a vinda de pessoas de fora para assistirem às actuações, não deixa de sublinhar o carácter intimista das festas do ciclo do Inverno, nomeadamente as mascaradas: “É importante reconhecer que há festas que eu designo por internas, isto é, são só para a comunidade”⁴¹². Querera isto dizer que se admite a presença de pessoas estranhas à terra, mas nunca a sua participação nos actos ditos “oficiais”. Os factos comprovam esta afirmação; por exemplo, as refeições comunitárias são só para os vizinhos da terra; portanto, a participação de estranhos neste acto é peremptoriamente interdita. Nesta matéria, há localidades mais ou menos abertas, permitindo algumas a admissão de gente exterior, por convite, sobretudo tratando-se de autoridades municipais ou regionais.

Em síntese: é um facto que os alunos detectaram uma valorização vital das comunidades em relação às suas tradições mais ancestrais, com um índice idêntico nas duas regiões. De igual modo, a abertura ao exterior é considerada benéfica, desde que não implique qualquer tipo de interferência nas suas celebrações. Os estudiosos entrevistados confirmam o resultado do que podemos chamar de observação atenta e perspicaz dos alunos.

Esta valorização é vital para a permanência da cultura local; se não forem os seus legítimos detentores a valorizá-la e defendê-la, quem o fará? Podemos inferir que as comunidades “valoram de maneira significativa la importancia de este patrimonio no material”⁴¹³. Contudo, cabe agora perguntar: e as escolas? Fazem parte do meio onde a cultura vive; cultura que “es un patrimonio vivo; su conocimiento nos acerca a otras personas, nos permite relacionarnos”⁴¹⁴; é a memória colectiva que a escola estima, sem dúvida; contudo, as referências dos alunos não são suficientes para que possamos estabelecer a passagem da estima pelo património para a sua aplicação como recurso educativo: “estas herramientas nos tienen que permitir estar mejor informados [...]. Nos ayudan, nos hacen, en definitiva, mejores ciudadanos”⁴¹⁵; a educação para a cidadania é seguramente uma das competências a desenvolver pelas disciplinas das Ciências Sociais.

⁴¹¹ DIAS, Bárbara Fonseca Silva, professora do 2º ciclo do Ensino Básico e investigadora, entrevista concedida em 20-06-2009.

⁴¹² BERNARDO, entrevista.

⁴¹³ SOLER, Albert (2009), *Patrimonio cultural intangible. Granollers, alguna reflexión y tres propuestas*, in *Íber – Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 59, año XIV, Enero 2009, Editorial Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 49.

⁴¹⁴ *Ibidem*.

⁴¹⁵ *Idem*: 52.

7. A organização das festas tradicionais

As festas tradicionais que constituem o objecto deste estudo (mascaradas do Natal, de Santo Estêvão, de Ano Novo, dos Reis, do Carnaval e da Quarta-feira de Cinzas e outras similares) são organizadas pelas próprias populações locais. Nisto não existe diferença em relação às festas de ano dedicadas ao santo orago da terra, as “fiestas patronales” e as grandes ou as pequenas romarias. Se assim é, a presente questão parece desnecessária. Mas não. Estas celebrações possuem as suas peculiaridades, embora se sobreponham às festividades que acontecem no mundo ocidental na chamada quadra natalícia e no período do Carnaval. Ao afirmar que se distinguem, queremos também dizer que, geralmente, possuem uma dinâmica muito própria e um motor organizativo diferenciado. Faz todo o sentido, por isso, colocar aos alunos esta questão, para apurar a percepção que eles detêm acerca dos organismos, associações, grupos etários, pessoas... que suportam a responsabilidade organizativa das celebrações.

Foram, assim, colocadas várias entidades responsáveis pela organização e suporte das celebrações festivas, devendo os inquiridos assinalar a que corresponde à sua localidade ou a outras que conheçam, no caso de na sua não se realizar este tipo de eventos. Em primeiro lugar, mencionam-se os órgãos do poder local, os municípios, logo seguidos das associações culturais, recreativas ou desportivas existentes em quase todas as povoações; por último, os grupos de mordomos constituídos para este efeito, em observância às normas tradicionais de cada localidade; estas quase sempre diferem de uma localidade para outra, mesmo que sejam vizinhas. Verificámos no terreno que estas normas de procedimento de eleição, nomeação e aclamação dos mordomos (de um ano para o ano seguinte) são cumpridas à risca desde tempos imemoriais. Por outro lado, a sua constituição é muito diferenciada, podendo ser só de rapazes solteiros (nas festas dos rapazes ou dos “quintos”, nas festas de Santo Estêvão e nas mascaradas), homens solteiros e casados, moças solteiras ou grupos mistos, consoante as localidades.

Esta constatação acabou por ser confirmada pelos alunos, como se pode verificar no quadro-síntese dos resultados.

Quadro nº 30 - Organização das celebrações festivas

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1. Por el ayuntamiento, câmara municipal o junta de freguesia.	333	43%	234	58%
2. Por asociaciones culturales, recreativas o deportivas del lugar.	255	33%	127	31%
3. Por un grupo de mayordomos formado por chicos.	165	21%	21	8%
4. Por un grupo de mayordomos formado por hombres (casados y solteros).	54	7%	19	5%
5. Por un grupo de mayordomos formado por chicos e chicas o por hombres y mujeres.	143	19%	71	17%
6. Sus padres han participado como mayordomos o dirigentes asociativos.	168	22%	62	15%

Os dados resultantes da observação ou do conhecimento dos alunos acerca deste tema revelam semelhanças entre os procedimentos nas celebrações em Zamora e Bragança em alguns indicadores e diferenças significativas em outros deles.

O peso do poder municipal na organização das celebrações das mascaradas é bastante mais notório no lado de Zamora do que no de Bragança. Os índices do primeiro indicador desta questão prestam-nos esta informação. Supomos que ela não pode ser levada em conta com o rigor que os números apresentam; contudo, a tendência é esta, sem qualquer margem para dúvidas: o contributo dos “ayuntamientos” para estas festividades, nomeadamente o assumir da sua organização, é bastante maior do que o das câmaras municipais e das juntas de freguesia. Poderá este corolário significar que o apoio do poder municipal em Zamora é decisivo, em muitos mais casos em Zamora do que em Bragança, para a manutenção e para a recuperação de muitas destas tradições.

Os estudiosos da província de Zamora entrevistados neste contexto confirmam o registo efectuado pelos alunos, relativamente ao papel das autarquias locais. Porém, Bernardo Calvo considera que esta é apenas a realidade de hoje. “Si bien hasta hace unos años todas las festividades estaban marcadas por el ritmo agrícola, actualmente vienen reguladas por la tradición festiva. Antes, la mayor parte de las fiestas las organizaban cofradías e mozos; ahora, las organizan los ayuntamientos. Quedan excepciones, como Las Águedas, donde las mujeres siguen organizando en exclusiva su

fiesta”⁴¹⁶. A estas “excepciones”, sem pretender pôr em causa este grande estudioso e profundo conhecedor das tradições de toda a província de Zamora, acrescentamos o trabalho de recuperação da “Vaca Bayona” na comarca de Sayago. Citemos, para um cabal esclarecimento do assunto, Carnero Felipe: “En Pereruela, todo gira en torno a la Vaca Antrueja y lo organizo yo, porque creo que dejar este tipo particular de carnaval en manos de las instituciones supone ponerlo en riesgo ya que siempre dependerá de la sensibilidad de los que las dirigen y, en consecuencia, estén por la labor de ayudar, no de entrometerse”⁴¹⁷. Esta é uma realidade muito particular, que acaba por alargar as excepções aos carnavais de Sayago e que reforça a posição de Bernardo Calvo: as excepções confirmam a regra geral. Ao aplicar o termo “ayudar”, neste contexto, o etnólogo quer dizer “apoyar” a realização das festividades, de diversas formas. Esta atitude é a que mais se adequa à realidade brigantina, como abaixo se verá.

Ainda no âmbito do Carnaval de Sayago, vejamos o que Juan Antonio Panero, professor e outro grande investigador desta temática, tem a acrescentar sobre o trabalho de recuperação e realização desta celebração. “Ao recuperar esta tradição, as pessoas não entendiam que o ritual era apresentado por motivos religiosos, como ritual sagrado. E isso foi o que tentámos fazer compreender ao povo. O que é curioso é que foi uma instituição educativa a fazer todo o trabalho de recuperação, por intermédio e acção do director [o próprio Panero]. Foram os alunos os agentes activos deste trabalho de viabilização desta espécie de pantomina. Na verdade, não eram apenas os de Almeida, mas os alunos de catorze localidades à volta, que aqui se deslocam à escola. Algumas destas aldeias também tinham a mesma tradição da Vaca Bayona e, por isso, também esta actividade agradou muito aos seus moradores. As máscaras eram construídas pelos próprios alunos, os trajes e os disfarces também os faziam”⁴¹⁸. Panero refere o trabalho conjunto que efectuou com Carnero Felipe, confirmando assim o trabalho de organização por este acima referido: “Nessa altura [quando era director do colégio] estabeleci contacto com um jovem de Pereruela [da comarca de Sayago], Ramón Carnero, que também foi recolhendo informações sobre a Vaca Bayona [Antrueja, em Pereruela] noutras localidades” (Panero). Hoje mantém-se esta tradição em Almeida, Pereruela e Carbellino (esta de recuperação muito recente), todas da comarca de Sayago.

A respeito da organização do Carnaval, Juan Panero diz claramente: “Foi graças ao trabalho daqueles alunos que, hoje em dia, as tradições aí estão em vigor. Hoje tudo se processa fora do âmbito escolar; o colégio já não participa. Quem organiza é o Ayuntamiento e a Associação de Mulheres, de tipo cultural, que é quem guarda os adereços da “vaca”, que anuncia e divulga o ritual ao povo, para que a gente acorra a assistir. O Ayuntamiento e a Associação de Mulheres deram continuidade ao que se

⁴¹⁶ CALVO BRIOSO, entrevista.

⁴¹⁷ CARNERO FELIPE, entrevista.

⁴¹⁸ PANERO, entrevista.

reiniciou no colégio”⁴¹⁹. Uma vez mais se confirma a necessidade que o poder local tem de apoiar a manutenção da tradição, se bem que o faça, felizmente, em coordenação com uma associação cultural e com a participação de todo o povo.

Este trabalho das associações culturais é referido pelos entrevistados da comarca de Aliste: Antonio Veja Fernández, dirigente associativo em Pobladura de Aliste e grande impulsionador da Obisparra; Jesús Romero Pérez, professor e musicólogo que, igualmente, participa nestas celebrações; e Pérez Corchero, professor, que sintetiza: “por grupos organizados, asociaciones culturales y con la colaboración de los ayuntamientos y otras entidades provinciales”⁴²⁰ (consultar anexo 4.1. Programa da obisparra de Palazuelo de las Cuevas).

No distrito de Bragança, a intervenção dos municípios é bastante mais discreta e menos notória. Não chega a ser referida pelos entrevistados que remetem todo o trabalho organizativo para as associações culturais e para os grupos de mordomos, constituídos segundo a tradição e em conformidade com as normas vigentes em cada terra. O trabalho de campo efectuado confirma-nos esta realidade; os órgãos do poder local (câmaras municipais e juntas de freguesia) e outros organismos públicos limitam-se a prestar apoio logístico (por exemplo, cedência de instalações para alguns dos actos festivos...) e monetário (como apoio para as despesas que decorrem da festa) e a fazer a promoção deste tipo de festividades na região, no país e no estrangeiro. Esta promoção resulta do valor cultural e identitário que ultimamente os organismos oficiais lhes estão a reconhecer. Em boa hora. É disso exemplo a criação recente, a manutenção e o funcionamento do Museu Ibérico da Máscara e do Traje, sito na zona histórica da cidade de Bragança. No entanto, insista-se, nenhum organismo público se intromete na organização das celebrações dos mascarados, deixando que sejam as próprias populações a fazê-lo que continuam a manter vigentes os competentes grupos de liderança.

O papel organizativo das associações culturais é, igualmente, decisivo. Sendo organismos locais de índole cultural, criados por vontade das próprias populações, os seus dirigentes conhecem em profundidade todos os contornos das celebrações, tendo sido ou sendo ainda, em princípio, actores dos seus rituais. Por isso, têm consciência do valor que as tradições encerram⁴²¹. Algumas delas têm como finalidade única a preservação das mascaradas, possuindo todas um âmbito local; recentemente foi criada uma outra de âmbito internacional, a Academia Ibérica da Máscara, com sede em Bragança e com sócios espanhóis, portugueses e brasileiros.

⁴¹⁹ *Idem.*

⁴²⁰ PÉREZ CORCHERO, entrevista.

⁴²¹ Por contacto pessoal, constatámos que foram as associações culturais de La Torre de Aliste e de Palazuelo de las Cuevas que, por sua iniciativa, recuperaram as obisparras das respectivas localidades, no passado ano de 2009.

Não é, pois, motivo de estranheza que os alunos tenham dado essa indicação, com índices praticamente iguais nos dois lados da fronteira. Um terço dos inquiridos constata que as associações locais desempenham um papel fundamental na organização das festividades, logo depois dos órgãos do poder local. Neste aspecto, a realidade não é diferente em ambas as regiões.

Podemos extrair alguns corolários, em consequência dos dados fornecidos pelos alunos:

- a) Os grupos de mordomos formados exclusivamente por rapazes solteiros são maioritários no distrito de Bragança; a explicação encontra-se no facto da existência de um grande número de festas dos rapazes e de Santo Estêvão, sendo que, em muitas localidades, estes dois tipos de festividades se identifiquem; em outras, de número mais reduzido, são convívios comunitários extensivos a todo o povo, com ou sem a actuação de mascarados.
- b) Na província de Zamora, só os rituais dos “quintos” se podem enquadrar na categoria de festas dos rapazes; sendo em menor número, também o tipo de mordomias formadas apenas por rapazes solteiros acaba por ter uma expressão mais reduzida.
- c) Os grupos de mordomos formados por homens (solteiros e casados) têm uma implantação diminuta, idêntica em ambas as áreas geográficas; pelo conhecimento obtido no terreno, é sabido que esta organização conjunta é recente e resulta da aceitação dos casados nas festividades que, por tradição, eram apenas de solteiros; o fenómeno deve-se à redução populacional de muitas terras destas regiões; aqui coloca-se o dilema: ou se admitem os homens que manifestem essa vontade, ou a festa extingue-se, por falta de jovens.
- d) A formação de grupos mistos de mordomos (rapazes e raparigas) é também de índice idêntico em Bragança e Zamora. O fenómeno é comparável ao da alínea anterior: a admissão de moças nas celebrações festivas e, conseqüentemente, a sua participação, de pleno direito, no grupo dos líderes.
- e) Com uma expressão ainda menor do que os dos homens (solteiros e casados), existem grupos de mordomas na província de Zamora; são as mulheres que organizam a festa de “Las Águedas”, por ser uma festa sua e o Carnaval da “Vaca Bayona” em Almeida de Sayago em que “o Ayuntamiento e a Associação de Mulheres deram continuidade”⁴²² à tradição. Ao contrário de “Las Águedas”, em que a organização sempre foi das mulheres, na “Vaca Bayona” trata-se de uma inovação, uma vez que a

⁴²² PANERO, entrevista.

celebração havia sido perdida; foi retomada pela escola e continuada pela referida associação. O Carnaval de Pereruela de Sayago é organizado pela associação cultural da terra.

- f) Nas celebrações da Quarta-feira de Cinzas, em Bragança e Vinhais (foto 32), que possuíam um carácter marcadamente religioso, a sua organização pertencia a ordens religiosas (Franciscanos); com a extinção desta ordem e a “secularização” dos rituais, foram as câmaras municipais que assumiram a sua organização; por outro lado, foi esta acção de incentivo que permitiu a sua vigência.
- g) São várias as designações destes líderes que aqui designámos, genericamente, de mordomos, consoante as localidades; podem ser: “reis”, “reis” e “vassais”, “meirinhos”, “juízes”...

O contributo do movimento associativo na organização das festividades foi salientado também pelos etnólogos, professores e pelos próprios dirigentes entrevistados. Merecem especial referência as seguintes: a Associação Cultural “Aires de Aliste” de Pobladura de Aliste, a Associação “Peña del Agüe” de Villarino trás la Sierra da comarca de Aliste, a Associação Cultural “El Castro” de Palazuelo de las Cuevas da comarca de Aliste, a Associação Cultural “Aliste.Info” de Abejera da comarca de Aliste, a Associação de Mulheres de Almeida de Sayago, a Asociación Cultural Mázarez de Palacios del Pan (comarca de Tierra del Pan), o Centro Cultural e Recreativo de Bemposta (município de Mogadouro), a Casa do Careto de Podence (município de Macedo de Cavaleiros), a Associação “Caretos de Salsas” (freguesia de Salsas no município de Bragança) e a Academia Ibérica da Máscara, com sede em Bragança, entre muitas outras.

O apoio prestado pelos municípios e pelas associações culturais às celebrações de mascarados não anula a existência e a acção dos tradicionais mordomos das festas. Aliás, sendo a eleição ou nomeação dos mordomos um dos rituais da festa, também estes organismos se preocupam pela realização destes actos. Os ritos de eleição ou aclamação podem estar (e estão) carregados de simbolismo; contudo, o desempenho das funções é quase sempre efectivo; a liderança vai concretizar-se no ciclo do Inverno seguinte, sobretudo quando se trata de festas dos rapazes, de “los quintos” e de Santo Estêvão. Entre a dinâmica associativa, de implantação recente, e as mordomias tradicionais existe uma cooperação muito íntima e funcional, o que explica o vigor das vigentes e a recuperação de outras que haviam sido dadas como perdidas.

Sobre este tema da organização das festas que, por tradição, está a cargo dos rapazes, é paradigmático o exemplo de Rio de Onor, no município de Bragança. Convém aqui citar Jorge Dias para lembrar que esta aldeia fronteiriça “deve ser o caso mais típico de organização comunitária em Portugal”. O antropólogo acrescenta: “O conhecimento insuficiente que tenho de Espanha não me permite fazer tal afirmação

relativamente à Península, mas é de crer que não haja hoje nenhuma comunidade peninsular, onde esta antiga organização se apresente tão perfeita e vigorosa”⁴²³. Pois bem, nesta aldeia comunitária, compete ao ‘conselho’ (um organismo que integra todos os vizinhos para a resolução dos assuntos da comunidade) a organização das festas, entre muitas outras competências. Contudo, no caso da festa dos Reis, ou festa dos rapazes, o conselho faz uma espécie de delegação de competências a este grupo social, os moços, para a organização da festa que é a sua; segundo o antropólogo Joaquim Pais de Brito, trata-se de “um conjunto de competências rituais que se desenrolam ao longo do Inverno e que no dia 1 de Novembro (com o leilão das ‘cepas das almas’) e no dia 6 de Janeiro (a ‘Festa dos Reis’) atingem a máxima expressão comunitária”⁴²⁴. Nesta e nas restantes aldeias, existindo ou não esta delegação de competências, é aos rapazes que compete organizar, liderar e dinamizar a sua festa (foto 3 e 14); contudo, é essencial a participação de todos os vizinhos.

A última pergunta deste indicador incide na participação dos pais dos alunos como mordomos das festas ou como dirigentes associativos. Faz sentido associar os dois elementos (mordomos e dirigentes associativos) já que, de uma maneira mais ou menos activa, as associações culturais se encontram implicadas na organização ou suporte das celebrações.

Os índices revelados, relativamente aos pais dos alunos que foram mordomos ou dirigentes associativos, não são muito expressivos, tanto de um lado como do outro da fronteira. Não podemos, contudo, comparar esta forma mais activa de participação com aquela que as populações têm nas celebrações; esta é massiva, como ficou exposto no quadro da “observação da assistência às tradições” e nas considerações que sobre ele foram feitas; sem ela as celebrações ficariam sem suporte social e extinguir-se-iam; o que está a acontecer é o fenómeno inverso, o do renascimento das tradições. Por isso, haverá outras explicações a encontrar para este que parece ser um moderado índice de participação (mostrado pelos alunos inquiridos) na liderança das celebrações e das associações, a saber:

- a) O que “parece” pode não “ser”; nem todos os jovens terão tido oportunidade de serem mordomos, sobretudo num período da história destas localidades em que muitas destas tradições estiveram extintas; esse período (anos 80 e 90 do século passado) era o tempo em que os pais destes alunos poderiam ter assumido essas funções, o que não lhes foi permitido pela ausência de celebrações.
- b) O mesmo podemos afirmar quanto à direcção das associações; na verdade, a maior parte delas foram criadas recentemente; mesmo as mais antigas, geralmente, elegem as pessoas mais capazes, com formação académica

⁴²³ DIAS, *Op. Cit.*, 13.

⁴²⁴ BRITO, *Op. Cit.*: 140.

mais elevada e com mais experiência nessas funções, permanecendo nos cargos por vários mandatos e impedindo que grande parte dos moradores as possa também exercer.

- c) É natural que os alunos desconheçam este tipo de funções que os seus pais poderão ter desempenhado enquanto jovens; o questionário foi preenchido no decorrer das aulas de História e Geografia, sem que tenham tido oportunidade de questionar os seus pais acerca desses detalhes dos seus tempos de jovens.

Se o desconhecimento dos alunos acerca desta matéria pode ser considerada “normal”, também é normal que, desde sempre, os jovens que tivessem a oportunidade de se tornarem “reis” da festa não deixariam de a aproveitar; por um lado, é o prestígio social que esse estatuto lhes confere, por outro, é a satisfação pelo cumprimento de uma função que está inerente ao seu nível etário. Alguns factos da história local destas tradições comprovam esta afirmação. Um significativo número de “alcaldes” ou “consejales” assumiram estas funções de liderança da festa: “el alcalde Jesús Ángel Tomás que fue ‘tafarrón’ y alcalde de la fiesta...”⁴²⁵. A consciência que os alunos devem, desde já, possuir de que em breve poderão ser chamados a assumir a responsabilidade de organizar as celebrações reveste-se de um valor educativo fundamental: a formação para a cidadania. Esta consiste “na inserção do indivíduo no espaço político e na participação dos cidadãos nas instituições sociais”⁴²⁶. Neste caso, a participação passa pela integração do grupo dos líderes, das associações culturais...

Já foi afirmado, as populações sempre participaram nas celebrações, cumprindo o que a tradição manda: recebendo o grupo de personagens que procede ao ritual do “aguinaldo”, assistindo aos rituais (mesmo que seja de crítica social e, eventualmente, possam por ela ser atingidos), participando nas refeições comunitárias...

Os etnólogos entrevistados confirmam: “La participación de la población local es esencial”, no entender de Bernardo Calvo que acrescenta: “Hoy en día, hay que admitir y valorar como positiva la participación de mujeres y personas casadas en el mantenimiento de las fiestas para evitar su desaparición”⁴²⁷. É um sinal dos tempos que correm, o despovoamento do meio rural, sobretudo dos jovens, constatado nas festividades de ambas as regiões.

A professora Bárbara Dias constatou o fenómeno no concelho de Bragança, afirmando a este propósito: “Acho que as populações locais começam a despertar para a necessidade que há em preservar estas tradições e empenham-se cada vez mais em participar nestas celebrações. É disso exemplo, o facto de algumas festividades

⁴²⁵ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 201.

⁴²⁶ FONSECA, António Manuel (2000), *Educar para a Cidadania*, Porto editora, Porto, p. 43.

⁴²⁷ CALVO BRIOSO, entrevista.

alterarem as suas datas e até as suas regras para que um maior número de jovens e adultos possam participar nelas”⁴²⁸. A alteração das datas, no distrito de Bragança, ocorre dentro do próprio ciclo do Inverno, enquanto, na província de Zamora, a transferência assume contornos radicais, isto é, a mudança do ciclo do Inverno para o tempo do Verão.

Também Ramón Carnero Felipe vai ao encontro desta realidade: “Por el número de personajes, y por el entorno en el que se desenvuelve para celebrar su ritual, todo el pueblo tiene cabida, ya que el baile es el momento cumbre”⁴²⁹. Este “entorno” é o Carnaval da “Vaca Antrueja” de Pereruela de Sayago, no qual todo o povo entra à sua maneira. Tal como em Almeida, segundo Juan Antonio Panero: “A “Vaca” começou [após a sua recuperação] a representar-se diante de todo o povo. Ao princípio, havia um apresentador e uma apresentadora que explicavam ao povo o sentido do ritual que, em princípio, era um ritual que simbolizava a fertilidade da terra, através da vaca de raça sayaguesa...”⁴³⁰. Cada grupo social da comunidade entra no ritual à sua maneira; contudo, as crianças “son el principal punto de atracción”⁴³¹ como o alvo das perseguições da “vaca”, na praça principal e pelas ruas da vila; também as moças são objecto das perseguições; elas entram no jogo, incentivando-a com palavras e gestos provocatórios.

Já no contexto das obisparras de Aliste, na circunstância, a de Pobladura, o professor Vega Fernández vai mais longe: “No hay espectadores pasivos. Todos participan espontaneamente. Es algo que se vuelve a hacer y, por eso, nadie quiere que se pierda. Hace nueve años que se recuperó, después de 40 años sin hacerla”⁴³². A par da participação da população, uma vez mais é referida a recuperação de festividades; ambas as informações foram previstas como um resultado esperado, o que atesta a bondade das nossas hipóteses.

Existem diversas localidades, tanto em Zamora como em Bragança, com a mesma realidade de Pobladura de Aliste. Em todas se atesta a participação do povo e que, por outro lado, nos ajudam a compreender o que parecia ser um baixo nível de desempenho de funções de liderança, por parte dos pais, mas que, ponderados estes factores, se pode classificar como o possível.

As citações dos estudiosos que acabámos de mencionar comprovam a hipótese da recuperação das celebrações com mascarados, por iniciativa das autoridades municipais, das associações culturais e das populações locais que, há muito tempo a

⁴²⁸ DIAS, Bárbara, entrevista.

⁴²⁹ CARNERO FELIPE, entrevista.

⁴³⁰ PANERO, Juan, entrevista.

⁴³¹ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 301.

⁴³² VEGA FERNÁNDEZ, entrevista.

vinham reclamando, por considerarem ser um momento indispensável e necessário para a boa marcha da vida das suas comunidades.

A ausência destas celebrações tradicionais, mais ou menos prolongada no tempo, foi-se tornando cada vez mais insuportável por parte de determinados sectores das comunidades locais, como as autarquias e as associações culturais; nestes sectores, infelizmente, não estamos em condições de incluir as escolas, por razões óbvias: muitos dos seus docentes e dos próprios órgãos directivos não são oriundos das localidades nas quais exercem a actividade educativa; daqui que não sintam este património como sendo seu e que não tenham vivido, em tempo oportuno, tais manifestações. Na verdade, “el patrimonio cultural está formado por aquellos bienes hechos por la mano humana y por aquellos que en el presente se crean y a los que la sociedad les otorga una especial importancia”⁴³³. Todo este património foi construído, ao longo de muitos séculos, pelas comunidades locais que o possuem, o preservam e o revivificam. Dele fazem parte também as normas sociais e as aspirações das populações; por isso, a escola não deverá colocar-se à margem delas, uma vez que “a organização educativa é determinada pelas orientações da sociedade em que se insere”⁴³⁴. Partindo do pressuposto de que “a organização educativa apresenta-se como um subsistema aberto, atravessado por forças provenientes de um sistema muito maior que constitui o seu meio”⁴³⁵, será desejável que a escola participe nestes projectos de preservação e recuperação das tradições, o que, em determinadas situações, tem acontecido⁴³⁶. Também a Diputación de Zamora trouxe ao público, através do diário *La opinión de Zamora*, “una colección de veinte láminas con personajes “coloreables” de cada una de las mascaradas o fiestas que se celebran en la provincia [...]”; su objetivo es difundir y promover su conocimiento no sólo entre los más pequeños sino también entre sus familias”⁴³⁷; este é um excelente material didáctico ao qual as escolas e os professores das áreas disciplinares das Ciências Sociais e das Artes Visuais podem lançar mão.

⁴³³ PRATS, Joaquim y SANTACANA, Joan (2009), *Ciudade, educación y valores patrimoniales. La ciudad educadora, un espacio para aprender a ser ciudadanos*, in *Íber – Diadáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 59, año XIV, enero 2009, Editorial Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 9.

⁴³⁴ BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul (1994), *Paradigmas Educativos – Escuela e Sociedades*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 13.

⁴³⁵ *Idem*: 20.

⁴³⁶ Temos conhecimento da realização de acções subordinadas ao tema das celebrações tradicionais com máscaras, em escolas de Bragança (Paulo Quintela e Augusto Moreno), nomeadamente da prof^a Bárbara Dias, nossa entrevistada, com o projecto no âmbito do tema das máscaras, na área da Expressão Artística.

Está a ser ministrado um curso de mestrado sobre esta temática para professores de Educação Visual e Tecnológica na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

⁴³⁷ Nota informativa inserida na contracapa do dossiê de material didáctico “*Colorea las máscaras de la provincia de Zamora a tu gusto*”, constituído por desenhos em cartolina sobre as máscaras e danças tradicionais de várias localidades.

A perspectiva da socialização dos alunos é igualmente relevante. Sendo esta “uma espécie de treino pelo qual o indivíduo jovem é levado a interiorizar as normas, valores, atitudes, papéis, saberes e habilidades que comporão uma espécie de programa destinado a ser executado no futuro”⁴³⁸, a interiorização das tradições não deve ser menosprezado como recurso pedagógico do qual a escola deve lançar mão para prosseguir as suas finalidades de socialização. Na verdade, “a escola tornou-se há muito tempo um lugar essencial”⁴³⁹ entre as instâncias institucionalizadas de socialização. Desde logo, compete à escola planificar as suas actividades educativas, “transformando e modificando o currículo para o adequar às características próprias de cada situação concreta”⁴⁴⁰. Trata-se de um documento essencial nas escolas portuguesas – o Projecto Curricular.

⁴³⁸ HAECHE, Anne Van (1994), *A Escola à Prova da Sociologia*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 137.

⁴³⁹ *Idem.* 140.

⁴⁴⁰ COSTA, Fátima, e MARQUES, António (2001), *Apontamentos de Didáctica – História e Geografia de Portugal*, Porto Editora, Porto, p. 24.

Capítulo VI. AS DANÇAS TRADICIONAIS: paloteo ou pauliteiros

Antes de mais, há que enquadrar as danças dos paus no património cultural intangível tanto da província de Zamora, como do distrito de Bragança, “el que está constituído por aquella parte inmaterial”⁴⁴¹ que as culturas destas áreas geográficas desenvolvem “y que reside en el espíritu de esta”⁴⁴², em conjunto com as crenças, as tradições, os saberes, as línguas, as expressões musicais... a elas associadas.

No presente estudo, quando mencionamos “danças tradicionais” apenas nos cingimos à dança do *paloteo*, termo usado na província de Zamora, e à dança dos pauliteiros, designação do distrito de Bragança pela qual são conhecidos a nível nacional e até mesmo no estrangeiro. Obviamente, a limitação do âmbito da investigação desta variável dependente à valência da arte popular da dança dos paus não significa qualquer tipo de subvalorização dos restantes tipos de danças, as mistas, das quais são muito ricas ambas as regiões. De forma alguma. A opção pelo *paloteo*/pauliteiros assenta fundamentalmente nos seguintes pressupostos:

- a) A ligação que esta dança mantém, como ficou expresso no capítulo do Estado da Questão, com muitos dos rituais dos mascarados das festas do ciclo do Inverno; alguns grupos de *paloteo* de Zamora integram mesmo a actuação de um mascarado – “el birria ou “el botarga” - nas coreografias de todos os seus *lazos*.
- b) Uma abordagem restrita destas danças que permita estabelecer esses elos de ligação com as mascaradas.
- c) O relacionamento estabelecido entre os grupos de pauliteiros e as festas dos rapazes solteiros, já que os protagonistas destas facetas da cultura popular são os mesmos, actuando muitas vezes em tempos, espaços e rituais comuns.
- d) Uma investigação que contemplasse todos os tipos de danças, grupos, trajes, músicas, instrumentos, coreografias..., num número tão elevado de localidades que as mantêm em ambas as regiões, tornar-se-ia completamente insustentável, dada a dimensão gigantesca que envolveria. Trata-se, efectivamente, de uma opção – a viável e necessária.

⁴⁴¹ PRATS, *Op. Cit.*: 9.

⁴⁴² *Ibidem*.

Acresce dizer que as danças dos paus constituem um aspecto muito particular e específico da cultura popular mirandesa; também o foi em toda a região de Castilla y León; a perda de muitos dos grupos castelhanos e leoneses terá relegado a sua notoriedade para segundo plano; por isso, é de toda a justiça fazer valorar estas danças zamoranas, nomeadamente no âmbito deste trabalho.

1. A existência de grupos de *paloteo*/pauliteiros

Pelo levantamento efectuado nos trabalhos de campo e pela bibliografia consultada (que é escassa), sabemos da existência de grupos de *paloteo*/pauliteiros em quatro localidades da província de Zamora; trata-se de um número muito limitado na actualidade, se bem que no passado muitos mais existiam: “naturalmente que se bailaron los palos en toda la provincia de Zamora”⁴⁴³ ou, como escreve José Manuel Matellán, “de una treintena de lugares zamoranos que han dejado testimonio de la existencia de danzas, pueden citarse ahora, entre otros, los de Calabor, lobeznos, Ungilde, Riomanzanas, Moldones, Nuez de Aliste, Muga de Sayago y Fermoselle que, de norte a sur, abarcan toda la extensión de la raya a lo largo de nuestra provincia”⁴⁴⁴. Deu-se, portanto, o desaparecimento das danças em muitas aldeias. Deste fenómeno nos dá conta também Carlos Porro referindo-se a Castilla y León: “En toda la comunidad há ido desapareciendo de manera rápida en los últimos cuarenta o cincuenta años, como otras muchas manifestaciones de nuestra cultura”⁴⁴⁵. A mais recente justificação para esta perda é o despovoamento dos meios rurais de que nos foram dando conta as pessoas mais velhas que ainda por lá se mantêm. Sem gente, e sobretudo sem gente jovem, não é possível aguentar um qualquer grupo, seja de *paloteo*, seja de outro tipo qualquer de danças. Para além destas, há outras razões do passado, não sendo este muito longínquo, que são referidas por Carlos Porro: “La perdida de la danza se debió a diferentes motivos, desencadenados muchos de ellos tras el desastre de la guerra civil y por las consecuencias del éxodo rural de los jovenes a las ciudades...”⁴⁴⁶. O autor responsabiliza ainda as autoridades eclesiásticas e o povo pelas sucessivas proibições da dança no espaço da igreja e no seu ambiente festivo tradicional – o recinto sagrado e as procissões de certas festividades, como a do Corpus Christi. Não deixa, contudo, de constatar que a mudança, que entretanto se verificou, da substituição dos homens pelas mulheres na dança, a transformação da complexa indumentária, o desaparecimento dos elementos mágicos... são factos que,

⁴⁴³ CARNERO FELIPE, *Op. Cit.*: 37.

⁴⁴⁴ MATELLÁN, José Manuel (2000), *Los lazos en la danza de palos, una literatura popular que nos une*, in *El Filandar/O Fiadeiro*, nº 12, Asociación Etnográfica Bajo Duero, Zamora, p. 46.

⁴⁴⁵ PORRO, *Op. Cit.*: 136.

⁴⁴⁶ *Idem*: 138.

apesar de tudo, “fueron decisivos para el mantenimiento de muchas de ellas hasta la actualidad”⁴⁴⁷. Assim é na província de Zamora: os poucos grupos que restam ou são de formação mista ou exclusivamente feminina, como resultado da inevitável evolução verificada em toda a comunidade de Castilla y León (e, talvez, em toda a Espanha), acima referida por Carlos Porro. Só com o recurso a estes condicionalismos é que os grupos chegaram até aos nossos dias. Sem eles, a dança ter-se-ia perdido nestas povoações, como em muitas outras se perdeu.

Fenómeno de sentido contrário ter-se-á dado no distrito de Bragança, sobretudo no município de Miranda do Douro e nos limítrofes, relativamente à dança dos pauliteiros. A partir de meados do século XX, assistiu-se a uma revitalização, nesta área geográfica do distrito, dos grupos que se haviam perdido no decorrer do século XIX, conforme pudemos constatar no trabalho de campo e no-lo confirma a antropóloga Bárbara Alge: “Não há nenhuma aldeia em Miranda onde os pauliteiros deixaram de existir que não tenham sido revivificados mais tarde”⁴⁴⁸. Também em outras zonas do distrito se reconstituíram grupos de pauliteiros, nos municípios de Bragança e de Macedo de Cavaleiros. Na verdade, tinha sido esta uma dança tradicional nestas paragens, conforme no-lo confirma o Padre António Maria Mourinho: “Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro (...). No município de Bragança, também se dançava, ainda não há muitos anos, na povoação de São Pedro dos Sarracenos, ou São Pedro das Cebolas; e, no município de Macedo de Cavaleiros, sabemos que também se dançava na freguesia de Lombo”⁴⁴⁹. A dança nesta última localidade perdeu-se; contudo, foi recuperada numa outra freguesia do município de Macedo de Cavaleiros, Salselas. Nesta freguesia, a dança fazia parte do seu folclore, conforme afirma António Cravo: “Consideramos que os pauliteiros de Salselas fazem parte duma grande família dos grupos que praticaram e ainda praticam a dança etnográfica dos paulitos, na zona cultural mirandesa que, em princípio, a situamos no espaço geográfico entre o rio Douro Internacional a leste e o rio Sabor a oeste (...). A dança dos pauliteiros em Salselas já se praticava, pelo menos, desde os fins do século XIX”⁴⁵⁰. Foi, aliás, a propósito desta recuperação que António Cravo escreveu o livro *Os Pauliteiros de Salselas* o qual, por uma espécie de efeito de espelho, acabou por contribuir para a sua recuperação, levando a população local a valorizar ainda mais este elemento da sua cultura.

⁴⁴⁷ *Ibidem*.

⁴⁴⁸ ALGE (2004), *Op. Cit.*: 221.

⁴⁴⁹ MOURINHO, (1984) *Op. Cit.*: 454 e 457.

⁴⁵⁰ CRAVO, *Op. Cit.*: 5 e 32.

Quadro nº 31

Distribuição geográfica dos grupos de pauliteiros

Grupos	Municípios
Associação dos Professores do Planalto Mirandês	Miranda do Douro
Pauliteiros de Duas Igrejas	Miranda do Douro
Pauliteiros de Malhadas	Miranda do Douro
Pauliteiros de Cércio	Miranda do Douro
Pauliteiros de Sendim	Miranda do Douro
Pauliteiros de Picote	Miranda do Douro
Pauliteiros da Póvoa	Miranda do Douro
Pauliteiros de Palaçoulo	Miranda do Douro
Pauliteiros de Constantim	Miranda do Douro
Pauliteiros de São Martinho	Miranda do Douro
Pauliteiros de Fonte de Aldeia	Miranda do Douro
Pauliteiras de Miranda do Douro	Miranda do Douro
Pauliteiras de Valcerto	Mogadouro
Pauliteiras de Bemposta	Mogadouro
Pauliteiros de Bemposta (2 grupos)	Mogadouro
Pauliteiros de Saldanha	Mogadouro
Pauliteiricos de Miranda (crianças)	Miranda do Douro
Pauliteiros de São Pedro dos Sarracenos	Bragança
Pauliteiros de Salselas	Macedo de Cavaleiros

Ainda sobre o tema da implantação geográfica dos pauliteiros, Bárbara Alge reconhece que vai para além do município de Miranda do Douro: "É importante mencionar que os pauliteiros não se restringem exclusivamente ao concelho de Miranda, mas existem também noutras localidades. Por fontes escritas constatei que a dança dos paulitos se dançava e se dança nos concelhos de Vimioso, Bragança, Mogadouro, até mesmo no concelho de Macedo de Cavaleiros"⁴⁵¹. Também Paulo Meirinhos, professor de Educação Musical, animador cultural da Câmara Municipal de Miranda do Douro e Director da Casa da Música deste concelho, reconhece: "São vários os grupos de pauliteiros que existem no município de Miranda do Douro e alguns outros, como é o caso das pauliteiras de Valcerto (Mogadouro), pauliteiros de Salselas e de Bemposta (Mogadouro). No entanto, é uma cultura que se impõe pela diferença e originalidade e que todos os transmigrantes reconhecem como sua"⁴⁵². Para além destes, existem outros grupos no concelho de Mogadouro, dentro da zona

⁴⁵¹ ALGE (2004), *Op. Cit.*: 217.

⁴⁵² MEIRINHOS, Paulo, professor de educação Musical e animador cultural da Câmara Municipal de Miranda do Douro, entrevista concedida em 30-03-2009.

do Planalto Mirandês, mas fora do concelho de Miranda (consultar anexo 4.2. Pauliteiras de Bemposta).

Por outro lado, fenómeno idêntico ao da substituição dos homens pelas mulheres, verificado em Castilla y León, se deu na região de Miranda do Douro: o aparecimento, não de grupos mistos, mas de grupos exclusivamente femininos constituídos por moças solteiras, como que para rivalizarem com os dos rapazes solteiros. Creio que este fenómeno não poderá ser visto como uma quebra da tradição, a da exclusividade da dança atribuída pela tradição aos homens, mas sim como o seu prolongamento e extensão ao grupo social das mulheres. Esta subentendida rivalidade, em vez de provocar a eliminação ou o enfraquecimento dos grupos masculinos, acaba por surtir o efeito contrário, o seu reforço e consolidação.

A permanência dos grupos de *paloteo* na província de Zamora, pelo conhecimento obtido na investigação efectuada no trabalho de campo, limita-se a três localidades: Tábara (Campo de Aliste), Muelas del Pan (Tierra del Pan) e Cañizal (La Guareña). A sua constituição é resultante da evolução da tradição, que impunha a exclusividade aos homens, e idêntica à que foi acima referida em relação a toda a Castilla y León: dois grupos mistos, sendo um de Muelas del Pan e outro de Tábara e um grupo exclusivamente feminino em Cañizal (fotos 45, 46, 48 e 49).

Já no decorrer do ano de 2009, a população de Almaraz de Duero, também na província de Zamora, reuniu esforços e conseguiu levar a cabo a recuperação do seu grupo de danzantes de *paloteo* que agora se encontra em plena actividade: participou já no II Encuentro Transfronterizo de Danzantes de Paloteo, realizado em Tábara, participação que não tinha acontecido no primeiro encontro (foto 49). Segundo informação recolhida⁴⁵³, a sua história, o grupo atravessou várias fases: períodos de vigência (nos anos de 1936, de 1948 até aos anos oitenta) e de paragem (desde os anos oitenta até ao 2009). Contudo, à data da aplicação do questionário, o grupo estava inactivo, pelo que não pôde ser tido em consideração. O grupo conservou a sua constituição exclusivamente masculina até ao ano de 1964⁴⁵⁴, data em que foram admitidas as moças como dançantes, passando então a ter uma constituição mista.

Neste Segundo Encuentro Transfronterizo de Danzantes de Paloteo foi apresentado, pela primeira vez, o grupo de pequenos dançantes desta localidade. Este grupo infantil teve então a oportunidade de dançar alguns dos seus *laços*, durante o desfile ao longo das ruas da vila e nas “actuaciones finales en la Plaza Mayor”, o ponto alto do evento.

⁴⁵³ Segundo Encuentro Transfronterizo de Danzantes de Paloteo, en Tábara, en 19 de Septiembre de 2009.

⁴⁵⁴ FRESNO, Carlos, entrevista.

Quadro nº 32

Grupos de paloteo/pauliteiros - Existência, formação e música acompanhante

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1.1. Alunos que referenciaram a existência de grupos na sua localidade.	305	40%	81	20%
1.2. Alunos que não referenciaram a existência de grupos na sua localidade.	461	60%	307	76%
2.1. Indicaram: "el grupo está formado solo por chicos".	205	27%	4	1%
2.2. "El grupo está formado solo por chicas"	25	3%	21	5%
2.3. "El grupo es mixto (chicos y chicas)"	57	7%	58	14%
2.4. "El grupo está formado por niños"	39	5%	8	2%
3.1. "La danza de paloteo es acompañada por gaita"	289	37%	24	6%
3.2. "La danza es acompañada por flauta y tamboril".	9	1%	53	13%
3.3. "La danza es acompañada por los dos instrumentos, según los casos".	30	4%	34	8%

Nesta fase, foram os alunos inquiridos acerca da existência de grupos de *paloteo/pauliteiros* na sua localidade, acerca da sua formação e do tipo de música tradicional que os acompanham, com referência explícita aos instrumentos que a produzem.

No primeiro indicador, a existência de grupos, constata-se no distrito de Bragança o dobro de respostas positivas em relação à província de Zamora. O resultado assinalado pelos alunos coincide, ainda que não rigorosamente, com a verificação que foi feita no terreno. O possível desvio poderá ser discriminado a partir do quadro que a seguir se apresenta.

Quadro nº. 33

Existência de grupos, declarada pelos alunos, segundo as localidades

Localidades	Respostas “sim”
Distrito de Bragança	
Bragança	46
Macedo de Cavaleiros	28
Mogadouro	45
Miranda do Douro	87
Sendim (Miranda do Douro)	76
Vinhais	17
Torre de Dona Chama (Mirandela)	6
Província de Zamora	
Zamora	43
Moraleja	16
El Puente de Sanabria	3
Puebla de Sanabria	4
Alcañices	10
Riofrío de Aliste	0
Ferreas de Abajo	0
Muelas del Pan	3
Montamarta	0
Villamor de los Escuderos	2
Almeida de Sayago	0

As reflexões que se nos parece oportuno fazer são as seguintes:

- a) Os índices elevados de indicação de existência de grupos de pauliteiros por parte dos alunos de Miranda do Douro, de Sendim (que pertence ao mesmo concelho) e de Mogadouro não nos oferecem quaisquer dúvidas; na verdade, trata-se da zona do chamado Planalto Mirandês, onde a incidência destes grupos é muito grande; além disso, a sua notoriedade entre as crianças e os jovens justifica estes resultados.
- b) O mesmo poderemos pensar em relação às escolas de Muelas del Pan e de Villamor de los Escuderos, em virtude de nessas zonas se encontrarem grupos de *paloteo*⁴⁵⁵.

⁴⁵⁵ A falta de dados relativos a Tábara, deve-se ao facto de não terem sido aplicados os questionários aos alunos desta comarca, muito embora eles tenham sido entregues, após um contacto pessoal com a directora do estabelecimento de ensino. Todos os dados dos grupos desta vila foram obtidos nos dois

- c) Alguns dos alunos das escolas de Bragança e de Macedo de Cavaleiros poderiam acusar a existência de grupos nas suas localidades, uma vez que em duas delas esses grupos se mantêm e que esses alunos são oriundos delas; contudo, sendo aldeias de pequena ou média dimensão, os índices apurados são manifestamente exagerados.
- d) Podemos supor que o mesmo se passa nas escolas da cidade de Zamora, as quais podem ser frequentadas por alunos oriundos das três localidades que mantêm os grupos de *paloteo*; mas nunca em índices tão elevados.
- e) Os alunos das restantes escolas de ambas as regiões dificilmente poderão ser oriundos de localidades que mantêm grupos de pauliteiros e, por isso, as suas respostas positivas não podem ser tidos em conta. Só por desconcentração é que terão respondido dessa forma. Convém ainda salientar a concentração dos alunos de Riofrío de Aliste, Ferreras de Abajo, Montamarta e de Almeida de Sayago que se abstiveram de assinalar a existência de grupos porque, de facto, eles não existem nas nessas terras.

O que é importante reter destas reflexões é o conhecimento que os alunos revelam acerca da existência dos grupos de dançarinos nas suas terras e nas vizinhas. É uma inevitabilidade, dada a notoriedade que estas danças têm vindo a ganhar nos últimos anos, tornando-se impossível, ainda que o vizinho da terra seja uma criança de 10 ou 11 anos, não dar conta da sua presença nos actos festivos e em outros momentos da vida destas populações, de um e do outro lado da fronteira. Referindo-se ao Planalto Mirandês, Paulo Meirinhos confirma: “Quase em todas as aldeias, os pauliteiros dançam para pedir a esmola para a festa e para acompanhar a procissão”⁴⁵⁶ (fotos 52 e 53). O trabalho de campo permitiu confirmar que esta tradição se mantêm vigente na comarca de Tábara e de Tierra del Pan.

2. Elementos constituintes dos grupos de *paloteo*/pauliteiros

2. 1. A formação dos grupos

Como já acima foi referido, a constituição tradicional dos grupos de *paloteo*/pauliteiros era exclusivamente masculina: “Los varones jóvenes, solteros o los quintos, siempre fueron los encargados de realizar estas danzas, donde la mujer tenia

encontros transfronteiriços de dançantes de *paloteo* (2008 e 2009), através do Exmo. Sr. Alcalde do Ayuntamiento, José Ramos San Primitivo, e do Director do grupo, Carlos Fresno, que nos concedeu uma entrevista e a quem reconhecidamente agradecemos.

⁴⁵⁶ MEIRINHOS, Paulo, entrevista.

vetada su entrada”⁴⁵⁷. Em Castilla y León este tipo de formação de grupos manteve-se até ao momento histórico do seu desaparecimento progressivo, a partir dos meados do século passado. A sua reduzida manutenção (ou eventual recuperação) foi feita à custa da quebra da masculinidade desta tradição: “la sustitución de los hombres por las mujeres de la danza”⁴⁵⁸. No ano de 1964, o grupo de *paloteo* de Tábara passou a ter uma constituição mista; as razões desta quebra da tradição masculina são, por um lado, a falta de rapazes provocada pela emigração e, por outro lado, para que o grupo pudesse “competir en igualdad de condiciones com los otros grupos de danzas en los concursos que hacía la Sección Femenina en Zamora y en toda España”⁴⁵⁹. Ao que parece, os grupos exclusivamente masculinos não eram aceites nestes concursos.

Desta forma, tanto em Tábara como nas restantes localidades da província de Zamora, passaram a existir grupos mistos ou simplesmente femininos, segundo a disponibilidade e o interesse dos jovens.

No distrito de Bragança, por tradição, os grupos de pauliteiros também devem ser apenas masculinos, “constituindo-se exclusivamente de rapazes solteiros”⁴⁶⁰. Contudo, também aqui se deu uma evolução, mas de sentido diferente, na formação dos dançarinos dos paulitos. Foi o aparecimento de grupos femininos, desde sempre ausentes desta tradição, sem que os grupos masculinos tivessem deixado de existir ou que tivessem sofrido alguma alteração.

Os grupos femininos são um fenómeno muito recente; os primeiros foram constituídos há cerca de três anos na zona do Planalto Mirandês, em aldeias do concelho de Mogadouro (Bemposta e Valcerto) e na própria cidade de Miranda do Douro (foto 50), conforme foi possível apurar: “As pauliteiras de Bemposta foram as primeiras a aparecer em toda a região”⁴⁶¹. A existência de moças dançarinas de paus não é propriamente uma novidade em Bemposta, uma vez que “já havia tido grupos de pauliteiros e, entre 1981 e 1984, teve um grupo de pauliteiras, que foi extinto, com a morte do ensaiador”⁴⁶². Esta é uma informação recolhida em jornais regionais, sítios da Internet e no trabalho de campo, não existindo ainda qualquer referência a eles por parte dos etnólogos. Todas as obras que abordam este tema destas danças são anteriores à formação dos grupos. No Primeiro Festival Internacional de Pauliteiros (ao qual assistimos presencialmente), realizado em 7 de Julho de 2007, em Miranda do Douro, participou um outro grupo feminino de “Pauliteiras de Miranda do Douro”. Este fenómeno é visto pelos observadores locais como “um contributo para a renovação da cultura e, ao mesmo tempo, para o aparecimento de novos grupos com os respectivos

⁴⁵⁷ PORRO, *Op. Cit.*: 134.

⁴⁵⁸ *Idem*: 138.

⁴⁵⁹ FRESNO, entrevista.

⁴⁶⁰ ALGE, Bárbara (2004), *Op. Cit.*: 221.

⁴⁶¹ Nordeste, Semanário Regional de Informação, Bragança, 04-07-2006.

⁴⁶² Sítio da Internet: www.bemposta.com, em 18-08-2009.

músicos”⁴⁶³. Esta mesma opinião é partilhada por Paulo Meirinhos: “os grupos de raparigas foram aparecendo, eu próprio as apoiei e lhe proporcionei locais para se apresentarem em público, por achar importante elas participarem nesta manifestação. A tradição vive da própria mudança, e essa adaptação aos tempos é que torna as tradições actuais e adaptadas aos tempos”⁴⁶⁴. A adaptação à modernidade leva os grupos (grande parte deles) a criarem a sua página Web, como forma de criarem entre si uma verdadeira comunidade temática: “una de las aportaciones más notables de Internet es que permite la creación y el funcionamiento de comunidades virtuales”⁴⁶⁵, um instrumento de união dos grupos e dançantes.

A participação de crianças nas danças constata-se, pelo que nos foi dado observar, nos grupos de Tábara e de Muelas del Pan. Participam não sozinhas, mas em conjunto com os adultos. Em Miranda do Douro, as crianças foram organizadas em grupos infantis, a fim de as introduzir e de as motivar a dar continuidade à dança, uma vez que tiverem alcançado o nível etário próprio dos dançarinos, que é a juventude. Nas próprias escolas do concelho também se ensinam os alunos a arte da dança: “as escolas mirandesas têm o bom hábito de manter grupos de danças mistas e de pauliteiros. A título pessoal, dirigi durante dois anos um grupo de danças. Momento alto foi quando apresentei os pauliteiros da Escola Secundária num Encontro Nacional de Ginástica Rítmica, em Cernache do Bonjardim”⁴⁶⁶. Estes grupos infantis são denominados “pauliteiricos” na língua mirandesa; “são crianças que, posteriormente, poderão integrar o grupo principal. Podem entrar desde pequenos e, mais tarde, passar a pauliteiros”⁴⁶⁷. Também Paulo Meirinhos partilha desta opinião: “alguns grupos são constituídos apenas por rapazes adolescentes ou adultos; no entanto, outros grupos têm crianças que dançam, para os ir educando e porque é bonito ver as crianças a dançar. É importante também que elas comecem a participar cedo nesta dança, porque os que começam mais tarde, geralmente têm mais dificuldade em executar com rigor certos movimentos”⁴⁶⁸.

Na resposta a esta questão, globalmente os alunos deram conta desta realidade, ainda que com alguns desvios.

No distrito de Bragança, em relação ao primeiro indicador, “el grupo está formado solo por chicos”, um elevado número dos que havia assinalado a existência de pauliteiros na sua localidade assinalaram ser esta a sua formação. Já na província de Zamora, assinalaram esta situação um número completamente insignificante de alunos (quadro nº 21) que, tendo em conta os referidos desvios, estas respostas significam a

⁴⁶³ Sítio da Internet: www.agarramestespalos.blogspot.com, em 18-08-2009.

⁴⁶⁴ MEIRINHOS, Paulo, entrevista.

⁴⁶⁵ FONTAL MERILLAS, *Op. Cit.*: 372.

⁴⁶⁶ BERNARDO, Hermínio, entrevista.

⁴⁶⁷ GUALDINO, Raimundo, Presidente da Direcção da Associação para o Desenvolvimento Integrado de Palaçoulo “Caramonico”, in *Jornal Nordeste*, 27/09/2007.

⁴⁶⁸ MEIRINHOS, Paulo, entrevista.

ausência deste tipo de formação de grupos. Assim, quer numa região, quer na outra, os resultados demonstram o conhecimento que os alunos possuem sobre este particular da sua cultura.

O mesmo se pode afirmar acerca do indicador “el grupo está formado solo por chicas”, com resultados perfeitamente adequados à realidade de cada uma das regiões. Dão conta da existência de um reduzido número de grupos com esta formação.

A respeito dos grupos mistos, os alunos da província de Zamora demonstraram conhecer bem este campo do estudo; na verdade, o que se passa é que os grupos são mistos, podendo, pontualmente, passarem a ser exclusivamente femininos, por falta de elementos masculinos disponíveis para a dança (fotos 45, 46, 48 e 49). Conforme a observação realizada no terreno, existe uma maior apetência para a dança por parte das mulheres; conseqüentemente, estes grupos mistos apresentam-se quase sempre maioritariamente femininos.

O índice de respostas dos alunos de Bragança a este indicador, ainda que não muito elevado, é manifestamente enganador; terá havido um claro desvio que pode ser explicado pela desconcentração momentânea no acto de responder. Se não existe no distrito nenhum grupo misto de pauliteiros, as respostas deveriam estar em conformidade. O desvio explicar-se-á pela existência, em várias destas terras, de grupos mistos, não de pauliteiros, mas de outros tipos de danças. Aliás, a sua designação local é mesmo “danças mistas”, como forma de as distinguir daquelas que, por tradição, são exclusivamente masculinas. Hermínio Bernardo, acima citado, refere que “as escolas mirandesas têm o bom hábito de manter grupos de danças mistas e de pauliteiros”, dando conta desta distinção.

O item “el grupo está formado por niños” obtém resultados coincidentes com a realidade de ambas as regiões e, portanto, um conhecimento cabal da mesma, por parte dos alunos.

No tocante a Bragança, o baixo índice de respostas revelado significa que são poucos os grupos formados por crianças. Não existindo nas suas terras de origem, jamais os alunos os podem referenciar. Os poucos que o fizeram são os que tiveram conhecimento desses grupos: um que está em actividade na própria cidade de Miranda e algum mais que se foi formando em escolas, funcionando num ano lectivo para no ano seguinte deixar de funcionar, conforme o interesse, a vontade, os conhecimentos e a disponibilidade dos professores; por outro lado, a permanência destes grupos escolares e infantis depende, em grande parte, da vontade que os pais manifestam em que os filhos neles participem; não se tratando de uma actividade curricular, só pode ter um carácter facultativo e, como tal, é exigida a devida autorização dos encarregados de educação – os pais.

O resultado revelado pelos alunos de Zamora, sendo muito baixo, significa que terão presenciado actuações de *paloteo* de grupos de adultos que integram crianças na sua constituição. Isso mesmo foi constatado no trabalho de campo: os grupos podem ser formados por crianças, nunca em exclusividade mas em conjunto com os jovens e os adultos.

2. 2. O acompanhamento musical da dança do paloteo/pauliteiros

Pelo que nos foi dado observar no trabalho de campo, a música que serve de acompanhamento à dança dos pauliteiros é retirada no cancioneiro popular das duas regiões fronteiriças em estudo. Algumas destas melodias são exclusivas de cada região, outras são comuns a Zamora e Bragança, a Castilla y León, a toda a Península Ibérica e vários países europeus. Contudo, este carácter comum, partilhado por várias regiões europeias, estabelece uma linha melódica para cada peça musical, podendo verificar-se oscilações ou variantes, consoante a localidade onde são interpretadas.

Todas as melodias que servem de acompanhamento aos pauliteiros possuem as suas letras que são verdadeiras preciosidades da literatura e da poesia popular destas regiões. Tal como a componente musical, também a letra das canções pode divergir de uma a outra região, de uma a outra comarca ou até mesmo de uma a outra localidade, ainda que sejam vizinhas. Nesta matéria existem, segundo se pode constatar, uma diversidade bastante grande de situações. Contudo, este tema está fora do âmbito deste trabalho; situa-se no campo da etnomusicologia, merecendo apenas algumas referências, aquelas que são estritamente necessárias à compreensão das danças em análise, já que não há dança sem música.

Os grupos musicais são exactamente os que, desde sempre e por tradição, existem nestas terra, grupos endógenos que recebem a música dos pais para a transmitirem aos filhos e assim, sucessivamente, de uma a outra geração. São os mesmos grupos e a mesma música que antes acompanhava os cíclicos momentos da vida das comunidades: as festas, os trabalhos do campo e da eira, os serões, os fiadeiros e as desfolhadas, os distintos momentos de religiosidade popular... enfim, toda a vida do homem rural. Citando Fernando Lopes Graça, “companheira da vida e trabalhos do povo, a canção segue-o do berço ao túmulo, exprimindo-lhe as alegrias e as dores, as esperanças e as incertezas, o amor e fé, retratando-lhe fielmente a fisionomia, o género de ocupações, o próprio ambiente geográfico, de tal maneira ela, a canção, o homem e a terra, onde uma floresce e o outro labuta, e ama, e crê, e

sonha, e a que entrega por fim o corpo, formam uma unidade, um todo indissolúvel”⁴⁶⁹.

O acompanhamento musical da dança é feito só por grupos instrumentais, embora todas as peças musicais possuem letra que pode ser cantada em outros contextos festivos ou culturais. Neste contexto e dada a violência das danças, torna-se impraticável cantar e dançar ao mesmo tempo. No entanto, cada um dos dançarinos pode cantar; só que, fazendo isso, terá que ser em voz baixa, só para si, de maneira a que não se lhe exija nenhum esforço suplementar. “Cada ‘danzante’ va cantando en silencio o tarareándola para sí mismo como un médio para poder realizar la complejidad de movimientos de los llazos sin equivocarse”⁴⁷⁰. Durante os ensaios, na ausência de tocadores, “es cuando las letras de las canciones desempeñan su papel, y son cantadas”⁴⁷¹. A antropóloga Bárbara Alge também dá conta deste procedimento, mesmo no âmbito de contextos festivos: “Na festa de Santa Bárbara, o dançar sem acompanhamento musical e o cantar do lhaço serviram como brincadeira para os próprios dançadores. Muito provavelmente, as letras dos lhaços tiveram também nas gerações anteriores dos pauliteiros uma função puramente lúdica”⁴⁷². Também existem grupos infantis que têm a finalidade de preparar as crianças para a sua integração oportuna nos grupos seniores.

Hoje em dia, os grupos instrumentais são constituídos pela gaita-de-foles (fotos 43, 50 e 53) ou pela flauta pastoril, como instrumentos melódicos, pelo tamboril (acompanhante rítmico da flauta) e pela caixa de guerra e bombo (acompanhantes da gaita). A formação de flauta e tamboril prevalece na província de Zamora; o instrumentista é designado de tamborileiro. A música da gaita-de-foles (cujo instrumentista é chamado gaiteiro) é mais comum no distrito de Bragança, ainda que, em alternância, possa aparecer a do tamborileiro. As tarefas destes instrumentistas, no seu processo de execução, são as mesmas em Zamora e em Bragança: tocam “dos instrumentos simultaneamente, la flauta y el tamboril, lo que aumenta la dificultad a la hora de ejecutar las músicas sin equivocación, ya que tiene que haber una extrema coordinación entre el ritmo del músico, mientras toca a la vez ambos instrumentos (cada uno de ellos com una mano) com el ritmo de los danzantes”⁴⁷³ (fotos 46 e 48). A designação do instrumentista na língua portuguesa é “tamborileiro”, em espanhol, pelo menos na zona de Aliste, por constatação *in loco*, é “tamboritero”. Em Portugal, a região do Planalto Mirandês é a única que mantém este género de música instrumental.

⁴⁶⁹ GRAÇA, Fernando Lopes (1974), *A Canção Popular Portuguesa*, Publicações Europa-América, Mira-Sintra, p. 16.

⁴⁷⁰ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*: 325.

⁴⁷¹ *Ibidem*.

⁴⁷² ALGE (2005), *Op. Cit.*: 5.

⁴⁷³ NÚÑEZ GUTIÉRREZ, *Op. Cit.*, 325.

A flauta pastoril é um instrumento melódico, outrora fabricado e usado pelos pastores, como o próprio nome indica. Em mirandês é chamada *frait*; um instrumento monotubular, muito simples, “de três orifícios, com a maioria das notas a ser dada por harmónicos através do sopro, e do tamboril, os quais integram, se tocados em simultâneo, a tradicional figura do tamborileiro”⁴⁷⁴. Os orifícios são abertos ao fundo, dois na frente e um na rectaguarda; os da frente são utilizados pelos dedos indicador e médio e o da rectaguarda pelo polegar. Citados por Mário Correia, os etnomusicólogos Alberto Jambrina Leal e José Cid Cebrián referem que em Miranda do Douro “a flauta e o tamboril permanecem num contexto totalmente pastoril e de fabricação artesanal caseira; a música interpretada com flauta e tamboril é interessante, sobretudo pelo arcaísmo que encerra”⁴⁷⁵. Com a mão esquerda, o tamborileiro toca a flauta e com a direita o tamboril; este é um pequeno tambor que se toca com duas baquetas. Estas considerações podem ser aplicadas aos tamborileiros da zona raiana da província de Zamora, pelas semelhanças que instrumentos e músicos apresentam e pelas funções que todos desempenham no acompanhamento da dança do *paloteo* e em outros ambientes festivos, laborais e religiosos. Também se utiliza na música galega, conforme nos dá conta Pablo Carpintero Arias, estudioso das tradições musicais da Galiza: “Trátase dunha *frauta de bisel* bastante longa, duns 40 cm, que na parte distal leva dous furados anteriores para o índice e o corazón, e na posterior outro para o polgar. Esta *frauta* sostense e tócase cõa man esuqerda, ao mesmo tempo que coa dereita se percute, cun único pau, nun tambor de dimensións variables pendurado do brazo esquerdo do músico”⁴⁷⁶. Este conjunto musical existe um pouco por toda a Península Ibérica.

Os alunos de ambas as regiões, nas suas repostas a estes indicadores, reflectem esta realidade: a prevalência da gaita-de-foles no distrito de Bragança e da flauta pastoril na província de Zamora.

⁴⁷⁴ CORREIA, Mário (2001), *Raízes Musicais da Terra de Miranda*, Edição Sons da Terra, Vila Nova de Gaia, P. 69.

⁴⁷⁵ *Idem*: 70.

⁴⁷⁶ CARPINTERO ARIAS, Pablo (2009), *Os Instrumentos Musicais na Tradição Galega*, coedición de Proxecto Ronsel e Difusora de Letras, Artes e Ideas, SL, Ourense, p. 293.

Quadro nº 34

Acompanhamento musical da dança dos paus

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1."La danza de paloteo es acompañada por gaita"	289 (37%)	95%	24 (6%)	30%
2."La danza es acompañada por flauta y tamboril".	9 (1%)	3%	53 (13%)	65%
3."La danza es acompañada por los dos instrumentos, según los casos".	30 (4%)	10%	34 (8%)	42%
Total de respostas "sim" à existência de grupos na localidade.	305		81	
Total de respostas "não" à existência de grupos na localidade.	461		307	

Para a leitura deste quadro há que ter em conta o seguinte:

- a) As percentagens da respectiva coluna estão indexadas ao número de alunos que afirmaram a existência de grupos na sua localidade;
- b) As percentagens entre parêntesis estão indexadas ao número total de alunos inquiridos.

Quando confrontados com a afirmação "la danza de paloteo es acompañada por la gaita", quase todos os alunos de Bragança assinalaram ser esse o instrumento acompanhante dos pauliteiros e muito poucos identificaram ser a flauta pastoril⁴⁷⁷. Em Trás-os-Montes e, de um modo geral, em todo o País, a gaita-de-foles está intimamente associada aos pauliteiros; quando algum grupo aparece em qualquer uma das estações de televisão (o que acontece com relativa frequência), é ao som do gaiteiro que a dança é executada e raras vezes do tamborileiro. Não é de admirar, pois, que os alunos tenham interiorizado esta imagem, aliás, muito marcante, e tenham respondido massivamente desta forma.

Perante a mesma propositura, menos de um terço dos alunos de Zamora identificaram esta situação; contrariamente, apresentaram um considerável índice em relação à utilização da flauta pastoril; aliás, se considerarmos que este instrumento também foi referido no item seguinte ("la danza es acompañada por los dos

⁴⁷⁷ As percentagens entre parêntesis do quadro nº 23 foram obtidas por indexação ao total de respostas "sim" à existência de grupos na localidade.

instrumentos, según los casos”), então temos que reconhecer que estes alunos sempre associam a flauta à dança do *paloteo*, tal como os de Bragança o fazem em relação à gaita-de-foles.

A utilização dos dois instrumentos alternadamente é uma situação muito mais frequente na província de Zamora do que no distrito de Bragança e isso nos é revelado também pelos alunos. Em termos relativos, podemos considerar o índice de respostas cabalmente adequado à realidade, pelo conhecimento formado com base na investigação bibliográfica e pelo que foi constatado no terreno e nas mais variadas circunstâncias. Em todo o caso, cito o etnomusicólogo Abílio Topa: “Os instrumentos usados no acompanhamento da dança dos paus são da categoria dos aerofones, membrafones e idiofones. A *frita*, (flauta pastoril, de madeira, de tubo cilíndrico com três orifícios, e bisel em ré bemol) e a gaita-de-foles da Terra de Miranda, cuja constituição ou organologia é semelhante às antigas gaitas galegas e de Castela”⁴⁷⁸. A alternância na execução dos dois instrumentos, referenciada pelos alunos, ficou aqui convenientemente patenteada.

2. 3. O traje dos dançarinos do paloteo/pauliteiros

Pretendendo aprofundar ainda mais o conhecimento que os alunos possuem sobre a dança do paloteo/pauliteiros, colocámos-lhes um conjunto de perguntas relacionadas com os trajes dos dançarinos, nomeadamente, a variedade de enfeites que levam na cabeça, as roupas que vestem e o tipo de calçado. Neste caso, não lhes foi apresentada qualquer sugestão, pela diversidade que existe, de grupo para grupo, nesses vistosos trajes. Portanto, foram eles mesmos que, ao dar andamento a esta parte do questionário, elaboraram, numas linhas reservadas para o efeito, uma descrição sintética da forma como observaram os adereços que os bailarinos usam nas suas actuações solenes, utilizando somente a memória como recurso de que se tiveram que valer. Dizer actuações solenes significa excluir aquelas em que não se lhes exigem os trajes completos (por exemplo, alguns peditórios feitos pela aldeia, de porta em porta) ou nos simples ensaios das danças.

Este tema dos trajes dos pauliteiros e dos dançantes do *paloteo* foi já desenvolvido no capítulo do Estado da Questão. Por isso, limitamo-nos a apresentar uma síntese, citando o sítio da Internet dos Pauliteiros de Bemposta. “Quanto ao vestir, os dançadores vestem saia, camisa branca de linho, colete preto enfeitado com cordões de ouro ou a sua imitação, meia branca de renda feita de algodão, até ao joelho, xaile pelas costas dobrado em triângulo e atado à frente do pescoço, todo ele

⁴⁷⁸ TOPA, *Op. Cit.*: 15.

enfeitado com fitas, tendo no topo frontal um grande penacho. Os sapatos são de uso comum [fabricados em couro por um sapateiro local, à maneira antiga, os que outrora usavam os habitantes destas aldeias]. A saia é feita com lenços iguais aos que as mulheres usavam pela cabeça, para se cobrirem, geralmente escolhidos de cores garridas. Estes lenços eram atados à cinta, por meio de um cinto vulgar de cabedal. Por baixo destas saias usam um tipo de calção curto” (fotos 42 e 47). Quanto às pauliteiras, foi necessário criar para elas um traje condizente, a partir das antigas formas de vestir das mulheres da região, uma vez que não existiam grupos femininos. “Este grupo teve o cuidado de manter o mais possível a tradição, quanto à vestimenta. Apenas as saias deixaram de ser feitas de lenços, e passaram a ser feitas de um pano de cor azul escura, debruadas na parte fundeira, com duas faixas de veludo de cor vermelha. Esta forma de vestir aproxima-se bastante dos antigos saiotes de burel que as mulheres usavam antigamente”⁴⁷⁹.

As pauliteiras de Miranda criaram um tipo de traje mais elegante e feminino: saias brancas sobrepostas com bordados nas bainhas, camisas brancas de linho fino e, por cima, coletes coloridos e também muito bordados; o calçado é igual ao dos rapazes: botas tradicionais, trabalhadas em couro e meias rendadas de algodão (informação recolhida por observação no terreno; ver foto 50).

Quadro nº 35

Trajes dos dançarinos do *paloteo*/pauliteiros

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%
1. “Qué usan en la cabeza”.	271 (89%)	35%	72 (89%)	18%
2. “Qué llevan en el cuerpo”.	267 (88%)	35%	72 (89%)	18%
3. “Qué llevan en las piernas”.	266 (88%)	35%	72 (89%)	18%
4. “Qué se ponen en los piés”.	266 (88%)	35%	72 (89%)	18%
Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81	
Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307	

No quadro apresentado imediatamente acima são referidas as percentagens indexadas ao número total de alunos e, entre parêntesis, as percentagens indexadas ao número de alunos que declararam a existência de grupos na sua terra. São estas as

⁴⁷⁹ Sítio da Internet: www.bemposta.com, em 04-08-2009.

que são tomadas em consideração; seria falacioso incluir nelas os alunos que, à partida, nunca tiveram qualquer contacto pessoal com estas danças ou que apenas as terão visto por vias indirectas, por exemplo, a televisão. Estas vias de conhecimento revelam-se manifestamente insuficientes para que se lhes exija qualquer descrição sobre este particular que são os trajes tradicionais, que envolvem uma grande complexidade de elementos desconhecidos.

Os resultados obtidos a respeito do conhecimento que os alunos possuem sobre os trajes dos dançarinos do *paloteo* e dos pauliteiros são surpreendentes. Por um lado, são consideravelmente elevados; a quase totalidade dos alunos fez uma descrição do que lhes era solicitado, uns fizeram-no de forma rigorosa, outros nem tanto; os outros, poucos, não a fizeram talvez por um certo comodismo. Por outro lado, constata-se nesta questão unanimidade nos resultados entre alunos de Zamora e de Bragança. O conhecimento revelado é, portanto, o mesmo dos dois lados da fronteira. Por estas premissas, é permitido, pois, deduzir o mesmo interesse por estas danças, de características muito semelhantes e comuns à cultura popular das duas regiões.

3. Os ambientes das actuações do paloteo e pauliteiros

3.1. Ambientes festivos

Para além dos elementos já referenciados das danças e dos grupos do paloteo/pauliteiros, o tema dos contextos festivos é fundamental para a compreensão das funções que desempenham na vida das comunidades que ainda os mantêm. A sua integração nas festividades cíclicas, no cumprimento rigoroso da secular tradição, confere à dança um carácter distinto, sagrado, que vai muito para além do mero espectáculo, da diversão 'folclórica', da animação de rua. As suas funções revestem-se da maior dignidade, pelo seu contributo fundamental para a boa marcha da comunidade, e por dar continuidade a um identificador *modus vivendi* destes povos, provindo dos tempos da Antiguidade. É claro que as exposições folclóricas também acontecem, tendo os grupos de pauliteiros como o centro de todas as atenções; mas muitas delas possuem um cunho marcadamente cultural, digno de todo o mérito, como forma de dar a conhecer este elemento distintivo destes povos ibéricos. Neste sentido, contribuem para a aproximação destes povos irmãos, que até há poucos anos se mantiveram de costas voltadas, desconhecendo-se mutuamente mesmo nestas tradições comuns. É o caso da realização de encontros transfronteiriços de danças de *paloteo* ou de pauliteiros, consoante se realizam na província de Zamora ou no distrito

de Bragança. Na verdade, estes encontros, para além do momento fundamental da exibição pública dos diferentes grupos, incluem na sua programação palestras, conferências, debates, com estudiosos da matéria e participado por toda a população⁴⁸⁰.

Este tema das festas abrilhantadas pelos pauliteiros foi já abordado no capítulo do Estado de Questão. Em síntese, diremos que na província de Zamora é o Corpo de Deus, *Corpus*, a festa em que desde, desde a época da sua criação na Idade Média, se apresentam formalmente os pauliteiros para executarem os seus *llazos* na procissão e em honra do Santíssimo Sacramento. Fica claro que se trata da integração da dança num acto sagrado por excelência, a liturgia da comemoração de um mistério fundamental da doutrina da Igreja Católica. Conseguir um estatuto mais elevado para o *paloteo* é praticamente impossível.

Em Tábara, confirmámos presencialmente a actuação do grupo na missa e na procissão do Corpus (foto 45), celebrada no domingo imediato à data estipulada no hagiológico católico para esta festividade. É conhecido em Espanha como o “Domingo del Señor”. Núñez confirma afirmando que a dança está muito ligada às festas religiosas da terra, em “dos fechas habituales que se relacionan com días de fiesta de la localidad; estas son: el Corpus y el Carmen”.⁴⁸¹

Em Muelas del Pan, “la danza del paloteo tiene su fecha de celebración el domingo siguiente del Corpus Christi, llamado ‘Domingo del Señor’, hecho que le confiere un profundo significado religioso”⁴⁸². Além disso, é justamente o grupo de Muelas que, actualmente, “ejecuta sus ritmos en la procesión del Corpus de Zamora capital”⁴⁸³ (foto 46).

Em Almaraz de Duero, na comarca de Tierra del Pan, na festa de Corpus, se recuperou este ano “una ancestral tradición como es bailar este día [...] La festividad del Corpus Christi se celebrará en nuestro pueblo (...) con la misa y la procesión que contará con la presencia de la danza de palos pel pueblo”⁴⁸⁴.

Também na cidade de Zamora se celebra esta festividade, nomeadamente a procissão, com a participação destes dois grupos de *paloteo*, convidados para o efeito. Pelo que nos foi dado constatar presencialmente, uma vez que as três localidades têm que fazer as celebrações do Corpus no mesmo dia, torna-se necessário estabelecer um

⁴⁸⁰ Estas considerações estão fundamentadas na presença e na participação do investigador na maioria destes eventos.

⁴⁸¹ NÚÑEZ, *Op. Cit.*: 319.

⁴⁸² *Idem*: 325.

⁴⁸³ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1993), *El baile de la Bandera e otros Bailes Solsticiales en la Provincia de Zamora*, Ed. José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 37.

⁴⁸⁴ Sítio da internet: www.almarazdeduero.tierradelpan.com, em 16-09-2009. O texto citado foi, obviamente, escrito antes de 21 de Junho, o dia da festa, e por isso, o verbo “celebrará” aparece conjugado no tempo futuro.

entendimento no que respeita às horas das procissões, para permitir aos grupos que estejam presentes na cidade, de manhã e, mais tarde, cada qual na sua localidade.

Fugindo à tradição do *Corpus Christi*, muito arraigada em toda a Castilla y León, Cañizal não confere especial relevo e esta festividade. Contudo, a dança do *paloteo* deve ter, pelo menos, um dia festivo no ano no âmbito do qual o grupo exerce as suas funções sagradas. Na circunstância, “es el día de la patrona local, el 4 de mayo, día de Nuestra Señora de la Cruz, aunque también tiene su manifestación el día 3 con la danza”⁴⁸⁵.

Em qualquer uma das localidades referidas, a dança do *paloteo* integra os rituais, ao mais alto nível, das celebrações festivas mais marcantes do ciclo anual destas comunidades.

No Planalto Mirandês as tradições festivas com pauliteiros são muito similares. Em síntese, podemos dizer que estão repartidas pelos dois ciclos agrários de sinal oposto: o do solstício de Inverno e o do período do Verão. São, portanto, festas muito diferenciadas, agrupadas nas seguintes categorias:

- ▶ as festas do Corpo de Deus (à semelhança das celebrações realizadas na província de Zamora);
- ▶ as festas anuais, celebradas em honra do santo padroeiro;
- ▶ as festas das colheitas, celebradas no fim do Verão, também designadas por festas dos moços, por serem por eles dinamizadas, enquanto elementos exclusivos do grupo dos pauliteiros;
- ▶ as grandes romarias, algumas de âmbito ibérico;
- ▶ as festas do ciclo do Inverno, celebradas no período que decorre entre o Natal e o Ano Novo, também designadas da mesma forma, as festas da mocidade.

Em relação à primeira categoria de festas, o Corpo de Deus, o historiador António Rodrigues Mourinho confirma nela a presença dos pauliteiros: “Na cidade de Miranda, a dança dos paus tomou um lugar quase sacratíssimo, em muitas festas, mas em especial na Festa do Corpo de Deus”. Mais à frente reconhece o carácter ibérico desta festividade: “Miranda do Douro tinha precisamente as mesmas manifestações religiosas e culturais da vizinha Espanha, desde o século XVI ou princípio do século XVII, tomando cada vez mais força e variedade durante o século XVIII e XIX, na Festa do Corpo de Deus”⁴⁸⁶. O carácter sagrado está na origem da valorização social das danças,

⁴⁸⁵ NÚÑEZ, *Op. Cit.*: 329.

⁴⁸⁶ MOURINHO, António Rodrigues (2004/05), *As manifestações culturais nas festas da Tera de Miranda, do século XVI aos nossos dias*, in Brigantia, vol XXIV/XXV, nº. 3/4 e 1/2, Bragança, pp. 123-124.

ocorrida já na Idade Média; a ligação íntima à festa do Corpo de Deus manteve-se em Miranda até ao século XIX e em Zamora até à actualidade.

Bárbara Alge refere o desvio, verificado em Miranda, do “sacratíssimo”, isto é, a festa do Corpus, para o sagrado das festas de Nossa Senhora e dos outros santos, onde actuam os pauliteiros. “Falando de festas religiosas, quero dar uma ideia geral das funções dos pauliteiros nas festas das terras de Miranda: as festas do solstício de Verão realizam-se em honra de Santa Bárbara e de Nossa Senhora do Rosário, sendo as duas padroeiras dos Pauliteiros, e as festas do solstício de Inverno em honra de Santo Estêvão e de São João”⁴⁸⁷. Este São João é o Evangelista, uma vez que o Baptista se celebra no solstício de Verão. Também este dado foi confirmado pelo conhecimento obtido no terreno: os pauliteiros executam um laço cerimonial no decorrer da missa festiva, na altura do ofertório (foto 55).

Quadro nº 36

Festas com danças de *paloteo*/pauliteiros

Indicador	Bragança	%	Zamora	%
1. Nº festas referidas pelo mesmo nº de alunos.	231 (76%)	30%	80 (99%)	20%
2. Nº datas das festas referidas pelo mesmo nº de alunos.	188 (62%)	24%	74 (91%)	18%
Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81	
Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307	

O quadro supra (nº 36) apresenta as percentagens relativas ao número total de alunos inquiridos e, entre parêntesis, ao número de alunos que responderam “sim” à existência de grupos de pauliteiros na sua localidade. É sobre esta que incidirão as reflexões que se afiguram oportunas.

No questionário era solicitado aos alunos que escrevessem “el nombre y la fecha de la fiesta en la que acostumbran a actuar los grupos de paloteo”, em duas linhas reservadas para esse efeito.

⁴⁸⁷ ALGE, (2005), *Op. Cit.*: 5.

Os índices dos resultados relativos aos que o fizeram são elevados. A quase totalidade dos alunos de Zamora referiu a festa e pouco menos deles referiu também a data da sua realização. No caso de Bragança, os índices são menos elevados: mais de três quartos deles referiram as festas e pouco menos de dois terços situaram-nas no tempo do ciclo anual.

Comparando os dados relativos à indicação da existência de grupos com os da identificação das festas, podemos constatar:

- a) Que são coincidentes os dois conjuntos de dados que foram fornecidos pelos alunos de Zamora;
- b) Que os mesmos alunos apresentam um desvio mínimo na comparação dos mesmos indicadores;
- c) Que os alunos de Bragança apresentam um desvio de cerca de 25% na comparação dos dados relativos à existência de grupos com os da indicação das festas com pauliteiros; este elevado desvio poderá ser compreensível pelo elevado número de alunos que assinalaram a existência de grupos nas suas localidades, ou seja, muitos conhecem os grupos de pauliteiros mas nem todos sabem quais as festas em que actuam;
- d) Verifica-se ainda um desvio maior em relação às datas das festas que, embora as tenham identificado, tiveram dificuldade em situá-las tempo; também este dado pode ser facilmente explicado pelo facto de algumas das festas terem data móvel e outras se realizarem num determinado fim-de-semana, de definição imprevisível.
- e) Tratando-se de um estudo do domínio das Ciências Humanas e Sociais, estes e outros dados não podem ser analisados com o rigor das ciências exactas, mas como uma determinada tendência; neste caso, a tendência é claramente favorável ao conhecimento manifestado pelos alunos sobre os indicadores em avaliação.

De um modo geral, as festas identificadas pelos alunos são as que sabemos celebrar-se nas duas regiões e nas comarcas/concelhos em que subsiste a dança do *paloteo*/pauliteiros.

Quadro nº 37

Festas referenciadas no Planalto Mirandês

Designação da festa	Nº. referências
Santa Bárbara	68
Festas de ano (patronais)	32
Festival de pauliteiros	24
Senhora do Naso (romaria)	20
Senhora da Luz (romaria internacional)	18
Fogueira do Galo (noite de Natal)	14
Santíssima Trindade	12
Corpo de Deus	8
Colóquio de Malhadas (auto de teatro popular)	8
São João Evangelista (festa da mocidade)	5
Senhora do Rosário (festa das colheitas e da mocidade)	4

Face aos dados revelados pelos alunos no quadro supra (nº 37), compete fazer algumas considerações.

- a) A decisão de apresentar apenas as festas do Planalto Mirandês deve-se ao facto de ser esta a região de maior tradição dos pauliteiros e, portanto, das festas em que eles intervêm; os dois grupos situados fora desta zona têm uma expressão muito reduzida neste âmbito.
- b) A festa de Santa Bárbara tem uma grande implantação no Planalto Mirandês, com a actuação “obrigatória” dos pauliteiros, facto claramente assinalado pelos inquiridos.
- c) Algumas das festas de ano em honra de um santo patrono exigem também a participação dos pauliteiros, com bastante menor expressão.
- d) As romarias também exigem a intervenção dos pauliteiros; porém, pelo que foi apurado no terreno, esta presença não se pode dizer que seja contínua, dependendo da vontade das comissões organizadoras em cada ano.
- e) O ritual da Fogueira do Galo, na noite de Natal, a festa de São João Evangelista ou da mocidade, celebrada por alturas do solstício de Inverno, e a festa da Senhora do Rosário, da mocidade ou das colheitas, celebrada no fim do Verão, são todas festividades por excelência dos pauliteiros; sem eles, a festa deixaria de fazer qualquer sentido e, provavelmente, deixaria de se celebrar.
- f) A festa do Corpo de Deus, contrariamente ao que se passa em Zamora, foi perdendo o arreigamento que teve no passado; isso mesmo é revelado pelo baixo número de referências. Poder-se-á afirmar que, com o decorrer do tempo, o protagonismo que esta celebração detinha no passado foi

transferido para a festa de Santa Bárbara: “nas aldeias onde existem pauliteiros, são eles que normalmente organizam a festa de Santa Bárbara e que marcam a data da festa que vai variando de ano para ano” (Paulo Meirinhos, entrevista).

- g) Os alunos referiram ainda dois eventos que não são festivos, na acepção tradicional do termo: o Colóquio de Malhadas (uma freguesia do concelho) que é uma encenação de um auto popular e o Festival dos Pauliteiros que, sendo um evento cultural de criação recente ganhou uma notoriedade digna das referências dos alunos e de todos quantos se interessam pela cultura mirandesa.

As festas da província de Zamora com *paloteo* são em número consideravelmente mais reduzido, o que se compreende pelo menor número de grupos de que dispõe. Não existindo estes grupos na actualidade, em muitas localidades tornou-se impossível manter a tradição, sobretudo a que diz respeito à sua presença na procissão do corpo de Deus.

Quadro nº 38

Festas referenciadas na província de Zamora

Designação das festas	Nº. referências
Las Águedas (5 de Fevereiro)	19
Corpus Christi	10
Festas de San Pedro	8
Virgen de la Guia (Maio)	8
Festa de San Estéban	5
Fiestas patronales	5
La Luz (romaria internacional)	4
Fiesta del Zangarrón	3
Fiesta de Santo Domingo	3
Los Quintos	2
Fiesta de Santo Cristo (Maio)	2
El gallo (Carnaval)	2
Fiesta de Santiago Apóstol	2
Fiesta de la Asunción	1

Na elaboração deste quadro, relativo às festas referenciadas pelos alunos da província de Zamora, foram excluídas as escolas das comarcas e localidades que não dispõem de grupos de *paloteo*; aliás, nem seria necessário, porque, praticamente delas não foram referidas festividades; eventualmente, uma ou outra sem expressão nenhuma. Contudo, foram incluídas todas as escolas da cidade de Zamora, por se considerar que existem bastantes possibilidades de serem frequentadas por alunos

oriundos de localidades com *paloteo* e, conseqüentemente, com festas em que as danças estão presentes.

À semelhança do que foi feito em relação ao quadro de Bragança, também sobre este se torna oportuno tecer alguns comentários.

- a) A celebração das Águedas é a mais referenciada de todas; querem os alunos indicar que, dentro deste tipo de festas e sem qualquer margem para dúvidas, mantém um grande arraigamento em alguns povos de Zamora; além disso, em alguns actos festivos, a tradição determinava a presença da dança. “El día 5 de febrero se celebra en casi todos los pueblos la fiesta de Santa Águeda. “La Virgen de los pechos”, como se llama en algunos pueblos de Valladolid y Zamora”⁴⁸⁸. É considerada a festas das mulheres. Sendo dedicada a Santa Agueda, “tiene una serie de connotaciones importantes, paganas... Las mujeres agrupadas en cofradías, toman el pueblo de asalto, nombran sus alcaldesas, mayordomas y corregidoras...”⁴⁸⁹. A dança é, normalmente e neste contexto, exclusiva das mulheres; os homens poderão entrar quando são por elas convidados. Digamos, é o dia da sua liberdade plena. Enquadrada no ciclo do Inverno, não encontra qualquer paralelismo na região de Bragança; eventualmente, poderemos encontrar algo de similar na chamada “quinta-feira das comadres”, celebrada neste dia da semana anterior ao Carnaval.
- b) Muito referenciada é também a festa do Corpus Christi, na qual intervêm grupos de *paloteo*; sabemos, pela observação no terreno e por toda a bibliografia consultada e abundantemente citada, que as respostas dos alunos correspondem inteiramente à realidade. De facto, ao contrário do processo destrutivo desta festividade ocorrido em Miranda, continua a deter em Zamora a mesma importância de outrora, com grandes manifestações públicas (procissões e actuações de grupos de música e danças) na própria cidade e em muitas das suas localidades, conforme pudemos verificar. Refere Matellán que a dança “ha estado íntimamente ligada a la gran fiesta del Corpus, gracias a la cual alcanzó su mayor apogeo antes de que diversas prohibiciones propiciaran su decadencia durante el siglo pasado”⁴⁹⁰; recentemente e como ficou expresso, esta ligação à festa de Corpus da cidade de Zamora foi recuperada, com a participação dos grupos de Tábara e Muelas del Pan.
- c) As festas de Maio não são muito referenciadas; contudo, em algumas delas se dançará o *paloteo*, integrando ritos que podemos considerar de fertilidade; “las fiestas del Mayo están relacionadas con los agricultores del Neolítico y con sus ritos de fecundidad. [...] Se celebraban en todos los pueblos desde la más

⁴⁸⁸ ALONSO PONGA, José Luís (1992), *Tradiciones y Costumbres de Castilla y León*, Castilla Ediciones, Valladolid, p. 31.

⁴⁸⁹ *Idem*: 32.

⁴⁹⁰ MATELLÁN (2000), *Op. Cit.*: 42.

remota antigüedad”. Segundo Alonso Ponga, em Roma dedicavam estas festas a Maya, mãe de Mercúrio e mulher de Júpiter, e aos deuses protectores do lar. As actuais festas cristãs vêm na sequência das pagãs e incluem, nas regiões de Castilla y León, “la representación de los Mayos por medio de muñecos”⁴⁹¹.

- d) São referenciadas festas com *paloteo* em três ciclos anuais: no Inverno, San Esteban, el Zangarrón, los Quintos (todas do ciclo dos doze dias, de 25 de Dezembro até 6 de Janeiro), las Águedas (Fevereiro) e el Gallo, no Carnaval; na Primavera, Virgen de la Guia e a fiesta de Santo Cristo, em Maio; no Verão, as festas de San Pedro, fiestas patronales, fiesta de Santo Domingo, de Santiago, Apóstol e de la Asumpción.
- e) Tal como os alunos de Miranda do Douro, também estes identificaram a romaria internacional de Nossa Senhora da Luz, celebrada no cimo de uma colina entre as aldeias de Moveros e Constantim, no fim do mês de Abril, facto que prova a sua notoriedade junto das populações fronteiriças.

Em resumo, as referências dos alunos às festas com *paloteo*/pauliteiros confirmam a realidade no terreno e mostram que eles detêm um elevado nível de conhecimento sobre esta matéria.

3. 2. Âmbito geográfico das actuações dos pauliteiros

Nesta questão, os alunos foram questionados sobre as áreas geográficas e administrativas em que “el grupo de paloteo hace actuaciones”; estas podem ser de tipo ritual, “folclorístico” (por mero espectáculo ou divertimento) ou cultural (os encontros de pauliteiros). Qualquer um destes três tipos de actuações podem acontecer dentro e fora da localidade. Mesmo os de tipo ritual que, à partida, seriam “internos”, podem ser também “externos”, pelo que foi constatado em várias situações. Uma delas refere-se à procissão do Corpo de Deus na cidade de Zamora, para a qual foram convidados os grupos de *paloteo* de Tábara e Muelas del Pan. Outra foi o ritual do peditório, no âmbito das festas de Nossa Senhora da Assunção em Vale de Frades (freguesia do município de Vimioso, Bragança); não dispondo esta localidade de qualquer grupo de pauliteiros, necessário se tornou convidar os de São Martinho de Angueira (Miranda do Douro) para a celebração deste ritual, recuperando, assim, uma tradição muito antiga que se havia perdido. Fortunato Preto confirma: “por vezes, são convidados por aldeias vizinhas para actuarem nas suas festas, o que eles aceitam”⁴⁹². Estes convites denunciam a valorização mais recente e cada vez maior das danças e levam-nos a crer que, no passado, as festividades destas aldeias tiveram a sua participação, que agora retomam.

⁴⁹¹ ALONSO PONGA, *Op. Cit.*: 55.

⁴⁹² PRETO, Fortunato, directos do grupo de pauliteiros de São Martinho de Angueira, Miranda do Douro, entrevista concedida em 09-07-2008.

Quanto ao tipo de actuações folclóricas, elas acontecem quando os grupos são convidados para actuarem em festas, pela raridade de que estas danças se revestem, para abrilhantarem certos eventos sociais, como refere Bárbara Alge: “Além das festas religiosas, os pauliteiros actuam também em casamentos e exibem-se folcloristicamente”⁴⁹³. Também são convidados a participar em determinados programas dos diferentes canais de televisão e em eventos da mais variada natureza, dentro e fora dos limites da área geográfica do concelho: “momento alto foi quando apresentei os pauliteiros da Escola Secundária de Miranda do Douro num Encontro Nacional de Ginástica Rítmica, em Cernache do Bonjardim”, distrito de Coimbra”⁴⁹⁴. Muitas vezes, as actuações dos pauliteiros misturam-se com as de outros grupos de danças populares, sem qualquer tipo de afinidades entre si. Os grupos atendem estas solicitações na medida em que lhes é possível, não o sendo, por vezes, dado que alguns dos elementos dos grupos se encontram ausentes por força das suas actividades profissionais ou frequentando estabelecimentos de ensino superior em diferentes cidades do País; por isso, “no Verão não há problemas em reunir os rapazes [dançarinos], porque eles vêm de todo o lado, fazem questão de marcar presença na festa e nas actuações para onde são convidados”⁴⁹⁵, conforme explica Fortunato Preto, dirigente do Grupo de Pauliteiros de São Martinho. Estas actuações podem ocorrer dentro da própria região, em qualquer outra parte do País ou no estrangeiro.

Por último, interessa salientar os eventos culturais que têm por objecto a temática dos pauliteiros. Revestem-se do maior interesse para o estudo da dança, o conhecimento e aprofundamento das tradições, a sua divulgação e, no caso dos eventos internacionais, para o relacionamento com grupos de outros países, nomeadamente, Espanha e Portugal (consultar anexo 4.2.) “No ano passado [2008] organizei um festival internacional de pauliteiros porque me apercebi que aqui, nas Terras de Miranda, pouca gente sabia que há muitas outras danças de pauliteiros por essa Europa fora. Foi com esse intuito de criar troca de conhecimentos e de experiências, e de as pessoas saberem que a dança dos pauliteiros não existe só em Miranda”⁴⁹⁶. Outros eventos tinham já sido realizados e voltaram a ocorrer, na área geográfica do Planalto Mirandês (Miranda e Mogadouro) e em Tábara.

⁴⁹³ ALGE, (2005), *Op. Cit.*: 7.

⁴⁹⁴ BERNARDO, Hermínio, entrevista.

⁴⁹⁵ PRETO, Fortunato, *idem*.

⁴⁹⁶ MEIRINHOS, Paulo, entrevista.

Quadro nº 39

Âmbito geográfico das actuações dos pauliteiros

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%										
1.Las actuaciones son en la localidad.	56 (18%)	7%	21 (26%)	5%										
2.Las actuaciones son en la localidad y en la provincia.	149 (49%)	19%	51 (63%)	13%										
3.Las actuaciones son en la localidad y en la comunidad autónoma/región.	139 (46%)	18%	24 (30%)	6%										
4.Las actuaciones son también en toda España/Portugal.	131 (43%)	17%	26 (36%)	6%										
5.También en el extranjero.	92 (30%)	12%	19 (23%)	5%										
Total	567		141											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tbody> <tr> <td style="width: 40%;">Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.</td> <td style="width: 20%;">305</td> <td style="width: 20%;"></td> <td style="width: 20%;">81</td> <td style="width: 20%;"></td> </tr> <tr> <td>Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.</td> <td>461</td> <td></td> <td>307</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81		Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307	
Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81											
Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307											

Os resultados fornecidos pelos alunos como resposta a esta questão são os que constam do quadro nº 39, acima apresentado. As percentagens constantes das colunas respectivas, por estarem indexadas ao número total de alunos, não permitem uma leitura ajustada da realidade. Por isso, são apresentadas outras percentagens entre parêntesis, imediatamente a seguir aos números absolutos, indexadas ao número de alunos que responderam “sim” à existência de grupos de pauliteiros na sua localidade. São estas que transmitem a informação tendencial que se procura; por isso, são estas que serão tidas em consideração.

Assim, torna-se oportuno tecer algumas reflexões para a compreensão dos dados alcançados.

- a) Em primeiro lugar, parece estranho que os índices das “actuaciones solo en la localidad” sejam tão baixos; pensamos que não devem causar assim tanta estranheza; o que os alunos quiseram dizer é que são muito poucos os grupos que actuam apenas na sua localidade; ou, dito de outra forma, a grande maioria dos grupos (para não dizer todos, que seria mais correcto) faz actuações em outras localidades da província, da região do país e até mesmo no estrangeiro.

- b) No seguimento desta primeira reflexão, verifica-se no quadro um aumento muito considerável do índice relativo às actuações realizadas na província (Zamora) e no distrito (Bragança); de todos os indicadores é este o que apresenta o índice mais elevado, tanto de um lado como do outro da fronteira; os alunos indicam claramente que a maior parte das actuações “externas” dos grupos das suas terras acontecem dentro da área geográfica da sua província ou distrito.
- c) No terceiro indicador, a fim de uniformizar os critérios de delimitação das áreas geográficas, fez-se corresponder o conceito de “comunidad autónoma” da organização administrativa de Espanha ao conceito de “província” próprio da divisão administrativa em Portugal (por exemplo, no caso em estudo, a zona do Planalto Mirandês pertence ao distrito de Bragança que, por sua vez, integra a província de Trás-os-Montes e Alto Douro).
- d) Em relação a este mesmo indicador, verifica-se que os índices de todos os alunos começam a descer; segundo os alunos, a incidência de actuações na área geográfica da “comunidad autónoma” ou na província portuguesa de Trás-os-Montes é menor do que nas áreas mais restritas e próximas da localidade.
- e) As actuações no espaço nacional obtêm praticamente os mesmos índices que os da região: ligeiramente inferior nos alunos de Bragança e superior por parte dos alunos de Zamora.
- f) No estrangeiro, as actuações assinaladas são de índice mais baixo, ainda assim, considerável, facto que se deve à notoriedade que a dança tem alcançado nos últimos anos, mesmo a nível internacional. Este relativo índice elevado também se deve à circunstância de as actuações dos grupos de *paloteo* em Portugal e dos pauliteiros em Espanha serem, para todos os efeitos, no estrangeiro.
- g) O número de alunos que responderam a esta questão é consideravelmente superior (quase o dobro), tanto em Zamora como em Bragança, ao dos que indicaram existir grupos de pauliteiros na sua localidade; no entanto, este pode ser considerado um facto irrelevante e facilmente compreensível: grande parte deles referiu mais do que uma possibilidade no que respeita às saídas dos grupos, porque é isso mesmo o que acontece; não há, portanto, qualquer desvio nem os alunos entraram em contradição e muito menos faltaram à verdade.

As referências às saídas para o espaço nacional e para o estrangeiro mostram que os alunos possuem um conhecimento consistente das actividades dos seus grupos de *paloteo*/pauliteiros. Este dinamismo foi também acima referido pelos estudiosos e entrevistados.

No entanto, parece oportuno trazer a lume alguns factos históricos a este respeito.

Dentro do território nacional, “um dos primeiros ranchos de Portugal foi talvez o dos Pauliteiros de Constantim que actuaram na Sociedade de geografia de Lisboa em 1898”⁴⁹⁷, portanto, ainda no século XIX. Mais tarde, já sob a direcção do Padre António Maria Mourinho, o grupo de Cércio, “de desasseis pauliteiros”, participou nas “comemorações centenárias da Fundação e da Restauração”⁴⁹⁸, realizadas em 1940 em Lisboa.

A internacionalização da dança teve o seu primeiro e decisivo momento com a actuação do grupo de Cércio no Royal Albert Hall, em Londres, no dia 6 de Janeiro de 1934. O seu sucesso é referido pela imprensa da época, citada por Mário Correia no seu livro *Pauliteiros de Miranda (Cércio) - Viagem a Londres*; do diário *O Primeiro de Janeiro*, do Porto, de 7 de Janeiro de 1934, citamos: “Londres, 6 – Alcançou um sucesso triunfal e inesperado o festival de dança popular dado esta noite em Albert Hall por dançarinos vindos duma aldeia isolada do Nordeste de Portugal. Os dançarinos, que figuravam no programa sob o nome de “Pauliteiros das Terras de Miranda”, vieram a Londres a convite da sociedade inglesa de danças e canções populares [...] Do programa, que foi acolhido com aclamações entusiásticas, faziam parte a “dança dos paulitos”, com acompanhamento dos paulitos que batem no chão e entrechocam cadenciadamente”. Outra notícia, extraída do *ABC* (Madrid), de 11 de Janeiro de 1934: “Los “pauliteiros” portugueses de Miranda do Douro nunca habian salido de su región. El azar los há llevado ahora a Londres. Y en la capital de Inglaterra, el pintoresquismo de su indumento y de sus danzas há gustado extraordinariamente. Los “pauliteiros” o “paulitos” no salen de su asombro. Sorpresas de la fama, que llega cuando menos se espera?”⁴⁹⁹. Este facto, aliado aos trabalhos de estudiosos portugueses e estrangeiros como José Leite de Vasconcelos, Manuel Garcia Matos (espanhol), Kurt Schindler (alemão), Rodney Gallop (inglês) e outros, contribuiu decididamente para a popularidade do *paloteo*/pauliteiros, sobretudo nos dois países ibéricos.

4. A organização dos grupos

Sabemos, pelos contactos efectuados no terreno, que o suporte dos grupos de pauliteiros, tradicionalmente da responsabilidade de um antigo dançador, numa espécie de voluntariado, está a ser transferido, de um modo geral para as associações culturais. Na verdade, o associativismo local tem crescido nos últimos anos, sendo o

⁴⁹⁷ ALGE, Bárbara (2004), *Op. Cit.*: 219.

⁴⁹⁸ MOURINHO (1984), *Op. Cit.*: 476.

⁴⁹⁹ CORREIA, Mário (2008), *Pauliteiros de Miranda (Cércio) – Viagem a Londres – Royal Albert Hall, Janeiro, 1934*, Centro de Música Tradicional Sons da Terra, Sendim, pp. 76-77.

fenómeno idêntico em ambos os lados da fronteira. Esta constatação não invalida o trabalho desses homens mais velhos que foram dançadores na sua juventude e que se dedicam ao ensino da dança aos jovens e mesmo às crianças. Por vezes, são as próprias associações que a eles recorrem; outras vezes, são eles próprios dirigentes associativos. Também as autarquias locais, câmaras municipais, ayuntamientos e juntas de freguesia têm prestado especial atenção, apoiando a formação e manutenção dos grupos, organizando eventos directamente orientados para o estudo e a divulgação da dança e solicitando a sua participação em actividades de natureza cultural. O apoio logístico também não é regateado aos grupos pelo poder local, nomeadamente nas deslocações, na cedência de instalações para os ensaios, na formação dos músicos e até no financiamento. Estes diferentes tipos de suporte ficaram patentes na organização dos vários encontros de *paloteo*/pauliteiros, realizados em localidades zamoranas e brigantinas, nos quais pudemos constatar a presença e a intervenção dos *alcaldes* e dos presidentes de câmara e de freguesia⁵⁰⁰. Sem este empenho institucional dificilmente se poderiam ter realizado. Este facto significa, por outro lado, a valorização que as instituições locais têm vindo a atribuir a este elemento da cultura popular das suas localidades.

⁵⁰⁰ O 1º Festival Internacional de Pauliteiros foi organizado pela associação *Mirandanças*, em 07/07/2007, em Miranda do Douro, com o apoio da Câmara Municipal.

O 1º Encuentro Transfronterizo de danzantes de Paloteo en Tábara foi organizado pelo Ayuntamiento, em 20 de septiembre de 2008; o “Segundo Encuentro” realizou-se na mesma vila, em 19 de Setembro de 2009.

Têm sido realizados vários encontros de pauliteiros em Mogadouro, numa organização da Câmara Municipal.

Quadro nº 40

Direcção e orientação dos grupos de *paloteo*/pauliteiros

Item	Bragança	%	Zamora	%										
1.El ayuntamiento es quien patrocina el grupo de paloteo.	84 (28%)	11%	63 (78%)	16%										
2.Patrocina el grupo una sociedad cultural o recreativa.	115 (38%)	15%	34 (42%)	8%										
3.El grupo se mantiene com sus propios médios.	92 (30%)	12%	25 (31%)	6%										
4.Patrocina el grupo una persona mayor.	93 (30%)	12%	11 (14%)	3%										
Total	384		133											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;">Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.</td> <td style="width: 15%;">305</td> <td style="width: 15%;"></td> <td style="width: 15%;">81</td> <td style="width: 5%;"></td> </tr> <tr> <td>Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.</td> <td>461</td> <td></td> <td>307</td> <td></td> </tr> </table>					Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81		Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307	
Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81											
Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307											

À semelhança das questões anteriores, também nesta seguimos a metodologia que parece ser a mais correcta. O quadro supra (nº 40) apresentado contém as percentagens indexadas ao número total de alunos envolvidos no questionário, na respectiva coluna. Na coluna dos números absolutos é referida, entre parêntesis, a percentagem em relação ao número de alunos que responderam “sim” ao indicador da existência de grupos de pauliteiros na sua localidade. Para as reflexões que se seguem serão tidos em conta os últimos índices de respostas, por se afigurarem mais ajustados à análise.

- a) Os alunos de Zamora conferem aos ayuntamientos um papel muito preponderante na orientação dos grupos de *paloteo*; contrariamente, os de Bragança atribuem pouco destaque aos órgãos do poder local; pelo conhecimento que foi obtido no terreno, sabe-se que este é um facto real: na província de Zamora, os ayuntamientos empenham-se mais na organização dos grupos, enquanto no distrito de Bragança, os grupos são dirigidos quase exclusivamente por associações e pelos próprios grupos (que também podem estar constituídos em associações), cabendo às autarquias o papel de apoio, não se envolvendo, regra geral, na sua direcção.
- b) Questionados sobre as associações culturais e recreativas, os resultados de Bragança e Zamora aproximam-se; tanto uns como os outros alunos lhes

conferem um destaque relevante na organização dos grupos de danças. Numa primeira reflexão, poderá parecer que existe aqui alguma contradição por parte dos alunos zamoranos; contudo, podemos desfazer esta impressão se pensarmos que, muitas vezes, os dois poderes, o autárquico e o associativo, se envolvem praticamente da mesma maneira, cooperando na organização dos grupos. Por isso, muitos dos alunos os indicaram simultaneamente, o que não deixa de corresponder à situação real.

- c) Ao indicador referente à organização dos grupos pelos próprios meios, o índice de respostas é igual. Praticamente todos os grupos se constituíram legalmente em associações; contudo, alguns dos alunos deste nível etário não estabelecem claramente a distinção entre uma associação legalmente constituída e um grupo de rapazes que se reúne com a finalidade de executarem as danças. Ao responderem que o grupo se mantém pelos próprios meios, podem não saber que estão implicitamente a indicar uma associação, aquela que é formada pelo próprio grupo.
- d) Um considerável índice de alunos de Bragança referenciou uma pessoa mais velha como o responsável pela organização do grupo, contrariamente aos de Zamora, cujo índice é residual. Aceita-se esta indicação; contudo, também se pode verificar uma situação idêntica à das associações; por outras palavras, essa pessoa, um homem que foi dançarino nos seus tempos de juventude, pode trabalhar como elemento da associação que é o grupo dos pauliteiros ou até mesmo dirigente. Ainda assim, não descartamos a possibilidade, num caso pontual, de ser esse voluntário o ensaiador da dança, que é mais conhecido nessas funções e reconhecido como tal pelos alunos.

Esta questão muda de figura quando nos referimos aos grupos escolares. Neste caso, é mesmo um professor que orienta os trabalhos dos ensaios das danças, formando um grupo de pequenos pauliteiros, no âmbito das actividades extra-curriculares. Pelo que se sabe do funcionamento das escolas com alunos deste nível etário (dos 10 aos 15 anos de idade), todas elas possuem clubes temáticos diversos, formados com alunos voluntários, de danças, música, teatro, jornalismo... Na zona de maior implantação de pauliteiros podem formar-se clubes desta natureza, bastando, para isso, que haja um professor disponível e um grupo de alunos suficiente para o efeito. Em regra, os clubes de danças trabalham em íntima colaboração com os de música.

Em outras situações, são as câmaras municipais que dispõem de um animador cultural que se encarrega de formar e dirigir o grupo de pequenos pauliteiros. Neste caso, tanto é verdadeira a resposta que indica a câmara municipal, como a que refere

uma pessoa adulta que dirige o grupo; de facto, essa pessoa é contratada e encontra-se ao serviço da autarquia municipal.

O total dos alunos que deram resposta a esta questão é superior ao dos que assinalaram a existência ou não de grupos na sua localidade. Parece, assim, que nos confrontamos com mais um desvio; na verdade, ao pensarmos que muitos alunos assinalaram, na presente questão, mais do que um indicador, constatamos que o referido desvio não chega a sê-lo, por não entrar em contradição com os restantes resultados.

5. Importância da manutenção das danças do paloteo/pauliteiros

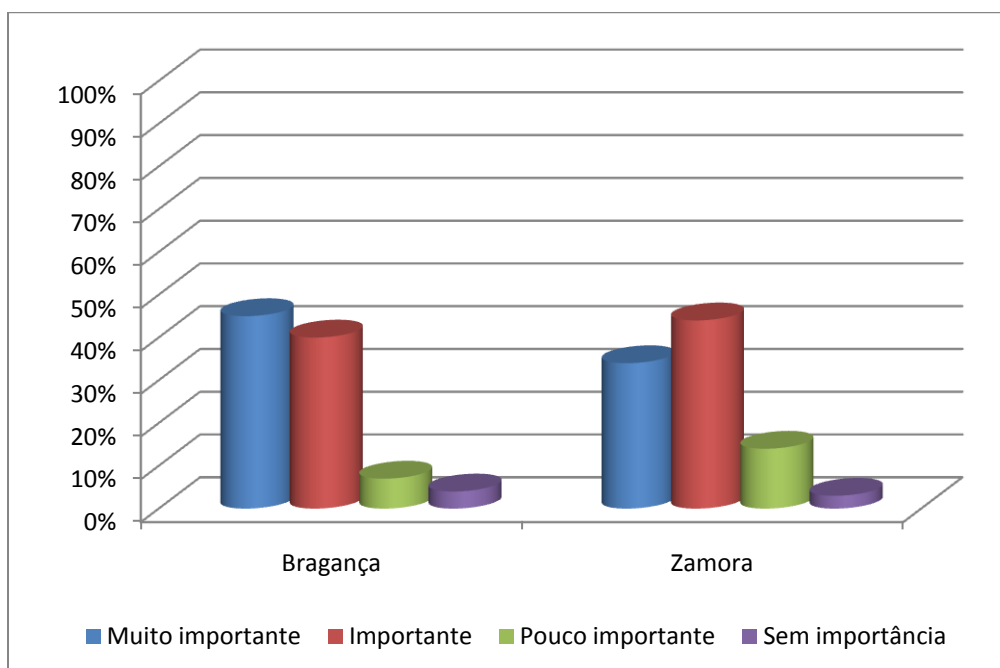
5.1. Valorização das danças

Até este ponto do capítulo das danças tradicionais, todas as questões têm sido orientadas para determinar o grau de conhecimento que os alunos possuem sobre as diferentes facetas dos grupos de danças de *paloteo/pauliteiros*. As duas questões que se seguem estão dirigidas directamente ao apuramento da sua opinião e da sensibilidade humana e social perante este fenómeno.

A primeira questão tem como finalidade apurar o grau de valorização pessoal que os alunos atribuem à dança do *paloteo/pauliteiros*, no conjunto de todos os elementos da cultura popular das suas terras. Tendo revelado um bom conhecimento da realidade envolvente das danças, solicita-se-lhes agora uma opinião crítica que deve ser situada numa escala de quatro lugares, escalonados desde o muito positivo, o excelente, até ao muito negativo, isto é, o desprezável.

Os resultados, muito interessantes, embora já esperados, são os que aparecem inseridos na tabela seguinte. O que nos permite esperar obter estes resultados é, justamente, o índice sempre elevado de conhecimento que os alunos revelaram ao responder às questões anteriores. Penso que o princípio será este: sabe-se muito acerca de uma determinada matéria quando muito dela se gosta ou, ao contrário, quando um assunto é detestável, o interesse pelo seu conhecimento é escasso e até se procura mesmo remetê-lo para o esquecimento.

Gráfico nº 6

Valorização das danças do *paloteo*/pauliteiros

Os índices resultantes das respostas dadas pelos alunos inquiridos são bem reveladores da valorização positiva que atribuem às danças tradicionais do *paloteo* e dos pauliteiros.

Em primeiro lugar, salienta-se o facto de praticamente todos os alunos se terem pronunciado criticamente a este respeito, independentemente de possuírem ou não grupos destas danças nas suas localidades. Apenas uma percentagem residual de alunos se absteve de responder. Este facto mostra que, não havendo tido um contacto directo com as danças, o tiveram por vias indirectas e as conhecem dessa forma (através da televisão, por exemplo) e as valorizam positivamente, na sua grande maioria. Eventualmente, somos levados a pensar que os poucos que os desvalorizaram ou os valorizaram como pouco importantes, não os terão visto em qualquer tipo de actuações. Há ainda uma pequena franja dos que se abstiveram de responder; e estes sim, podemos concluir que não os conhecem de maneira nenhuma. Considero ser possível que isso tenha acontecido; são os alunos de nível etário mais baixo e que residem em zonas mais afastadas dos núcleos populacionais de maior predominância destas danças. Consultando a tabela geral dos resultados, verifica-se que nenhum dos 16 alunos do Colégio Público Matilde Ledesma de Almeida assinalou qualquer resposta a esta questão. De facto, há muitos anos que o *paloteo* não se dança nesta comarca. Juan Antonio Panero, na sua entrevista, afirma: “Tentei recuperar a dança do *paloteo*. Para este efeito, restava um senhor numa localidade chamada Viñuela, que teria à

volta de 90 anos. Pedimos o seu apoio, para o qual ele se disponibilizou. [...] Mandou-nos fazer uns paus, idênticos aos dos pauliteiros de Miranda. Mas tivemos a pouca sorte de, após uns poucos ensaios, quando ainda os alunos estavam aprendendo a dar os primeiros toques de paus, o homem morreu. Assim terminou esse projecto. A gente estava muito entusiasmada porque em Almeida havia também a dança de paus que se executava no Carnaval”⁵⁰¹. Com a morte da única pessoa da comarca que possuía os conhecimentos sobre a tramitação dos *llazos*, morreu também a dança, em fase de recuperação, em Almeida. Os alunos, neste momento, não sabem de que espécie de dança se trata. Por isso, se abstiveram de responder a esta questão. Outro exemplo paradigmático é o dos alunos do Instituto de Enseñanza Secundaria Valverde de Lucerna de Puebla de Sanabria que também residem numa comarca onde há muito tempo esta dança deixou de fazer parte das suas tradições festivas. Além disso, a distância que separa esta comarca da de Tábara é grande. Não é fácil a estas populações tomarem contacto com a dança do *paloteo*. Por isso, seis dos seus alunos não deram qualquer resposta a esta questão, pela simples razão de que a desconhecem. No distrito de Bragança, há situações idênticas a estas duas que foram referidas. O caso mais evidente é o da Escola do Ensino Básico e Secundário de Vinhais em que 25 alunos não responderam a esta questão. Na verdade, esta vila fica a uma distância considerável de Miranda, o que dificulta qualquer contacto presencial das suas populações (e ainda mais dos alunos) com estas danças.

Contrariamente e com base na tabela geral dos resultados, constatamos a valorização dos alunos de Miranda do Douro como “importante” e “muito importante” para a cultura local. Praticamente todos os alunos situam a sua avaliação crítica nestes dois indicadores, com excepção de um, que classificou como “pouco importante”, e dois como “sem importância alguma”.

Atendo-nos agora ao gráfico nº 6, supra apresentado, é oportuno tecer algumas reflexões.

- a) O índice mais elevado do indicador da consideração da manutenção “de estos grupos de danzas por ser un aspecto muy importante para la cultura local” é obtido pelos alunos do distrito de Bragança, em que quase metade deles o referenciou. Para os alunos de Zamora, este mesmo indicador surge em segundo lugar na escala da avaliação positiva, provavelmente devido à existência de poucos grupos na província. Em qualquer dos casos, os resultados indiciam um apreço significativo que os alunos concedem às danças.
- b) O segundo indicador, “un aspecto importante para la cultura local”, obtém um índice muito elevado, correspondente também, no conjunto de todos os alunos, a quase metade dos inquiridos.

⁵⁰¹ PANERO, entrevista.

- c) O somatório de referências destes indicadores positivos ultrapassa os quatro quintos dos alunos. É justamente esta avaliação que deve ser retida e tomada na devida conta.
- d) Na verdade, os índices da avaliação menos positiva são baixos. Ainda assim, o que foi fornecido pelos alunos de Zamora é superior ao dos de Bragança, o que não estranha devido às razões acima já referidas: existência de um reduzido número de grupos na província.
- e) Os índices de rejeição das danças, “sin importancia”, são, em ambos os conjuntos de alunos, muito baixos.
- f) Conjugando as avaliações negativas com as positivas, constata-se que aquelas confirmam estas. E confirmam também que os inquiridos, apesar de se situarem em níveis etários baixos, crianças e adolescentes, não deixam de valorizar este elemento da sua cultura – as danças tradicionais.

Esta avaliação favorável, numa época em que os jovens são levados a ocupar os seus tempos de lazer em actividades mais atractivas do que as coisas tradicionais, poderá ser o resultado da promoção, que nos últimos anos, tem sido feita às danças dos pauliteiros, em ambas as regiões. Os grupos de *paloteo* e de pauliteiros são, mais do que nunca, chamados a actuarem publicamente nas festas tradicionais, em espectáculos e mesmo nos grandes meios de comunicação. É muito fácil a qualquer jovem visualizar estas danças nos sítios da Internet que quase todos os grupos possuem. Assim como obter informações escritas com recurso às mesmas novas tecnologias da informação e da comunicação. Sendo “um tema que interessa aos alunos”⁵⁰², estão criadas as condições para que possa ser abordado em várias áreas disciplinares ou extra-curriculares, tendo em conta o princípio de que “o trabalho a desenvolver deverá ter um significado para o aluno”; além disso, está ligado à sua realidade e ao seu meio sociocultural.

Por outro lado, no Planalto Mirandês têm sido criados ou recuperados vários grupos, o que motiva ainda mais os jovens a assistir às danças e mesmo a participarem nelas como dançarinos. O fenómeno mais interessante é o da constituição de grupos femininos, impensável até há poucos anos, por iniciativa das próprias jovens e que é, por assim dizer, causa de uma motivação acrescida para a dança.

Outro factor desta adesão da juventude poderá ser a realização de encontros de *paloteo*/pauliteiros, uns de âmbito nacional e, outros, internacional. Têm sido eventos muito participados pela população em geral e pelos jovens, em especial. Isso mesmo foi constatado no terreno.

⁵⁰² MONTEIRO, Manuela e QUEIRÓS, Irene (1993), *Área-Escola*, Porto Editora, Porto, p. 61.

5. 2. O impacto social da dança do *paloteo*/pauliteiros

Para compreender o grau de enraizamento das danças do *paloteo* e dos pauliteiros nas comunidades que as preservam, quisemos confrontar os alunos com um conjunto de asserções relacionadas com a apreciação que eles terão constatado nas pessoas que a elas assistem, o papel que elas desempenham na celebração de determinadas festas tradicionais, o contributo que prestam na diversão, considerando esta como um elemento imprescindível de qualquer momento festivo, a valorização que eles verificaram nas pessoas em relação às danças; por último, foi solicitada a sua opinião crítica sobre o modo como eles próprios entendem ser o papel social das danças, no seio das comunidades.

Quadro nº. 41

Opiniões - Impacto social das danças dos paus

Indicadores	Bragança	%	Zamora	%										
1.La gente las aprecia mucho, aplaudiendo con entusiasmo en sus actuaciones.	400	52%	211	52%										
2.La gente las considera parte indispensable en las fiestas donde acostumbran a danzar.	225	29%	127	31%										
3.La gente se divierte mucho danzando o viendo danzar.	361	47%	221	54%										
4.Las danzas no son valoradas por la gente.	13	2%	20	5%										
5.Las personas consideran que seria una gran perdida que desaparecieran.	344	45%	136	33%										
6. Outra opinión.	73	9%	40	10%										
<table border="1"> <tbody> <tr> <td>Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.</td> <td>305</td> <td></td> <td>81</td> <td></td> </tr> <tr> <td>Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.</td> <td>461</td> <td></td> <td>307</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81		Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307	
Total de respostas “sim” à existência de grupos na localidade.	305		81											
Total de respostas “não” à existência de grupos na localidade.	461		307											

Em primeiro lugar, convém clarificar, desde já, que os mesmos alunos que se haviam abtido de responder aos indicadores da questão anterior, igualmente se abstiveram de responder a esta questão, nomeadamente:

- numa atitude coerente, nenhum dos alunos do Colégio Público Matilde Ledesma de Almeida de Sayago deu resposta a esta questão, no seguimento, aliás, do procedimento que haviam tido na anterior;

- no Instituto de Enseñanza Secundaria Valverde de Lucerna de Puebla de Sanabria, o número de alunos que se abstiveram mais do que duplicou da questão anterior para esta;

- na Escola do Ensino Básico e Secundário D. Afonso III de Vinhais, o número de alunos abstencionistas é praticamente o mesmo em ambas as questões (25 na anterior e 23 na actual), correspondendo, em qualquer delas, a mais de um quarto do total dos inquiridos;

- nas restantes escolas, quer sejam zamoranas, quer sejam bragançanas, o número de alunos que se abstiveram de responder é mínimo e, portanto, sem qualquer expressão ou influência nos índices dos resultados.

O quadro supra traduz o impacto destas danças na vida das comunidades, a valorização que as pessoas lhes atribuem para a cultura local e o papel por elas desempenhado nas festas em que actuam, tudo na óptica da perspicácia crítica dos alunos. Desde logo, salientam-se os índices mínimos, que podemos considerar residuais, das avaliações negativas. Um número de alunos, que podemos considerar interessante, emitiu outras opiniões, não contempladas no questionário que, oportunamente serão analisadas.

Uma outra constatação é a de que, em vários indicadores, o número de alunos que responderam é superior ao dos que assinalaram a existência de grupos de *paloteo*/pauliteiros na sua localidade. Quer isto dizer que estes alunos presenciaram a dança dentro ou fora das suas terras ou que algum grupo terá sido convidado a actuar nos seus locais de residência, por ocasião de alguma festa ou de outro qualquer evento. Por exemplo, é muito provável que eles tenham presenciado algumas actuações em feiras anuais, realizadas na vila, a sede do seu concelho. A presença dos pauliteiros nestas actividades económicas foi confirmada pelos próprios programas. Ao assistirem às danças, observaram as atitudes das restantes pessoas perante elas, o que lhes permitiu assinalar esses itens da questão.

O primeiro indicador, “la gente aprecia mucho las danzas de paloteo, aplaudiendo con entusiasmo en sus actuaciones”, obtém exactamente os mesmos índices percentuais junto dos alunos de Zamora e de Bragança. É o indicador mais referenciado de todos, por mais de metade dos alunos inquiridos. O enunciado contém apreciações muito valorativas, como “aprecia mucho” e “con entusiasmo”; a sua escolha maioritária significa que, na óptica dos alunos, a valorização que o povo faz é mesmo muito positiva.

As reacções das pessoas, observadas no terreno, permitem confirmar os dados que os alunos aportaram à investigação. De facto, as actuações dos pauliteiros e do *paloteo* são sempre muito concorridas; tratando-se de actos religiosos, por exemplo nas procissões da festa do Corpus Christi, em Zamora e na sua província, e de Santa

Bárbara, na zona de Miranda, o povo assiste a elas com o respeito que é devido a esse momento solene e sagrado, abstendo-se de exteriorizar a sua satisfação, com aplausos e com qualquer outro tipo de manifestações; contudo, no momento profano da festa essa exteriorização já é possível; nessa altura, os aplausos são entusiásticos e o agrado é notório, tanto para o público assistente como para os dançarinos que se sentem compensados pelo esforço que tiveram que fazer durante os preparativos e no decorrer da actuação (fotos 47, 51 e 52).

Os restantes eventos de tipo exibicionista, em geral, são muito concorridos. As pessoas gostam de ver dançar os pauliteiros da sua aldeia e também os das aldeias vizinhas, estabelecendo algum tipo de comparação entre eles quanto à forma de executar as coreografias, ao rigor nos passos e à força que aplicam nos toques de paus, à agilidade dos jovens dançarinos, etc. “Eu acho que cada grupo de pauliteiros é encarado pela comunidade como o seu “grupo de futebol”. O melhor grupo de pauliteiros é o de cada comunidade, sente-se uma grande pertença por várias razões: serem jovens da própria terra, dançarem como já os mais velhos dançavam (em cada grupo existem ligeiras variações em cada dança), e porque o grupo da própria aldeia é sempre melhor do que o da aldeia vizinha...”⁵⁰³. As actuações de grupos femininos são um elemento inovador da tradição; no entanto, pelos comentários que foram registados em vários momentos das suas exibições, as populações receberam com agrado os novos grupos; apreciam, na sua forma de dançar, a leveza dos toques dos paus (nos rapazes, valoriza-se a força), a graciosidade dos movimentos dos *lhaços*, a elegância dos vestidos.

Na província de Zamora, os grupos femininos não são uma novidade; existem, como foi referido, desde a recuperação do *paloteo*, provocada na sequência da perda que se deu “tras el desastre de la guerra civil” e com o fenómeno da emigração da segunda metade do século XX, com o conseqüente e massivo “éxodo rural de los jóvenes a las ciudades”⁵⁰⁴. Por isso, o normal aqui é encontrar grupos femininos ou mistos; num caso ou noutro, a forma de executar os *llazos* foi alterada, resultando uma dança de características mais femininas, semelhantes às das pauliteiras de Miranda. Os homens que integram estes grupos mistos têm, forçosamente, que adaptar-se ao jeito feminino de dançar. A adesão que as dançarinas despertam no público é, sem dúvida, muito grande; mas, pelo que ao investigador foi dado observar, são mais empolgantes as danças dos rapazes e o entusiasmo que se gera à sua volta é vibrante.

A segunda asserção introduz o indicador que se relaciona com o carácter sagrado das danças. Por conseguinte, trata-se de estimular a sensibilidade dos alunos no sentido de darem conta do pensamento geral das suas comunidades sobre a obrigatoriedade da presença do *paloteo*/pauliteiros nas festas tradicionais, aquelas em

⁵⁰³ MEIRINHOS, entrevista.

⁵⁰⁴ PORRO, *Op. Cit.*: 138.

que, desde sempre, eles intervieram (pelo menos, enquanto estiveram em actividade). Considerar a dança como parte indispensável da festa significa que a esta só faz sentido se tiver a participação dos dançarinos do *paloteo*/pauliteiros. Por outras palavras, determinados rituais só poderão celebrar-se com a dança; sem ela, o ritual não se realiza.

Ao responderem a este indicador, os alunos tinham consciência do alcance da afirmação que estavam a assinalar. É que o índice de referências, sendo consideravelmente mais baixo, corresponde à faixa populacional e ao número de festas e respectivas localidades nas quais esta dança se torna imprescindível. Quer isto dizer que a imprescindibilidade da presença dos pauliteiros não é extensiva a todas as terras nem a todas as festas; estas são muito específicas e já foram devidamente identificadas: o Corpus Christi, na província de Zamora, e um conjunto formado pelas seguintes: a festa de Santa Bárbara, de Nossa Senhora do Rosário, a festa de São João Evangelista (da mocidade) e o rito do Ano Novo. “Os pauliteiros dão a alvorada, de madrugada, que é uma espécie de ronda com passacalhes. Logo a seguir, fazem o peditório por todas as casas. Acompanham a liturgia da missa e da procissão; o grupo entra na igreja, todos colocam o chapéu no andor da santa [Nossa Senhora do Rosário] e acompanham a procissão, colocando-se quatro de cada lado”⁵⁰⁵. Nas restantes festividades, nas grandes romarias, nas concentrações esporádicas de pessoas, as danças são cada vez mais necessárias mas não imprescindíveis. “Fazem parte do viver das populações locais, reforçam o sentido de comunidade, despertam e solidificam o sentido bairrista, ligado a uma cultura peculiar”⁵⁰⁶. Com o renascimento de muitos grupos, dessiminados por quase todas as freguesias do concelho de Miranda, associado à “prática instrumental, nomeadamente, a gaita-de-foles, a flauta pastoril, a caixa e o bombo”⁵⁰⁷, a dança dos pauliteiros ganhou o estatuto de cultura oficial destas terras e cada vez mais se exige a sua presença nos momentos festivos.

Da forma como se lhes foi solicitado, os alunos transmitiram esta ideia: há festas e rituais em que a dança é exigida e imprescindível e outras em que é agradável a sua presença. Os índices obtidos de respostas são praticamente os mesmos de ambos os lados da fronteira e correspondem a pouco menos de um terço do total dos alunos inquiridos.

O terceiro indicador desta questão compreende apenas os momentos de diversão que a dança proporciona às populações em geral. Também aqui constatamos que o número de respostas é superior ao dos alunos que assinalaram a existência de grupos nas suas localidades. A justificação do facto foi já acima exposta. Contudo,

⁵⁰⁵ PRETO, Fortunato, entrevista.

⁵⁰⁶ BERNARDO, Hermínio, entrevista.

⁵⁰⁷ *Idem*.

considerando as respostas a este indicador, por parte dos alunos de Zamora, é quase três vezes superior e que os grupos existentes nesta província são poucos, deduzimos que terão assinalado as atitudes das pessoas perante outro tipo de danças tradicionais. E estas são muito frequentes na região.

Sendo de pauliteiros ou de outras danças tradicionais, é significativo reter o elevado contributo que elas relevam, na opinião dos alunos, para a diversão das populações, quer seja dançando quer assistindo simplesmente às danças. Está em análise a valorização deste elemento importante da cultura popular; nesta análise, não restam dúvidas que a valorização é muito positiva e também que os alunos disso se deram conta. O impacto social da festa em geral, e das danças, em particular, é decisivo para o bem-estar social dos povos: “la fête se définit toujours par la danse, le chant... La fête est ainsi célébrée dans l’espace-temps du mythe et assume la fonction de régénérer le monde réel”⁵⁰⁸. A dança, como elemento integrante da festa, segundo Caillois, acabará por desempenhar a mesma função regeneradora. Os ritos das festas agrárias do solstício de Inverno e das colheitas, no fim do Verão, incluem, obrigatoriamente, as danças dos pauliteiros convergem no sentido da regeneração da natureza; outros terão, como função primordial, a boa marcha da comunidade: “El baile y la danza expresan como principales sentimientos el gozo, la veneración y el bienestar; fortalecen los lazos de unión entre familiares, amigos y vecinos pues el hombre sólo baila mayoritariamente cuando está con ellos”⁵⁰⁹. É o impacto benéfico que se estende a todos os membros da comunidade.

As valorizações negativas são, de facto, insignificantes, segundo a opinião geral expressa pelos dois conjuntos de alunos. Esta coerência nas respostas confirma os índices de valorização positiva das danças.

A predisposição das comunidades para a manutenção das danças do *paloteo* e dos pauliteiros passa pela consideração que manifestam em relação ao seu eventual desaparecimento. Quanto mais arraigada estivera noção de que isso seria uma grande perda, maior será a vontade de evitar que tal aconteça. Este tema foi trazido à investigação apenas como uma reflexão académica, desprovida, portanto, de qualquer aproximação com a realidade.

Na verdade, a tendência geral, em ambos os espaços geográficos, é recuperação dos grupos que há muito se perderam e não de desaparecimento dos que existem. O assunto foi devidamente explanado nas questões precedentes.

No distrito de Bragança, os últimos anos têm sido ricos nesta matéria: o aparecimento de vários grupos, uns recuperados e outros criados de novo, como é o caso das pauliteiras (grupos femininos) e dos pauliteiricos (grupos infanto-juvenis).

⁵⁰⁸ CAILLOIS, *Op. Cit.*: 131, 143.

⁵⁰⁹ PORRO, *Op. Cit.*: 11-12.

Portanto, trata-se de auscultar a sensibilidade dos alunos, com recurso à memória recente das últimas actuações a que tenham assistido, no sentido de fornecerem as impressões que, num momento ou noutro, as pessoas lhes transmitiram. E a verdade é que transmitiram, a julgar pelo número de respostas que os alunos deram, bem acima dos que indicaram a existência de grupos de danças nas suas terras. Ao assinalar o item em causa, deduzimos que os alunos estão a transmitir que detectaram nas pessoas esse sentimento de grande perda, na circunstância virtual do seu desaparecimento. Este dado vai ao encontro das avaliações muito positivas dos três primeiros indicadores. Uma vez mais se confirma a avaliação positiva e se rejeita a de que as danças do *paloteo*/pauliteiros (e as danças tradicionais, em geral) não são valorizadas pelas pessoas.

No último indicador, solicita-se aos alunos que expressem a sua opinião pessoal, para além daquelas que lhes foram sugeridas. Todos os que o fizeram, cerca de um décimo de cada área geográfica, não haviam deixado também de assinalar alguma ou algumas das anteriores, excepto aqueles que se pronunciaram abertamente em desfavor das danças; estes, em número muito reduzido.

Quadro nº 42 - **Opiniões dos alunos de Zamora sobre as danças, por sexos, níveis sociais e zonas populacionais**

Opiniões	Nº. refer.	Sexos	Níveis sociais	Zonas popul.
Província de Zamora				
I.E.S. Santísima Trinidad – Zamora (ens. privado)				
Que es bueno para conocer la cultura.	1	Fem.	2	Urb.
No me gustan. Aborridas y sin interés.	2	Fem.	2, 3	Urb.
Hay personas a las que les pasa desapercibido, pero a otras les interesa.	1	Fem.	3	Urb.
Que puedes aprender con ellas.	1	Fem.	3	Urb.
Son un rollo.	1	Fem.	3	Urb.
La gente las conoce por sus tradiciones	1	Fem.	3	Urb.
No son importantes, pero hay gente que les gusta.	1	Fem.	4	Urb.
Solo las veen los viejos.	1	Fem.	4	Urb.
No valen para nada	1	Masc.	3	Urb.
Seria malo que desapareciesen.	1	Masc.	2	Urb.
Que son muy importantes para la cultura de una persona.	1	Masc.	4	Urb.
I.E.S. “Universidad Laboral” - Zamora				
Ellos son muy buenos bailando.	1	Masc.	3	Urb.
Es importante porque es típico.	1	Fem.	2	Urb.
Son muy buenas.	2	Fem.	4	Urb.
Se come.	1	Masc.	2	Urb.
Son muy aborridas.	2	Masc.	3, 3	Urb.
Solo interesan a algunos.	1	Masc.	2	Urb.
Se toleran.	1	Masc.	3	Urb.
Que la sigan manteniendo.	1	Masc.	4	Urb.
I.E.S. Valverde de Lucerna – Puebla de Sanabria				
Me gustan las fiestas, la música y las danzas.	1	Fem.	3	Urb.
Son muy divertidas.	2	Fem.	2, 3	Urb.
Que es una tradición muy buena para nuestra generación.	1	Fem.	3	Urb.
No me gustan.	1	Masc.	4	Urb.
Que hagan lo que quieran.	1	Masc.	4	Urb.
Algunas son difíciles de bailar.	2	Fem.	3, 3	Urb.
Que son buenísimas, te lo pasas genial.	1	Fem.	3	Urb.
Son ridículas, bueno, para mí, por lo menos.	1	Fem.	3	Urb.
Es nuestro baile, es lo mejor.	1	Fem.	3	Urb.
Te lo pasas bien en las fiestas, pero mejor si hay música y bailes.	1	Fem.	3	Urb.

Quadro nº 42 (continuação)

Opiniões dos alunos sobre as danças

Opiniões	Nº. refer.	Sexos	Níveis sociais	Zonas popul.
I.E.S. Aliste – Alcañices				
La gente de mi edad no le gusta esa música.	1	Fem.	2	Urb.
Entretencimiento	1	Masc.	4	Urb.
C.E.I.P. Viriato – Muelas del Pan				
La gente les encanta porque no se pierde la tradición.	1	Fem.	4	Rur.
C.R.A. Riofrío de Aliste				
Que suenan muy bien.	1	Masc.	3	Rur.
Son buenas para verlas y pasar un buen rato.	1	Masc.	4	Rur.
C.E.I.P. Monte Gándara – El Puente de Sanabria				
Muy interesante	1	Masc.	3	Rur.

Quadro nº 43 - **Opiniões dos alunos de Bragança sobre as danças, por sexos, níveis sociais e zonas populacionais**

Opiniões	Nº. refer.	Sexos	Níveis sociais	Zonas popul.
Distrito de Bragança				
Escola E.B. 2,3 Paulo Quintela - Bragança				
As pessoas mais velhas apreciam-nas.	1	Masc.	2	Urb.
As pessoas mais velhas gostam, mas a mocidade não, porque são músicas sem importância.	1	Fem.	4	Urb.
As pessoas mais velhas gostam.	4	Fem.(2) Masc.(2)	2, 3 1, 2	Urb.
As pessoas mais velhas gostam, por isso, devem continuar.	5	Fem.(2) Masc.(3)	2, 2 1, 3, 3	Urb.
Fazem laços de amizade.	1	Fem.	4	Urb.
As pessoas divertem-se muito dançando.	1	Fem.	4	Urb.
É muito divertido.	3	Fem.	3, 3, 3	Urb.
É bom dar importância à dança.	1	Fem.	3	Urb.
Escola Secundária Miguel Torga - Bragança				
Na minha opinião, não aprecio.	1	Fem.	3	Urb.
Não aprecio muito, porque não gosto, mas acho importante que haja para as pessoas que gostam.	1	Fem.	4	Urb.
As pessoas gostam de ver essas danças porque são muito antigas.	1	Masc,	4	Urb.
São interessantes.	1	Masc.	3	Urb.
Escola Secundária de Miranda do Douro				
Eles dançam muito bem.	3	Fem.(2) Masc.(1)	3, 3 4	Urb.
Que é divertido.	3	Fem.(2) Masc.(1)	4, 4 3	Urb.
Divertem-se cantando, dançando e aplaudindo.	1	Fem.	3	Urb.
É divertido e as pessoas distraem-se muito.	2	Masc.(1) Fem. (1)	3 4	Urb.
Algumas pessoas não ligam nada a estas tradições e mais tarde vão acabar por perder-se, o que é mau.	1	Fem.	4	Urb.
Acho que é muito importante, porque um dia irá ser o sonho deles.	1	Fem.	4	Urb.
Eu penso que estas actuações são muito importantes para o nosso desenvolvimento cultural e a sua divulgação a nível mundial.	1	Masc.	4	Urb.

Quadro nº 43 (continuação)

Opiniões dos alunos sobre as danças

Opiniões	Nº. refer.	Sexos	Níveis sociais	Zonas popul.
Escola E. B. 2,3 e Secundária de Macedo de Cavaleiros				
Trazem muita animação ao povo.	1	Masc.	3	Urb.
São importantes para as pessoas idosas se divertirem.	1	Fem.	4	Urb.
É uma forma de convívio.	1	Fem.	4	Urb.
Na minha aldeia estas danças não são muito conhecidas.	1	Fem.	2	Urb.
Podem ser muito valorizadas pelo povo, só que eu não gosto.	1	Fem.	3	Urb.
Se estas tradições acabassem, iriam perder-se turistas e isso empobrecia a região.	1	Fem.	2	Urb.
Detesto essas danças.	2	Fem. Masc.	2 3	Urb.
É divertido.	1	Masc.	3	Urb.
É bom que as danças se mantenham.	1	Masc.	3	Urb.
Na minha aldeia há um grupo de pauliteiros.	1	Masc.	3	Urb.
Escola E. B. 2,3 de Mogadouro				
As pessoas divertem-se mais e passam mais tempo fora de casa.	1	Masc.	3	Rur.
Seria uma pena que o meu grupo de pauliteiros acabasse.	2	Masc.	2, 3	Rur.
São loucos.	1	Masc.	2	Rur.
Na minha terra há um grupo de pauliteiras.	1	Fem.	3	Rur.
São muito interessantes e divertidas.	1	Fem.	3	Rur.
Escola E. B. 2,3 de Sendim				
São bons rapazes e raparigas e dançam muito bem.	1	Fem.	3	Rur.
É importante.	1	Masc.	3	Rur.
Dançam muito bem.	3	Fem.(2) Masc.	4, 3 3	Rur.
É muito boa.	1	Masc.	4	Rur.
Gosto de ver os mais pequenos a dançar.	1	Fem.	3	Rur.
Quando vão actuar ao estrangeiro, mostram a nossa cultura.	1	Fem.	4	Rur.
É muito bonito.	1	Masc.	3	Rur.

Quadro nº 43 (continuação)

Opiniões dos alunos sobre as danças

Opiniões	Nº. refer.	Sexos	Níveis sociais	Zonas popul.
Escola E. B. 2,3 e Secundária D. Afonso III - Vinhais				
São muito valorizadas pelo povo.	1	Fem.	3	Rur.
Fazem falta.	1	Masc.	4	Rur.
Não tenho opinião porque não conheço.	2	Fem. Masc.	3 4	Rur.
Não gosto.	1	Masc.	3	Rur.
Escola E. B. 1,2 de Torre de Dona Chama				
São boas porque as pessoas participam muito	3	Fem.	3,3,3	Rur.
É divertido	1	Fem.	4	Rur.
As pessoas entusiasmam-se ao vê-los dançar	1	Fem.	3	Rur.
Dançar até madrugada	1	Masc.	3	Rur.

Ao analisar as opiniões formuladas pelos alunos, podemos estabelecer uma taxonomia com as seguintes categorias, ordenadas das mais positivas para as mais negativas.

1. Opiniões favoráveis: salientam o seu interesse para a cultura pessoal e colectiva das comunidades, para a manutenção das tradições, para as épocas festivas, para a diversão, o convívio, a animação e para a promoção turística das terras no exterior.
2. Opiniões que exprimem o orgulho pelo facto de possuírem um elemento cultural único e identificador das suas terras.
3. Opiniões que expressam o sentimento de perda de algo que pertence à terra de onde são oriundos, no eventualidade de desaparecerem.
4. Opiniões de apreço pela beleza das danças e de admiração por aqueles que as executam; os que assim opinam, implicitamente, manifestam o desejo que virem, mais tarde, a ser dançarinos.
5. Opiniões de apreço pelas danças, não pelo que lhes agrada a si mesmos, mas por aquilo que representa para os adultos, considerando que lhes fazem falta, como sendo um dos poucos momentos de distração de que dispõem.

6. Opiniões desfavoráveis: referem, pela negativa, o carácter antigo das danças, o interesse que só os mais velhos lhes dedicam e a desvalorização que os jovens lhes conferem, considerando-as antiquadas e ridículas perante as modernas formas de dançar.
7. Opiniões de indiferença face a estas manifestações de cultura popular e tradicional.
8. Opiniões pelas quais os alunos referem não terem opinião formada, por desconhecimento das danças.

Análise das “outras” opiniões, segundo as categorias, comparando os resultados em ambas as regiões. As percentagens indicadas foram obtidas por indexação dos números de cada categoria e em cada região ao total de opiniões apresentadas.

Quadro nº 44 - Taxonomia das opiniões expressas

Categorias	Bragança	%	Zamora	%
1.Opiniões favoráveis: interesse para a cultura, convívio, animação, promoção.	24	34%	15	35%
2.Sentimento de orgulho; elemento identificador da cultura.	3	4%	3	8%
3.Sentimento de perda, no caso de as danças desaparecerem.	7	10%	3	8%
4.Apreço pela beleza das danças e admiração pelos dançarinos.	11	15%	3	8%
5.Apreço pelas danças em função dos adultos que as valorizam.	18	25%	3	8%
6.Opiniões desfavoráveis: coisas dos velhos, antigas, ridículas.	4	6%	10	25%
7.Indiferença perante as danças tradicionais.	0	0%	3	8%
8.Opiniões sem opinião formada, por desconhecimento.	3	4%	0	0%
TOTAL	71	9%	40	10%

Perante o quadro das categorias das opiniões que os alunos expressaram em “otra opinión”, portanto, espontaneamente e sem qualquer sugestão apresentada pelo investigador, que se limitou a solicitar-lhes que assim procedessem, compete tecer as oportunas considerações.

- a) O índice dos alunos que apresentaram as suas próprias opiniões, não sendo elevado, pode-se considerar aceitável; na verdade, neste nível etário, os

inquiridos dificilmente poderiam predispor-se a reflectir o indispensável para a elaboração da sua própria opinião; por outro lado, grande parte deles, não dispondo de grupos destas danças na sua própria localidade (recordemos o quadro nº __ sobre os que declaram “sim” a este indicador, apenas 40% em Bragança e 20% em Zamora), mais difícil se torna formulá-la e mais fácil se torna a compreensão deste facto.

- b) Os índices do total dos alunos que formularam a sua opinião são muito aproximados nas duas regiões; contudo, os grupos existentes na província de Zamora são em muito menor número na província de Zamora do que no distrito de Bragança, o que nos faz pensar que os alunos daquela área geográfica estarão mais predispostos à crítica sobre este fenómeno, mesmo não possuindo sobre ele um conhecimento tão directo; provavelmente, terão emitido as suas opiniões com base naquilo que sabem das formas tradicionais de cultura em geral e na mentalidade predominante dos jovens dos tempos actuais.
- c) A primeira categoria de opiniões positivas valoriza o interesse que as danças do *paloteo*/pauliteiros assumem para a cultura popular, nos momentos de convívio por excelência que proporcionam, na animação que gera nas comunidades e na promoção turística que viabiliza às povoações que as preservam; os índices são consideráveis, acima de um terço dos alunos que formularam opiniões próprias, e igual para as duas regiões.
- d) O sentimento de orgulho pela posse de grupos de danças é uma categoria também muito valorizadora das danças; é mais notório na província de Zamora.
- e) A noção de empobrecimento cultural, no caso de as danças desaparecerem, vem na sequência da categoria anterior e é manifestada com os mesmos índices pelos dois conjuntos de alunos.
- f) A manifestação de apreço pela beleza coreográfica das danças e de admiração pela forma de execução dos dançarinos é bem evidente nos alunos do distrito de Bragança, este índice elevado corresponde a um conhecimento presencial, como abaixo se constatará, ao analisar a proveniência mais detalhada destas opiniões.
- g) A valorização das danças, não pelas preferências pessoais dos inquiridos, mas pelas dos adultos e em função deles, denota um sentimento de respeito pelas comunidades das quais os alunos são oriundos e de valorização da sua cultura; valorização que está acima de toda a suspeita, já que eles as consideram, apesar de não as apreciarem. Além disso, revelam um elevado sentido crítico ao distinguirem os gostos pessoais do valor que deve ser concedido às tradições.
- h) O resultado dos índices das cinco categorias de avaliação positiva é muito elevado, sobretudo por parte dos alunos de Bragança. Na verdade, o índice

desvalorizante tem uma expressão residual; bastante mais elevado é o dos alunos de Zamora; a quarta parte deles expressou a opinião de que as danças tradicionais são para os mais velhos; alguns, poucos, utilizaram mesmo o termo “ridículas”.

- i) O sentimento de indiferença é apenas manifesto por alguns alunos de Zamora, mas em número muito reduzido.

No cômputo geral, estas opiniões revelam uma simpatia notável pelas danças tradicionais, sobretudo se atendermos ao nível etário dos inquiridos e ao facto de muitos deles não terem assistido presencialmente a nenhuma das suas actuações; outros tê-las-ão visualizado através dos grandes meios de comunicação social, a televisão e a internet.

5. 3. As opiniões segundo os sexos

Em termos de resultados globais, a primeira constatação que se salienta é a de que as alunas apresentaram um maior número de opiniões pessoais do que os seus colegas, os rapazes; a segunda é a verificação deste fenómeno em ambas as regiões e em índices praticamente iguais. Desta feita, deduzimos que existe uma disponibilidade maior das meninas para o contributo com novas ideias à investigação, uma capacidade crítica mais acentuada e um conhecimento mais profundo acerca desta temática das danças tradicionais.

Quadro nº. 45

Opiniões dos alunos sobre as danças dos paus, por sexos

Categorias	Bragança				Zamora			
	Rapazes		Meninas		Rapazes		Meninas	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1.Opiniões favoráveis: interesse para a cultura, convívio, animação, promoção.	9	13%	15	21%	5	13%	10	25%
2.Sentimento de orgulho; elemento identificador da cultura.	2	3%	1	2%	0	0%	3	8%
3.Sentimento de perda, no caso de as danças desaparecerem.	1	2%	6	8%	2	4%	1	3%
4.Apreço pela beleza das danças e admiração pelos dançarinos.	4	6%	7	10%	1	3%	2	4%
5.Apreço pelas danças em função dos adultos que as valorizam.	10	14%	8	11%	1	3%	2	4%
6.Opiniões desfavoráveis: coisas dos velhos, antigas, ridículas.	2	3%	2	3%	4	10%	6	15%
7.Indiferença perante as danças tradicionais.	0	0%	0	0%	3	8%	0	0%
8.Sem opinião.	2	3%	2	3%	0	0%	0	0%
Totais	30	42%	41	58%	16	40%	24	60%

Compete agora verificar os dados relativos a cada uma das categorias, tendo em conta a variável independente dos sexos.

- a) A primeira categoria, das opiniões favoráveis, o conjunto das alunas revela uma supremacia notória face aos rapazes; os índices são muito aproximados nos dois lados da fronteira e a diferença entre os grupos desta variável é também semelhante.
- b) A categoria referente ao orgulho que os alunos sentem pela posse deste elemento, que consideraram como identificador da sua cultura, é ligeiramente mais elevado nos rapazes de Bragança; pelo contrário, em Zamora, são só as alunas que revelam este sentimento; nenhum dos

rapazes se refere a ele. Talvez possamos encontrar alguma explicação deste resultado no tipo de formação predominante dos grupos em cada região: em Bragança, predomina a formação masculina e os jovens sentem e vivem estas danças como pertença muita sua. Em Zamora, a constituição dos grupos é predominantemente feminina; o resultado é equivalente, denotando os rapazes mais este sentimento, em Bragança, e as raparigas, em Zamora.

- c) O sentimento de grande perda, no caso do seu desaparecimento, é também mais forte nas “outras” opiniões dos rapazes brigantinos do que nas jovens; creio podermos apresentar a mesma justificação da categoria anterior: a noção de pertença exclusiva, pelo menos até há bem poucos anos. Já os resultados dos zamoranos não diferem muito entre os rapazes e as meninas, já que a referida noção de pertença será idêntica entre os dois grupos sociais, pela formação mista dos grupos.
- d) A categoria de opiniões que compreende o apreço pela beleza das danças e a admiração pela destreza dos pauliteiros apresenta um índice superior nas alunas, tanto numa região como na outra. Talvez este facto se justifique pela maior sensibilidade delas para a beleza das coreografias, dos passos de dança, dos toques de paus, dos trajés...
- e) Não se verifica grande diferença entre os dois grupos sociais no que toca à aceitação das danças, não tanto porque as apreciem grandemente, mas por se darem conta que elas são do agrado dos mais velhos, talvez pelo respeito e afecto que lhes merecem os pais, os avós... Eventualmente, terão irmãos mais velhos que são pauliteiros, talvez, porque esta é uma hipótese que não foi contemplada no questionário. Existirá nas suas mentes a perspectiva de virem a sê-lo também, levados pela tendência da tradição, ainda que a sua idade, de momento, não lhes permita apreciar essas danças.
- f) As opiniões de apreciação negativa, claramente enunciadas, revelam um índice muito baixo na área do distrito de Bragança que é exactamente igual nos dois grupos sociais. Apresenta-se bastante mais elevado na província de Zamora, conforme foi já acima justificado: a baixa taxa de permanência de grupos de *paloteo*; aqui o índice é mais elevado no grupo social das raparigas. Este facto deverá compreender-se melhor quando se reflectir sobre a variável independente dos meios sociais em que as escolas estão inseridas.
- g) Não se verificam, em Bragança, opiniões pessoais que contenham o sentimento de indiferença perante as danças: os alunos ou mostram agrado (sob diversas formas expressivas) ou antipatia; um reduzido número de rapazes das escolas de Zamora (nenhuma menina) expressou categoricamente esse sentimento, escrevendo as seguintes frases: “se

come”, “se toleran” e “que hagan lo que quieran”. Creio poder interpretar o sentido delas como sendo indiferença.

- h) São poucos os alunos de distrito de Bragança, dois rapazes e duas meninas, que assumem não ter opinião pessoal sobre esta matéria. A justificação desta opinião sem opinião é dada por eles mesmos: a falta de conhecimento suficiente devida à inexistência de grupos de pauliteiros na sua aldeia.

De um modo geral, as diferentes tendências para a valorização das danças do *paloteo*/pauliteiros são coincidentes, quanto aos grupos sociais em análise, nas duas áreas geográficas.

Em síntese, os alunos, na sua generalidade, conhecem as danças tradicionais quando elas existem na sua localidade de origem ou de residência; se esta condição não se verificar, então é muito baixo o grau de conhecimento das danças, por parte dos alunos. Ao referirmo-nos ao conhecimento das danças, estamos a tomar em consideração todos os itens incluídos no questionário: existência de grupos, sua formação, música tradicional de acompanhamento, trajes dos dançarinos, ambientes festivos de actuação e outros; todos eles são conhecidos pelo primeiro conjunto de alunos – os que possuem danças na sua localidade.

Por outro lado, também o contacto com as danças pode ter acontecido na própria escola, no âmbito das actividades não-curriculares. Neste caso, o conhecimento é ainda mais profundo, uma vez que envolve a prática da dança; estes são detentores da técnica e da arte de dançar: os ‘laços’, os passes, os toques de paus, a letra das cantigas e a música acompanhante.

A inserção e o aproveitamento destas actividades pela escola vão ao encontro da concepção cultural da educação e da própria escola que “se deve enraizar na cultura viva das populações”⁵¹⁰. O conceito de cultura é tomado em sentido amplo, passando pelas tradições, festas, organização social, actividades económicas... Este enraizamento da escola na cultura “não configura uma educação localista, mas apenas uma saudável educação local”⁵¹¹. Na verdade, aquele é o meio em que os alunos vivem, sendo vantajoso que comecem por compreender toda a realidade que faz parte das suas vivências. O conhecimento do mundo começa no seu lugar, sendo certo que é tão universal como em qualquer outro lugar. Aliás, também não parece possível conhecer outras realidades sem que, primeiro, se conheça bem o que está mais próximo, o que lhes pertence. Desta forma, os âmbitos do conhecimento e da

⁵¹⁰ PATRÍCIO, Manuel (1995), *Educação e meios rurais*, in *Educação e Meios Rurais, Problemas e Caminhos do Desenvolvimento – Actas do Seminário do Conselho Nacional de Educação* realizado em 19 de Junho de 1995, Évora, p. 44.

⁵¹¹ *Ibidem*.

educação vão-se alargando: “o local é um âmbito, o regional é um âmbito, o nacional é um âmbito, o universal é o âmbito mais largo a que aspiramos e a que temos acesso e dentro dele é que devem morar harmoniosamente todos os âmbitos particulares e parcelares”⁵¹².

De alguma maneira, os manuais escolares de Ciências Sociais, que se baseiam no respectivo programa, contemplam uma certa abertura para o tratamento das tradições locais, mesmo antes das últimas reformas educativas; veja-se o caso do seguinte conteúdo programático dos “costumbres y tradiciones”, no âmbito do qual os autores afirmavam, em jeito de motivação dos alunos: “es importante que conozcamos las costumbres y tradiciones de nuestra localidad”⁵¹³; eram definidos três objetivos gerais: “1. Introducir al niño en el conocimiento de las tradiciones, fiestas y folklore de su localidad; 2. Hacer que el niño conozca el pasado de su localidad a través de sus costumbres, folklore, leyendas y monumentos; 3. Desarrollar el hábito de participación en las fiestas”⁵¹⁴. Este e outros exemplos mostram que, a pesar de muitas limitações que existiam e que hoje estarão já ultrapassadas, é possível a abordagem dos temas da cultura local, tanto na área das Ciências Sociais como em outras áreas disciplinares.

A educação cultural enraíza-se, portanto, nos valores culturais das comunidades, no respeito pelo seu mundo, pelo seu trabalho, pelas suas diversões, enfim, pela sua vida. A escola deve orientar-se pelo princípio da “pluridimensionalidade, traduzida por um ensino flexível que respeite as características específicas dos educandos e do meio”⁵¹⁵ em que está inserida. Por isso, cultura e tradições, música e dança, história local, modos de falar, quando enquadrados numa formação mais vasta, contribuem para a construção de uma escola cultural.

⁵¹² *Idem*: 45.

⁵¹³ ESCOLANO BENITO, Agustín e outros (1987), *Ciencias Sociales – 3*, Editorial Vicens-Vives, Barcelona, p. 94.

⁵¹⁴ ESCOLANO BENITO, Agustín e outros (1987), *Ciencias Sociales – Guia – 3*, Editorial Vicens-Vives, Barcelona, p. 94.

⁵¹⁵ MANIQUE, António Pedro e PROENÇA, Maria Cândida (1994), *Didáctica da História – Património e História Local*, Texto Editora, Lisboa, p. 8.

Capítulo VII. A HISTÓRIA LOCAL

1. Os factos da história local

Neste subcapítulo da história local, pretendemos fazer uma análise do grau de conhecimento que os alunos possuem sobre os factos históricos que, de alguma maneira, estão relacionados com as cidades e as localidades em que as suas escolas estão sediadas; estendendo gradualmente o espaço geográfico, incluem-se também no âmbito da história local os factos relacionados com o *ayuntamiento/freguesia*, comarca/concelho, província/distrito e região/comunidade autónoma. Implicitamente e mediante a indicação que forem fazendo desses factos, será possível determinar se a sua abordagem foi feita no âmbito das actividades lectivas, o grau de profundidade com que foi feito, relevância que lhes foi dada e a importância que tiveram para a formação dos agrupamentos populacionais, tais quais hoje existem, as divisões administrativas de que fazem parte.

O interesse deste capítulo estende-se também à memória histórica colectiva das comunidades, já que alguns desses conhecimentos poderão ter sido obtidos fora da escola, nas famílias, nas associações culturais locais e nos movimentos juvenis a que, eventualmente, pertencem. Estas fontes não devem ser menosprezadas, já que “la memoria histórica puede tener un excelente desarrollo en la enseñanza ya que puede permitir al alumnado obtener información directa sobre muchos aspectos de la historia”⁵¹⁶, desde a antiguidade até ao presente. O questionário acaba por “indagar la memoria personal sobre los hechos sociales, políticos”⁵¹⁷, históricos e culturais de carácter colectivo; os alunos, de uma forma natural e espontânea, poderão ter beneficiado do recurso de “las fuentes orales” e, assim, construir a sua “memoria histórica que permite presentar los contenidos históricos como un estudio vivo del pasado”⁵¹⁸, desde a história familiar à colectiva. A memória de um povo pertence-lhe: “ela não pode ter consistência, realidade, sem o sentimento de pertença ao grupo, sem comunicação entre os seus membros, nem fora do tempo presente que, através

⁵¹⁶ PAGÈS, Juan (2008), *El lugar de la memoria en la enseñanza de la historia*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 55, año XIII, enero 2008, Ed. Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 50.

⁵¹⁷ *Ibidem*.

⁵¹⁸ *Idem*: 51.

da palavra ou do símbolo, torna esse tempo significante”⁵¹⁹; por isso, também a oralidade desempenha uma função importante na aquisição dos conhecimentos históricos locais; a simbologia contida nas celebrações tradicionais acaba por conferir sentido à transmissão destes saberes de uma a outra geração, integrando a História e as tradições na identidade dos povos. Assim, “a história local pode ter um papel decisivo na construção de memórias [...]; por outro lado, é mais fácil a identificação, que ajuda a construir uma identidade”⁵²⁰; a aplicação destes princípios é viável, como se pode detectar nos manuais de Geografia e História (que os alunos estudam nas áreas disciplinares das Ciências sociais) nos quais se valoriza a acção das populações anónimas: “los verdaderos protagonistas de la Historia no son los grandes personajes, sino todos los hombres y mujeres que integran la sociedad, pues son los que con su comportamiento y actitudes, día a día, la hacen evolucionar”⁵²¹; é nestes pressupostos de valorização da história, da cultura e das tradições locais que o presente trabalho se fundamenta.

Os diferentes povos que foram ocupando essas terras, ao longo dos séculos, vão ser referidos diferentemente pelos alunos; uns indicá-los-ão pelos factos históricos que mencionam, outros pelas lendas, outros ainda pelos acidentes naturais... Mais raramente, alguns referir-se-ão à importância que tiveram na formação e no desenvolvimento económico, social, cultural dessas povoações.

Surgirão personagens históricos, de nível nacional, regional ou local; poderão ser reis, nobres, membros do clero, heróis, poetas, escritores, artistas, santos... Personagens da História ou figuras lendárias ou literárias. Em todo o caso, são sempre referências importantes para que se possa compreender a abordagem que se faz ou não da história local nas nossas escolas.

As referências à história dos monumentos, de alguma maneira, abordam a história das localidades onde foram edificados, as suas finalidades, o ambiente da época, as lendas que se foram criando à sua volta; constituem um dado significativo para a história local.

Os documentos oficiais relacionados com as terras, nomeadamente as cartas de foral, concedidas sobretudo pelos reis, contêm também dados importantes sobre a história das povoações, os seus privilégios, as actividades económicas, o tipo de impostos que eram exigidos aos seus moradores, a organização administrativa, os senhores nobres que as possuíam e a importância que haviam tido ao longo das diferentes épocas da História.

⁵¹⁹ SIMÕES ALVES, Vítor Fernando (1991), *História (I)memória – Algumas reflexões sobre a História e o seu ensino*, in *Benquerença – Revista do Instituto Politécnico de Bragança*, nº 1, Fevereiro de 1991, Bragança, p. 28.

⁵²⁰ MANIQUE e PROENÇA, *Op. Cit.*: 25.

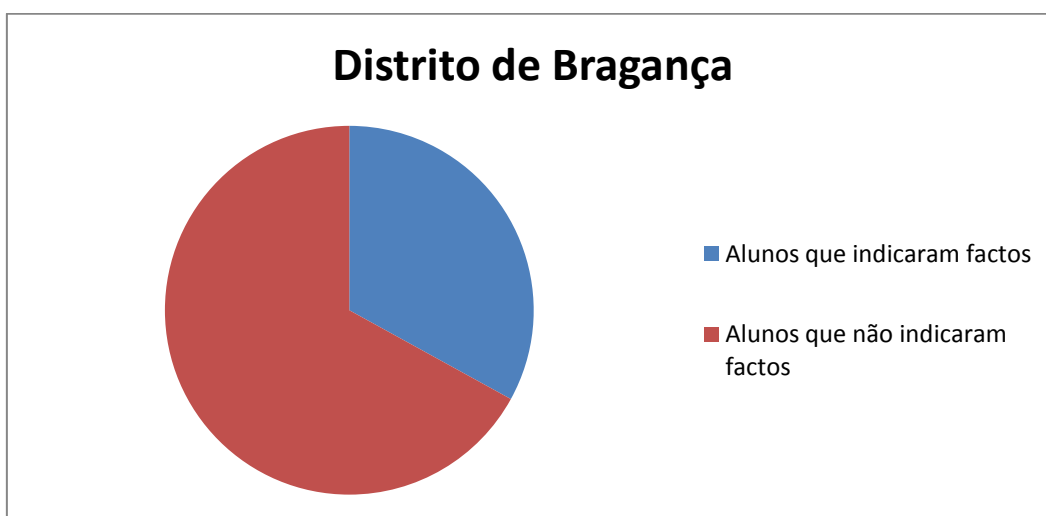
⁵²¹ CASELLAS, A., COROMINAS, G. y CUCURELLA, S. (1996), *Geografía e Historia, ESO 1*, Editorial Casals, Barcelona, p. 143.

Também o papel das populações em geral acabará por ser, directa ou indirectamente, mencionado como participante em factos de maior ou menor relevância histórica e também ele constitui um elemento importante para o conhecimento da história local.

Nesta primeira questão do capítulo da história local, solicitámos aos alunos que escrevessem “el nombre de los hechos históricos relacionados con tu localidad de los que has oído hablar o que hayas estudiado en el colegio, o de los que tengas conocimiento de cualquier outra forma”⁵²². Fundamentalmente, são consideradas duas formas de aquisição do conhecimento dos factos históricos locais: o primeiro, e mais significativo para o presente estudo, é a escola e o conjunto de todas as actividades em que os alunos se envolvem; o outro compreende os meios de comunicação social, as suas novas tecnologias, as leituras, os eventos comemorativos, as festas relacionadas com a história... As respostas dadas à questão não permitem distinguir estas duas formas, nem isso se reveste de especial importância.

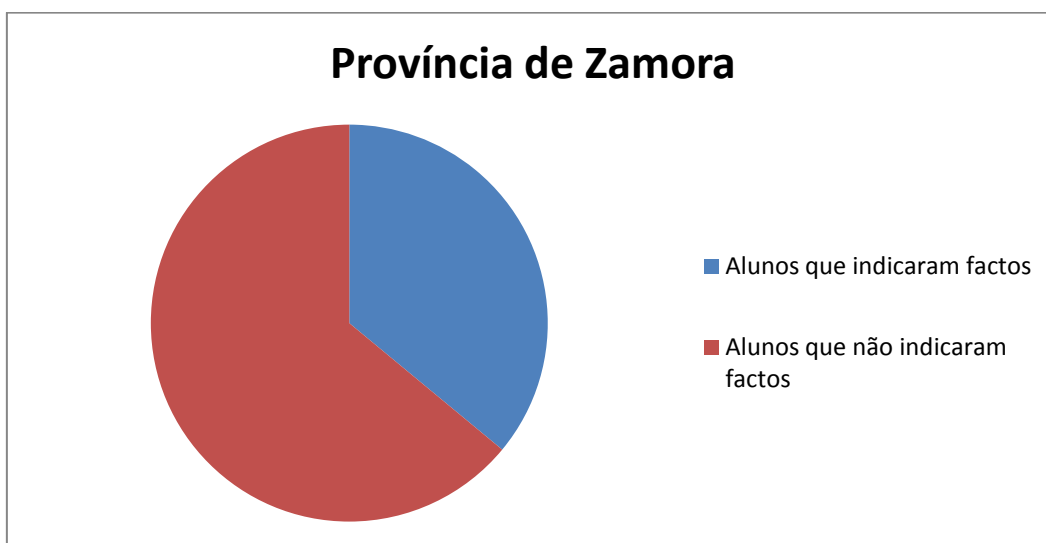
Gráfico nº 7

Alunos que indicaram factos históricos locais



⁵²² “Cuestionario para los alumnos”, IV.1.

Gráfico nº 8



Quadro nº 46 - Alunos com referências à história local

Quadro-síntese por sexos

Tradições	Bragança		Zamora	
	Rapazes	Meninas	Rapazes	Meninas
	381 = 49%	390 = 51%	212 = 52%	194 = 48%
1. Alunos que indicaram factos da história local.	118 31%	137 35%	73 34%	75 39%
2. Alunos que não indicaram factos da história local	263 69%	253 65%	139 66%	119 61%

Os dados revelados nos gráficos e no quadro supra inseridos podem assim resumir-se:

- os resultados, em geral, são idênticos em ambas as regiões;
- aproximadamente, um terço dos alunos indicou “factos históricos”,
- distribuídos pelas categorias acima expostas;
- identicamente, dois terços deles não enunciaram qualquer facto da sua localidade, concelho, região...
- tanto numa como na outra região, no conjunto dos alunos que escreveram factos, as meninas estão em maior número;
- consequentemente, o contrário também se verifica em relação ao conjunto dos que não expressaram factos.

Quadro nº 47 - Listagem dos factos da história local - Distrito de Bragança

Alunos das escolas de Bragança

Factos históricos	Nº. de referências	%
Lenda da Torre da Princesa	42	
História do Castelo	31	
Domus Municipalis	30	
História do Pelourinho	22	
Carta de Foral de Bragança	12	
Zona Histórica da cidade	8	
Participação de soldados na 1ª Guerra Mundial	6	
Tratado de Zamora	6	
Casamento de D. Inês de Castro com D. Pedro I	4	
Lenda do Poço do Rei	4	
Gravuras rupestres de Foz-Côa	3	
Lutas das populações contra as invasões napoleónicas	3	
Tratado de Alcañices	2	
Guerra do Mirandum	2	
Total de alunos que referiram	78	
Total de factos referidos	175	

O facto da história local da cidade de Bragança mais mencionado não chega a ser um “facto histórico”. É simplesmente uma lenda.

Este trecho da literatura oral bragançana e portuguesa, intitulado de várias formas, lenda da Torre da Princesa, lenda do Castelo de Bragança... é o mais conhecido de todos os que se referem à zona histórica medieval da cidade. Sendo contada, pela via oral, desde há muitos séculos, acabou por se ir adulterando, acabando por adquirir diferentes versões; à semelhança de todas as demais, também esta foi recolhida directamente da boca do povo e sistematizada “o melhor possível dentro do avanço então alcançado [finais do séc. XIX e princípios do séc. XX] pela ciência etnográfica”⁵²³. É assim que aparecem agora várias lendas escritas, tendo como protagonista a mesma princesa, como personagens secundários, o nobre braganção e o cavaleiro pobre e como local da acção a mesma torre, mas com tramas e desenlaces finais diferenciados uns dos outros⁵²⁴. A lenda aparece inserida em várias colectâneas, que foram

⁵²³ FRAZÃO, Fernanda (1988), *Lendas Portuguesas*, Ed. Multilar, Lisboa, p. 8.

⁵²⁴ FRAZÃO, Fernanda (1988), *A Lenda do Castelo de Bragança*, in *Lendas Portuguesas*, Ed. Multilar, Lisboa, pp. 139-145.

organizadas e escritas por autores consagrados, sendo as mais conhecidas as de Adolfo Coelho (*Contos Populares Portugueses*, 1897), Teófilo Braga (*Contos Tradicionais do Povo Português*, 1883) e Consiglieri Pedroso (*Contos Populares Portugueses*, 1910).

É sabido, por experiência pessoal, que esta lenda, nas suas diversas versões, tem sido um recurso pedagógico a que os professores das escolas de Bragança lançam mão, nas disciplinas de História, Língua Portuguesa e Área de Projecto. Assim se compreende que tenha sido o “facto histórico” mais referido pelos alunos destas escolas. Contudo, ao apresentá-lo ou sugeri-lo para a sua abordagem, os professores têm o cuidado de o classificar na categoria que lhe pertence, de lenda ou conto tradicional, e não na condição de facto histórico. Ao responder ao questionário, os alunos foram levados a indicá-lo, provavelmente, por ter sido o primeiro e mais notório que lhes ocorreu à mente.

Relacionada ainda com outro lugar da Cidadela, aparece referida a lenda do Poço do Rei, embora com um índice muito menor (4 alunos). Este “poço” é um túnel subterrâneo, assinalado por um torreão que o protege. Em torno deste local inacessível e, portanto, envolto em mistério, o povo criou uma lenda. A ela se referem estes alunos que a terão estudado no âmbito de alguma actividade escolar.

A indicação do castelo, da *Domus Municipalis* e do pelourinho é perfeitamente compreensível se pensarmos que se trata dos três monumentos de maior notoriedade da zona histórica de Bragança. São estudados nas aulas de História e, por isso, qualquer aluno tem essa noção bem desenvolvida.

O projecto da construção do castelo data do reinado de D. João I, em finais do século XIV; “a sua construção decorreu entre 1409 e 1449”⁵²⁵. Esta estrutura defensiva é constituída pela torre de menagem, na qual se denota a influência arquitectónica inglesa, cercada por uma muralha defensiva “em forma de quadrilátero irregular, robustecida por cubos e tambores semicirculares abobadados a tijolo”⁵²⁶. No interior desta cintura podemos ver ainda hoje a famosa torre da Princesa e alguns restos do que foi a alcáçova, o palácio do alcaide ou governador da cidade, de que a torre fazia parte. Aqui se localiza o espaço em torno do qual o povo foi criando lendas carregadas de dramas e romances. “O castelo é um dos melhores e mais perfeitos monumentos lusos da arte guerreira medieval e a sua torre de menagem é, talvez, a mais elegante e bela do país”⁵²⁷. Actualmente aloja o Museu Militar e encontra-se em perfeito estado de conservação.

O topónimo latino *Domus Municipalis* foi atribuído a este edifício em virtude das funções que desempenhou na Idade Média, isto é, a casa de reuniões dos

⁵²⁵ JACOB, Op. Cit.: 72.

⁵²⁶ *Ibidem*.

⁵²⁷ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4: 1040.

chamados homens-bons, os cidadãos mais influentes que, em assembleia, tomavam as decisões relacionadas com a gestão do município.

A Domus é um raro exemplar da arquitectura românica civil; construída em “fins do século XII, princípios do XIII – é o resultado do empenho e do “carinho” que os habitantes do burgo medieval puseram no fabrico do seu Paço Municipal”⁵²⁸, refere José Monteiro, citando Manuel Monteiro, no seu artigo *Bragança*, em *A Arte e a Natureza em Portugal*. Contudo, João Jacob, em sintonia com José Monteiro, defende a bifuncionalidade do edifício: “de um lado uma estrutura de armazenamento de água (cisterna e sistema de recolha das águas pluviais) e, por cima desta, um piso para os trabalhos do conselho municipal e três aberturas de acesso à cisterna”⁵²⁹. A actual denominação “Domus Municipalis” é relativamente recente, dos finais do século XIX⁵³⁰; a designação primitiva tinha mais a ver com as funções de armazenamento de água, “paço da cisterna” ou “casa da água” e aparece referida num documento régio de 1387, citado pelo Padre Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal)⁵³¹.

Considerado o único monumento com esta arquitectura e estas finalidades em Portugal, é referido em vários manuais de História das escolas dos segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico e do secundário, com a fotografia e a legenda, por exemplo, do seguinte teor: “*Domus Municipalis* de Bragança, a assembleia de homens-bons reunia-se na *Domus Municipalis*”⁵³². O monumento acaba por se transformar num símbolo do municipalismo medieval e, de certa forma, ilustra a importância que este sistema organizativo assumiu na Época Medieval.

Assim, os alunos, ao referenciar o monumento como um facto da história local, estão, implicitamente a expressar a importância que Bragança deteve no sistema organizativo municipal dessa época, com a criação do concelho e, por conseguinte, adquirindo uma certa autonomia perante o poder feudal. Desta forma, não poderemos deixar de considerar a indicação deste monumento como uma referência a um facto histórico – um período pujante da história da cidade e da região.

O mesmo poderemos afirmar, *mutatis mutandis*, em relação à indicação do pelourinho como um facto histórico. Este monumento é constituído por uma coluna cilíndrica de granito encastrada sobre o lombo de um porco, “resultando num conjunto algo anacrónico mas simbolicamente significativo na sua síntese: por sobre as origens pré-históricas constrói-se o registo medieval”⁵³³; a encimar o conjunto está o capitel,

⁵²⁸ MONTEIRO, José Rodrigues (1982), *Em torno da Domus Municipalis*, in *Brigantia*, vol. II, nº. 1, Jan./Março, 82, Bragança, p. 26.

⁵²⁹ JACOB, *Op. Cit.*: 74.

⁵³⁰ *Idem*: 75.

⁵³¹ ALVES, *Op. Cit.*: tomo III, pag. 140.

⁵³² OLIVEIRA, Ana Rodrigues (2004), *História e Geografia de Portugal*, 5º ano, 2º vol., Texto Editora, Lisboa, p. 25.

⁵³³ JACOB, *Op. Cit.*: 78.

em forma de cruz, com figuras zoomórficas, com esculturas de cenas da época, por todos os lados, e com as armas da cidade.

O pelourinho é o símbolo do concelho por excelência, na acepção medieval de concelho (foto 58). Todas as povoações medievais que possuíam o estatuto de vila ou sede de concelho, concedido pela carta de foral, eram dotadas deste elemento simbólico. Compreendem-se, assim, as várias referências dos alunos ao pelourinho de Bragança. As suas funções são estudadas nas aulas de História. A título de exemplo, citamos uma legenda de uma fotografia inserida num manual desta disciplina: “No pelourinho eram anunciadas as decisões tomadas pelos seus habitantes e castigados aqueles que as não cumpriam”⁵³⁴. Sendo um local de castigo para os infractores à lei, não era onde se executavam os condenados à forca; a sua estrutura não permitia que isso pudesse aí ser feito.

A concessão da carta de foral é, sem dúvida, um facto histórico da maior importância na história de uma povoação, seja aldeia, vila ou cidade. Era mesmo este documento pelo qual o rei (ou um nobre) concedia um determinado estatuto a uma povoação, os direitos e os deveres dos seus moradores. O conceito de foral vem definido na Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira como “carta de lei que os monarcas davam às terras conquistadas, àquelas que fundavam ou que se desenvolviam, e que regularizava a forma de se administrar, de lançar tributos e estabelecer quaisquer outros privilégios”⁵³⁵. De facto, os historiadores concedem a maior relevância a este tipo de documentos: “O foral dá forma jurídica a uma organização municipal que cresceu no ambiente da Reconquista Cristã. São verdadeiros códigos em que não só se definem os encargos tributários dos concelhos, mas também os seus direitos. Nem sempre eles criaram os concelhos, porque nalguns casos estes já preexistiam, mas esclarecem dúvidas, dirimem pleitos, constituem norma de acção para a jurisprudência medieval”⁵³⁶. É por isso que não se pode compreender a história local do período da Idade Média, a até mesmo na Moderna, sem conhecer esta que é uma das suas fontes mais antigas e fidedignas – as cartas de foral.

Os forais concediam aos concelhos uma autonomia sem precedentes neste período da baixa Idade Média. Todo o reino estava como que em formação. Os monarcas tinham necessidade de sancionar as formas emergentes de organização local, com a finalidade de os libertarem dessa preocupação e dedicarem-se à tarefa da reconquista. A natureza própria dos concelhos é justamente “a sua capacidade autonómica”. O foral ou o sancionamento régio “resultam muito mais de um pacto

⁵³⁴ AMORIM, Ana e outros (2004) *História e Geografia de Portugal* (compêndio do 5º ano), Lisboa Editora, Lisboa, p. 104.

⁵³⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 11, pag. 608.

⁵³⁶ MOURINHO, António Rodrigues (1981), *O Foral de Miranda do Douro*, in *Brigantia*, vol. 1, nº 3, Out./Dez.81, Bragança, p. 125.

entre a autoridade superior e a comunidade local para uma delimitação dos respectivos direitos do que de uma decisão unilateral do soberano”⁵³⁷. Por outras palavras, a autonomia dos concelhos permitia a sua intervenção na elaboração dos próprios “artigos” do documento.

A primeira carta de foral de Bragança foi concedida pelo rei D. Sancho I em Junho de 1187. Foi a primeira a ser atribuída a uma vila em toda a província de Trás-os-Montes⁵³⁸. É a este documento que os alunos se referem, por ser o primeiro e o mais estudado nas escolas da cidade e o que institucionaliza a vila de Bragança como sede de um concelho. As cartas que se seguiram acabam por ampliar os privilégios, procurando “reforçar a sua funcionalidade castrense, o que explica a utilização periódica de legislação com impacte demográfico-económico, bem visível logo no primeiro foral”⁵³⁹. Esta legislação contempla, por exemplo, a criação de feiras, importantes para o desenvolvimento económico, e a concessão de perdões aos condenados que aqui se quisessem instalar, os homiziados, como forma de provocar o aumento demográfico do concelho.

Apesar da importância do documento e do facto histórico que lhe está associado, o número de alunos que o referiram é baixo (consulte-se o quadro supra, nº 38), o que prova que o ensino da história local nas nossas escolas é escasso e deficitário. Os docentes, absorvidos pelos grandes acontecimentos nacionais que marcaram a evolução histórica do País, para os quais todo o tempo é pouco, como que se “esqueceram” de dedicar algum desse tempo ao estudo de factos muito importantes para o desenvolvimento da cidade, do concelho...

A carta de foro de elevação a cidade vem a ser concedida ainda no período medieval, em 1464, pelo rei D. Afonso V. Contudo, nenhum aluno refere este documento nem o facto histórico por ele gerado, apesar de ter sido da maior importância para a cidade, o que reforça a ideia do “esquecimento” ou da falta de tempo para o estudo da história local. Muitos outros factos, de maior ou menor relevância, poderiam ter sido indicados pelos alunos e também não o foram.

A carta de foral concedida pelo rei D. Manuel I em 1514, reforçando os privilégios dos moradores, a fim de fazer face ao despovoamento da província. O documento original, denominado “Foral Manuelino de Bragança”, encontra-se no Museu do Abade de Baçal da cidade.

Há um facto histórico discutível referido por quatro alunos: o casamento secreto de D. Inês de Castro com o príncipe que viria a ser o rei D. Pedro I. Existe um documento na Biblioteca Nacional de Lisboa, *Descrição Topográfica da Cidade de*

⁵³⁷ MATTOSO, José (1993), *História de Portugal*, 2º vol., Círculo de Leitores, Lisboa, p. 216.

⁵³⁸ JACOB, *Op. Cit.*: 17.

⁵³⁹ *Idem*: 17.

Bragança, citado por Jacob⁵⁴⁰, onde consta que na igreja de São Vicente casou clandestinamente D. Pedro com Inês de Castro, sendo celebrante D. Gil, que viria a ser bispo da Guarda. Sendo autêntico ou não, o que interessa reter é que o facto tenha sido referido nas aulas de História de Portugal, uma vez que estes quatro alunos dele se lembraram.

A participação dos soldados portugueses na Primeira Guerra Mundial é recordada num monumento da cidade, erigido em homenagem aos mortos do distrito. Pela associação do monumento ao facto, ou vice-versa, se poderá explicar que seis alunos tenham referido o facto que, por outro lado, também foi estudado durante as aulas: “a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial teve consequências muito negativas, não só pelas numerosas baixas sofridas (em mortos e feridos), como ainda pelo descontentamento das famílias que viam partir maridos e filhos sem saber se voltavam”⁵⁴¹. Muitos não voltaram e, por isso, ali está o monumento a recordar o facto que alguns alunos, poucos, lembraram ao responder a esta questão.

A luta da população de Bragança contra os invasores franceses é referida por três alunos. O facto está representado num painel de azulejos, colocado ao lado da porta principal da mesma igreja de São Vicente. A visualização frequente desta imagem não terá sido alheia à indicação do facto, até porque, talvez por isso, o tema terá sido discutido nas aulas de História. Posso fazer esta afirmação pela minha própria experiência, enquanto docente desta disciplina.

O Tratado de Zamora não é um facto da história local, mas sim, nacional. “No Tratado de Zamora, assinado em 5 de Outubro de 1143, Afonso VII reconhece a independência ao Condado Portucalense, que passou então a chamar-se Reino de Portugal e a ter D. Afonso Henriques como seu primeiro rei”⁵⁴². É por estas palavras, ou por outras com o mesmo significado, que os alunos aprendem a situar no tempo e no espaço a independência de Portugal. Sendo assim, deveriam eles compreender que se trata de um facto histórico da maior importância para o País e não apenas para a cidade de Bragança. Por que terão eles, estes seis alunos de Bragança, tomado este facto como sendo mais pertença sua do que os restantes? Citemos o historiador Freitas do Amaral: “A paz [entre Afonso VII e Afonso Henriques, seu primo e conde de Portugal] que ficara prometida, nas suas linhas gerais, em Valdevez, em Setembro de 1141, veio a ser formalmente negociada e concluída em Zamora – cidade leonesa, próxima de Bragança -, em 4 e 5 de Outubro de 1143”⁵⁴³. A proximidade geográfica das

⁵⁴⁰ *Idem*: 89.

⁵⁴¹ NEVES, Pedro Almiro e outros (2004), *História e Geografia de Portugal*, Manual do 6º ano, Porto Editora, Porto, p. 90.

⁵⁴² COSTA, Fátima e MARQUES, António (2004), *História e Geografia de Portugal*, 5º ano, Porto Editora, Porto, p. 67.

⁵⁴³ AMARAL, *Op. Cit.*: 94.

duas cidades levou estes poucos alunos a considerar este facto importante também para a história local de Bragança.

O último facto da história local que me merece atenção, apesar de ter sido referido apenas por dois alunos, é o Tratado de Alcañices. É apresentado aos alunos como um exemplo a seguir na resolução de diferendos entre dois reinos: a via pacífica e diplomática em vez da guerra. Neste caso, tratava-se de definição das fronteiras, o que, em Alcañices, foi conseguido. “El 12 de septiembre de 1297 Castilla y Portugal firmaron en la villa zamorana de Alcañices el más importante tratado de su historia, mediante el cual quedaban establecidos los límites fronterizos entre ambas naciones”⁵⁴⁴. Uma vez mais, os alunos tomaram este facto histórico de âmbito nacional tanto para Espanha como para Portugal, como um facto da história da sua cidade. Talvez pelos mesmos motivos: a proximidade geográfica, ainda maior do que em relação a Zamora, entre Alcañices e Bragança; e também as considerações favoráveis que sobre ele se fazem nas actividades lectivas.

Quadro nº. 48

Factos Históricos - Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de Macedo de Cavaleiros

Factos históricos	Nº. de referências	%
História de Macedo de Cavaleiros (lenda)	29	
História de Chacim	2	
A pedra grande do Azibo	2	
A ponte românica de Vale da Porca	1	
Lenda de Ala	1	
Lenda da capela da Casa Grande	1	
Lenda do Cabeço da Paixão	1	
Nunca ouvi falar. Não sei.	2	
Total de alunos que referiram	34	
Total de factos referidos	37	

O maior número de referências a factos históricos locais por parte dos alunos de Macedo de Cavaleiros incide sobre a origem desta povoação, que hoje é uma cidade do distrito de Bragança. Referem a lenda dos “Cavaleiros da Maça” ou “Maça, Maça, Macedo, a grande luta dos cavaleiros”, da qual teria surgido o topónimo Macedo de Cavaleiros. Contudo, de acordo com o quadro supra, exceptuando a ponte

⁵⁴⁴ MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Manuel (1997), *Olivenza y el Tratado de Alcañices*, Ed. Ayuntamiento de Olivenza, p. 9.

românica de Vale da Porca, que é um monumento, nenhum deles refere um só facto histórico relacionado com a cidade ou com o concelho.

A lenda dos Cavaleiros

Estaríamos, pois, nos primeiros tempos da nossa nacionalidade. Eram muito frequentes, nessa altura, as lutas que Portugal recém-nascido travava com os numerosos inimigos que queriam impedir a todo o custo que o nosso jovem país alargasse as fronteiras, tornando realidade os seus sonhos de poderio.

Habitavam nessa época, num lugar hoje denominado Santa Catarina, escondido entre altas serras e vales tortuosos e radiantes, num cantinho de Trás-os-Montes, dois cavaleiros fidalgos de nobre estirpe, que em todas as lutas e pelejas viam a intrepidez recompensada pela vitória. Brandindo as suas pesadas maças de ferro, eriçadas de picos, que manejavam como leve haste cortada pelo vento, poderíamos encontrá-los ponde sempre ao serviço das causas nobres e justas, os braços decididos e o seu valor inigualável.

Quis o destino que, certo dia, o nosso rei travasse com o inimigo uma sangrenta batalha. De ambos os lados havia bravura e decisão e, apesar do ardor com que os portugueses se entregavam à luta, esta começou a mostrar-se favorável aos adversários. O único caminho a seguir parecia ser a retirada mas, repentinamente, apareceram os dois cavaleiros que, com gritos de incitamento à gente lusitana, abriram caminho por entre as fileiras cerradas dos inimigos. As perigosas maças que empunhavam causavam o terror dos que, havia pouco, se julgavam vitoriosos e até o próprio rei, contagiado pela audácia, erguia acima do clamor da peleja gritos entusiastas: - "Maça! Macedo! Maça! Macedo!".

A bandeira portuguesa cobriu-se, mais uma vez, com louros da vitória e no peito dos dois cavaleiros da maça teve origem o nome de Macedo de Cavaleiros.

Lídia Cardoso

Como qualquer lenda, também esta pode assumir diversas versões, um pouco ao gosto de quem a redige. Muitos alunos terão escrito também cada qual a sua

versão, como mero exercício de composição escrita e com muito recurso à sua imaginação. Por isso, se compreende que seja conhecida de todos e que tenha sido mencionada no questionário por muitos deles, sem que tenham distinguido claramente o conceito de facto histórico e de lenda.

Quadro nº. 49

Factos históricos - Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de Mogadouro

Factos históricos	Nº. de referências	%
Carta de foral concedida a Mogadouro	10	
Azinhoso foi concelho no passado	3	
Os Távoras possuíam no concelho grandes propriedades	3	
Trindade Coelho, escritor, é natural de Mogadouro	2	
Tratado de Zamora	2	
História do castelo	2	
Pelourinho, convento e igreja	1	
Total de alunos que referiram	20	
Total de factos referidos	23	

É interessante notar que todos os factos, referidos pelos alunos de Mogadouro, são históricos. Desde logo, podemos deduzir que eles distinguem claramente o que é histórico do que é lenda.

Sem dúvida, o mais referido, a carta de foral, embora em número reduzido, é da maior importância para a história da vila e do seu concelho, como qualquer foral em relação à povoação a que é concedido. Mogadouro “é povoação muito antiga, que já existia com certo relevo nos primeiros tempos da monarquia. D. Afonso III concedeu-lhe foral, em Santarém, a 27-XII-1272; o mesmo monarca concedeu-lhe outro foral ou substituiu o anterior em 18-XII-1273”⁵⁴⁵. A substituição do primeiro documento, apenas um ano após a sua concessão, mostra que o rei, não satisfeito com os privilégios atribuídos aos habitantes deste concelho, os quis reforçar; trata-se de uma medida que visava aumentar o povoamento desta região periférica e afastada do poder central e, conseqüentemente, a criação de uma praça forte nesta linha de fronteira.

⁵⁴⁵ Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, vol. 17: 508.

No território que actualmente integra o concelho de Mogadouro, foi criado, no século XIV, um outro concelho em Azinhoso. O facto é referido apenas por três alunos, provavelmente por serem oriundos desta freguesia e para expressarem a importância que a sua terra teve no passado. De facto, “Azinhoso foi vila e sede de concelho. D. João I deu-lhe, em 15 de Maio de 1386, o seu primeiro foral e D. Manuel I concedeu-lhe foral novo, em 1520. Como prova da importância desta terra, Martim Soeiro de Ataíde fundou, em 1647, uma Misericórdia e um Hospital. Ao Azinhoso vinham muitos peregrinos; por aqui passavam os caminhos de Santiago. A provar esta afirmação, está o facto da existência de uma fiada de colunas à volta da igreja, que denunciam a antiga existência de um alpendre, e a decoração da cachorrada, com vieiras e cabaças, relacionadas com os peregrinos”⁵⁴⁶.

Os Távoras, nobres poderosos dos séculos XVII e XVIII, “possuíam no concelho grandes propriedades”, conforme referem três alunos. “Os Távoras habitaram a alcáçova do seu castelo de Mogadouro e deixaram obra notável neste concelho”⁵⁴⁷, nomeadamente, a construção de várias pontes, estradas (vias de ligação aos concelhos vizinhos), conventos e igrejas. A referência, por parte dos alunos, a esta família da nobreza de Mogadouro (e de outras partes do País) revela que este tema terá sido abordado nas aulas de História, embora pouco por ser de um índice escasso, dada a sua importância para a vila e o concelho.

Trindade Coelho foi um ilustre escritor transmontano dos finais do século XIX e princípios do XX. “Nasceu em Mogadouro (1861) e morreu em Lisboa (1908). Formou-se em Direito, pela Universidade de Coimbra e foi Delegado do Procurador Régio. Desde muito novo se dedicou às letras, e foi um grande defensor da educação e instrução populares”⁵⁴⁸. Sendo Trindade Coelho uma figura ilustre de Mogadouro, merecia mais referências por parte dos alunos desta terra; na verdade, foram apenas duas, o que é pouco significativo, no tocante ao conhecimento da história local.

O castelo é uma edificação do século XII; “foi doado aos Templários [...]; D. Dinis doou este castelo à Ordem do Templo e, posteriormente, provavelmente no século XV, passou a ser dos Távoras. O declínio da sua função defensiva e o extermínio dos Távoras, condenaram o castelo à ruína”⁵⁴⁹. O pelourinho, símbolo do poder municipal atribuído à vila e ao concelho, e a igreja matriz situam-se nas imediações do que resta da alcáçova e da torre de menagem; é, portanto, um conjunto arquitectónico próprio da Idade Média referido insuficientemente pelos alunos, se considerarmos toda a importância histórica de que se reveste.

⁵⁴⁶ CASTRO, António Pimenta de (2003), *Mogadouro*, in *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Editora Cidade Berço, Guimarães, p. 370.

⁵⁴⁷ *Idem*: 360.

⁵⁴⁸ *Idem*: 368.

⁵⁴⁹ *Idem*: 365.

Quadro nº. 50

Factos históricos - Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de Miranda do Douro

Factos históricos	Nº. de referências	%
A história da capa de honras	14	
A construção do castelo	10	
A lenda do menino Jesus da Cartolinha	9	
Malhadas foi ocupada pelos Franceses durante as invasões.	4	
Elevação de Miranda a cidade, em 1508	3	
A construção da catedral	3	
Gravuras rupestres e monumentos pré-históricos	2	
Os Zoelas habitaram esta região	1	
Malhadas foi vila no passado	1	
Zona histórica da cidade	1	
A guerra com Espanha	1	
A lenda do afogamento da imagem de um santo em Palaçoulo	1	
A lenda do poço	1	
Total de alunos que referiram	38	
Total de factos referidos	51	

Os mais elevados índices de referências dos alunos da Escola do 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Secundário de Miranda do Douro são para um elemento da cultura popular deste concelho: a capa de honras. Trata-se de uma peça do seu vestuário tradicional, destinada a proteger estes homens dos rigores do Inverno, confeccionada artesanalmente com as matérias-primas locais, a lã e o linho, com muitos trabalhados, o que lhe confere inigualável beleza e dignidade. “Deve ter origem na capa de asperges gótica, de raiz medieval de algum mosteiro leonês. É parecida com a capa de burel de Aliste mas mais rica e mais solene”⁵⁵⁰. Têm razão os alunos que a referem como elemento da história local; de facto, esta peça que, na sua longínqua origem medieval, se destinava a proteger os pastores das intempéries invernais, é ostentada hoje pelos homens ilustres e pelas autoridades nos momentos festivos e solenes da vida municipal. Por outras palavras, trata-se de um autêntico documento

⁵⁵⁰ RAPOSO, Domingos, BERNARDO, Hermínio e MOURINHO, António Rodrigues (2003), *Miranda do Douro*, in *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Editora Cidade Berço, Guimarães, p. 288.

histórico onde se pode ler a vida deste povo, no seu trabalho, na sua cultura, na sua organização social.

O castelo é outro monumento fundamental da história de Miranda do Douro. Foi mandado pelo rei D. Dinis, juntamente com a cerca, tornando-a no maior espaço amuralhado de Trás-os-Montes⁵⁵¹. Dele pouco resta, mas toda a zona histórica da cidade constitui, por assim dizer, um livro aberto sobre o período medieval: “Miranda é muito interessante pelo aspecto medieval das suas fortificações, constantes de fortes muralhas com portas ogivais; pelas suas casas de habitação, muitas ainda medievais, com janelas de cantos, ladeadas de mísulas, avultando entre elas uma na rua da Costanilha, pornograficamente realista, que, em lubricidade, nada fica a dever ao legado pelos artistas românicos e góticos”⁵⁵².

A lenda do Menino Jesus da Cartolinha é referida como um facto histórico por alguns alunos (nove ao todo). É uma lenda profundamente arraigada no povo mirandês, que entrou já para a história da cidade e, talvez por isso, tenham as crianças e os adolescentes alguma dificuldade em separar estas duas águas: o mito e a realidade. Caro Baroja reconhece esta possibilidade, em certas condições: “Dentro del âmbito cultural en que me muevo, veo constante la tendencia a dar al mito caracteres realistas y a adaptarlo a ciertas condiciones de la vida propia, al mundo circundante limitado”⁵⁵³. O mito aqui está presente, visível, tangível. Venera-se de uma forma singular pela oferta de roupas, calçado e outros adornos, ao gosto de cada devoto; desta maneira, pode-se dizer que cada um vai criando o mito à sua imagem e semelhança.

A lenda

A lenda mais conhecida, a do Menino Jesus da Cartolinha, conta que Miranda se encontrava cercada de tropas espanholas, estando estas na eminência de tomarem as muralhas, muito cobichadas pela sua importância estratégica, quando surgiu, não se sabe de onde, um jovem que ia gritando pelas ruas, incitando à revolta.

A população já se encontrava descrente e sem forças, não podendo oferecer resistência por muito mais tempo (pois o cerco mantinha-se há vários meses), sendo a fome e a sede os principais inimigos. Como por milagre as forças renasceram e após uma dura batalha, os invasores foram expulsos.

A praça de guerra foi salva! Procuraram o menino-prodígio. Queriam homenageá-lo, honrá-lo, mas não o encontraram. Como aparecera, assim

⁵⁵¹ Sítio da internet: www.bragacenet.pt/miranda, em 20-08-2009.

⁵⁵² ALVES, *Op. Cit.*, vol. IX: 471.

⁵⁵³ CARO BAROJA, Julio (1974), *Ritos y Mitos Equívocos*, Ed. Istmo, Madrid, p. 27.

desaparecera. “Foi um milagre de Jesus, do Menino Jesus da Cartolinha” – disse o povo.

Outra lenda conta que havia na cidade um jovem oficial, noivo de uma senhora da corte, com a data de casamento marcada. Na defesa da praça, esse jovem, que teria uma brilhante carreira militar, morre. A noiva fez então a promessa de lhe honrar a memória, oferecendo ao Menino Jesus a farda correspondente à que o seu noivo iria vestir depois da guerra.

Os mirandeses têm tanta fé no seu “Menino” que ainda hoje exclamam em momentos de grande aflição: “Ai, meu Menino! Ai, meu Menino!”.

A figura do Menino Jesus da Cartolinha está na Sé Catedral de Miranda, em altar próprio.

Autor anónimo, in www.cm-mdouro.pt, em 20-08-2009.

Tal como em outros casos, também esta lenda tem inúmeras versões; também os alunos terão sido incentivados a escrever a sua, e assim tem vindo a acontecer, tanto em prosa como em verso; algumas destas versões poéticas foram mesmo musicadas por grupos de jovens e apresentadas publicamente em festivais de música ligeira e tradicional.

Outro facto histórico mencionado foi a ocupação da localidade de Malhadas pelas tropas francesas, durante as invasões napoleónicas de Espanha e Portugal. Duzentos anos passados, o facto mantém-se na memória colectiva deste povo e disso nos dão conta quatro alunos. A referência é significativa pela razão de que este conhecimento não terá sido adquirido nas aulas de História, mas pela voz corrente do povo; podemos fazer esta afirmação partindo da abordagem frequente que as pessoas do povo fazem, sempre que se fala da aldeia de Malhadas. Também os poetas populares fizeram versalhadas sobre o tema, em língua mirandesa e em tom jocoso:

“La eigreija yê un monumiênto

Nesta tiêrra mirandesa,

Adonde ficou sinal

Dua ambason francesa.

De Malhadas cousas buônas

Tamien hai mais a cuntar,

Mas de alguas yê mais próprio

Calhar ou saber falar.

De l que an Malhadas fazírun

Alguns soldados de França

Nun cumpite eiqui cuntar,

Por nun ser buôna lhembrança”⁵⁵⁴.

O último verso aqui citado diz claramente que não é de boa lembrança este facto da história desta localidade. Refere-se o poeta aos atropelos que os soldados franceses praticaram e às atitudes hostis que tomaram para com as populações. É isso o que o povo retém na sua memória colectiva e que transitou oralmente de geração a geração.

Ainda em relação a Malhadas, há a referência de um aluno à categoria de vila que a povoação terá tido no passado. De facto, “é uma povoação muito antiga, parecendo que teve o título de vila, pois D. Sancho I doou a vila de Malhadas a D. Nuno de Samora...”⁵⁵⁵. Seria necessário confirmar esta informação, uma vez que nela se refere “parece” e não se fala em carta de foral. De qualquer maneira, é uma terra com história.

A elevação da vila de Miranda ao estatuto de cidade é mencionada apenas por três alunos. É manifestamente insuficiente, tendo em conta a importância do facto para o desenvolvimento da cidade na sua época de ouro, os séculos XVI e XVII. É nesta época que se constrói a catedral, pelo que, os dois factos estão intimamente associados. Também este é referido apenas por três alunos. “A elevação de Miranda a cidade e sede de diocese, em plena época do Renascimento, é um marco fundamental na evolução no campo económico, social, cultural e religioso. No ano de 1552, lança-se a primeira pedra da obra da catedral que iria demorar quase cinquenta anos a construir”⁵⁵⁶. A criação da diocese de Miranda projecta a cidade para um período de desenvolvimento notável: a construção de moradias para os novos funcionários régios, o paço episcopal para a cúria diocesana, a vinda de pessoas de mais elevado nível cultural, económico... Todo este período de grande prosperidade e o que se seguiu, a partir do século XVIII, de declínio, justificam uma atenção cuidada, sobretudo por parte dos professores de História.

As gravuras rupestres e os monumentos pré-históricos são referidos por dois alunos. De facto, as zonas do Planalto Mirandês e da Meseta Ibérica (Zamora e Salamanca) são ricas em vestígios arqueológicos desta época. “El estudio y publicación

⁵⁵⁴ FERNANDES, José Francisco (1999), *Miranda yê la mie Tiêrra*, 2ª ed., edição do autor, Bragança, p. 116.

⁵⁵⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 16, pág. 17.

⁵⁵⁶ RAPOSO, *Op. Cit.*: 281.

de toda una serie de santuários rupestres prehistóricos, en las provincias de Zamora y Salamanca, despertó el interés por la búsqueda de este tipo de monumentos en el consejo de Miranda do Douro. El hecho de buscarlas no podía ser más lógico, dadas las investigaciones y resultados positivos, en la parte española, y el desierto total que aparecía, en la parte portuguesa, para tal tipo de monumentos. El resultado de la búsqueda, ya prometedor en su origen, no pudo ser más satisfactorio⁵⁵⁷. O resultado foi uma obra, em dois volumes, levada a bom termo por estes três investigadores, Luís Benito del Rey, Marciano Sánchez Rodríguez (professores da Universidade de Salamanca) e Hermínio Augusto Bernardo (professor da Escola Secundária de Miranda do Douro). Na obra fica, assim, bem patente toda a riqueza arqueológica desta região e muito mais; é que, além disso, “combinam-se, nela, amplas pesquisas interdisciplinares, com recurso constante a temáticas das chamadas ‘ciências de fronteira’”⁵⁵⁸, conforme explica Hermínio Bernardo na “Nota Prévia” da obra. O facto de este conjunto de monumentos ser referido apenas por dois alunos é de fácil compreensão; trata-se de uma matéria de elevado carácter de investigação e, portanto, pouco acessível ao nível etário dos alunos do ensino básico e secundário.

Quadro nº. 51

Factos históricos - Escola do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Secundário de Vinhais

Factos históricos	Nº. de referências	%
Os pelourinhos (de Vinhais e outros do concelho)	10	
O castelo e sua construção (D. Afonso III e D. Dinis)	9	
A figueira na torre da igreja de São Francisco e a respectiva crença	9	
A igreja de São Fagundo e a pegada de um cavalo	5	
A carta de foral concedido a Vinhais	1	
A lenda da fraga dos três reinos, em Moimenta da Raia	1	
Os mouros atacaram Vinhais	1	
O esconderijo de Salazar	1	
Total de alunos que referiram	31	
Total de factos referidos	37	

⁵⁵⁷ BENITO DEL REY, Luís, BERNARDO, Hermínio Augusto e SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Marciano (2003), *Santuários Rupestres Prehistóricos en Miranda do Douro*, Zamora y Salamanca, 2 tomos, ed. Câmara Municipal de Miranda do Douro, prefacio.

⁵⁵⁸ *Idem*: 12.

Os pelourinhos do município de Vinhais (foto 60), sobretudo o da própria vila, são referidos por dez alunos e constituem o maior índice de referências do questionário. É revelador da simbologia que estes elementos escultóricos assumem para a história local que, como foi explicado a propósito do pelourinho de Bragança, nos falam da antiguidade e da importância as povoações detiveram no passado. Por outro lado, a sua indicação expressa dá-nos a ideia de que o assunto foi abordado durante as aulas de História, podendo, no entanto, ser de um índice bastante mais elevado.

“O pelourinho ergue-se sobre uma base hexagonal de quatro degraus de granito e com fuste octogonal. O capitel é ornado pelo escudo nacional e dele faz parte uma cruz cujos braços terminam por cabeças de serpente ladeadas de florões. Encima o conjunto uma esfera armilar”⁵⁵⁹. O monumento encontra-se situado na zona histórica medieval, dentro das muralhas, ao lado da igreja matriz e das ruínas do castelo.

O castelo e a sua construção são mencionados por nove alunos. Este tipo de construções e a sua estrutura eminentemente defensiva faz parte do programa da disciplina de História do 5º ano do Ensino Básico, integrado no tema da formação e alargamento do Reino de Portugal. Alguns manuais apresentam desenhos e textos alusivos aos castelos com as principais partes do conjunto arquitectónico. Neste contexto, ao abordarem o tema, os alunos são levados a imaginar como teria sido o “seu” castelo na Época Medieval.

Na verdade, Vinhais “é povoação muito antiga, anterior à monarquia portuguesa, e segundo alguns historiadores, já tinha castelo antes de D. Sancho II a reconstruir e povoar no século XIII. [...] O primeiro foral foi-lhe concedido por D. Afonso III em 1253”⁵⁶⁰. O documento é referido por um aluno, o que consideramos manifestamente insuficiente, dado tratar-se da certidão de nascimento da vila e do seu concelho.

No cimo da torre da igreja do convento de São Francisco desta vila sobrevive uma figueira, o que se pode considerar um fenómeno extraordinário. Nove dos alunos o referem, bem como a crença popular que a ele anda associada: “quando a figueira secar, é o fim do mundo”, segundo escreveu uma aluna do 8º ano de escolaridade, distinguindo claramente que se trata de uma lenda.

Há outras lendas citadas pelos alunos; mencionada por cinco alunos, destaca-se a de uma pegada na igreja de São Fecundo que dizem ser do cavalo de Santiago. Esta

⁵⁵⁹ BORGES, Américo Augusto (2003), *Vinhais*, in *Dicionário dos mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, Editora Cidade Berço, Guimarães, p. 474.

⁵⁶⁰ *Idem*: 470.

lenda tem como fundamento histórico o traçado de uma variante do Caminho da Prata, que passava por estas terras.

Quadro nº. 52

Factos históricos - Escola do 1º e 2º ciclo do Ensino Básico de Torre de Dona Chama

Factos históricos	Nº. de referências	%
Lenda da princesa moura Dona Chama.	5	
“Não sei”.	8	
Total de alunos que referiram	5	
Total de factos referidos	5	

Os alunos de Torre de Dona Chama referem, como facto histórico, a lenda que dá o nome à própria localidade e que é de todos conhecida. Nenhum outro facto é referido.

Lenda de Torre de Dona Chama

“Esta villa tomara o nome de Torre, pela torre que nella havia no Castelo e que porisso se chamou Torre e acrescentar-se Dona Chama se conta e dizem os homens de notícia que fora por ser esta Torre e villa de hũa grande Senhora gentia, no tempo que os mouros resediram nestas terras, chamada Dona Chamorra, e que sendo inclinada illicitamente aos Christãos mandava chamar aqueles de melhor perfeiçam e os metia na Torre para satisfazer o seu apetite e para que a nam fossem descobrir nam tornavam mais a sahir por lhe fazer hir conhecer o mundo da verdade, e que sucedendo hir hum mais avisado dêz que satisfizera o seu apetito se adormecera acostada a elle e como a sentisse dormindo se retirou como pode levando-lhe hum Anel que lhe tirara do dedo, cousa de grande valor. E bem conhecido dos creados o dito anel; e o levava no dedo para sinal que a Dona Chamorra lhe dera para assim os enganar para que o deixassem passar os goardas, como dis que passara; e estando já livre espertara Dona Chamorra e acudindo a mandalo chamar dizendo tornase ali, dizendo torna quá fulano que a Dona chama; e como parecendo lhe que este a descobrira se matara a si mesmo; e como se diz que se chamava a Torre da Dona Chamorra camrrompera a Torre da Dona Chama, acrescentando ao Vocabulo da Torre da Dona a palavra chama, ficando corruto vocavulo a Torre da Dona Chama...”⁵⁶¹.

⁵⁶¹ ALVES, *Op. Cit.*: vol. X: 265. Francisco Manuel Alves, o Abade de Baçal, cita as *Memórias Parochiaes de 1758*, in *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, pág. 215.

Para além da lenda, o que é histórico é a existência de um castro celta num monte em cuja encosta se situa a vila de Torre de Dona Chama; a elevação a concelho por D. Dinis, em 1287, que lhe concedeu foral a 25 de Abril do mesmo ano; estes e outros factos importantes para a história da localidade foram omitidos pelos alunos.

Quadro nº 53

Factos históricos - Escola do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico de Sendim

Factos históricos	Nº. de referências	%
Menino Jesus da Cartolinha (lenda)	11	
Castelo de Miranda do Douro	8	
O mirandês foi declarado a segunda língua oficial de Portugal	4	
Carta de foral concedida a Miranda por D. Dinis	4	
Fraga da Moura (lenda)	2	
Lenda do Caramonico (afogamento da imagem de um santo)	2	
Cartas de foral de D. Dinis e de D. Afonso III	1	
Origem do topónimo Palaçoulo na palavra “palácio”	1	
Lenda de São Miguel	1	
Total de alunos que referiram	22	
Total de factos referidos	34	

À semelhança dos alunos das restantes escolas, também os da Escola do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico de Sendim (do concelho de Miranda do Douro) indicaram indistintamente factos históricos e lendas.

A lenda do Menino Jesus da Cartolinha, localizada no espaço da cidade, também é assumida por estes alunos como sua. De facto, todos os que frequentam esta escola são oriundos de aldeias que pertencem ao concelho de Miranda, incluindo os da própria vila de Sendim. Também eles o terão ouvido contar em casa ou na escola e, provavelmente, algum trabalho escrito terão feito sobre o tema, como mero exercício de composição em língua portuguesa ou mirandesa, dando a sua versão pessoal. Assim se compreende que tenha sido o “facto histórico” mais mencionado. Na perspectiva do conhecimento da cultura mirandesa, é um valioso recurso que os docentes aproveitam, com todo o mérito.

Comparativamente com os alunos da cidade de Miranda, constatamos que as referências, quer à lenda, quer ao castelo, são praticamente dos mesmos índices, com uma ligeira e insignificante oscilação; por isso e no que se refere a estes dois “factos

históricos”, consideramos que a generalidade dos alunos de ambas as escolas sentem e valorizam da mesma forma a história e a cultura mirandesas.

Contudo, no que concerne à língua mirandesa algo de bastante diferente se passa. Apenas os alunos da escola de Sendim referem este facto, que é da maior relevância para a afirmação da cultura mirandesa no espaço nacional. Mesmo assim, o índice de referências é muito reduzido.

O falar mirandês era vulgarmente considerado, até 1999, um dialecto local. Refere o Abade de Baçal: “Em algumas povoações do concelho de Miranda do Douro fala-se o dialecto mirandês”. De imediato, este insigne etnólogo bragançano cita José Leite de Vasconcelos para afirmar que “nem é uma corrupção do espanhol, do galego ou do português, nem é mistura destas línguas; mas, muito pelo contrário, é um idioma à parte, um idioma regular e provém directamente do latim que outrora se falou naquele canto de Trás-os-Montes”⁵⁶². Foi preciso que tivesse passado quase um século para que este reconhecimento científico fosse tornado legal: a Assembleia da República aprovou a Lei 7/99, de 29 de Janeiro, pela qual foi oficializado como a segunda língua de Portugal. Este processo foi muito longo, podendo-se dizer que terá começado em 1900 com a publicação da obra, em dois volumes, *Estudos de Philologia Mirandesa*, de José Leite de Vasconcelos, professor universitário e conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. Nessa altura, este estudioso definiu-a: “A língua mirandesa é puramente doméstica, por assim dizer, a língua do lar, do campo e do amor”⁵⁶³. De raiz latina, faz parte do grupo linguístico asturo-leonês. Digamos que o antigo leonês chegou até aos nossos dias pelo falar do povo mirandês: “viveu durante séculos, como o povo que a fala, isolada, ensimesmada, em condições de existência muito particulares, segregada do convívio do resto de Portugal, essencialmente por razões geográficas e de esquecimento do poder central. Por outro lado, manteve sempre estreitas ligações com Leão, através dos contactos múltiplos e contínuos de pastores, ceifeiros, peregrinos, comerciantes que facilitaram a vivência da língua e cultura comuns”⁵⁶⁴. Elaborada a Convenção Ortográfica, em 1995, por estudiosos locais e com a participação dos representantes de todas as variedades da língua e linguistas das universidades de Lisboa e Coimbra, vem a ser aprovada em 1999. No ano seguinte chega ao ensino, como língua de opção, para os alunos dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico das escolas do concelho de Miranda.

De uma situação de marginalidade perante o português, o mirandês atravessa agora uma fase de dignificação, pela publicação de numerosas obras literárias, pela tradução de outras obras emblemáticas e pelo orgulho que os mirandeses sentem ao falarem a sua língua. “É, pois, a língua mirandesa que dá nome às coisas, aos lugares,

⁵⁶² ALVES, *Op. Cit.*, vol. IX: 467.

⁵⁶³ VASCONCELOS, José Leite de (1900), *Estudos de Philologia Mirandesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 12.

⁵⁶⁴ RAPOSO, *Op. Cit.*: 290.

que informa e dá expressão aos laços dos pauliteiros, às histórias e às cantigas, às lendas, ao adagiário, às representações teatrais populares, às manifestações rituais de origem pré-cristã, às fórmulas de tratamento, às formas tradicionais de cultivo, de preparação e confecção do linho e da lã, etc., etc.”⁵⁶⁵. Além de Leite de Vasconcelos que, no início do século XX, chamou a atenção para o que, na época, era considerado ‘o dialeto mirandês’, com a sua obra *Estudos de Filologia Mirandesa*, em dois volumes, outras obras foram já publicadas. Já no corrente ano, veio a lume *Elementos de Gramática Mirandesa* do estudioso mirandês Moisés Pires, da qual tomamos a liberdade de transcrever o poema com que introduz a obra, uma homenagem a esta que, foi a sua língua materna.

Fala Mirandesa

Quien delante de ti se nun anclina?

Quien te nun ama, Fala Miandesa,

Se benes de tan longe, eirosa i fina,

Bestida cun roupaiges de nobreza,

Traspariênte cumo auga cristalina?

Benes sola, que sola tu naciste,

I sola camineste, altiva i pura,

Por lhençoles de agreste fermosura.

Sendo mesmo assi, quien puôde antender

Que gente afidalgada i bien letrada

Te chame “dialeto”? Hai que ver!

Nunca tu fuste lhéngua abastardada,

Cumo tanto se anteima na fazé crer!

Sós filha e filla dreita de I Latin,

Nacida al natural, cumo dius manda,

Na tiêrras pertuesas de Miranda.

Moisés Pires⁵⁶⁶

A língua é agora abundantemente escrita também em jornais e revistas e falada em programas de televisão e de rádio, especialmente criados para a sua promoção e para a divulgação da cultura mirandesa (consultar anexo 5).

⁵⁶⁵ *Idem*: 291.

⁵⁶⁶ PIRES, Moisés (2009), *Elementos de Gramática Mirandesa*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro, p. 1.

A carta de foral, concedida a Miranda por D. Dinis, não foi mencionada por nenhum dos alunos das escolas desta cidade. São os alunos das escolas de Sendim que acabam por suprir esta falha: quatro dos seus alunos mencionam este documento, referindo mesmo o rei que a concedeu. O historiador Domingos Raposo confirma: “Em 1286 e 1292, o Rei Lavrador [D. Dinis] eleva Miranda à categoria de vila, dando-lhe carta de foral e mandando construir o castelo e a cercadura de muralhas que ainda existem”⁵⁶⁷.

Entre as muitas lendas que circulam pelo Planalto Mirandês, referem dois alunos a mais conhecida: a lenda do Caramonico, supostamente ocorrida na povoação de Palaçoulo. É desprovida de referências históricas; contudo, merece uma breve explicação, devido ao seu arraigo na cultura popular. Citamos José Francisco Fernandes, natural da referida povoação: “Por volta do ano de 1790, aconteceu que a armação da capela-mor, construída em granito, da igreja matriz de Palaçoulo, ruiu fragorosamente [...]. O desmoronamento também abrangeu, no seu trono cimeiro, a imagem do padroeiro, o arcanjo São Miguel que, ao cair, ficou destruída, aos pedaços, entre os escombros. O mesmo aconteceu ao “caramono” derrubado aos pés do arcanjo, já carunchoso e de figura horrível, a representar o diabo, também por aqui denominado “demonho”, “caramono” e “caramonico”. Com todo aquele destroço, esta figura ainda ficou mais danificada, dizendo o povo, na sua linguagem mirandesa, “que le fui bien feita, porque yê feio, malo i nuosso einemigo”. Naquele tempo, existia uma lagoa ao fundo da praça. Os jovens, com cordéis apertados, fizeram como que um feixe dos destroços acabados de recolher daquela dupla imagem desmantelada. E zumba! Aí vai tudo para a lagoa, para que o diabo se afogasse para sempre. O inesperado daquele improvisado feixe teimava em não se afogar e até parecia que “refunfunhegava” cada vez mais, provocantemente, com tantas bolhas sonoras de água que emitia, à medida que a água se introduzia nos buracos feitos pelo carincho. Então os rapazes, para que se afogasse e parasse de refilar, toca de lhe atirar pedras. Ao mesmo tempo, invectivavam-no com veemência: - *Inda refunfunhegas, caramonico de mil demónios!*”⁵⁶⁸. A lenda ganhou tal significado que o povo nunca mais aceitou que a imagem de São Miguel da igreja matriz fosse dotada da figura do diabo, que costuma levar debaixo dos pés, simbolizando a vitória dos anjos sobre os demónios. O termo regionalista “caramonico” ficou sempre associado à povoação de Palaçoulo e a própria Associação para o Desenvolvimento Integrado leva essa mesma designação.

⁵⁶⁷ RAPOSO, *Op. Cit.*: 280.

⁵⁶⁸ FERNANDES, José Francisco (2001), *Mirandês e Caramonico*, Edição de Caramonico, Associação para o Desenvolvimento Integrado de Palaçoulo, pp. 188-189.

Quadro nº 54 - **Provincia de Zamora****Factos históricos - Alunos das escolas públicas da cidade de Zamora**

Factos históricos	Nº. de referências	%
Viriato vence os Romanos	20	20%
Derrota y muerte del rey Don Sancho	2	
Monasterio donde nació Fernando III, "el Santo"	2	
Encontraron tumbas visigodas	2	
El castillo de mi pueblo, la iglesia y el fuerte	2	
El Beato de Tábara	2	
El Cid.	2	
Población de estas tierras por los Romanos.	1	
Rebeliones del pueblo llano contra los nobles	1	
La iglesia de mi pueblo es romana o algo así y fue construída por los aldeanos, piedra a piedra, hace muchísimos años.	1	
En mi pueblo pasó una noche Juana, "la Loca", en busca de Felipe, "el Hermoso".	1	
Encontraron tumbas visigodas.	1	
Santiago, un hombre que dono todo al ayuntamiento.	1	
Que una Virgen pisó una piedra y quedó la huella allí marcada, y desde la piedra cogió impulso y saltó al outro lado del rio.	1	
Hubo un monasterio.	1	
Había templários	1	
Había un castillo de monjes, donde desde allí veían tropas enemigas.	1	
Una batalla contra los Portugueses	1	
Que por aquí pasó Doña Urraca.	1	
La inundación de San Pelayo.	1	
Una casa de la guerra, donde el jefe se suicido porque no queria matar a sus criados.	1	
Descubrimiento de la cueva de Pilo Moro.	1	
Hay una cabra de oro enterrada.	1	
Los reinos de Castrotoraje.	1	
Se le apareció una Virgen a los pastores	1	
La cueva de la Mora	1	
No sé ninguno porque no me interesan.	1	
Que un señor compró una dehesa y otros dos le mataron, arrancandole el brazo com el que firmó el contrato.	1	
Total de alunos	101	
Total de alunos que referiram	49	49%
Total de factos referidos	51	

Existem algumas semelhanças nas formas de abordagem da questão dos factos históricos entre os alunos de Zamora e de Bragança, nomeadamente:

- a) na indicação de factos considerados históricos, na aceção correcta do termo;
- b) na falta de distinção entre lendas e factos históricos, indicando uns e outros indiscriminadamente;
- c) na indicação, igualmente indiscriminada, de personagens históricas e mitológicas;
- d) na referência a monumentos históricos das respectivas localidades, como se de factos se tratasse.

A par desta coincidência de formas de saída para a resolução desta questão, coincidência que poderemos considerar normal, por se tratar de alunos dos mesmos níveis de escolaridade e que habitam aglomerados populacionais idênticos, registam-se, ainda assim, algumas divergências, a saber:

- a) grande parte dos alunos de Bragança centrou-se num número reduzido de factos; pelo contrário, nos de Zamora, detecta-se uma maior dispersão e a referência a muitos factos, sendo a maior parte deles referenciados apenas por um ou dois alunos;
- b) a referência a desastres naturais e a acidentes de outra natureza como factos históricos, que o são, é exclusiva dos alunos de Zamora;
- c) damos conta da referência de alguns factos ocorridos em terras zamoranas, relacionados com Portugal, por parte de alunos de Bragança, mas a situação inversa não se verifica.

Passando a análise dos factos referenciados pelos alunos das escolas da cidade de Zamora, sobressai, de imediato, a indicação do grande herói zamorano – Viriato. Recebe o aval de vinte destes alunos e destaca-se muito acima das restantes; estas surgem apenas com uma referência (20 factos) ou com duas, quando muito, no caso de outros seis factos históricos.

Viriato foi, incontestavelmente, o grande líder guerreiro da luta dos povos peninsulares (sobretudo, dos Lusitanos) contra a ocupação romana da Península Ibérica. Contudo, este personagem histórico é reivindicado pela cidade de Zamora que ostenta na sua bandeira toda a simbologia dos seus actos heróicos: “Esse guerrero lusitano que combatió a los romanos, há sido asimilado por los zamoranos de forma que nadie duda que nació en algún rincón de la provincia. De hecho, la bandera provincial se compone de nueve tiras, una verde otorgada a la ciudad por los Reyes

Católicos y otras ocho rojas, una por cada una de las legiones romanas que derrotó Viriato”⁵⁶⁹ (foto 56).

Na época deste herói, a área geográfica da actual província de Zamora foi palco de muitas acções bélicas. Daqui se tornaram célebres as campanhas de Viriato, “que alguns historiadores têm por zamorano, natural de Torrefrades, ainda que não disponham de nenhuma prova indiscutível. [...] Segundo a tradição, destas guerras procede a *Insígnia Vermelha*, brasão e bandeira de Zamora, que figura no seu escudo. Quando Viriato alcançou a primeira das suas grandes vitórias, colocou numa lança a faixa vermelha que tomara ao inimigo, fazendo deste pequeno troféu a sua insígnia”⁵⁷⁰. O que importa aqui salientar é que uma parte significativa dos alunos das escolas públicas de Zamora (um quinto) identificou este herói ibérico e o associou à história da cidade e da província e o tomou como exclusivamente seu. Aliás, ao interrogarem-se os alunos sobre o significado dos distintos elementos da sua bandeira, são levados a recuar no tempo até este período da sua história. Só aqui é que encontram a resposta: “No obstante la leyenda, quizá más respaldada por la historia do que lo creemos, suple con creces esa escasez monumental de la época romana haciendo surgió con fuerza la figura del más popular héroe zamorano, Viriato, que luchó y venció a los dominadores en sucesivas batallas, quedando para siempre reflejadas sus victorias en la bandera de la ciudad”⁵⁷¹. O importante, independentemente do nascimento de Viriato em Zamora, “poco o nada probado”⁵⁷², é que os alunos conheçam este seu herói e o reconheçam como um certo modelo de virtudes, adaptando-o, naturalmente, à mentalidade dos nossos dias. Por outro lado e na medida em que o seu desenvolvimento cognitivo lhes permite, os alunos vão-se dando conta da antiguidade da sua cidade, uma vez que são guiados no tempo até à Idade Antiga. Isto pode constituir uma excelente motivação para o estudo e para o conhecimento da sua história, para a valorização ainda mais positiva da cidade, dos seus monumentos e das suas figuras mais notáveis.

No rol dos factos menos mencionados, surge a “derrota y muerte del rey Don Sancho”. Com efeito, trata-se de um facto importante para a história da cidade, no século XI. Fernando I de Castela e Leão repartiu o reino por todos os seus filhos, entregando Zamora a D. Urraca. Porém, o rei D. Sancho foi conquistando os territórios de seus irmãos, à excepção de Zamora que recusou entregar-se e resistiu às tropas do rei. As forças zamoranas eram chefiadas por Rodrigo Diaz de Vivar, mais conhecido por Cid, el Campeador. A cidade resistiu ao cerco que lhe fora posto, durante sete meses. Foi então que Bellido Dolfus, guerreiro galego ao serviço de D. Urraca, se infiltrou no

⁵⁶⁹ *Zamora cuenta mucho* (2009), (Guía Turístico), Diputación Provincial de Zamora, p. 18.

⁵⁷⁰ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 37: 201.

⁵⁷¹ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, Concha e RUBIO COBOS, Justo (1986), *Zamora – Guía de la Provincia*, Ed. Diputación de Zamora, p. 156.

⁵⁷² ALBA, Juan Carlos (1986), *La Geografía. La Historia de Zamora*, in *Zamora – Guia de la Provincia*, Ed. Diputación de Zamora, p. 16.

campo de D. Sancho e o matou à traição. As tropas sitiadas acabaram por retirar-se, levando consigo o corpo do seu rei. O novo rei de Castela e Leão, Afonso VI, reconheceu a colaboração da população de Zamora na traição que levou Sancho II à morte, frustrando “su intento de arrebatarse la ciudad a su hermana Urraca e imponer de este modo la primacía política castellana”⁵⁷³. Sem dúvida, este facto histórico assume, para Zamora, a simbologia de uma realização colectiva que decidiu o futuro do reino de que, ao fim e ao cabo, veio a fazer parte e da aclamação de um rei desejado e estimado: “Durante o novo reinado Zamora prosperou e gozou de paz”⁵⁷⁴. Por outras palavras, a cidade acabou por determinar também o seu próprio futuro. O entendimento dos alunos talvez não lhes permita chegar tão longe na avaliação do facto; mas, o que eles sabem e alguns, muito poucos, referiram é que se trata de um acontecimento extremamente prestigioso para a história da cidade.

Outro facto histórico que parece ter impressionado dois alunos (apenas dois a mencionaram) é o nascimento de Fernando III num mosteiro da província de Zamora. O historiador Víctor Dávila Vegas confirma: “Fernando III nació en el monasterio cisterciense de Valparaíso, cerca de la localidad zamorana de Peleas de Arriba, en un descanso realizado por la corte itinerante. El monasterio, del que ya no queda prácticamente nada, tuvo origen en un albergue fundado para atender a los transeúntes y peregrinos de la Vía de la Plata. Actualmente hay en el lugar un pequeño monumento cuyos azulejos aluden a que allí nació el rey. [...] Sus padres fueron el rey Alfonso IX de León y doña Berenguela, sobrina de este e hija del rey Alfonso VIII de Castilla”⁵⁷⁵. A fama da sua santidade expandiu-se após a sua morte; surge como tendo sido um bom rei cristão, que protege os pobres e que se empenha seriamente no processo da reconquista peninsular. Para além das referências à sua profunda educação religiosa e da sua santidade, pela qual ficou conhecido, politicamente “el reinado de Fernando III supuso la reunificación definitiva de los reinos de Castilla y León”⁵⁷⁶, em 1230; um facto notável (a juntar aos da Reconquista) pelo qual os zamoranos, de certa maneira, também se devem sentir orgulhosos. Talvez disso os alunos se terão dado conta e o assinalaram, numa expressão muito reduzida, como o contributo de um rei “zamorano” para a história de toda a Espanha.

Os dois factos seguintes, “encontraron tumbas visigodas” e “el castillo de mi pueblo, la iglesia y el fuerte”, não estão devidamente localizados no espaço, pelo que ficamos sem saber a que monumentos se referem os alunos. De qualquer forma, foram indicados monumentos que podem constituir documentos que contêm dados e

⁵⁷³ *Ibidem*.

⁵⁷⁴ Grande Enciclopédia, vol. 37: 202.

⁵⁷⁵ DÁVILA VEGAS, Víctor (s/d), *Las motivaciones religiosas de Fernando III “El Santo”*, in *Arbil, Anotaciones de Pensamiento y Crítica*, (revista virtual, sítio da internet: www.arbil.org, em 25-08-2009) nº 86, Zaragoza.

⁵⁷⁶ *Ibidem*.

informações valiosas. Só por si, esta circunstância é reveladora de que este grupo de quatro alunos presta alguma atenção ao estudo da história local.

“El Beato de Tábara” é igualmente referenciado por dois alunos; supõe-se que sejam oriundos desta comarca e que, desta forma, queiram dar a conhecer este documento histórico que está relacionado com a sua terra, a terra dos seus pais, dos seus avós...

Na verdade, em Tábara “estuvo asentado al parecer el famoso monasterio tabarense, fundación de San Froilán a fines del siglo X, en el que, según las crónicas, llegaron a reunirse seiscientos monjes de ambos sexos y del que salió también el afamado beato mozárabe que lleva el nombre del lugar”⁵⁷⁷. Trata-se, pois, de um documento, um manuscrito conhecido pelo nome de “Beato de Tábara”, do século X, com características moçárabes. O Beato destaca-se “ante los demás por su importancia arqueológica, ya que se relaciona con otros Beatos”⁵⁷⁸. Este facto permite-nos deduzir a grande influência que exerceu a biblioteca deste mosteiro sobre os seus congéneres, na Idade Média.

O documento manuscrito “fue comenzado en 968 por el monje Magius y, a su muerte, concluído por su discípulo Emeterius, ayudado por Senior, en 970. Su lugar de origen no está claro, pero toma su nombre del monasterio de San Salvador de Tábara, en el que al menos se realizaron las dos últimas hojas, añadidas con posteridad”⁵⁷⁹. A iluminura do manuscrito é composta por onze miniaturas em bom estado de conservação, outras três encontram-se muito deterioradas. A mais conhecida é a “miniatura de la torre” que se encontra no final do documento. Observando-a, nela vemos representada a torre do que parece ser a biblioteca do mosteiro (de Tábara?) e alguns monges a trabalhar nela; trabalho de escrita, de copistas e iluministas; vêm-se perfeitamente as escadas e os compartimentos da torre, com livros dispostos nas prateleiras.

O Beato de Tábara contém uma carga simbólica muito forte, o que é normal, uma vez que os seus autores pretendem explicar as visões do Apocalipse de São João. É, sem dúvida, “una de las obras emblemáticas de la cultura medieval española, además de una fuente imprescindible para el estudio de la Edad Media y del arte de la miniatura mozárabe”⁵⁸⁰.

Parece muito significativo que um documento como este, de características tão específicas e raras, tenha sido referenciado por alunos destes graus de ensino. Foi

⁵⁷⁷ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 58.

⁵⁷⁸ REGUERAS GRANDE, Fernando y GARCÍA-ARÁEZ FERRER, Hermenegildo (2001), *Scriptorium – Tábara Visigoda y Mozárabe*, Ayuntamiento de Tábara, p. 152.

⁵⁷⁹ FERNÁNDEZ CASADO, Natalia (2009), *Comentario al Apocalipsis de San Beato de Liébana. Tábara (Zamora)*, Archivo Histórico Nacional, Madrid, p. 2.

⁵⁸⁰ *Idem*: 3.

verificado que os dois alunos frequentam já o 3º ano (curso) do Ensino Secundário Obrigatório (E.S.O.); com este nível etário, tendo ouvido, visto ou lido alguma informação sobre o documento, facilmente poderão compreender o seu interesse para a história medieval e, em especial, para a história de Tábara. Tal informação podia ter sido apresentada, por exemplo, no contexto de uma aula de História na qual se falasse de mosteiros, das tarefas dos frades, dos monges-copistas... e, assim, surge a possibilidade de referir o documento “Beato de Tábara”; partindo da certeza de que a parte final do documento foi elaborada pelos monges do mosteiro de San Salvador de Tábara, é compreensível que algum professor, ou mesmo aluno, que seja oriundo da comarca ou da província, se referisse a ele, em qualquer momento do estudo ou das actividades da disciplina de História. Este resultado só peca por ser de um índice bastante reduzido.

A figura histórica de Cid, “el Campeador”, será tratada ao analisar os resultados oferecidos pelos alunos da escola privada, por facto de este indicador ser neles muito mais elevado.

Todos os restantes factos (das escolas públicas de Zamora) obtiveram apenas uma referência. Poder-se-ão agrupar nas seguintes categorias:

- a) acções realizadas pelas populações, na defesa das suas terras, dos seus direitos contra a tirania dos nobres, na construção de edifícios públicos e de interesse geral, ou actos individuais de gente do povo caracterizados por alguma coragem ou heroísmo; nenhuma destas acções foi identificada convenientemente, isto é, nenhuma delas foi situada nem no espaço nem no tempo; assim, desconhece-se quais os factos históricos a que se referem estes alunos;
- b) factos cujos protagonistas são figuras históricas muito conhecidas, reis, rainhas...; sendo certo que foram identificados os protagonistas, também é verdade que as localidades, onde a acção se terá passado, não o foram; afirmando simplesmente que “en mi pueblo pasó una noche Juana, “la Loca”, en busca de Felipe, “el Hermoso”, ficamos impedidos de identificar esse “pueblo” e, conseqüentemente, averiguar da credibilidade da afirmação;
- c) monumentos ou achados valiosos; tal como os factos anteriores, também estes achados carecem da respectiva localização;
- d) lendas e sítios mitológicos; nenhuma das lendas se encontra localizada no respectivo sítio mitológico;
- e) mosteiros e ordens religiosas e militares; “hubo un monasterio”, é uma frase com o verbo e o predicativo do sujeito; no entanto, faltando-lhe as restantes circunstâncias, o tempo, o lugar, a pertença..., nada mais podemos adiantar.

Um dos factos (que obtiveram apenas uma referência) refere-se a “una batalla contra los Portugueses”; é certo que houve várias batalhas contra os Portugueses, ocorridas na área geográfica de Zamora, mas nenhuma delas foi identificada: as da consolidação da independência de Portugal, entre 1385 e 1411, e as lutas dos partidários de Joana, a “Beltraneja”, chefiados pelo rei de Portugal, contra os Reis Católicos, pela posse da coroa de Espanha, em 1476, com a célebre batalha de Toro. Possivelmente, é a esta que o aluno se refere, por ser a mais conhecida e por nela ter estado muito envolvida a cidade de Zamora, chegando a ser ocupada pelo rei português Afonso V, onde foi recebido pelos partidários de Joana, a “Beltraneja”⁵⁸¹. Esta referência a um conflito bélico entre os dois povos é a única que aparece nos questionários dos alunos da província de Zamora. De qualquer forma, seria até vantajoso que outros o tivessem mencionado, na medida, e só nessa medida, em que os alunos poderiam compreender a importância estratégica da sua cidade no contexto peninsular, que lhe foi reconhecida ao longo dos séculos: desde os Romanos, passando pelo rei João I de Castela e Leão, pelos Reis Católicos e, mais recentemente, nas lutas contra os invasores franceses. Também o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques, e seu primo, Afonso VII, atribuíram grande importância à cidade quando, em 1143, a escolheram para a assinatura do acordo de paz que reconhece Portugal como reino independente – a chamada Conferência de Zamora.

Há uma indicação clara, por parte de um aluno, que revela o desinteresse total pelo estudo da História, em geral: “No sé ninguno porque no me interesan”; referindo-se aos factos da história local, uma vez que era isso que se lhes solicitava, expressa também total desinteresse pela história da sua terra, ayuntamiento, província... Sendo apenas um aluno a manifestar-se desta forma, este desinteresse de modo algum pode ser estendido a outros alunos, pelo que a afirmação fica desprovida de qualquer significado.

⁵⁸¹ *Grande enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 32: 131.

Quadro nº 55

Factos históricos - Colegio Santísima Trinidad “Amor de Diós” – Zamora (Privado)

Factos históricos	Nº. de referências	%
Viriato na luta contra os Romanos.	15	24%
El Cid. Cuando vino el Cid, y lo desterraron. Cid, “el Campeador”, pasó por Zamora.	10	16%
El motin de la trucha	4	6%
La puerta de la traición.	3	5%
Doña Urraca	2	
La maga	2	
El arco de Doña Urraca.	2	
Historia del arco de la traición.	2	
Zamora fue construída como barrera para detener el avance de los Musulmanes.	1	
La catedral y las murallas zamoranas	1	
Zamora fue una ciudad de Moros.	1	
Como se formó el lago de Sanabria	1	
La catedral	1	
Zamora e sua história	1	
La Traición de Bellido Dolfos.	1	
Total de alunos	63	
Total de alunos que referiram	27	43%
Total de factos referidos	45	

Existem algumas divergências entre os factos referidos pelos alunos da escola privada e os das escolas públicas; na verdade, as coincidências no que toca aos factos referidos são muito poucas: a luta de Viriato contra os Romanos, a presença de Dona Urraca na cidade e “el motín de la trucha”. O facto histórico referido como “la traición de Bellido Dolfos”, estando intimamente associado à presença de Dona Urraca na cidade, pode ser considerado o mesmo. Todos os demais factos são de referência exclusiva de um ou do outro conjunto de alunos.

A presença de Cid, “El Campeador” na cidade, obtém a indicação de dez alunos, o que equivale a um décimo do total dos inquiridos.

Sendo Cid, “El Campeador”, uma figura notável de toda a Espanha, os jovens alunos de Zamora tomam-no como seu herói, ainda mais pelo facto de ter participado no cerco da cidade, levado a cabo por Sancho II de Castela. “Cuando el rey de Castilla

estaba cercando la ciudad de Zamora, un traidor, Bellido Dolfos, salió a escondidas, entró en su campamento y le asesinó. Un joven capitán del rey fue en su persecución. Ese capitán era un burgalés, Rodrigo Díaz de Vivar, al que el rey había nombrado alférez, [...]. Rodrigo se había distinguido [...] en la guerra. Los musulmanes le tenían pánico y le llamaban “Cid Campeador”, que quiere decir “Señor victorioso”⁵⁸². O orgulho pela presença deste herói nacional na cidade é expresso por dez alunos do ensino privado e dois do ensino público de Zamora. O índice de referências peca por defeito nos alunos do ensino privado e muito mais nos do ensino público dos quais muito poucos revelaram conhecer Cid, “el Campeador” e a sua passagem pela cidade.

“El motín de la trucha”, citado por quatro alunos do ensino privado, é o mesmo que um aluno do ensino público mencionou, pelas seguintes palavras: “rebeliones del pueblo llano contra los nobles”⁵⁸³. Para uma cabal compreensão deste facto histórico, ocorrido na cidade de Zamora, e transcrevemos integralmente o *Guía de la Provincia de Zamora*.

El motín de la trucha

La población va en aumento y el perímetro urbano se sitúa ya fuera de la primitiva muralla, por lo que se hace necesario a mediados de este siglo [XII] levantar una segunda cerca. Los reinados se suceden y también los acontecimientos que nuevamente nos sitúan en el espacio legendario y novelesco de los hechos no documentados. Tal es el caso del famoso “motín de la trucha”, que tiene lugar en tiempos de Fernando II y que constituye todo un símbolo de la creciente rivalidad que existía entre los nobles y la naciente clase burguesa.

Los hechos tuvieron como inicio la ofensa de un noble señor, cuyo despensero intentó comprar una trucha pasada la hora que los señores tenían para sí en el mercado. Como quiera que la trucha y ala tenía apalabrada un hombre del pueblo llano se entabló una disputa que terminó con la prisión de varios villanos. Estando reunida la nobleza para castigar la osadía del pueblo, este, alentado por las palabras de un hombre llamado Benito el Peletero, prendió fuego a la iglesia donde se reunían, pereciendo todos los nobles de la ciudad. Abandonó el pueblo Zamora temiendo el castigo, pero el rey terminó perdonándolo con la única obligación de que reconstruyera la iglesia que desde entonces se llamó Santa María la Nueva”.

Concha San Francisco Rodríguez e Justo Rubio Cobos, *Zamora – Guía de la Provincia*, págs. 157-158.

A simples referência a um facto desta natureza, levando em consideração o nível etário dos alunos que o enunciaram, manifesta possuírem eles uma prestimosa capacidade crítica; por outro lado, reforça as virtualidades do ensino da História e da

⁵⁸² GONZÁLEZ GALLEGU, Isidoro (1995), *Portugal y España – Vidas Paralelas*, Anaya Educación, Madrid, p. 28.

⁵⁸³ Aluno de 11 anos do CEIP Obispo Nieto de Zamora.

Geografia (neste caso, local) na aquisição desse espírito crítico por parte dos alunos, a partir do nível etário em que é possível o processamento adequado deste tipo de conhecimentos.

“La puerta de la traición” é enunciada por três alunos deste nível de ensino; a história “del arco de la traición”, por mais dois alunos; o próprio acto da traição é mencionado por um aluno que identifica o seu autor; nestas condições, supomos que todos se referem ao mesmo lugar mitológico que entrou para a história com a morte “à traição” do rei Sancho II. Trata-se de uma das portas da muralha da cidade, também chamada “postigo de la traición, un simple arco de medio punto, pero cargado de historia: por aqui, según la tradición, penetró Bellido Dolfos em Zamora, perseguido por el Cid, después de haber dado muerte al rey Don Sancho”⁵⁸⁴. Contudo, aqui o conceito de traição está despojado da sua normal conotação pejorativa, já que ela foi planeada pelos defensores da cidade, desejada pelos seus moradores como única forma de se libertarem do cerco a que estavam a ser submetidos. Este foi o entendimento que o Ayuntamiento teve ao decidir, já em 2009, a mudança de nome para “puerta de la Lealtad”. Os contornos desta passagem da história da cidade terão sido compreendidos pelos alunos que a referiram; de qualquer forma, este facto, meio histórico e meio lendário, constitui uma excelente motivação para os alunos, em ordem ao estudo da história da sua cidade, com toda a sua riqueza imaterial e arquitectónica.

São duas as referências a “Dona Urraca” (um rapaz e uma menina) e outras duas (meninas) ao “arco de Doña Urraca”. Todas têm como tema principal esta rainha de Zamora e a sua presença na cidade. Contudo, “el arco de Doña Urraca” foi assim chamado porque o palácio desta rainha era contíguo a esta porta das muralhas que “es de arco de medio punto, protegido por dos cubos de silleria y corresponde a la segunda mitad del siglo XII”⁵⁸⁵.

A relação da rainha com Zamora resulta, como se viu, da atribuição da cidade que a ela fez seu pai, Fernando I. Logo que deu início à sua soberania, instalou-se num palácio situado nos jardins do castelo, junto da porta das muralhas que ficou com o seu nome. Este curto período de Zamora pode considerar-se muito rico, sob o ponto de vista histórico, com vários episódios que então ocorreram, e com o seu estatuto elevado ao mais alto nível de capital de um reino, pequeno, é certo, mas com esta consideração, que fora atribuída por seu pai. Todas estas circunstâncias, ou algumas delas, estiveram na mente dos quatro alunos que referenciaram este período da história da cidade.

A única referência ao papel desempenhado pela cidade nas guerras da reconquista é bem explícita: “Zamora fue construída como barrera para detener el

⁵⁸⁴ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 159.

⁵⁸⁵ *Ibidem*.

avance de los Musulmanes”⁵⁸⁶. A ideia da sua importância estratégica volta a ser equacionada por um aluno; neste caso, trata-se do contexto da histórica rivalidade entre cristãos e mouros, apresentada, não de uma forma lendária, mas histórica; o aluno, sendo apenas um, merece este reconhecimento.

Em relação aos monumentos, sabemos que “Zamora é uma relíquia de arquitectura românica... A sé catedral, apesar da variedade de estilos que apresenta, é encantadora pela cúpula de feição bizantina”⁵⁸⁷, segundo a apreciação do ilustre Abade de Baçal. Dois alunos referiram-se à catedral, como um monumento identificador da importância da cidade na época do românico; por outras palavras, a menção do monumento conduz-nos àquela época histórica.

Quadro nº 56 - Factos históricos - Alunos das escolas da comarca de Sanabria

Factos históricos	Nº. de referências	%
El origen glaciar del lago de Sanabria.	9	10%
La catástrofe de Ribadelago.	6	7%
La construcción del castillo de Puebla y su defensa.	5	5%
Diós apareció en el lago de Sanabria pedindo como peregrino y luego hundió el pueblo Valverde de Lucerna.	3	3%
Que Juana, “la Loca”, estuvo en nuestro castillo con Felipe, “el Hermoso”.	2	
Los monjes de San Martín de Castañeda.	2	
Los puentes románicos.	1	
El pico de San Toribio es un pico que hay en mi pueblo y allí hay sitios hechos por los ramanos.	1	
El castillo de Sanabria pertenecía a los condes de Benavente.	1	
Estan las pisadas del caballo de Santiago y hay cuevas que se dice que eran de los moros, pero eran para sacar oro.	1	
La torre construída por los Templarios, en el siglo XIII, para proteger a los peregrinos (Mombuey).	1	
En mi pueblo se quemó un barrio entero.	1	
Una torre que tiene origen romano.	1	
Viriato	1	
La hermita de Cubelo.	1	
Algo he oído hablar, pero no mucho.	1	
Total de alunos de Sanábria	92	
Total de alunos que referiram	29	32%
Total de factos referidos	35	

⁵⁸⁶ Questionário: referência de um aluno de 16 anos, 4º curso E.S.O.

⁵⁸⁷ ALVES, *Op. Cit.* vol. VIII: XVI.

A referência com mais elevado índice, por parte dos alunos inquiridos das duas escolas da comarca de Sanabria, “el origen glaciar del lago de Sanabria”, pertence claramente ao domínio da Geografia. Não é por isso que ele deixa de ser valorizado. Aliás, seria normal pensar que bastantes mais alunos poderiam ter feito menção ao fenómeno; foram 9 num total de 92 alunos, o que corresponde a um décimo; um índice que se situa abaixo do que seria de esperar, dada a notoriedade desta área montanhosa, em termos geográficos, históricos e, mesmo, mitológicos, como abaixo se verá.

O lago de Sanabria situa-se na parte oeste da província de Zamora, nas montanhas parcialmente situadas na comarca que deu o nome ao lago. Com uma área de 368 hectares, é o maior lago de origem glaciar de toda a Península Ibérica. “El rio Tera lo atraviesa desde oeste a este y sus águas se mezclan con las del lago, limpias y frias a medida que se gana profundidad”⁵⁸⁸. No estudo da Geografia, foi a origem do lago a partir de glaciares que mais despertou a atenção dos alunos; aliás, já uma aluna de Zamora havia referido esta origem, enunciando: “como se formo el lago de Sanabria”⁵⁸⁹. Em termos geológicos, o que se sabe é que “esta acción glaciar cuaternaria há dejado sus huellas hasta nuestros días, encontrándonos un conjunto de lagunas único, cañones, valles encajados y morrenas convirtiéndose en un paraje único en nuestro país”⁵⁹⁰. Esta é a explicação geológica do lago, referida por alguns alunos: “Aquí se conserva la morfología de los glaciares que durante el Cuaternario dejaron su huella, como puede verse en la cuenca del Lago de Sanabria y parte del rio Tera [...]. En este espacio protegido se conserva el mayor conjunto de lagunas de origen glaciar de España”⁵⁹¹. A explicação natural, que alguns alunos mencionaram, contrasta com a mitológica, referida por outros; na sequência desta indicação e no devido lugar, será analisada a origem mitológica do lago.

A catástrofe de Ribadelago, que em certos datalhes também se transformou em lenda, ocorreu em Janeiro de 1959, justamente na extremidade oeste do lago, onde se situa este pequeno povoado. Mais do que qualquer outro facto histórico, este desastre terá impressionado os jovens estudantes, quatro meninas e dois rapazes, por várias razões:

- a) a proximidade no tempo; não tendo eles ainda nascido à data da catástrofe, certamente terão ouvido inúmeros relatos, a esse respeito, de pessoas que viveram de perto o acontecimento;

⁵⁸⁸ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 68.

⁵⁸⁹ Questionário, aluna de 17 anos, 4º curso E. S. O.

⁵⁹⁰ *Guía de Sanabria y Carballeda (s/d)*, ADISAC – Asociación para el desarrollo Integrado de Sanabria y Carballeda, Zamora, p. 16.

⁵⁹¹ *Zamora cuenta mucho*, p. 6.

- b) a proximidade no espaço; Ribadelago é uma povoação da comarca de Sanábria, podendo haver alunos oriundos dela, ou seus pais, avós, amigos, colegas de turma ou de escola...
- c) a visita que, certamente, todos já fizeram ao local da catástrofe, no âmbito de alguma actividade escolar ou, simplesmente, em família, com a possibilidade de observar vestígios, casas destruídas, memoriais registados em diferentes locais...
- d) a circunstância de se cumprir agora o 50º aniversário, desperta o interesse dos meios de comunicação social que, por sua vez, fazem lembrar as pessoas, em geral, a triste ocorrência e, naturalmente, também os alunos.

No âmbito das celebrações do 50º aniversário “de la rotura de la presa de Veja de Tera y el desastre de Ribadelago”, o Museu Etnográfico de Castilla y León, com sede em Zamora, organizou uma exposição documental alusiva ao acontecimento e publicou uma obra contendo textos, fotografias, notícias de jornais da época... Transcrevemos do livro o seguinte extracto.

Lágrimas bajo las aguas

La presa de contrafuertes con pantalla plana de veja de Tera, con 300 metros de longitud y 33,5 de altura, fue proyectada en 1953. Comenzaron las obras en junio de 1954 y finalizaron en noviembre de 1956 [...]. Allí lograron a trabajar unos 1 300 empleados en condiciones muy duras. [...]

La noche del 9 de enero de 1959 resultó fatídica para el destino del valle; las intensas lluvias alimentaron con saña la cubeta del embalse y afectaron gravemente a las estructuras de contención alzadas a una altitud de 1 650 metros. Hacia la medianoche, con temperaturas muy bajas, de casi 18 grados bajo cero, reventó la presa, abriéndose una brecha de 70 metros de ancho por 30 de alto y lloviendo casi ocho mil millones de metros cúbicos de agua que arrastaron salvajemente todo cuanto encontraron a su paso por los ocho kilómetros del cañon del Tera, embocando hacia Ribadelago y el lago de Sanabria, un violento desastre que los geólogos han denominado ‘flash flood’ y que desde ámbitos periodísticos podría calificarse de “hidrocausto”. La presa de gravedad no resistió ni su primer llenado y desde el mês de Abril de 1956 se venía comprobando la existencia de alarmantes grietas que fueron periódicamente inyectadas con hormigón.

La pequeña localidad sanabresa [...] quedó destruida en un 75%, bastaron menos de doce minutos, desapareciendo três cuartas partes del ganado. En Ribadelago, un pueblo de no más de 600 almas, fallecerían 144 mientras dormían o corrían aterrorizadas hacia las zonas más altas del pueblo; solo 28 cuerpos fueron recuperados. [...]

El célebre ingeniero Eduardo Torroja Mirat se encargó de redactar un valiente informe inacabado donde esbozaba impecablemente las causas principales de la tragedia: deficientes materiales de construcción, peligrosos comportamientos del hormigón y granito a bajas temperaturas, fisuras en la presa y fuertes precipitaciones inmediatamente anteriores al accidente que impidieron la llegada de empleados hasta la presa para abrir la compuerta y aliviar el crecimiento de las aguas.[...].

9 ENE 1959 00h24 Ribadelago, Museo Etnográfico de Castilla y León, Zamora

O desabamento da barragem de Veja de Tera e, sobretudo, a inundação da aldeia de Ribadelago, segundo os jornais daquele tempo, impressionou Espanha, Portugal e o mundo inteiro. Mas, o que é deveras emocionante, é que continua a impressionar, ainda hoje, a todos os que visitam aquele lugar. Por isso, é perfeitamente compreensível que estes alunos tenham referido a facto. Se é certo que o índice de referências é baixo (7% do total), também não será menos verdade que, devido a uma certa proximidade no tempo, os alunos tenham sido induzidos a não o considerar como facto histórico, um conceito que, normalmente, é atribuído a acontecimentos longínquos e muito antigos. De qualquer forma, consideramos que este é um dado da história da comarca que deveria ser pedagógica e cientificamente estudado em matérias como a Geografia, a História, as Ciências Físico-Químicas...

A construção do castelo de Puebla de Sanábria, com todo o seu sistema defensivo, impressiona certamente qualquer visitante; também os alunos terão ficado impressionados ao ouvirem a explicação do professor de História acerca da construção da fortaleza e da sua estrutura defensiva. Disso deram conta cinco alunos das escolas da comarca. Uma escassa referência de 5% do total, tendo em conta a imponência do castelo e de toda a zona histórica da vila medieval. “El actual castillo de Puebla de Sanabria, levantado sobre las ruínas de la fortaleza plenomedieval, se comenzó a edificar a mediados del siglo XV, bajo el mandato del tercer conde de Benavente don Alonso Pimentel, según se refleja en su testamento”⁵⁹².

É justamente no contexto deste espaço, tão valioso no seu património histórico e arquitectónico, que alguns alunos (apenas dois) referem um acontecimento da história nacional de Espanha ocorrido em terras de Sanabria. Trata-se de um interessante episódio da corte dos princípios do século XVI, que ficou conhecido na História como a “Concórdia de Villafáfila”, algo que podíamos designar de intriga palaciana, envolvendo a rainha Juana, “la Loca”, seu marido e seu pai, respectivamente, Felipe, “el Hermoso” e Fernando, “el Católico”. Permita-se-nos fazer aqui uma longa citação de Ludwig Pfandl, da sua obra *Juana la Loca, Madre del Imperador Carlos V*, que, por ser tão sintética e eloquente, permite uma imediata compreensão dos factos que ali ocorreram. “El 20 de junio de 1506, tuvo lugar un encuentro de los dos reyes rivales en Villafáfila, próxima a Puebla de Sanabria en el reino de León. Allí firmaron un tratado de mutuo reconocimiento como soberanos, Fernando del reino de Aragón y Felipe y Juana del reino de Castilla. Pero al mismo tiempo y en secreto, también firmaron ante Diós, el Crucifijo y los Evangelios pero a espaldas de Juana, estar de acuerdo en impedir la intromisión de la reina en asuntos de gobierno, pues dado su estado de salud mental fácilmente conduciría al reino a una hacatombe. De modo que ella, que antes había traicionado al esposo com su padre, ahora era secretamente traicionada por su esposo y por su padre. Al menos así

⁵⁹² Castillo de Puebla de Sanabria, sítio: www.castillosdejirm.com, em 28-08-2009.

constaba en documento escrito, de la escisión de un reino que solamente había durado unido un par de décadas⁵⁹³. Os factos são estes; contudo, as duas alunas limitam-se a fazer menção da estada dos reis no seu castelo: “Que Juana “la Loca” estuvo alojandose en nuestro castillo con Felipe “el Hermoso”⁵⁹⁴; para elas, este dado da história local é mais importante do que as razões, de ordem nacional, que ali os levaram. E bem, já que o questionário solicitava-lhes a indicação de factos locais e não nacionais.

A origem lendária do lago de Sanábria é um facto “histórico” referido por dois alunos: “Diós apareció en el lago de Sanabria pedindo como peregrino y luego hundió el pueblo Valverde de Lucerna⁵⁹⁵. O resumo da lenda consta do Guia de la Provincia de Zamora: “una bonita leyenda que atribuye sus orígenes al castigo divino que Jesucristo, disfrazado de pobre, hizo recaer sobre el pueblo de Villaverde de Lucerna por la falta de generosidad de sus habitantes que no le dieron limosna. Tan solo unas mujeres que trabajaban en un horno echaron un pedazo de masa a cocer para darlo al pobre, y el pan creció tanto que no salía por la boca del horno. El peregrino castigo al pueblo haciendo brotar agua del suelo hasta que se cubrió todo entero, a excepción del horno que quedo al descubierto, configurando la isla que puede verse en la actualidad. La leyenda termina relatando que en la madrugada de San Juan las almas puras escuchan repicar las campanas de Villaverde de Lucerna⁵⁹⁶. Esta versão da lenda apresenta “Villaverde de Lucerna” como o suposto topónimo da povoação submersa, enquanto as alunas indicam “Valverde de Lucerna”. Contudo, não subsiste a menor dúvida de que há uma só lenda e uma só povoação lendária. A confirmação está contida no nome do Instituto de Enseñanza Secundaria (IES) de Puebla de Sanábria, onde o questionário foi aplicado e a que pertencem as três alunas que mencionaram a lenda: “El nombre de nuestro instituto [Valverde de Lucerna] proviene del pueblo que, según la mitología popular, se encuentra sepultado bajo las aguas del Lago de Sanabria y que se llamaba así⁵⁹⁷. A atribuição do nome de uma povoação lendária a um instituto de ensino dá-nos a ideia muito clara do arraigamento da lenda na população da comarca; por outro lado, na decisão desta atribuição não terá passado despercebido o carácter educativo da lenda, nomeadamente no que respeita à promoção dos valores humanos e sociais na escola.

Outro facto histórico da maior relevância para a história local da comarca da Sanábria é a existência de mosteiro beneditino de San Martín de Castañeda e à acção

⁵⁹³ PFANDL, Ludwig (1999), *Juana la Loca, Madre del Imperador Carlos V, su vida, su tiempo, su culpa*, Ediciones Palabra, Madrid, p. 79.

⁵⁹⁴ Questionário: afirmação de uma aluna, 14 anos, 2º E. S. O.

⁵⁹⁵ Questionário: afirmação de uma aluna, 13 anos, 2º E. S. O.

⁵⁹⁶ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 68.

⁵⁹⁷ Sítio da internet do IES Valverde de Lucerna: <http://iesvalverdedelucerna.centros.educa.jcyl.es>, em 28-08-2009.

dos seus monges no desenvolvimento da região. Curioso é o facto de os alunos mencionarem “los monjes del Monasterio de San Martín de Castañeda”⁵⁹⁸, preferindo salientar o elemento humano (que já não existe) em vez do arquitectónico e monumental, o edificio propriamente dito, que lá permanece bem visível e imponente, a servir de testemunho do valioso contributo humano e cultural prestado por essa ordem religiosa: “Un lugar típicamente montañoso de esta zona situada en el noroeste de la provincia de Zamora, limitandovpor el mediodía com la provincia de Trás-os-Montes del norte de Portugal, por el poniente con la de Orense y por el norte con el Bierzo (León). A este rincón apartado se retiran unos desconocidos monjes en la alta Edad Media para llevar vida consagrada y levantan una iglesia que dedican a San Martín, obispo de Tours”⁵⁹⁹. Para além da dedicação destes monges à vida religiosa, é conhecida a obra que realizaram em outros domínios, como “o ensino, o trabalho nos campos e a assistência a doentes, peregrinos e mendigos”⁶⁰⁰, que em muito contribuiu para o desenvolvimento de toda a Europa, nesse longo período da sua história. Terá sido esse contributo que os alunos (um índice bastante reduzido de dois, num total de 92 inquiridos) quiseram salientar, contributo da maior importância para o desenvolvimento de toda esta zona do noroeste da província de Zamora.

Quadro nº 57

Factos históricos - Alunos das escolas da vila de Alcañices

Factos históricos	Nº. de referências	%
Don Quijote pasó por Alcañices	5	6%
El castillo de la reina	2	
Antes el camino de Santiago pasaba por Alcañices.	2	
El Cid estuvo en Alcañices.	2	
Por Rabanales ha pasasdo Cesar Augusto	2	
Que mataron a un cura durante la dictadura de Franco.	1	
La peña de la cabra.	1	
Las pisadas del caballo blanco de Santiago.	1	
No he oído hablar de nada sobre Alcañices.	1	
Total de alunos de Alcañices	82	
Total de alunos que referiram	15	18%
Total de factos referidos	17	

⁵⁹⁸ Questionário: afirmação de um aluno, 11 anos, 5º E. P.

⁵⁹⁹ FERNÁNDEZ DE PRADA, *Op. Cit.*: 42.

⁶⁰⁰ COSTA, *Op. Cit.*: 99.

A referência a Don Quijote e à sua passagem por Alcañices é a que merece um maior índice de indicações por parte dos alunos desta vila: cinco, o que equivale a seis por cento do total. Mais uma vez nos confrontamos com a confusão que eles fazem entre personagens da história, de lendas e de romances, neste caso, de uma obra-prima da literatura espanhola e universal, *Don Quijote de la Mancha* de Miguel de Cervantes.

Ainda assim, somos levados a pensar que os alunos terão tido a intenção de mencionar o escritor Cervantes, autor da obra, e não propriamente Don Quijote, personagem central do romance, como tendo passado por Alcañices. Assim sendo, constatámos que Cervantes manteve uma profunda amizade com o Marquês de Alcañices, Don Álvaro Antonio Enríquez de Almansa, que lhe dedicou um soneto: “Escrito el “Prólogo”, Cervantes remitió a la imprenta los preliminares, las poesias enviadas en elogio suyo y de la obra. El primer elogio fue el soneto del Marqués de Alcañices, Álvaro Antonio Enríquez de Almansa, de quien, agradecido Cervantes dirá:

*Y más se les llega el de Alcañices,
Marqués insigne, harán, puesto que hay una
en el mundo no más, cinco fenices,
cada qual de por sí será columna
que sustente y levante el edificio
de Febo sobre el cerco de la luna”⁶⁰¹.*

Na verdade, Cervantes passou algum tempo da sua vida por estas terras de Sanábria e de Bragança. Esta é a tese defendida pelo historiador Leandro Rodríguez, nomeadamente, sobre a terra onde ele nasceu: “Miguel de Cervantes Saavedra, muy probablemente nacido el año 1549 en el pueblo Cervantes de Sanabria (Zamora), sito en las Montañas de León, sería alumno en el Estudio que los Jesuitas tenían en “Berganza” Braganza (Portugal)”⁶⁰². A ideia de que Cervantes estudou em Bragança é reforçada na mesma *Introducción* à sua obra, tal como se constata um pouco mais adiante: “Estando en Tomar, Portugal, en el momento en que Felipe II de España deviene también Felipe I de Portugal, Cervantes fue enviado con embajada de dicho rey a Orán. El Rey de Portugal estaba autorizado a enviar con embajada a quien tuviera relaciones directas con el Reino. Cervantes, estando al servicio del Marqués de Santa Cruz, habiendo sido discípulo de los Jesuitas en Braganza, conociendo la dulce lengua portuguesa y teniendo a su lado a conocidos apadrinados por el Obispo de Évora y por el Duque de Braganza, reunía las cualidades precisas para que su Rey le enviase con

⁶⁰¹ SLIWA, Krzysztof (2005), *Vida de Miguel de Cervantes Saavedra*, Edition Reichenberger, Kassel, p. 578.

⁶⁰² RODRÍGUEZ, Leandro (2005), *Introducción*, in *Don Quijote de La Mancha*, Editorial Semuret, Zamora: XII.

directivas que debía cumplir el General de Orán. Absurdo es suponer que a un perseguido, se le encomendase una tan grande embajada”⁶⁰³. A referência a uma hipotética perseguição justifica, segundo o historiador, a vinda de Miguel Cervantes para a cidade de Bragança, estando ele muito próximo dela, na Sanábria. Ter-se-ia, então, instalado no colégio que os Jesuitas possuíam na cidade, onde prosseguiu os estudos e aprendeu a língua de Camões.

Com respeito à passagem do herói Dom Quixote por Alcañices, também Leandro Rodríguez confirma essa possibilidade, assim como pela contígua Terra de Miranda, recolhendo da obra elementos implícitos que lhe permitem extrair essa conclusão. O historiador cita uma breve peleja na “gran cuesta de Zulema” entre Don Quixote e um cavaleiro que lhe saiu ao caminho; esse lugar situar-se-ia nas imediações do rio Aliste, “Ceadea, en lugar tranquilo y agradable. [...] El caballero, quien no era otro que Sansón Carrasco, pierde y herido busca ser emplastado por un algebrista que había en Alcañices”⁶⁰⁴.

A passagem do protagonista por Miranda ter-se-á dado logo após esta peleja, quando ele e o seu escudeiro seguiam *el camino de Saragoza* e encontraram Don Diego de Miranda: “Hacen camino y al llegar a la raya o frontera que separa el Reino de León y el de Portugal, vem un carro atravesar el paso”; o carro transportava um leão que, à vista de Dom Quixote, se deitou, perante a estupefacção de Don Diego. Seguiram viagem até à casa do fidalgo. “Don Diego tenía un hijo que había estudiado en Salamanca con quien Don Quijote pudo dialogar sobre la Poesía y otras Artes. Agradable fue la estancia en Miranda”⁶⁰⁵. A viagem prosseguiu por terras de Sayago e de Zamora.

O castelo de Alcañices é referido por dois alunos. Trata-se de uma fortaleza medieval da qual resta uma torre principal templária e três torreões relativamente bem conservados; teria sido muito importante na defesa destas terras fronteiriças: “Fue una villa fortificada que pertenecía a los templarios en 1210. De su castillo y murallas sólomente subsisten vários cubos de mampostería [os referidos torreões], destacandose entre ellos la denominada Torre del Reloj”⁶⁰⁶. É, sem dúvida, um elemento relevante da história da vila.

“Antes el camino de Santiago pasaba por Alcañices”, assim escreveram dois alunos. A variante da Via de la Plata que antes passava e ainda hoje passa por Alcañices é denominada *Camino Portugués de la Via de la Plata*; foi convenientemente estudada e está a ser dinamizada pela associação que leva o mesmo nome e que tem a

⁶⁰³ *Idem*: XIII.

⁶⁰⁴ *Idem*: XXIV.

⁶⁰⁵ *Idem*: XXV.

⁶⁰⁶ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 45.

sua sede em Zamora. “A route, first waymarked in 2000, wich deviates from the main Via de la Plata in Zamora to lead west via San Pedro de la Nave and Alcañices, crosses the border into Portugal and continues via Bragança, Vinhais and Segreí before going back into Spain to join up with the southern route through Galicia in Verín. From there the pilgrim continues on to Ourense and Santiago, together with the pilgrims coming via Puebla de Sanabria and A Gudiña”⁶⁰⁷. A associação procedeu à sinalização deste percurso no ano 2000, colocando marcos trabalhados em pedra em todas as localidades, com o apoio das autoridades locais; em cada um dos marcos foi inscrito um texto individualizado contendo uma breve síntese da história local e das peculiaridades de cada uma das terras. A fotografia nº 66 apresenta a placa que assinala a passagem do Caminho Português pela comarca de Aliste, em Alcañices; relembra “el Tratado desde lejanos tiempos” pelo qual “se fomentó la convivencia y se estableció la paz” – o Tratado de Alcañices. O mesmo caminho passa também por Bragança, sendo igualmente assinalado também por uma placa, com inscrição alusiva à cidade (foto 67).

“Por Rabanales ha pasado Cesar Augusto” é a frase que dois alunos escreveram. A referência a Rabanales, localidade da comarca de Aliste e muito próxima de Alcañices, prende-se com a circunstância de ser considerada, por alguns historiadores, como a capital do reino dos Zoelas, Curunda Caesara. Os alunos, ao afirmarem que César Augusto passou por Rabanales, referem-se à existência de uma dedicatória a este imperador nesta povoação, o que quer dizer que “el Príncipe distinguió, de alguma manera, a este núcleo con su presencia moral y jurídica”⁶⁰⁸, tomando como verdadeira a tese de a actual povoação coincidir com a antiga Curunda. Assim sendo, terão os Romanos acrescentado “al nombre indígena del centro urbano otro derivado de alguna de sus titulaturas imperiales”⁶⁰⁹, tal como se fez, por essa altura, com outras cidades do Império.

Contudo, outros autores tendem a situar a capital dos Zoelas em Castro de Avelãs, próximo de Bragança, por aí ter sido encontrada uma inscrição que “menciona a la Ordo Zoelarum como oferente de una dedicatoria votiva al diós indígena Aerno. Ello ha determinado que muchos autores se inclinen por considerar que este yacimiento tendría que ser, por fuerza, la capital de los Zoelas”⁶¹⁰. Até à elaboração do estudo arqueológico que acabámos de citar, era comumente aceite esta tese: as comunidades instaladas em dezenas de castros da Segunda Idade do Ferro, nesta região, “integravam o povo conhecido como Zoelae, com sede política e administrativa em Castro de Avelãs, estendendo-se por uma vasta área territorial no Nordeste de

⁶⁰⁷ Texto informativo de *Camino Portugués de la Via de la Plata*.

⁶⁰⁸ *Prospecciones Arqueológicas, Op. Cit.: 40.*

⁶⁰⁹ *Ibidem.*

⁶¹⁰ *Idem: 35.*

Portugal e Noroeste de Espanha”⁶¹¹; recentemente, este grupo de investigadores de *Prospecciones Arqueológicas*, ao elaborar um estudo no qual surge com tema principal “la importância histórica que Rabanales tuvo durante la Antigüedad”⁶¹², relançou a discussão em torno da questão do lugar em que se implantava a capital Curunda. Talvez por isso, o assunto tenha sido abordado em alguma aula de História e, assim, o tenham referido, por se tratar de um tema da história da sua localidade, sendo oriundos de Rabanales ou da sua comarca, sendo de outra localidade. É significativo que o facto tenha sido referido por estes dois alunos e muito mais importante seria se outros o tivessem igualmente feito.

No conjunto das respostas dos alunos de Alcañices, salienta-se a circunstância de nenhum aluno ter indicado o facto histórico, quiçá mais importante da vila, que se refere aos dois reinos peninsulares mais predominantes – o Tratado de Alcañices – cujo âmbito foi já desenvolvido no capítulo do Estado da Questão. O sétimo centenário deste acontecimento foi solenemente comemorado em Setembro de 1997, com a presença de sua Majestade o Rei de Espanha, Don Juan Carlos, e do Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio.

Quadro nº 58

Factos históricos - Alunos das escolas de Almeida de Sayago e Villamor de los Escuderos

Factos históricos	Nº. de referências	%
Un rayo partió una peña que se llama “Peña del Rayo”.	5	25%
Inundación	2	
Accidente de tren.	2	
Que el pueblo pertenecía a un marqués.	1	
Total de alunos inquiridos	20	
Total de alunos que referiram	10	50%
Total de factos referidos	10	

Dos quatro “factos históricos” referidos pelos alunos de Almeida de Sayago e de Villamor de los Escuderos, apenas um deles (“un rayo partió una peña que se llama ‘Peña del Rayo’”) pode ser identificado. Nestas circunstâncias, deverá ser incluído na

⁶¹¹ FERNANDES, Armando (coord. 2009), *Meu nome é Bragança*, p. 9, Edição da Câmara Municipal de Bragança, p. 9.

⁶¹² *Prospecciones Arqueológicas*, Op. Cit.: 7.

categoría das lendas e dos factos mitolóxicos. Os restantes non están localizados no espazo xeográfico, o que permitiría tratá-los de algunha maneira que fose.

Em qualquer povoação do meio rural permanecem na memória do povo lendas relacionadas com determinados lugares mágicos: ermidas, fontes, grutas, pontes, fragas, rochedos... Na comarca de Sayago, o mesmo se passa: “Piedras, muchas piedras, decíamos en Sayago... al otro lado de la leyenda. Y es que Pereruela, además de sus *cacharros* – alfarería -, gira entorno a las piedras como sus “ruedas” de fabricar la loza con el bermejo. Así, *peñas* como la de *la Palla* o *del Cuarterón* están ligadas a Viriato con sus leyendas; *los Hociles*, cuevas formadas sobre el lecho de la ribera por derrumbamiento de grandes moles graníticas que ha levantado hermosas y sugestivas leyendas; *el salto del Ladrón* con sus huellas de herradura no le va a la zaga, etcétera”⁶¹³. E outras fragas, que o autor cita nas súas obras, como a *Peña La Mujer*, a *Peña de la Sierpe*, a *Peña del Moro*... O propio topónimo de Pereruela, una localidade da comarca, “parece indicar un lugar de muchas piedras; el nombre es de origen latino, antes Petreruela; por lo tanto deriva de *petra* = piedra, lo que nos señala las muchas que hay en su término”⁶¹⁴. É perfectamente normal e comprensível relacionar figuras lendárias com determinados lugares mágicos.

Quadro nº 59

Factos históricos - Alunos das escolas da comarca de Aliste

Factos históricos	Nº. de referências	%
Hay restos de fundiciones romanas.	7	39%
Hallazgo de una Virgen en la cueva de la Ermita.	5	28%
Total de alumnos inquiridos	18	
Total de alumnos que referiram	12	67%
Total de factos referidos	12	

A existência de “restos de fundiciones romanas” é mencionada por sete alumnos (cuatro rapazes e três meninas), apresentando um índice elevado de referências históricas (trinta e nove por cento), comparativamente com todos os restantes conjuntos, tanto de um lado como do outro da fronteira. Por outro lado, a referência

⁶¹³ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1991), *La Otra Historia de Sayago – El Mayo, supersticiones, brujería...*, Ed. José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 227.

⁶¹⁴ CARNERO FELIPE, Ramón Manuel (1996), *Sayago... al otro lado de la leyenda*, Ed. José López Villa y Pascual Rodrigo, Zamora, p. 137.

concentrada neste facto indicia que este tema foi tratado nas actividades lectivas com alguma profundidade. Este facto, a presença romana na comarca de Aliste, assume, assim, foros da maior relevância para a história local e disso nos dão conta os alunos que o indicaram.

Vejamos. Actualmente, a região caracteriza-se por um certo carácter periférico “que la alejó de las grandes vías de penetración cultural, comercial y racial, ha hecho posible que aún hoy existan paraísos para los estudios antropológicos, dado su anquilosamiento cultural”⁶¹⁵. Contudo, ao tempo da ocupação romana, esta região era um ponto importante de passagem das gentes do império na Península: “Si en Rabanales de Aliste existía un ara o, tal vez, un pedestal de estatua, dedicada a este emperador [Augusto] y por la zona discurría la más antigua de las calzadas romanas del Noroeste, que unía a Braga con Astorga a través de Chaves”⁶¹⁶, a comarca de então dispunha de uma centralidade que lhe conferia um desenvolvimento notável. A via era a XVII Augusta Romana, do Itinerário de Antonino, que passava por Bragança e entrava no que é hoje o território zamorano por Puerto Calzado, sobre o rio Maçais, prosseguindo por Figueruela de Abajo, Figueruela de Arriba, San Pedro de las Herrerías (próximo de Rabanales), Villardecervos e Villanueva de Valrojo (todas povoações da comarca de Aliste) até atingir a actual província de León. Este não terá sido apenas um lugar de passagem mas também de exploração das suas riquezas naturais que os Romanos tanto procuravam na Península Ibérica, nomeadamente os metais preciosos. Daqui a referência à exploração mineira de que os alunos nos dão conta, na zona de Aliste.

A atestar este facto, a fixação dos Romanos nesta zona, está o aparecimento de numerosos vestígios deste período: “muchas de las casas conservan en los cuerpos de las puertas o ventanas, estas estelas [romanas], utilizadas como material de construcción. De igual modo, desde el próprio San Vitero [Aliste], a unos pocos kilómetros se podrían observar numerosas estelas romanas incrustadas en la iglesia parroquial de Rabanales”⁶¹⁷.

A referência “hallazgo de una Virgen en la cueva de la ermita”, podendo constituir um facto da história de alguma localidade, carece da necessária localização geográfica para que possa ser convenientemente investigada.

⁶¹⁵ ALBA, Juan Carlos, *Op. Cit.*: 15.

⁶¹⁶ Prospecciones Arqueológicas, *Op. Cit.*: 5.

⁶¹⁷ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 47.

Quadro nº 60

Factos históricos - Alunos das escolas da comarca de Tierra del Pan

Factos históricos	Nº. de referências	%
Não indicaram factos históricos.	0	
Total de alunos inquiridos	14	
Total de alunos que referiram	0	
Total de factos referidos	0	

Este conjunto de alunos não fez qualquer referência a factos históricos. Talvez por serem em número muito reduzido ou talvez por não existir na sua história local um facto notório ou facilmente acessível ao seu estágio de desenvolvimento; pela falta de abordagem destes temas nas suas actividades lectivas ou por outras razões que não conseguimos discriminar.

Quadro nº 61

Factos históricos - Alunos da escola de Moraleja del Vino

Factos históricos	Nº. de referências	%
Que aqui nació el escultor zamorano Eduardo Barrón.	6	38%
Total de alunos inquiridos	16	
Total de alunos que referiram	6	38%
Total de factos referidos	6	

Apenas um facto foi referido por este pequeno conjunto de alunos de Tierra del Vino: a naturalidade do famoso escultor zamorano Eduardo Barrón González.

Consultando a biografia deste ilustre zamorano, constatamos: “hijo de un zapatero remendón, nació el 4 de Abril de 1858 en Moraleja del Vino (Zamora). Su humilde familia solo le podía ofrecer un futuro incierto en la continuidad del oficio de su padre [...]. A la edad de 17 años, el banquero don Anastasio de la Cuesta, sabedor de las dotes de Eduardo, le costea con tres reales diarios para que acuda al estudio que

don Ramón Álvarez tiene en Zamora, para formarse como escultor”⁶¹⁸. Estudou em Madrid e em Roma, na Academia de Espanha.

Barrón alcançou um enorme prestígio a nível nacional e europeu, sendo a sua obra reconhecida por várias instituições relacionadas com as Belas Artes e pela Coroa Espanhola, acabando por ser nomeado conservador-restaurador do Museu do Prado de Madrid. Produziu uma vasta e valiosa obra escultórica da qual destacamos a que mais intimamente se relaciona com a cidade de Zamora: Viriato; “su imagen en bronce, obra del escultor zamorano Eduardo Barrón, ocupa una de las más bellas plazas de la ciudad y hasta ha dado su nombre, incorporándose definitivamente a la memoria colectiva de la única ciudad que desde siempre le ha dedicado su recuerdo”⁶¹⁹. Creio não estar muito equivocado ao afirmar que esta incorporação de um herói ibérico, Viriato, na memória colectiva dos zamoranos em muito se deve ao trabalho notável de um artista de renome nacional e internacional. Na verdade, Eduardo Barrón tornou visível e, portanto, fisicamente presente esse herói, num espaço histórico da cidade; os habitantes, ao admirarem a obra de arte, são levados a conservarem viva a história e os feitos do herói.

Não admira, pois, que os habitantes de Moraleja del Vino sintam orgulho deste ilustre filho da terra; como não admira que os alunos (cinco rapazes e uma menina) tenham manifestado a mesma incorporação na sua memória colectiva; quiçá, maioritariamente, se pensarmos que esta escola é um centro educativo que recebe alunos de outras localidades e que estes se terão absterido de o referir.

2. Importância do estudo da história local

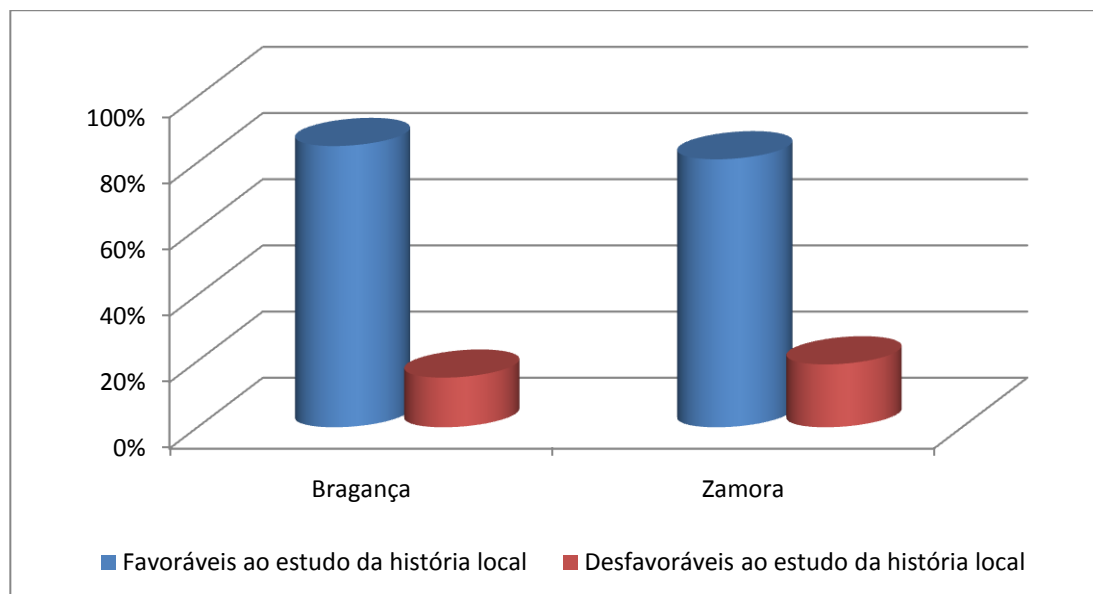
Neste ponto do questionário, foram os alunos solicitados a assinalarem se é ou não importante dedicar mais atenção ao estudo da história da sua localidade e do seu concelho, no decorrer das actividades lectivas. A pergunta formulada foi a seguinte: “En tu opinión, es importante estudiar mas la historia de tu localidade en el colegio o el instituto?”⁶²⁰. Os resultados globais constam do gráfico nº 9, abaixo apresentado.

⁶¹⁸ BELTRÁN, Mónica, sítio da internet: www.conocerzamora.com, em 22-08-2009.

⁶¹⁹ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 156.

⁶²⁰ Cuestionario para los alumnos, IV. 2.

Gráfico nº 9

Importância do estudo da história local

Os alunos do distrito de Bragança pronunciam-se, por uma grande maioria, a favor do aprofundamento do estudo da história da sua localidade ou do seu concelho; apenas uma reduzida minoria de quinze por cento se manifesta contra essa abordagem.

Os alunos da província de Zamora, globalmente, manifestam a mesma opinião, com uma maioria de índice ligeiramente mais baixo dos que estão a favor da intensificação do estudo da história da sua localidade e uma minoria equivalentemente mais elevada dos que não encontram qualquer importância no reforço dos conteúdos relativos a esse tema. Estes perfazem um quinto do total dos inquiridos.

Se compararmos estes índices com os da questão anterior, a indicação de factos históricos relacionados com a história da localidade de cada um, verificamos que os dados apresentados por cada conjunto de alunos também são muito semelhantes: cerca de um terço fizeram essa referência, tanto no distrito de Bragança, como na província de Zamora.

A ausência de respostas indicativas de factos históricos locais, por parte da maioria de dois terços dos alunos, contrasta com a grande maioria dos que assinalaram ser importante o seu estudo; contudo, isso não implica qualquer contradição; significa, apenas, que reconhecem ser importante o estudo dos temas da história local mas que apenas uma minoria de um terço dispunha de conhecimentos suficientes para fazer referência a eles; por outras palavras: a maioria reconhece que é importante a história

da terra e, implicitamente, a mesma maioria acaba por indicar que dela não conhece nenhum facto; portanto, quererá ainda a maioria dizer que é necessário investir mais no conhecimento destas matérias. Não existe, portanto, qualquer contradição entre os resultados das duas questões; pelo contrário, os dados da segunda reforçam os da primeira.

Quadro nº 62

Importância do estudo da história local, por sexos

Indicadores	Bragança		Zamora	
	Rapazes	Meninas	Rapazes	Meninas
1. Alunos que consideram ser importante estudar a história local.	319 84%	334 86%	173 82%	156 80%
2. Alunos que consideram não ser importante estudar a história local.	62 16%	56 14%	39 18%	38 20%

A análise da incidência dos resultados deste indicador, por sexos, não revela mais do que uma divergência de dois pontos percentuais, entre os rapazes e as meninas; em Bragança, as alunas mostram-se mais valorizadoras do estudo da história local; contrariamente, em Zamora, são os rapazes que se manifestam mais favoráveis à inclusão destas matérias nas disciplinas das Ciências Sociais. Em todo o caso, esta diminuta margem de divergência pode considerar-se irrelevante, não nos permitindo extrair qualquer inferência digna de destaque.

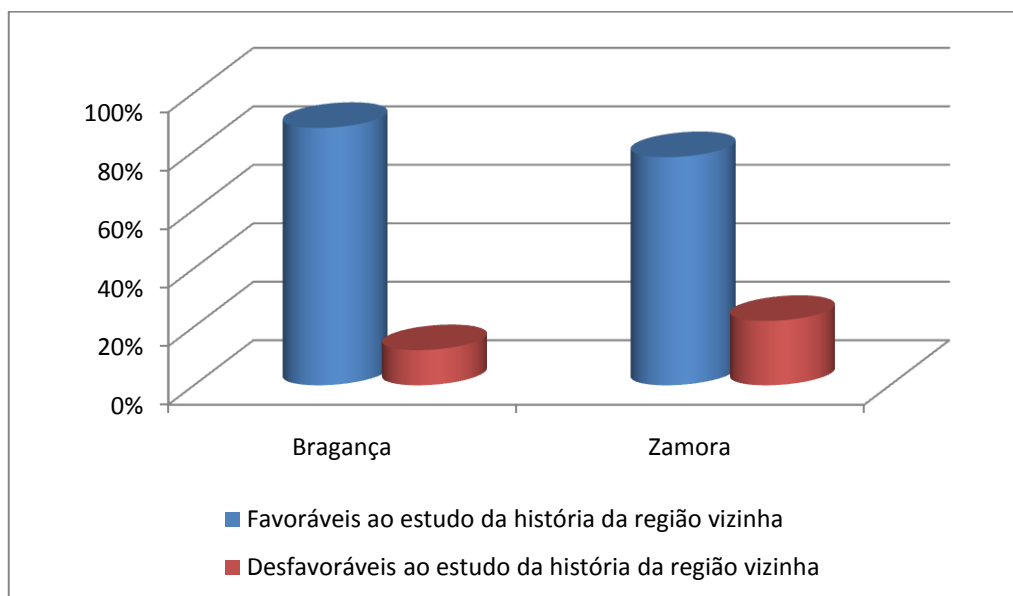
3. Importância do estudo da história local da região contígua do país vizinho.

Nesta questão, pretendia-se apurar o grau de sensibilidade dos alunos ao estudo e conhecimento dos factos históricos ocorridos na respectiva região contígua do país vizinho, factos que estejam relacionados com a própria história local; conseqüentemente, lograríamos saber qual a sua disponibilidade para a integração desses conteúdos na abordagem da sua história local e regional.

Nesse sentido, colocámos os alunos perante a seguinte pergunta: “Consideras importante estudar los hechos históricos ocurridos en la región portuguesa de Bragança y Trás-os-Montes y que tengan que ver con la Historia de Zamora, de Castilla y León y de España?”⁶²¹. Todos os alunos assinalaram a sua opinião; os resultados são apresentados no gráfico nº 10, que se segue.

Gráfico nº 10

Estudo da história da região contígua do país vizinho



Consultando o gráfico acima apresentado, constata-se que os alunos de Bragança se pronunciam, por uma larga maioria, a favor da inclusão de conteúdos da história de Zamora nos seus estudos; conforme a formulação da pergunta, obviamente estes conteúdos devem estar relacionados com a história da sua região, concelho ou localidade, não sendo legítimo extrapolar o sentido da indicação fornecida para quaisquer outros.

Consequentemente, apenas uma minoria deixa de considerar importante o estudo dos factos históricos que não lhe dizem directamente respeito, quer seja por serem de âmbito extra-nacional, quer por dizerem respeito a outras regiões; confrontando estes dados com os do estudo da história local (gráfico nº 9), verifica-se que se trata, estatisticamente, da mesma mesma minoria que revelou uma opinião desfavorável.

Os alunos de Zamora igualmente se manifestam a favor do estudo dos factos históricos de Bragança, os que, de alguma maneira, tenham a ver com a história da sua

⁶²¹ Cuestionario para los alumnos, IV. 3.

província, de Castilla y León ou da Espanha. Contudo, esta receptividade é de um índice mais baixo, em cerca de um décimo.

Mostrou-se indisponível para aceitar a proposta do estudo da história da região vizinha uma minoria de cerca de um quinto dos alunos, aproximadamente, a mesma que desvalorizou o reforço do estudo da história da sua própria localidade, província ou comunidade autónoma.

Comparativamente, as opiniões opostas a esta proposta de ensino e aprendizagem são, na província de Zamora, de um índice de cerca de duas vezes superior ao que foi apresentado pelos alunos do distrito de Bragança. Em todo o caso, é necessário fazer sobressair que a grande maioria dos alunos aceita a inclusão de conteúdos externos, se bem que, repita-se, eles estejam relacionados com a própria história. Ou seja, de um modo geral e maioritariamente, os alunos revelam uma grande abertura a outras culturas, optando claramente pelo multiculturalismo e pela rejeição da xenofobia. Consta-se, assim, por parte dos jovens, uma abertura ao mundo de hoje, na perspectiva “de que o mundo é plural”⁶²²; na nossa história há também lugar para a história dos nossos vizinhos, tanto mais que uma e outra se podem enriquecer mutuamente.

Quadro nº 63

Importância do estudo da história da região vizinha, por sexos

Indicador	Bragança		Zamora	
	Rapazes	Meninas	Rapazes	Meninas
1. Consideram ser importante estudar a história do país vizinho.	332 43%	347 45%	159 39%	156 39%
2. Consideram não ser importante estudar a história do país vizinho.	49 6%	43 6%	53 13%	38 9%

No que toca aos resultados por sexos, verifica-se que, em ambos os lados da fronteira, se denota uma sintonia quase perfeita entre os rapazes e as meninas, quanto à inclusão da história da região vizinha no seu currículo escolar; em Zamora, os índices obtidos são exactamente os mesmos. Ainda assim, na região portuguesa são as

⁶²² LOURENÇO, Orlando M. (1996), *Educar hoje Crianças para o Amanhã*, Porto Editora, Porto, p. 109.

alunas que revelam um índice de abertura ao estudo da história vizinha ligeiramente superior aos dos rapazes.

Os indicadores negativos, daqueles que consideram “no importante estudiar los hechos históricos” da outra região, são do mesmo índice para os alunos dos dois sexos, no distrito de Bragança; na província de Zamora, este mesmo índice é superior no conjunto dos rapazes; a análise pela negativa dos resultados da área espanhola acaba por estar em conformidade com a análise positiva da zona portuguesa: em ambas, são as alunas que manifestam maior disponibilidade à aceitação do estudo da história dos “outros”.

Dos professores entrevistados, vários são os que se pronunciaram pela necessidade da aproximação das gentes das duas áreas geográficas, Bragança e Zamora. Tal aproximação conduzirá ao aprofundamento do mútuo conhecimento, devendo passar pela realização de projectos ou simples acções de intercâmbio escolar. Citemos algumas opiniões extraídas das entrevistas: importância do estudo da história e da geografia de ambas as regiões – “absolutamente; conocer la región vecina para poseer más elementos de valoración para el próprio conocimiento; es fundamental” (Antonio Veja Fernández). Dos factos históricos relacionados com ambas as regiões “había que estudiarse, de entre otros, la coronación del rey Afonso Henriques, los condes de Benavente, los tratados de Tordesillas y Alcañices” (Francisco Javier Pérez Corchero); a importância deste estudo “es muy grande y ya está contemplada en la programación” (Agostín Ponte Velayos); “historia y geografía fronterizas debían ocupar mucho más espacio en los devidos currículos de los centros educativos” (Jesús Romero Pérez); historicamente, temos sido duas nações que “mutuamente hemos estado de espaldas, desde el siglo XVI al XIX, lo que impidió nuestro conocimiento; y quien no se conoce, tiene una visión errada del otro. Por eso, es preciso el estudio de la geografía y de la historia de ambas regiones” (Bernardo Calvo Brioso).

Na sua tese de doutoramento, João Bernardo Basílio estudou, a este respeito, as atitudes dos professores dos dois países; segundo as suas conclusões, os docentes “consideram importante que às escolas seja permitido elaborar o seu currículo”, de maneira a “adequar o seu currículo de Ciências Sociais à localização geográfica da escola”⁶²³; nesta adequação curricular se inclui, conseqüentemente, a possibilidade do estudo de certos conteúdos da “historia y geografía fronteriza”⁶²⁴, segundo o Prof. Romero Pérez, nomeadamente os que são partilhados por ambas as regiões.

⁶²³ BASÍLIO, *Op. Cit.*: 447.

⁶²⁴ ROMERO PÉREZ, entrevista.

4. Os contactos com a região vizinha

Pretendia-se nesta questão determinar o índice de alunos que tiveram algum contacto pessoal com cidades, vilas ou aldeias da respectiva região vizinha ou comunidade autónoma. Nesta questão, a primeira de um conjunto de três que colocámos sobre este tema, apenas os inquirimos: “Has visitado ya [o no] alguna ciudad, villa o aldea del Norte de Portugal” [da província de Zamora]? Uma pergunta de resposta simples, de escolha entre o sim e o não. Julgamos que faz sentido adquirir uma noção clara acerca do índice de alunos que mantiveram já algum contacto com a região que fica no outro lado da fronteira, mesmo sabendo que esta palavra, na sua acepção física, faz cada vez menos sentido. De facto, a fronteira, se existe, é apenas na mentalidade das pessoas. No fundo, pretende-se apurar se os alunos tiveram e continuam a ter alguma experiência existencial que lhes permita alcançar o verdadeiro significado de fronteira; quiçá, aqueles que tiveram algum contacto físico com o país vizinho ter-se-ão dado conta que é a fronteira mental que, verdadeiramente, separa os povos.

O segundo objectivo que foi definido ao colocar esta pergunta relaciona-se com o nível de conhecimento que os alunos possuem acerca da sua região vizinha mais próxima do outro lado da fronteira física.

Os resultados obtidos constam do quadro nº 64, abaixo apresentado.

Quadro nº 64

Conhecimento da região vizinha

Indicador	Bragança	%	Zamora	%
1. Alunos que visitaram alguma localidade da região vizinha.	370	48%	233	58%
4. Alunos que não visitaram localidades da região vizinha.	401	52%	169	42%
4.51. Número de cidades visitadas por alunos.	441	57%	301	74%

Constata-se assim:

- a) Os alunos, em grande parte, visitaram alguma ou algumas localidades da sua região vizinha e, portanto, conhecem-na, de alguma maneira, com maior ou menor profundidade.
- b) O índice deste conhecimento ronda os cinquenta por cento, um pouco menos, por parte dos alunos de Bragança.
- c) Os alunos de Zamora apresentam um índice de conhecimento presencial bastante superior aos cinquenta por cento.
- d) Consequentemente, é um pouco maior o número de alunos de Bragança e bastante menor o dos alunos de Zamora que desconhecem a respectiva região vizinha, do outro lado da fronteira.

Face a estes resultados, será oportuno verificar qual a incidência dos dois conjuntos de alunos, segundo a variável independente dos níveis sociais. O quadro seguinte, nº 70, mostra a distribuição dos alunos, por região, segundo os quatro níveis sociais que foram previamente encontrados, segundo os critérios definidos para o efeito. Estes dados tornam-se necessários para que possamos estabelecer um ponto de referência para os totais obtidos em cada nível social e em cada região.

4. 1. Contactos segundo os níveis sociais

A variável independente dos níveis sociais dos alunos foi obtida na “Identificación”, a primeira parte do questionário. Omitindo sempre a referência ao seu nome, foi-lhes solicitado que indicassem alguns elementos, entre outros, a escola que frequentam, o curso, a idade, o sexo, a propriedade da casa, do carro, a profissão dos pais, escolaridade, os locais habituais de férias, no país ou no estrangeiro, viagens que tenham efectuado...; através destas perguntas indirectas, foi possível estabelecer quatro níveis sociais, segundo os mesmos critérios para os alunos das duas áreas geográficas, que são os seguintes:

Quadro nº 65 - Distribuição dos alunos por níveis sociais

Níveis sociais	Bragança		Zamora	
	Nº	%	Nº	%
Nível 1	7	1%	2	0,5%
Nível 2	96	12%	51	12,5%
Nível 3	339	44%	196	48%
Nível 4	329	43%	157	39%

O quadro nº 66, que se segue, apresenta os resultados por escola ou centro educativo: o número dos alunos que visitaram e, portanto, conhecem alguma cidade ou aldeia da região vizinha do outro país (respostas afirmativas) e dos que não conhecem por não terem visitado (respostas negativas) em cada nível social e os totais por região (Zamora e Bragança).

Nº 66 - Quadro Geral das escolas

Conhecimento da região vizinha (por níveis sociais)

Centro/escola	Comarca/ município	Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4	
		Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Miguel Torga	Bragança	1		9	4	14	29	7	31
Paulo Quintela	Bragança	2	2	26	10	25	27	15	27
E. Profissional	Bragança					4	12	4	5
Macedo Cavaleiros	Macedo C.			14	6	20	24	12	28
Mogadouro	Mogadouro	1		3	2	23	21	9	38
Miranda do Douro	Miranda Douro			13	1	43	10	11	12
Vinhais	Vinhais			2	2	23	17	13	32
Torre D. Chama	Mirandela				1	7	15	8	23
Sendim	Miranda Douro	1		5	1	27	9	28	12
Moraleja	Tierra del Vino					8	1	6	1
Univer. Laboral	Zamora			5	1	20	10	18	14
El Puente	Sanábria			2	2	6	4	1	1
Puebla de Sanabria	Sanabria			11	4	23	11	12	15
Virgen de la Salud	Alcañices			2		11	6	7	4
I.E.S. Aliste	Alcañices			4	1	19	9	11	8
Riofrío	Aliste					1	1	2	
Ferreras de Abajo	Aliste				1	6	3	1	3
Muelas del Pan	Tierras del Pan					0	3	1	3
Montamarta	Tierras del Pan					4	0	3	0
Villamor Escuderos	La Guareña					2	1	0	1
Almeida	Sayago					8	1	3	4
Obispo Nieto	Zamora			4	2	7	7	10	3
SS. Trinidad	Zamora	1	1	6	6	16	11	14	8
Total de Bragança		5	2	72	27	186	164	107	208
		71%	29%	73%	27%	53%	47%	34%	66%
Total de Zamora		1	1	34	17	131	68	89	65
		50%	50%	67%	33%	66%	34%	58%	42%

A leitura do quadro nº 66, acima apresentado, sobre sobre os índices de visitas efectuadas pelos alunos à respectiva região vizinha, por níveis sociais, permite-nos extrair as seguintes inferências:

- a) Os alunos do nível um são em número muito reduzido, pelo que qualquer oscilação, por pequena que seja, influi significativamente o resultado. Em relação a Bragança, constata-se que a maioria dos alunos, superior a dois terços, já visitou a vizinha região espanhola; quanto aos de Zamora, os que conhecem e os que desconhecem a vizinhança portuguesa, dividem-se pelo mesmo índice.
- b) Observando o quadro nº 70 (distribuição dos alunos por níveis sociais), constatamos que o total deste nível, em percentagem, é igual nas duas regiões, correspondendo a pouco mais de um décimo do total geral. O índice de conhecimento deste conjunto de alunos sobre a região vizinha aproxima-se do que foi revelado pelos do nível um; comparativamente, as duas áreas geográficas também apresentam índices similares de contactos e conhecimentos; uma maioria de três quartos dos alunos de Bragança respondeu positivamente, o mesmo sucedendo com uma maioria mais baixa por parte dos de Zamora, isto é, dois terços.
- c) Contrariamente, os alunos do nível três de Bragança revelam-se menos conhecedores e com menos contactos com a região vizinha do que os seus homólogos de Zamora; os primeiros apresentam um índice positivo ligeiramente acima da sua metade, enquanto os segundos apresentam um índice positivo igual ao dos seus colegas do terceiro nível social: dois terços do total parcial.
- d) Salienta-se que quase metade dos alunos, tanto do distrito de Bragança, como da província de Zamora, se enquadram dentro deste nível social, sendo, assim, o que apresenta a maior percentagem. Nestas condições, é este o nível que mais influencia a tendência geral dos índices de contactos e conhecimentos da respectiva região vizinha.
- e) Por último, o nível quatro da escala social. Representa cerca de dois quintos dos alunos e é o segundo conjunto mais numeroso e relativamente mais determinante na formação dos resultados globais. A percentagem é ligeiramente superior na região portuguesa em relação à sua limítrofe espanhola.
- f) Os dados relativos ao conhecimento e contactos que estão em avaliação são, neste nível social, consideravelmente afastados de uma para a outra área geográfica; no distrito de Bragança, apenas um terço dos alunos se pronunciou positivamente e, por consequência, uma maioria de dois terços afirma não ter tido qualquer contacto com a vizinha região de Espanha. Pelo

contrário, uma maioria de quase sessenta por cento dos alunos de Zamora assinalou ter efectuado alguma visita e, portanto, conhecer a região de Portugal que lhes é mais próxima.

4. 2. Os contactos segundo as zonas populacionais

A análise deste indicador não ficaria completa nela se deixássemos de considerar a variável independente “meios urbanos/ meios rurais”. Para o efeito, se apresenta o quadro nº 67, que se segue.

Quadro nº 67 - **Conhecimento da região de Zamora** (por zonas populacionais)

Alunos de Bragança

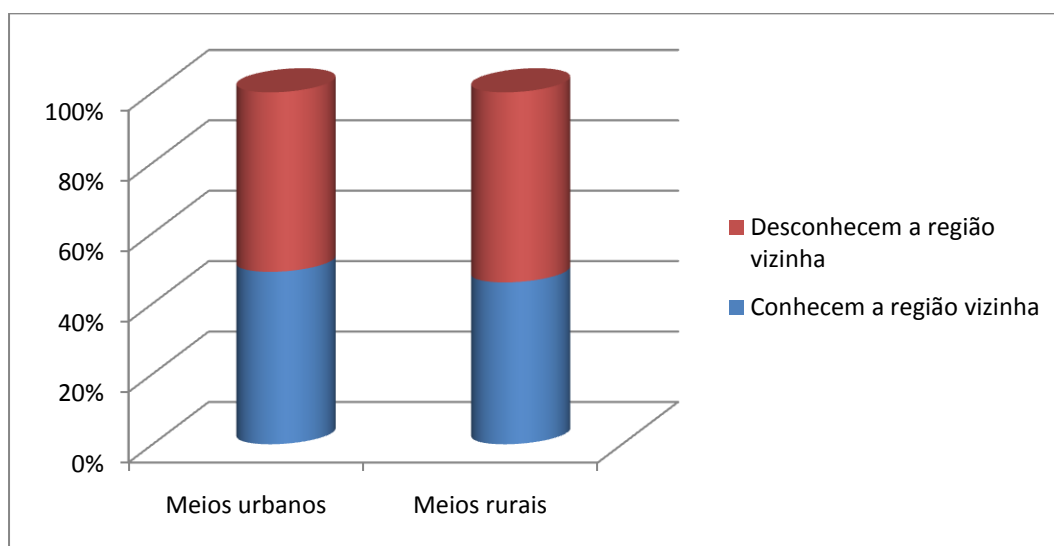
Bragança – Escolas urbanas		
Escolas	Sim	Não
Escola Secundária Miguel Torga – Bragança	31	64
Escola E. B. 2,3 Paulo Quintela – Bragança	68	66
Escola Profissional Prática Universal – Bragança	8	17
Escola E.B. 2,3/ Sec. Macedo de Cavaleiros	46	58
Escola E.B. 2,3/ Sec. Miranda do Douro	67	23
Total	220	228
% ⁶²⁵	49%	51%
Bragança – Escolas rurais		
Escola E.B. 2,3 de Mogadouro	36	61
Escola E.B. 2,3/ Sec. D. Afonso III de Vinhais	38	51
Escola E.B. 1,2 de Torre de Dona Chama	15	39
Escola E.B. 2,3 de Sendim	61	22
Total	150	173
%	46%	54%

Para a elaboração do quadro do distrito de Bragança, tal como já antes tinha acontecido, foi constituído o conjunto das escola urbanas: aquelas que se situam em

⁶²⁵ O cálculo das percentagens está indexado ao total dos alunos de cada um dos quatro conjuntos de escolas que foram formados segundo os tipos de zonas populacionais: urbanas e rurais, em cada área geográfica, de Bragança e Zamora.

localidades que possuem o estatuto legal de cidade (Bragança, Miranda do Douro e Macedo de Cavaleiros); o conjunto das escolas rurais é formado por aquelas que se situam nas vilas que são sedes de município (Mogadouro e Vinhais) e as duas restantes (Torre de Dona Chama e Sendim) que, sendo apenas sedes de freguesia, possuem o estatuto de vila. Estas são povoações de grandes dimensões, constituem-se como pólos aglutinadores das populações das freguesias situadas nas suas imediações; esta realidade é bastante notória em relação ao ensino, pelo facto de nelas terem sido criadas escolas dos segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico que são frequentadas pelos alunos das localidades circundantes.

Gráfico nº 11

Bragança – Conhecimento da região vizinha

O gráfico supra apresentado mostra a perspectiva sinóptica do conhecimento da província de Zamora e da comunidade autónoma da Castilla y León por parte dos alunos de Bragança.

Na província de Zamora, as escolas do meio urbano são as que se localizam na cidade, na vila de Alcañices (uma do ensino primário e outra do secundário) e na vila de Puebla de Sanábria. As escolas rurais localizam-se em povoações de pequena e média dimensão, tendo em conta os padrões de densidade populacional desta região afastada dos grandes centros e do litoral.

Quadro nº 68 - **Conhecimento da região de Bragança** (por zonas populacionais)**Alunos de Zamora**

Zamora – Escola urbanas		
Escolas	Sim	Não
C.E.I.P. Obispo Nieto – Zamora	21	12
I.E.S. Universidad Laboral – Zamora	43	25
C.C. Santísima Trinidad – Zamora	37	26
I.E.S. Valverde de Lucerna – Puebla de Sanabria	46	30
I.E.S. Aliste – Alcañices	34	18
C.E.I.P. Virgen de la Salud – Alcañices	20	10
Total	201	121
%	62%	38%
Zamora – Escolas rurais		
C.R.A. de Moraleja del Vino	14	2
C.E.I.P. Monte Gándara – El Puente de Sanabria	9	7
C.R.A. de Riofrío de Aliste	3	1
C.R.A. de Ferreras de Abajo	7	7
C.E.I.P. Viriato – Muelas del Pan	1	6
C.R.A. Tierra del Pan – Montamarta	7	0
C.R.A. de Villamor de los Escuderos	2	2
C.E.I.P. Matilde Ledesma – Almeida de Sayago	11	5
Total	54	30
%	64%	36%

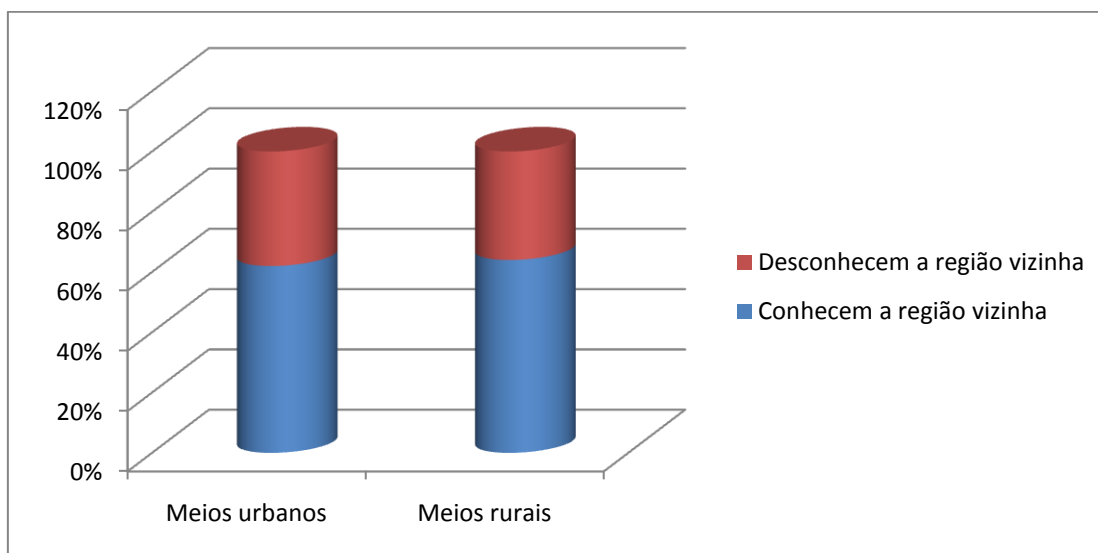
O índice de conhecimento e de contacto directo com a região vizinha, revelado pelas escolas urbanas de Bragança, ronda a metade dos alunos; por parte dos alunos do mesmo meio de Zamora, o índice deste indicador é consideravelmente superior, atingindo quase os dois terços dos alunos.

No meio rural, no distrito de Bragança nota-se uma pequena oscilação: o índice de conhecimento é ligeiramente menor do que nas escolas do meio urbano, nada de grande relevância. Contrariamente, na província de Zamora o conhecimento da vizinha região portuguesa, revelado pelos alunos do meio rural, é um pouco superior aos do meio urbano.

O gráfico nº 12 refere-se ao conhecimento que os alunos de Zamora possuem do distrito de Bragança e de toda a Região Norte de Portugal.

Gráfico nº 12

Zamora – Conhecimento da região vizinha



De um modo geral, os factores da proximidade da fronteira e do acesso rápido parecem contribuir mais para que os contactos com a região vizinha se tenham verificado; do mesmo modo, a grande distância, em termos relativos, e os maus acessos parecem ter dificultado essa possibilidade. Tomemos alguns exemplos.

- a) Os alunos de Miranda do Douro, cidade situada mesmo em cima de linha de fronteira, apresentam um elevado índice de conhecimento da vizinha província de Zamora: três quartos que declararam ter já visitado, contra um quarto que não teve ainda a possibilidade de o fazer. Esta acerção aplica-se igualmente aos alunos de Sendim, localidade pertencente ao concelho de Miranda do Douro.
- b) Em sentido contrário, os alunos de Torre de Dona Chama revelam um índice baixo dos referidos contactos; na verdade, esta localidade é a que mais longe se situa de Espanha. Mogadouro, não se encontrando tão afastada, apresenta um índice menos baixo do mesmo indicador; pelo conhecimento que possuímos do distrito, é sabido que as ligações desta vila a Espanha não são directas, o que também dificulta as acessibilidades ao outro lado da fronteira.
- c) As vilas de Alcañices e de Puebla de Sanábria situam-se a escassos quilómetros da fronteira e os seus alunos apresentam um elevado índice de conhecimento e de contactos com a região de Bragança (dois terços e três quintos, respectivamente). O mesmo se pode afirmar de Almeida de Sayago, Riofrío de Aliste, Montamarta...

- d) Por outro lado, os alunos de Muelas del Pan, El Puente de Sanábria e Villamor de los Escuderos apresentam índices mais baixos de visitas efectuadas à zona de Bragança, não constituindo, contudo, dados muito conclusivos por se lidar com um universo reduzido de inquiridos.

5. Conhecimento de localidades no outro lado da fronteira

Este indicador mostra-nos as localidades visitadas pelos alunos e o total de alunos que as visitaram, em resposta ao pedido formulado no questionário. As percentagens foram calculadas pelo número de visitas referidas sobre o total de alunos de cada área geográfica. A circunstância de a maioria deles ter referido mais do que uma cidade não afecta a informação que pretendemos obter que é saber qual o número absoluto de alunos que visitou uma determinada terra, bem como o correspondente número relativo (percentagem).

Quadro nº 69

Localidades visitadas + número de alunos que as visitaram

Distrito de Bragança

Cidades/ localidades visitadas	Nº alunos que efecturam as visitas	%
Zamora	231	30%
Alcañices	156	20%
Aldeias fronteiriças	91	12%
Puebla de Sanábria	37	5%
Salamanca	13	2%
León	7	1%
Toro	6	1%
Valladolid	5	1%

Para os alunos portugueses, consideraram-se as cidades e localidades da província de Zamora e da comunidade autónoma de Castilla y León, excluindo todas as restantes do território espanhol que foram referidas como tendo sido visitadas.

Em face dos dados apresentados neste quadro, podemos fazer as seguintes proposições:

- a) Quase um terço dos alunos do distrito de Bragança visitou, pelo menos uma vez, a cidade de Zamora.
- b) A vila Alcañices é conhecida por um quinto dos mesmos alunos; no entanto, este índice peca por defeito, pensarmos que qualquer pessoa que se desloque dos municípios de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Mirandela... para a cidade de Zamora forçosamente tem que passar por aquela vila espanhola que, de alguma maneira, passou a ser conhecida; se os alunos desta área geográfica tivessem sido rigorosos, ao indicar Zamora deveriam ter referido também Alcañices.
- c) Dada a multiplicidade de aldeias fronteiriças que foram indicadas, optou-se por reuni-las num só conjunto, como única forma de tratamento de dados que permite formular um índice estatístico; é por isso que este conjunto de localidades aparece em terceiro lugar na seriação das visitadas; Ainda assim, somos levados a pensar que este dado peca também por defeito: numa vasta área raiana como esta e com controlos policiais (pelo menos, os permanentes), torna-se muito fácil visitar aldeias espanholas; com a mesma facilidade com que se visita qualquer outra aldeia mais ou menos próxima.
- d) Situando-se poucos quilómetros de Bragança, Puebla de Sanábria estaria na posição alcançada por Alcañices, em termos de resultados, se uma via de ligação importante por ela passasse. Não sendo assim, beneficia ainda da proximidade do lago de Sanábria, local de veraneio com muita procura por parte das gentes de Bragança.
- e) A cidade de Salamanca está relativamente próxima da zona do Planalto Mirandês e mais ainda da vila de Mogadouro. Penso que este índice de visitas (considerado baixo) seria bem mais elevado, sobretudo por parte dos alunos de esta vila, se as vias de comunicação permitissem um acesso mais rápido e directo.

Quadro nº 70

Localidades visitadas + número de alunos que as visitaram**Província de Zamora**

Cidades/localidades visitadas	Nº de alunos que efectuaram as visitas	%
Bragança	126	31%
Miranda do Douro	111	27%
Aldeias fronteiriças	32	8%
Porto	28	7%
Vimioso	6	2%
Mogadouro	3	1%
Vila Flor	2	0,5%
Vila Real	1	
Valença	1	
Vinhais	1	
Chaves	1	

Seguindo procedimento similar e em conformidade com a formulação da pergunta no questionário, para os alunos espanhóis foram consideradas exclusivamente as indicações de localidades e de cidades do distrito de Bragança e de toda a Região Norte de Portugal. Outras cidades foram referidas, nomeadamente Lisboa, que, por se situarem fora deste espaço e seguindo o critério adoptado, não foram tidas em consideração.

A leitura sucinta do quadro acima apresentado (nº 75), sobre a incidência das visitas dos alunos da província de Zamora às localidades de Bragança, permite-nos extrair as seguintes ilações.

- a) Bragança é a cidade mais visitada; os alunos, numa percentagem a rondar a terça parte, a visitaram e, portanto, de uma maneira mais ou menos profunda, a conhecem. Compreende-se que assim seja, uma vez que as duas cidades capitais se encontram unidas por uma importante via de âmbito europeu.
- b) Miranda do Douro, junto da linha de fronteira que é o rio Douro, constituiu-se como um pólo de atracção para os zamoranos, de fácil acesso: “está situada num espigão que domina a pique a margem direita do rio Douro, no troço internacional que separa a província portuguesa de Trás-os-

Montes”⁶²⁶ da comunidade autónoma de Castilla y León. Não admira, pois, que muitos zamoranos visitem esta cidade histórica.

- c) Pelas mesmas razões de proximidade geográfica, as aldeias de toda a raia, desde a área protegida do Parque Natural de Montesinho/ Sanábria até ao Douro Internacional, são de fácil contacto mútuo, o que acontece com relativa frequência, sobretudo em alturas de feiras, festas e romarias. Destas, algumas são partilhadas pelas populações das localidades vizinhas; citamos, a título de exemplo, a romaria de Nossa Senhora da Ribeira, “la Ribeyriña, hispano-lusa, organizada por la población portuguesa de Quintanilha, en cuyas cercanias se encuentra el santuario... El momento de saludo-homenaje entre las distintas imágenes [portuguesas e espanholas] es de especial belleza y emotividad... Sobre las 11 de la mañana se celebra una misa en castellano para los romeros devotos españoles...”⁶²⁷. Aliás, desde sempre e apesar do rigoroso controlo alfandegário, estes contactos sempre se fizeram.
- d) As visitas à cidade do Porto registam um índice considerável, se tivermos em conta a distância de mais de trezentos quilómetros que separam esta cidade de Zamora. Os dados não são de modo algum de difícil compreensão. Vejamos: o Porto é a capital da Região Norte de Portugal, uma cidade onde se realizam muitos e importantes eventos culturais e desportivos e com uma actividade comercial pujante e capaz de atrair pessoas do centro e norte do País, bem como das regiões limítrofes de Espanha, nomeadamente a Galiza e Castilla y León; além disso, situando-se junto à costa, possui inúmeras praias, capazes de acolherem gente de todo o lado para aí passarem uns dias de férias. Porventura, os alunos que assinalaram esta visita ter-se-ão deslocado a esta cidade numa ou noutra das situações expostas.

Pelos índices dos contactos efectuados às duas capitais (provincial e distrital), inferimos, sem grande margem para erro, que as visitas à cidade de Bragança, por parte dos alunos espanhóis, equivalem às visitas à cidade de Zamora, por parte dos alunos portugueses.

A cidade de Miranda do Douro surge como a segunda mais visitada, a que poderia corresponder a vila de Alcañices, embora com um índice mais baixo de contactos.

O peso dos contactos com as aldeias fronteiriças é maior por parte dos portugueses em relação a Espanha do que o inverso, o que indicia uma tendência mais

⁶²⁶ *Guia do Distrito de Bragança* (2003), Ed. Governo Civil de Bragança e Região de Turismo do Nordeste Transmontano, Bragança, p. 81.

⁶²⁷ *Guía de Recursos Turísticos de Aliste, Tábara y Alba* (2002), Ed. ADATA, Asociación para el Desarrollo de Aliste, Tábara y Alba, Zamora, p. 48-49.

acentuada das populações locais portuguesas pelo conhecimento dos aglomerados populacionais rurais do lado espanhol, nomeadamente, através da participação em festas; estes eventos locais gozam de grande notoriedade junto dos portugueses pela sua grande animação a que chamam “movida”. Nas aldeias junto à fronteira, não é raro ouvir comentar, por exemplo, que muita gente se deslocou a Fariza (em frente a Sendim) para assistir à romaria de Nuestra Señora del Castillo que se celebra “ahora como día fijo, que antes no tenía, el primer domingo de junio; se trata de una romería a la que acuden a rendir homenaje gentes de las dos orillas del Duero”⁶²⁸, ou seja, gente de Sayago e de Miranda, mais ou menos nas mesmas proporções. Implicitamente, os alunos nos dão conta desse fenómeno. Na zona de Bragança e Vinhais são vários os momentos festivos, ao longo do ciclo anual, propícios a contactos com as povoações espanholas. Um deles é a romaria de “Las Victorias” de Puebla de Sanabria, “el 8 de septiembre, de carácter comarcal por su duración y los espectáculos que brinda, entre otros, el desfile de gigantes”⁶²⁹. São festas muito concorridas pelas gentes das vizinhas aldeias portuguesas.

As festas transfronteiriças, organizadas em conjunto e partilhadas pelas populações dos dois lados da raia, muitas vezes se transformam em verdadeiras feiras, a par da componente religiosa: a missa solene e a procissão, celebradas por sacerdotes espanhóis e portugueses. Nesta categoria se encontra a romaria de Nossa Senhora da Luz, celebrada no último domingo de Abril. “Se celebra en honor de Ntra. Sra. de la Luz, a la que se le rinde culto en la ermita del mismo nombre, ubicada en una loma entre la localidad española de Moveros y la portuguesa de Constantim, ya en terreno luso. A la romería asisten los vecinos de todos los pueblos circundantes [...]. Se crea en este día un pitoresco mescado en el que los portugueses compran productos españoles y los españoles, a su vez, compran artesanía, café, porcelana y ropa portuguesa”⁶³⁰. Este mercado torna-se um momento de convivência entre os dois povos e um motivo de conhecimento das aldeias próximas da fronteira. Implícita e genericamente, os alunos nos transmitem esta informação, porque também eles tomam parte nos actos festivos.

⁶²⁸ CARNERO FELIPE (1996), *Op. Cit.*: 89.

⁶²⁹ *Guía de Sanabria y Carballada*, p. 10.

⁶³⁰ *Guía de Recursos Turísticos de Aliste, Tábara y Alba*, p. 47.

6. Monumentos que conheceram durante as visitas

Com o objectivo de determinar o grau de conhecimento das cidades, vilas e aldeias que os alunos visitaram, no outro lado da fronteira, solicitámos aos alunos a indicação de algum monumento que lhes tenha despertado mais a atenção e de que se lembrassem.

De um modo geral, estas indicações ficaram bastante aquém das localidades que visitaram, especificando alguns alunos de Zamora: “no me acuerdo” (muitos deles) ou “no me acuerdo de ninguno” ou ainda “no me acuerdo, fue hace mucho”; grande parte simplesmente se limitou a não escrever nada. Expressões idênticas foram usadas pelos de Bragança: “não me lembro”, “não me recordo”, “já não me lembro dos nomes” ou “não vi nenhum”. Outros simplesmente nada conseguiram escrever; deduzimos que os motivos sejam os mesmos.

Quadro nº 71

Monumentos referenciados pelos alunos portugueses

Monumentos visitados	Nº alunos que efectuaram as visitas	%
Catedral de Zamora	76	10%
Castelo de Zamora	51	7%
Lago de Sanábria	19	3%
Estátua de Viriato de Zamora	16	2%
Pontes de Zamora	15	2%
Torre do Relógio de Alcañices	10	1%
Igrejas	10	1%
Praça Maior de Zamora	10	1%
Centro comercial	9	1%
Jardins	7	1%
Museu	6	1%
Praça de touros de Zamora	1	
Estádio de Zamora	1	
Palácio	1	

Tal como foi explanado no subcapítulo anterior, pouco menos de um terço dos alunos de Bragança visitou e, de alguma maneira, conhece a cidade de Zamora. Quando lhes foi solicitado que indicassem algum monumento que se lembrassem de ter visto, alguns nada escreveram e outros afirmaram já não se lembrar. Contudo, a

décima parte deles referiu a catedral, o que corresponde a um terço dos que visitaram a cidade. Este monumento é, assim, o mais mencionado de todos, não só de Zamora, como de toda a província.

Estes índices, ainda que escassos em relação ao universo dos inquiridos, revelam que os alunos tomaram conhecimento e mantêm a lembrança de que, em termos históricos, é a catedral o monumento mais importante da cidade: “el más bello edificio del siglo XII que posee Zamora cuya severidad y armonía, características ambas del románico, se mezclan aquí en singular miscelânea com aires bizantinos del lejano oriente, suponemos que por capricho del arquitecto, cuyo nombre se ignora”⁶³¹. O *Guia da Província de Zamora* confirma o que os alunos portugueses constataram nas suas visitas à cidade.

Em segundo lugar, surge o castelo, também desta cidade. Qualquer castelo desperta a curiosidade e a imaginação dos jovens; ainda que não possua valor artístico, são levados a considerá-lo de valor histórico, facto que não será descabido de todo. A sua existência em qualquer localidade atesta a importância que esta teve no passado e, porventura, no presente. Além disso, no seu seio ter-se-ão passado muitos acontecimentos e, quase sempre, muitas lendas. O castelo de Zamora faz parte do seu sistema defensivo: “son tres los los recintos que constituyeron las defensas de Zamora. El primero de ellos se extendía en longitud hasta la actual Plaza Mayor y de el se conservan bastantes lienzos, algunas puertas y el Castillo, habilitado en la actualidad para fines docentes”⁶³². Este aproveitamento didáctico-pedagógico virá, certamente, na sequência das virtualidades históricas que, geralmente, se atribuem a este tipo de construções. Na verdade, possui a cidade um conjunto monumental de “numerosas e interesantes iglesias, la mayoría de estilo románico aunque las modificaciones posteriores sufridas por algunas de ellas las sitúa en otros estilos artísticos”⁶³³. Apesar disso, verificou-se que as recordações dos alunos se desviam das igrejas (apenas um por cento as referiu) para se centrarem mais na catedral e no castelo. Assim o teria determinado a sensibilidade artística que corresponde ao seu estágio de desenvolvimento.

Dentro ainda da cidade de Zamora, algum interesse despertou nos alunos a estátua de Viriato e, por certo, alguma perplexibilidade. Na verdade, Viriato é estudado por eles como o chefe dos guerreiros lusitanos na luta contra os invasores romanos e os Lusitanos são considerados como os antepassados dos Portugueses. A questão que se lhes terá colocado é se aquele Viriato, que aparece representado numa estátua numa cidade espanhola, será o mesmo que eles conhecem da história dos Lusitanos.

⁶³¹ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 161.

⁶³² *Idem.*: 159.

⁶³³ *Idem.*: 166.

As pontes são igualmente construções que se caracterizam pela grande visibilidade, sobretudo as antigas, com seus pilares e arcos em pedra, que contrastam com a engenharia das modernas e que, por isso, despertam a atenção das crianças. Alguns alunos referem-se concretamente a uma “ponte romana” sem que, na verdade, o seja: “el más antiguo y el más bello de los conservados es el llamado puente nuevo, que sustituyó a otro más viejo levantado al parecer sobre uno romano. Del viejo quedan aún restos visibles al otro lado de la azuda de Olivares, pero tanto estos restos como el puente nuevo datan del siglo XII, época en que según Gómez Moreno ambos estaban en uso”⁶³⁴. Também chamada “puente de piedra”, tem dezasseis arcos e outros tantos vãos; sendo bem visível do cimo das muralhas, não é necessário atravessá-la para que os visitantes possam admirar a sua beleza.

O lago de Sanábria é bastante conhecido dos habitantes de Bragança e arredores, onde muitos deles passam os fins-de-semana ou pequenos períodos de férias no Verão, como alternativa às praias do litoral. Os alunos que a ele se referiram, seguramente lá terão estado nessa condição de veraneantes, com as suas famílias. O lago localiza-se em pleno Parque Natural do mesmo nome, destacando-se “por sus valores ecológicos y biológicos, con un conjunto de 900 especies catalogadas, incluyendo un gran número de endemismos en un incomparable paisaje”⁶³⁵. Por estes e outros atractivos, nada estranha que alguns alunos tenham visitado este espaço natural e dele se tenham lembrado, quando lhes foi solicitado ao dar resposta ao questionário.

Os restantes monumentos ou locais apresentam um índice diminuto de referências. Contudo, vem a propósito tecer umas breves considerações a respeito do monumento mais expressivo de Alcañices – a Torre do Relógio –, já que esta vila foi consideravelmente referenciada (pouco abaixo da cidade de Zamora) e incluída nas visitas dos alunos do distrito de Bragança. Esta torre “es uno de los cubos de mampostería que poseyó la antigua muralla; su primitivo amurallamiento fue levantado en el s. XIII, aunque lo que ha llegado hasta nuestros días es del XV”⁶³⁶. Com o tempo, a Torre del Reloj acabou por se tornar no ícone da vila e, como tal é conhecida também pelas populações portuguesas raianas, em geral, e pelos alunos, em particular.

⁶³⁴ *Idem* 160.

⁶³⁵ *Guía de Sanabria y Carballada*, p. 16.

⁶³⁶ *Guía de Recursos Turísticos de Aliste, Tábara y Alba*, p. 85.

Quadro nº 72 - Monumentos referenciados pelos alunos espanhóis

Monumentos visitados	Nº alunos que efectuaram as visitas	%
Castelo de Bragança	76	19%
Catedral de Miranda do Douro	25	6%
Igrejas	23	6%
Muralhas de Bragança	14	4%
Barragem de Miranda do Douro	12	3%
Centro comercial de Bragança	10	2%
Estátuas	8	2%
Jardins	8	2%
Museu da Máscara Ibérica de Bragança	7	2%
Teatro de Bragança	3	1%
Torre dos Clérigos do Porto	3	1%
Arribas do Douro Internacional	3	1%
Zona histórica de Valença	2	
Zona histórica de Miranda do Douro	2	
Estádio do Futebol Clube do Porto	2	
“Ciervo en el monte”	2	
Pontes	2	

Dos monumentos visitados pelos alunos de Zamora, nas cidades, vilas e aldeias vizinhas, destaca-se em primeiro lugar o castelo de Bragança. As considerações tecidas a propósito do interesse que as crianças revelam em relação aos castelos valem, por razões óbvias, para a compreensão do elevado número de alunos zamoranos que visitaram e referiram este castelo, aproximadamente a quinta parte da totalidade dos inquiridos. Na verdade, o monumento impõe-se pela grandiosidade e beleza, podendo ser observado à distância, de diferentes pontos da cidade e dos arredores. A Torre de Menagem do castelo revela influências arquitectónicas inglesas, o que se compreende dada a presença do Duque de Lencastre em Bragança, por ocasião da assinatura do Tratado de Babe, em 1387. A sua construção terá durado 40 anos, entre 1409 e 1449. De uma elegância notável, pelo seu traço distingue-se de todos os monumentos do género existentes no País. Tem forma quadrangular, com os lados orientados pelos quatro pontos cardeais. A sua construção é toda em pedra e argamassa; as paredes são de xisto, mas as bases, os ângulos, as janelas, as ameias, os miradouros, em granito; os miradouros são salientes, como convém a uma boa visibilidade; as janelas são decoradas em estilo gótico. Por tudo isto, vem a propósito perguntar: “Guardará o visitante da nordestina urbe lembrança mais forte e duradoura que a do imponente conjunto castelar: a volumosa e altiva massa da torre de menagem alçada com sobrançeria sobre uma meia dúzia de atarracados cubelos semicirculares e envolvida ao largo, conjuntamente com o desordenado e pitoresco casario da cidadela, por algo

extensa e bem conservada cintura de muralhas? Cremos bem que não, porque este castelo de Bragança será, no dizer de Pedro Dias, “o mais imponente conjunto defensivo do séc. XV de quantos se conservam em Portugal”⁶³⁷. Alguns alunos manifestaram uma certa sensibilidade artística que vai justamente ao encontro das considerações que este autor tece, explicitando concretamente e a título de exemplo: “un castillo medieval muy bonito, pero no me acuerdo más”⁶³⁸; a afirmação é extremamente expressiva: a aluna, tendo efectuado uma visita a Bragança, o monumento que mais a impressionou foi o castelo; quanto aos outros, de nada mais se lembra.

A catedral de Miranda do Douro aparece em segundo lugar nas referências aos monumentos visitados pelos alunos zamoranos, embora com um índice muito menor do que o anterior. Tendo sido referenciada esta cidade, nas respostas ao questionário, como relativamente muito visitada e surgindo logo a catedral, aos olhos dos visitantes, como o monumento mais visível, notório e apelativo, é normal esperar também para ele um considerável índice de referências. Nas palavras do povo mirandês, nenhum visitante da cidade deixará de visitar a sé-catedral: “se fores a Miranda, vê a sé e anda”⁶³⁹. Trata-se, na verdade, de um ícon da maior importância histórica para esta cidade, pelo simples facto de atestar que, em algum período da sua história, a sua época de ouro, foi sede de uma diocese. Esse período é compreendido entre 1545 e 1764.

A sé de Miranda foi construída, justamente, por motivo da elevação da cidade a sede de diocese; “em estilo clássico ou renascença, começada pelos anos de 1554, deve-se ao traçado de Miguel de Arruda, membro dessa dinastia de Arrudas, que tão glorioso nome deixaram na arte”⁶⁴⁰. Apesar da transferência da diocese para Bragança, decretada por Carta Régia de 1764, pela qual “foy sua Magestade servido resolver que se fixasse a nossa Cathedral de Miranda nesta sua Ducal e Real cidade de Bragança”⁶⁴¹, a Sé manteve o mesmo estatuto com o qual foi edificada e em cujas funções se manteve durante mais de dois séculos. Aliás, a criação da diocese determina, como corolário, a elevação de Miranda a cidade, constituindo “um marco fundamental na evolução no campo económico, social, cultural e religioso”⁶⁴² e na sequência da construção da catedral, outras obras de vulto se constroem na cidade. É este monumento que impressiona qualquer visitante, logo à sua chegada à cidade, e que ficou retido na memória dos alunos visitantes e do qual nos dão conta ao responderem a esta simples pergunta.

⁶³⁷ SILVA, *Op. Cit.*: 61.

⁶³⁸ Cuestionario para los alumnos, aluna, 14 anos.

⁶³⁹ Ditado popular muito divulgado em todo o distrito de Bragança.

⁶⁴⁰ ALVES, *Op. Cit.*, vol. IX, 471.

⁶⁴¹ *Idem*, vol. IV, 566.

⁶⁴² RAPOSO, *Op. Cit.*: 281.

A referência às igrejas obtém o mesmo índice; contudo, não são identificadas, pelo que deveremos situá-las nas várias cidades e vilas que foram visitadas pelos alunos. Em todo o caso, deve registar-se a sensibilidade que eles demonstraram ao registarem este tipo de monumentos, uma valoração estética e artística notável, atendendo ao seu nível etário.

As “muralhas de Bragança”, ou seja, todo o conjunto histórico medieval que as ditas muralhas cercam, aparecem referidas com um baixo índice, em termos quantitativos. Contudo, surgem apreciações qualitativas de grande mérito, dignas do maior apreço; a título de exemplo, citamos uma frase de um aluno de onze anos: “una muralla y dentro estaba parte de la ciudad, muy bien conserbada e impresionante, por cierto”⁶⁴³. De facto, a muralha protege toda a cidade medieval, assim descrita pelo historiador Pinto da Silva: “O castelo medieval ergue-se numa colina, a Colina da Vila, que domina completamente a cidade e uma grande parte da planície, devido ao declive que desce até ao rio Fervença. A entrada no recinto acastelado faz-se ainda agora pela chamada Porta da Vila, uma porta em forma ogival que fazia parte da antiga barbacã defensiva, embora pareça ser uma porta construída a seguir à construção duma primeira chamada de Santo António, ao estilo românico. Esta fica entre dois torreões e está no lado poente, em frente à chamada Porta do Sol. No lado sul há um torreão defensivo chamado Poço do Rei. A Torre de Menagem é rodeada por uma segunda linha de cintura em forma de quadrilátero irregular”⁶⁴⁴. Quando o aluno refere “muy bien conserbada e impresionante”, temos que lhe conceder uma perspicácia crítica digna de todo o mérito; na verdade, todo o casario intra-muros está sendo recuperado, em conformidade com as orientações definidas pelo organismo oficial competente na matéria, o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico – o que confere a estas recuperações a garantia de que nada será adulterado e as traças originais das construções serão mantidas. A própria Câmara Municipal adquiriu algumas destas habitações que reabilitou para fins turísticos e culturais, como é o caso do Museu Ibérico da Máscara e do Traje que foi instalado nesta zona histórica.

A barragem de Miranda do Douro é mencionada como “la presa” por metade dos alunos do C.E.I.P. Matilde Ledesma de Almeida de Sayago. Na verdade, esta vila dista uns quarenta quilómetros do empreendimento hidroeléctrico referenciado, no rio Douro. É de supor que, não apenas estes, como todos os restantes tenham visitado o local, em ambiente familiar ou no contexto de alguma visita de estudo organizada pela escola.

⁶⁴³ Cuestionario para los alumnos, rapaz de 11 anos.

⁶⁴⁴ SILVA, *Op. Cit.*: 42.

A barragem situa-se junto à cidade, em pleno Douro Internacional. A sua construção terminou em 1960, encontrando-se, desde então, em funcionamento para o aproveitamento hidroeléctrico. O seu muro de retenção de água tem uma altura 80 metros acima das fundações, o que permite uma descarga de 11 000 metros cúbicos por segundo, no máximo. “Las especiales condiciones del territorio de Arribes, lo han convertido en un importante productor de energía eléctrica. La red hidrográfica, los desniveles físicos fuertes, los profundos cañones labrados por los ríos, las características geológicas y geotécnicas, fueron decisorias para que se haya potenciado la construcción de embalses, así como sus correspondientes aprovechamientos hidroeléctricos”⁶⁴⁵. Para este efeito, foi celebrado um acordo, no ano de 1927, entre Espanha e Portugal, para a repartição deste troço internacional.

Criando uma albufeira, “ao longo de uma extensão de 14 quilómetros”⁶⁴⁶, este troço do rio permite fazer um percurso de barco, por entre um desfiladeiro rochoso de paisagens inigualáveis. Actualmente, a albufeira está a ser aproveitada como recurso turístico e ambiental. A este percurso se refere uma aluna de 14 anos, com esta frase: “El paseo en barco por el Duero”⁶⁴⁷. A verdade é que qualquer criança que tenha efectuado o percurso de barco jamais o poderá esquecer.

Outras referências de baixos índices foram feitas pelos alunos: estátuas, centro comercial, museus... Desta categoria, salienta-se o Museu Ibérico da Máscara e do Traje que, como acima foi exposto, se situa na zona histórica medieval da cidade de Bragança. O museu resulta de um projecto conjunto entre a Diputación Povincial de Zamora e a Câmara Municipal de Bragança. Abriu ao público em 2007, como um espaço de divulgação das tradições relacionadas com as máscaras do Nordeste Transmontano e da região de Zamora; ali se encontram expostas máscaras, trajes, adereços e utensílios usados nos ritos festivos do ciclo do Inverno, perfazendo um total de 45 trajes e 60 máscaras construídas por artesãos espanhóis e portugueses. Dispõe ainda de uma sala destinada à construção de máscaras, com todo o tipo de materiais disponíveis, para grupos de alunos das escolas que pretendam realizar este tipo de actividades. Este espaço corresponde à actual concepção de museologia, pela sua interactividade e pela transmissão do simbolismo das obras expostas: “se trata, pues, de definir qué imagen se quiere proyectar a la sociedad y hacerlo claramente, dando una respuesta propia y personal en lo que a la exposición de piezas se refiere”⁶⁴⁸, como comenta a Prof^a. María Sánchez Agustí, em relação à exposição de “Las Edades del Hombre”.

⁶⁴⁵ PALACIOS ALBERTI, Jesús, e outros (1998), *Parque Natural de Arribes del Duero (Salamanca y Zamora)*, in *Entre Dos Margens – Douro Internacional*, João Azevedo Editor, Mirandela, p. 193.

⁶⁴⁶ Sítio da internet: <http://mirandadodouro.jfreguesia.com>, em 12-09-2009.

⁶⁴⁷ Cuestionario para los alumnos, aluna de 14 anos.

⁶⁴⁸ SÁNCHEZ AGUSTÍ, María (1994), *Las edades del hombre, una pauta didáctica para la reflexión*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 2, año I, octubre 1994, Graó, Educación de Serveis Pedagògics, Barcelona, p. 30.

Os pressupostos que presidiram a esse projecto assentam nas tradições comuns das festas dos mascarados destas duas regiões fronteiriças; este facto é reconhecido pelo Presidente de la Diputación, Fernando Martínez Maillo: “Tal es el caso de las Mascaradas de invierno que no solo adquieren importancia por su número, sino por las variedades formales que presentan cada una de ellas, aun partiendo de una esencia común. Más importancia, si cabe, le da el hecho de que estas tradiciones salten las barreras fronterizas y se extiendan con igual o superior diversidad y número en los pueblos vecinos de Portugal”⁶⁴⁹. Esta estrutura cultural comum às duas regiões tem apenas dois anos de existência; é com agrado que se constata que, neste curto prazo, tenha sido visitada por alunos de Zamora e que tenham mencionado esse facto em resposta a um pedido feito no questionário, o que prova que essa visita os marcou com mais ou menos intensidade. Por outro lado, sendo as mascaradas um elemento comum a ambas as regiões e pretendendo o museu materializar e tornar visível esse aspecto da cultura dos dois povos, estas visitas dos alunos podem contribuir para a consciencialização do valor destas tradições e para a aproximação mútua.

Ainda em matéria de museus, cito uma aluna de 14 anos: “Un museo de cuadros y cosas preciosas”. Ao referir um museu de pinturas e objectos valiosos, supõe-se que só pode tratar-se do Museu do Abade de Baçal de Bragança, cujo acervo é constituído por peças e documentação do todo o distrito.

Também alguns (poucos) alunos mencionaram estátuas. De facto, as cidades e vilas deste distrito são ricas em elementos escultóricos desta natureza, em espaços públicos. Mas, o que é surpreendente é que dois dos alunos visitantes as tenham identificado, por palavras suas.

- A estátua dedicada ao povo mirandês, situada na praça do Município, em Miranda, com a seguinte frase: “Una estatua que está vestida de capas pardas”⁶⁵⁰. O vestuário a que alude é justamente a capa de honras, referido nos “factos da história local” pelos alunos do concelho de Miranda, que é fabricada com um tecido designado em português ‘pardo’, por ter essa mesma cor.

- “Una estatua de un escritor Trindade Coelho”⁶⁵¹; este é, de facto, um escritor natural de Mogadouro. O seu nome, que já referido pelos alunos deste concelho, a propósito dos factos da história local, é agora também mencionado por um aluno de Zamora. A estátua erguida em sua homenagem situa-se no largo que tem o seu nome, em frente à casa onde o escritor nasceu. “Esta estátua é de autoria do escultor Leopoldo de Almeida, feita em 1959 e inaugurada em 1961, data do centenário do

⁶⁴⁹ MARTÍNEZ MAILLO, Fernando (2007), *Catálogo – Máscara Ibérica*, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Edição da Câmara Municipal de Bragança, Apresentação.

⁶⁵⁰ Cuestionario: aluna de 11 anos.

⁶⁵¹ Cuestionario: aluno de 11 anos.

nascimento do escritor de Mogadouro”⁶⁵². Em 2008, celebrou-se o centenário da sua morte. O escritor espanhol Julio Llamazares a ele se refere num dos capítulos finais da sua obra “Trás-os-Montes – Un Viaje Portugués”; desse capítulo, “Camino de la frontera”, transcrevemos este breve trecho, impregnado da emotividade que se transmite de um ao outro escritor.

Camino de la frontera

Con su soledad le deja (y con sus pensamientos místicos) y con los suyos regresa hacia su coche el viajero. Justo a tiempo de escuchar las campanas que ahora suenan a lo lejos. Deben ser de otra iglesia o de algún pueblo cercano.

Las campanadas le siguen en su regreso hacia el pueblo. Le siguen mientras se escuchan, porque en la plaza siguen las obras. Sólo Trindade Coelho, subido en su pedestal, aguanta, estoico, entre ellas.

-¿Quién era? – les pregunta, por la estatua, el viajero a los obreros.

-Un escritor – dicen éstos.

-Ya. ¿Pero qué escribía?

-¡Ah, no sé! – responden ellos.

La cicha del bar de enfrente tampoco sabe decírselo. Sólo sabe que la estatua lleva ahí puesta mucho tiempo.

-¿Y nunca has leído nada?

-No – responde ella, sin inmutarse.

El de la gasolinera, en cambio, sí conoce al escritor. No mucho, pero algo sí. De la escuela, dice el hombre, cuando les leían sus cuentos.

-¿Y eran bonitos?

-Serían – responde el hombre.

-¿Ya no se acuerda?

-Pues no – reconoce el hombre.

¡Pobre Trindade Coelho! Tanto escribir y escribir, tanto pensar y pensar, para que nadie le lea. Ni siquiera sus vecinos, a los que dedicó su obra. Debe ser el destino de todos los escritores.

- ¿Usted escribe también?

- ¿Yo? ¡Qué va! – miente el viajero.

A la salida de Mogadouro, que queda ya a sus espaldas, envuelto por su propio polvo, el viajero se detiene. Mira por última vez el castillo y recuerda a su pintor. ¿Le pasará alguna vez a él como a Trindade Coelho?

Julio Llamazares, *Tras-os-Montes – Un Viaje Portugués*⁶⁵³

⁶⁵² CASTRO, *Op. Cit.*: 367.

⁶⁵³ LLAMAZARES, Julio (1998), *Trás-os-Montes – Un Viaje Portugués*, Grupo Santillana de Ediciones, S. A., Madrid, pp. 264-265.

Na verdade, o conceito de simpatia envolve a ideia de um sofrimento partilhado, neste caso, entre dois oficiais do mesmo ofício – os escritores. E como o escritor deste tempo sente e sofre o tratamento que os conterrâneos concedem àquele seu colega do passado. “Debe ser el destino de todos los escritores”. Contudo, um aluno de Zamora fixou a imagem de Trindade Coelho (escritor esquecido dos seus conterrâneos?), através da sua estátua, em Mogadouro; por certo, a estátua do escritor o tenha impressionado tanto que nem o seu nome nem a sua estátua nunca mais deles se esqueceu.

Em resumo, consideramos que são baixos, em termos quantitativos, os diferentes índices de respostas relativas à indicação de factos históricos locais, por parte dos alunos de ambas as áreas geográficas. Contudo, sob o ponto de vista qualitativo, os factos revelados são extremamente ricos; confirmam os interesses e as motivações dos alunos, em conformidade com o seu nível etário.

Em geral, o aluno do 2º ciclo do Ensino Básico ou do 5º e 6º curso de Educación Primaria interessa-se pela vida das grandes personagens, seus feitos heróicos e pela origem dos fenómenos e dos acontecimentos (natural e mitológica); isto mesmo ficou patente numa série de factos referenciados. Sendo certo que o interesse pelo conhecimento da vida dos grandes personagens corresponde, no fundo, ao desejo de as imitar, tais factos constituem uma boa motivação para a assimilação dos valores que convêm à sociedade actual: lealdade, honestidade, tolerância, respeito pela pessoa humana, liberdade, democracia... Além disso, a sua “proximidade” histórica e a pertença ao seu espaço vital permitem uma maior adesão aos valores que os heróis representam.

O adolescente da fase etária do 3º ciclo do Ensino Básico ou dos três primeiros cursos de ESO manifesta interesse pelos factos reais e pela vida dos grandes homens ou mulheres que se destacaram por feitos notáveis. Os factos indicados, embora em número reduzido, mostram o seu interesse sobre os pormenores associados a esses heróis, aos lugares onde se desenrolaram esses feitos, os monumentos e os lugares. A abordagem da história local torna-se então mais vantajosa, uma vez que o espaço em que os factos se deram ou em que as personagens viveram é o seu próprio espaço; assim, estes lugares adquirem, para eles, um novo significado e uma importância existencial. A própria compreensão das noções de espaço e de tempo histórico fica facilitada, bem como a compreensão das causas, inter-acções e consequências dos factos, já que, alguns deles se reflectem nas suas vivências e na cultura da comunidade a que pertencem.

As disciplinas das Ciências Sociais são as que mais se relacionam com o entendimento da identidade dos alunos e pela sua diversidade. Daí que as

considerações expostas sobre a cultura e as tradições se apliquem cabalmente ao ensino e aprendizagem da História e da Geografia e, como adiante se verá, das línguas materna e estrangeiras que devem “contribuir a entender, comprender y explicar el mundo en el que vivimos, como uno de los objetivos prioritarios de las mismas”⁶⁵⁴; só então, partindo do entendimento do seu passado, do seu meio social e da vivência plena do seu presente, se lhes poderá abrir o horizonte das suas expectativas existenciais. Pedagogicamente, é motivante que os alunos possam exprimir, em ambiente lectivo, o que eles sabem, o que lhes pertence e o que sabem fazer; e é ainda mais importante que aprofundem esses saberes “instrumentales”, que se convertem “en un instrumento útil para ellos”⁶⁵⁵; esta valoração, estimulada pelo ambiente escolar e pela vivência comunitária, ajudá-los-á a compreender “la realidad social en que viven proporcionandoles la posibilidad de apreciar la riqueza y variedad del patrimonio natural y cultural”⁶⁵⁶; será isto um recurso pedagógico orientado para a compreensão do significado das tradições e para a abertura progressiva às restantes culturas, mais próximas ou mais longínquas que estejam, tanto no espaço como no tempo: “hoje, a nossa necessidade histórica é encontrar um método capaz de detectar, e não ocultar, as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências e as complexidades”⁶⁵⁷. Tudo isto passa, naturalmente, pelo reforço do conhecimento do património próprio e pela abertura ao património dos outros povos. Em todo o caso, este não se reduz ao “mueble, inmueble, bibliográfico y documental; a ellos hay que sumar un patrimonio etnológico”⁶⁵⁸ e cultural. Aos docentes que pretenderem desenvolver actividades sobre esta temática compete-lhes “diseñar y realizar actividades formales y no formales que contribuyan a hacer del centro un lugar de participación y cultura en el entorno donde esté ubicado”⁶⁵⁹. O currículo aberto e flexível, segundo “la normativa legal actual”⁶⁶⁰, permite aos professores elaborar “sus propias unidades didácticas, en las que utilicen los elementos del entorno cultural”⁶⁶¹, que, sendo de grande valor

⁶⁵⁴ OLMO PINTADO, Margarita del y HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, Caridad (2006), *Identidad y educación. Una perspectiva teórica*, in *Íber - Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 47, año XII, Enero 2006, Editorial Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 17.

⁶⁵⁵ GONZÁLEZ GALLEGU, Isidoro (2007), *Las competencias en el currículo: el RD 1631/2006*, in *Íber - Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 52, año XIII, Abril 2007, Editorial Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 42.

⁶⁵⁶ BUESA CONDE, *Op. Cit.*: 174.

⁶⁵⁷ MORIN, Edgar (1977), *O Método. 1 – A Natureza da Natureza*, Publicações Europa-América, Lisboa, p. 19.

⁶⁵⁸ BUESA CONDE, *Op. Cit.*: 178.

⁶⁵⁹ GONZÁLEZ GALLEGU, Isidoro (2009), *Del CAP al máster, sin pasar por el CCP ni por el TED*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 61, año XIV, julio 2009, Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, p. 33.

⁶⁶⁰ SÁNCHEZ AGUSTÍ, María y CALLE CARRACEDO, Mercedes de la (s/d), *Materiales curriculares para el patrimonio cultural: MEC y comunidades autónomas*, in *El Libro de Texto – Materiales Didácticos – Actas de 5º Congreso*, tomo II, Universidad Complutense de Madrid, p. 286.

⁶⁶¹ *Ibidem*.

antropológico, histórico e educativo, são muitas vezes pouco conhecidos, “como elementos motivadores y facilitadores⁶⁶²” do processo de ensino e aprendizagem.

Nos manuais escolares espanhóis não são muito visíveis as possibilidades da inclusão de conteúdos da história e geografia locais. Contudo, de onde em onde, algumas “actividades de enseñanza-aprendizaje” são sugeridas aos alunos; como exemplo, citamos: “Respecto a tu Comunidad Autónoma, indaga: el nombre, provincias que forman parte de ella, capital autonómica, año de aprobación del Estatuto y órganos del Gobierno”⁶⁶³; nestas condições e em conformidade com as normativas legais acima citadas, julgamos ser possível e desejável a abordagem de conteúdos da história e da geografia locais e regionais.

No ensino português, é o próprio Ministério da Educação que, embora estabelecendo programas nacionais, incentiva a “gestão curricular de cada escola e dos seus docentes [...], trabalhando profissionalmente para uma determinada comunidade com o seu conjunto concreto de alunos”⁶⁶⁴. Assim, nas disciplinas das Ciências Sociais, a chamada flexibilização dos currículos por parte das escolas permitirá a incorporação das “dimensões locais e regionais”⁶⁶⁵ da História e da Geografia. Para o efeito, os manuais destas disciplinas alertam para essa possibilidade, sempre que os seus autores consideram oportuno, e os respectivos cadernos de actividades disponibilizam um espaço destinado ao tratamento dos factos históricos locais (nomeadamente na actividade designada “friso cronológico”); as escolas, por seu lado, elaboram e aprovam o seu Projecto Curricular pelo qual podem “transformar e modificar o currículo para o adaptar às características particulares de cada situação de ensino”⁶⁶⁶, entendendo que “o currículo constitui o projecto educativo que desenvolve a escola”⁶⁶⁷. Por outro lado, estes pressupostos conduzem-nos ao conceito de escola como “um sistema aberto, na medida em que, com variações e grau e de natureza, mantém trocas regulares (de matéria, de energia e de informação) com o meio que a envolve”⁶⁶⁸. Neste sentido, compete à escolas “criar nos jovens o sentimento de

⁶⁶² *Ibidem*.

⁶⁶³ PASTOR UGENA, Alfredo, LLORENTE QUINTANA, María, LOZANO AGUDO, Visitación y DOMÍNGUEZ UZQUIANO, Manuel (1996), *Historia – 2º Curso de Educación Secundaria Obligatoria*, Editorial Editex, S.A., Madrid, p. 178.

⁶⁶⁴ ROLDÃO, Maria do Céu (1999), *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*, Ministério da Educação – Departamento de Educação Básica, Lisboa, p. 26.

⁶⁶⁵ *Idem*: 34.

⁶⁶⁶ COSTA e MARQUES, (2001) *Op. Cit.*: 24.

⁶⁶⁷ ZALBALZA, Miguel Angel (1992), *Do currículo ao projecto de escola*, in CANÁRIO Rui (org.), *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, Educa, Lisboa, p. 88.

⁶⁶⁸ CANÁRIO Rui (1992), *O estabelecimento de ensino no contexto local*, in CANÁRIO Rui (org.), *Inovação e Projecto educativo de Escola*, Educa, Lisboa, p. 63.

vinculação e de pertença a uma colectividade”⁶⁶⁹ que é, desde logo, a sua, como condição essencial para a integração em outras ao longo da vida.

Existem ainda, no sistema educativo português, outras oportunidades que viabilizam a investigação sobre esta temática, por parte dos alunos – a Área de Projecto. Esta “constitui-se como uma área não disciplinar que, enquanto espaço privilegiado de cruzamento de várias disciplinas, permite e dá sentido a um trabalho de carácter transdisciplinar e transcultural que, pela sua natureza transversal, favorece o desenvolvimento de competências que ultrapassam as competências programáticas”⁶⁷⁰. Sendo dois professores, de áreas disciplinares diferentes, que orientam a Área de Projecto em cada turma, fica mais facilitada a dimensão interdisciplinar dos saberes e “será possível desenvolver aprendizagens cooperativas que facilitarão a socialização, as atitudes face ao outro e face a si mesmo”⁶⁷¹, bem como a integração de conteúdos que correspondam aos interesses dos alunos.

Face a todos estes condicionalismos e possibilidades, poderá este trabalho servir de reflexão, mediante os resultados que os alunos apresentaram, e, ao mesmo tempo, de suporte formativo e informativo, contido nos resultados da investigação efectuada; é de supor que se tratará de um suporte apreciável todo este conjunto de textos elaborados no decorrer da investigação, bem como o acervo das obras e dos documentos nos quais se basearam; por fim, as próprias sugestões didácticas, que não pretendem ser mais do que isso mesmo, mas que poderão ajudar os docentes a concretização do projecto curricular da sua escola que contemple esta vertente das Ciências Sociais.

⁶⁶⁹ GOERGEN, Pedro (2005), *Educação e valores no mundo contemporâneo*, in *Educação Social*, vol. 26, nº 92, Outubro 2005, Universidade de Campinas, p. 997.

⁶⁷⁰ SANTOS, Belmira Rodrigues Almeida (2007), *Comunidade Escolar e Inclusão – Quando todos ensinam e aprendem com todos*, Instituto Piaget, Lisboa, p. 121.

⁶⁷¹ *Ibidem*.

Capítulo VIII. O CONHECIMENTO DA LÍNGUA

1. Compreensão escrita

Este subcapítulo incide exclusivamente sobre o tema do conhecimento dos respectivos idiomas vizinhos, por parte dos alunos de uma e da outra área geográfica em estudo. Esses idiomas são o castelhano, para os alunos de Bragança, e o português, para os alunos de Zamora. Apesar de o mirandês ser, actualmente, uma língua oficial de Portugal, ela não pôde ser incluída no presente estudo, por ser conhecida apenas por uma pequena parte dos alunos inquiridos: “É falada numa área de aproximadamente 500 km², no extremo nordeste português, em Terras de Miranda, nos concelhos de Miranda do Douro e Vimioso por alguns milhares de pessoas”⁶⁷². Note-se que as populações falantes desta língua do concelho de Vimioso são em número reduzido, isto é, as da faixa leste, das localidades que confinam com o concelho de Miranda.

Podemos sintetizar em dois os objectivos que presidiram à apresentação desta questão aos alunos:

- apurar o grau de conhecimento da língua espanhola, por parte dos alunos portugueses e da língua portuguesa, por parte dos alunos espanhóis;
- compreender as razões dos níveis de conhecimento/desconhecimento, em cada um dos dois conjuntos de alunos.

Na prossecução destes objectivos, foi apresentado um conjunto de cinco frases em Português, solicitando aos alunos da província de Zamora que as traduzissem para a sua língua materna, e as mesmas frases em Espanhol para que os alunos do distrito de Bragança as traduzissem para a sua língua.

A redacção das frases regeu-se pelos critérios da necessidade de testar nos inquiridos a compreensão de uma língua que não é a sua, mas que lhes está muito próxima, não só em termos físicos (proximidade geográfica), mas também linguísticos (as afinidades próprias de duas línguas latinas e ibéricas) e humanos e sociais (a

⁶⁷² RAPOSO, *Op. Cit.*: 291.

facilidade com que se podem estabelecer contactos entre ambas as populações). Tratando-se de um conjunto de pessoas que, pelo seu nível etário, se encontram a frequentar o ensino obrigatório, verificou-se ser oportuna a elaboração das frases com conceitos relacionados com a escola, com o ambiente familiar e com as suas próprias vivências quotidianas. Além disso, as palavras usadas na construção das frases deveriam conter conceitos concretos e abstractos. Por fim, as frases redigidas para os alunos de uma nacionalidade são a tradução rigorosa daquelas que foram dadas aos da outra; esta exigência prende-se, como é óbvio, com a necessidade de confrontar os dois conjuntos de alunos o mesmo grau de dificuldade.

A lista que se segue é formada pelas frases que foram dadas aos alunos, em ambas as línguas, para a tradução correspondente.

Quadro nº 73

Lista das frases para a respectiva tradução

Español	Português
<i>1. Creo que te equivocas.</i>	<i>1. Acho que estás enganado.</i>
<i>2. ¿Donde vas a ir este año de vacaciones?</i>	<i>2. Onde vais passar férias neste Verão?</i>
<i>3. Que día viene después del martes?</i>	<i>3. Qual o dia seguinte à terça-feira?</i>
<i>4. Te gusta el jamón?</i>	<i>4. Gostas de presunto?</i>
<i>5. En tu curso tenéis muchas horas de clase a la semana?</i>	<i>5. Na tua turma vocês têm muitas aulas por semana?</i>

Todas as frases que constam do quadro nº 73 deviam ser traduzidas para a respectiva língua vernácula, excepto a terceira “Que día viene después de martes?” para a qual, para além da tradução, se lhes pedia que dessem também a resposta à pergunta que ela continha; este pedido foi formulado deixando o devido espaço em branco à frente das palavras “traducción y respuesta”.

Na correcção da tradução das frases, foram definidos critérios, aplicados de igual forma e com o mesmo rigor em ambos os conjuntos de alunos, ou seja, do Português para o Espanhol e vice-versa.

Critérios de correcção:

1. Para que uma frase possa ser considerada correctamente traduzida, não deve conter nenhum erro, quanto às palavras usadas: substantivos, verbos, adjectivos...
2. Podem ser aceites certas incorrecções, tais como, verbos mal conjugados quanto ao tempo, modo, número e pessoa, desde que eles sejam adequados no que toca ao seu significado, o uso de substantivos ou

adjectivos na forma do singular em vez do plural ou vice-versa, masculino ou feminino, a troca de preposições e outras partículas, conquanto não alterem o correcto sentido das frases.

3. As frases construídas com certas incorrecções ou imperfeições podem ser aceites, desde que e apesar disso, transmitam o sentido expresso na frase original.
4. A omissão de palavras ou expressões não são consideradas para a classificação de “frases correctamente traduzidas”.
5. São aceites todas as palavras que sejam sinónimas daquelas que se pretendem traduzir.
6. É considerado correcto o uso de formas diversificadas para expressar o verdadeiro sentido das frases.
7. De igual forma, é admitida tanto a tradução literal como a tradução livre, desde que corresponda ao sentido das frases.
8. Também é correcto o uso de partículas de negação, desde que o sentido da frase não seja alterado; por exemplo, na frase “*creo que te equivocas*”, é correcto o uso da negativa, resultando a frase: “*acho que não pensas bem*”, com o mesmo valor de “*acho que estás enganado*”.
9. As frases que não foram traduzidas, tendo a respectiva linha ficado em branco, são consideradas incorrectas.
10. Se uma frase for traduzida parcialmente, ainda que essa parte esteja correcta, não é considerada válida, uma vez que o seu sentido não está completo; neste caso, parte-se do princípio de que o aluno não conseguiu traduzir a expressão que está em falta.

Os resultados globais da variável dependente “conhecimento da língua do país vizinho” são os que constam no quadro nº 74, com a apresentação conjunta dos dados de ambas as áreas geográficas: indicadores elaborados segundo o número de frases correctamente traduzidas, número de alunos e índice percentual indexado ao total dos inquiridos, por região. A perspectiva sinóptica é fornecida pelo gráfico nº 13.

Quadro nº 74

Conhecimento da língua da região vizinha (resultados globais)

Indicador	Nº alunos Bragança	%	Nº alunos Zamora	%	Alunos Total	% Total
1. 0 frases traduzidas correctamente.	130	17%	90	23%	219	19%
2. 1 frase traduzida correctamente	75	10%	159	39%	234	20%
3. 2 frases	111	14%	66	16%	177	15%
4. 3 frases	159	21%	46	11%	205	17%
5. 4 frases	226	29%	22	5%	249	21%
6. 5 frases	70	9%	23	6%	93	8%
Total	771		406		1177	

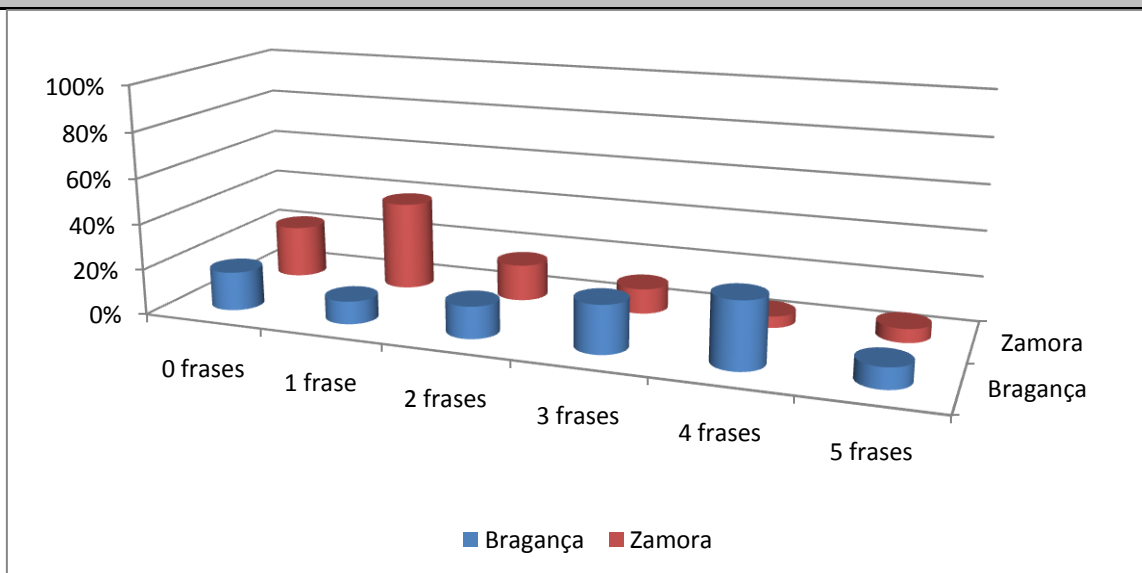


Gráfico nº 13

Conhecimento da língua da região vizinha - Perspectiva sinóptica

O conhecimento que está em causa neste estudo restringe-se apenas ao idioma escrito, uma vez que os dados foram obtidos por meio de questionário; nenhum

contacto pessoal, como seria a entrevista, foi feito, o que seria de todo inexecutável. A técnica do questionário faz parte da observação directa extensiva que “visa o estudo de uma população numerosa por métodos expeditos, capazes de fornecerem com suficiente aproximação as indicações procuradas”⁶⁷³. Na presente investigação, por se tratar de um universo suficientemente numeroso de inquiridos, o inquérito por questionário escrito apresenta-se como o único método de aplicação possível. Por outro lado, o objecto da investigação não pertence ao domínio da linguística mas sim da educação e da etnografia, pelo que se torna perfeitamente supérfluo o registo oral dos falares ou da compreensão das línguas das pessoas ou dos grupos sociais em estudo.

O primeiro indicador desta variável refere-se ao conjunto de alunos que não apresentam nenhuma frase correctamente traduzida ou que, tendo feito a sua tradução, lhe conferiram um significado total ou parcialmente diferente daquele que a frase original quer transmitir. Estão ainda compreendidos neste indicador os alunos que, simplesmente, não fizeram a tradução de frase alguma. Assim, podemos designar este indicador como de desconhecimento total da língua da região vizinha.

Consultando os dados fornecidos pelo quadro dos resultados globais, verificamos que o índice deste indicador se apresenta relativamente baixo, tanto por parte dos alunos de Bragança, como dos de Zamora. Os do distrito de Bragança revelam um desconhecimento que se situa claramente abaixo de um quinto do seu total; um pouco superior se apresenta esse desconhecimento, ligeiramente acima da referida margem de um quinto, por parte dos da província de Zamora. Contudo, a média dos dois conjuntos de alunos não atinge essa margem de um quinto de desconhecimento total.

No confronto deste indicador com o dos “alunos que visitaram alguma localidade da região vizinha” (quadro nº 55), constatamos que os alunos portugueses, que apresentam um índice menor de visitas, são em menor percentagem os que desconhecem totalmente a língua espanhola; contrariamente, os alunos espanhóis, que apresentam um maior índice de visitas ao outro lado da fronteira, revelam um índice superior de desconhecimento total da língua portuguesa. Haverá, por isso que considerar outros factores que nos ajudem a compreender estes dados, factores que procuraremos encontrar cruzando as diferentes variáveis independentes; será um trabalho a realizar em seu devido tempo.

O indicador “uma frase traduzida correctamente” significa, na prática, que os alunos que nele se situam conhecem muito pouco a língua do país vizinho. A décima parte dos portugueses revela esta realidade; quatro vezes mais são os espanhóis a manifestarem a mesma tendência; este índice de quase desconhecimento é

⁶⁷³ BARATA, Óscar soares (1989), *Introdução às Ciências Sociais*, 4ª ed., 1º vol., Bertrand Editora, Lisboa. p. 158.

consideravelmente superior ao dos contactos efectuados com a região portuguesa. O total global dos dois conjuntos corresponde a um quinto dos alunos.

O terceiro indicador, daqueles que traduziram correctamente duas frases, pode ser entendido como sendo alunos pouco conhecedores do idioma do país vizinho. O quadro mostra que o seu índice é idêntico em ambos os conjuntos: cerca de quinze por cento; não há, portanto, quanto a este indicador, nenhuma diferença a considerar.

Cerca de um quinto dos alunos portugueses e um pouco mais de um décimo dos espanhóis (onze por cento) apresentaram a tradução correcta de três frases das cinco frases propostas; podemos entender que este total global de dezassete por cento conhece satisfatoriamente a outra língua. Neste indicador, a percentagem dos que fizeram a tradução correcta é sensivelmente o dobro por parte dos alunos portugueses em relação aos espanhóis.

O diferencial de respostas positivas e negativas entre o conjunto dos alunos de Bragança e de Zamora acentua-se consideravelmente no indicador “quatro frases traduzidas correctamente”. Este indicador deve ser interpretado um bom conhecimento da língua do país vizinho. Os valores distanciam-se muito: os primeiros souberam traduzir este número de frases quase trinta por cento deles, enquanto os segundos se ficaram pelos cinco por cento.

Por último, verificamos os dados do indicador “cinco frases correctamente traduzidas”; os que alcançaram o pleno das frases traduzidas podem ser considerados como muito bons conhecedores do idioma vizinho. Por isso, as dificuldades serão muito grandes, mesmo até, intransponíveis para a grande maioria dos alunos, partindo do princípio de que nenhuns deles o estudaram ou que não tenham vivido durante bastante tempo “em banho”, isto é, no respectivo país que usa essa língua, falando-a no dia-a-dia. Ainda assim, os dados foram apurados e são, de certa forma, algo surpreendentes: quase a décima parte dos portugueses (nove por cento) e um pouco menos (seis por cento) dos espanhóis conseguiram fazer a tradução correcta das cinco frases propostas.

Face aos dados expostos, cumpre-nos fazer algumas considerações, na tentativa de interpretar o alcance que eles encerram, no contexto da interacção dos conteúdos educativos entre as nossas regiões.

- a) Dadas as afinidades entre ambas as línguas e aos contactos mútuos, relativamente frequentes, que são mantidos pelas populações, torna-se difícil explicar o índice elevado (podemos assim considerá-lo) de alunos que não traduziu correctamente nenhuma frase: um quinto do total; neste indicador estão incluídos aqueles que nem sequer tentaram fazê-lo, quiçá por se julgarem incapazes de realizar essa tarefa. Na prática, consideramos que estes alunos desconhecem totalmente a língua da região vizinha.

- b) Todos os restantes alunos tentaram resolver esta questão, conforme lhes era solicitado, certamente porque sabiam possuir o mínimo de conhecimentos para o fazer. Neste conjunto se situa uma grande maioria de quatro quintos do total. Por outras palavras, digamos que todos estes tiveram vontade de realizar a tarefa; uns conseguiram com o mínimo de uma frase, duas... e outros com o pleno de cinco frases. A lição que destes podemos extrair é a abertura manifestada ao contacto com uma outra forma linguística de comunicar, a qual, por sua vez, envolve outra cultura, história... enfim, abertura ao multiculturalismo.
- c) Traduzir todas ou quase todas as frases, tendo conseguido apenas uma correcta, significa interesse pela questão apresentada; o insucesso nada tem a ver com a motivação, mas sim com um conhecimento que não possui e de que necessitava para resolver mais algumas frases. Este conhecimento, não sendo administrado pela escola, só pela convivência com as gentes falantes da outra língua se poderá adquirir. A convivência pode ser proporcionada pela escola e, neste caso, assume contornos institucionais a que chamamos intercâmbio escolar. Alguns projectos e actividades de intercâmbio têm sido levados a cabo, com o apoio de programas comunitários criados para o efeito; contudo, muitos outros poderão ser criados e integrados nos planos anuais de actividades e nos projectos educativos das escolas.
- d) Os alunos que conseguiram traduzir duas ou três frases integram um conjunto de características muito semelhantes entre si; quererá isto dizer que quem acerta em duas frases reúne conhecimentos para acertar em três e, muito provavelmente, o poderia ter feito se as frases tivessem sido formadas por outras palavras. Podemos induzir que os alunos integrantes deste conjunto mantiveram já alguns contactos, ainda que não muito frequentes nem regulares, com gente falante do outro idioma.
- e) O conjunto dos alunos de “quatro frases bem traduzidas” é relativamente numeroso em Bragança e muito baixo em Zamora. Estes dados mostram que a selecção entre os que conhecem e aqueles que desconhecem a outra língua se vai definindo com mais clareza. Provavelmente, a convivência mais frequente entre as populações dos dois lados da raia tenha sido determinante na obtenção dos conhecimentos que permitiram a tradução correcta das quatro frases.
- f) A tradução de todas as frases propostas exige um grau elevado de conhecimento da língua do país vizinho. Este resultado permite-nos pensar em contactos assíduos e muito frequentes com pessoas falantes da outra língua; se assim não for, teremos que supor que os alunos (portugueses) estudam o Espanhol como a segunda língua estrangeira no seu currículo escolar, o que acontece em várias escolas do distrito de Bragança, desde o

7º e até ao 9º ano de escolaridade (do 1º ao 3º curso da E.S.O. no sistema educativo espanhol).

2. O ensino da língua espanhola nas escolas inquiridas

Por se tornar oportuno para a compreensão dos níveis elevados de conhecimento da língua espanhola, por parte dos alunos portugueses, introduzimos nesta componente da investigação uma nova variável independente: as escolas que oferecem aos alunos do 3º ciclo do Ensino Básico, que é constituído pelos 7º, 8º e 9º anos de escolaridade⁶⁷⁴, a possibilidade de optarem pelo estudo desta língua, integrada no seu currículo escolar. Esta variável permitir-nos-á comparar os resultados entre os dois tipos de escolas: as que dispõem desta disciplina com as que não ofereciam, à data da realização do questionário, esta possibilidade. Pelas informações recolhidas em cada uma das escolas, foi elaborado o seguinte quadro.

Quadro nº 75

As escolas inquiridas e o ensino do Espanhol

Escolas com a disciplina de Espanhol, como 2ª língua estrangeira (antes de 2008)	Nº de alunos inquiridos
Escola Secundária Miguel Torga - Bragança	95
Escola E.B. 2,3 Paulo Quintela - Bragança	134
Escola E.B. 2,3/Secundária – Macedo de Cavaleiros	104
Total	333
Escolas sem a disciplina de Espanhol (antes de 2008)	
Escola E.B. 2,3/Secundária – Miranda do Douro	90
Escola E.B. 2,3/Secundária D. Afonso III - Vinhais	89
Escola E.B. 2,3/Secundária – Mogadouro	97
Escola E.B. 2,3 – Sendim (Miranda do Douro)	83
Total	359

Para a elaboração do quadro das escolas com e sem o ensino da língua espanhola (nº 75) atendeu-se aos seguintes factores:

⁶⁷⁴ Estes três anos de escolaridade estão integrados no Ensino Básico sendo, portanto, ensino obrigatório.

1. Foram apenas consideradas as escolas frequentadas por alunos do 3º ciclo do Ensino Básico (correspondente aos 1º, 2º e 3º cursos da E. S. O.); são estes os alunos que têm a possibilidade de optar pelo Espanhol como segunda língua estrangeira; também os alunos do Ensino Secundário têm a mesma possibilidade, mas estes estão excluídos do questionário; este apenas foi aplicado numa escola profissional, de nível secundário, que não oferece essa opção.
2. A lista é constituída por dois grupos de escolas; no primeiro constam as que disponibilizam o ensino da língua espanhola, para os alunos que por ela optarem, e no segundo, aquelas que não oferecem essa opção, pelo menos até ao ano de 2008.
3. As escolas que são frequentadas apenas por alunos do 2º ciclo foram excluídas da lista; estes estudam uma só língua estrangeira que é, neste caso, o Inglês.
4. A única escola exclusivamente secundária envolvida no questionário também foi excluída da lista, já que nela não é leccionada a disciplina de Espanhol.
5. Esta informação foi recolhida directamente junto de cada uma das escolas nas quais o questionário foi aplicado.

Das escolas inquiridas, a primeira a colocar à disposição dos alunos o ensino do Espanhol foi a Paulo Quintela de Bragança, sendo este o sexto ano lectivo em que tal se verifica; três anos mais, tarde foi a vez da escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Secundário de Macedo de Cavaleiros e da Miguel Torga de Bragança passarem também a oferecer o ensino desta disciplina.

A escola Paulo Quintela de Bragança introduziu o ensino do Espanhol no ano lectivo de 2004-05, com uma boa adesão por parte dos alunos e dos pais. No corrente ano, o quadro, constituído pelo número de turmas⁶⁷⁵ e de alunos e os respectivos anos de escolaridade, é o seguinte:

⁶⁷⁵ No sistema educativo português, o conceito de turma compreende o grupo de estudantes formado no 1º ano de cada ciclo de escolaridade e que, basicamente, se deve manter até ao último desse ciclo; é leccionado pelos mesmos professores que, colegialmente, elaboram e executam o respectivo projecto curricular. Para cada um destes grupos é nomeado um professor para desempenhar as funções de director de turma, que trata de alguns assuntos burocráticos, coordena as actividades educativas, resolve pequenos problemas dos alunos, convoca e dirige as reuniões e estabelece todos os contactos com os pais/encarregados de educação. O conselho de turma é formado por todos os professores que a leccionam e por um representante dos pais. Em reunião do conselho de turma, cada professor propõe a nota de avaliação de cada aluno que é, então, aprovada. O conselho de turma tem ainda competência para elaborar propostas de actividades, de funcionamento e de carácter disciplinar, que apresenta aos órgãos directivos para a sua aprovação.

Quadro nº 76 - O ensino do Espanhol na Escola Paulo Quintela de Bragança

Nº de turmas com		
Espanhol/3º ciclo	Ano de escolaridade	Nº de alunos
4 turmas	7º ano (1º E. S. O.)	87
4 turmas	8º ano (2º E. S. O.)	82
3 turmas	9º ano (3º E. S. O.)	49
Total	3 anos de escolaridade	218

Como foi referido, a escola de **Macedo de Cavaleiros** iniciou o ensino do Espanhol há três anos. No corrente ano lectivo, são 130 os alunos que frequentam esta disciplina, leccionados por dois professores, habilitados com a adequada licenciatura. O quadro é o seguinte:

Quadro nº 77 - O ensino do Espanhol na Escola de Macedo de Cavaleiros

Nº de turmas com		
Espanhol/3º ciclo	Ano de escolaridade	Nº de alunos
3 turmas	7º ano (1º E. S. O.)	53
2 turmas	8º ano (2º E. S. O.)	31
4 turmas	9º ano (3º E. S. O.)	46
Total	3 anos de escolaridade	130

No mesmo ano lectivo, a escola secundária Miguel Torga de Bragança introduziu a disciplina de Espanhol, como segunda língua estrangeira. No presente ano, a disciplina é frequentada por 59 alunos do 3º ciclo do Ensino Básico; também é leccionada aos alunos do ensino secundário que não são referidos por não estarem envolvidos na investigação. O quadro é o seguinte:

Quadro nº 78 - O ensino do Espanhol na Escola Miguel Torga de Bragança

Nº de turmas com		
Espanhol/3º ciclo	Ano de escolaridade	Nº de alunos
3 turmas (incompletas)	7º ano (1º E. S. O.)	28
2 turmas (incompletas)	8º ano (2º E. S. O.)	15
2 turmas (incompletas)	9º ano (3º E. S. O.)	16
Total	3 anos de escolaridade	59

O panorama do ensino da língua espanhola nas escolas em que o questionário foi aplicado é, actualmente, mais vasto, segundo as mesmas fontes. Foi já introduzido na escola dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e do Secundário de Vinhais; contudo, isto deu-se numa data posterior à aplicação do questionário; está em vias de ser oferecido aos alunos da escola de Mogadouro, o que deverá acontecer já no próximo ano lectivo (consultar anexo 6. O ensino da língua espanhola em Portugal).

O acolhimento do ensino desta língua tem sido muito excelente, ultrapassando mesmo as expectativas inicialmente previstas, por parte dos pais e dos alunos; estes têm vindo a aumentar de ano para ano, exigindo, por isso, a contratação de cada vez mais professores. Aliás, a escola de Mogadouro não tem em funcionamento essa disciplina, no corrente ano lectivo, por falta de professor dotado das competentes habilitações.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados relativos ao conhecimento da língua espanhola, comparando as escolas que possuíam este ensino, à data da aplicação do questionário (primeiro grupo), com as que dele não dispunham (segundo grupo).

Quadro nº 79

As escolas de Bragança e o ensino de Espanhol - resultados

Escolas com a disciplina de Espanhol	Nº alunos c/ frases c/ tradução correcta					
	0 frases	1 frase	2 frases	3 frases	4 frases	5 frases
Escola Miguel Torga - Bragança	7	3	15	17	29	24
Escola Paulo Quintela - Bragança	10	7	13	30	52	22
Escola Macedo de Cavaleiros	13	14	28	14	29	6
Total	30	24	56	61	110	52
	9%	7%	17%	18%	33%	16%
Escolas sem a disciplina de Espanhol						
Escola Miranda do Douro	6	4	12	24	34	10
Escola Vinhais	13	11	17	30	17	1
Escola Mogadouro	25	15	12	18	21	6
Escola Sendim	12	7	9	22	32	1
Total	56	37	50	94	104	18
	16%	10%	14%	26%	29%	5%

Face aos resultados obtidos, convém fazer algumas considerações e extrair as devidas inferências.

- a) O índice dos alunos sem nenhuma frase correcta (0 frases) e apenas com uma frase é substancialmente mais elevado no grupo das escolas que não dispõem do ensino da língua espanhola; ou seja, nestas escolas constata-se a existência de uma maior percentagem de alunos que ignoram, totalmente ou quase, a língua do país vizinho do que nas que dispõem do ensino desta língua.
- b) Os alunos que revelam um bom ou muito bom conhecimento da língua vizinha (com quatro ou cinco frases correctamente traduzidas) são, justamente, em termos relativos, os que frequentam o grupo das escolas onde se estuda esta língua.
- c) O diferencial referido na alínea anterior acentua-se, como se pode constatar no quadro que contém estes dados, quando se trata de traduzir “cinco frases” correctamente; neste indicador, o índice das escolas do primeiro grupo é três vezes superior ao das do segundo grupo; parece, assim, que podemos induzir que o factor “ensino” foi decisivo na obtenção destes resultados.
- d) Nos indicadores de conhecimento mediano (duas e três frases correctas) os índices percentuais oscilam: do mais para o menos elevado no de duas frases e do menos para o mais, no de três frases traduzidas. Tal como nas alíneas anteriores, consideramos em primeiro lugar o grupo de escolas com ensino de Espanhol e em segundo, o grupo das restantes escolas. Não se detectando grande desnivelamento de conhecimento entre umas e outras, inferimos que o factor “ensino” não terá exercido influência nos resultados obtidos e que os conhecimentos que os alunos possuem da língua escrita os intuíram da linguagem oral; esta, por sua vez, terá sido alcançada por via dos contactos que foram estabelecendo com as pessoas do outro lado da fronteira.

Contudo, analisando os dados fornecidos pelos alunos da escola de Miranda do Douro, que não oferece o ensino da língua espanhola, constatamos que são muito semelhantes aos das escolas que possuem esta disciplina. Leia-se o quadro seguinte (nº 80).

Quadro nº 80 - Escola Secundária de Miranda do Douro – Comparação de dados

Escolas com a disciplina de Espanhol	Nº alunos c/ frases c/ tradução correcta					
	0 frases	1 frase	2 frases	3 frases	4 frases	5 frases
Escola Miguel Torga - Bragança	7	3	15	17	29	24
Escola Paulo Quintela - Bragança	10	7	13	30	52	22
Escola Macedo de Cavaleiros	13	14	28	14	29	6
Total	30 9%	24 7%	56 17%	61 18%	110 33%	52 16%
Escolas sem a disciplina de Espanhol						
Escola Miranda do Douro	6 7%	4 4%	12 13%	24 27%	34 38%	10 11%

Nos que toca aos indicadores mais negativos (os de zero, uma e duas frases), os índices são mesmo mais baixos na escola de Miranda do Douro do que no conjunto das três que dispõem do ensino de Espanhol; nos dois indicadores seguintes, que são positivos (de três e quatro frases correctas), os índices são consideravelmente mais elevados; apenas no indicador de “cinco frases” se nota um índice ligeiramente mais baixo. Em síntese, podemos afirmar:

- Todos os indicadores, excepto o de cinco frases correctamente traduzidas, obtêm resultados mais positivos na escola de Miranda do Douro do que nas restantes.
- Para que os alunos pudessem traduzir correctamente todas as frases apresentadas, exigir-se-ia, em princípio, um conhecimento obtido através do estudo da língua falada e escrita; como os alunos de Miranda, no respeitante ao índice das cinco frases correctas, obtiveram um resultado mais baixo do que os das escolas com o estudo do Espanhol, induzimos que o seu elevado conhecimento geral da língua foi alcançado pelo contacto informal e pela simples conversação.

Assim, para a compreensão destes resultados, devemos, introduzir uma nova variável independente: a da proximidade geográfica entre as populações (incluindo,

obviamente, os alunos), neste caso, desta cidade com a da província de Zamora. Como é sabido, as pessoas desta cidade e das localidades raianas deslocam-se com frequência a Miranda, por razões gastronómicas, comerciais e turísticas (sobretudo pelos percursos de barco no rio Douro) e que o inverso também se verifica (pela participação em festas, comércio ou, simplesmente, pelas visitas à cidade)⁶⁷⁶. Os alunos estão, assim, muito familiarizados com a língua espanhola, o que ajuda a compreender e explica os bons resultados alcançados.

Conviria ainda comparar os resultados das mesmas três escolas que possuem o ensino do Espanhol com os da escola de Vinhais, pelas razões que adiante serão expostas. Atente-se ao quadro seguinte.

Quadro nº 81

Escola Secundária de Vinhais – comparação de dados

Escolas com a disciplina de Espanhol	Nº alunos c/ frases c/ tradução correcta					
	0 frases	1 frase	2 frases	3 frases	4 frases	5 frases
Escola Miguel Torga - Bragança	7	3	15	17	29	24
Escola Paulo Quintela - Bragança	10	7	13	30	52	22
Escola Macedo de Cavaleiros	13	14	28	14	29	6
Total	30 9%	24 7%	56 17%	61 18%	110 33%	52 16%
Escolas sem a disciplina de Espanhol						
Escola de Vinhais	13 15%	11 13%	17 19%	30 33%	17 19%	1 1%

Fazendo a leitura comparativa destes dados, verificamos a situação inversa à de Miranda do Douro. Na verdade, os índices mais negativos (de zero, uma e duas frases bem traduzidas) são mais elevados na escola de Vinhais do que no conjunto das três que possuíam a disciplina de Espanhol, à data da aplicação do questionário. Também o índice de três frases é superior, o que surpreende, uma vez que, sendo já considerado positivo, vem contra a tendência negativa dos restantes. Já os dois mais difíceis de alcançar (de quatro e cinco frases traduzidas) se ficam muito aquém do mesmo

⁶⁷⁶ Conferindo as distâncias, constata-se que Miranda fica mais próxima de Zamora (68 kms) do que da capital do distrito, Bragança (80 kms), segundo o *Guía de Carreteras e Información Turística de Bragança-Zamora*, Diputación de Zamora.

conjunto de escolas. Apenas um aluno traduziu correctamente as cinco frases, num claro distanciamento dos dezasseis por cento das outras escolas.

Para a compreensão destes resultados, apresentam-se os seguintes factores, muito específicos de Vinhais e do seu concelho:

- a) Praticamente todo o território deste concelho faz fronteira, não com a província de Zamora, mas com a Galiza onde, como se sabe, se fala o Galego, uma língua muito próxima do Português. Apenas numa pequena faixa, o ayuntamiento de Hermisende, confina com Zamora; mas mesmo aqui se fala o Galego, conforme constatou Jesús Núñez Gutiérrez: “*cantar os reis, como ellos dicen en dialecto galaico-portugués*”⁶⁷⁷, a propósito do trabalho realizado sobre a celebração de Los Reinados de Hermisende y Lubián. Aliás, todos os lugares do ayuntamiento de Hermisende “*pertenecieron en otro tiempo a Portugal, del que se separaron ante su negativa a secundar la rebelión del Duque de Braganza*”⁶⁷⁸, o que reforça as afinidades lingüísticas.
- b) Mesmo assim, os contactos destas populações fronteiriças não são muito frequentes: realizam-se por alturas da feira do Fumeiro de Vinhais, da feira franca de Moimenta da Raia, das festas... De resto, o comércio também é escasso, dado tratar-se de povoações de pequena dimensão; a cidade de Verín e a vila de Puebla de Sanábria situam-se a uma distância que não permite contactos frequentes.
- c) O ensino da disciplina de Espanhol na escola de Vinhais foi introduzido após a aplicação do questionário.

3. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente dos sexos

Na tentativa do alcançar uma compreensão mais rigorosa deste indicador, analisamos agora os dados do conhecimento das línguas, tendo em conta a variável independente dos sexos; a leitura do quadro seguinte (nº 82) deve ser feita atendendo aos dados que nele constam assim organizados:

1. Nas duas primeiras colunas de dados, aparecem os resultados dos alunos e das alunas de Bragança; as percentagens foram indexadas ao total deste conjunto (771 alunos), conforme consta na última linha destas duas colunas.

⁶⁷⁷ NÚÑEZ, *Op. Cit.*: 265.

⁶⁷⁸ SAN FRANCISCO RODRÍGUEZ, *Op. Cit.*: 77.

2. Os dados referentes aos alunos e alunas de Zamora estão inseridos nas duas segundas colunas; do mesmo modo, as percentagens foram indexadas ao total deste conjunto (406 alunos).
3. Nas duas últimas colunas, constam os dados dos alunos de Bragança e de Zamora somados, o mesmo sucedendo com os dados das alunas; os índices percentuais foram calculados tendo como referência o total geral dos dos conjuntos (1177 alunos), constante na última linha destas duas colunas; desta forma, podemos obter uma sinopse dos dados comparativos dos dois sexos.
4. Os índices percentuais tornam-se indispensáveis, uma vez que, dada a disparidade do número de alunos inquiridos, entre uma e a outra região, só através deles nos podemos aperceber do verdadeiro significado dos números absolutos.

Quadro nº 82 - **Conhecimento da língua da região vizinha (por sexos)**

Indicadores	Nº alunos Bragança		Nº alunos Zamora		Alunos Total	
	Rapazes	Meninas	Rapazes	Meninas	Rapazes	Meninas
	381= 49%	390=51%	212=52%	194=48%	593=50%	584=50%
1. Alunos que não traduziram Correctamente nenhuma frase.	65 17%	65 17%	62 29%	29 15%	127 11%	94 8%
2. Alunos que traduziram correctamente 1 frase	36 9%	39 10%	87 41%	72 37%	123 11%	111 8%
3. Alunos que traduziram correctamente 2 frases.	56 15%	55 14%	30 14%	36 19%	86 7%	91 8%
4. Alunos que traduziram correctamente 3 frases.	68 18%	91 23%	15 7%	29 15%	83 7%	120 10%
5. Alunos que traduziram correctamente 4 frases.	119 31%	107 27%	10 5%	12 6%	129 11%	119 10%
6. Alunos que traduziram correctamente 5 frases.	37 10%	33 9%	8 4%	16 8%	45 4%	49 5%
Total	771		406		1177	

Perante os resultados comparativos entre ambos os sexos, paasamos às reflexões que se torna oportuno fazer:

- a) Quanto ao primeiro indicador, dos alunos que não traduziram correctamente nenhuma das frases; o índice de desconhecimento total, por parte dos alunos e das alunas de Bragança, é exactamente o mesmo; já o mesmo não se verifica nos de Zamora; os rapazes revelam muito mais desconhecedores da língua portuguesa, duas vezes mais do que as raparigas.
- b) Os resultados do segundo indicador, dos que traduziram correctamente uma frase, são igualmente os mesmos nos alunos e alunas de Bragança; um desconhecimento, menos acentuado, que ronda um décimo dos inquiridos; por parte dos alunos e alunas de Zamora o seu índice de desconhecimento é elevado (cerca de dois quintos) e relativamente aproximado entre si.
- c) Os alunos e alunas de Bragança mantêm a mesma tendência entre si no item “duas frases traduzidas”, o que indica um fraco conhecimento do Espanhol, numa percentagem superior à décima parte deles; as alunas de Zamora apresentam um índice deste indicador superior ao dos seus colegas, cerca de um quinto do total; o indicador dos rapazes da província de Zamora é mais baixo, aproximadamente o mesmo do conjunto dos alunos de Bragança.
- d) Entrando nos indicadores que consideramos de avaliação positiva, “de três frases bem traduzidas”, os rapazes de Bragança não atingem um quinto do total, enquanto as meninas superam este mesmo índice. O indicador revela um conhecimento positivo da outra língua, mas não elevado, no qual os dois conjuntos de alunos se encontram separados por uma margem de cinco pontos percentuais. Esta tendência favorável às alunas se denota nos inquiridos de Zamora; elas revelam possuir este nível de conhecimento superior aos rapazes em mais do dobro do índice percentual.
- e) O indicador das “quatro frases bem traduzidas” significa um bom nível de conhecimento da outra língua. Os rapazes de Bragança superam as suas colegas em quatro pontos percentuais; a média dos dois conjuntos aproxima-se dos trinta por cento, bem acima dos de Zamora, que se limita aos seis por cento.
- f) O nível de conhecimento mais elevado, “de cinco frases correctamente traduzidas”, é praticamente igual nos conjuntos dos alunos e das alunas de Bragança: cerca de um décimo do seu total. Nos de Zamora, este nível elevado conhecimento apresenta valores muito baixos nos rapazes e não tanto nas meninas (quatro e oito por cento, respectivamente).

Em síntese, o nível de conhecimento da língua espanhola é negativo em quarenta e um por cento e positivo em cinquenta e nove por cento, tanto por parte dos alunos como das alunas de Bragança; o índice positivo é de cinquenta e nove por cento; em termos globais, não se detecta diferença alguma neste indicador e considerando a variável independente dos sexos; o conhecimento da língua espanhola é do mesmo nível nos dois conjuntos de alunos inquiridos.

Já em relação a Zamora se verifica uma notória diferença, segundo a mesma variável independente: os rapazes apresentam um mais elevado nível negativo do que as meninas; nestas, o índice negativo é de setenta e um por cento e naqueles, de oitenta e quatro por cento; o índice positivo é de 29 por cento, por parte delas, e de dezasseis por cento, por parte deles. Por outras palavras, as alunas revelam um maior conhecimento da língua portuguesa do que os alunos.

Estes resultados foram extraídos do quadro nº 74, estabelecendo o diferencial entre o somatório dos três primeiros indicadores, considerados negativos, e dos três últimos, os positivos.

4. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente dos níveis sociais

A classificação dos alunos em quatro níveis sociais ficou já definida, a propósito da análise que foi feita em outros indicadores, tendo em conta esta variável independente. Por isso, nos abstermos de repetir essa classificação para a análise do conhecimento das línguas; para este efeito, foi elaborado o quadro seguinte (nº 74), considerando os seis indicadores (de zero a cinco frases correctamente traduzidas) e os números de alunos, por zonas geográficas; os índices percentuais foram indexados ao total de cada nível social. Esta opção permite-nos obter uma informação correcta acerca do conhecimento das línguas que os alunos de cada grupo social possuem, relacionando-os entre si; de outra forma, isto é, se as percentagens tivessem sido indexadas ao total de cada região, obteríamos uma informação inadequada, já que o número de alunos dos grupos sociais mais elevados é muito reduzido; em alguns casos, obteríamos percentagens ínfimas e, mesmo que assim não fosse, sempre nos conduziriam a uma ideia errada dos seus graus de conhecimento.

Quadro nº 83

Conhecimento da língua da região vizinha (por níveis sociais)

Indicadores	Alunos de Bragança				Alunos de Zamora			
	Níveis sociais				Níveis sociais			
	1	2	3	4	1	2	3	4
1. Alunos que não traduziram Correctamente nenhuma frase.		5 5%	44 13%	80 24%		14 27%	34 17%	42 27%
2. Alunos que traduziram correctamente 1 frase		4 4%	34 10%	37 11%		15 29%	84 43%	60 38%
3. Alunos que traduziram correctamente 2 frases.	1 14%	10 10%	56 16%	44 14%		9 18%	33 17%	24 15%
4. Alunos que traduziram correctamente 3 frases.	4 58%	22 23%	73 22%	60 18%	1 50%	4 8%	23 12%	18 12%
5. Alunos que traduziram correctamente 4 frases.	1 14%	39 41%	102 30%	85 26%	1 50%	6 12%	10 5%	5 3%
6. Alunos que traduziram correctamente 5 frases.	1 14%	16 17%	30 9%	23 7%		3 6%	12 6%	8 5%
Total		771				406		

Podemos, assim, apresentar as seguintes reflexões:

- Em relação ao distrito de Bragança, os índices negativos de conhecimento da língua espanhola são baixos, por parte dos alunos dos primeiros níveis sociais (um e dois); os da província da Zamora apresentam-se bastante mais elevados, por parte dos alunos dos mesmos níveis sociais.
- Os mesmos índices negativos de conhecimento são revelados, aproximadamente, pelos alunos do 3º nível social de Bragança; os seus equivalentes de Zamora revelam índices negativos mais elevados.

- c) Os alunos do 4º nível social de Bragança apresentam também índices negativos mais elevados do que os restantes; quanto aos de Zamora, na comparação com os dos níveis anteriores, o mesmo índice é ligeiramente mais elevado.
- d) Nos índices positivos de conhecimento da língua espanhola, os alunos do primeiro nível social de Bragança são os que apresentam a média mais elevada; esta vai descendo gradualmente nos restantes níveis sociais (conferir quadro nº 84); isto significa que os alunos dos níveis sociais mais elevados mostram possuir mais conhecimentos da língua do país vizinho e, conseqüentemente, os dos níveis sociais mais baixos, menos conhecimentos.
- e) Relativamente a estes mesmos níveis positivos, os alunos de Zamora revelam a mesma situação: quanto mais alto é o nível social dos alunos, maior é o seu conhecimento da língua portuguesa (conferir quadro nº 84); destacam-se os alunos do 1º nível social com a totalidade de índices positivos.

Quadro nº 84

Médias dos índices negativos/positivos (por níveis sociais)

Indicadores	Alunos de Bragança				Alunos de Zamora			
	Níveis sociais				Níveis sociais			
	1	2	3	4	1	2	3	4
1. Média percentual dos índices negativos (0, 1 e 2 frases)	14%	6%	13%	16%	-	25%	26%	27%
2. Média percentual dos índices positivos (3, 4 e 5 frases)	29%	27%	20%	17%	100%	9%	8%	7%

Assim, no que toca aos índices negativos dos alunos de Bragança, as médias são mais baixas em todos os níveis sociais do que nos índices positivos; o inverso é, conseqüentemente, verdadeiro. Nos índices de avaliação positiva, são claramente os alunos de nível social mais alto que mostram possuir mais conhecimentos da língua espanhola.

Quanto aos alunos de Zamora, a tendência já detectada nos portugueses é ainda mais nítida; os índices negativos aumentam à medida que o nível social desce e os positivos são mais favoráveis, no conhecimento da língua portuguesa, nos alunos dos níveis sociais mais elevados.

5. O conhecimento das línguas, segundo os meios urbanos/rurais

A diferenciação das escolas e centros educativos segundo os meios em que estão inseridos foi já estabelecida a propósito da análise dos resultados de outras questões do questionário.

Considera-se oportuno fazer a análise dos dados relativos ao conhecimento das línguas, segundo esta variável independente, a fim de obtermos uma compreensão exhaustiva dos mesmos.

Os índices percentuais foram calculados pela indexação dos totais parciais de cada indicador de frases correctamente traduzidas aos totais dos alunos de cada grupo de escolas, as rurais e as urbanas. Isto permite-nos aceder a uma informação rigorosa da incidência de respostas (negativas e positivas) consoante os meios em que as suas escolas estão inseridas. Contudo, há que considerar que muitos dos alunos que frequentam escolas urbanas são oriundos do meio rural; o inverso, segundo o conhecimento obtido pelo exercício da actividade docente e pelo contacto com os directores dos estabelecimentos em que os questionários foram aplicados, também é possível, mas com muito menor frequência.

Quadro nº 85 - **Conhecimento da língua espanhola** (por zonas urbanas/rurais)**Alunos de Bragança**

Bragança – Escolas urbanas						
Escolas	Número de frases traduzidas/%					
	0	1	2	3	4	5
Sec. Miguel Torga – Bragança	7	3	15	17	29	24
E. B. 2,3 P. Quintela – Bragança	10	7	13	30	52	22
Prof. Prática Universal – Bragança	5	1	5	2	12	0
E.B. 2,3/ Sec. Macedo de Cavaleiros	13	14	28	14	29	6
E.B. 2,3/ Sec. Miranda do Douro	6	4	12	24	34	10
Total = 448	41	29	73	87	156	62
%	9%	7%	16%	19%	35%	14%
Bragança – Escolas rurais						
E.B. 2,3 de Mogadouro	25	15	12	18	21	6
E.B. 2,3/ Sec. De Vinhais	13	11	17	30	17	1
E.B. 1,2 de Torre de Dona Chama	39	13	0	2	0	0
E.B. 2,3 de Sendim	12	7	9	22	32	1
Total = 323	89	46	38	72	70	8
%	28%	14%	12%	22%	22%	2%

O quadro supra apresentado (nº 85) contém os dados das escolas do meio urbano e do meio rural do distrito de Bragança que nos permitem fazer os seguintes comentários:

- São baixos os índices negativos do conhecimento da língua espanhola (zero, uma e duas frases traduzidas), por parte dos alunos das escolas urbanas de Bragança e relativamente elevados os das escolas rurais; no indicador “zero frases traduzidas” o valor é três vezes superior nestas escolas; no de “uma frase” é duas vezes superior e no de “duas frases” o resultado é ligeiramente superior.
- Os índices positivos deste conhecimento são, conseqüentemente, superiores nas escolas urbanas, salvo no indicador das “três frases traduzidas”, no qual os valores se aproximam bastante entre os conjuntos

de escolas desta variável independente; notória é a diferença do indicador das “cinco frases”, cujo valor é sete vezes superior nas escolas públicas em relação à privada.

- c) Assim, sem qualquer margem para dúvidas, podemos afirmar que, no distrito de Bragança, os alunos das escolas do meio urbano possuem um maior conhecimento da língua espanhola do que os das escolas do meio rural.

Quadro nº 86

Conhecimento da língua portuguesa (por zonas urbanas/rurais)**Alunos de Zamora**

Zamora – Escolas urbanas						
Escolas/centros educativos	Número de frases traduzidas/%					
	0	1	2	3	4	5
C.E.I.P. Obispo Nieto – Zamora	4	6	6	3	6	8
I.E.S. Universidad Laboral – Zamora	14	42	10	2	0	0
C.C. Santísima Trinidad – Zamora	10	29	14	5	5	0
I.E.S. Puebla de Sanabria	33	26	5	6	3	3
I.E.S. Aliste – Alcañices	10	10	7	13	4	8
C.E.I.P. Virgen de la Salud – Alcañices	4	3	10	11	2	0
Total = 322	75	116	52	40	20	19
%	23%	36%	16%	13%	6%	6%
Zamora – Escolas rurais						
C.R.A. de Moraleja del Vino	7	8	0	0	0	1
C.E.I.P. de El Puente de Sanabria	3	2	6	1	2	2
C.R.A. de Riofrío de Aliste	0	2	1	1	0	0
C.R.A. de Ferreras de Abajo	0	9	4	0	0	1
C.E.I.P. de Muelas del Pan	3	4	0	0	0	0
C.R.A. de Montamarta	0	0	3	4	0	0
C.R.A. de Villamor de los Escuderos	0	4	0	0	0	0
C.E.I.P. de Almeida	2	14	0	0	0	0
Total = 84	15	43	14	6	2	4
%	18%	51%	17%	7%	2%	5%

Fazendo a leitura do quadro acima (nº 86), constatamos que os alunos da província de Zamora, tanto os das escolas urbanas, como os do meio rural, revelam a mesma tendência dos do distrito de Bragança, com algumas especificidades que se seguem:

- a) A média percentual dos índices negativos é mais elevada nos alunos das escolas rurais (29%) do que nos das urbanas (25%); apenas no indicador “zero frases” se apresenta mais baixa; no de “duas frases”, a média é praticamente a mesma; contudo, no de “uma frase”, a diferença manifestamente substancial.
- b) Em todos os indicadores positivos, a média de avaliação é favorável aos alunos das escolas do meio urbano; em “três frases”, a diferença ascende a quase o dobro dos alunos do meio rural e no de “quatro frases” atinge o triplo; o resultado de “cinco frases” é apenas um ponto percentual mais elevado.
- c) Na comparação das duas áreas geográficas (Bragança e Zamora), os valores diferem significativamente entre uma e a outra; contudo, na comparação entre os alunos do meio urbano e rural, ambas as regiões manifestam a mesma tendência, isto é: os alunos das escolas do meio urbano detêm um maior conhecimento da língua do país vizinho do que os das escolas do meio rural; os índices dos poucos indicadores que escapam a esta tendência são sobejamente por ela absorvidos e ultrapassados.

6. O conhecimento das línguas, segundo a variável independente “das escolas públicas e privadas”

Para a análise dos resultados do conhecimento das línguas, segundo a variável independente das escolas públicas e privadas, não foi possível aplicar um suficiente número de inquéritos, no que diz respeito ao distrito de Bragança. Esta situação impede-nos de apresentar deduções muito conclusivas; apesar disso, os dados vão ser apresentados, seguindo um procedimento igual ao de Zamora, e a análise comparativa com as escolas públicas vai ser feita. A verdade é que, não existem escolas privadas dos graus de ensino pertinentes a este estudo, na zona que foi estabelecida como o alvo da investigação, isto é, aquela que possui as condicionantes etnográficas que são a existência de tradições das mascaradas e da dança do *paloteo*/pauliteiros. As escolas privadas que existem são só do 1º ciclo do Ensino Básico (os quatro primeiros anos de

escolaridade), sendo que os alunos que o frequentam, em geral, não atingiram ainda um nível etário e um estágio de desenvolvimento intelectual que lhes permitisse dar resposta a grande parte das questões colocadas no inquérito. A única escola privada existente na cidade de Bragança, onde o questionário foi aplicado, é de nível secundário e de formação profissional; contudo, é reduzido o número de alunos que foram inquiridos.

Quanto à província de Zamora, a situação é bastante mais favorável: a escola é do nível do ensino secundário obrigatório (I.E.S.), reunindo, por isso, as necessárias condições; por outro lado, o número de alunos inquiridos anda à volta dos dezasseis por cento do total da província de Zamora, o que corresponde a uma amostra suficientemente representativa do ensino privado nesta região.

Quadro nº 87

Conhecimento das línguas (por escolas públicas/privadas)

Escolas	Número de frases traduzidas/%					
	0	1	2	3	4	5
Distrito de Bragança						
Escolas públicas (totais)	124 17%	74 10%	106 14%	157 21%	215 29%	70 9%
Escola privada (totais)	5 20%	1 4%	5 20%	2 8%	12 48%	0 0%
Total	129	75	111	159	227	70
Província de Zamora						
Escolas públicas (totais)	80 23%	130 38%	52 15%	41 12%	17 5%	23 7%
Escola privada (totais)	10 16%	29 46%	14 22%	5 8%	5 8%	0 0%
Total	90	159	66	46	22	23

6. 1. Escolas públicas/privada de Bragança

Os resultados dos alunos da escola provada de Bragança afiguram-se, por assim dizer, descontínuos, com determinados “picos” bastante elevados, a saber: o indicador de “uma frase traduzida” desce a um nível mínimo; o de “cinco frases” não tem qualquer expressão e o de “três frases” desce para valores bastante baixos; pelo contrário, o de “quatro frases” sobe até quase a metade do total dos alunos. Comparativamente com as escolas públicas, que são todas as restantes, e no que se refere estritamente a estes quatro indicadores, detecta-se um nítido desvio das médias; no sentido positivo, são os indicadores de “uma” e “quatro frases”, sendo que no primeiro destes o valor negativo é muito baixo e no segundo, o valor positivo é muito elevado; no sentido negativo, o indicador de “cinco frases”, o mais elevado em termos de conhecimento da língua espanhola, não obteve qualquer valor e o de “três frases” afasta-se muito abaixo da média geral das escolas.

Os restantes dois indicadores situam-se no nível negativo da avaliação; o seu índice percentual aproxima-se da média das escolas públicas, pelo que nos dispensamos de fazer mais comentários.

Estabelecendo as médias dos indicadores positivos e negativos, constata-se que estão próximas; são três os pontos percentuais que separam os dois conjuntos de escolas; as públicas saem a ganhar, deduzindo, por isso, que os alunos que as frequentam detêm um maior conhecimento da língua espanhola do que os das privadas.

Para uma compreensão mais justa destes resultados, há que ter em conta outras variáveis, a saber:

- a) o ensino oficial da língua espanhola existe apenas em algumas das escolas públicas do distrito de Bragança;
- b) os graus de ensino das escolas públicas inquiridas são o segundo e o terceiro do Ensino Básico; a escola privada inquirida é do ensino secundário e profissional.

Quanto a outras variáveis, globalmente a escola privada não se distingue das públicas: situa-se no meio urbano, recebe também alunos oriundos do meio rural e a sua proximidade com a fronteira espanhola situar-se-á na distância média do conjunto de todas as escolas inquiridas.

6. 2. Escolas públicas/privadas de Zamora

O número de inquiridos da escola privada de Zamora constitui uma amostra suficientemente demonstrativa deste tipo de ensino, se considerarmos outras variáveis independentes, como o meio urbano em que a escola está inserida, o grau de ensino que os alunos frequentam, o secundário, e a distância que a separa da fronteira portuguesa que, em termos médios, é superior ao conjunto das escolas públicas.

A média dos índices negativos (os de uma, duas e três frases traduzidas) é superior na escola privada, em três pontos percentuais, relativamente à média do conjunto de todas as públicas. Consequentemente, situamos dentro da mesma tendência a média dos índices positivos de avaliação, por serem superiores na mesma percentagem.

Já foi referido, em termos globais, existe uma oscilação de três pontos percentuais, entre públicas e privada de província de Zamora; contudo, o indicador mais elevado do conhecimento da língua portuguesa (o de “cinco frases traduzidas”), apresenta, na escola privada, um resultado “sem qualquer frase traduzida” (igual ao da privada de Bragança), ou seja, o mais negativo que se poderia obter.

Em síntese, as escolas privadas de Bragança e de Zamora encontram-se na mesma situação, relativamente ao conhecimento das línguas que os seus alunos demonstraram; as médias dos valores divergem em três pontos percentuais, com o benefício cognitivo para as escolas públicas, tanto numa como na outra área geográfica.

A análise desta questão, em termos globais, demonstra as perspectivas sugeridas na formulação das hipóteses. Os alunos do distrito de Bragança detêm um melhor desempenho na compreensão da língua espanhola; para estes resultados, intervêm factores decisivos, como o acesso ao ensino desta língua nas escolas da região, ao nível do terceiro ciclo do Ensino Básico e a exposição facilitada ao grande meio de comunicação social que é a televisão, sobretudo nas zonas mais próximas da fronteira; este segundo factor, do qual beneficiam as crianças desde a mais tenra idade e os adolescentes, criou nos alunos uma habituação natural à audição dos falantes da língua espanhola e, conseqüentemente, à sua compreensão. Aliás, a proximidade com a fronteira acaba por constituir um terceiro factor que ajuda a compreender a melhor compreensão oral do Espanhol.

Os alunos da província de Zamora, não beneficiando dos factores do ensino da língua portuguesa e do acesso à audição dos falantes desta língua através da televisão, encontram-se numa situação de desvantagem perante os seus colegas do distrito de

Bragança. Por isso, os resultados são compatíveis com estas condições: exactamente aqueles que já eram previstos na hora de formular as hipóteses.

6. Síntese

A aproximação política entre as duas áreas administrativas, de Bragança e de Zamora, é um tema da maior actualidade e um trabalho que vem sendo realizado, desde há mais de duas décadas, pelas entidades públicas, como resultado da integração na União Europeia, “transformando Portugal em parceiro de Espanha”⁶⁷⁹ e vice-versa, e obrigando “à mudança de atitudes e mentalidades”⁶⁸⁰, por parte dos responsáveis políticos. Contudo, o correspondente reforço da aproximação cultural entre os dois povos não produziu ainda os tão desejados resultados, após a interrupção política e forçada, provocada pela formação das nacionalidades, há mais de oito séculos. Ao incluir as tradições locais, as Ciências Sociais (História e Geografia) e as línguas estrangeiras, a aproximação cultural depende, em grande parte, dos esforços que as instituições educativas desenvolverem no sentido do seu conhecimento mútuo, seguindo o percurso que tem sido desenvolvido pelas instituições associativas, municipais e regionais, ao nível da cooperação na economia e nos projectos de infraestruturas. O contributo do sector educativo, não deve, pois, ser menosprezado: “la idea de educación solo encontraría canalización precisa y propia a través de la idea de identidad cultural”⁶⁸¹. Poderá, porventura, este trabalho de investigação cultural e educativa prestar o seu humilde subsídio para o alcance deste desiderato. É justamente esta uma das finalidades da investigação em Ciências Sociais: detectar valores que possam “influenciar a elaboração e utilização dos conceitos, modelos e teorias”⁶⁸², no seguimento da selecção e do apuramento dos dados revelantes, do “registo das observações e da apresentação dos resultados das pesquisas”⁶⁸³; na presente investigação, é desejável que as inferências teóricas extraídas possam contribuir para uma melhoria da prática educativa. Veementemente, assim o espero.

⁶⁷⁹ BASÍLIO, *Op. Cit.*: 213.

⁶⁸⁰ *Ibidem*.

⁶⁸¹ BUENO MARTÍNEZ, *Op. Cit.*: 6.

⁶⁸² NUNES, A. Sedas (1997), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa, p. 103.

⁶⁸³ *Ibidem*.

Capítulo IX. CONCLUSÕES

O património histórico e cultural da região de Zamora/Bragança constitui o elemento mais representativo do modo de ser e de viver das gentes que habitaram este espaço geográfico desde os remotos tempos dos homens dos castros até aos nossos dias. Por um lado, estes povos foram-se adaptando aos sucessivos condicionalismos sociais e políticos determinados pelos poderes centrais, em aspectos existenciais, como a luta pela própria defesa contra os invasores, o direito estabelecido, a estratificação social que lhes era imposta, os senhores que tinham que aceitar, a religião a que se converteram, a língua que adoptaram. Por outro lado, o inquestionável e real afastamento destas duas regiões em relação aos centros do poder da Península e de cada país permitiu a manutenção das suas peculiares formas organizacionais na sociedade e na cultura; apesar das mudanças, estes elementos foram transitando de umas a outras gerações e formam hoje parte da sua identidade comum.

O longo período “de costas voltadas”, de fechamento e de incomunicabilidade terá, possivelmente, apagado a consciência desta identidade, tal como dois irmãos que, por deixarem de se encontrar, acabam por desconhecer o parentesco que os une. Esta forma de egocentrismo, determinada pelos condicionalismos históricos, impediu a comunicação espontânea entre os dois povos; se, apesar de tudo, ela foi mantida, isso aconteceu à custa das contínuas fugas às leis protectoras das economias de cada país, como forma de fazer face às dificuldades da vida, correndo riscos e fazendo sacrifícios pouco compreensíveis à luz dos tempos actuais; além disso, marcou o estado de desconhecimento mútuo, de que as crianças e os adolescentes nos dão conta neste trabalho de investigação, sobre os valores de cada povo que, bem vistas as coisas, integram a mesma cultura. Daqui a necessidade e a importância do conhecimento e da valorização da história e da cultura comuns, como forma de reforçar a própria identidade e de aproximar definitivamente os dois povos, eliminando os preconceitos do passado; tal desiderato será alcançado se começar logo a ser colocado nos primeiros anos de escolaridade; cabe, portanto, à escola este papel de importância primordial.

O presente trabalho mostra que grande parte dos aspectos identitários comuns, aqueles que constituem o objecto da investigação – as tradições festivas dos mascarados e das danças dos pauliteiros ou *paloteo* –, se conservam de uma forma

bem vivida nas povoações situadas mais próximas da fronteira e que, se esta não existisse, bem podíamos estar a tratar de uma e a mesma região. Se diferenças existem, elas restringem-se ao *modus faciendi*, tal como as que se verificam no interior de cada uma das áreas geográficas, de uma a outra localidade ou de uma a outra comarca ou concelho. São, portanto, diferenças acessórias; as afinidades constituem, de facto, a mesma essência.

O problema detectado e que deu origem ao presente trabalho de investigação prende-se, pois, com o estado de desconhecimento mútuo destes valores culturais, resultante da sua ausência nos projectos educativos escolares, dos povos de Bragança em relação aos de Zamora e vice-versa. É certo que, no decorrer dos trabalhos de campo, fomos encontrando estudiosos de grande valor que se têm vindo a debruçar sobre estes temas da cultura popular de um lado e do outro da fronteira. Também foram identificados alguns projectos de estudo e divulgação e acções conjuntas entre entidades municipais e provinciais de Zamora e Bragança; contudo, dada a sua recente realização, talvez não tenham ainda alcançado plenamente os objectivos propostos na sua planificação; por outro lado, não se detectaram referências a esta cultura comum nas actividades educativas das escolas. Assim, ao nível das populações em geral e dos jovens em idade escolar, o problema mantém-se e deve continuar a merecer a maior atenção.

Por isso, neste trabalho de investigação foram seleccionados os jovens em idade escolar como o seu público alvo. Por um lado, interessava auscultá-los, em ordem à formulação de um quadro clarificador do nível de conhecimento destes elementos da cultura popular, tanto da sua região, como da região vizinha, do outro lado da fronteira. Por outro lado, havia que apurar a forma de aproveitamento didáctico e pedagógico deste recurso educativo que são as tradições etnográficas, em vigor nas escolas de ambas as regiões.

Há que salientar, pois, o precioso e decisivo contributo das escolas que acederam colaborar nesta investigação, os alunos, os professores e os órgãos directivos; só com a sua participação foi possível fazer o apuramento dos dados necessários ao desenrolar da tese, à comprovação das hipóteses e às conclusões que agora se apresentam. As personalidades entrevistadas, com as suas valiosas informações e ponderadas opiniões, colaboraram no esclarecimento de certas questões essenciais à abordagem etnográfica e educacional, na confirmação dos dados fornecidos pelos jovens estudantes e na certificação dos factos culturais.

1. Visão global das tradições de mascarados

O trabalho de campo, os eventos culturais realizados pelas autarquias locais sobre estas temáticas e os elementos fornecidos pelos etnólogos, historiadores e professores permitiram obter uma panorâmica do estado actual das tradições festivas dos mascarados e das danças dos pauliteiros/*paloteo*. Ficámos, assim, habilitados a defini-la da seguinte forma:

- São muitas as celebrações festivas de mascarados que permanecem vivas, sem qualquer interrupção temporal, em ambas as regiões; as adaptações aos tempos actuais são inevitáveis e não interferem na sua essência nem no seu simbolismo que continuam a ser os mesmos que, desde há séculos, presidiram ao seu nascimento; aliás, se essas adaptações não tivessem ocorrido e se alguns professores, pontualmente, não tivessem agarrado este recurso educativo, muitas dessas festividades ter-se-iam perdido.

- Outras que, com a modernidade e a crescente desertificação humana dos meios rurais, se encontravam mortas, ganharam vida, de novo; estavam presentes ainda na memória colectiva dos povos e, por acção das entidades locais – as escolas, as autarquias e as associações locais – ressurgiram com o mesmo espírito e com a mesma função na vida destes povos: a harmonia social, a convivência necessária ao bom andamento das comunidades, a valorização da sua identidade cultural, a afirmação dos valores tradicionais e do património imaterial, o apelo à fertilidade dos produtos da terra, a expurgação dos males sociais, enfim, tudo o que contribui para uma autêntica vivência comunitária.

- Há ainda aquelas, poucas, que se encontram em fase de recuperação, por vontade expressa das autoridades locais que tentam acompanhar esta onda revitalizadora, seguindo o exemplo das localidades vizinhas que as preservaram, por acção pontual das escolas e das associações culturais e por motivação de projectos desenvolvidos nesta matéria.

- E aquelas que definitivamente se perderam; neste caso, o tempo decorrido entre a perda e a actualidade é muito longo; só as pessoas mais velhas conservam na sua memória os rituais das celebrações, de forma que é remota a possibilidade de uma retoma consistente: sendo ritos essencialmente juvenis, torna-se necessário que sejam os jovens a sentir o pulsar da celebração; na circunstância, ou os jovens são em número escasso ou encontram-se completamente alheados da tradição. Apesar disso, demos conta de algumas iniciativas de professores tendentes à revitalização das tradições, quase sempre com sucesso.

Neste processo de divulgação e de revitalização das tradições festivas dos mascarados há que mencionar os subsídios dos professores (dentro e fora das escolas), dos etnólogos e antropólogos de ambas as regiões que têm desenvolvido um valioso trabalho de pesquisa no terreno, trazido à luz em livros e revistas; os trabalhos de fotógrafos e de fotojornalistas, divulgados em livros, exposições e nos sítios da internet; os filmes e os documentários em DVD que as produtoras regionais realizam, com ou sem qualquer apoio dos competentes organismos públicos; e os recentes projectos de cooperação transfronteiriça, desenvolvidos pelas entidades locais e regionais de Zamora e Bragança, com recurso aos próprios financiamentos e aos programas comunitários.

2. As danças dos paus

As danças dos paus subsistem em ambas as regiões, Zamora e Bragança. Para além do trabalho de campo efectuado, são também os alunos das escolas e centros escolares das áreas de implantação dos grupos de pauliteiros ou *paloteo* que nos dão conta deste fenómeno cultural. Além disso, os mesmos alunos que referenciaram a sua existência, mostraram conhecê-los nas várias facetas que os constituem: a música tradicional de acompanhamento, os trajes dos dançarinos, os laços que executam e os ambientes festivos que integram. Se a esta constatação acrescentarmos os elementos fornecidos pelas personalidades entrevistadas, podemos concluir com toda a segurança: as danças não só subsistem, sobretudo nas áreas fronteiriças e limítrofes de Miranda do Douro, Tábara e Tierra del Pan, como tem crescido significativamente o número de grupos de dançantes.

Contudo, o fenómeno assume proporções diferentes no distrito de Bragança e na província de Zamora.

A situação em Zamora pode caracterizar-se da seguinte forma:

- a perda de grupos, em cerca de trinta lugares zamoranos, que se mantiveram activos até meados do século passado: nas comarcas de Sayago, de Aliste e de Sanábria; pode-se dizer que, até essa altura, abarcavam toda a extensão da raia ao longo da província; pensa-se que se trata de uma perda irreparável pela falta de condições que viabilizem a retoma da dança: o despovoamento das aldeias, a inexistência de músicos tradicionais, a falta de dirigentes locais capazes de realizar a reconstituição, a idade avançada daqueles que, enquanto jovens, as executavam, a memória que se esvaiu na comunidade;

- a permanência de grupos: Tábara, Muelas del Pan, Almaraz de Duero e Cañizal; dados os condicionalismos da actualidade, como a desertificação humana, a

sua constituição deixou de ser exclusivamente masculina, como era da tradição, passando a ser mista ou inteiramente feminina; contudo, este facto não constitui qualquer inconveniente; pelo contrário, o romper da tradição permite o acesso às danças por parte das jovens e viabiliza a sua continuidade. Fica a impressão de que as escolas continuam alheadas desta realidade cultural.

- a reconstituição de um grupo, em Almaraz de Duero: havia cessado a sua actividade há alguns anos, retomando agora as danças com uma composição mista e o mesmo reportório de outrora; um facto digno de registo que fica a dever-se à associação cultural da terra.

O panorama dos pauliteiros de Miranda reveste-se de características diferentes dos grupos de Zamora, quanto à sua constituição e à sua implantação territorial; na verdade, desde a sua criação nunca mais deixou de executar esta dança, tanto em momentos sagrados como profanos. Actualmente, assiste-se a uma implantação destes grupos por quase todas as freguesias do concelho de Miranda do Douro e em várias do concelho de Mogadouro; o fenómeno ficou a dever-se à acção altamente meritória das associações culturais locais; deste facto nos dão conta os alunos desta área geográfica, bem como os estudiosos da matéria. As escolas desde sempre tiveram alguma intervenção pontual e descontínua, como é compreensível, nesta matéria das danças dos paus.

A constituição dos grupos, na sua maioria, manteve-se inalterável; contudo, regista-se o aparecimento de grupos femininos, o que constitui uma evolução, se bem que em sentido diferente da de Zamora. Podemos, assim, caracterizar a formação dos pauliteiros no Planalto Mirandês:

- grupos masculinos de jovens, que observam rigorosamente os procedimentos tradicionais;
- grupos femininos, também de jovens, que podemos considerar uma evolução da tradição seguida nas danças até há poucos anos;
- grupos infantis masculinos que não são novidade, na medida em que eles há muito que existiam nas escolas, de duração precária, dada a mobilidade dos professores que os orientam e as entradas e saídas constantes dos alunos; também nos grupos das localidades, por vezes, se iniciavam os mais pequenos com a formação de um grupo infantil.

As danças dos paus assumem características semelhantes nos dois lados da fronteira. Desde logo, o número de oito dançarinos é o mesmo em todos os grupos. Os seus adereços identitários, aqueles que distinguem esta das restantes danças mistas, são os paus – indispensáveis a qualquer laço – e as castanholas; os trajes evoluíram de modo diferente mas, no essencial, as semelhanças são muitas; os passos, os

movimentos e os toques dos paus também não podem deixar de ser idênticos, dadas as características da dança; a música instrumental é a mesma – a dos gaiteiros e dos tamborileiros; as melodias tradicionais dos laços, em grande parte, também são as mesmas, assim como os títulos, a estrutura das peças e as temáticas das letras das cantigas. As afinidades são evidentes no que é essencial da dança e as diferenças são acessórias, o que nos permite concluir que “pauliteiros” e “paloteo” são uma e a mesma dança.

Os contextos festivos em que actuam os pauliteiros eram, no passado, os mesmos – a festa do *Corpus Christi* – facto que denuncia origens e finalidades comuns; além disso, eram funções sagradas. Contudo, em Terras de Miranda, a íntima ligação a esta celebração cristã perdeu-se. Hoje, a sua presença e actuação em ambientes sagrados – a missa e a procissão – mantêm-se somente em outras festas: Santa Bárbara, Nossa Senhora do Rosário, São João Evangelista, Menino Jesus, festas solsticiais do Inverno, do Natal, Ano Novo e Reis e outras festas celebradas em honra do santo padroeiro da terra. Na cidade de Zamora e nas localidades que preservam a dança, a tradição mantêm-se: os grupos de *paloteo* tomam parte nos actos mais marcantes da liturgia sagrada da festa do *Corpus*. De resto, por parte da hierarquia da Igreja é conferido à dança o mesmo acolhimento de outrora nos ritos litúrgicos, o que reforça a ideia do seu carácter sagrado. Por isso, os laços exibidos são identificados como religiosos, cuja temática versa o louvor a Cristo, à Virgem e aos santos, temas penitenciais e orações.

A participação dos pauliteiros ou *paloteo* nos actos profanos das festas reveste-se de idênticas características: em todas elas se estipula o momento da sua actuação, composta por todos os laços do reportório que, sendo um acto de diversão popular, reveste algumas características de um ritual sagrado. Nas escolas, se eles existem, a sua actuação contribui para a animação cultural, em actos solenes, e para a congregação da comunidade escolar.

Existe, contudo, uma nuance específica da terra de Miranda: a participação dos pauliteiros no ritual solene do peditório, realizado no próprio dia da festa, antes da liturgia sagrada; a sua presença neste acto torna-se imprescindível; diga-se mesmo que, sem pauliteiros não se concebe o peditório.

De qualquer forma, existe um elemento que une as danças das duas regiões que, em boa verdade, deveriam ser consideradas, sob este ponto de vista, uma e a mesma região; esse elemento identitário é a participação nos actos religiosos das festas, elemento este que se relaciona com o simbolismo destas danças populares e que é o aspecto mais importante para a sua caracterização. Na verdade, a autenticidade étnica das danças dos pauliteiros ou *paloteo* depende do simbolismo que elas encerram, independentemente dos restantes elementos, como a coreografia, a música, a poesia, a indumentária, sem que a autenticidade destes seja posta em

causa. Ora, o simbolismo é o mesmo nas duas áreas geográficas, pelo que, concluímos, a dança do *paloteo* e dos pauliteiros constituem a mesma manifestação etnográfica e cultural; trata-se do mesmo património imaterial de que a mesma comunidade é detentora.

3. O valor educativo da cultura local

A escola cultural contempla a valorização das tradições locais, como forma de construção do conhecimento, de saberes diferenciados e da absorção de valores fundamentais na formação da personalidade. A cultura do povo encerra em vasto leque de saberes e de valores; por isso, todo o trabalho cultural serve para a transmissão desses saberes e para a assimilação de valores.

A enorme riqueza cultural destas regiões constitui um recurso educativo da maior relevância. Urge, pois, disponibilizá-la e colocá-la ao serviço da escola, a fim de que esta a possa integrar nos seus projectos educativos. Para isso, os devem os agentes educativos conhecer esta realidade cultural, tal como devem conhecer o meio em que a escola está inserida, se pretendem desenvolver uma educação integrada e abrangente.

O património imaterial faz parte integrante da vida das gentes dos povos de que os alunos são oriundos; a inserção da escola no meio a que pertence passa pela valorização desses valores patrimoniais e da sua inclusão no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. A escola deverá, pois, encarar o meio que a rodeia como sendo algo de valor cheio de história, que merece ser respeitado, conhecido e rentabilizado sob a perspectiva educacional. A abordagem do património local e regional, nas suas variadas componentes, permitirá aos professores efectuar a passagem do nível do senso comum ao conhecimento mais elaborado e científico, incrementar uma educação orientada para a compreensão, desenvolver nos alunos o espírito de pesquisa e de autonomia, sensibilizá-los para os valores culturais locais e regionais, que são seus e que, por isso, têm o dever cívico de preservar, e estabelecer a ligação entre a escola e o meio. Por outro lado, a implicação dos pais e da comunidade na vida da escola fica mais facilitada se for impulsionada pelas suas vivências culturais; desta forma, também eles passarão a olhar a escola como um espaço privilegiado das suas vidas.

Todas estas potencialidades, que a história local e as tradições oferecem, foram apreendidas por alguns professores das escolas envolvidas nesta investigação. Não sendo em grande número, é certo, poderão, em todo o caso, servir de motivação aos restantes colegas e a toda a escola, na qual esses projectos pontuais foram

incrementados com sucesso. Salieta-se também o carácter transversal e multidisciplinar destes elementos da cultura popular; dizem respeito e interferem com as disciplinas das Ciências Sociais, das Artes Visuais, das Novas Tecnologias de Informação e da Comunicação, da língua materna e até mesmo das línguas estrangeiras. Por isso, estes recursos podem ser integrados no mesmo projecto educativo, contribuindo cada uma das abordagens disciplinares para a tão desejada e necessária formação integral do aluno.

Uma das formas de viabilização dos elementos da história e da cultura locais é a dinamização dos clubes temáticos, considerados unidades funcionais da escola cultural. São espaços propícios à abordagem de temas diversificados, dispondo da autonomia necessária à aceitação das mais diversificadas actividades, valorizando os saberes dos alunos e permitindo que eles próprios livremente os manifestem. São também espaços abertos, directa ou indirectamente, à comunidade, à dinamização das actividades extra-curriculares, para a expressão das vivências relacionadas ou não com as celebrações festivas, com a elaboração de trajes e máscaras tradicionais e com as danças que as suas comunidades preservam.

O multiculturalismo é um valor a defender na escola actual. Como tal, exige-se construir e implementar um currículo pluricultural e transdisciplinar que promova a integração social e o desenvolvimento global e harmonioso de todas as pessoas. Para que a cultura local possa ser envolvida no processo educativo, tem que ser conhecida pelos agentes de ensino, nos seus diversos níveis de actuação. Pela mesma razão, a aplicação dos valores do multiculturalismo passa pela predisposição e abertura a culturas diferentes ou similares mas pertencentes a outros povos. Na verdade, o conhecimento de outras culturas não constitui um fim em si mesmo, mas tão somente um meio para alcançar uma educação orientada para a tolerância e para a convivência harmoniosa entre os povos.

4. A vivência das tradições

A valorização das componentes da etnografia nunca poderá ser positiva se não tiver havido um contacto vivencial com elas ou um conhecimento obtido por meios indirectos. A primeira destas formas de conhecimento apenas está acessível aos alunos que são naturais e residentes nas terras que as celebram ou, em menor escala de intensidade, nas terras vizinhas. Esta é uma conclusão extraída da análise dos dados dos questionários; são os alunos dos meios rurais que melhor conhecem as celebrações porque é nestes meios que elas acontecem; o conhecimento é adquirido pelas próprias vivências. A segunda forma é constituída pelas informações que outros ocasionalmente terão prestado, por leituras efectuadas e pelo visionamento de

documentários audiovisuais. Não deixa de ser interessante constatar que um considerável número de inquiridos tenha dado conta deste recurso, o que demonstra o interesse que a cultura local lhes desperta.

Por outro lado, a grande maioria dos alunos manifestou apreço pelas tradições sobre as quais foram interpelados. À partida, existe uma predisposição pessoal favorável à introdução desta temática nas actividades escolares. Também as experiências educativas realizadas confirmam o acolhimento dado: a participação entusiástica nas diferentes actividades dos projectos, as pesquisas efectuadas, a elaboração de trabalhos de índole muito diversificada e a sua exposição à comunidade escolar e ao meio em que a escola se encontra inserida. A reconstituição dos rituais festivos em ambiente escolar, nos quais os alunos assumem o protagonismo, viabiliza a possibilidade de todos eles tomarem conhecimento directo, como se estivessem assistindo às representações no próprio espaço e no próprio tempo em que elas acontecem. Em circunstâncias propícias, poderão estes projectos ou actividades escolares despoletarem processos de manutenção e reforço de certas celebrações no seu próprio ambiente e até mesmo de recuperação, sendo esta a circunstância; neste caso, os próprios alunos se tornam os agentes dinamizadores do processo, na dupla qualidade de organizadores e de actores.

Estes dois elementos da cultura e da etnografia dos dois povos raianos – as festividades com máscaras e as danças dos paus – centrais neste trabalho de investigação, podem constituir-se como uma âncora para a abordagem de outros temas que lhes são afins e complementares, nomeadamente:

- as formas de organização social das localidades rurais, comuns aos dois lados da fronteira, sobretudo aquelas que acentuam o carácter comunitário e de inter-ajuda entre as pessoas, cujo valor educativo se reveste de especial relevância, face ao individualismo actual;
- as diferentes formas de expressão artística popular, sobretudo a música, como motivação adequada para a aprendizagem e a execução instrumental; os alunos poderão assumir-se como verdadeiros instrumentistas, o que garante a continuidade das tradições, já que são um elemento essencial à realização de muitas destas celebrações festivas; este ensejo pode dar lugar à formação de grupos de música tradicional ou moderna;
- o artesanato, relacionado com a construção de máscaras, de trajes e dos restantes adereços, só por si reveste-se de um enorme valor pedagógico e educativo; contudo, poderá ainda estender-se ao fabrico de outras peças artísticas e utensílios de uso familiar e agrícola;
- o fabrico de instrumentos musicais populares das diversas categorias;

- a poesia e a literatura popular, convenientemente explorada nas aulas de língua materna, como motivação interior à leitura, à compreensão e à expressão oral e escrita;
- a organização das festividades pelos próprios jovens capaz de incutir neles o espírito de responsabilidade.

Podemos, assim, confirmar o valor pedagógico e formativo da cultura local. Caberá, portanto, à escola lançar mão destes elementos identitários das comunidades, transmissores de saberes e de valores, geradores de um ambiente favorável à vida escolar e à aprendizagem.

5. O valor educativo das danças dos paus

As danças tradicionais dos pauliteiros e do *paloteo* são conhecidas de forma diferenciada pelas escolas, consoante a sua localização e a o tipo de relacionamento que com elas estabelecem. Tal como em qualquer outro aspecto da cultura popular, o contacto directo com as danças é determinante para um maior grau de conhecimento e valoração. Aliás, só se pode valorizar convenientemente o que é conhecido e, sobretudo, praticado. O contacto efectuado por vias indirectas (a leitura, o visionamento de audiovisuais, a internet...) revela a abertura e a predisposição para a aceitação das danças, por parte de quem a elas se expõe, como expressão artística e cultural de mérito identitário de um povo ou de uma região; e é, inegavelmente, um indicador do interesse pelas danças.

O valor educativo da dança dos paus é, em princípio, o mesmo que atribuímos a qualquer outro tipo de danças populares; contudo, o carácter singular e identificador dos pauliteiros ou *paloteo* confere-lhe o reforço da faceta cultural regional; pode sintetizar-se aos seguintes aspectos:

- a transformação de certas actividades físicas em artísticas: a arte do movimento corporal ou arte coreográfica;
- a pertença a um grupo de danças exige obrigatoriamente um trabalho de conjunto e de partilha, condições essenciais à formação da pessoa humana; qualquer forma de individualismo ou de exibicionismo está fora de questão;
- a sensibilização para a expressão musical, sobretudo a de raiz popular autêntica que caracteriza as danças dos paus;

- a aceitação dos valores da cultura local e regional que estão subjacentes às danças e, sobretudo, ao contexto ritual em que são executadas; ainda mais por pertencerem fundamentalmente ao grupo social dos jovens;
- o carácter identitário do povo que possui este património imaterial que encerra todos os restantes elementos, como a história, a língua, os trajes, a música, o trabalho e as formas de organização social; estes elementos podem também constituir recursos integradores do acto educativo;
- o envolvimento das representações simbólicas dos contextos de actuação, como ponto de partida para a compreensão da cultura local e seu alargamento à cultura universal;
- o desenvolvimento do sentido de partilha na formação dos grupos, de entreaajuda e de solidariedade;
- a abertura ao estabelecimento de laços de amizade com outros povos, pelo sentimento de partilha do mesmo património cultural e, portanto, de uma fraternidade alargada; no caso presente, acresce a vantagem de se tratar do povo vizinho e irmão.

Este conjunto tão vasto de mais-valias educativas não pode ficar arredado da escola nem ser ignorado pelos educadores, nos seus competentes níveis de responsabilidade. É necessário que o trabalho meritório que, neste âmbito, está sendo desenvolvido nas escolas de ambas as regiões, com o envolvimento das autoridades municipais e das associações de pauliteiros ou *paloteo*, seja alargado de maneira a envolver todos os alunos detentores destes valores culturais. A educação intercultural, que contempla justamente os conceitos de interacção, intercâmbio, reciprocidade e solidariedade, pode ser realizada lançando mão de todos estes elementos da cultura comuns a diversos povos.

6. O incremento das danças dos paus e das mascaradas

A valorização das danças dos paus tem vindo a crescer nos dois lados da fronteira, com maior incidência na zona do Planalto Mirandês. Os dados que nos permitem tirar esta conclusão referem-se às seguintes circunstâncias, conhecidas, aliás, pelos meios de comunicação social e sobretudo pelas novas tecnologias da informação, a saber:

- o aumento do número de grupos de danças, com maior destaque para o Planalto Mirandês;

- a revitalização de alguns grupos que, desde há alguns anos, se encontravam desactivados;
- a criação de grupos femininos, o que constitui uma evolução notável da tradição, mas que, nem por isso, deixou de receber o apoio dos grupos tradicionalmente constituídos, das autoridades locais e dos agentes de animação cultural;
- a realização de congressos e encontros transfronteiriços de pauliteiros e *paloteo*, por iniciativa das autoridades municipais e das associações locais e regionais, congregando grupos de Espanha e Portugal;
- a participação dos pauliteiros e *paloteo* em festividades tradicionais que haviam perdido esta tradição.

Todo este incremento se deve, sobretudo, ao interesse dos próprios grupos e das associações locais que os acolhem no seu seio e os apoiam. A criação de novos grupos é da iniciativa dos jovens que, para o efeito, se organizam, vencendo sempre as dificuldades que se lhes deparam, como as distâncias em que se encontram relativamente às localidades a que pertencem e nas quais têm forçosamente que se reunir. Na província de Zamora, a falta de dançarinos, provocada pelo despovoamento dos meios rurais, foi solucionada com a admissão das jovens e a consequente formação de grupos mistos. Também os animadores culturais têm desenvolvido um trabalho digno do maior apreço no apoio aos grupos e na formação de músicos tradicionais, imprescindíveis à dança.

De igual modo, também as mascaradas têm sido objecto de uma valorização crescente, nos últimos anos. Não é alheia ao fenómeno toda a promoção que em seu torno tem sido feita pelos órgãos de comunicação social, pelos estudiosos locais, pelos fotógrafos e artistas plásticos, pelas produtoras de audiovisuais. O arraigo das populações garante, por outro lado, o apoio de que os intervenientes, os jovens, necessitam para a celebração dos rituais. O mesmo se pode afirmar acerca da postura extremamente favorável das autoridades municipais e das associações locais. Devido a este empenhamento, algumas destas celebrações lograram alcançar a classificação de “Fiesta de Interés Turístico Regional”, no caso da província de Zamora. Também devido à mesma postura favorável, outras festividades que estavam adormecidas ressurgiram nos últimos anos e encontram-se agora em plena vigência. Neste caso, o apoio das populações, já saudosas, foi decisivo; na verdade, sem elas a festa não se poderia realizar nem faria qualquer sentido.

Estes são factos altamente favoráveis para que escolas de um e de outro lado da fronteira se encontrem para o estabelecimento de um trabalho educativo conjunto, de intercâmbio e de colaboração, centrado nestes elementos culturais do seu património comum.

7. A História comum

As tradições locais nasceram no seio dos povos que, mais ou menos remotamente, habitaram as regiões onde elas subsistem. Se as suas peculiaridades se aproximam, dentro de um determinado espaço geográfico, quer isso significar que os povos foram os mesmos e que, portanto, exerceram sobre elas a mesma influência cultural e civilizacional. Por outro lado, as mudanças históricas operadas ao longo do tempo que condicionaram a evolução das mesmas tradições, são decisivas para a compreensão dos factos culturais na sua globalidade.

No que respeita às tradições dos mascarados e às danças dos pauliteiros ou *paloteo*, ao longo do trabalho foram identificados alguns elementos da História e da Sociologia da Península Ibérica que poderão estar na sua origem e na sua evolução através dos tempos e mesmo nos nossos dias. Poderemos assim resumir os elementos históricos identificados:

- a ocupação do povo Zoela, uma “gentilícia” pertencente ao povo Astur, que habitou, com destacada perenidade no tempo, o centro e norte do actual distrito de Bragança e o noroeste da província de Zamora, espaço que se caracterizava então por uma unidade territorial;
- a romanização que, apesar de tudo, permitiu a continuidade desta demarcação territorial e do povo que a habitava; a aculturação romana introduziu os elementos da desta cultura sem, contudo, ter levado este povo a romper com as suas tradições e os seus costumes; possivelmente, alguns dos ritos agrários destes povos celtas e dos romanos estarão na origem das mascaradas;
- a cristianização que instaurou uma nova religião oficial que, ainda assim, não eliminou neste povo certas práticas rituais que, por nele estarem tão arraigadas, perduraram até aos nossos dias; são feitas no trabalho referências à proibição destas práticas, consideradas pagãs, nomeadamente as que se enquadram nas mascaradas do solstício de Inverno;
- a presença muçulmana que não deixou referências culturais de grande relevo nesta região, para além de lendas locais e de certas celebrações à volta da histórica luta entre cristãos e mouros, o que constitui uma marca indelével da intervenção das populações locais na Reconquista Cristã; umas e outras foram referenciadas no desenvolvimento da investigação;
- a criação da festividade do *Corpus Christi*, no século XIII, pelo Papa Urbano IV, intimamente relacionada com a génese ou, pelo menos, com a concessão do carácter

sagrado da dança dos paus; e o aproveitamento “humanitário” da festa de Santo Estêvão pelas confrarias medievais, para distribuírem alimentos aos mais pobres, que estará na origem das refeições comunitárias que se realizam ainda hoje na celebração da mesma festividade;

- as coroações de alguns reis da Península Ibérica, realizadas entre os séculos XVI e XVIII, para cujas solenidades eram chamados os dançarinos dos paus e respectivos grupos musicais, que acabaram por conferir a estas danças grande prestígio e dignidade;

- a instauração do regime democrático, quase simultânea nos dois países ibéricos, trouxe consigo o reforço do poder local e a liberdade para a criação de associações culturais em todas as localidades; é justamente a acção destes dois tipos de instituições que se mantêm e se recuperam muitas tradições de mascaradas e muitos grupos de *paloteo* e de pauliteiros.

Considerando estes pontos da história local partilhada pelos dois povos, relacionados com as tradições das mascaradas e das danças dos paus, estamos em condições de concluir que se trata, afinal, de um só povo, o mesmo que outrora era constituído pelos Zoelas; tanto o seu território como a sua matriz cultural se mantiveram até à actualidade.

Após a análise dos dados relacionados com a história local, verificamos que se presta pouca atenção a estas matérias nos currículos das Ciências Sociais, em qualquer um dos dois sistemas educativos. Consequentemente, é escasso o grau de conhecimento revelado, em relação aos factos históricos locais, pelos alunos das escolas que formaram parte da amostra da investigação. Esta conclusão foi confirmada pelos professores entrevistados que, por um lado, apresentam o obstáculo da ausência destes conteúdos nos programas das disciplinas de História e Geografia e, por outro, a dificuldade em encontrar tempo disponível para a abordagem de outros conteúdos para além daqueles que obrigatoriamente têm que tratar.

Os factos históricos identificados pelos alunos são suficientemente expressivos, não pelo número, uma vez que é baixo o índice de identificações efectuadas, mas pela envolvência de elementos muito relevantes para a história local das duas regiões em estudo. Ficam assim estabelecidas as seguintes categorias de factos identificados e a sua relevância para o conhecimento das regiões:

- os povos que ocuparam estas terras e que estão na génese da cultura que hoje partilham; não restam quaisquer dúvidas acerca da sua relevância histórica e da sua compreensão por parte de um leque reduzido de alunos; o que se deseja é que esta compreensão se alargue a um leque muito mais vasto de alunos;

- os factos históricos de amplitude nacional que aqui se desenrolaram; alguns deles tiveram uma repercussão decisiva no rumo histórico de um e do outro país; daqui a sua relevância ao nível da história nacional e do desenvolvimento das regiões em que ocorreram;

- os personagens históricos nacionais, regionais ou locais; são reis e rainhas, nobres, clérigos, guerreiros, poetas, escritores, santos, artistas ou gente do povo; misturam figuras históricas com mitos, heróis lendários ou literários; ainda assim, as referências transmitem-nos alguma informação sobre a inclusão dos recursos históricos locais no ensino das Ciências Sociais;

- a história que está subjacente aos principais monumentos das localidades; na verdade, eles são autênticos documentos históricos na medida em que nos facultam indicações preciosas sobre as terras em que estão implantados e sobre as condições de vida dos seus habitantes;

- as cartas de foral atribuídas pelos reis às povoações e os documentos relacionados com os mosteiros; contêm registos valiosos sobre a importância das povoações no passado, os privilégios concedidos aos seus habitantes, os seus deveres, as principais actividades económicas, a produção artística e literária, entre outras informações; são referências escassas, é certo, fornecidas pelos alunos mas que podem servir de motivação ao aprofundamento da história local.

O conhecimento da história da região vizinha, do outro lado da fronteira, é compreensivelmente ainda mais reduzido. No entanto, os professores opinam favoravelmente sobre a necessidade do estudo da geografia, da história, da cultura de ambas as regiões. Na verdade, temos sido dois povos irmãos de costas voltadas, desde o século XVI ao XIX, e durante os regimes ditatoriais do século XX. O estudo conduz ao conhecimento e este permite construir uma correcta visão do outro; a aproximação e a convivência harmoniosa exigem que nos conheçamos mutuamente. A população escolar, a julgar pela amostra da investigação que legitimamente a representa, manifestou a sua disposição e a sua abertura a esta abordagem, facto que se pode revelar da maior importância para a introdução destes conteúdos no estudo da história local que, por sua vez, nos encaminhará para a consolidação de uma euroregião ibérica, tal como o foi no passado.

Naturalmente, a inserção de conteúdos “estranhos”, que são os factos e as características da região ou país vizinho, na programação das Ciências Sociais obedece a determinados critérios pedagógicos. Em primeiro lugar, estes elementos históricos e geográficos a incluir no ensino devem estar relacionados com os da própria região ou país; isto permite integrá-los no contexto da própria História e ajudar à sua compreensão mais abrangente, através do estabelecimento das relações entre as causas e as consequências dos factos e de todo o tipo de influências que para eles

convergem. Em segundo lugar, cada conteúdo histórico a introduzir há-de enquadrar-se na abordagem do facto a que corresponde na história do próprio país; só assim encontraremos uma justificação para esta tomada de decisão: a compreensão da nossa história será sempre mais sólida e profunda quando acompanhada pelo conhecimento da história do povo vizinho. Em terceiro lugar, a introdução destes novos elementos estará orientada para a prossecução de determinados objectivos pedagógicos; neste contexto, serão os que estão relacionados com as afinidades culturais de Bragança e Zamora e com o aprofundamento do conhecimento mútuo, por parte das crianças e dos adolescentes de hoje que serão os adultos de amanhã, responsáveis pela reconstrução deste espaço cultural comum.

Na verdade, a componente formativa da História joga aqui um papel primordial. A compreensão do passado dos povos que somos, desde as origens, passando pelas sucessivas mudanças ao longo dos tempos, até à realidade actual, constitui a condição essencial das transformações pelas quais se pode projectar um futuro de maior convivência entre os povos. Nesta circunstância, é desejável que os professores de História e a Geografia assumam mais a sua função de educar do que a de ensinar. O estudo de um facto ou elemento ou circunstância comuns não deve ser encarado como um fim em si mesmo, isto é, a sua memorização ou simples conhecimento, mas constituir um meio para desenvolver na criança competências e atitudes compatíveis com as desejadas transformações.

8. O conhecimento mútuo das línguas

A língua materna de um povo é o seu elemento referencial e imprescindível ao conhecimento da essência da cultura desse povo. Com base neste pressuposto, foi incluído neste trabalho o tema do conhecimento das línguas dos dois conjuntos de alunos sobre os quais recaiu a investigação.

Conhecer a língua significa muito mais do que possuir os mecanismos da sua compreensão e expressão oral e escrita e do conjunto das normas do seu código linguístico. Implica também a identificação dos valores de um povo, dos seus modos de vida, das formas subtis de transmissão dos afectos e das representações simbólicas que são as referências dos seres humanos, nas suas relações com os outros e na apreensão do mundo. Concomitantemente, é a posse do código linguístico que viabiliza a compreensão dos elementos identificadores do povo que dele se serve para comunicar, no sentido mais lato do termo.

Os dados obtidos são aqueles que se esperavam e confirmam, portanto, a hipótese formulada. O grau de conhecimento manifestado pela maioria dos alunos

revelou-se escasso de parte a parte, o que confirma a conclusão extraída acerca dos valores culturais de cada um dos povos. Ainda assim, os mesmos dados permitem-nos inferir que estão os alunos de Bragança mais capazes de compreender o idioma vizinho do que os de Zamora. Creio, no entanto, poder apresentar um conjunto de circunstâncias de que aqueles “beneficiaram” e que ajudam a compreender os dados revelados. A saber:

- o estudo da língua espanhola que está sendo efectuado pelos alunos do distrito de Bragança, no nível de escolaridade do 3º ciclo do Ensino Básico e numa parte considerável das escolas envolvidas no trabalho de investigação; contrariamente, nenhuma das escolas de Zamora, das que foram objecto de estudo, dispõe do ensino da língua portuguesa; existe um instituto de ensino secundário no qual o ensino do Português é oferecido como segunda língua estrangeira; porém, essa instituição não foi implicada na investigação nem tampouco é este grau de ensino abrangido pelo trabalho;

- o acesso fácil ao grande meio de comunicação social, a televisão espanhola, por parte dos alunos que residem nas aldeias, vilas e cidades mais próximas da fronteira, o que lhes permite ouvir a sonoridade da língua à qual, desde pequenos e pouco a pouco, se foram familiarizando; a penetração da televisão portuguesa em território zamorano é menos intensa, o que terá impedido, salvo casos pontuais, o seu acesso aos alunos desta região;

- a semelhança da língua mirandesa (oriunda do antigo leonês) com a espanhola; o mirandês é estudado nas escolas e falado em ambiente familiar em toda a zona do Planalto Mirandês, onde se localizam três das escolas básicas e secundárias envolvidas na investigação.

No geral, podemos inferir que os alunos de Zamora não conhecem a língua portuguesa. Para além do referido instituto de ensino secundário, outros têm em marcha o processo de introdução do ensino do Português como segunda língua estrangeira. Por outro lado, nos últimos anos tem aumentado o número de pessoas adultas que frequentam aulas de língua portuguesa, oferecidas por instituições públicas e privadas; a apetência por este idioma tem vindo a aumentar na cidade de Zamora, onde existe uma associação de amigos de Portugal.

Este incremento do estudo das línguas, na região de Zamora e de Bragança, constitui mais um elemento de aproximação dos dois povos; o seu conhecimento mútuo permitirá eliminar as ténues barreiras de comunicação que possam subsistir na construção desta que poderá ser uma euroregião solidamente fundamentada na história e na cultura comuns.

9. Síntese final

Em conclusão, os autores citados ao longo do desenvolvimento deste trabalho situam no tempo que decorre entre o Natal e Carnaval as mascaradas e as cerimónias dramáticas que coincidem com as festividades cristãs; são estes mesmos ritos que sobrevivem nas zonas fronteiriças de Zamora e Bragança. Tem-se atribuído a estas celebrações inverniais uma origem romana; contudo, dado que a romanização não eliminou de todo a cultura do povo que aqui habitava, alguns destes elementos rituais poderão ter uma origem mais remota, celta e zoela.

Por se tratar, na Espanha pré-romana, de uma unidade territorial, socioeconómica e cultural, incluímos ambas as regiões no mesmo contexto explicativo. Nos séculos seguintes, com a romanização, com a ocupação muçulmana e na época medieval até à criação das nacionalidades ibéricas, continuaram formando uma unidade geográfica mais ou menos alargada. Talvez por isso, se compreenda esta afinidade nas tradições mais ancestrais que o tempo não conseguiu apagar.

Assim, a Antiguidade celta, zoela e romana será o tempo *ab origine* que hoje todos os anos se renova, por acção das enigmáticas personagens dos mascarados e seus acompanhantes; o início da cristianização foi o tempo provatório da consistência dos fundamentos das celebrações, com a insistente interdição determinada pelas autoridades eclesiásticas; o período medieval veio consagrar a convivência pacífica entre os ritos pagãos e os cristãos, com o enquadramento dos primeiros em benefício dos segundos; sempre que a mão-de-ferro eclesiástica abrandava a repressão, as práticas pagãs vinham mais ao de cima e os excessos aconteciam, como se o instinto original das personagens explodisse. Hoje, estamos em condições de sustentar a sacralidade de ambas as celebrações, a cristã e a pagã; uma e outra se realizam no mesmo tempo, em espaços contíguos e, por vezes, no mesmo espaço; uma e outra se complementam.

A máscara é assim um elo forte, entre outros, que permanece hoje a unir as duas regiões. Tendo a sua existência uma duração equivalente à do próprio povo de onde ela emergiu e estando hoje cabalmente integrada na sua cultura, a máscara zamorana e bragançana reveste-se de todas as características da autenticidade. Sendo este conceito sempre discutível, creio que, nestas circunstâncias, podemos considerá-la máscara autêntica porque, por seu intermédio, se realizam celebrações primordiais e essenciais à vida da comunidade. Por outro lado, mantém-se isenta de influências externas, sendo que qualquer evolução que tenha sofrido ocorreu no interior do meio em que actua e sobrevive.

A análise do enquadramento da máscara permitiu concluir que cada um dos seus tipos foi concebido em função das mensagens e do simbolismo que a respectiva personagem pretende transmitir. Por isso, os modelos não diferem entre si consoante

as terras ou as regiões a que pertencem; correspondem sobretudo ao significado que as comunidades lhes atribuem e, conseqüentemente, preservam as formas herdadas dos seus mais remotos antepassados. Os modelos podem, portanto, reproduzir um rosto humano ou uma figura zoomórfica, animais selvagens ou domésticos, em conformidade com os ritos e os mitos a representar.

Pela observação do contexto social se detectou que a elaboração da máscara se encaixa perfeitamente nestes parâmetros. Os artífices da máscara são pessoas da própria comunidade que, tendo eles mesmos protagonizado as celebrações a que ela se destina, conhecem bem as formas que lhe devem dar e as configurações mais adequadas, na observância da tradição local.

É com base nestes considerandos que inferimos a autenticidade da máscara bragançana e zamorana. Na realidade cultural e histórica dos seus modelos, coexistem dois contextos: o pagão ou politeísta e o cristão ou monoteísta. Este, ao longo de dois milénios de história, veio sobrepondo-se ao primeiro, diabolizando-o, por um lado, e cristianizando-o, por outro. Contudo, graças ao seguimento da arraigada tradição popular de ambas as regiões, conservam-se bem presentes os elementos do primeiro contexto, o que está, aliás na sua origem. Assim se compreende a sua presença, tanto nas funções do sagrado pagão como do sagrado cristão, durante as festas do ciclo do Inverno, celebradas entre o solstício de Dezembro e o equinócio de Março.

Pelo enraizamento destes costumes vigentes nos povos zamoranos e bragançanos e por uma certa necessidade latente da presença e actuação destes mascarados, intuímos que não se perderão mais festividades do que aquelas que já se perderam e se possam reconstituir mais do que aquelas que já se reconstituíram. Os casos de extinção deram-se, sobretudo, devido ao fenómeno da desertificação humana e à sangria das populações do meio rural que muito tem afectado as regiões fronteiriças de Bragança e Zamora. As recuperações foram determinadas por factores endógenos: a nostalgia da perda de algo muito representativo para a vida da comunidade, a vontade das associações culturais e o apoio do respectivo poder local; factores que, assim conjugados, permitiram reavivar a tradição.

As festas dos mascarados do distrito de Bragança e as equivalentes “obisparras” e mascaradas da província de Zamora são ritos carregados do mais profundo esoterismo e simbologia; resistindo à passagem do tempo, conservam-se bem vivas na cultura dos povos que as sentem como seu património valioso e, por isso, constituem uma marca indelével da sua identidade.

Em termos educativos, o facto de as celebrações rituais com máscaras serem protagonizadas pelos jovens oferece uma motivação acrescida para que sejam rentabilizadas pedagogicamente pelos professores com os alunos que, em breve, as vão realizar no seio das suas comunidades.

As danças do *paloteo* de Zamora identificam-se com as dos pauliteiros do distrito de Bragança e incluem-se no chamado grupo das danças dos paus ou das espadas.

A investigação realizada possibilitou-nos inferir as mesmas ilações que foram extraídas das máscaras e dos mascarados, dos rituais e das celebrações que incluem a sua presença. Por um lado, a história da origem e da existência das danças dos pauliteiros, e até mesmo da sua morte e do seu ressurgimento, coincide com a do *paloteo*. Por isso, a identificação das danças executadas de um lado com as do outro é inquestionável naquilo que é essencial para a sua definição. As diferenças são um mero atributo acessório e foram determinadas pelos factores sociais específicos da cada região.

A partilha das danças dos paus por estas comunidades, Tábara, Tierra del Pan, La Guareña e Planalto Mirandês, Macedo de Cavaleiros e Bragança, ficou bem expressa no desenvolvimento do trabalho; trata-se, pois, de um património comum; por outras palavras, um só e o mesmo património cultural: a mesma coreografia, para a qual é usada a mesma designação de *laços*, em Português, *lazos*, em Espanhol e *lhaços*, em Mirandês, com a mesma estrutura e os mesmos passos de dança; o mesmo tipo de música que lhes serve de suporte, a tradicional música executada pela gaita-de-foles, flauta pastoril, tamboril, pandeiro, caixa de guerra e bombo; a mesma poesia popular que dá forma cantável às melodias tradicionais tocadas pelos instrumentos musicais; os mesmos temas das peças e a mesma taxonomia que distingue peças de carácter religioso, profano, guerreiro, amoroso, laboral, toponímico, social, mitológico e simbólico; a mesma indumentária, as *enáguas* ou saiotas brancos e bordados, os corpetes de burel de várias cores, peças do artesanato local, as meias brancas com tarjas coloridas, os lenços tradicionais, os chapéus ou coroas enfeitados com penas, flores e fitas de várias cores; os paulitos curtos e enfeitados, em tudo iguais nos grupos sejam eles zamoranos e brigantinos, as castanholas, instrumentos típicos da cultura espanhola, para a execução de determinados laços, e até mesmo os trajes que usam os músicos e os acompanhantes dos dançarinos, a capa de honras mirandesa em tudo semelhante à capa alistana.

No historial comum das danças dos pauliteiros e do *paloteo*, encontrámos os mesmos fenómenos temporais nas duas áreas geográficas. Os factos relacionados com a sua origem religiosa, ainda na época medieval, com as funções festivas em que intervinham, os momentos da sua valorização social ou do seu esquecimento; o processo de recuperação actual que tiveram seguiu, contudo, vias diferenciadas, facto que, por ser já dos nossos dias, não vem alterar em nada a essência comum das danças dos paus de Zamora e de Bragança.

Também nas danças dos paus são os jovens que detêm a competência, concedida pela tradição, de as executar; conseqüentemente, a escola deve proporcionar-lhes o exercício dessas funções.

A História das duas áreas geográficas, quando analisada de uma forma abrangente, acaba por revelar uma linha identitária comum. Mesmo em tempos de guerra fronteiriça, os dois povos mantinham os laços de solidariedade e de entreajuda; as guerras eram declaradas pelos níveis superiores de ambas as cortes, tornando-se estas gentes, sempre ausentes destas decisões, as grandes vítimas dos conflitos; na verdade, a nenhum dos povos raianos interessavam, preocupados que estavam com a sua sobrevivência, para a qual se tornava fundamental a sua habitual convivência pacífica e interação cultural.

A abordagem dos factos da história comum não deixa qualquer dúvida sobre a mesma identidade partilhada pelas comunidades que foram habitando grande parte da área geográfica da actual província de Zamora e do centro e norte do distrito de Bragança. A confirmação desta conclusão vem da Proto-história, passa pelo período da Romanização, pela consolidação do cristianismo como religião dos povos que invadiram o Império Romano, pela luta pela Reconquista Cristã até à Idade Média. A partir da criação das nacionalidades ibéricas, parece que esta identidade comum se terá espartilhado; contudo, o elemento cultural parece ter-se afirmado como o elo mais forte, de modo a vencer os obstáculos políticos de aproximação dos dois povos; a sobrevivência destes elementos identitários comuns, as mascaradas e as danças dos pauliteiros, revelam uma origem comum e a mesma simbologia, que se encontram acima das pontuais variantes na sua realização; são vestígios suficientemente fortes para a afirmação dos povos zamorano e bragançano como integrantes de uma só região.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Belarmino,

(1987), *Tradição e Cultura nas Festas dos Rapazes na Lombada*, in *Brigantia – Revista de Cultura*, pp. 339-354. Vol. VII, Nº 3-4, Jul.-Dez/1987, Bragança.

(1993), *Ritos de Delimitação e Sacralização do Espaço no Nordeste Transmontano*, in *Brigantia*, Vol. XIII, nº 3/4, Julho/Dezembro/93, pp. 89-105, Bragança.

(2000), *Festas Populares e Procissões Solsticiais*, in *Brigantia – Revista de Cultura*, pp. 201-208, vol. XX, Nº 3-4, Jul-Dez. 2000, Bragança.

ALARCÃO, Jorge de,

(1983), *Portugal Romano*, 3ª ed., Editorial Verbo, Lisboa.

(1988), *O Domínio Romano em Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

ALBERT GÓMEZ, María José (2005), *La Investigación Educativa. Claves teóricas*, Ed. McGraw Hill, Madrid.

ALCARAZ ABELLÁN, José (1996), *La historia local y regional en los currículos oficiales*, in *ÍBER*

Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia, nº 9, julio 1996, Barcelona, pp. 85-95.

ALGE, Barbara,

(2005), *Os Pauliteiros de Miranda e os “lhaços”: entre a Literatura Popular, a Dança e a Música*, Apenas Livros, Lda., Lisboa.

(2005), *Os Lhaços dos Pauliteiros*, in *Brigantia*, Vol. XXV, Nº 3-4, Jul.-Dez, pp. 209-224, Bragança.

(2004), *A Popularidade dos Pauliteiros de Miranda*, in *Brigantia*, Vols. XXIV/XXV, Nº. 3/4 e 1/2, pp. 217-227, Bragança.

ALMEIDA, João F. e PINTO, José M. (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.

ALMEIDA, Leandro, e FREIRE, Teresa (1997), *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*, APPORT, Coimbra.

ALONSO PONGA, José Luis (1992), *Tradiciones y Costumbres de Castilla y León*, Castilla Ediciones, Valladolid.

- ALVES, Francisco Manuel, (1909/48), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, 11 vols., Edição do Museu do Abade de Baçal, Bragança.
- ALVES, Manuel, (1982), *A Festa ou Rito do Ano Novo na Povoação de Vila Chã*, in *Brigantia*, vol. II, nº. 1: 129-134, Bragança.
- ALVES, Vítor Fernando S. (1991), *História (I)memória – Algumas Reflexões sobre a História e o seu Ensino*, in *Benquerença*, pp. 26-31, Fev. 1991, IPB, Bragança.
- AMARAL, Diogo Freitas do, (2000), *D. Afonso Henriques – Biografia*, Bertrand Editora, Lda., Lisboa.
- BARREJÓN, Fernando, (2004), *Viriato – O Colar dos Deuses*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa.
- BARATA, Óscar Soares (1986), *Introdução às Ciências Sociais*, 2 vols. Bertrand Editora, Lisboa.
- BASÍLIO, João Bernardo (2002), *A existência de currículos explícitos e ocultos na transmissão de conhecimentos que os Portugueses e Espanhóis evidenciam uns sobre os outros – Tese de Doutoramento*, Facultad de Educación, Universidad de Valladolid.
- BAYET, Jean, (1984), *La Religión Romana. Historia, Política y Psicología*, Ed. Cristiandad, Madrid.
- BAYLINA, Mireia (1999), *Los conceptos clave disciplinares. Un ejemplo: el concepto de región*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 21, año VI, julio 1999, Ed. Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, pp. 63-72.
- BENITO DEL REY, Luís, BERNARDO, Hermínio A. e SÁNCHEZ RODRÍGUEZ, Marciano, (2003), *Santuários Rupestres Prehistoricos en Miranda do Douro, Zamora e Salamanca*, 2 tomos, Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- BERGER, Hermann, (2008), *Mascarada Austríaca*, in *Fiestacultura*, Nº. 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre, S.L., Vila-Real, pp. 26-27.
- BERTRAND, Yves e VALOIS, Paul (1994), *Paradigmas Educacionais – Escola e Sociedades*, Instituto Piaget, Lisboa.
- BLANCO GONZALEZ, Juan F. (2004), *Los Carachos. Rito y Tradición en Aliste*, Ed. Semuret, Zamora.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari (1998), *Investigação Qualitativa em Educação*, Porto Editora., Porto.
- BRAGADA (1992), *Festas de Stº. Estêvão em Grijó de Parada – Bragança*, in *Brigantia*, Vol. XII, nº. 2: 97-110, Bragança.
- BRAUDEL, Fernand (1999), *História e Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- BRITO, Joaquim Pais, (1993), *Portugal Moderno – Tradições*, Ed. Pomo, Lisboa.

- (1996), *Retrato de Aldeia com Espelho – Ensaio sobre Rio de Onor*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.
- BUENO MARTÍNEZ, Gustavo (2001), *Identidades y educación: la perspectiva de un filósofo*, in *Identidades y Territorios – un Reto para la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, Oviedo, pp. 5-54.
- BUESA CONDE, Domingo J. (2001), *Patrimonio cultural y ciencia sociales. Aspectos didáctico-prácticos Para la enseñanza secundaria*, in *Educación Abierta – Aspectos Didácticos de Ciencias Sociales*. 15, Universidad de Zaragoza, pp. 171-200.
- CAMILLERI, Carmel (1985), *Antropología Cultural y Educación*, UNESCO, Suiza.
- CANÁRIO, Rui (Org.) (1992), *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, Educa, Lisboa.
- CAETANO, Paulo e VASCO, Rui (2000), *Portugal Ainda*, Editorial Bizâncio, Lisboa.
- CAILLOIS, Roger,
 (1950), *L’Homme et le Sacré*, Éditions Gallimard, Paris.
 (1972), *O Mito e o Homem*, Edições 70, Lisboa.
- CALVO BRIOSO, Bernardo (2006), *Mascaradas Zamoranas*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António A. Pinelo, *Máscara Ibérica*, (Capítulo III), pp. 100-139, Edições Caixotim, Porto.
- CARDONA, Francesc-Lluís (1996), *Mitología Griega*, Edicomunicación, S. A., Barcelona.
- CARNERO FELIPE, Ramón,
 (1988), *La Otra Historia de Sayago*, Gráficas Hermes, Zamora.
 (1991), *La Otra Historia de Sayago (2): el Mayo, Supersticiones, brujería...*, Gráficas Hermes, Zamora.
 (1993), *El Baile de la Bandera*, Ediciones José López Villa, Zamora.
 (1996), *Sayago... al otro lado de la leyenda*, Ediciones José López Villa, Zamora.
- CARO BAROJA, Júlio,
 (1946), *Los Pueblos de España – Ensayo de Etnología*, Editorial Barna, S. A., Barcelona.
 (1957), *España Primitiva y Romana*, Editorial Seix Barral, S. A., Barcelona.
 (1963), *Mascaradas de invierno en España y otras partes*, in *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, vol. XIX, Madrid, pp. 288-290.
 (1965), *El Carnaval – Analisis Histórico-cultural*, Ed. Taurus, Madrid.
 (1974), *Ritos y Mitos Equívocos*, Ediciones Istmo, Madrid.

CARPINTERO ARIAS, Pablo,

(2009), *Instrumentos Tradicionais Galegos*, Difusora de Letras, Artes e Ideas, SL, Ourense.

(2009), *Os Instrumentos Musicais na Tradição Galega*, Coedición de Proxecto Ronsel e Difusora de Letras, Artes e Ideas, S.L., Ourense.

CARRASCO CANTOS, Pilar (1987), *Fuero de Zamora – Estudio Lingüístico*, Universidad de Málaga, Universidad de Salamanca e Colegio Universitario de Zamora.

CARRETERO, José-Manuel (2008), *El Tafarrón de Pozuelo de Tábara*, in *Fiestacultura*, Nº. 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre, S.L., Vila-Real, pp. 58-59.

CARRETERO, Mario, ROSA, Alberto e GONZÁLEZ, M. Fernanda (2007), *Ensino da História e Memória Colectiva*, Artmed Editora, Porto Alegre.

CARVALHO, Adalberto Dias de, e AFONSO, Manuela (1993), *Projecto de escola*, in CARVALHO, Adalberto (coord.), *A Construção do Projecto de Escola*, Porto Editora, Porto.

CHERKAOUI, Mohamed (1994), *Sociologia da Educação*, Publicações Europa-América, Mem Martins.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain, 1994, *Dicionário dos Símbolos*, Editorial Teorema, Lda., Lisboa.

COELHO, Adolfo, 1993, *Festas, Costumes e outros Materiais para uma Etnologia de Portugal*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.

COMISSÃO ORGANIZADORA, (1995), *Actas do Congresso – A Festa Popular em Trás-os-Montes*, Edições do Nordeste, Lda., Bragança.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1994), *Educação, Comunidade e Poder Local*, Actas do Seminário Realizado em 6 e 7 de Dezembro de 1994 em Viana do Castelo, Editorial do Ministério da Educação, Lisboa.

COPANS, Jean (1999), *Introdução à Etnologia e à Antropologia*, Publicações Europa-América, Lisboa.

CORREIA, Mário

(2001), *Raízes Musicais da Terra de Miranda – Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso*, Sons da Terra, Vila Nova de Gaia.

(2008), *Pauliteiros de Miranda (Cércio) – Viagem a Londres, Royal Albert Hall, Janeiro, 1934*, Centro de Música Tradicional Sons da Terra, Sendim, Miranda do Douro.

COSTA, Fátima e MARQUES, António (2001), *Apontamentos de Didáctica – História e Geografia de Portugal*, Porto Editora, Porto.

- COSTA, Maria das Graças Vanderlei da (2009), *Os Caretas de Triunfo: a Força da Brincadeira*, edição do Autor, Recife.
- CRAVO, António (2000), *Os Pauliteiros de Salselas*, Edição da Associação “Os Amigos do Museu Rural de Salselas”, Tip. Artegráfica Brigantina, Bragança.
- CRUZ, Manuel Braga da (1998), *Tratado de Alcanices*, Universidade Católica Editora, Lisboa.
- CUENCA LÓPEZ, José María (2003), *Análisis de concepciones sobre la enseñanza del patrimonio en la educación obligatoria*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de Investigación*, nº 2, marzo 2003, Universitat de Barcelona, pp. 37-45.
- CUNHA, Rui e CUNHA, Maria João (2001), *Mogadouro, mais do que imagina*, edição da Câmara Municipal de Mogadouro.
- DACOSTA MARTÍNEZ, Arsenio
(2000), *Arquitectura Popular Sayaguesa*, ADOBE, Gestión de Patrimonio Histórico, Salamanca.
(2001), *Máscaras de “El Caballico”, mascarada de invierno*, in *Remembranza – Las edades del Hombre*, pp. 359-360, Zamora.
- DESCHAMPES, Jeanne, (1955), *Les Confréries au Moyen Age – Thèse pour le Doctorat en Droit*, Faculté de Droit de Bordeaux.
- DIAS, Jorge, (1981), *Rio de Onor – Comunitarismo Agro-Pastorial*, Ed. Presença, Lisboa.
- DÍAZ, Joaquín e PORRO, Carlos,
(2007), *Los Bailes*, Ed. Barlovento Músicas, Museo Etnográfico de Castilla y León, Zamora.
(2008), *Las Danzas*, Ed. Barlovento Músicas, Museo Etnográfico de Castilla y León, Zamora.
- DUARTE, Ana (1993), *Educação Patrimonial – Guia para Professores, Educadores e Monitores de Museus e Tempos Livres*, Texto Editora, Lisboa.
- DURAND, Gilbert, (1979), *A Imaginação Simbólica*, Ed. Arcádia, SARL, Lisboa.
- ECO, Umberto (2009), *Como se faz uma Tese em Ciências Sociais*, 15ª ed., Editorial Presença, Lisboa.
- ELIADE, Mircea,
(1981), *Tratado de Historia de las Religiones*, Ed. Cristiandad, Madrid.
(2000), *O Mito do Eterno Retorno*, Edições 70, Lisboa.
(2002), *O Sagrado e o Profano – A Essência das Religiões*, Edição Livros do Brasil, Lisboa.
(2004), *Ritos de Iniciação e Sociedades Secretas*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda. Lisboa.
- ESPÍRITO SANTO, Moisés (2009), *O “Eu” substituiu Deus*, artigo de Isabel Mota, in *Jornal de Notícias*, 29-12-2009, Porto.

- ESTEPA GIMÉNEZ, Jesús y JIMÉNEZ PÉREZ, Roque (2001), *El patrimonio de Huelva: el placer de descubrir*, in *Museo y Patrimonio en la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Pub. Universidad de Huelva, pp. 123-146.
- ESTEPA GIMÉNEZ, Jesús, ÁVILA RUIZ, Rosa, Y RUIZ FERNÁNDEZ, Rocío (2007), *Concepciones sobre la enseñanza y difusión del patrimonio en las instituciones educativas y los centros de interpretación. Estudio descriptivo*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de investigación*, nº 6, marzo 2007, Universitat de Barcelona, pp. 75-94.
- FERNANDES, António José (1993), *Métodos e Regras para a Elaboração de Trabalhos Académicos e Científicos*, Porto Editora, Porto.
- FERNANDES, José Francisco,
(1999), *Miranda yê la mie Tiêrra*, 2ª ed., edição do autor, Bragança.
(2001), *Mirandês e Caramonico*, edição da Associação para o Desenvolvimento Integrado de Palaçoulo, Bragança.
(2003), *Mirandês e Sendinês – Dois Falares*, edição do autor, Bragança.
- FERNÁNDEZ SALINAS, Víctor (2003), *Escenarios para el aprendizaje del patrimonio*, in *El Patrimonio y la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de Profesores de las Ciencias Sociales, Universidad de Castilla – La Mancha, Cuenca, pp. 281-290.
- FERREIRA, Carlos do Nascimento (2003), *Toponímia, Paisagem e Ambiente – Uma Abordagem Geotoponímica de Sendim em Terra de Miranda* (tese de mestrado), Universidade de Salamanca.
- FERREIRA, Hélder e PERDIGÃO, Teresa, (2003), *Máscaras em Portugal*, Mediatexto, S. A., Lisboa.
- FERREIRA, Hélder e TIZA, António (coord.), 2006, *Máscara Ibérica*, Edições Caixotim, Porto.
- FERRERO, Florián F. y Otros, (1991), *Geografía de Zamora*, Ed. Prensa Ibérica, Valencia.
- FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antonio,
(2006), *Las Caras del Carnaval Gallego*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António, *Máscara Ibérica*, pp. 142 – 155, Ed. Caixotim, Porto.
(2009) (coord.), *As Caras do Entroido Ourenán*, Deputación Provincial de Ourense, Armonía Universal, S. L., Ourense.
- FONSECA, António Manuel (2000), *Educar para a Cidadania*, Porto Editora, Porto.

FONTAL MERILLAS, Olaia

(2003), *La Educación Patrimonial – Teoría y Práctica en el Aula*, el Museo e Internet, Ediciones TREA, S.L., Gijón.

(2003 – a), *La enseñanza-aprendizaje del patrimonio cultural en internet*, in *El Patrimonio y la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de profesores de las Ciencias Sociales, UCLM, Cuenca, pp. 369-378.

FREIXO, Manuel João Vaz (2009), *Metodología Científica. Fundamentos, Métodos e Técnicas*, Instituto Piaget, Lisboa.

FUENTELAPEÑA, Antonio de (1676), *El Ente Dilucidado – Discurso único novísimo que muestra hay en Naturaleza animales irracionales invisibles y cuales sean*, edición a cargo de Arsenio Dacosta, Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo”, Diputación de Zamora, 2007.

GAGNEBET, C. (1985), *L’Origine Indo-européene du Carnaval*, in *Carnaval, La Fête et la Communication*, Editions Serre, Nice.

GANDRA, Manuel J. (2007), *Portugal Sobrenatural*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lisboa.

GARCIA RODRÍGUEZ, Cármen (1966), *El Culto de los Santos en la España Romana y Visigoda*, CSIC, Madrid.

GOERGEN, Pedro, (2005), *Educação e Valores no Mundo Contemporâneo*, in *Educação Social*, Vol. 26, Nº. 92, Out. 2005, UNICAMP, Campinas, pp. 983-1011.

GOMES, Pinharanda Jesué (2006), *Máscara: Uma Leitura Etiológica*, Edição Culturguarda, Teatro Municipal da Guarda, Guarda.

GONZÁLEZ GALLEGO, Isidoro

(1995), *Portugal y España – Vidas Paralelas*, Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas, S. A., Grupo Anaya, S. A., Madrid.

(2002), *El conocimiento geográfico e histórico educativos: la construcción de un saber científico*, in *La Geografía y la Historia, Elementos del Medio*, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, Madrid, pp. 9-100.

(2007), *Las competencias en el currículo: el RD 1631/2006*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 52, año XIII, abril 2007, Barcelona, pp. 40-50.

(2009), *Del CAP al máster, sin pasar por el CCP ni por el TED*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 61, año XIV, julio 2009, Ed. Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, pp. 24-47.

- GONZÁLEZ GALLEGO, Isidoro y SÁNCHEZ AGUSTÍ, María (2001), *La educación de la ciudadanía Europea en el nuevo siglo. Un proyecto Comenius de investigación en Ciencias Sociales*, in *Identidades y Territorios – Un Reto para la Didáctica de las Ciencias Sociales*, Asociación Universitaria de Profesores de las Ciencias Sociales, Oviedo, pp. 279-292.
- GONZÁLEZ MATELLÁN, José Manuel
 (2004), *Los lazos en la danza de palos, una literatura popular que nos une*, in *El Filandar/O Fiadeiro*, nº 12, Asociación Cultural Bajo Duero, Zamora, pp. 42-46.
 (2004), *Zangarrones – Noticias, Denominaciones, Mascaradas, Danzas*, in *El Filandar/O Fiadeiro*, Nº 15, UTAD – Miranda do Douro, Asociación Etnográfica Bajo Duero, Zamora, pp. 39-43.
- GONZÁLEZ, Juan F. B. (2004), *Los Carochos – Rito y Tradición en Aliste*, Ed. Semuret, Zamora.
- GONZÁLEZ PENA (1980), *La Fiesta del Zangarrón en Sanzoles del Vino*, in *Narria*, nº 20, Diciembre, Facultad de Filosofía y Letras, Univeridad Autónoma de Canto Blanco, Madrid.
- GRAÇA, Fernando Lopes (1974), *A Canção Popular Portuguesa*, Europa-América, Mem Martins.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA (40 vols.), Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa, Rio de Janeiro.
- HAECHT, Anne Van (1994), *A Escola à Prova da Sociologia*, Instituto Piaget, Lisboa.
- HEERS, Jacques (1987), *Festas de Loucos e Carnavais*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.
- HERCULANO, Alexandre (1980), *História de Portugal*, 5 tomos, Livraria Bertrand, Lisboa.
- HERNÁNDEZ, Bernardo (1997), *De la historia local a la microhistoria*, in *ÍBER Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 12, abril 1997, Barcelona, pp. 72-78.
- HERNÁNDEZ, J. A. Puras e RIVAS, M. T. (1988), *Temas Didácticos de Cultura Tradicional. Didáctica del Folklore*, Centro Etnográfico de Documentación, Archivo J. Díaz, Valladolid.
- HOYOS SANCHO, Nieves de (1963), *Los Trajes de Zamora y Miranda de Duero*, in *Actas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore*, Junho de 1956, Lisboa.
- IRVOAS-DANTEC, Dominique et MOREL, Fabienne (2004), *C'est quoi le Patrimoine?*, Éditions Autrement et CNPD, Paris.
- JACQ, Christian (1996), *Akenaton e Nefertiti – O Casal Solar*, Veja, Gabinete de Edições, Lisboa.

- LIMA, António e MENÉNDEZ, Jorge Argüello (coords.) (2004), *Bragança – Um olhar sobre a História*, Edição da Sociedade Polis, Bragança.
- LIMA, Augusto Mesquitela, MARTÍNEZ, Benito e FILHO, João Lopes (1991), *Introdução à Antropologia Cultural*, Editorial Presença, Lisboa.
- LOPES, Aurélio,
(2000), *A Face do Caos*, Garrido Editores, Alpiarça.
(2005), *Bielhas i Chocalheiros an ne Praino Mirandês (Velhas e Chocalheiros no Planalto Mirandês)*, Apenas Livros, Lda., Lisboa.
- LOPES, Carlos (2003), *Baçal, a Aldeia e o Abade*, edição do Autor, Bringráfica, Lda., Bragança.
- LOPES, Humberto (1999), *Carnaval de Podence – Metamorfoses do Diabo*, in *Tempo Livre*, Fev. 99, INATEL, Lisboa.
- LOURENÇO, Orlando M. (1996), *Educar hoje Crianças para o Amanhã*, Porto Editora, Porto.
- LÓPEZ, David Gustavo (2008), *El Carnaval*, Diário de León, Edilesa, León.
- LOUÇÃO, Paulo Alexandre,
(2002), *A Alma Secreta de Portugal*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda, Lisboa.
(2001), *Portugal – Terra de Mistérios*, Ésquilo, Lisboa.
- MACIEL, Sofia Adriana (1998), *A Máscara de Ousilhão (Vinhais) – Uma Leitura Antropológica e Metafísica*, Edição da Câmara Municipal de Vinhais.
- MACK, John (coord.), (1994), *Masks – The Art of Expression*, The British Museum Press, London.
- MADROÑO, Ismael Calvo (1914), *Descripción Geográfica, Histórica y Estadística de la Provincia de Zamora*, Brería General de Victoriano Suárez, Madrid.
- MANIQUE, António P. e PROENÇA, M. Cândida (1994), *Didáctica da História – Património e História Local*, Texto Editora, Lisboa.
- MARQUES, José (2004), *Estruturação administrativa e social do Nordeste Transmontano, no período Medieval. Alguns aspectos*, in *Brigantia*, vol. XXIV, nº 3/4, Bragança, pp. 3-46.
- MARQUES, Ramiro (1995), *Modelos de Ensino para a Escola Básica*, Livros Horizonte, Lisboa.
- MANIQUE, António P. e PROENÇA, M. Cândida (1994), *Didáctica da História – Património e História Local*, Texto Editora, Lisboa.
- MANSO, António A. e MANSO, Francisco J. (1989), *A Festa dos Reis em Tó*, in *Brigantia*, vol. X, nº. 2: 193-212, Bragança.

- MARTÍNEZ MUÑIZ, Elías e PORRO FERNÁNDEZ, Carlos (1998), *La Danza de Palos*, in *Revista de Folklore*, pp. 75-83, nº 207, tomo 18, Valladolid.
- MARTÍNEZ, Sonia M. García (1999), *Los Zoelas: Sociedad y Antroponimia*, in *Brigantia – Revista de Cultura*, pp. 17-36, Vol. XIX, Nº. ½, Janeiro/Maio, 1999, Bragança.
- MARTÍNEZ, Manuel Martínez (1997), *Olivenza y el Tratado de Alcañices*, Ayuntamiento de Olivenza, Olivenza.
- MARTINS, Firmino (1927/1938), *Folklore do Concelho de Vinhais*, 2 vols., Universidade de Coimbra, Reedição da Câmara Municipal de Vinhais.
- MATTOSO, José,
1995, *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
1996, *O Reino dos Mortos na Idade Média Peninsular*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.
2008, *História de Portugal*, 16 vols., Círculo de Leitores, Lisboa.
- MCMILLAN, James e SCHUMACHER, Shally (2005), *Investigación Educativa. Una aproximación conceptual*, Ed. Pearson, Madrid.
- MEIRINHOS, José Francisco (coord. - 2000), *Estudos Mirandeses – Balanço e Orientações*, Granito – Editores e Livreiros, Porto.
- MONTEIRO, Augusto, *A Festa de Santo Estêvão em Ousilhão (Vinhais)*, in *Vértice*, II Série, Junho de 1990, Coimbra, pp. 33-45.
- MONTEIRO, Manuela e QUEIRÓS, Irene (1993), *Área-Escola*, Porto Editora, Porto.
- MOURINHO, António Maria,
(1983), *Grupo Folclórico Mirandês de Duas Igrejas (Pauliteiros de Miranda)*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.
(1984), *Cancioneiro Tradicional e Danças Populares Mirandesas*, 2 vols., Escola Tipográfica, Bragança.
(1987), *Cancioneiro Tradicional Mirandês de Serrano Baptista*, 2 vols., Escola Tipográfica, Bragança.
(1991), *Terra de Miranda – Coisas e factos da nossa vida e da nossa alma popular*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

MOURINHO, António Rodrigues,

(1981), *O Foral de Miranda do Douro*, in *Brigantia*, vol. 1, nº 3, Out/Dez. 81, p. 125, Bragança.

(1981), *O Património Cultural do Concelho de Mogadouro*, ed. Projecto de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Mogadouro, Gráfica Transmontana, Bragança.

(1993), *Figuras Rituais do Solstício do Inverno na Terra de Miranda*, Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

(2000), *Cultura e museologia na Terra de Miranda*, in MEIRINHOS, José Francisco, *Estudos Mirandeses – Balanço e Orientações*, Granito Editores e Livreiros, Lda., Porto, pp. 223-236.

(2003), *Evolução Histórica*, in Barroso da Fonte (coord.), *Dicionário dos Mais ilustres Transmontanos e Alto Durienses*, pp. 280-282, Editora Cidade Berço, Guimarães.

(2005), *O Calendário da Sé Catedral de Miranda do Douro*, edição do autor, Miranda do Douro.

(S/d), *O Culto Sagrado na Terra de Miranda*, Instituto Português de Museus, Miranda do Douro.

MUÑOZ, Maurício Pastor (2003), *Viriato – A luta pela Liberdade*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa..

NEGRO, Luís M. Martín e COMISAÑA, Victoriano S. (2002), *Rítmica de las Tierras de Aliste, Tábara, Alba y Trás-os-Montes*, ADATA, Alcañices (Zamora).

NISBET, J.D. y ENTWISTLE, N. J. (1980), *Métodos de Investigación Educativa*, Editora Oikos-tau, S.A., Barcelona.

NUNES, A. Sedas (1997), *Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.

OLMO PINTADO, Margarita del y HERNÁNDEZ SÁNCHEZ, *Caridad (2006), Identidad y educación.*

Una perspectiva teórica, in Íber – *Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, Nº 47, año XII, enero 2006, Editorial Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, pp. 7-13.

PADILLA, José Luis, GONZÁLEZ, Andrés y Pérez, Cristino (1998), *Elaboración del cuestionario*, in ROJAS TEJADA, Antonio (ed), *Investigar mediante Encuestas*, Ed. Síntesis, Madrid.

PAGE, Martin (2007), *The First Global Village – How Portugal Changed the World*, 9ª ed., Casa das Letras, Cruz Quebrada.

PAGÈS, Joan (2008), *El lugar de la memoria en la enseñanza de la historia*, in Íber, *Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, Ed. Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, pp. 30-42.

PALACIOS ALBERTI, Jesús (1998), *El Parque Natural de Arribes del Duero*, in *Entre Duas Margens – Douro Internacional*, pp. 171-194, João Azevedo Editor, Mirandela.

PANERO, Juan António e BERNARDO, Hermínio Augusto (2007), *Juegos Tradicionales Sayagueses – Jogos Tradicionais Mirandeses*, Edição de ADERISA, Zamora.

- PANERO, Juan Antonio (2005), *Sayago – Costumbres, Creencias y Tradiciones*, 2ª ed., Asociación para el Desarrollo Económico y Rural Integral de Sayago, Zamora.
- PLAZA, Don Santiago Mendez, (Presentación de Juan Plaza Gutiérrez e Luis Hortelano Mínguez) (2002), *Costumbres Comunes de Aliste*, reed. Ayuntamiento de Riofrío de Aliste, Editora Semuret, Zamora.
- POPPI, Cesare (1994), *The other within: masks and masquerades in Europe*, in MACK, John, *Masks – the Art of Expression*, The British Museum Press, London, pp. 190-215.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira,
(1995), *Lições de Axiologia Educacional*, Universidade Aberta, Lisboa.
(1995), *Educação e meios rurais*, in *Educação e Meios Rurais – Problemas e Caminhos do Desenvolvimento – Actas do Seminário do Conselho Nacional de Educação*, pp. 33-45, 19 de Junho de 1995, Évora.
- PESSANHA, Sebastião (1960), *Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes*, Livraria Ferin, Lisboa.
- PEREIRA, Benjamim,
(1973), *Máscaras Portuguesas*, Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa.
(1985), *Máscaras Transmontanas*, in *Brigantia, Revista de Cultura*, pp. 497-514, vol. V, n.os 2-3-4, Abril - Dezembro, Bragança.
- PIMENTA, A., BARROS, E., BARRENTO, J., CENTENO, Y. K. (1982), *A (Má)scara diante da Cara*, Ed. Presença, Lisboa.
- PINTO, José F. Madureira (1990), *Elementos de análise sociológica da festa*, in *Vértice*, Junho de 1990, II Série, Coimbra, pp. 13-18.
- PITA, Isabel Beceiro (1998), *El Condado de Benavente en el Siglo XV*, Centro de Estudios Benaventanos “Ledo del Pozo”, Benavente.
- PLAZA GUTIÉRREZ, Juan Ignacio e HORTELANO MÍNGUEZ, Luis Alfonso, (2002), *Presentación*, in MÉNDEZ PLAZA, Santiago (1897), *Costumbres Comunes de Aliste*, reed. Ayuntamiento de Riofrío de Aliste, Semuret, Zamora.
- POLANAH, Luís A. Domingues (1996), *Campesinos de Sayago – Estructura Social y Representaciones Simbólicas de una Comunidad Rural*, I.E.Z. “Florián de Ocampo, Zamora.
- PORRO, Carlos A. (2009), *Bailes y Danzas*, Edileasa, León.

- PRADA, Miguel Fernández de (1998), *El Real Monasterio de San Martín de Castañeda*, Ed. San Pablo, Madrid.
- PRATS CUEVAS, Joaquim
 (1996), *El estudio de la historia local como opción didáctica ¿destruir o explicar la historia?*, in *ÍBER Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 8, abril 1996, Barcelona, pp. 93-105.
 (2001), *Valorar el patrimonio histórico desde la educación: factores para una mejor utilización de los bienes patrimoniales*, in *Educación Abierta – Aspectos Didácticos de las Ciencias Sociales*. 15, Universidad de Zaragoza, pp. 157-170.
- PRATS, Joaquim y SANTACANA, Juan (2009), *Ciudad, educación y valores patrimoniales. La ciudad educadora, un espacio para aprender a ser ciudadanos*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, Ed. Graó, de IRIF, S.L., Barcelona, pp. 8-21.
- PRIETO, Augusto Quintana,
 (1981), *Relaciones entre Astorga y Braganza a través de los tiempos*, in *Brigantia, Revista de Cultura*, pp. 63-79, vol I, nº 3, Out.-Dez., Bragança.
 (1982), *Más sobre Relaciones entre Astorga y Braganza*, in *Brigantia, Revista de Cultura*, pp. 469-475, vol. II, nº 4, Out.-Dez., Bragança.
 (1987), *Astorga y Braganza a principios del siglo XIX*, in *Brigantia, Revista de Cultura*, pp. 169-188, vol. VII, nº 1-2, Jan-Jun., Bragança.
- PROENÇA, M. Cândida (1991), *Ensinar / Aprender História: Questões de Didáctica Aplicada*, Livros Horizonte, Lisboa.
- PROSPECCIONES ARQUEOLÓGICAS (s/d), *Rabanales de Aliste, Curunda Caesara?*, Diputación Provincial De Zamora.
- QUIVY, R. e CAMPENHOUDT, Luc Van (2008), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Ed. Gradiva, Lisboa.
- RADUNZ, Dennis (2008), *Roteiro das Manifestações Culturais do Município de Florianópolis*, Fundação Cultural de Florianópolis.
- RAMOS, Manuel João (1997), *Ensaio de Mitologia Cristã*, Assírio & Alvim, Lisboa.
- RIBAS, Tomaz (1983), *Danças Populares Portuguesas*, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, Ministério da Educação, Lisboa.

- RIBEIRO, Paula Simon, (2009), *Presença Luso-Açoreana na Identidade Brasileira – Festas religiosas e outras celebrações*, in *Catálogo da Mascararte – Bienal da Máscara - 2007*, edição da Câmara Municipal de Bragança.
- ROCHA, Mário (1992), *Festas Tradicionais do Ciclo do Inverno em Parada de Infanções*, in *Brigantia*, vol. XII, nº. 4:157-173, Bragança.
- RODRIGUES, Aroldo, (1997), *Investigación Experimental en Psicología y Educación*, Ed. Trillas, México.
- RODRIGUES, Ernesto (1994), *Torre de Dona Chama*, Editorial Notícias, Lisboa.
- RODRIGUES, Luciano Cordeiro (2007), *Apontamentos de Coelhooso*, Edição do Autor, Bragança.
- RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Gregorio (1999), *Los Pueblos de Aliste*, Printed 2000, León.
- RODRÍGUEZ, Leandro,
- (1983), *La Cultura Zamorano - Traz-os-Montana*, in *Brigantia, Revista de Cultura*, Vol. III, Nº. 2, Abril/Junho/83, Bragança, pp. 261-264.
- (1983), *“Documentos de Crianza” del Sanabrés Don Quijote*, Ediciones Monte Casino, Zamora.
- (1992), *Don Miguel, Judío de Cervantes*, Ediciones Monte Casino, Zamora.
- (1995), *Bergança y Don Quijote – Una Persona con dos interiores*, in *Actas del II Congreso Internacional “Los Caminos de Cervantes y Sefarad”*, Asociación Caminos de Cervantes y Sefarad, Zamora, pp. 137-148.
- (1997), *Los Judíos. Luís Vaz de Camões, Miguel de Cervantes y Saavedra y Bergança*, in *Actas del III Congreso Internacional “Rutas de Don Quijote y Caminos de Libertad”* (Zamora, Bragança y Sanabria), pp. 193-207, Asociación Caminos de Cervantes y Sefarad, Zamora.
- (2003), *Miguel de Cervantes Saavedra fue también súbdito portugués?*, in *Brigantia*, vol. XXIII, Nº 3/4, Julho/Dez. 2003, Bragança.
- (2005), *Introducción*, in *Don Quijote de La Mancha*, Editorial Semuret, Diputación Provincial de Zamora.
- RODRIGUEZ PASCUAL, Francisco,
- (1985), *El ciclo de Navidad en tierras de Zamora*, in *Brigantia*, vol. V, nº 1, Jan/Março, Bragança, pp. 63-90.
- (2001), *Introducción a las Fiestas*, in *Las Edades del Hombre. Remembranza*, Ed. Fundación “Las Edades del Hombre”, Zamora.
- (2005), *Mascaradas de invierno en la raya*, in *Estudios Portugueses 4 – Revista de Filología Portuguesa*, pp. 201-208, Salamanca.
- ROLDÃO, Maria do Céu (1999), *Gestão Curricular – Fundamentos e Práticas*, Departamento de Educação Básica, Ministério da Educação, Lisboa.

- ROUX, Françoise e CHRISTIAN, J. Guyonvarc'h (1999), *A Civilização Celta*, Pub. Europa-América.
- SÁNCHEZ AGUSTÍ, María (1994), *Las edades del hombre. Una pauta didáctica para la reflexión*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 2, año I, octubre 1994, Barcelona, pp. 29-36.
- SÁNCHEZ AGUSTÍ, María y CALLE CARRACEDO, Mercedes de la (s/d), *Materiales curriculares para el Patrimonio cultural: MEC y comunidades autónomas*, in *El Libro de Texto – Materiales Didácticos – Actas del 5º Congreso*, Universidad Complutense de Madrid, pp.261-281.
- SANCHIS, Pierre (1983), *Arraial: Festa de um Povo*, Pub. Dom Quixote, Lisboa.
- SANS MARTÍN, Antoni y TREPAT CARBONELL, Cristòfol A. (2002), *La evaluación de la historia en el Bachillerato. La evaluación en Historia con pruebas de corrección objetiva. Algunas implicaciones didácticas*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales – Revista de Investigación*, nº 1, marzo 2002, Universitat de Barcelona, pp. 69-80.
- SANTOS, Belmira Rodrigues Almeida (2007), *Comunidade Escolar e Inclusão – Quando todos ensinam e aprendem com todos*, Instituto Piaget, Lisboa.
- SANTOS, Dina (2000), *Máscaras, um Segundo Rosto*, in *“El Filandar”*, nº 12, pp. 32-35, Asociación Etnográfica Bajo Duero, Zamora.
- SANTOS, Maria Alcina Afonso dos (1982), *Introdução à reedição da obra Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* de Francisco Manuel Alves, Museu Abade de Baçal, Bragança.
- SARAMAGO, José (1995), *Viagem a Portugal*, Editorial Caminho, S.A., Lisboa.
- SCHMIDT, Maria Auxiliadora (2005), *Jóvenes brasileños y europeos: identidad, cultura y enseñanza de La historia (1998-2000)*, in *Enseñanza de las Ciencias Sociales*, nº 4, 2005, Universitat Autònoma de Barcelona, pp. 53-64.
- SEBASTIÁN, Chany (2004), *Mascaradas. Antruejos de Zamora y Tras-os-Montes*, Ed. Federación Comarcal de Asociaciones Culturales, Zamora.
- SER QUIJANO, Gregorio del (coord. 2006), *Ruta de Castros y Verracos de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro y Penafiel*, Institución “Gran Duque de Alba”, Diputación de Ávila.
- SLIWA, Krzysztof (2005), *Vida de Miguel de Cervantes Saavedra*, Edition Reichenberger, Kassel.
- SOLER, Albert (2009), *Patrimonio cultural intangible. Granollers, alguna reflexión y tres preguntas*, in *Íber, Didáctica de las Ciencias Sociales, Geografía e Historia*, nº 59, año XIV, enero 2009, Ed. Graó, de IRIF, Barcelona, pp. 47-52.

TELMO, Isabel Cottinelli (1997), *O Património e a Escola*, Texto Editora, Lisboa.

TIZA, António Pinelo,

(2004), *Inverno Mágico - Ritos e Mistérios Transmontanos*, Ésquilo, Edições e Multimédia, Lda., Lisboa

(1985), *Manifestações de Crítica Social do Ciclo do Inverno*, in *Brigantia*, vol. V, nº. 1, Bragança, pp. 189-201.

(1996), *O Sagrado e o Profano nas Festas do Ciclo do Inverno no Nordeste*, in *Tellus*, nº. 25, Vila Real, pp. 77-90.

(1998), *Formas de inter-ajuda e de gestão de bens comunitários*, in *Tellus, Revista de cultura Trasmontana e Duriense*, Nº. 29, Outubro 98, Câmara Municipal de Vila Real, pp. 79-93.

(2001), *Religiosidade Popular e Bem-Estar Social*, in *Tellus, Revista de cultura trasmontana e duriense*, Nº 35, Novembro 2001, Câmara Municipal de Vila Real, pp. 1-14.

(2003), *Máscaras e Festas no Nordeste Transmontano*, in *Máscaras em Portugal*, Ed. Mediatexto, Lisboa.

(2005), *Projectos educativos europeus: uma aposta da escola no interculturalismo europeu* in *Memória – Revista Comemorativa do 1º Centenário do Nascimento de Paulo Quintela*, Escola Paulo Quintela, Bragança, pp. 42-44.

(2006), *Nordeste Transmontano*, in FERREIRA, Hélder e TIZA, António A. Pinelo, *Máscara Ibérica* (Capítulo II), Edições Caixotim, Porto, pp. 52-99.

TOPA, Abílio (2006), *Lhaços de Freixenosa*, Apenas Livros, Lda., Lisboa.

TYLER, Ralph W. (1986), *Princípios Básicos del Currículo*, Editorial Troquel, Buenos Aires.

VALDUEZA, José Luis y PANERO, Juan Antonio (2001), *Sayago – Historia, Arte y Monumentos*, Carlos Sánchez Editor, Medina del Campo.

VALE, Francisco Fernandes (1996), *Festa de Santo Estêvão em Vila Boa (Vinhais)*, in *Brigantia – Revista de Cultura*, Vol. XVI, Nº 1/2, Jan./Abril, 1996, Bragança, pp. 121-125.

VÁRIOS AUTORES (1995), *Ritos de Passagem*, Coord. De Jean Holm e John Bowker, Pub. Europa-América, Mem Martins.

VASCONCELOS, José Leite (1992), *Estudos de Filologia Mirandesa* (2 vols.), Edição da Câmara Municipal de Miranda do Douro.

VAZ, Ernesto Albino (2006), *Ruta de los castros mirandeses de las Arribes del Duero*, in SER QUIJANO, Gregorio del, *Ruta de Castros y Verracos de Ávila, Salamanca, Miranda do Douro, Mogadouro y Penafiel*, Institución “Gran Duque de Alba, Diputación de Ávila, pp. 135-167.

VEGA FERNÁNDEZ, Antonio (2008), *La Obisparra en Pobladura de Aliste*, in *Fiestacultura*, Nº 34, Primavera 2008, Xarxa Teatre, S.L., Vila-Real, pp. 56-57.

- VENTURA, Margarida Garcez (2007), *A Definição das Fronteiras – 1096/1297*, Academia Portuguesa da História, Ed. QuidNovi, Lisboa.
- VRIES, Jan de (1984), *La religion des Celtes*, Ed. Payot, Paris.
- VV. AA. (2002), *Enseres*, Edição do Museo Etnográfico de Castilla y León, Junta de Castilla y León, Zamora.
- VV. AA. (1990), *Estudios de Geografía – Homenaje a José Luis Cruz Reyes*, Ediciones Universidad de Salamanca.
- VV. AA. (1999) *Las Fiestas – De la Antropología a la Historia y Etnografía*, Centro de Cultura Tradicional, Deputación Provincial de Salamanca.
- ZABALZA, Miguel Angel (1992), *Do currículo ao projecto de escola*, in CANÁRIO, Rui (org.) *Inovação e Projecto Educativo de Escola*, Educa, Lisboa.

MANUAIS ESCOLARES

- AMORIM, Ana, VARGAS, Beatriz e Lobato, Maria João,
2004, *Navegar - História e Geografia de Portugal, 5º ano*, Lisboa Editora, Lisboa.
2005, *História e Geografia de Portugal, 6º ano*, Lisboa Editora, Lisboa.
- CASELLAS, A., COROMINAS G. y CUCURELLA, S., (1996), *Geografía e Historia – ESO 1*, Editorial Casals, Barcelona.
- COSTA, Fátima e MARQUES, António,
2004, *História e Geografia de Portugal – 5º ano*, Porto Editora, Porto.
2005, *História e Geografia de Portugal – 6º ano*, Porto Editora, Porto.
- ESCOLANO BENITO, A., CORNEJO RODRÍGUEZ, C., AGUADO GARCÍA, J. y MARCELLO BARRIADA, J. L.,
(1987), *Ciencias Sociales 3*, Editorial Vicens-Vives, Barcelona.
(1997), *Ciencias Sociales – Guia 3*, Editorial Vicens-Vives, Barcelona.
- PASTOR, A., LLORENTE, M^a, LOZANO, V. y DOMÍNGUEZ, M. F., 1996, *Historia 2 ESO*, Editorial Editex, SA, Madrid.
- AMORIM, Ana, VARGAS, Beatriz e Lobato, Maria João,
2004, *Navegar - História e Geografia de Portugal, 5º ano*, Lisboa Editora, Lisboa.
2005, *História e Geografia de Portugal, 6º ano*, Lisboa Editora, Lisboa.

NEVES, Pedro Almiro, AMARAL, Cláudia e XAVIER, Pedro,

2001, *Clube HGP, História e Geografia de Portugal - 5º ano*, Porto Editora, Porto.

2001, *Clube HGP, História e Geografia de Portugal - 6º ano*, Porto Editora, Porto.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues, RODRIGUES, Arinda e CANTANHEDE, Francisco,

2004, *História e Geografia de Portugal – 5º ano*, Texto Editora, Lisboa.

2005, *História e Geografia de Portugal – 6º ano*, Texto Editora, Lisboa.

DOCUMENTÁRIOS AUDIOVISUAIS

Documentários em DVD produzidos pelo autor, em parceria com profissionais do sector

TIZA, António Pinelo, e MARCOS PRATA,

2004, *Lenha das Almas de Laviados*

2005, *Festa dos Reis de Baçal*

2005, *Festa dos Rapazes de Varge*

2006, *Festa de São Gonçalo de Outeiro*

2007, *Festa dos Reis de Salsas*

2007, *Serra da Velha de Salsas*

2007, *Sete Passos de Freixo de Espada à Cinta*

Documentários em DVD consultados

CALVO CORIA, Vicente (dirección) e CALVO BRIOSO, Bernardo (guión),

2009, *Unidad Didáctica I – Aliste, Tierra de Alba y Tierra de Tábara*, Diputación de Zamora.

2009, *Unidad Didáctica II – Sayago y Bajo Duero*, Diputación de Zamora.

CORREIA, Ricardo, 2008, *Fiesta de San Juan – La Fiesta de ls Moços de Constantim*, Sons da Terra,

Sendim, Miranda do Douro.

COSTA, Catarina Alves e MOURÃO, Catarina, 2006, *Rituais de Inverno com Máscaras*, Instituto dos

Museus e da Conservação, Lisboa.

EUROIDEAS 3 PRODUCCIONES,

2007, *Romerias – Provincia de Zamora*, Diputación de Zamora.

2007, *Mascaradas en Zamora – La Magia del Pasado*, Diputación de Zamora.